

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CHARLES SIDARTA MACHADO DOMINGOS

Questão de Cuba:
a Política Externa Independente e a Crise dos Mísseis

Porto Alegre
Outubro de 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CHARLES SIDARTA MACHADO DOMINGOS

Questão de Cuba:
a Política Externa Independente e a Crise dos Mísseis

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carla Brandalise

Porto Alegre
Outubro de 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CHARLES SIDARTA MACHADO DOMINGOS

Questão de Cuba:
a Política Externa Independente e a Crise dos Mísseis

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada com recomendação para publicação em 7 de outubro de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira (PUCRS) – Conceito A

Prof. Dr. Gerson Wasen Fraga (UFFS) – Conceito A

Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli (UFRGS) – Conceito A

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carla Brandalise

Porto Alegre
Outubro de 2014

*Para Maximilien e Ernesto,
Que ousaram tentar construir um mundo novo.*

Podemos não alcançar a genialidade de um Toynbee
ou Braudel, mas não podemos deixar de tentar...
... E claro, nunca deixando de sonhar com as
mulheres...*

* QUINSANI, Rafael Hansen. Sexo, verdades e cinematógrafo: *As Invasões Bárbaras* e o fim da História. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BECK, José Orestes; QUINSANI, Rafael Hansen. **Fim do Mundo**: guerras, destruição e apocalipse na História e no Cinema. Porto Alegre: Argonautas, 2012, p. 186

O evento, o indivíduo e até a retomada
de algum estilo ou modo de pensar o passado,
não são fins em si mesmos, mas meios de esclarecer
alguma questão mais ampla,
que ultrapassa em muito o relato particular e seus personagens. **

** HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 202.

Agradecimentos

Como Eric Hobsbawm nos ensinou, muito da importância da História está associada como a sua dinâmica, seus movimentos, às mudanças que ela tanto analisa quanto produz; assim como a própria vida, que também se modifica, seja pela vontade de seus protagonistas seja pelas circunstâncias aos quais estão envolvidos ou mesmo por um movimento dialético entre essas duas esferas. No meu caso, isso não foi diferente. Minha vida passou por muitas mudanças nesse último um terço de existência. E o papel que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – nossa querida UFRGS – desempenhou nesse processo de mudanças, tanto no amadurecimento intelectual e humano que ela me possibilitou quanto nas modificações concretas e materiais da minha existência foi fundamental. Por isso, meu primeiro agradecimento não poderia deixar de ser dirigido a essa Universidade que tão bem me acolheu e me preparou para o futuro.

À Professora Carla Brandalise, minha estimada Sôra, serei sempre grato pela forma aberta e generosa com a qual me acolheu. Acreditou em um futuro para mim que eu mesmo poucas vezes acreditei, esse de uma carreira mais propriamente acadêmica, que hoje parece estar se materializando. Muito, obrigado, Professora Carla.

Aos Professores que aceitaram a tarefa de examinar esse trabalho sou muito grato também. Ao Professor Helder Volmar Gordim da Silveira gostaria de agradecer, em especial, também pelas suas sugestões durante o exame de qualificação. Ao Professor Gerson Wasen Fraga gostaria muito de agradecer ter aceitado tão prontamente participar dessa argüição. Ao Professor Cesar Augusto Barcellos Guazzelli, meu primeiro orientador, fica a dívida insanável por todas e tantas oportunidades que sempre me conferiu ao longo desses já mais de dez anos de convívio. Não me canso de repetir que tudo começou contigo. E fico muito honrado de poder contar contigo nessa última etapa da minha formação profissional.

Agradeço a Professora Maria Luiza Filippozzi Martini, nossa querida Lulu, pela presença em minha banca de qualificação, pelo carinho, e pelo incentivo constante. Assim como ao Professor Adolar Koch, que me abriu as portas da História do Brasil como monitor-professor e que sempre se mostrou um grande amigo. Por fim, dentre os grandes professores que marcaram minha passagem por esta Universidade, é

absolutamente impossível não mencionar com orgulho, admiração e grande respeito o Professor Luiz Dario Teixeira Ribeiro. Foi com ele que várias gerações de Professores de História aprenderam um pouco mais sobre a História Contemporânea. O Professor Dario é mais que um exemplo, ele é um símbolo! O símbolo de que, como ele mesmo escreveu, devemos “tirar as lições da História para a ação presente e ação futura. Recuperar uma dimensão da História, que hoje parece estar fora de moda: a de tirar lições da História.” Desde 1979 só o que não saiu de moda foi a dedicação do Professor Dario aos seus estudantes. Muito obrigado, meu Dadivoso Paraninfo!

Agradeço a Almino Affonso por ter me recebido tão bem em seu apartamento na cidade de São Paulo por uma tarde inteira, enquanto gravava seu depoimento para esse trabalho.

Carla dos Santos Feijó, João Américo Aguirre Oliveira Júnior, Jorge Luís Quintana Xavier Júnior, Lucinda Fontoura Correa e Wagner de Azevedo Pedroso acompanharam esse trabalho desde antes dele ser pensando. São amigos de toda uma vida e a quem sempre serei devedor. Agradeço também aos amigos Ananda Simões Fernandes, Carla Menegat, Glaucus Vinicius Biasetto Ribeiro, Silvia Sônia Simões e ao casal Miriam Orling e Josué Berlesi que em meio a sua lua de mel em Cuba se aventuraram em busca de um livro para essa tese.

Agradeço a Nilza Silva que me ajudou a enfrentar esse desafio, a Helen Scorsatto Ortiz que me ligou falando a respeito da possibilidade de pedir um período de afastamento das atividades docentes para me dedicar ao doutorado, e a Eduardo Martinelli Leal que se aventurou pelos corredores da Biblioteca da Universidade de Brasília, atrás de um material que esqueci de procurar quando estive lá. Sem dúvida, sem a participação de vocês, hoje não seria possível apresentar este trabalho.

Aos grandes amigos José Orestes Beck e Rafael Hansen Quinsani expressei minha felicidade por todos bons momentos que passamos juntos em nossas aventuras pela História. Certamente, os estudantes de Tapes nunca mais serão os mesmos, pois hoje têm o privilégio de aprender História – e muito mais coisas – com o Professor Beck. “Os desafios são enormes, mas podemos começar acreditando nos amigos e na força coletiva de um ideal” me ensinou o Quinsani nesses períodos mais tensos da escrita da tese. Beck e Quinsani são os grandes incentivadores dessa pesquisa, tendo

colaborado com bibliografias e transcrições de documentos, mas, fundamentalmente, com a grande amizade e apoio moral.

Agradeço a meus tios e tias e faço uma homenagem póstuma e merecida a minha vó Noêmia Rodrigues Domingos e meu vô Afonso Generoso Domingos.

Aos estudantes do Câmpus Charqueadas do IFSUL agradeço pela forma interessada e respeitosa pela qual vocês me receberam. Espero poder sempre retribuir da mesma maneira! Também sou grato pelo apoio e estímulo constante de meus colegas de trabalho.

Roberta Pizzio Carneiro foi a grande companheira dessa jornada! Seu entusiasmo e paixão pelo tema e pelo texto me moveram para ir adiante. Sua paciência comigo foi imprescindível para que eu conseguisse enfrentar esse desafio. Muito obrigado, Professora Roberta Pizzio!

Como sempre, os maiores agradecimentos não poderiam deixar de ser para a família Dodô: meu pai, Evilázio Rodrigues Domingos, que sempre me ensinou a acreditar na justiça e na política como uma forma de mudança social; minha mãe, Ivanete Machado Domingos, entusiasta maior da minha produção; minha irmã Simone Machado Domingos e seu marido Paulo Júnior e ao Victor Machado Domingos. O apoio deles e, sobretudo, o carinho são um verdadeiro motivo de felicidade. Essa “*Questão de Cuba*” é para vocês!

Resumo

Com a Revolução Cubana a Guerra Fria se torna mais presente no continente americano. O governo dos Estados Unidos da América começa a desenvolver ações para combater o governo revolucionário que assume o poder naquele país. Essas ações são baseadas no emprego da força militar e em soluções diplomáticas.

Nesse mesmo período, João Goulart se torna presidente do Brasil. Ele continua a Política Externa Independente do governo Jânio Quadros. E o governo brasileiro acaba se envolvendo na questão de Cuba.

Esta tese procura investigar a participação do governo de João Goulart na Crise dos Mísseis (1962) e compreender o que esse episódio representa para a Política Externa Independente. Nossos objetivos são demonstrar como o Brasil percebe a evolução da questão de Cuba; perceber como o país se posicionou na Organização dos Estados Americanos (OEA) e quais foram as repercussões decorrentes; procurar entender qual a razão do envio do general Albino Silva à Cuba; compreender a posição brasileira na Organização das Nações Unidas (ONU) através do projeto de desnuclearização da América Latina; verificar como a sociedade brasileira se manifestou a respeito desse episódio; e, por fim, analisar se a Crise dos Mísseis modifica as relações entre os governos de Goulart e Kennedy.

Palavras-chave: Governo João Goulart – Política Externa Independente – Crise dos Mísseis – Guerra Fria – Nacional-reformismo – Revolução Cubana – História do Brasil – História Contemporânea.

Abstract

With the Cuban Revolution to Cold War becomes more present in the Americas. The government of the United States of America begins to develop actions to combat the revolutionary government that assumes power in that country. These actions are based on the use of military force and diplomatic solutions.

In the same period, becomes president of Brazil João Goulart. He continues the *Política Externa Independente* of Quadros government. And the brazilian government gets involved in the issue of Cuba.

This thesis investigates the involvement of the government of João Goulart in Missile Crisis (1962) and understand what this episode is for the *Política Externa Independente*. Our objectives are to demonstrate how Brazil sees the evolution of the issue of Cuba; see how the country stood at the Organization of American States (OAS) and what were this repercussions; seek to understand the reason of sending general Albino Silva to Cuba; understand the brazilian position at the United Nations (UN) through the project of denuclearization of Latin America; check how brazilian society manifested related to this episode; finally, analyze the Missile Crisis produced some effect in relations between the governments of Goulart and John Kennedy; analyze if the Missile Crisis modifies the relations between the government of Goulart and Kennedy.

Key words: João Goulart government – *Política Externa Independente* – Missile Crisis – Cold War – national-reformism – Cuban Revolution – Brazilian History – Contemporary History.

Lista de Siglas

- AHMRE – Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores.
- BSF – Biblioteca do Senado Federal.
- CAMDE – Campanha da Mulher Brasileira em Defesa da Democracia.
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.
- CIA – Agência Central de Inteligência.
- EUA – Estados Unidos da América.
- DOPS – Delegacia da Ordem Política e Social.
- FPN – Frente Parlamentar Nacionalista.
- IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática.
- IBESP – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política.
- IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais.
- IRBM – Míssil Balístico de Alcance Intermediário.
- ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros.
- JK – Juscelino Kubitschek.
- MRBM – Míssil Balístico de Médio Alcance.
- MTR – Movimento Trabalhista Renovador.
- OEA – Organização dos Estados Americanos.
- ONU – Organização das Nações Unidas.
- OPA – Operação Pan-Americana.
- ORI – Organizações Revolucionárias Integradas.
- OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte.
- PCB – Partido Comunista Brasileiro.
- PEI – Política Externa Independente.
- PL – Partido Libertador.
- PRP – Partido da Representação Popular.
- PSB – Partido Socialista Brasileiro.
- PSP – Partido Social Progressista (Brasil).
- PSP – Partido Socialista Popular (Cuba).

PSD – Partido Social Democrático.

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.

TIAR – Tratado Interamericana de Aliança Recíproca.

UCF – União Cívica Feminina.

UDN – União Democrática Nacional.

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Sumário

Introdução-----	14
Capítulo I – NACIONALISMO E POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE-----	32
1.1- Sobre o conceito de Nacionalismo -----	33
1.1.1 – O Nacionalismo no início da década de 1950 -----	36
1.1.2 – O nacional-desenvolvimentismo -----	42
1.1.3 – O nacional-reformismo -----	49
1.2 – Leituras da Política Externa Independente -----	59
1.2.1 – Os anos 1960 -----	60
1.2.2 – Os anos 1970 -----	62
1.2.3 – Os anos 1980 -----	64
1.2.4 – Os anos 1990 -----	67
1.2.5 – Os anos 2000 -----	71
Capítulo II – O FURACÃO DO CARIBE -----	74
2.1 – Os ventos da Revolução Cubana sopram sobre as Américas -----	75
2.2 – A tempestade se aproxima -----	100
2.3 – A Reunião Informal de Chanceleres -----	121
Capítulo III – O POLÊMICO VOTO NA OEA -----	151
3.1 – O Brasil e o Mundo ficam sabendo da Crise dos Mísseis -----	152
3.2 – A resposta para John Kennedy -----	170
3.3 – A repercussão na política interna -----	189
Capítulo IV – AS TENTATIVAS DE INTERVENÇÃO DA PEI NA CRISE DOS MÍSSEIS-----	216
4.1 – A grande fofoca -----	217
4.2 – A Missão Albino Silva -----	224
4.3 – O projeto de desnuclearização -----	252
Capítulo V – A CRISE DOS MÍSSEIS E AS DISPUTAS POLÍTICAS INTERNAS E EXTERNAS -----	281
5.1 – Culturas políticas em disputa -----	282
5.2 – A visita dos Brothers -----	317
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	353
LOCAIS DE PESQUISA-----	362
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	363

Introdução

Faz pouco mais de cinquenta anos que o mundo esteve à beira de um conflito nuclear de dimensões incalculáveis. Em outubro de 1962, através da pequena ilha de Cuba, na América Central, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) desafiava a ordem geopolítica da Guerra Fria ao instalar mísseis nucleares a menos de 100 milhas dos Estados Unidos da América do Norte (EUA).

Nessa mesma época – o início dos anos 1960 – o Brasil foi marcado por um período de forte debate político e de significativa participação popular. Com a eleição de Jânio Quadros e João Goulart houve uma mudança de orientação na política externa brasileira representada pela Política Externa Independente (PEI). Mesmo com a renúncia de Quadros e a atribulada conjuntura da posse de João Goulart – marcada pelo Movimento da Legalidade e da instauração do parlamentarismo¹ –, a PEI logrou continuidade. Através desta política externa, o Brasil se colocava em um novo patamar nas relações internacionais: procurava obter uma posição de relativa autonomia dos blocos político-econômicos do período da Guerra Fria, a saber, o capitalista e o socialista.

Na nossa concepção, o estudo da Política Externa Independente pode ser realizado dentro dos preceitos da História Política, em razão dessa estudar homens e mulheres que foram capazes de tomar decisões na esfera pública; da mesma forma que estudar homens e mulheres que aceitaram ou não essas decisões. É possível através de seu estudo perceber como importantes segmentos sociais se colocaram em disputa, em

¹ Sobre a Campanha da Legalidade são importantes os trabalhos de FELIZARDO, Joaquim. **A Legalidade: último levante gaúcho**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1988; MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. **1961: Que as armas não falem**. São Paulo: SENAC, 2001; NOLL, Maria Izabel; GRIJÓ, Luiz Alberto; WASSERMAN, Claudia; BRANDALISE, Carla. **O Movimento da Legalidade**. Assembleia Legislativa e mobilização política. Porto Alegre: Webprint, 2011. Um estudo mais aprofundado sobre o sistema parlamentarista no Brasil durante o governo Goulart pode ser encontrado em ALMEIDA, Alberto Carlos. **Presidencialismo, parlamentarismo e crise política no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1998; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas? 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 51-86. Para uma melhor compreensão da atmosfera do período parlamentarista dois livros são importantes: a interpretação de quem foi um dos protagonistas políticos do período como AFFONSO, Almino. **Raízes do Golpe: da crise da Legalidade ao Parlamentarismo (1961-1963)**. São Paulo: Marco Zero, 1988 e a interpretação realizada no calor dos acontecimentos elaborada por CASTELLO BRANCO, Carlos. **Introdução à revolução de 1964: agonia do poder civil**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

razão de acreditarem e defenderem determinadas culturas políticas. E essa disputa não se realiza de forma absolutamente estanque, apenas na política interna ou na política externa,² pois “a pressão cada vez mais perceptível das relações internacionais na vida interna dos Estados lembraram que a política tinha uma incidência sobre o destino dos povos e as existências individuais”.³ Justamente por isso, por tal relação que se desenvolve entre a política exterior e a vida doméstica dos Estados, é que acreditamos ser legítimo o estudo da Política Externa Independente dentro das fronteiras dinâmicas da História Política, essa “ciência-encruzilhada”.⁴ A mesma linha é seguida por Pierre Milza ao tratar da relação entre História Política e História das Relações Internacionais, essas disciplinas “que se tornaram complementares”.⁵

A partir desses pressupostos, podemos entender que a Política Externa Independente no período do governo João Goulart visava, principalmente, à superação do subdesenvolvimento do país dentro da lógica de um projeto nacional-reformista. Teve, entre seus expoentes e realizadores, os ministros das Relações Exteriores Francisco San Tiago Dantas⁶ e Hermes Lima.⁷ Segundo a lógica própria da PEI, a superação da situação de subdesenvolvimento do país poderia ser alcançada, dentre outras medidas de teor nacionalista, através de uma política de Estado em âmbito externo⁸ que não estivesse subordinada a nenhum dos dois blocos político-econômicos que disputavam a hegemonia mundial no período da Guerra Fria. Tal política caracterizava, dessa forma, não só a tentativa de independência das relações exteriores brasileiras, como também a possibilidade da ampliação de mercados consumidores às mercadorias produzidas no país. Todavia, é importante ressaltar que a PEI não era

² Pierre Milza esclarece que não mais é possível entender a relação entre política interna e política externa de forma estanque. Para esse autor há uma interação entre as duas dimensões da política. MILZA, Pierre. Política externa e política interna. In: RÉMOND, René. (org.) **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 370. Como procuraremos demonstrar ao longo do primeiro capítulo, há um influente elemento interno que norteia a Política Externa Independente: o nacionalismo.

³ RÉMOND, René. Uma História presente. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 23.

⁴ Idem, p. 29.

⁵ MILZA, op. cit., p. 392.

⁶ San Tiago Dantas exerceu o posto de ministro das Relações Exteriores no período de 11 de setembro de 1961 a 26 de junho de 1962. Foi dele o mérito de sistematizar as ações da PEI. Durante a etapa presidencialista do governo Goulart, foi ministro da Fazenda no período de 23 de janeiro a 18 de junho de 1963.

⁷ Hermes Lima ocupou o cargo de ministro das Relações Exteriores de forma concomitante ao de Primeiro Ministro no período de 18 de setembro de 1962 a 22 de janeiro de 1963. Com o retorno do presidencialismo, se manteve como Ministro das Relações Exteriores até 18 de junho de 1963. Também foi ministro do Trabalho e ministro da Casa Civil durante o governo Goulart.

⁸ Conforme Jean-Baptiste Duroselle: “[...] não há nenhum ato de política externa que não tenha um aspecto de política interna.” Duroselle *apud* MILZA, Pierre, op.cit., p. 369.

marcada apenas pela preponderância de seu caráter econômico; ela almejava também outros pontos assim sintetizados por San Tiago Dantas:

A) contribuição à preservação da paz, através da prática da coexistência e do apoio ao desarmamento geral e progressivo; B) reafirmação e fortalecimento dos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos; C) ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas; D) apoio à emancipação dos territórios não autônomos, seja qual for a forma jurídica utilizada para sua sujeição à metrópole.⁹

Para o desenvolvimento dessa tese, serão fundamentais as análises sobre os pronunciamentos e ações realizados pelos responsáveis pela PEI no tocante aos pontos A e B enunciados por San Tiago Dantas. A capacidade do país contribuir para a preservação da paz no mundo internacional e de defender os princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos será testada em toda sua plenitude durante a Crise dos Mísseis.

Embora a historiografia acerca desse período tenha privilegiado o projeto de Reformas de Base do governo Goulart,¹⁰ a Política Externa Independente também contribuiu para o acirramento das lutas sociais daqueles anos. O papel de protagonista que o país procurava desempenhar no quadro da Guerra Fria contribuiu também para o tensionamento das relações políticas no país; chegando ao ponto de San Tiago Dantas não ser aprovado pela Câmara dos Deputados para o cargo de primeiro-ministro em razão de sua atuação à frente do ministério das Relações Exteriores.¹¹

Um dos pontos mais polêmicos referentes à Política Externa Independente está ligado às medidas do Brasil com relação à República de Cuba. A pequena ilha caribenha

⁹ DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962, p. 6.

¹⁰ A esse respeito ver: MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O Governo João Goulart – As lutas sociais no Brasil 1961-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977; CARONE, Edgard. **A Quarta República (1945-1964)**. São Paulo: DIFEL, 1980; TOLEDO, Caio Navarro. **O Governo Goulart e o Golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1985; REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.) **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **João Goulart: Entre a Memória e a História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006; GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. **Jango: as múltiplas faces**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

¹¹ FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (orgs.). **O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 357.

se mostrou uma ameaça para o capitalismo na América Latina e, desta forma, para os EUA na Guerra Fria. Dadas suas condições históricas, o nacionalismo cubano se desenvolveu combinando aspectos antiimperialistas e anticapitalistas,¹² até culminar com a sua declaração de socialismo em 16 de abril de 1961. Ao defender o direito à autodeterminação dos povos e o princípio de não-intervenção, a PEI constituía um obstáculo aos objetivos dos Estados Unidos em relação à ilha.¹³

Dentro dessa linha argumentativa, alguns estudos históricos abordam o papel desempenhado pela Política Externa Independente na VIII Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas. Demonstrem, em distintos graus de aprofundamento, as medidas tomadas pelo Brasil nesse caso específico. No entanto, ao trabalharem sobre a posição brasileira no episódio conhecido como Crise dos Mísseis, os estudos produzidos pelos historiadores – ou mesmo cientistas políticos – não demonstram a mesma ênfase; poucas linhas são escritas sobre o assunto.¹⁴

A Crise dos Mísseis, ou a Crise de Outubro como chamam os cubanos,¹⁵ é entendida por autores das mais distintas orientações teóricas como o ponto culminante das tensões do mundo da Guerra Fria, como apontam, por exemplo, Graham T. Alisson,¹⁶ Paulo Gilberto Fagundes Vizentini,¹⁷ José Rodrigues Máo Júnior,¹⁸ Serge

¹² FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 91-111.

¹³ A política externa brasileira não era a única no sistema interamericano a defender esses direitos e princípios: o México e a Argentina (até o rompimento de relações com Cuba posteriormente a VIII Reunião da OEA, por pressões do Exército sobre o presidente Arturo Frondizi) também representavam as “diplomacias independentes”. PALACIOS, Guillermo. **Intimidades, conflitos e reconciliações: México e Brasil, 1822-1993**. São Paulo: Edusp, 2008, p. 349-379; ALTMAN, Werner. **México e Cuba: Revolução, Nacionalismo, Política Externa**. São Leopoldo, UNISINOS, 2001, p. 55-86; KAPLAN, Marcos. 50 años de historia argentina (1925-1975): el labirinto de la frustración. In: CASANOVA, Pablo González. **América Latina: historia de médio siglo**. México: Siglo veintiuno, 1995, p. 57; ROMERO, Luis Alberto. **Breve historia contemporánea de la Argentina**. 2ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001, p. 144.

¹⁴ Trataremos desses trabalhos na segunda parte do primeiro capítulo de nossa tese.

¹⁵ SCHLESINGER JR, Arthur. Quatro dias com Fidel (Reavaliando a crise dos mísseis). In: **Política Externa**. Vol. 1, Nº 2. São Paulo, setembro de 1992, p.3.

¹⁶ “Durante trece días del mes de octubre de 1962, los Estados Unidos y la Unión Soviética estuvieron con ‘el dedo em el gatillo’; cada uno com el poder de mutua aniquilación al alcance de la mano”. ALISSON, Graham T. **La esencia de la decisión: análisis explicativo de la crisis de los misiles em Cuba**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988, p. 75.

¹⁷ “O impasse criado levou a situação a uma tensão extrema, e o mundo temia a eclosão de uma terceira Guerra Mundial, de caráter nuclear”. VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a Política Externa Independente**. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 258.

¹⁸ “Nunca antes a humanidade havia chegado tão perto de um conflito nuclear”. MAO JÚNIOR, José Rodrigues. **A Revolução Cubana e a Questão Nacional (1868-1963)**. São Paulo: Núcleo de Estudos d’O Capital, 2007, p. 369.

Berstein e Pierre Milza,¹⁹ Ronald E. Powasky,²⁰ Cristina Soreanu Pecequilo,²¹ Jonh Lewis Gaddis,²² Cesar Augusto Barcellos Guazzelli.²³

Em razão da lacuna substancial da produção histórica sobre o envolvimento do Brasil através da PEI nesse episódio, o problema principal que procuraremos responder nessa tese consiste na averiguação das ações realizadas pela diplomacia brasileira no transcorrer da Crise dos Mísseis. Trata-se de discernir se a posição brasileira no episódio pode ser considerada negativa ou positiva para os princípios da PEI, confirmando, ou não, a Crise dos Mísseis como ponto de inflexão da Política Externa Independente.

Por essa razão, temos como objetivos demonstrar de que forma o Brasil percebia a evolução da questão de Cuba; perceber como o país se posicionou na Organização dos Estados Americanos (OEA) e quais foram as repercussões decorrentes; procurar entender qual a razão do envio do general Albino Silva, chefe da Casa Militar, à Cuba; compreender a posição brasileira na ONU através de seu projeto de desnuclearização da América Latina; verificar como a sociedade brasileira se manifestou a respeito desse episódio; e, por fim, analisar se a Crise dos Mísseis produziu algum efeito nas relações entre o governo de Goulart e o governo de John Kennedy.

Para tanto, é necessário que tenhamos uma aproximação, em termos gerais, com o episódio conhecido por Crise dos Mísseis. Deve-se relatar que foi a partir dos vãos

¹⁹ “Durante alguns dias o mundo esteve à beira de uma catástrofe nuclear. Logo após a crise dos mísseis, russos e americanos irão esforçar-se para arrumar os meios de evitar um confronto extremado como esse. Os acontecimentos de outubro de 1962 assinalam, assim, tanto o ponto culminante da Guerra Fria quanto o primeiro passo de um longo processo que levará a distensão”. BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. **História do Século XX (1945-1973):** o mundo entre a guerra e a paz. Vol. 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007, p. 271.

²⁰ “El período de Kennedy y Johnson señaló un cambio de signo en la historia de la guerra fría. Estados Unidos y la Unión Soviética se acercaron más que nunca a una guerra nuclear, em la crisis de los misiles de Cuba, durante la presidencia de Kennedy”. POWASKY, Ronald E. **La guerra fría:** Estados Unidos y la Unión Soviética, 1917-1991. Barcelona: Crítica, 2000, p. 207.

²¹ “Em 1962, a Crise dos Mísseis em Cuba quase levou ao enfrentamento direto entre as superpotências, sinalizando o risco da destruição mútua”. PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos.** 2ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2005, p. 184.

²² “Esta inacreditável sucessão de eventos, hoje vista universalmente como a que mais perto levou, durante a segunda metade do século XX, a uma terceira guerra mundial, proporcionou um relance de um futuro que ninguém desejava: o de um conflito que se projetaria além dos limites, da razão e da possibilidade de sobrevivência”. GADDIS, John Lewis. **História da Guerra Fria.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p. 75.

²³ “Antes do final de 1962, a crise de relacionamento de Cuba com os Estados Unidos atingiria um clímax, que foi talvez o momento mais agudo da Guerra Fria”. GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **História contemporânea da América Latina:** 1960-1990. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1993, p. 20.

U-2 sobre Cuba, realizados em 14 de outubro de 1962, que as primeiras informações do que estava acontecendo na ilha vieram à tona. Embora esses vôos não fossem novidade, dessa vez, as fotografias tiradas pelos pilotos trouxeram um elemento inesperado: foram descobertas diversas bases de mísseis nucleares sendo construídos em Cuba, “segundo a CIA, os mísseis tinham alcance de 1600 Km e tinham capacidade de atingir grande parte da orla marítima oriental do país [EUA]. Uma vez armados e prontos para disparo, poderiam explodir sobre Washington em 13 minutos [...]”.²⁴

Essa informação foi passada ao presidente dos Estados Unidos no dia 16 de outubro – data que passou a ser conhecida, através de uma perspectiva essencialmente estadunidense, como o “primeiro dia da Crise dos Mísseis”. O presidente convoca seus principais assessores para uma reunião de emergência: a questão que se coloca é “o que fazer?”. As opções acabam se restringindo a duas alternativas: invadir Cuba ou realizar um bloqueio marítimo, denominado de “quarentena”. A decisão só foi tomada no dia 22, uma segunda-feira: os EUA evitariam a invasão e utilizariam a “quarentena”. Para o Brasil, como o resto do mundo à exceção dos Estados Unidos, era nesse dia que tinha início a Crise dos Mísseis. Portanto, a ideia de 13 dias de crise não representa o sentimento mundial a respeito daquele episódio. Para a humanidade de uma forma geral, os dias mais críticos foram sete: da segunda-feira, dia 22, ao domingo, dia 28 de outubro de 1962. Porém, a Crise dos Mísseis ainda perduraria por algumas semanas.

Às 19 horas da segunda-feira, 22 de outubro, o presidente John Kennedy realizou um pronunciamento na televisão para “mais de 100 milhões de americanos [...], a maior audiência para um pronunciamento presidencial até então”.²⁵ O discurso foi realizado em 17 minutos e estava estruturado em 7 pontos principais, onde destaca-se o ponto 3, no qual o presidente ampliava a Doutrina Monroe para os tempos da Guerra Fria: “3. A política desta nação será considerar qualquer lançamento de projétil nuclear de Cuba contra qualquer nação do hemisfério Ocidental como um ataque da URSS contra os EUA, o que requer uma adequada resposta de represália contra a URSS”.²⁶ A Organização dos Estados Americanos (OEA) aceitou o argumento de expansão da Doutrina Monroe e apoiou a medida de quarentena por unanimidade. Debates na ONU

²⁴ DOBBS, Michael. **Um minuto para a meia-noite**. Kennedy, Kruschew e Castro à beira da guerra nuclear. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 18.

²⁵ Idem, p. 68. Interpolações nossas.

²⁶ Pronunciamento do Presidente John Kennedy na noite do dia 22 de outubro de 1962. In: CASTAÑARES, Juan Carlos Pereira; LILLO, Pedro Antonio Martínez. **Documentos básicos sobre historia de las relaciones internacionales (1815-1991)**. Madri: Complutense, 1995, p. 547.

foram realizados entre os representantes dos EUA (Stevenson) e da URSS (Zorin). Stevenson levou a melhor.

Em 26 de outubro o primeiro-ministro da URSS envia uma carta ao presidente dos EUA propondo a retirada do armamento nuclear de Cuba em troca do compromisso estadunidense de não mais tentar invadir a ilha. Os americanos respiram aliviados! Porém, poucas horas após, mas já no dia 27 chega uma segunda carta de Krushev:

Nós aceitamos retirar de Cuba aqueles materiais que você qualificou de ofensivos, e podemos comprometer-nos a isso no seio das Nações Unidas. Em reciprocidade, seus representantes farão uma declaração no sentido de que os EUA, considerando as dificuldades e a ansiedade do Estado soviético, retirarão da Turquia materiais ofensivos similares.²⁷

O que fazer frente à nova situação? A guerra nuclear está a um passo de ter início. Os assessores de Kennedy o aconselham a tentar negociar. E ele manda uma carta para Krushev nos seguintes termos:

Nós, por nossa parte, estamos dispostos – mediante o estabelecimento dos adequados acordos realizados através das Nações Unidas para assegurar a continuidade e por em marcha desses compromissos – ao seguinte: a) Levantar imediatamente as medidas de quarentena em vigor; b) Dar segurança contra a invasão de Cuba. Confio em que as outras nações do hemisfério Ocidental estão dispostas a atuar do mesmo modo. O efeito de tal acordo sobre a tensão mundial nos permitirá continuar trabalhando acerca de um acordo geral referente a “outros armamentos” como você propõe em sua segunda carta que foi feito pública.²⁸

Tendo garantida a não invasão de Cuba pelos estadunidenses, a União Soviética deixava de ter um dos motivos para manter os mísseis na ilha.²⁹ Porém, quais razões levaram a URSS a se importar tanto com Cuba? Para responder a essa questão, é importante realizarmos uma reflexão acerca do o mundo da Guerra Fria.

²⁷ Troca de correspondências entre Kennedy e Krushev durante a crise cubana. In: CASTAÑARES; LILLO, op.cit., p. 549.

²⁸ Idem, p. 551.

²⁹ O primeiro deles foi a necessidade da defesa de Cuba e de sua revolução socialista. Os cubanos revolucionários remetiam Nikita Krushev às lembranças de seus heróis, como Lênin e seus companheiros de 1917. Além disso, a idéia do internacionalismo era um velho sonho dos marxistas autênticos – e em algum momento de sua vida Krushev foi um autêntico marxista. Um camponês que foi alfabetizado pela Revolução de 1917 e que conseguiu chegar ao mais alto grau do poder em seu país: esse era Nikita Krushev. O segundo motivo foi restabelecer o equilíbrio estratégico do poder. DOBBS, op.cit., p. 63-65. Se a URSS estava em relativa igualdade com os EUA na Guerra Fria, não poderia ser ameaçada pelos mísseis instalados na Turquia, Itália e Inglaterra e não ter uma ameaça de igual calibre. Era preciso ser tão ameaçador quanto o seu inimigo.

John Kennedy, assim como Nikita Krushev, articulavam suas ações e pensamentos dentro dos quadros de um fenômeno específico do pós-guerra e que passou à História sob a nomenclatura de Guerra Fria. Para compreendermos esse quadro geral no qual nossa tese está inserida, é necessário primeiro realizarmos um debate sobre as interpretações referentes a esse fenômeno e, a partir disso, refletirmos e estabelecermos uma cronologia adequada para a inserção de nosso problema e objetivos de pesquisa.

A Guerra Fria teve, entre seus elementos mais consideráveis, a oposição entre duas formações econômico-sociais: o capitalismo e o socialismo. Praticamente em toda a segunda metade do século XX, as disputas entre os blocos capitalista e socialista deram a tônica da vida social. O fenômeno histórico conhecido por Guerra Fria pautou a relação entre os países do globo, mesmo àqueles que contestavam essa nova ordem internacional como, por exemplo, o Egito, a Indonésia, a Iugoslávia, que almejavam novos espaços de relação política entre as nações.

Ao longo do tempo, de acordo com Fred Halliday, os estudiosos de Relações Internacionais tem tido certa “relutância em analisar o fenômeno em termos teóricos”.³⁰ Não seria exagero apontar que os historiadores também apresentam essa dificuldade, o que pode ser depreendido da leitura de obras sobre a Guerra Fria. Embora estabelecer uma leitura teórica da Guerra Fria não seja a preocupação central de nossa tese, faremos uma breve incursão pelo tema para, ao menos, situar o leitor sobre nosso entendimento do fenômeno Guerra Fria.

Procurando solucionar essa deficiência, Halliday se preocupa em destrinchar as quatro abordagens consideradas por ele como mais importantes: a realista, a subjetivista, a internalista e a intersistêmica.³¹

³⁰ HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2007, p. 71.

³¹ Idem, p. 189. Além dessa organização proposta por Halliday, Sidnei Munhoz estabelece as seguintes abordagens: ortodoxia norte-americana (também conhecida como tradicionalista) e que culpa a URSS pela Guerra Fria; a história oficial ou ortodoxia soviética, que vê as origens do conflito e sua permanência no imperialismo estadunidense; o revisionismo, que contesta a ortodoxia norte-americana, vendo a Guerra Fria a partir das determinações internas dos EUA; o pós-revisionismo, sendo entendido como a reatualização, sob vestes acadêmicas, da ortodoxia norte-americana; e o corporatismo, que entende a política externa como profundamente influenciada pela política interna nos EUA. MUNHOZ, Sidnei. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **O Século Sombrio: uma História Geral do Século XX**. Rio de Janeiro: campus, 2004, p. p. 264-268. Após destacar essas “escolas”, Munhoz declara que “devo ainda mencionar, além do já exposto, o inovador trabalho de Fred Halliday.”

O autor aponta que a abordagem realista entende a Guerra Fria como uma continuação do conflito, mesmo que com novas características como “as armas nucleares, a corrida armamentista e a rivalidade ideológica entre o capitalismo-comunismo”.³² Desse modo, a abordagem realista não poderia dar conta da complexidade que o mundo de pós-guerra traz para a análise meticulosa da situação.

A perspectiva subjetivista preconiza o papel desempenhado pelos atores diretamente envolvidos na formulação das políticas externas, sejam esses atores individuais (políticos) ou coletivos (opinião pública). O eixo central dessa “escola” está calcado na percepção, seja ela correta ou equivocada, do contexto internacional através da informação, pois “o conflito poderia ter sido evitado se somente cada um dos lados tivesse sido melhor informado sobre o outro”.³³ A abordagem subjetivista necessita, desse modo, de grande argúcia do analista bem como de informações precisas. Esquece-se, no entanto, que um fenômeno como a Guerra Fria se alimenta justamente da ocultação das melhores informações.

Para Fred Halliday a abordagem internalista destaca a “dinâmica da Guerra Fria dentro, ao invés de entre, dos blocos contendores”.³⁴ Assim, a Guerra Fria seria uma necessidade para as duas formações econômico-sociais, pois justificaria uma série de medidas tomadas com objetivos internos sob uma camuflagem externa. Entender a Guerra Fria a partir dessa visão internalista oculta as diferenças entre as formações econômico-sociais, pois restringe o olhar apenas para o teatro doméstico, prejudicando a comparação entre os produtos das duas realidades.

A “escola” intersistêmica, por sua vez, entende a Guerra Fria como uma disputa entre duas formações econômico-sociais distintas. Através da análise dos pronunciamentos e das práticas dos atores privilegiados do sistema é possível verificar o estatuto de competição que existia entre as duas superpotências, cada qual querendo afirmar-se como mais universalista.

Idem, p. 268. Em razão disso, trabalharemos no corpo do texto de nossa tese com as abordagens demonstradas por Fred Halliday e não com as abordagens propostas por Munhoz.

³² HALLIDAY, op.cit., p. 189.

³³ Idem, p. 190.

³⁴ Idem, ibidem.

Embora seja uma corrente muito forte entre os estudos de Relações Internacionais,³⁵ a abordagem realista não parece dar conta do fenômeno Guerra Fria por não entendê-lo a partir de suas especificidades plenas. Ao não distingui-la do período entre-guerras ou mesmo do pós-Guerra Fria, o realismo perde o componente de historicidade para analisar as relações entre os Estados. A mesma falta de densidade se aplica ao paradigma subjetivista, pois há um forte componente de idealismo presente, obstaculizando o entendimento das condições herdadas do passado em sua análise.

A disputa na forma de entender a Guerra Fria se acirra entre as abordagens internalista e intersistêmica, também conhecidas, respectivamente, como sistema e conflito. Dentre os autores que melhor representam os dois paradigmas, fizemos a opção de trabalharmos com Noam Chomsky e Fred Halliday em razão de fazerem parte de um mesmo arcabouço teórico, o marxista, e pelo alcance de suas reflexões perante a Academia.³⁶

Os argumentos expostos aqui, representativos da abordagem internalista e da abordagem intersistêmica, tem a finalidade de exemplificar as diferentes leituras feitas sobre a Guerra Fria para, em seguida, esclarecer ao leitor nossa orientação teórica sobre a questão.

Noam Chomsky demonstra, em seus estudos, uma crítica intensa aos Estados Unidos e à União Soviética nos quadros da Guerra Fria. Para o autor, que vive e produz em solo estadunidense, tanto seu país quanto a URSS obtiveram vantagens no clamor ideológico da Guerra Fria:

O fato básico e crucial, que nunca é demais repetir, é que o **sistema** da Guerra Fria é altamente funcional para as superpotências, e é por isso que ele persiste, apesar da probabilidade de mútua aniquilação no caso de uma falha acidental, que ocorrerá mais cedo ou mais tarde.³⁷

Seria mais realista considerar o **sistema** da Guerra Fria como uma macabra dança da morte na qual os governantes das superpotências mobilizam suas

³⁵ Para além do próprio Halliday, ver o ensaio de Williams Gonçalves. GONÇALVES, Williams. Relações Internacionais: um balanço teórico-historiográfico. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **O Século Sombrio: uma História Geral do Século XX**. Rio de Janeiro: Campus, 2004, p. 39-42.

³⁶ Dentro desses mesmos critérios, poderíamos ter também escolhido Edward Thompson e Eric Hobsbawm. Não o fizemos em razão de estarmos mais convencidos dos argumentos de Chomsky e Halliday enquanto leitura “de fundo” da Guerra Fria, em específico.

³⁷ CHOMSKY, Noam. **Armas Estratégicas, Guerra Fria e Terceiro Mundo**. In: THOMPSON, Edward (org.). **Exterminismo e Guerra Fria**. São Paulo: Brasiliense: 1985, p. 190. Grifos nossos.

populações em apoio a medidas severas e brutais contra as vítimas no interior daqueles que consideram seus respectivos domínios, onde estão “protegendo seus legítimos interesses”. Com esta finalidade, o recurso à suposta ameaça do poderoso inimigo global tem-se verificado dos mais úteis. Neste sentido, a Guerra Fria revelou-se altamente funcional para as superpotências, sendo este um dos motivos pelos quais persiste, não obstante a perspectiva de dizimação recíproca se o **sistema** sair dos trilhos, o que provavelmente acontecerá mais cedo ou mais tarde.³⁸

Percebe-se que, para o autor, tanto EUA quanto URSS utilizam-se da retórica apocalíptica da Guerra Fria para defender/expandir os interesses mais prementes de seus governantes. Não há maiores críticas a esse respeito. Todavia, nos parece que Chomsky, ao associar diretamente os governantes das superpotências com o papel de cada sistema econômico-social, limita em muito os aspectos ideológicos de cada superpotência. A nosso ver, embora sua crítica não seja desvalida de conteúdo histórico, ela coloca no mesmo nível as duas concepções de mundo em disputa no período conhecido como Guerra Fria, ocultando, assim, elementos significativos de análise.

Fred Halliday, talvez, seja a maior expressão do paradigma intersistêmico. O autor demonstra que há diferenças entre as duas formações econômico-sociais, logo, elas não buscavam os mesmos objetivos. Ao enfatizar que o capitalismo existe e faz parte das características de uma das formações econômico-sociais, embora os teóricos da Guerra Fria obscureçam esse fato, Halliday consegue fortalecer sua tese de que há diferenças fundamentais entre EUA e URSS.³⁹ Logo, fica patente que o conflito entre Estados Unidos e União Soviética existe e molda as relações internas e externas:

*Enquanto os dois sistemas distintos existiram, o **conflito** da Guerra Fria estava destinado a continuar: a Guerra Fria não poderia terminar com o compromisso ou a convergência, mas somente com a prevalência de um destes sistemas sobre o outro. Somente quanto o capitalismo prevalecesse sobre o comunismo, ou vice-versa, o conflito intersistêmico se encerraria.*⁴⁰

Despojado de suas referências específicas aos EUA [George Kennan], e de seu tom vanglorioso, isto apresentou um programa claro para a conduta de um **conflito** intersistêmico, baseado, acima de tudo, na competição entre dois sistemas e no objetivo, não da paz ou do compromisso, mas de finalmente prevalecer sobre o outro. O que é impressionante é como esta formulação, explicitada em uma das afirmações estratégicas clássicas da Guerra Fria,

³⁸ CHOMSKY, Noam. **Rumo a uma nova guerra fria**: Política Externa dos EUA, do Vietnã a Reagan. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 321-322. Grifos nossos.

³⁹ HALLIDAY, op.cit., p. 195.

⁴⁰ Idem, p. 192. Grifos em negrito nossos.

encontrou tão pouca reflexão na teoria das RI ou em subseqüentes reflexões sobre o caráter essencial do conflito.⁴¹

A experiência histórica provou que Halliday estava correto. A Guerra Fria terminou – embora a data de término seja passível de debates, como veremos a seguir – tendo tido um vencedor e um derrotado. No entanto, cabe o registro de que quando Noam Chomsky escreveu os dois textos utilizados aqui, havia muitas indefinições quanto ao futuro da Guerra Fria. Ao passo de quando Fred Halliday escreveu seu livro a Guerra Fria já estava encerrada e os Estados Unidos eram a potência hegemônica no sistema internacional.

Feito o esclarecimento relativo à forma pela qual compreendemos o fenômeno Guerra Fria é chegada a hora de traçar o quadro histórico no qual se desenvolveu esse conflito entre as duas superpotências. Mesmo que o centro da pesquisa que move nossa tese esteja muito delimitado a poucos dias do ano de 1962, se faz necessário a construção de uma periodização para a Guerra Fria que contemple a exata importância do acontecimento “Crise dos Mísseis” na dinâmica histórica da segunda metade do século XX.

Para alguns autores, como Claude Delmas, a Guerra Fria tem início em 1945 com a Conferência de Yalta e se encerra em 1963 com o Tratado de Proibição Limitada de Testes, o primeiro acordo entre Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) visando algum tipo de controle sobre as armas nucleares.⁴² Essa periodização, embora valorize a consequência direta da Crise dos Mísseis como momento de encerramento da Guerra Fria, oblitera uma série de desdobramentos importantes no conflito entre EUA e URSS, diminuindo muito a complexidade do fenômeno.

Outros autores, como José Arbex Jr, por exemplo, vêem a Guerra Fria em um espectro de tempo mais amplo.⁴³ Para esse autor, a Guerra Fria tem início também na Conferência de Yalta, mas se estende até os dias de hoje (seu livro é de 1997), pois a

⁴¹ HALLIDAY, op.cit., p. 194. Grifos nossos.

⁴² DELMAS, Claude. **Armamentos Nucleares e Guerra Fria**. São Paulo: Perspectiva, 1979. A mesma periodização é utilizada por Déa Fenelon. FENELON, Déa R. **A guerra fria**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

⁴³ ARBEX JR, José. **Guerra Fria**: Terror de Estado, política e cultura. São Paulo: Moderna, 1997.

influência se faz sentir em diversos aspectos da vida social: como o uso da tecnologia, a invasão do Iraque pelos Estados Unidos, as experiências nucleares da França no atol de Mururoa em 1995. Seguindo a mesma linha de interpretação de Arbex Jr, poderíamos dizer que ainda estamos na Guerra Fria em função dos testes nucleares do Irã e Coréia do Norte. No entanto, diminuir a tal grau a importância da dissolução da URSS traz em seu bojo uma concepção ahistórica sobre o fenômeno que expressou as contradições do mundo de pós-guerra.

Ronald E. Powaski amplia o quadro da Guerra Fria. Para o autor, a Guerra Fria tem início em 1917 com a Revolução Russa. É a partir desse modo alternativo de organização da vida social que o conflito vai ser gerado. Em uma obra que almeja a “História Total”, Powaski, apesar de buscar as origens em 1917, vai enfatizar o período de “contenção” a partir do governo Truman (1945-1953); após, fará uma análise da “globalização” da Guerra Fria, com sua respectiva expansão ao redor do mundo (1953-1961); abordará a década de 1960 como um período de enfrentamento e cooperação (1961-1969); usará o termo distensão entre as superpotências para um período bastante curto (1969-1977); encarará o governo de Carter como o momento de transição da distensão (1977-1981); verá a década de 1980 como o momento da “Guerra Fria de Reagan” (1981-1989); e encerrará o conflito durante o governo de George Bush (1989-1991).⁴⁴ Apesar do argumento de que é a partir de 1917 que a oposição entre dois modelos alternativos e excludentes de vida se coloca como principal fator de análise, Powaski tem dificuldade para escapar das análises mais comuns do conflito, haja vista a ênfase dada a Truman e sua doutrina de contenção. Além disso, não vemos diferenças significativas entre os períodos de 1945-1953 e 1953-1961, para nossa leitura esse período é homogêneo no sentido da existência de um confronto indireto entre as superpotências, pois Guerra da Coreia, Hungria, Berlim, Suez estão todos dentro do mesmo padrão.

Embora encerre a mesma problemática no início da cronologia da Guerra Fria que Powasky, William R. Keilor avança, em nossa leitura, ao destacar o ano de 1962 como ano de ruptura, em razão da Crise dos Mísseis, para o desenvolvimento da Guerra Fria. Keilor destaca um período inicial no qual a bipolarização está em formação identificando esse momento com as administrações Truman e Stalin (1945-1953);

⁴⁴ POWASKI, op.cit.

aborda os anos 1950 e início da década de 1960 sob a ótica de uma coexistência e confrontação (1953-1962); coloca os anos pós Crise dos Mísseis como período de distensão e multipolaridade de poder (1962-1975); e traz o ressurgimento das tensões entre o Leste e o Oeste com o fim da Guerra Fria (1975-1985).⁴⁵ Não concordamos com Keylor quando fala em multipolaridade de poder durante o período que compreende, aproximadamente, a Guerra do Vietnã. Apesar de as duas superpotências não terem se colocado frente a frente após 1962, travando seus confrontos sempre de forma indireta no Terceiro Mundo, ainda eram dois os pólos de poder: EUA e URSS. Quanto ao final da Guerra Fria, William Keilor enfatiza o ano de 1985 em razão da assunção de Mikael Gorbachev na URSS. Essa opção, todavia, descaracteriza a importância simbólica de 1989 e a importância real de 1991 para o fim do socialismo enquanto fenômeno histórico.

Em um debate bastante atual, Paulo Fagundes Vizentini se preocupa com as implicações para a Guerra Fria do entendimento sobre sua dinâmica de conflito ou sistema. Vizentini percebe o início da Guerra Fria com a Doutrina Truman estabelecendo essa fase inicial até a criação das duas Alemanhas, em uma situação predominantemente européia e conhecida por *Pax Americana* (1947-1949); da Guerra da Coreia a Crise dos Mísseis é encarado como um período de conflitos e coexistência pacífica (1950-1962); os anos 1960 e 1970 são entendidos, após a Crise dos Mísseis, como um período de distensão (*détente*) (1962-1979); e, por fim, há uma nova dinâmica de endurecimento patrocinada pelos EUA, a qual a URSS não consegue acompanhar e entra em colapso, assinando o acordo de redução de armamentos em dezembro de 1987 e dando fim à Guerra Fria (1979-1987).⁴⁶ Não concordamos com a etapa final proposta por Paulo Vizentini, no qual a queda do Muro de Berlim e a dissolução da URSS seriam conseqüências de 1987, em virtude da necessidade de aceitação pelas pessoas do fato que a Guerra Fria teve seu fim. A nosso juízo, em termos universais, essa aceitação do final do fenômeno só vem com a importância real da desconstrução de símbolos, como acabaram se tornando o Muro de Berlim e a própria URSS.

⁴⁵ KEYLOR, William R. **El mundo del Siglo XX: la guerra fría entre las superpotências**. Buenos Aires: Editorial Docencia, 1997.

⁴⁶ VIZENTINI, Paulo Fagundes. A Guerra Fria (1947-1987): conflito ou sistema? In: **História: debates e tendências**. Revista do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo, Vol. 6, nº 2, 2006, p. 9-38, 2006.

Cristina Soreanu Pecequilo aborda as modificações existentes na Guerra Fria da seguinte maneira: uma fase de “confrontação” entre as duas superpotências (1947-1962); um período, em função da Crise dos Mísseis, no qual se procura um distanciamento de conflitos (1963-1969); uma etapa de “détente”, onde se distendam as relações político-econômicas (1969-1979); uma volta da confrontação (1979-1985); e, por último, a fase de diálogo e capitulação da URSS (1985-1989).⁴⁷ Apesar de entendermos essa periodização ainda imperfeita em seus finais, há uma argumentação central que a fortalece: a política de contenção, também conhecida por Doutrina Truman, que “sem abandonar seus referenciais básicos, passou por essas fases e pelas mais diversas presidências norte-americanas, agregando novas prioridades e temas à agenda, com ações e comportamentos diferenciados para as relações internacionais dos Estados Unidos durante os anos de 1947 a 1989”.⁴⁸ Embora a autora invalide essa cronologia para a América Latina argumentando que “as ações dos Estados Unidos tiveram uma lógica diferenciada na América Latina, sendo influenciadas por perspectivas tradicionais sobre o hemisfério e por acontecimentos específicos no continente e no mundo”⁴⁹ compreendemos que, para os propósitos de nossa tese, esse marco seja o adequado, por ser a Crise dos Mísseis um episódio que ultrapassa, em muito, a política externa estadunidense para a América Latina.⁵⁰

Ressaltamos que as pesquisas foram realizadas em vários locais diferentes. A documentação é esparsa e está distribuída em vários arquivos. Na cidade do Rio de Janeiro, tivemos acesso ao Arquivo privado San Tiago Dantas no Arquivo Nacional e ao Arquivo Hermes Lima no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas.

Também tivemos acesso ao Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores (AHMRE), situado no Palácio Itamaraty, em Brasília, no qual pudemos pesquisar a documentação ostensiva, **confidencial** e **secreta** produzida por diversas embaixadas do Brasil e pelo próprio ministério, sendo que alguns dos documentos

⁴⁷ PECEQUILO, op.cit.

⁴⁸ Idem, p. 167.

⁴⁹ Idem, p. 216.

⁵⁰ Além disso, Serge Berstein e Pierre Milza afirmam que “no nível regional, a ‘crise dos mísseis’ é o desfecho de um processo que teve início três anos antes, quando os guerrilheiros de Fidel Castro, refugiados na Sierra Maestra desde 1956, ocuparam Havana, depois de uma longa marcha através da ilha, expulsando do poder o ditador Batista, que há muito tempo era sustentado pelos Estados Unidos.” BERSTEIN; MILZA, op.cit., p. 268.

confidenciais e **secretos** foram desclassificados a nosso pedido, o que nos permite, como aponta Carlos Fico, nos aproximarmos melhor das estratégias e das ações empreendidas por quem os elaborou “pois são produzidos, portanto, com a franqueza de quem escreve sem o temor de ver seu texto usado de maneira indevida”,⁵¹ conferindo, assim, originalidade à nossa tese.

Salientamos que realizamos nesse ano de 2014 uma segunda visita a esse arquivo, com a intenção de realizar pesquisa nos documentos classificados como **ultrasecretos** sobre a questão de Cuba, que deveriam ter sido abertos em 2012. No início de 2013, fizemos consulta ao Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores sobre a possibilidade de pesquisar esses documentos, ao que nos foi respondido que só estariam disponíveis a partir de abril de 2014. Em abril de 2014, fizemos novo contato por e-mail com o AHMRE, destacando nosso interesse em realizar a pesquisa nos documentos **ultrasecretos** e obtivemos consentimento para realizar a pesquisa no período de 19 a 23 de maio de 2014. Chegando lá, nos foi informado que não existem esses documentos, e que no Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores só existem documentos classificados como **ultrasecretos** das embaixadas por nós solicitadas – ou os emitidos pelo MRE conforme também solicitamos – a partir do ano de 1968. Porém, não estamos convencidos da inexistência desses documentos e temos, inclusive, indícios de que eles podem ser os telegramas enviados de Havana para o MRE sob os números 343 e 344 (seriam do dia 24 de outubro e teriam relação com a reunião da OEA) e 350, 355, 362 e 363 (seriam entre o dia 28 e 31 de outubro e estariam relacionados com a Missão Albino Silva). Assim como a História que estuda as mudanças ocorridas nas sociedades, temos o entendimento de que as conclusões dessa tese ainda poderão ser passíveis de mudanças quando esses documentos aparecerem. Nessa mesma cidade, na Biblioteca do Senado Federal, pudemos realizar a consulta às edições dos meses de setembro, outubro e novembro de 1962 do jornal *O Estado de São Paulo*, escolhido como fonte periódica por duas razões: ser um jornal de oposição ao governo de João Goulart de forma geral e à PEI de forma particular, possibilitando um “contrabalanço” das fontes oficiais utilizadas por nós; e por, via de regra, a historiografia sobre o período desprezar a

⁵¹ FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2014, p. 58.

utilização de jornais de São Paulo como fonte, priorizando quase sempre a grande imprensa do estado do Rio de Janeiro.

Na cidade de São Paulo, realizamos a tomada do depoimento do ex-deputado Almino Affonso, que fora líder do PTB na Câmara dos Deputados durante a Crise dos Mísseis e nos recebeu de forma muito amistosa em seu apartamento. Também foram importantes as memórias escritas alguns anos após os acontecimentos por Afonso Arinos e Hermes Lima, além da importante contribuição dos pronunciamentos do presidente João Goulart que hoje se encontram á disposição na internet, no site da Casa Civil do governo federal.

Estabelecido este contato inicial com a Política Externa Independente, a Crise dos Mísseis e a Guerra Fria e as fontes pesquisadas em um eixo teórico e metodológico que as articule, é chegada a hora de evidenciarmos como o trabalho se estrutura. No primeiro capítulo, discutiremos o conceito de nacionalismo e as formas pelas quais a Política Externa Independente esteve ancorada em seus pressupostos ao longo do período da experiência democrática de 1946-1964, bem como realizaremos uma incursão sobre os trabalhos mais relevantes acerca da Política Externa Independente enfatizando, sempre que possível – dado o pouco destaque que a bibliografia especializada apresenta – sua articulação com a Crise dos Mísseis. Dessa maneira este capítulo mescla aspectos teóricos e historiográficos para a contextualização histórica do período estudado.

No segundo capítulo, demonstraremos as relações estabelecidas entre a Revolução Cubana e o governo de John Kennedy nos Estados Unidos. Além disso, procuraremos evidenciar como o governo de João Goulart percebia a Revolução Cubana nos meses anteriores a Crise dos Mísseis e de que forma essa percepção contribuiu para a posição brasileira na Reunião Informal dos Chanceleres.

O próximo capítulo procurará ilustrar a reação do governo Goulart ao pronunciamento do presidente John Kennedy sobre a questão de Cuba. Nessa parte do trabalho, também procuraremos analisar a posição defendida pelo Brasil na Organização dos Estados Americanos em suas dimensões políticas internas e externas.

O quarto capítulo apresentará as propostas de intervenção que o governo Goulart procurou desenvolver durante a questão de Cuba. Para tanto, nos deteremos em três

ações desenvolvidas pela Política Externa Independente na tentativa de influenciar na resolução do conflito.

No último capítulo analisaremos os impactos que a Política Externa Independente, de modo geral, e a Crise dos Mísseis, de modo específico, causaram na vida política interna do país. Por fim, examinaremos as relações entre os governos de João Goulart e John Kennedy até o momento em que a questão de Cuba chegou ao seu momento máximo de tensão, produzindo modificações importantes a respeito da Política Externa Independente.

Se a História é a “ciência que estuda os homens no tempo”⁵² ela só é capaz de existir a partir das fontes, que são vestígios humanos produzidos no momento dos acontecimentos ou, em alguns casos, 50 anos depois, como no depoimento a nós concedido por Almino Affonso. A partir do trabalho do historiador, cruzando fontes, interrogando-as, descobrindo como foram produzidas e a quem se destinavam, comparando-as com outras produções de historiadores é possível nos aproximarmos – através de todo esse trabalho – não mais do que de uma pequena parcela do acontecido. Que bom, então, que esse foi o resultado desse trabalho.

⁵² BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 55

Capítulo I

NACIONALISMO E POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE

A Política Externa Independente tem no nacionalismo a sua matriz. Dessa forma, trataremos a PEI teórica e metodologicamente dentro do arcabouço do nacionalismo, um dos conceitos mais difundidos pela História Política. Entendemos ser a partir dele que melhor se explica a relevância da Política Externa Independente para o período estudado.

Mesmo com graus variáveis, o nacionalismo – juntamente com a idéia do desenvolvimento – é a tônica dos governos Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, estando presente inclusive nos momentos de transição entre a morte do presidente Vargas e a posse do presidente Kubitschek.

Por essa razão, estabeleceremos uma cronologia para os anos 1946-1964 tendo como pano de fundo, sempre, o nacionalismo. Porém, entendemos que o nacionalismo, mesmo nesse período de tempo tão curto, tem especificidades que não podem deixar de ser analisadas. Assim, faremos um recorte cronológico que atenda a uma divisão em três partes: o nacionalismo no início da década de 1950 (1951-1955); o nacional-desenvolvimentismo (1956-1960) e o nacional-reformismo (1961-1964).

1.1 – Sobre o conceito de Nacionalismo

A inspiração para a divisão do conceito de nacionalismo para o período 1951–1964 no Brasil advém do trabalho de um dos mais brilhantes historiadores de todos os tempos, Eric Hobsbawm. Hobsbawm avança no estudo do nacionalismo ao abordá-lo enquanto fenômeno histórico, possuindo, desta maneira, uma gênese, um desenvolvimento, e tendo, um dia, um final.

Assim como Ernest Gellner⁵³ e Benedict Anderson,⁵⁴ Eric Hobsbawm vê o início do nacionalismo no século XVIII, como fenômeno do capitalismo.⁵⁵ Para Hobsbawm, no início do nacionalismo, próximo à Revolução Francesa, a nação não tinha a ver “com etnicidade, língua comum, religião, território e lembranças históricas comuns”.⁵⁶ Para aqueles homens e mulheres, o que compunha a essência de uma nação era o exercício da cidadania, o sentido de pertencimento, como bem descreveu Benedict Anderson.⁵⁷

No transcorrer do século XIX, o nacionalismo deixa de ter predominância revolucionária e passa a estar sob a hegemonia liberal. Dessa maneira, poderíamos dizer que a liberdade se sobrepôs à igualdade, dentro de uma perspectiva da tríade do discurso revolucionário. Isto favoreceu para que o elemento fundamental do nacionalismo liberal

⁵³ GELLNER, Ernest. **Nações e nacionalismo**. Lisboa: Gradiva, 1983.

⁵⁴ ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁵⁵ HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. Outros estudiosos dirão, ainda, que o nacionalismo e a nação têm mais de dois milênios, como é o caso de Anthony D. Smith ou Lord Acton, embora essa não seja a periodização utilizada para esta pesquisa. SMITH, Anthony D. O nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal. **Um mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 185-208; ACTON, Lord. Nacionalidade. In: BALAKRISHNAN, Gopal. **Um mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 23-43.

⁵⁶ HOBBSAWM, op. cit., p. 33

⁵⁷ Benedict Anderson entende a nação como “uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana”. Dialoga diretamente com Gellner, ao criticar esse por associar a invenção das nações a “contrafação” e “falsidade”, quando deveria interpretar essa invenção como “imaginação” e “criação”. E explica a nação como “imaginada porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão”. Anderson elabora, como acabamos de perceber, a explicação daquilo que daqui por diante nos referiremos como sentimento de nacionalidade, ou sentimento nacional. Além disso, a nação é imaginada como soberana pelo momento na qual ela nasceu, época do Iluminismo e da Revolução Francesa, pautada pela participação, cidadania e reivindicação de autodeterminação. E por fim, é imaginada como comunidade por ser capaz de produzir um sentimento de pertencimento, com um companheirismo profundo e horizontal, fraterno como um dos componentes da tríade discursiva revolucionária. ANDERSON, op.cit., p. 32-34.

fosse a economia, mesmo que a cultura fosse observada em determinados discursos.⁵⁸ Assim, podemos perceber que o nacionalismo econômico teve importância também na Europa, em uma dada conjuntura histórica, não sendo privilégio dos países latino-americanos, e nos limites deste trabalho, do Brasil dos anos 1951 a 1964.

É importante ressaltarmos que Hobsbawm observa nas massas votantes a força que a questão nacional toma após 1880. Para o autor, o fenômeno político do nacionalismo só “se tornou crescentemente central na era da política de massas e da democratização européia”.⁵⁹ Pois nessa conjuntura histórica, o nacionalismo passava por uma alteração não de finalidades, mas de objetivos: suas finalidades eram as mesmas da época da Revolução Francesa, unir o povo; seus objetivos modificaram-se, de princípios políticos de cidadania extensiva para princípios econômicos de expansão do capitalismo.

Para Hobsbawm, o apogeu do nacionalismo se dá na Europa Ocidental no período compreendido entre o fim da Primeira Guerra Mundial e a década de 1950. A partir da formação da Liga das Nações – como resposta ao colapso dos impérios multinacionais da Europa Central e Oriental e da emergência da Revolução Russa – o princípio de nacionalidade do presidente estadunidense Wilson tentou fazer com que as fronteiras dos Estados coincidissem com as fronteiras das nacionalidades e das línguas. Ao longo do tempo essas divisões artificiais trariam novas transformações ao nacionalismo, em especial ao dos Estados mais recentes, como Alemanha e Itália, pois “o nacionalismo sofreu uma mutação: de um conceito associado ao liberalismo e à esquerda, para um movimento da direita chauvinista, imperialista e xenófoba, ou mais precisamente, da direita radical”.⁶⁰ Hobsbawm, ao analisar o período entre-guerras na Europa, aponta que “o nacionalismo adquiriu uma forte associação com as esquerdas durante o período antifascista, associação essa que foi reforçada subseqüentemente pela experiência da luta antiimperialista nos países coloniais”,⁶¹ o que nos permite relacionar o nacionalismo e as esquerdas no Brasil, em razão principalmente de um discurso comum antiimperialista, ao longo do período 1951-1964.

⁵⁸ HOBBSAWM, op.cit., p. 44.

⁵⁹ Idem, p. 55-56.

⁶⁰ Idem, p. 144. Processo de transformação semelhante poderia ser descrito como o acontecido no Brasil: na passagem do nacionalismo do período democrático, para o nacionalismo ufanista dos ditadores militares que assumiram o Estado com o golpe civil-militar de 1 de abril de 1964.

⁶¹ Idem, p. 176.

Por fim, Eric Hobsbawm analisa o período posterior a 1950 na Europa. Com a perspectiva de fim do século XX, o autor demonstra como o nacionalismo – inicialmente um fenômeno histórico do capitalismo que visava a união do povo e posterior expansão passou, ao longo dos anos, de um discurso liberal e de esquerda a um discurso xenófobo e de direita – já não se preocupava mais com o desenvolvimento histórico, em uma perspectiva otimista. Os nacionalismos de fins do século XX passaram a ser “essencialmente negativos, ou melhor, separatistas. Daí, a insistência colocada nas diferenças étnicas e lingüísticas, que aparecem, às vezes, de forma individual ou combinada com a religião”.⁶² No entanto, reafirma o caráter histórico do nacionalismo mais recentemente, ao nos advertir que embora “nada de bom advirá disso”, também “não vai durar para sempre”.⁶³ É a partir dessa contribuição de Eric Hobsbawm como instrumento de análise que nos valeremos no desenvolvimento desse capítulo, de forma consciente, sem nos preocuparmos em seguir o mesmo padrão evolutivo do nacionalismo europeu, pois há muito já sabemos que as realidades históricas seguem seus próprios rumos.

Embora o nacionalismo brasileiro não tenha se desenvolvido de forma separatista como o europeu, sofreu significativas mudanças ao longo de sua existência por ser um fenômeno histórico.

O nacionalismo trabalhista/petebista, nos primeiros anos de atuação do partido, confundia-se com o nacionalismo varguista, e no segundo governo Vargas (1950-1954), com os projetos econômicos do governo federal. Dessa forma, o PTB e significativos segmentos da população trabalhadora brasileira naqueles anos se mobilizaram em torno da defesa de projetos governamentais, como os referentes à implantação de empresas estatais, a saber: Companhia Vale do Rio Doce, Petrobras, Eletrobrás e Fábrica Nacional de Motores. Tal objetivo de dotar o país de uma ampla rede de indústrias de base e de infra-estrutura controladas pelo Estado fundia duas concepções: **estatismo e nacionalismo**.⁶⁴

Em trabalho recente, Daniel Aarão Reis extrapola ainda mais o emprego do termo nacional-estatismo. Interpretando nacional-estatismo como uma cultura política de longa duração – embora advirta que ainda está em estágio inicial de pesquisa – Aarão

⁶² HOBBSAWM, op. cit., p. 196.

⁶³ HOBBSAWM, Eric. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, Gopal. **Um mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 282.

⁶⁴ NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 184-185.

Reis propõe o emprego do termo, em função de várias características comuns, na análise de quatro períodos da História do Brasil Contemporâneo:

Este artigo examina, em grandes linhas, o nacional-estatismo no tempo longo. Selecionaram-se quatro grandes “momentos”: a ditadura do Estado Novo (1937-1945); os anos democráticos e “dourados” de Juscelino Kubitschek (1955-1960); os “anos de ouro e de chumbo” do governo Médici (1969-1974); e, finalmente, os dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).⁶⁵

Em que pese não discordemos de que haja sim um fundo nacional-estatista em todos esses períodos, acreditamos que a análise pode ser mais rica se, conforme nos ensinou Hobsbawm, entendermos como o conceito de nacionalismo se modifica ao longo do tempo. Vale lembrar que o governo do ditador Ernesto Geisel (1974-1979), com sua proposta de Brasil Potência, repetiria quase todos os mecanismos nacional-estatistas, arrolados por Reis Filho, porém sem o mesmo sentido de incorporação política dos trabalhadores presentes no início dos anos 60. Assim como também se os anos do ditador Médici foram de “ouro e chumbo” – e de fato o foram – o ouro é um metal nobre e finito, portanto, não é de fácil acesso, acaba sendo restrito a elite. Ao passo que no governo Lula, a despeito de todos seus problemas, a distribuição da riqueza foi muito mais alargada e em todas as classes sociais, não apenas para a elite.

1.1.1 – O Nacionalismo no início da década de 1950

Segundo Simon Schwartzman,⁶⁶ foi a partir de agosto de 1952 que um grupo de intelectuais começou a se reunir para discutir os grandes problemas da sua época, em especial os relativos às formas de o país superar o subdesenvolvimento. Como o local de encontro desse grupo era o Parque Nacional de Itatiaia – entre o Rio de Janeiro e São Paulo – ele ficou conhecido como Grupo de Itatiaia. E, já a partir de 1953, esse grupo se articulou para criar o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) e editar os *Cadernos de Nosso Tempo*. Ainda de acordo com Simon Schwartzman, “a

⁶⁵ REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 15.

⁶⁶ SCHWARTZMAN, Simon. Seleção e introdução. In: SCHWARTZMAN, Simon. **O Pensamento Nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”**. Brasília: UNB, 1979, p. 3.

importância do IBESP e dos Cadernos é que eles contêm, no nascedouro, toda a ideologia do nacionalismo, que ganharia força cada vez maior no país nos anos subseqüentes, e serviriam de ponto de partida para a constituição do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)”.⁶⁷

Para Schwartzman, o IBESP teria funcionado entre 1953 e 1956, tendo editado 5 volumes dos referidos Cadernos. Embora o autor aponte o IBESP e os *Cadernos de Nosso Tempo* como sendo o berço da ideologia do nacionalismo e do ISEB, nos parece que o nacionalismo já era uma constante no Brasil dos anos 40/50, sendo o diferencial do IBESP e dos *Cadernos de Nosso Tempo*, segundo o autor, a sistematização desse nacionalismo, que é o que ele aponta como *toda a ideologia do nacionalismo*.

O foco da apresentação sobre os *Cadernos de Nosso Tempo* escrita por Simon Schwartzman é o IBESP. Ele cita o ISEB apenas como um continuador do projeto do IBESP, ao contrário de Caio Navarro de Toledo que tem no ISEB seu foco privilegiado de análise, e por isso mesmo, cita o IBESP apenas como embrião do ISEB.

Schwartzman, assim como Toledo em relação ao ISEB, aponta existirem diferentes correntes teóricas na composição do IBESP.⁶⁸ O que se justifica, dada a extensa nominata dos colaboradores dos *Cadernos de Nosso Tempo*.⁶⁹ Mesmo com essa longa lista de nomes, e com a pluralidade de interpretações que ela possibilitava, alguns elementos davam coesão e unidade a esses intelectuais, em maior ou menor grau, a saber:

A preocupação com o subdesenvolvimento brasileiro, a busca de uma posição internacional de não alinhamento e de “terceira força”, um nacionalismo em relação aos recursos naturais do país, uma racionalização maior da gestão pública, maior participação de setores populares na vida política [...]⁷⁰

Esses elementos nos interessam, para efeitos desse trabalho (com exceção do que se refere à racionalização da gestão pública), por estarem intimamente ligados com

⁶⁷ SCHWARTZMAN, op. cit., p. 3

⁶⁸ Idem. TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB**: fábrica de ideologias. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 10-12; 116.

⁶⁹ São eles: Alberto Guerreiro Ramos, Candido Mendes de Almeida, Carlos Luís Andrade, Ewaldo Correia Lima, Fabio Breves, Heitor Lima Rocha, Hélio Jaguaribe, Hermes Lima, Ignácio Rangel, João Paulo de Almeida Magalhães, José Ribeiro de Lira, Jorge Abelardo Ramos, Juvenal Osório Gomes, Moacir Félix de Oliveira e Oscar Lorenzo Fernandes. SCHWARTZMAN, op.cit., p. 3.

⁷⁰ Idem.

os pressupostos da Política Externa Independente. Além disso – que por si só já justificaria plenamente esse primeiro período do nacionalismo proposto por nós – um dos colaboradores do IBESP é Hermes Lima. Durante o governo João Goulart (1961-64), Hermes Lima ocupou os cargos de primeiro-ministro na fase parlamentarista e, cumulativamente, o de ministro das Relações Exteriores entre os meses de setembro de 1962 e janeiro de 1963, continuando à frente da pasta das Relações Exteriores até junho de 1963, já então no sistema presidencialista de governo.⁷¹ Hermes Lima representaria, no decorrer do governo de João Goulart, uma influência muito grande sobre o pensamento político do presidente, tanto por sua sólida formação intelectual quanto pela comunhão existente entre os dois políticos a partir do entendimento que as soluções para os problemas brasileiros passariam, obrigatoriamente, pelas reformas dentro de um projeto político de viés nacionalista.

Ainda segundo Simon Schwartzman, e aqui o seu trabalho se mostra extremamente pertinente para nossos objetivos principais, os intelectuais do IBESP tinham em seu horizonte de análises

a grande preocupação do IBESP com temas relativos à política internacional [...] parece responder ao clima particularmente agudo da Guerra Fria no início da década de 50, não permanecendo no tempo a não ser no esforço de aproximação com os novos países africanos, e uma idéia de uma política externa independente que não deixaria de produzir seus frutos.⁷²

No estudo já clássico de Caio Navarro de Toledo sobre o ISEB, suas preocupações são de caráter ideológico e filosófico, como ele mesmo faz questão de esclarecer no prefácio da obra. Com refinada análise utilizando-se de um aparato conceitual baseado em ideologia e alienação, conceitos marxistas muito bem trabalhados pelo autor, sua obra privilegia aquilo que consideraremos o segundo momento do nacionalismo, ou seja, o nacional-desenvolvimentismo. O próprio autor nos adverte quanto a isso: “Detivemo-nos particularmente no exame dos trabalhos isebianos publicados durante o período chamado de desenvolvimentismo (governo

⁷¹ No livro organizado por Simon Schwartzman um dos ensaios é de autoria de Hermes Lima, com o expressivo título de “Significação do Nacionalismo”.

⁷² SCHWARTZMAN, op.cit., p. 4. Quando o autor se refere a “não permanecendo no tempo...” está se referindo, possivelmente, ao fato de essa preocupação não estar entre as preocupações centrais dos intelectuais do ISEB no período de 1956-1960.

Juscelino Kubitschek – 1956-1960), embora sejam assinaladas algumas referências que apontam para (e interpretam) outros momentos da vida da instituição”.⁷³

Para Toledo “a idéia-matriz que permitiu a criação do ISEB estava sendo gestada desde os primeiros anos do último governo Vargas. Pode-se mesmo afirmar que o ISEB sucedeu o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP)”.⁷⁴ Toledo se refere ao Decreto nº 57.608, datando de 14 de julho de 1955, assinado pelo presidente João Café Filho,⁷⁵ como sendo o momento de fundação do ISEB. E acrescenta outros nomes componentes do IBESP que não constavam na lista de Schwartzman, como Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré e Roland Corbisier, que somados aos nomes de Alberto Guerreiro Ramos, Candido Mendes de Almeida e Hélio Jaguaribe, formariam o núcleo dos intelectuais de “primeira hora” do ISEB.⁷⁶

Caio Navarro de Toledo separa o ISEB em três fases: 1) da criação até a “encampação” juscelinista (um curto período, de aproximadamente 6 meses); 2) o quinquênio juscelinista (no qual aprofunda seu trabalho); 3) o período que acompanha as Reformas de Base (nesse período, a análise é extremamente superficial; seria algo correspondente aos governos Jânio Quadros e João Goulart).⁷⁷ Toledo faz a seguinte afirmação, a respeito da fase “3”: “A perspectiva nacionalista – decisiva no momento anterior – aqui se encontra, se não negada, pelo menos sensivelmente atenuada”.⁷⁸ Não estamos de acordo com essa afirmação, por entendermos que nessa fase o nacionalismo se radicaliza à esquerda do espectro político.⁷⁹

⁷³ TOLEDO, op.cit., p. 26.

⁷⁴ Idem, p. 203.

⁷⁵ A alusão a esse documento também é feita por Alzira Alves de Abreu. Além disso, ela traz algumas instigantes vinculações entre membros do ISEB, como Hélio Jaguaribe, e o governo Vargas. ABREU, Alzira Alves de. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 412.

⁷⁶ TOLEDO, op.cit., p. 204. Além desses nomes destacados por Schwartzman e Toledo, Paulo Vizontini informa que “Horácio Lafer, Sérgio Buarque de Holanda, José Honório Rodrigues e San Tiago Dantas eram alguns de seus integrantes [do ISEB] mais ilustres”. VIZENTINI, Paulo Fagundes. A Política Externa do Governo JK (1956-61). In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (coords.). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)**. 2ª ed. Vol. I – Crescimento, Modernização e Política Externa. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006, p. 311.

⁷⁷ TOLEDO, op. cit., p. 205-209. Em trabalho realizado quando do cinquentenário da fundação do ISEB, em 2005, aproximadamente 28 anos depois da publicação da 1ª edição de “Fábrica de Ideologias”, Caio Navarro de Toledo aborda especificamente o Instituto durante o governo Goulart. Veremos isso mais adiante.

⁷⁸ Idem, p. 209.

⁷⁹ Essa afirmação de Toledo, estranhamente, destoa do que ele afirma ao longo dos capítulos 5 e 6 de sua

Por fim, ainda nessa primeira fase da nossa periodização do nacionalismo brasileiro,⁸⁰ é fundamental para nossos propósitos nessa tese recuperar dois nomes dos que Caio Navarro de Toledo nos apresenta quando demonstra a composição do Conselho Consultivo do ISEB. São eles: Francisco San Tiago Dantas, posteriormente ministro das Relações Exteriores, ministro da Fazenda e indicado a primeiro-ministro no governo João Goulart que, desempenhando o papel de ministro das Relações Exteriores, deu substância e sistemática à Política Externa Independente. E Hermes Lima, que já tinha sido listado por Simon Schwartzman como membro do IBESP e colaborador dos *Cadernos de Nosso Tempo*, ocupou o cargo de primeiro-ministro na fase parlamentarista do governo Goulart, além de ser, cumulativamente, ministro das Relações Exteriores, inclusive durante o período da Crise dos Mísseis. Perceber que estes dois protagonistas da Política Externa Independente estiveram envolvidos com o ISEB torna ainda mais interessantes as interpretações a respeito das diretrizes que eles implementaram e sustentaram em relação à PEI, bem como ajuda a descortinar as relações entre nacionalismo e o projeto de política externa levado a cabo no início dos anos 1960.

Outros elementos que favoreceram ao desenvolvimento do nacionalismo nesse início dos anos 1950 podem ser encontrados a partir da Campanha do Petróleo. Ainda no Estado Novo (1937-1945), o presidente-ditador Getúlio Vargas criou no ano de 1938 o Conselho Nacional de Petróleo (CNP), visando obter maior controle sobre a indústria petrolífera. Com o fim da ditadura estadonovista, o governo Dutra remeteu ao Congresso Nacional o projeto de criação do Estatuto do Petróleo, em 1948. Este estatuto liberalizava a participação do capital estrangeiro na indústria petrolífera. Em razão disso, o nacionalismo pelo alto, de forte conotação econômica, começava a ganhar impulso por baixo, em razão do sentimento de expropriação de uma riqueza autenticamente nacional, projetando a palavra de ordem “O petróleo é nosso”.

obra; na sua análise, em especial nas páginas 157-166 e 184-188, o autor demonstra a própria crítica realizada por alguns isebianos, como Álvaro Vieira Pinto e Osny Pereira Duarte, que já fazem a denúncia sobre a subordinação do nacional ao desenvolvimento ao longo do quinquênio juscelinista, e o papel que os próprios intelectuais do ISEB tiveram nesse processo.

⁸⁰ Optamos por não incluir o período do governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) mesmo nele havendo já presentes disputas no nível político entre os partidários do nacionalismo e seus opositores, em razão de no plano internacional o Brasil estar plenamente alinhado aos Estados Unidos da América (EUA) e ter rompido relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o que esvaziaria os propósitos de analisar o nacionalismo como ponto de sustentação da Política Externa Independente.

No início dos anos 50, com pressões cada vez mais candentes na defesa das riquezas naturais do país, o novo governo acaba retirando o projeto do Estatuto do Petróleo do Congresso Nacional. Novo projeto foi enviado ao Congresso, mas nada dizia sobre o monopólio nacional para o petróleo, contrariando os interesses dos setores que se organizavam na Campanha “O petróleo é nosso”. Tantas eram as pressões nacionalistas, que o deputado Euzébio Rocha, do PTB de São Paulo, apresentou um substitutivo para o novo projeto.

Esse substitutivo e o projeto da Assessoria Econômica da Presidência, após longos debates e sucessivas emendas, foram negociados pelo governo Vargas, que aceitou o princípio do monopólio estatal, excluindo do projeto as refinarias privadas e a distribuição de derivados, controlada pelas empresas estrangeiras [...] A Lei nº 2.004 instaurou o monopólio da exploração, extração, refino e transporte de óleo bruto. A Petrobrás seria o instrumento de execução do monopólio da União e o CNP o órgão de orientação, fiscalização e controle da política nacional de petróleo e seus derivados.⁸¹

O nacionalismo de início dos anos 50 – a despeito de ainda ser, predominantemente, um nacionalismo pelo alto – através da campanha “O petróleo é nosso” tomava novas características: “essa participação do povo numa discussão de cunho estritamente de política econômica foi algo ímpar na história do Brasil. O movimento popular cresceu e difundiu-se pelo Brasil afora”.⁸² Essa mobilização popular, calcada em um embrionário sentimento de nacionalidade – embora ainda em muito associado com o nacionalismo econômico – desempenhava um importante papel na articulação do nacionalismo no início dos anos 1950.

Além disso, o nacionalismo ganha ainda mais força a partir do suicídio do presidente Getúlio Vargas em 1954 e da divulgação da sua carta testamento, fator de mobilização popular até então desconhecido na sociedade brasileira.⁸³ No plano das relações internacionais já se fazia presente, no interregno Café Filho, a busca pelo “restabelecimento de relações comerciais com a China e os países do Leste Europeu”⁸⁴ com base em princípios da soberania nacional, e que mais tarde seriam difundidos e

⁸¹ MELO, Hildete Pereira de; OLIVEIRA, Adilson de; ARAÚJO, João Lizardo de. O sonho nacional: petróleo e eletricidade (1954-1994). In: GOMES, Angela de Castro (org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 234.

⁸² Idem, p. 233.

⁸³ PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990, p. 100.

⁸⁴ ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. **Uma ilusão de desenvolvimento**: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006, p. 40.

implementados pela Política Externa Independente.⁸⁵

A soma desses diversos elementos faz com que, segundo Lucília de Almeida Neves, as décadas de 1940 e 1950 tenham sido cheias de otimismo, almejando-se “implementar um projeto de nação comprometido principalmente com o desenvolvimento social”.⁸⁶ É essa perspectiva que abordaremos no segundo momento do nacionalismo brasileiro durante a experiência democrática.

1.1.2 – O nacional-desenvolvimentismo

Segundo Francisco Weffort, é a partir de 1956 que o nacionalismo se consubstancia, pois “o nacionalismo constitui-se, sem dúvida, a partir do governo Kubitschek, em centro de polarização ideológica”.⁸⁷ Chegando o mesmo autor a afirmar que “as posições políticas passaram a se definir em razão do nacionalismo”.⁸⁸ O nacionalismo, dessa maneira, evidencia-se como o elemento definidor da vida política do Brasil para o período. É a partir dele que, via de regra, tanto os partidos políticos quanto as demais formas de organização social vão se definir no espectro político. É, pois, dentro de nosso marco temporal, o elemento constitutivo das disputas pelo poder nos mais diversos níveis.

Muitas são as controvérsias a respeito do nacional-desenvolvimentismo, uma junção de dois conceitos: o nacionalismo e o desenvolvimentismo. Ele pode ser entendido, segundo Angela de Castro Gomes, como “uma manifestação da transição dos países latino-americanos de uma fase de economia dependente de base agrário-exportadora para uma fase moderna de expansão urbano-industrial, em que a existência das massas é uma das características”.⁸⁹ Ainda é um conceito muito amplo, podendo ser

⁸⁵ Mesmo no interregno Café Filho, o debate em torno do nacionalismo mantém sua força e atualidade, como no episódio da Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) que favoreceu a entrada de capitais estrangeiros no país. Além disso, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), foi criado em 14 de julho de 1955, pelo Decreto número 57.608, assinado pelo presidente João Café Filho. TOLEDO, op.cit., 1997, p. 203.

⁸⁶ NEVES, op.cit., p. 171.

⁸⁷ WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 24.

⁸⁸ Idem, p. 24-25.

⁸⁹ GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.) **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 27.

aplicado no caso brasileiro ao vasto período de 1930 a 1990. Segundo Pedro Cezar Dutra Fonseca,⁹⁰ o termo desenvolvimentismo, de forma geral, é associado no Brasil a partir da década de 1950, com os governos Vargas e JK. No entanto, Fonseca argumenta que o desenvolvimentismo tem raízes muito mais antigas, podendo ser encontradas na conjugação de quatro elementos, presentes no período colonial, imperial e republicano, a saber: o *nacionalismo*, a defesa da indústria, o papelismo⁹¹ e o positivismo. Dessa forma o nacionalismo já é um dos componentes do fenômeno desenvolvimentista, não sendo possível este realizar-se sem a organicidade dos quatro elementos acima descritos. Contudo, Pedro Cezar Dutra Fonseca nos adverte de que o desenvolvimentismo só atinge a lógica que lhe confere sentido quando é capaz de articular os seus quatro elementos constituintes em uma relação entre Estado, economia e sociedade; e que isso aparece pela primeira vez no Rio Grande do Sul, em 1928, quando Getúlio Vargas assumiu a Presidência do Estado. Tendo como objetivo central de seu trabalho a busca pelas origens (gênese e precursores) do desenvolvimentismo no Brasil, Pedro Fonseca não se mostra preocupado em explicar os distintos momentos do desenvolvimentismo ao longo dos 50 anos que se seguem a seu início (periodização próxima a 1928-1980, de forma não rigorosa). Por isso mesmo, em nenhum momento Fonseca se vale, nesse trabalho, do termo nacional-desenvolvimentismo. Para ele, bem como para nós, o nacionalismo já está constituído como um dos embriões do desenvolvimentismo. Não se faria, portanto, necessária essa explicação se tratássemos do conceito de *desenvolvimentismo* – amplamente trabalhado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), da Organização das Nações Unidas (ONU), no fim dos anos 40 e nos anos 50.⁹² Todavia, ao privilegiarmos o uso do conceito de nacionalismo para nosso estudo, acreditamos que a justificativa da opção feita em detrimento do conceito de desenvolvimentismo se faz oportuna. Ao utilizarmos o nacionalismo procuramos enfatizar um dos nossos principais objetivos: perceber de que

⁹⁰ FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: UNESP, 2012.

⁹¹ Termo que designa um tipo de política econômica do início do século XX no Brasil, orientada pela emissão de papel-moeda e pela necessidade de expansão do crédito para fazer a economia se desenvolver. Pedro Fonseca vê nos papelistas “o importante papel histórico de trazer à ordem do dia um ponto que no século XX seria marcante no desenvolvimentismo: admitir o crédito, o déficit público e os empréstimos como indispensáveis para alavancar a economia”. FONSECA, op. cit., p. 33.

⁹² Para Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida não é possível entender o governo Juscelino Kubitschek exclusivamente como desenvolvimentista. O autor demonstra, ao longo de seu livro, que o nacionalismo esteve sempre presente durante o governo JK, mesmo que em posição subordinada ao desenvolvimentismo. ALMEIDA, op.cit., 2006.

formas a Política Externa Independente foi utilizada nos embates políticos do momento estudado.⁹³

Para tanto, trabalharemos, nesse momento, com o conceito de nacional-desenvolvimentismo por compreendermos que se faz necessário aproximar-se da perspectiva que norteava a sociedade brasileira na segunda metade da década de 1950. A razão disso é que a Política Externa Independente foi gestada e desenvolvida por homens que tinham também no nacional-desenvolvimentismo um de seus horizontes.

Caio Navarro de Toledo tem, em seu livro, mais esse mérito. Mesmo que ele saiba, no fim da década de 1970, que o nacional-desenvolvimentismo foi mais associado ao capital externo privado do que ao nacional, ele se preocupa em seu trabalho em demonstrar, a partir da análise das obras dos intelectuais do ISEB, como eles “forjaram” o nacional-desenvolvimentismo em bases ideológicas. Toledo sustenta, em última instância, que os membros do ISEB – embuídos de um sentido de mudança para a sociedade brasileira, e entendendo como sendo papel dos intelectuais interferirem em prol dessa mudança – pretendiam “urgentemente, agir; porém, procuram fazê-lo por meio do único instrumento que lhes está à disposição: a elaboração teórica, ou melhor, o pensamento ideológico”.⁹⁴ A elaboração de uma ideologia genuinamente nacional, visando superar ao subdesenvolvimento, era o que o ISEB, através de seus pensadores, pretendia realizar. Fabricar uma ideologia seria a sua função.

No entanto, Caio Navarro de Toledo, ao longo de seu trabalho, aponta as incongruências na fabricação dessa ideologia, a saber, o nacional-desenvolvimentismo. Contrariando as definições marxistas de ideologia, em especial as da vertente do próprio Marx de *A Ideologia Alemã*, os intelectuais do ISEB (com exceção de Nelson Werneck Sodré) pretendiam elaborar uma ideologia a priori; organizar um conjunto de idéias relativamente ordenadas que possibilitassem “desempenhar um papel ativo na transformação de toda a sociedade, unificando os interesses gerais da nação”.⁹⁵ Fora Nelson Werneck Sodré, os demais isebianos não tinham no seu horizonte conceitual a

⁹³ Não estamos com isso propondo uma separação entre o político e o econômico. A nosso ver tanto a política como a economia são indispensáveis para o estudo da História. Acreditamos ser a economia fator de propulsão das sociedades, mas não que ela se decida por si só. Suas relações com a política são insubstituíveis. Bem como qualquer decisão política, necessariamente, sempre precise de reflexões, em maior ou menor grau, sobre as alterações econômicas que irão ocasionar.

⁹⁴ TOLEDO, op.cit., p. 123.

⁹⁵ Idem, p. 117.

ideologia como uma forma de dominação; para eles, a ideologia não passava de elucubração teórica capaz de mostrar os caminhos corretos a serem seguidos na direção de um fim nobre, isto é, a “necessidade da implantação definitiva do capitalismo como superação do subdesenvolvimento”.⁹⁶ Perspectiva que também o tinha Nelson Werneck Sodré sobre o nacionalismo, de acordo com a visão do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que buscava nesse período a revolução burguesa no Brasil. Para esse historiador (ao menos nesse período) o nacionalismo “não foi inventado, não surge da imaginação de uns poucos, nem vive da teoria, mas da prática”.⁹⁷ Nunca é demais lembrar que tanto os isebianos, como os membros do PCB viam a implantação do capitalismo como a afirmação da industrialização; para esses dois grupos, nesse momento, o principal adversário do desenvolvimento brasileiro seria o latifúndio agrário-exportador.⁹⁸

Para Caio Navarro de Toledo, o nacional-desenvolvimentismo tem início e fim com o governo Juscelino Kubitschek,⁹⁹ mesmo que elaborado por uma instituição relativamente autônoma do governo (Toledo enfatiza que a ideologia nacional-desenvolvimentista é fruto do ISEB, e não do governo; mesmo que esse tivesse encampado suas formulações). O fim do governo JK seria o fim das ilusões que o capitalismo pregou nos isebianos. O fim do nacional-desenvolvimentismo está relacionado com a percepção de que o desenvolvimento veio para poucos e não para toda a nação, como imaginavam os membros do ISEB. Ao sobressair o desenvolvimento em relação ao nacional, percebeu-se que tudo não passara de ilusão. Essa crítica passou a ser realizada a partir do último ano do governo JK, em especial a partir da eleição de Jânio Quadros e derrota de Henrique Teixeira Lott em 1960,¹⁰⁰ abrindo o período que Toledo considerou como pós-desenvolvimentista:

Realizando o quinquênio desenvolvimentista, o que se verificou foi a exata negação de pressupostos e aspirações das ideologias nacional-

⁹⁶ TOEDO, op. cit., p. 156.

⁹⁷ Idem, p. 73.

⁹⁸ Num segundo momento, algo próximo do período que propomos como nacional-reformista, ao lado do latifúndio agrário-exportador estará presente, com maior veemência, o imperialismo, em especial o estadunidense.

⁹⁹ O mesmo período é denominado por Lúcio Flávio de Almeida de “nacionalismo triunfante” ao longo de seu livro, como explica nas páginas 33 e 311. ALMEIDA, op.cit., 2006. No entanto, Jorge Ferreira salienta que quando JK assumiu a presidência, “encontrou um projeto de industrialização cuidadosamente planejado por técnicos do governo Vargas”. FERREIRA, Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalho, nacional-estatismo e populismo. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **A Era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade**. São Paulo: UNESP, 2012, p. 302.

¹⁰⁰ Como nos lembra Vânia Maria Losada Moreira: “A derrota eleitoral de Lott para Jânio Quadros foi um golpe duro para o movimento. Instalou-se, logo depois, um processo de ‘autocrítica’, cujo resultado final foi o rompimento entre ‘nacionalistas’ e ‘desenvolvimentistas’.” MOREIRA, op.cit., p. 175.

desenvolvimentistas: ao invés de *autonomia* ou desalienação nacional, tem-se o estreitamento dos vínculos de *dependência* metropolitana; ao contrário do crescimento equilibrado e harmonioso, verifica-se o desenvolvimento acentuando as disparidades regionais e determinando “satelizações” internas; em lugar do beneficiamento de todas as classes, constata-se o aprofundamento das disparidades entre as classes sociais. Mas, ainda assim, os projetos de desenvolvimento forjados pela instituição – ao não darem conta das oposições e distinções ao nível da esfera ideológica, bem como dos antagonismos de classes – continuavam, substancialmente, a serem os mesmos, como se pode verificar em algumas formulações pós-desenvolvimentistas. Também neste sentido, não se conseguiam superar os limites da consciência ideológica de frações das camadas dominantes.¹⁰¹

Porém, escapa da perspectiva de Caio Navarro de Toledo que esse período, por ele denominado de pós-desenvolvimentista,¹⁰² mantém firmes contornos nacionalistas. Mesmo com a crítica realizada por alguns membros do ISEB ao nacional-desenvolvimentismo pela sua associação ao imperialismo e ao desenvolvimento associado com o capital estrangeiro, a crítica ao imperialismo se reforça. Note-se que em nenhum momento, sob a justificativa de ter como objetos de estudo a ideologia e a filosofia, Caio Navarro de Toledo tenha se referido à Guerra Fria. Para o autor, é como se não tivesse ocorrido a bipolaridade das relações internacionais, a corrida armamentista, a corrida espacial (o Sputnik e a cadela Laika estão no centro das atenções nesse período), a Conferência de Bandung exigindo espaço para os países Não-Alinhados ou a Revolução Cubana, que trouxe a latino-americanização da Guerra Fria. Esses elementos, todos, reforçaram o nacionalismo no Brasil. Se o nacionalismo, por pressuposto, oculta as contradições de classe¹⁰³ (e essa era uma análise que muito poucos conseguiam vislumbrar naqueles meados da década de 1950), ele pôde reforçar o antiimperialismo. O subdesenvolvimento volta a ser atacado, não mais apenas pela via do desenvolvimento, que se mostrou ineficaz, mas pela via da libertação nacional. Se não há uma alteração estrutural nessa modificação – como já sabia Toledo em 1977 quando escreveu a primeira edição de seu livro – isso não era tão claro assim no período estudado. Para aqueles intelectuais, de fins dos anos 1950 e início dos 1960, o nacionalismo poderia ter um caráter revolucionário.

¹⁰¹ TOLEDO, op.cit., p. 199. Grifos nossos.

¹⁰² Por discordarmos da conceituação de Toledo para os anos 1960 como “pós-desenvolvimentista” por percebê-la como insuficiente e superficial, trataremos esse momento, em nosso próximo item, como nacional-reformista.

¹⁰³ Ver, por exemplo, o sentido de camaradagem horizontal, ou mesmo fraternidade, a que se refere Benedict Anderson. ANDERSON, op.cit., p. 34.

Vânia Maria Losada Moreira analisa de forma consistente o governo Juscelino Kubitschek. Sua perspectiva de trabalho é inovadora ao perceber que o epíteto “anos dourados” foi forjado por uma classe social interessada na implementação do capitalismo conciliado com a democracia para o Brasil.¹⁰⁴ Para a autora, o período juscelinista não pode ser compreendido sem a inter-relação de três projetos de sociedade: o nacional-desenvolvimentista, defendido e implementado por JK; o ruralista, conservador e autoritário; e o nacionalista econômico, de corte reformista e popular. Como na perspectiva ruralista o nacionalismo não é o foco fundamental, nos centraremos para este trabalho nos outros dois projetos.¹⁰⁵

Embora a autora não defina claramente a diferença entre o uso de “*desenvolvimentismo ou nacional-desenvolvimentismo*”¹⁰⁶ fica claro, ao longo de sua argumentação, que ela os equivale ao conceito de nacional-desenvolvimentismo como abordado por Caio Navarro de Toledo enquanto produção isebiana e cronologicamente compatível ao período do governo Kubitschek. Para ela, essa equivaleria à vertente liberal do nacionalismo brasileiro.

Antes de ingressarmos na outra vertente do nacionalismo brasileiro definida por Moreira como nacionalismo econômico, se faz necessário uma alusão ao que a autora classificou como “grupos progressistas”.¹⁰⁷ Para a autora, esses grupos eram constituídos por políticos preocupados com o atendimento de certas demandas sociais, geralmente associados com os políticos trabalhistas.¹⁰⁸ A definição é correta, pois avança em relação a certas classificações fechadas, ao mostrar que havia políticos

¹⁰⁴ Esse interesse conciliatório se realiza plenamente no governo JK. No entanto, mais adiante nos turbulentos anos iniciais da década de 1960, esses mesmos grupos não se omitem ao sacrificar a democracia ao sentirem-se ameaçados frente a propostas de reformar esse capitalismo.

¹⁰⁵ A análise que a autora faz do projeto ruralista é muito instigante. Segundo Vânia Moreira, o projeto ruralista era favorável a industrialização, por entender que esta era inevitável. Assim sendo, restaria aos produtores rurais aproveitarem o alargamento do mercado interno promovido pela industrialização e urbanização para ampliarem seus próprios mercados consumidores. Claro que isso não significa que os setores agrários deixassem de ser exportadores; antes, que poderiam ter mercados consumidores diversificados, o que lhe deixaria menos reféns de crises da economia internacional, como a de 1929. Sabedores do poderio econômico que exerciam, não temiam Juscelino Kubitschek. Entendiam-no como político confiável, sensível que fosse aos votos rurais e as suas pressões. A autora coloca JK e o nacional-desenvolvimentismo como o “caminho do meio” entre os ruralistas e os nacionalistas econômicos. MOREIRA, op.cit., p. 176-182.

¹⁰⁶ Idem, p. 159. Grifos nossos.

¹⁰⁷ Idem, p. 166.

¹⁰⁸ Idem, p. 166-167. Embora a autora não faça referência, desde 1954 o PCB (mesmo que na ilegalidade) vem se aproximando do PTB na busca do atendimento dessas demandas sociais, como nos demonstra o trabalho de Lucília de Almeida Neves Delgado sobre o partido trabalhista. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. São Paulo: Marco Zero, 1989, p. 160-166.

“progressistas” em partidos como o PSD e a UDN, em especial a “Ala Moça” e a “Bossa Nova”, respectivamente. No entanto, a diferenciação não se faz operacional, pois se

algo efetivamente unia, sem maiores problemas, os chamados ‘grupos progressistas’, era o crescente interesse e atenção que dispensavam ao que então se entendia por ‘*desenvolvimento sobre bases nacionais*’ ou, mais resumidamente, ‘*desenvolvimento nacional*’. Tendiam a agir politicamente como um bloco, tal como ficou exemplarmente evidente na constituição informal da chamada Frente Parlamentar Nacionalista.¹⁰⁹

A explicação da autora para essa diferenciação está calcada no fato de o nacionalismo ser um fenômeno político capaz de agregar diferentes setores e classes sociais, ocultando as tensões e contradições entre eles. Mas no foco mais estrito deste trabalho essa diferenciação não se faz necessária, pois a autora mais adiante diz que, a despeito de que “nem todos os nacionalistas eram progressistas, já que a ‘linguagem nacionalista’ continuou presente nos discursos de setores sociais e políticos conservadores e até mesmo reacionários, quase todos os progressistas se definiam como nacionalistas”.¹¹⁰

Mesmo que à primeira vista pareça haver certa ambigüidade nos argumentos de Vânia Moreira ao alertar que “o ingrediente nacionalista, por si só, serve muito pouco para qualificar e explicar os projetos sociais historicamente em disputa no Brasil”,¹¹¹ em razão de o nacionalismo ser utilizado por distintos grupos e classes sociais (e aqui ela está se referindo ao comunismo e ao integralismo no Brasil pós 30)¹¹² e que “nos anos JK, portanto, o nacionalismo era não apenas um ingrediente ideológico, mas também e fundamentalmente um movimento político e social em plena expansão”¹¹³ é preciso termos em mente o elucidativo trabalho de Eric Hobsbawm, capaz de historicizar o fenômeno nacionalismo mostrando como, em cada conjuntura histórica, ele pode ter um significado e um uso diferenciado.¹¹⁴

¹⁰⁹ MOREIRA, op.cit., p. 167. Grifos nossos.

¹¹⁰ Idem, p. 169. Ao se referir a “quase todos os progressistas se definiam como nacionalistas” a autora está fazendo a exclusão de alguns setores do Partido Socialista Brasileiro (PSB), conforme ela explica na nota de número 4, constando na página 192.

¹¹¹ Idem, ibidem.

¹¹² Mas podia estar também se referindo ao fato de que o nacionalismo teria uma divisão liberal e uma nacionalista econômica como o fez na página 170. MOREIRA, op.cit., p. 170.

¹¹³ Idem, p. 169.

¹¹⁴ HOBBSAWM, op.cit. 2002.

Em argumentação próxima àquela de Caio Navarro de Toledo, Vânia Maria Losada Moreira verifica ter havido, no último ano do governo Juscelino Kubitschek, um importante ponto de inflexão no movimento nacionalista. Avançando em relação ao trabalho de Toledo por perceber uma evolução paralela no nacionalismo entre a vertente liberal (ISEB) e o nacionalismo econômico (não é demais lembrar que Toledo faz a análise sempre em relação ao desenvolvimento do ISEB, o separando em três períodos), Moreira vê na eleição de 1960 o rompimento entre as duas vertentes nacionalistas. Para a autora, assim como para Toledo em certa medida, a razão foi a reavaliação do papel do capital estrangeiro no desenvolvimento nacional. A partir dessas conclusões, os nacionalistas econômicos, ainda no governo JK, começaram a articular um novo discurso, com metas específicas:

propuseram inúmeras políticas disciplinares aos investimentos diretos de capital: o controle sobre a remessa de lucros, *royalties* e dividendos para minimizar o impacto da drenagem de recursos para fora do país; a exclusividade de investimentos estatais em setores estratégicos da economia, como o setor de energia; e a política externa independente, isto é, desvinculada dos interesses tanto do bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, quanto do socialista, capitaneado pela então União Soviética, para garantir uma industrialização centrada antes nos interesses internos do que na bipolarização internacional da Guerra Fria.¹¹⁵

Além disso, almejavam difundir esse novo discurso para os setores populares. Colocar esse novo discurso em prática. Realizar uma virada reformista no nacionalismo econômico, enfatizando dentre seus componentes uma nova forma de organização da política exterior do país. É disso que vai tratar nossa próxima seção, ao abordar o nacional-reformismo.

1.1.3 – O nacional-reformismo

É com o amadurecimento dessa vertente do nacionalismo brasileiro (nacionalismo econômico) que os elementos que o constituem começam a se reordenar. Momentos de ruptura com o nacional-desenvolvimentismo já podem ser encontrados

¹¹⁵ MOREIRA, op.cit., p. 172-173.

com a eclosão da Revolução Cubana (1959), em plano externo, e com a eleição de Jânio Quadros derrotando Henrique Teixeira Lott (1960), no plano interno.

A Revolução Cubana se realiza, primeiramente, de forma antioligárquica, retirando o poder das mãos do pequeno grupo que governava a ilha e que mantinha relações muito próximas com os Estados Unidos. Não demora ao processo revolucionário cubano tomar medidas antiimperialistas, que tiveram grandes repercussões na América Latina. No Brasil não foi diferente.¹¹⁶ Os setores nacionalistas econômicos começavam a perceber no imperialismo, notadamente o estadunidense, um empecilho para o desenvolvimento. Começara-se a vislumbrar, com maior força, que não era apenas o latifúndio agrário-exportador que obstaculizava o desenvolvimento do país. O imperialismo estadunidense, que ganhou cadência com a Revolução Cubana, se mostrava como objeto de combate. A Operação Pan-Americana (OPA), do Ministério das Relações Exteriores, começava a sofrer críticas dos setores nacionalistas econômicos, por manter uma postura essencialmente “americanista”, vendo nos Estados Unidos parceiro prioritário para as relações comerciais e diplomáticas. O nacionalismo, almejando a defesa da soberania nacional, começava a rearticular um discurso de independência nas relações internacionais, rompendo com o paradigma “americanista”, que via nos Estados Unidos a melhor solução na busca pelo desenvolvimento por vias internacionais. Começavam a surgir novas idéias, algumas inclusive na busca de um novo paradigma, talvez o próprio “globalista”,¹¹⁷ do qual a Política Externa Independente se tornaria o exemplo mais bem acabado.

Com a eleição de 1960 todos os setores nacionalistas se uniram na candidatura Lott. Sua derrota foi importante momento de inflexão, gerando necessários esforços organizados para uma nova configuração do discurso nacionalista. Não bastava mais apenas o país se desenvolver economicamente, se os resultados desse desenvolvimento não melhorassem as condições de vida do povo brasileiro. Povo, nesse momento, se torna o elemento definidor do nacionalismo, haja visto que a nação já fora construída. Agora, era chegada a hora de se reformar o que tinha sido realizado.

¹¹⁶ A Revolução Cubana vai declarar seu caráter socialista em 16 de abril de 1961. Até então, as simpatias brasileiras serão muito fortes com relação à ilha, bastando lembrar que Fidel Castro visitou o Brasil em abril de 1959, e o então candidato a presidente Jânio Quadros visitou Cuba em março de 1960 e condecorou Ernesto “Che” Guevara em agosto de 1961. VIZENTINI, op.cit., 2006, p. 310.

¹¹⁷ O paradigma globalista é aquele que orienta as relações internacionais do Brasil para um sentido mais amplo; se contrapõe ao paradigma americanista, que orientava as relações internacionais brasileiras como sócio privilegiado dos Estados Unidos.

Embora tenhamos optado deliberadamente pelo enfoque no ISEB na construção do nacionalismo brasileiro, como o centro por excelência da idéia de forjar uma consciência nacional, pelo menos outros dois centros tiveram importante papel na elaboração do nacionalismo brasileiro, com destaque para a transformação que passou a sofrer no limiar dos anos 50, realizando-se como um nacionalismo a favor de reformas no capitalismo brasileiro. Embriões do nacional-reformismo, além do ISEB em sua última fase, e responsáveis pelas articulações capazes de alocar reformas no desenvolvimento conquistado, foram o Partido Comunista Brasileiro e a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN).¹¹⁸

Mesmo sendo posto na ilegalidade ainda em 1947, o Partido Comunista Brasileiro desempenhava um papel importante ao longo do período 1946-1964. Já na primeira eleição presidencial seu candidato – Iedo Fiúza – alcançara 10 % dos votos. Contava com destacadas personalidades do mundo intelectual brasileiro.¹¹⁹ Após o suicídio de Getúlio Vargas, teve na luta pela industrialização uma das suas mais importantes bandeiras, talvez só comparável ao papel que atribuíam à luta contra o latifúndio e o imperialismo, presentes desde a sua fundação, em 1922.¹²⁰

Com as “teses de 1958”, os comunistas brasileiros passaram a defender uma ampla aliança nacionalista, inclusive com aquilo que à época se denominava burguesia nacional.¹²¹ É dessa época que, em artigo na Revista Brasiliense (organizada por Caio Prado Júnior), aquele que no futuro viria ser um dos responsáveis pela PEI, Hermes

¹¹⁸ Além desses dois centros formadores e transformadores do ideário nacionalista brasileiro, são importantes o Clube Militar e o Centro Popular de Cultura (CPC). Embora não nos detenhamos para os efeitos desse trabalho na análise desses dois centros, sabemos bem do grau de importância que eles tiveram em diferentes momentos do período 1946-1964 na elaboração do sentimento nacionalista no Brasil. O trabalho de Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida dá conta do papel do Clube Militar, inclusive com o uso da “Revista do Clube Militar” como fonte de trabalho. ALMEIDA, op.cit., 2006. Para as relações que se deram entre o nacionalismo e o CPC (que em verdade era mais do que um), o trabalho de Daniel Pécaut é um bom ponto de partida. PÉCAUT, op.cit., p. 152-165.

¹¹⁹ A lista é extensa. Podemos citar, dentre tantos outros: Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Oscar Niemeyer.

¹²⁰ O termo *imperialismo* foi definido pela primeira vez em 1902, pelo economista inglês Hobson. Para este economista, o imperialismo era um fenômeno de nítido caráter econômico, já que os excedentes de capitais para exportação nas metrópoles eram derivados da falta de distribuição de renda. O revolucionário russo Lênin sofisticou essa definição quando escreve que: “O imperialismo é o capitalismo chegado a uma fase de desenvolvimento onde se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação dos capitais adquiriu uma importância de primeiro plano, onde começou a partilha do mundo entre os trustes internacionais e onde se pôs termo à partilha de todo o território do globo, entre as maiores potências capitalistas”. LENIN, Vladimir Ilich Ulianov. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global Editora, 1979, p. 88

¹²¹ As “teses de 1958” ou “Resolução de 1958 do PCB”, podem ser encontradas em CHACON, Vamireh. **História dos Partidos Brasileiros**: discurso e práxis dos seus programas. 2ª ed. ampliada e atualizada. Brasília: UNB, 1985, p. 365-385.

Lima – que não era comunista – afirmava: “O nacionalismo não supõe exclusivamente o Estado intervencionista. Supõe, isto sim, o Estado na liderança, no comando da política de desenvolvimento, no estímulo direto ou indireto de medidas promocionais de desenvolvimento”.¹²² O que Hermes Lima propõe, e que os comunistas aceitam ao menos discutir, é o papel do Estado como promotor do desenvolvimento nacional, sendo organizado a partir de uma aliança nacionalista. Este tipo de vínculo, já em 1958, nos dá uma razoável dimensão das relações que os comunistas terão com a Política Externa Independente, com Hermes Lima enquanto ministro das Relações Exteriores e/ou Presidente do Conselho de Ministros, e com o próprio João Goulart. Este vínculo, na grande maioria das vezes, será de apoio às medidas implementadas – em especial no tocante a PEI – pois se “as teses de 1958 abandonam a rejeição ao imperialismo em geral para se concentrarem no imperialismo dos Estados Unidos”¹²³ o paradigma “globalista” da Política Externa Independente não deixa de ser uma forma de autonomia frente aos EUA nas relações internacionais, portanto, rejeitando o imperialismo estadunidense como queriam os comunistas.

Se os comunistas nutriam esses sentimentos antiestadunidenses, fazendo deles um dos componentes essenciais de sua participação nas frentes nacionalistas, perspectiva instigante nos abre Carla Simone Rodeghero em seu estudo feito a partir dos documentos elaborados pelos postos diplomáticos estadunidenses no Brasil. A autora percebe que, no início dos anos 1960, as preocupações dos Estados Unidos no Brasil não se dão apenas com o comunismo em estrito sentido, mas sim em relação ao nacionalismo que estava se transformando:

O perigo comunista parece fazer sentido quando se observa que esses norte-americanos usavam um conceito mais largo de comunismo no que se refere ao Brasil, englobando manifestações de nacionalismo e/ou antiamericanismo. E, em nível continental, isso se mesclava à preocupação em manter a América Latina longe da expansão comunista. A ‘perda’ de Cuba já havia acontecido e o desdobramento dos acontecimentos políticos no Brasil teria conseqüências no relacionamento norte-americano com o conjunto dos países da América Latina.¹²⁴

¹²² Revista Brasiliense, nº 18, julho-agosto de 1958, p. 17 *apud* PÉCAULT, op.cit., p. 144.

¹²³ PÉCAULT, op.cit., p. 145.

¹²⁴ RODEGHERO, Carla Simone. **Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)**. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2007, p. 164.

Assim, os EUA acreditavam que o nacionalismo do início dos anos 1960, com suas posturas antiestadunidenses, poderiam fazer do Brasil uma nova Cuba. E projetavam – em razão da experiência cubana – que o Brasil poderia em um segundo momento se declarar socialista. Em nada os tranquilizava a Política Externa Independente, com sua retomada de relações diplomáticas com a URSS e o Leste Europeu.

Já nos meios políticos institucionalizados no Estado, a Frente Parlamentar Nacionalista se constituiu em 1956, composta por 55 deputados federais. Embora tenha existido ao longo dos mandatos dos presidentes Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, foi ao longo do período de João Goulart que “a FPN ganhou maior dinâmica e melhor visibilidade”.¹²⁵ Nesse período, ampliou seu número de integrantes para 61 deputados federais, sendo o partido hegemônico em seu interior o PTB, com 30 deputados federais.¹²⁶

A Frente Parlamentar Nacionalista gozava de relativa influência na sociedade durante o governo Goulart.¹²⁷ Desde 1960 estava comprometida com as Reformas de Base, embora houvesse divergências entre seus membros em relação à reforma agrária. Embora Lucília de Almeida Neves Delgado explique essas divergências no nível partidário, sendo os vinculados ao PTB favoráveis a reforma no campo, e os do PSD, PRP e PR não terem dado o apoio integral a esta, acreditamos que a resposta a essa divergência se encontra oculta pelo caráter próprio do nacionalismo, capaz de unir distintos projetos políticos, por vezes inclusive antagônicos, encobrendo suas diferenças apenas até certo ponto. Apesar disso, inegável é o papel desempenhado pela Frente, pois “contribuiu enormemente para a difusão de teses nacionalistas, reformistas e desenvolvimentistas, tanto nos poderes Executivo e Legislativo federais, como também na sociedade civil”.¹²⁸

As contribuições do ISEB somadas as do PCB e da FPN possibilitaram outro desdobramento do conceito de nacionalismo: o de nacional-reformismo. A nosso ver,

¹²⁵ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical** (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 370-371.

¹²⁶ Idem, p. 372. Além dos deputados do PTB, Lucília de Almeida Neves Delgado nos informa de 12 do PSD, 10 da UDN, e 9 de outros partidos, como o PSP, PR, PSB.

¹²⁷ Segundo Daniel Pécaut, o ISEB preparava projetos de lei para a Frente Parlamentar Nacionalista apresentar no Congresso Nacional. PÉCAUT, op.cit., p. 112.

¹²⁸ DELGADO, op.cit., 2007, p. 373.

ele é o termo mais próximo da realidade do Brasil no início dos anos 1960.¹²⁹ O projeto político do presidente João Goulart pode ser descrito como tendo caráter nacional-reformista em razão de pugnar a interferência do Estado na realização de reformas sociais, políticas e econômicas, visando ao desenvolvimento do país dentro de um “programa nacionalista e reformista”.¹³⁰ Para esse fim foram importantes a sistematização da Política Externa Independente – que tinha como um dos preceitos fundamentais o desenvolvimento econômico a partir das relações internacionais do Brasil no contexto da Guerra Fria –, a criação do 13º salário, o “Estatuto do Trabalhador Rural” – que levava os direitos sociais aos trabalhadores do campo –, a Lei da Remessa de Lucros (que limitava o envio de capitais para o exterior) e a criação da Eletrobrás.

Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, em trabalho conjunto, privilegiam o teor nacionalista na personalidade e nas medidas tomadas por João Goulart. Embora concordemos com essa perspectiva, faz-se necessário esclarecer o porquê dessa ênfase: ao valorizar os elementos nacionalistas das ações de Goulart, os autores (bem como nós mesmos) desvalorizam o emprego que a historiografia reservou, de forma hegemônica até o fim dos anos 1980, do conceito de populismo. Ao se valorizar esses elementos nacionalistas, e sua evolução reformista, intenta-se evidenciar o protagonismo popular que ganhou as ruas nos primeiros anos 1960. Com isso, pretende-se destacar além da emergência dos setores populares nas lutas sociais, o papel relativamente consciente de suas escolhas, ao optar por um projeto de desenvolvimento econômico-social capaz de integrá-los, ainda que de forma limitada. Esvazia-se, assim, o elemento mais crucial da definição de populismo, ou seja, o da manipulação das classes trabalhadoras.¹³¹

Ao enfatizar o nacionalismo de Goulart, uma associação bastante interessante é feita por Sérgio Magalhães, então deputado federal pela Guanabara: “Como muitos políticos do Rio Grande do Sul, não sei por que razão sentia nele uma consciência

¹²⁹ DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. Quando éramos “irreconhecivelmente inteligentes”: o nacionalismo dos primeiros anos 60 no Brasil. In: **Diálogos**. Vol. 18, nº 1. Maringá: UEM, 2014.

¹³⁰ FERREIRA, Jorge. **João Goulart**: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 15.

¹³¹ Uma análise realizada a partir da validade da centralidade do conceito de populismo para o estudo do Brasil do tempo da experiência democrática pode ser visto em artigo de minha autoria. DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. Será o populismo um conceito operacional? Notas para o debate. In: **AEDOS** - Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Vol. 1, nº 1. Porto Alegre: UFRGS, 2008, p. 169-188.

nacionalista muito acentuada”.¹³² Esse nacionalismo, que evoluiu para o reformismo, assim é descrito por Gomes e Ferreira:

Nos anos 1950, importantes setores políticos do país acreditaram que os meios necessários para alcançar um real desenvolvimento econômico e uma efetiva situação de bem-estar social estariam na defesa de princípios nacionalistas e na ação intervencionista e planejadora do Estado. Nesse sentido, ao lado do crescente compartilhamento de um ideário nacionalista, também ganhou força entre grupos políticos de esquerda, quer do PCB, quer do PTB, um movimento reformista que defendia mudanças na estrutura socioeconômicas do país. Tais reformas se traduziriam, especialmente pela ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores da cidade e do campo, com o efetivo enfrentamento da questão da terra, ou seja, com uma reforma agrária. Essa proposta, que seria sintetizada na luta pelas reformas de base, encontraria defensores e promotores no interior do PTB, identificando João Goulart, o herdeiro do legado de Vargas, como um político capaz de assumir a liderança desse *processo de transformações sociais*.¹³³

Ou nas palavras de Raul Ryff, secretário de Imprensa da presidência da República no governo Goulart:

Na verdade, o Jango estava condenado a ser derrubado porque tinha iniciado – e acho que isso é o importante – um processo nacionalista, independente e popular no Brasil. *Um processo até certo ponto revolucionário*. Não no sentido marxista do termo; era tudo dentro do regime capitalista, mas era um processo em marcha, reforçado pelas eleições, reforçado pelo plebiscito. O governo estava crescendo, cada vez com mais prestígio e mais audácia nas suas pregações reformistas.¹³⁴

Como pudemos perceber, tanto a citação analítica dos historiadores Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, quanto o depoimento do assessor e amigo de João Goulart tem grande convergência. Embora haja uma diferença de fundo teórico entre “processo de transformações sociais” e “um processo até certo ponto revolucionário”, é inegável que, para ambos, o governo Goulart representa um período de mudanças intensas nas relações políticas, econômicas, sociais e culturais, com destacado papel

¹³² GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. **Jango**: as múltiplas faces. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 69. Habitualmente, a historiografia sobre o período enfatiza o papel apenas de Leonel Brizola como protagonista do nacionalismo. Perceber o nacionalismo, ou a “consciência nacionalista” como atributo de uma tradição de políticos no Rio Grande do Sul constitui um desafio estimulante, talvez a ser seguido em trabalhos futuros.

¹³³ Idem, p. 83-84. Grifos nossos.

¹³⁴ Idem, p. 198. Grifos nossos.

para o protagonismo popular tendo como principal elemento de coesão o ingrediente nacionalista.¹³⁵

Mesmo que muitas das reformas de base já tramitassem no Congresso Nacional desde 1956,¹³⁶ foi a partir da posse de João Goulart (possível apenas com o aceite da tutela parlamentarista) que a discussão sobre sua implantação tomou consistência e caráter sistêmico. Houve avanços e recuos ao longo do governo Goulart na implantação das reformas de base. Conforme os setores nacionalistas pressionavam por sua implantação, os setores conservadores endureciam suas obstruções. De um lado intelectuais engajados, sindicatos, partidos de esquerda e ligas camponesas exigiam sua implementação; de outro, entidades empresariais, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) (ambos os institutos patrocinados com verbas estadunidenses), intelectuais e partidos conservadores se opunham a sua realização. Impossível se referir ao início dos anos 1960 no Brasil sem apontar o papel desempenhado pelas Reformas de Base. No dizer de Daniel Aarão Reis Filho, são elas:

a reforma agrária, a bandeira mais brandida, prevendo a utilização racional da terra e sua distribuição aos camponeses sem terra ou com pouca terra; *a reforma urbana*, capaz de disciplinar o uso e a posse do solo urbano, e de controlar a ganância e o abuso dos proprietários de imóveis e de especuladores de terrenos; *a reforma tributária*, deslocando para o imposto de renda o peso da carga fiscal, de modo a despejar nos mais ricos ônus maiores, proporcionais a seus bens; *a reforma eleitoral*, conferindo voto aos analfabetos, que, na época, segundo as estatísticas, representavam quase metade da população economicamente ativa; *a reforma bancária*, fazendo com que as estruturas financeiras direcionassem o crédito segundo critério social e nacionalmente orientados; *a reforma do estatuto do capital estrangeiro*, privilegiando-se o capital produtivo, devidamente direcionado para áreas determinadas, definidas de acordo com os interesses do país, e taxando a remessa de lucros para o exterior; *a reforma universitária*, colocando a ciência e a pesquisa a serviço da sociedade brasileira e dos chamados interesses nacionais.¹³⁷

¹³⁵ Mais recentemente, em sua extensa biografia sobre João Goulart, Jorge Ferreira reafirma o papel progressista desempenhado pelo ex-presidente em sua relação com os trabalhadores e o movimento sindical. FERREIRA, op.cit., p. 14.

¹³⁶ Luiz Alberto Moniz Bandeira apresenta o início da tramitação das reformas, separadamente, nos seguintes anos legislativos: reforma bancária (1950); desapropriação por interesse social (1953); autorização para formação da Eletrobrás (1954); leis trabalhistas para o trabalhador rural (1957); disciplinar o ingresso de capitais estrangeiros (1958); disciplinar a remessa de lucros (1959). A reforma agrária não consta da lista. MONIZ BANDEIRA, op.cit., 1977, p. 61-62.

¹³⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 329-330.

Como se pôde observar, a luta pelas reformas mobilizava toda a nação. Para os setores populares, representaria avanços consideráveis nas suas condições de vida. Para os grupos dominantes, poderia representar perdas irreparáveis para sua sustentação. Todas as reformas apelavam, em maior ou menor grau, implícita ou explicitamente, ao aperfeiçoamento do capitalismo no Brasil, utilizando-se do nacionalismo com vista a maior incorporação social. Nenhuma delas, nem por um momento, se aproximava de medidas socialistas ou mesmo comunistas, como eram genericamente acusadas pelos que as combatiam. Como assevera Carla Rodeghero: “Tal combate, todavia, parecia estar mais ligado aos perigos representados pelo nacionalismo e pelo antiamericanismo do que pelo comunismo”.¹³⁸ Não era o comunismo que os setores dominantes da sociedade queriam bloquear, embora ele fosse a tônica do discurso; o inimigo era o nacionalismo, mas não o mesmo nacionalismo dos anos 40/50. O inimigo era o nacional-reformismo.

A isso se somava a Política Externa Independente, pois contrariamente ao que aconteceu à PEI no governo Quadros, durante o governo Goulart “a política externa não estava desvinculada da política interna”.¹³⁹ O projeto nacional-reformista estava presente em todas as disputas políticas do período; ocasionava, inclusive, a radicalização dessas disputas políticas, como se pode ver nas palavras de Osny Pereira Duarte, membro do ISEB nesse período: “A revolução, entre nós, denomina-se reformas de base [...] Toda revolução pacífica ou violenta tem de importar em reforma de base, ou não será revolução”.¹⁴⁰

Embora muitos de nós saibamos desde muito tempo que as contradições fundamentais da sociedade são aquelas que se operam ao nível das lutas de classe, não seria uma análise correta do período aquela que ocultasse a existência da Guerra Fria. Ao afirmarem que o nacional-reformismo simplesmente deslocou o conflito de classes, perde-se a perspectiva histórica, dado que “o privilégio concedido à ‘libertação nacional’ não tinha, então, valor algum de álibi visando evitar a luta de classes; muito simplesmente, o Brasil vivia a hora do advento do Terceiro mundo”.¹⁴¹ O nacionalismo econômico, e sua evolução reformista, não poderiam deixar de lado sua principal

¹³⁸ RODEGHERO, op.cit., p.164.

¹³⁹ MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano de (orgs.). **O Brasil de João Goulart**: um projeto de nação. Rio de Janeiro, Contraponto, 2006, p. 35.

¹⁴⁰ MORAES, Denis de. **A Esquerda e o Golpe de 64**: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões. 2ª ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p. 53.

¹⁴¹ PÉCAUT, op.cit., p. 180.

configuração: o desenvolvimento a partir de bases nacionais. E este era um dos objetivos da Política Externa Independente.

Em 2005, ao se completarem 50 anos da fundação do ISEB, Caio Navarro de Toledo organizou um livro intitulado *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*, composto de depoimentos de personagens importantes deste instituto, e de artigos acadêmicos analisando as suas contribuições. Em seu artigo, Caio Toledo ¹⁴² parece tentar responder a algumas lacunas que ficaram em seu trabalho maior. Seu foco, neste novo trabalho, será os anos 1960, em especial o “governo Goulart – momento em que a instituição assumiu abertamente uma direção e uma orientação de esquerda –, o ISEB passou também a empunhar com vigor a bandeira das reformas sociais (agrária, bancária, política, administrativa, universitária, etc)”.¹⁴³

A tese central de seu trabalho é uma contraposição entre o ISEB e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Utilizando-se da categoria aparelho ideológico, ele alinha o ISEB a uma variante do Estado, enquanto o IPES estaria alinhado com a sociedade civil. Segundo o autor, o IPES era partidário de uma democracia liberal com reduzida participação popular, além de condenar as reformas de base e as “tentativas legislativas de disciplinar o capital estrangeiro e a prática de uma *política externa soberana e independente*”.¹⁴⁴ Sendo o governo Goulart um governo de muitas lutas sociais, Caio Navarro de Toledo procura evidenciar mais uma delas: a luta entre intelectuais.

O que outrora o autor designava como “último ISEB”, agora passa a ser incorporado pelo nacional-reformismo. Assim, mesmo em uma análise sem a mesma densidade da anterior – preocupada com o período nacional-desenvolvimentista – Caio Navarro de Toledo avança ao ter incorporado algumas críticas relativas à falta de contextualização histórica e política do trabalho anterior. Mesmo esse artigo não tendo a mesma solidez filosófica de seu clássico, ele mostra avanços consideráveis ao dar dimensão concreta à análise do período ora estudado. Procurando suprir uma lacuna importante da história do ISEB, deixada aberta por ele mesmo, Caio Toledo a enriquece,

¹⁴² TOLEDO, Caio Navarro de. ISEB: ideologia e política na conjuntura do golpe de 1964. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **Intelectuais e política no Brasil**. A experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 137-164.

¹⁴³ Idem, p. 149. Há uma significativa diferença entre como o autor abordou essa fase do ISEB no trabalho anterior, e como está abordando agora, com traços muito mais positivos.

¹⁴⁴ Idem, p. 151. Grifos meus.

incorporando a seu trabalho teórico a conjuntura histórica.

1.2 – Leituras da Política Externa Independente

Nesse momento, procuraremos realizar uma análise sobre alguns trabalhos que tiveram certa relevância sobre o estudo da Política Externa Independente nos mais distintos graus. Nem todos os estudos relacionados aqui tiveram a PEI como objeto central; todavia, trouxeram contribuições importantes para o entendimento das relações internacionais do Brasil no período dos governos Quadros e Goulart, bem como auxiliaram na produção posterior de trabalhos de cunho mais monográfico.

A temporalidade da análise teve início na produção realizada a partir da década de 1960, percorrendo as décadas de 1970, 1980 e 1990, até chegar aos anos 2000. Autores expressivos de cada uma dessas décadas serão trabalhados por nós, tais como José Honório Rodrigues e Nilo Odália, que escrevem seus trabalhos ainda no calor dos acontecimentos; Luiz Alberto Moniz Bandeira, com sua perspectiva marxista/trabalhista de fins dos anos 1970; Pedro Sampaio Malan, com sua visão liberal de economia, e Tania Quintaneiro, com um trabalho de exaustiva pesquisa empírica, são os representantes da década de 1980; nos anos 1990, num contexto internacional no qual a Guerra Fria já era um tempo passado, Paulo Vizontini analisa a Política Externa Independente pelo enfoque do desenvolvimento e do nacionalismo; e no início desse novo século e milênio, Clodoaldo Bueno observa aqueles acontecimentos pelo prisma das relações internacionais.

Apesar de toda a diversidade de enfoques que esses trabalhos apresentam, seja por questões teóricas, contextuais, geracionais ou mesmo pelas preocupações políticas próprias do tempo de sua escrita, todos eles tem algo em comum: o pouco interesse reservado ao episódio da Crise dos Mísseis e sua conexão com a Política Externa Independente.

1.2.1 – Os anos 1960

As primeiras reflexões acerca da Política Externa Independente foram elaboradas em momento contemporâneo aos acontecimentos. José Honório Rodrigues publicou dois artigos no *Jornal do Brasil* – nos dias 10 e 17 de junho de 1962 – que foram, posteriormente, sistematizados em estudo intitulado *Uma política externa própria e independente*, editado em 1965, na *Revista Política Externa Independente*, da Editora Civilização Brasileira.¹⁴⁵

O autor aludiu ao fato de no período imperial ser usual a absorção do político pelo jurídico nas relações internacionais e criticou esse modelo de política externa. Acreditava na politização da política externa como instrumento de desenvolvimento do país em bases nacionalistas, o que ficou claro quando escreveu que “não somos contra ninguém, somos, apenas, a favor de nós mesmos, como povo que aspira ao progresso econômico e à justiça social”.¹⁴⁶

A criação da Operação Pan-Americana (OPA)¹⁴⁷ no governo Juscelino Kubitschek é vista por Rodrigues como uma inovação, por “ligar as necessidades internas às diretrizes internacionais”.¹⁴⁸ No entanto, José Honório critica-a por não conseguir se desvencilhar da subordinação aos Estados Unidos¹⁴⁹ e por ter um caráter essencialmente regional. Essas deficiências Rodrigues vê supridas pela PEI, através de sua tentativa de mundialização com a:

própria mudança de nossa posição-chave na chamada área livre ocidental, permite-nos uma liberdade de ação que não tivemos oportunidade de possuir até então. Essa posição conduz-nos a uma política de ajustamento que respeite o regionalismo hemisférico, não desvalorize os objetivos intercontinentais, amplie o comércio e as relações políticas, recuse os

¹⁴⁵ “Este estudo foi objeto de dois artigos, publicados no *Jornal do Brasil*, de 10 e 17 de junho de 1962. Ao divulgar novamente o referido estudo, a direção de Política Externa Independente o faz convencida de que as observações do eminente historiador, Professor José Honório Rodrigues, são hoje mais oportunas e pertinentes do que à época de sua divulgação inicial.” **Política Externa Independente**, 1965, p. 15.

¹⁴⁶ RODRIGUES, José Honório. *Uma política externa própria e independente*. In: **Política Externa Independente**. A crise do Pan-Americanismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p.33.

¹⁴⁷ A Operação Pan-Americana (OPA) foi utilizada como política norteadora do Ministério das Relações Exteriores no Governo Kubitschek. Seu caráter hemisférico não permitiu que saísse da zona de influência estadunidense. Seus princípios nos permitem associá-la como o modelo para a Aliança Para o Progresso proposta pelo presidente John Kennedy, dos EUA. Porém, isso só foi realizado após a Revolução Cubana. Antes disso, os EUA não haviam se entusiasmado com as propostas de Juscelino Kubitschek.

¹⁴⁸ RODRIGUES, op.cit., p. 32.

¹⁴⁹ “Somos sócios do Ocidente, declarou seu principal idealizador [da OPA] Augusto Frederico Schmidt.” RODRIGUES, José Honório. **Interesse Nacional e Política Externa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p.67. Interpolações nossas.

comprometimentos absolutos e assegure os interesses do regime representativo e da defesa da paz.¹⁵⁰

Também o apoio das camadas médias e trabalhadoras à PEI é vista como algo importante pelo autor, considerado como “sem estranheza, o ponto nevrálgico da política brasileira”.¹⁵¹ O envolvimento dele com o projeto nacionalista-econômico fica ainda mais evidente quando o autor afirmou que existiu uma disputa pela política externa “porque na área internacional se decide também o progresso nacional”.¹⁵²

Por fim, mesmo que não enfoque deliberadamente a questão da Crise dos Mísseis – por este estudo ter sido realizado com base nos artigos de junho de 1962 – é possível depreender do texto de José Honório Rodrigues a recuperação e o resgate da tradição da política externa brasileira através de alguns pontos que fundamentam a PEI, como *pacifismo*, *legalismo*, *não-intervenção*, *autodeterminação*, *anticolonialismo*, *direito à política própria*, colocando-a como elemento de desenvolvimento nacional. Criticou a OPA, por seu caráter regional e por sua subordinação aos EUA, e viu na PEI o avanço em direção à mundialização da política exterior brasileira e sua independência, além de ter mostrado sua base de apoio popular, quebrando o elitismo da política externa.

Ainda nos anos 60, encontramos a análise de Nilo Odália, porém já em um período no qual a ditadura civil-militar estava em processo de consolidação, no ano de 1968.¹⁵³ Ele realizou sua análise num quadro mais amplo em nível geopolítico (quadro da Guerra Fria) do que José Honório Rodrigues; porém, não se preocupou tanto com as bases e fundamentos da PEI. Analisando o período de 1945 a 1964, fez a seguinte constatação:

Se nos primeiros anos, nossa política diplomática é quase sempre o reflexo da conjuntura internacional, já, em seus últimos anos, as considerações atinentes aos problemas internos, no que se refere ao desenvolvimento econômico e à industrialização, possibilitam uma reviravolta consubstanciada na chamada *política externa independente*.¹⁵⁴

¹⁵⁰ RODRIGUES, op.cit., 1965, p. 39.

¹⁵¹ Idem, p. 37.

¹⁵² Idem, p. 38.

¹⁵³ ODÁLIA, Nilo. O Brasil nas relações internacionais (1945-1964). In: MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em perspectiva**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

¹⁵⁴ Idem, p. 350.

Na sua análise, a PEI é um instrumento da política nacionalista-econômica brasileira, que visa, portanto, ao desenvolvimento do capitalismo em bases nacionais. Ele segue a linha de José Honório ao fazer a crítica à OPA, embora enfatize mais a subordinação aos Estados Unidos (EUA) do que seu caráter regional. Percebe o insucesso da OPA no fato de que, para os EUA, a amizade da América Latina ainda era uma certeza, o que só seria modificado com a Revolução Cubana, considerada como causa da proposição da “Aliança Para o Progresso”, do presidente John Kennedy.¹⁵⁵

Odália encerrou seus argumentos observando o deslocamento do eixo da política externa, em razão da PEI, ter se realizado de fora para dentro, ou seja, deixasse de atender aos interesses dos dois sistemas econômico-sociais conflitantes e passasse a suprir as demandas dos interesses internos, o que só foi possível mediante um firme apoio popular. Os grupos internos e externos que foram atingidos por essa mudança procuraram reagir, advertindo que o governo João Goulart não soubera garantir a defesa dos interesses da nacionalidade.¹⁵⁶

1.2.2 – Os anos 1970

Embora não trate diretamente do tema, Luiz Alberto Moniz Bandeira fez observações pertinentes na sua análise sobre o governo João Goulart, de fins dos anos 1970.¹⁵⁷ Constatou os avanços da PEI na gestão de Goulart em relação à de Jânio Quadros,¹⁵⁸ observando os temores e a oposição em relação ao rumo da política externa que se manifestavam no PSD, na UDN e nos círculos militares. Em oposição a Nilo

¹⁵⁵ A “Aliança Para o Progresso” foi uma política do governo dos Estados Unidos para a América Latina, como resposta aos efeitos da Revolução Cubana.

¹⁵⁶ “É de se lamentar, apenas, que um governo inepto e ineficaz, propenso ao paternalismo e a concessões de toda ordem, sem uma diretriz firme e determinada, movido tão apenas pela nostalgia do mando paternalista, tenha levado de roldão, por incapacidade administrativa interna que exacerbou e intimidou a classe média brasileira, o esforço de quase duas décadas, no sentido de uma formulação precisa dos problemas que afetavam a nacionalidade”. ODÁLIA, op.cit., p. 367.

¹⁵⁷ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O governo João Goulart** – As lutas sociais no Brasil 1961-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

¹⁵⁸ “Manteve a política externa independente, que Lacerda e os três Ministros militares (Denis, Heck e Moss) combateram. Em menos de três meses de Governo parlamentar, o Ministro das Relações Exteriores, Francisco de San Tiago Dantas, restabeleceu as relações diplomáticas com a União Soviética (o que Quadros prometera e não cumprira) e continuou a rechaçar as sanções contra Cuba, propostas pelos Estados Unidos, como preparativo da intervenção armada, sob a cobertura da Organização dos Estados Americanos”. MONIZ BANDEIRA, op.cit., 1977, p. 46-47.

Odália, que enaltecia a PEI sob comando de San Tiago Dantas,¹⁵⁹ mas criticava o presidente, Moniz Bandeira defendia João Goulart, ao colocar a PEI como produto de governo, não de um homem só.¹⁶⁰ Moniz Bandeira também avançou ao demonstrar que, nas eleições de 1962, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) interveio na campanha eleitoral, financiando candidaturas “de elementos reacionários, que assumiam o *compromisso ideológico* de defender o capital estrangeiro e condenar a reforma agrária, bem como a política externa independente do Governo brasileiro”.¹⁶¹

Em relação ao ponto que mais nos interessa nessa tese, Moniz Bandeira discorre rapidamente. Sua principal contribuição é realizada em cima da correspondência entre Kennedy e Goulart.¹⁶² Faz ainda uma breve referência ao envio do general Albino Silva, chefe da casa Militar da Presidência da República, à Cuba, sem, no entanto, maiores esclarecimentos.¹⁶³ Como mérito da incursão de Moniz Bandeira sobre o tema podemos destacar, fundamentalmente, além do uso das correspondências entre os dois presidentes, o seu pioneirismo.

O autor também realizou uma observação original, a de que o último ministro das Relações Exteriores de João Goulart, Araújo Castro, célebre pelo discurso dos *3 Dês* (Desenvolvimento, Descolonização, Desarmamento) na XVIII Assembleia Geral das Nações Unidas, teria traído o presidente.¹⁶⁴ Araújo Castro foi o único dos ministros das Relações Exteriores de Jango que pertencia aos quadros do Itamaraty,¹⁶⁵ não sendo, portanto, homem de afinidades partidárias com o presidente. Por fim, Moniz Bandeira

¹⁵⁹ Note-se que Odália enaltecia a PEI enquanto gerenciada por San Tiago Dantas, mesmo reconhecendo que ela tinha sido iniciada com Jânio Quadros. ODÁLIA, op.cit., p. 365-366.

¹⁶⁰ “O Ministro San Tiago Dantas não traçou a política externa de que foi executor. Foi executor de uma política traçada pelo Governo (...) que o Conselho de Ministros aprovou”. Declaração de Goulart para o Diário de Notícias, RJ, 24/25-6-1962. MONIZ BANDEIRA, op.cit., 1977, p. 57-58.

¹⁶¹ Idem, p. 68.

¹⁶² Idem, p. 76-77.

¹⁶³ Idem, p. 79.

¹⁶⁴ “Os Estados Unidos preferiam, porém, que a invasão, assim como o golpe de Estado, se revestisse de aparência legal e para tanto o Chanceler Araújo Castro, por solicitação de Castelo Branco, diligenciara a revitalização do Acordo Militar de 1952, através da assinatura do *ajuste pormenorizado* de 31 de janeiro de 1964”. Segundo Moniz Bandeira, os Estados Unidos queriam revestir a Operação Brother Sam de um caráter legal e Araújo Castro teria assinado acordo que legitimaria a invasão sem o conhecimento do presidente Goulart. MONIZ BANDEIRA, op.cit., 1977, p. 175.

¹⁶⁵ Os ministros das Relações Exteriores durante o período em que a Política Externa Independente foi a diretriz geral das relações externas brasileiras foram: Afonso Arinos (janeiro-setembro/1961 Governo Jânio Quadros), San Thiago Dantas (setembro/1961-julho/1962), Afonso Arinos (julho-setembro/1962), Hermes Lima (setembro/1962 – junho/1963), Evandro Lins e Silva (junho-agosto/1963) e João Augusto de Araújo Castro (agosto/1963-abril/1964).

colocou como elemento de mobilização da sociedade contra o governo Jango o comunismo, mas como sendo esse comunismo uma invenção:

Os oficiais não estão contra o seu Presidente, mas, sim, contra o “comunismo”. O comunismo. Eis a chave da questão. Que era, porém, o comunismo? Havia sovietes no Rio de Janeiro ou em São Paulo? Não. Goulart se propunha a abolir a propriedade privada dos meios de produção? Não. O comunismo era o CGT [Comando Geral dos Trabalhadores], esse esforço de organização e unificação do movimento sindical, que as classes dominantes, pretendendo comprimir os salários, queriam interceptar. Era a sindicalização rural. Era a reforma agrária. Era a lei que limitava as remessas de lucros. Era tudo o que contrariava os interesses do imperialismo norte-americano, dos latifundiários e do empresariado. O comunismo era, enfim, a própria democracia que, com a presença de Goulart na Presidência da República, possibilitava a emergência política dos trabalhadores.¹⁶⁶

Tudo o que contrariava os interesses do imperialismo norte-americano, dos latifundiários e do empresariado era identificado e condenado como “comunismo”. Nessa ótica, podemos entender que a PEI também era taxada de comunista, o que justifica as ponderações de que “política independente não é política comunista”.¹⁶⁷

1.2.3 – Os anos 1980

Pedro Sampaio Malan, quando tratou das relações internacionais do Brasil no período de 1945 a 1964, enfatizou “o fato de que é impossível analisar política econômica externa e relações internacionais de um país sem vinculá-las a transformações sociais e econômicas internas”.¹⁶⁸ Dessa forma, ele considerava, diferentemente dos autores anteriormente citados, que a OPA tinha virtudes por estar relacionada ao projeto nacional–desenvolvimentista proposto por Juscelino Kubitschek, embora também tenha reconhecido que os EUA continuaram sem dar a ajuda que o Brasil esperava. O autor também se contrapõe aos anteriores quando afirmou que já no governo JK a política externa tinha um caráter senão mobilizador, ao menos de interesse da vida nacional.

¹⁶⁶ MONIZ BANDEIRA, op.cit., 1977, p. 178.

¹⁶⁷ RODRIGUES, op.cit., 1965, p. 38.

¹⁶⁸ MALAN, Pedro Sampaio. Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964). In: FAUSTO, Boris (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. 3ª ed.T. III, 4º volume ECONOMIA E CULTURA (1930-1964) . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 71.

Mesmo assim, o próprio autor admitiu que o único resultado prático da OPA foi a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento, e isso em razão do beneplácito estadunidense. Tendo em vista as obras analisadas parece temerário comparar a OPA com a PEI, pois o único fator comum é o de ambas estarem vinculadas ao capitalismo, dado que as formas de capitalismo que cada uma delas pretendia desenvolver era muito distinta. Enquanto a OPA se contentava com um projeto de capitalismo nacional-desenvolvimentista, a PEI era uma vertente do nacional-reformismo, dentro do projeto nacionalista-econômico.

A forma de o autor entender a PEI não trouxe inovações em relação aos estudos anteriores. Malan percebeu-a como uma conjugação de três fatores, a saber: 1º – a retomada da OPA após o surto do desenvolvimentismo associado; 2º – o nacionalismo casado com a política externa, somado ao apoio popular e; 3º – a mundialização¹⁶⁹ da política externa em razão da conjuntura internacional. Malan afirmou que a oposição à PEI se deu em função principalmente do “problema cubano, por larga margem, [que] constituiu o foco das controvérsias em 1961 e 1962 [...]”,¹⁷⁰ fazendo uma avaliação superficial sobre a atuação brasileira na VIII Conferência dos Chanceleres.¹⁷¹

Por fim, sem fazer nenhuma referência à atuação brasileira no episódio da Crise dos Mísseis, o autor vaticina que, passado o ano de 1962, a PEI não seria mais um fator de desestabilização política, pois ela estaria passando a um plano secundário:

A situação política interna do Brasil após fins de 1962 deteriorar-se-ia rapidamente, a ponto de fazer com que as críticas, norte-americanas e internas, à política externa independente passassem a um plano secundário. A arena política relevante é, naturalmente, apenas a interna, para a qual se deslocam progressivamente os argumentos maniqueístas da guerra fria que contribuiriam entre outros fatores para o desfecho da crise de março de 1964.¹⁷²

Em sintonia com Pedro Malan, ao considerar o caso de Cuba o mais exponencial episódio da PEI, Tânia Quintaneiro desenvolveu um estudo muito bem documentado com pronunciamentos diplomáticos, parlamentares e notícias de jornais da época sobre

¹⁶⁹ O termo mundialização lhe é tributário do texto de José Honório Rodrigues, conforme nota 150. MALAN, op. cit., 1995, p. 95-96.

¹⁷⁰ Idem, p. 97.

¹⁷¹ Idem, p. 98.

¹⁷² Idem, p. 99.

a questão cubana.¹⁷³ Embora a visão de mundo dos dois autores seja bastante diversa, eles têm alguns pontos de concordância, como a forma de entenderem, a partir de José Honório Rodrigues, que na área internacional decide-se também o progresso nacional. Além disso, também perceberam o papel catalisador que Cuba exerceu sobre a realidade política brasileira e latino-americana, fazendo despertar o interesse dos EUA.¹⁷⁴ Da mesma forma, entenderam de maneira bastante semelhante a relação da OPA como sendo a gênese da PEI.¹⁷⁵

Mas há distinções importantes entre estes dois trabalhos. Uma delas foi o papel das esquerdas, analisado por Quintaneiro. Ela demonstrou como as esquerdas nunca aceitaram a OPA, em razão de seu caráter associado ao imperialismo, e como viam com bons olhos as diretrizes da PEI, principalmente em razão de Cuba e da União Soviética.¹⁷⁶

Quintaneiro abordou também a diferença em como os setores conservadores, especialmente os militares, percebiam a PEI no governo de João Goulart:

A ideia de um Presidente petebista fazia surgir entre os militares o temor de que o processo político se radicalizasse – e conseqüentemente também a política externa brasileira – além dos limites considerados suportáveis pela corporação.¹⁷⁷

A autora apontou dados semelhantes aos descritos por Moniz Bandeira sobre as eleições parlamentares de 1962 e o financiamento norte-americano aos candidatos de oposição ao governo.¹⁷⁸ Sintetizando a importância da PEI na disputa entre os projetos político-sociais em voga no período, Quintaneiro asseverou:

A política externa independente transformou-se no mais nítido divisor de águas entre os grupos internos, especialmente nos itens referentes a Cuba e aos países socialistas. De um lado, alinhavam-se os setores anti-imperialistas, favoráveis à coexistência com os países socialistas e ao direito de autodeterminação do povo cubano; de outro, os anticomunistas que

¹⁷³ QUINTANEIRO, Tânia. **Cuba e Brasil: da revolução ao golpe (1959-1964): uma interpretação sobre a política externa independente.** Belo Horizonte: UFMG, 1988.

¹⁷⁴ Idem, p. 11-12

¹⁷⁵ Idem, p. 21.

¹⁷⁶ Idem, p. 30; 40.

¹⁷⁷ Idem, p. 62.

¹⁷⁸ Idem, p. 84.

defendiam a solidificação da aliança com os EUA e concordavam com sua política de isolar Cuba.¹⁷⁹

Embora não corrobore com a observação de Malan de que, após 1962, a PEI se deteriorou rapidamente, Quintaneiro percebeu que “os grupos conservadores, cada vez mais e melhor organizados, radicalizavam sua oposição ao governo, o que contribuiu para que a administração de Goulart moderasse certos aspectos sobre a política externa independente”.¹⁸⁰ E, assim como Moniz Bandeira, embora de forma mais branda, ela também demonstrara reservas em relação ao chanceler Araújo Castro:

O discurso de posse do novo Ministro das Relações Exteriores, o diplomata de carreira João Augusto de Araújo Castro, em 23 de agosto de 1963, abordou questões como a do desarmamento e das relações entre o comércio internacional e o desenvolvimento econômico, mas, apesar de sustentar a necessidade de que o Brasil mantivesse solidariedade diante dos problemas comuns latino-americanos, não colocou qualquer ênfase na questão cubana.¹⁸¹

Tânia Quintaneiro chama a atenção, portanto, sobre uma tentativa expressa pelo discurso de Araújo Castro de, senão despolitizar a política externa, ao menos de destensioná-la, retirando possíveis focos de radicalização que ela pudesse oferecer aos grupos em embate no período.

Em que pese a farta documentação utilizada por Tânia Quintaneiro, seu trabalho se mostrou insuficiente para uma análise mais consistente sobre a posição da Política Externa Independente no caso da Crise dos Mísseis. Em termos quantitativos, dedica a esse tema apenas uma página e meia, em um trabalho que se pretende exaustivo sobre a PEI. Em termos qualitativos, pouco mais faz do que utilizar-se das informações que Moniz Bandeira obteve do exame da correspondência de Goulart e Kennedy.¹⁸²

1.2.4 – Os anos 1990

¹⁷⁹ QUINTANEIRO, op. cit., p. 108.

¹⁸⁰ Idem.

¹⁸¹ Idem, p. 108.

¹⁸² Idem, p. 85-86.

Nos anos 90, diante de uma nova ordem mundial na qual não mais havia a divisão do mundo em Leste-Oeste, encerrada com a queda do Muro de Berlim e o fim da URSS, e tendo como projeto hegemônico o capitalista, Paulo Vizontini realizou uma abordagem em profundidade sobre a PEI.¹⁸³ Comparando sua análise com a de Nilo Odália no enquadramento da política externa brasileira nas relações internacionais próprias da Guerra Fria e com o surgimento do Terceiro Mundo, podemos perceber que houve uma ampliação qualitativa no enfoque sobre a Política Externa Independente. Além disso, o trabalho de Vizontini tem como tese central um novo enfoque sobre as origens da PEI. Discordando tanto de Malan quanto de Quintaneiro, que viam as origens da PEI na OPA, o autor percebeu a gênese no segundo governo Vargas (1951-1954), pois:

Iniciar o estudo dessa fase em 1951 justifica a Política Externa Independente, sem desconsiderar-se outros fatores, vincula-se estreitamente a um modelo de desenvolvimento industrial por substituição de importações, que tanto em seus aspectos econômicos como político-diplomáticos apresenta uma certa unidade enquanto problema histórico entre 1951 e 1964.¹⁸⁴

Destarte, o autor, ao longo do texto, procurou demonstrar como a PEI se remonta ao segundo governo de Vargas,¹⁸⁵ e que já nesse período “os temas da política externa começam a ter um peso progressivo na vida nacional, entrando para o centro do debate e sendo diretamente influenciada por grupos não ligados aos aparelhos de Estado”,¹⁸⁶ contrastando com Rodrigues, Odália, Malan e Quintaneiro, que viam, em maior ou menor grau, serem a OPA ou a PEI os propulsores do debate da política externa pelos setores nacionais. É importante ressaltar que, mesmo vindo no segundo governo Vargas o indutor das discussões sobre a política externa, o autor reconheceu que a “Política Externa Independente empolgava os segmentos da esquerda e do nacionalismo”,¹⁸⁷ indo na mesma linha dos autores anteriormente citados em relação ao apoio popular e das esquerdas à Política Externa Independente. E, embora por vezes

¹⁸³ VIZENTINI, Paulo G.F. **Relações internacionais e desenvolvimento**: o nacionalismo e a política externa independente. Petrópolis: Vozes, 1995.

¹⁸⁴ Idem, p. 53.

¹⁸⁵ “Esta [a PEI] não representava uma inovação completa, na medida em que se estruturava como continuidade e aprofundamento da barganha nacionalista de Vargas e Kubistchek, e da política externa dirigida para apoiar o desenvolvimento industrial. No entanto, a PEI era explicitada num conjunto de princípios articulados, extrapolava o âmbito regional e abria perspectivas mundiais, ultrapassava as vacilações dos governos anteriores e dava à política externa um perfil e um lugar de destaque na vida nacional”. Idem, p. 177. Interpolações nossas.

¹⁸⁶ Idem, p. 98.

¹⁸⁷ Idem, p. 79-80.

sejam dados elementos de mundialização no período da OPA, Vizentini definiu-a em moldes bastante semelhantes aos de Honório quanto ao seu caráter regional e alertando sobre seu potencial de barganha para com os EUA.¹⁸⁸

Vizentini separou a PEI em três fases, sem, no entanto, ter ocorrido alterações significativas em seus princípios ideológicos básicos, no período de 1961 a março de 1964.¹⁸⁹ Para o autor, o que definiu esse teor de continuidade foi o fato de a PEI ter sido, acima de tudo, uma política externa para o desenvolvimento, visando à superação, através das relações externas, dos entraves que obstaculizavam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil dentro do projeto nacionalista econômico. E, nessa perspectiva, ele estudou a política externa brasileira no período 1951-1964 dentro de seu caráter de barganha diplomática com os EUA, pois nem Vargas, nem Kubitschek, tampouco Goulart procuravam o rompimento de relações diplomáticas com os EUA.¹⁹⁰

Na sua análise das bases da PEI, é sobremaneira importante a consideração acerca do papel da descolonização. Esse princípio ganhou um notável avanço nessa obra, superando a visão estritamente moral dos autores anteriormente citados em relação às mazelas da colonização e passando a mostrar que:

O Brasil desejava o aprofundamento do processo de descolonização, por necessidades de ampliação de sua influência política junto aos novos países, e também para uma nova esfera de atuação econômica, visando exportar seus produtos manufaturados e contornar certos privilégios alfandegários inerentes à situação colonial.¹⁹¹

Quanto aos pontos da autodeterminação dos povos e não-intervenção, o autor percebeu que a defesa de Cuba pelo chanceler brasileiro na VIII Conferência dos Chanceleres estava relacionada, também, ao medo de medidas semelhantes poderem ser

¹⁸⁸ “O problema era que Schimidt e Kubitschek acreditavam ser ainda os aliados privilegiados dos EUA, e moveram-se, sobretudo dentro das relações hemisféricas”. VIZENTINI, op. cit., p. 192-193.

¹⁸⁹ “A primeira fase da Política Externa Independente abarcou o governo Jânio Quadros, e nela esse enigmático simpatizante de De Gaulle, Nasser e Tito apoiou-se numa espécie de neutralismo temperado, visando obter uma posição importante para o Brasil no cenário mundial. Na Segunda fase, de agosto de 1961 a fins de 1962, existe uma acentuada continuidade mas a crise interna, a polarização ideológica e a necessidade de melhorar o relacionamento com os EUA fazem a PEI alterar sua importância na vida nacional, embora se concretizem algumas promessas da primeira fase. A derradeira etapa, que se estende por 1963 e o primeiro trimestre de 1964, é influenciada por Araújo Castro, o qual busca concentrar-se nos aspectos ligados ao desenvolvimento”. Idem, p. 194.

¹⁹⁰ O autor observa um “interregno” na política externa brasileira da morte de Vargas (1954) até a implementação da OPA (1958) no governo Juscelino Kubitschek.

¹⁹¹ Idem, p. 203.

tomadas a outros países, inclusive o Brasil, portanto, não sendo conveniente permitir esse tipo de precedentes.¹⁹²

Em relação à Crise dos Mísseis, o trabalho avança a partir do uso de novas, porém poucas, fontes. Ao utilizar-se de duas reportagens do jornal *Correio do Povo*, dos dias 24 e 25 de outubro, Paulo Vizentini pôde perceber que a PEI acabou cedendo em alguns pontos, como o fato de João Goulart acabar declarando apoio aos EUA em relação à proibição de manter armamento nuclear em Cuba, vitimado por pressões de toda ordem, internas e externas.¹⁹³ Essas pressões fizeram com que Goulart precisasse demonstrar a todo momento que não era esquerdista,¹⁹⁴ o que prejudicou a PEI, fazendo com que houvesse um refluxo, como apontado por Malan.¹⁹⁵ Todavia, isso se deu não em razão apenas dos fatores internos, mas sim da sua combinação com a Crise dos Mísseis, que inviabilizava a barganha nacionalista em relação aos EUA. Essas reportagens abrem inclusive um novo flanco para a pesquisa, em razão da posição do representante brasileiro Ilmar Pena Marinho em uma reunião de emergência da OEA para a tomada de medidas contrárias à Cuba.¹⁹⁶

O novo ministro das Relações Exteriores, Araújo Castro, proporcionou um novo sentido à PEI. Refutou o Neutralismo,¹⁹⁷ em razão da nova conjuntura internacional aberta com o episódio cubano dos mísseis nucleares e despolitizou a política externa, dando a ela um caráter mais técnico, portanto, pragmático, como bem observado por Vizentini:

Desta forma, destaca-se apenas o plano econômico da relação com o Leste Europeu. No plano político, pode-se observar mesmo um retrocesso (...) a visita ao Brasil, no mesmo mês, do líder iugoslavo, Marechal Tito, evidenciou as dificuldades do governo em suas relações com o Leste Europeu. Tito, que visitava países latino-americanos, busca ampliar o intercâmbio comercial e obter apoio à política de não-alinhamento.¹⁹⁸

¹⁹² VIZENTINI, op.cit., 1995, p. 246-247;

¹⁹³ Idem, p. 255; 259-260.

¹⁹⁴ “Assim, de certa forma a Política Externa Independente deixava de ser um trunfo para se tornar quase um ônus dentro do esquema político”. Idem, p. 236.

¹⁹⁵ MALAN, op.cit., p. 99.

¹⁹⁶ VIZENTINI, op.cit., 1995, p. 258.

¹⁹⁷ Segundo Vizentini, o Neutralismo foi proposto inicialmente, por Nehru, como uma ativa diplomacia caracterizada pelo não-alinhamento na Guerra Fria e por ter um caráter anticolonial acentuado. Foi um dos elementos da Conferência de Bandung (1955), sendo um dos embriões do conceito de Terceiro Mundo.

¹⁹⁸ VIZENTINI, op.cit., 1995, p. 276.

Por fim, visivelmente influenciado por Moniz Bandeira, o autor observou na gestão de Araújo Castro um retrocesso na PEI,¹⁹⁹ despolitizando a política externa e dando a esta um caráter mais técnico.²⁰⁰ A despolitização da política externa descaracterizava sua vinculação ao projeto nacional-reformista, enfatizando exclusivamente seu viés econômico, em detrimento dos demais princípios enunciados por San Tiago Dantas.

1.2.5 – Os anos 2000

É de 2002 a segunda edição atualizada do livro *História da Política Exterior do Brasil*,²⁰¹ lançado originalmente em 1992 e que se tornou obra introdutória de referência obrigatória sobre o tema da História das Relações Internacionais. Neste livro, coube a Clodoaldo Bueno analisar a Política Externa Independente.²⁰²

O livro traz contribuições importantes, seja pela perspicácia de análise, seja pelo ineditismo de algumas posições, em especial quando relacionada a PEI com a África. Porém, assim como Nilo Odália, quando trata do período João Goulart, Bueno dá uma ênfase demasiada ao papel de San Tiago Dantas na condução da Política Externa Independente, como podemos observar quando ele destaca que “uma das questões que mais catalisou atenções nas discussões sobre a política externa na gestão Jânio/Afonso Arinos e prolongou-se na de San Tiago Dantas na pasta das Relações Exteriores (...)”,²⁰³ subtraindo, dessa forma, a PEI como proposta de governo e lhe dando um caráter personalista. Talvez, uma das explicações para essa análise, esteja no uso intenso do livro escrito por San Tiago Dantas²⁰⁴ como fonte para o capítulo, mesmo que dele se tenha extraído contribuições valiosas.

¹⁹⁹ Vizentini seguiu a mesma linha de raciocínio de Moniz Bandeira a partir da informação deste do acordo assinado por Araújo Castro com os EUA sem o conhecimento do presidente. VIZENTINI, op. cit., p. 287.

²⁰⁰ Idem, p. 276.

²⁰¹ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

²⁰² BUENO, Clodoaldo. Da Agroexportação ao desenvolvimentismo (1889-1964). In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 309-350.

²⁰³ Idem, p. 318.

²⁰⁴ DANTAS, op. Cit.

Assim como Paulo Vizentini, o autor remonta as origens da PEI ao segundo governo Vargas, diferindo dos demais trabalhos analisados aqui até então. E, de forma semelhante a Rodrigues, Malan e Vizentini, Clodoaldo Bueno destaca o caráter universal da PEI – embora assevere que isso não faz com que ela perca o interesse pelo espaço hemisférico– contrastando-a com a Operação Pan-Americana que tinha uma posição regional.²⁰⁵

Assim como Malan e Quintaneiro evidenciaram – em distintos graus – o papel de destaque exercido pelas relações com Cuba, Bueno confirma que foi a pequena ilha latino-americana que motivaram as maiores polêmicas acerca das propostas e dos fantasmas que rondavam a PEI.²⁰⁶ Destaca que os setores de oposição, a partir de um sentimento anticomunista internalizado, utilizaram-se dessas situações como forma de desestabilizar o governo Goulart. Embora Clodoaldo Bueno, em mais de um momento, tenha afirmado que a Política Externa Independente não era motivada por simpatias ideológicas, em consonância com todos os autores citados anteriormente neste trabalho, mas sim pelos propósitos de desenvolvimento do capitalismo em bases nacionais, o apoio popular à PEI deve ser entendido, como alertou Quintaneiro, também ao sentimento antiimperialista que ecoava no mundo no período. No entanto, bem nos lembra Bueno que a política externa era alvo de disputas no período, não sendo, portanto, terreno para unanimidades:

Publicação oficial do Itamaraty sobre a atuação do Brasil em Punta del Este incluiu as manifestações de apoio da opinião pública enviadas ao ministro San Tiago Dantas. A lista de tais manifestações de pessoas e entidades é vasta e tem data posterior à VIII Reunião de Consulta. As manifestações vieram de pessoas, individualmente, de câmaras municipais, de sindicatos de trabalhadores, de entidades estudantis. Tais manifestações, todavia, não autorizam afirmar que a posição brasileira obteve o consenso da opinião nacional. O público acompanhou, com interesse, a evolução da situação de Cuba. O momento era de contestação do imperialismo. A atitude do Brasil de não acompanhar a política exterior norte-americana confundia-se com afirmação de soberania. Não-intervenção e autodeterminação dos povos eram então palavras de ordem.²⁰⁷

²⁰⁵ Bueno emprega o termo “universal” para se referir ao alcance da PEI, enquanto Malan e Vizentini utilizam-se do termo “mundialização”.

²⁰⁶ Ao analisar a “questão cubana” o autor se fixa exclusivamente na VIII Conferência dos Chanceleres. BUENO, op.cit., p. 335-341.

²⁰⁷ Idem, p. 340.

Pouca atenção dispensa Clodoaldo Bueno sobre o envolvimento da PEI na Crise dos Mísseis. No subcapítulo no qual é tratado o período da PEI no Governo João Goulart,²⁰⁸ sob a seção “A última etapa”,²⁰⁹ o assunto é abordado em um único e curto parágrafo: nele, Bueno reitera o envio do general Albino para Cuba e destaca que “o governo brasileiro, na OEA, votou favoravelmente ao bloqueio, mas manteve-se contrário à intervenção militar, conforme informou Hermes Lima à Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados”²¹⁰, não havendo nenhuma reflexão do autor sobre esse episódio e o desenvolvimento da PEI.

Mesmo com o nítido avanço alcançado por Vizentini em relação à posição da PEI no âmbito do processo de descolonização, conforme anteriormente analisado, é nessa questão que se coloca um dos pontos mais instigantes da percepção de Bueno. Quando o autor se dedica ao estudo da posição da PEI sobre a independência de Angola, mesmo que ele tenha uma visão muito favorável da mesma situação no período Jânio Quadros, a crítica realizada demonstra de forma clara a tergiversação do Brasil através de sua tentativa de conciliação entre os interesses de Portugal e Angola. Embora o princípio de autodeterminação dos povos fosse um dos pilares mais importantes de sustentação da Política Externa Independente, nessa situação concreta ele não conseguiu ultrapassar o nível da retórica, em função da relação histórica que o Brasil mantinha com Portugal.²¹¹ Terá conseguido ultrapassar a retórica em relação à Cuba? É o que pretendemos analisar nos próximos capítulos.

²⁰⁸ “João Goulart – Parlamentarismo (7 de setembro de 1961/ 31 de março de 1964)” BUENO, op.cit., p. 328. Bueno deixa passar que a partir de 23 de janeiro de 1963 o país voltava ao presidencialismo.

²⁰⁹ Idem, p. 348-350.

²¹⁰ Idem, p. 348.

²¹¹ Idem, p. 342-343.

Capítulo II

O FURACÃO DO CARIBE

A Revolução Cubana alterara significativamente as relações entre os países no continente americano. Para o governo Kennedy, Fidel Castro representava a maior ameaça ao seu domínio hegemônico nas Américas. Em um período inferior a dois anos, muitas foram as desavenças entre os Estados Unidos da América e a República de Cuba. Algumas foram tratadas ao nível da diplomacia outras através do emprego da força militar.

O Brasil não passava ao largo dessas disputas. Em razão de sua Política Externa Independente, o governo Goulart se via bastante envolvido na questão de Cuba. Mesmo em meio a emergência de um novo Conselho de Ministros e preocupado com as eleições que se realizariam, o governo brasileiro não deixava de prestar atenção naquela pequena ilha do Caribe e nas ações do governo dos EUA.

Uma delas, em especial, era alvo de grande interesse do presidente João Goulart e do primeiro-ministro Hermes Lima: a Reunião Informal de Chanceleres, realizada em Washington no início do mês de outubro. Havia a possibilidade de essa reunião proporcionar uma nova dinâmica nas relações entre o continente e Cuba, e isso configuraria um grande desafio para a Política Externa Independente.

2.1

Os ventos da Revolução Cubana sopram sobre as Américas

Em 11 de abril de 1895, teve início a “a segunda guerra de independência de Cuba”.²¹² Embora tenha morrido praticamente uma semana após o desembarque em solo cubano – em 19 de abril – José Martí era a mais importante referência para o sentimento nacional que impulsionava a luta pela independência cubana. Jornalista e escritor, Martí propiciou a consistência moral do povo cubano. Quando do exílio, foi o fundador do Partido Revolucionário Cubano, unificando, através do discurso nacionalista, todas as facções que se opunham ao domínio da Espanha.²¹³

Ao longo da “segunda guerra de independência cubana” (1895-1898), morreram aproximadamente 400 mil cubanos e 80 mil espanhóis. Mesmo assim, as forças cubanas conseguiram obter o domínio sobre a ilha e sua capital, Havana. Em 15 de fevereiro de 1898, quando as forças cubanas estavam prestes a expulsar os espanhóis, houve a explosão do navio estadunidense *Maine*, que estava ancorado no porto de Havana. Em razão disso, os Estados Unidos da América declaram guerra à Espanha e interviram em território cubano. Em pouco tempo a guerra hispano-americana teve fim: em agosto foi assinado o armistício e em dezembro a Espanha reconheceu a independência de Cuba.

Todavia, a “independência” de Cuba não se constituiu em um exercício de fato de sua soberania. Os Estados Unidos mantiveram o controle militar sobre o país até 1902, através da *Emenda Platt*.

²¹² A “primeira guerra de independência” de Cuba ocorreu ao longo de 10 anos (1868-1878).

²¹³ Luiz Roberto Lopez nos adverte sobre a importância de Martí para o sentimento antiimperialista que respaldou a Revolução Cubana: “Morto José Martí [...] ficou intocável o maior mérito do ‘Apóstolo de Cuba’ – o de haver sido um precursor na formação de uma consciência antiimperialista na América Latina”. LOPEZ, Luiz Roberto. **José Martí**: pensamento e revolução. 98 f. Porto Alegre: UFRGS, 1983. Monografia (Especialização em História da América Latina) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1983, p. 41.

Os Estados Unidos começavam a emergir como a principal força imperialista na América Latina, suplantando a Inglaterra. Cuba se constituía como seu principal laboratório. Até o ano de 1958, mantiveram o controle político e econômico sobre o país, tendo intervindo militarmente de forma direta após a decretação da *Emenda Platt* entre 1906 e 1909, em 1912, e de 1917 a 1923. Mesmo com a revogação da *Emenda Platt* em 1934 – em sintonia com a Política de Boa Vizinhança de Franklin Delano Roosevelt – os governos cubanos continuavam estabelecendo uma comutação de interesses entre os setores dominantes da ilha e os EUA. Tudo isso acabou incendiando o nacionalismo cubano, propalado por José Martí nos fins do século XIX, e lhe dando forte conteúdo antiimperialista, o que equivale a dizer, antiestadunidense.²¹⁴

Poucos anos antes da revogação da *Emenda Platt*, Cuba passou pelo governo ditatorial do general Gerardo Machado (1925-1933). Marcadamente autoritário, esse governo teve na repressão violenta aos movimentos populares sua marca mais característica. Foi nesse período que nasceu o Partido Comunista Cubano (1925), que teve entre seus fundadores o jovem estudante Julio Antonio Mella, um ardoroso defensor da real independência cubana, eivada de nacionalismo antiimperialista.

A ditadura de Machado passava a sofrer contestações cada vez maiores. Com a crise de 1929 e a conseqüente diminuição da exportação do principal produto cubano – o açúcar – a ditadura ficou fragilizada. Carlos Manuel de Céspedes assumiu como presidente por um curto período – menos de um mês. Os setores subalternos do Exército, tendo à frente o sargento Fulgêncio Batista, depuseram Céspedes do poder, contando com o apoio do Diretório Estudantil Universitário – liderado por Antonio Guiteras Holmes e que representava as forças mais radicais a favor da independência de Cuba e de seu desenvolvimento. Com isso, Ramón Grau San Martín assumiu a presidência e sob influências do Diretório radicalizou o processo político:

²¹⁴ Lopez recupera uma frase emblemática de José Martí a esse respeito: “os povos da América são mais livres e prósperos na medida em que mais se afastam dos Estados Unidos”. LOPEZ, op.cit., p. 28. Vitor Bemvindo compreende o antiimperialismo cubano desenvolvendo-se concomitantemente ao sentimento anti-Estados Unidos por parcelas significativas do povo de Cuba. Essa associação entre imperialismo e Estados Unidos – que constrói as características antimperialistas e antiestadunidenses – é apontada pelo autor como uma das causas da Revolução Cubana. BEMVINDO, Vitor. **Os impactos da revolução cubana na política externa brasileira (1958-1961)**. 180 f. Rio de Janeiro: UERJ, 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Bajo o lema de “Cuba para los cubanos”, el nuevo gobierno procedió a dictar leyes reformista a ritmo vertiginoso, comprometiéndose com la reconstrucción econômica, el cambio social y la reorganización política. El nuevo gobierno abrogó la Emienda Platt y disolvió todos los partidos machadistas. Las tarifas de los servicios públicos se rebajaron em un 40 por 100 y se redujeron los tipos de interés. Se dio el voto a las mujeres y la autonomía a la universidad. Em el terreno laboral, entre las reformas que efectuó el gobierno cabe señalar el salario mínimo para los cortadores de caña, el arbitraje obligatorio de los conflictos laborales, la jornada de ocho horas, indemnizaciones a los trabajadores, la creación de um ministerio de trabajo y um decreto sobre la nacionalización del trabajo que disponía que el 50 por 100 de todos los empleados de la industria, el comercio y la agricultura fuesen ciudadanos cubanos. Em cuanto a la agricultura, el gobierno patrocino la creación de asociaciones de colonos, garantizó a los campesinos el derecho permanente a la tierra que ocupaban y puso en marcha um programa de reforma agrária.²¹⁵

No entanto, o Exército não era favorável a essa radicalização. Percebendo isso, o embaixador estadunidense Sumner Welles tratou de convencer Batista da necessidade de interferir no poder – oferecendo o apoio dos EUA. Desse modo, em janeiro de 1934 Batista retirou o apoio do Exército a Grau San Martín e o ofereceu a Carlos Mendieta, velho político cubano: em cinco dias os EUA reconheceram o novo presidente.

Em 1939 se reuniu uma Assembleia Constituinte em Cuba. Com representação de todas as forças políticas do país foi promulgada a Constituição de 1940, notadamente progressista, tanto em relação aos direitos sociais quanto políticos. No entanto, o que a Constituição fazia, de fato, era regulamentar as conquistas de 1933, embora muitos de seus artigos não tenham sido postos em prática.

No mesmo ano da promulgação da Constituição, houve eleições presidenciais. Fulgêncio Batista obteve mais de 800 mil votos, derrotando o candidato do PRC-Autentico, Grau San Martín, que recebeu 575 mil votos. Batista contou com o apoio do Partido Comunista Cubano, que foi acalentado com dois ministérios.²¹⁶ Ao longo desses quatro anos – nos quais a Segunda Guerra Mundial favoreceu a economia cubana – Batista governou em franca aliança com os EUA.

Em 1944 o candidato da situação, Carlos Saladrigas, foi derrotado por Grau San Martín, que trazia grandes expectativas. Porém, a corrupção, a subordinação aos Estados Unidos e o “gangsterismo” gestado ao longo do governo Batista não foram

²¹⁵ PÉREZ JUNIOR, Louis A. Cuba, c.1930-1959. In: BETHELL, Leslie. **Historia de America Latina**. Vol. 13 México y el Caribe desde 1930. Barcelona: Crítica, 1998, p. 162.

²¹⁶ Os ministérios foram ocupados por Juan Marinello e Carlos Rafael Rodríguez.

exterminados durante o seu governo (1944-1948). E continuaram presentes ao longo do governo de seu sucessor, Carlos Prío Socarrás (1948-1952).

Fidel Castro, nessa época, fazia parte do Partido do Povo Cubano (Ortodoxos), uma dissidência do PRC (Autenticos). A principal liderança do partido era o senador Eduardo Chibás, potencial candidato da oposição e que tinha seus discursos transmitidos pelo rádio todos os domingos. Num desses programas de rádio, no ano de 1951, ao não conseguir as provas que tinha anunciado divulgar no ar, o senador acabou se suicidando no estúdio da rádio.

Em 1952 Batista, sabedor que perderia eleição para Agramonte, dá o golpe militar. Nessa conjuntura, Fidel Castro é convidado a ingressar no Partido Socialista Popular (PSP), mas acaba recusando.²¹⁷ O golpe militar de Fulgêncio Batista desencadeia um descrédito muito grande nas instituições políticas. E propicia, desse modo, a busca por novas alternativas. Dentre elas, a luta armada é uma opção que congrega distintos setores da população – embora nesse primeiro momento estejam ainda muito vinculados com os setores médios urbanos. Desse modo, Castro e seus companheiros planejam atacar o quartel de Moncada. Porém, o ataque fracassa e vários companheiros de Fidel são executados pelo Exército.

Fidel Castro acaba sendo preso e julgado. Ele mesmo faz sua defesa, advogado de ofício que é. Vincula sua defesa à defesa do povo cubano; traz sua decepção como uma decepção da cidadania:

Era uma vez uma república. Tinha sua constituição, suas leis, suas liberdades; presidentes, congresso, tribunais; todo o mundo podia se reunir, organizar-se, falar e escrever com inteira liberdade. O governo não satisfazia ao povo, mas o povo podia mudá-lo e só faltavam alguns dias para que o fizessem. Existia uma opinião pública respeitada e acatada, e todos os problemas de interesse coletivo eram discutidos livremente. Havia partidos políticos, horas de propaganda pelo rádio, debates na televisão, atos públicos, e no povo palpitava o entusiasmo. Este povo tinha sofrido muito e, se não era feliz, desejava sê-lo e tinha direito a isso. Tinha sido enganado muitas vezes e olhava o passado com verdadeiro terror. Acreditava cegamente que ele não poderia voltar; estava orgulhoso do seu amor à liberdade e vivia convencido de que ela seria respeitada como coisa sagrada; sentia uma nobre confiança na segurança de que ninguém se atreveria a cometer o crime de atentar contra suas instituições democráticas. Desejava uma mudança, uma melhoria, um avanço, e os via próximos. Toda sua esperança estava no futuro. Pobre povo! Uma manhã a cidadania despertou estremecida; nas sombras da noite os

²¹⁷ O Partido Comunista Cubano assumiu a denominação PSP em 1944, ao fim do governo de Fulgencio Batista. Por seu apoio oportunista ao governo Batista, o Partido Comunista Cubano entrou em grande descrédito popular, sendo associado aos partidos políticos tradicionais.

espectros do passado tinham se conjurado enquanto ela dormia, e agora a tinham agarrada pelas mãos, pelos pés e pelo pescoço. Aquelas garras eram conhecidas, aquelas gargantas, aquelas foices de morte, aquelas botas ... Não, não era um pesadelo; tratava-se da triste e terrível realidade: um homem chamado Fulgêncio Batista acabava de cometer o horrível crime que ninguém esperava...²¹⁸

Castro acabou sendo condenado a quinze anos de prisão. Cumpriu um período de mais de um ano de detenção. Em razão do clamor popular foi concedida anistia aos rebeldes. Castro funda o Movimento 26 de Julho e se retira para o exílio no México.

No período em que os rebeldes estão no México, Fidel conhece Ernesto Che Guevara. O treinamento dos rebeldes é intenso no ano de 1956. Preparam para novembro seu desembarque em Cuba. A bordo do precário iate *Gramma*, 81 rebeldes cubanos (e 1 argentino) viajam pelo mar em condições adversas.

Em fevereiro de 1957, a Revolução ganhou um aliado importante: a opinião pública internacional. Através do contato com o jornalista Herbert Matthews, do *New York Times* – e veterano da Guerra Civil Espanhola – há uma movimentação mais simpática aos revolucionários.²¹⁹

Parte da imprensa se tornou, nesse período, mais um ponto de apoio para a revolução que se aproximava; internamente, outro papel importante era desempenhado pela Rádio Rebelde. Mas o apoio maior vinha do próprio processo revolucionário, ao longo dos anos de 1957 e 1958: contribuiu em muito para isso a reforma agrária que era realizada de forma concomitante ao avanço das tropas revolucionárias. A estratégia militar dos rebeldes se mostrou eficiente com a divisão em colunas: a de Fidel, de Raul, de Camilo e de Che. Coube a esses últimos dois revolucionários o avanço para a região central do país, tomando a província de Las Villas e sua capital, Santa Clara, em dezembro de 1958.

No último dia do ano de 1958, Fulgêncio Batista, na iminência da derrota para os guerrilheiros e já sem o apoio dos EUA, fugiu para a República Dominicana. O Ano Novo talvez nunca tenha sido tão representativo do desejo de mudanças como foi aquele

²¹⁸ CASTRO, Fidel. A História me absolverá. In: ALI, Tariq. **Fidel Castro**: as Declarações de Havana. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, p. 71-72.

²¹⁹ SZULC, Tad. **Fidel**: um retrato crítico. São Paulo: Best Seller, 1987, p. 475-483. Poucos dias antes de a Crise dos Mísseis se tornar pública, Matthews fora recebido pelo governo Goulart, como veremos a seguir.

01 de janeiro de 1959. A população saiu às ruas e saudou os guerrilheiros. Fidel Castro realizou seu primeiro discurso como líder da Revolução em Santiago de Cuba, no dia 2 de janeiro. E tomou o rumo da capital.

No dia 8 de janeiro, Fidel Castro chegou a Havana. Diante de uma multidão sem registros anteriores na História de Cuba, Castro realizou seu primeiro discurso na capital. Durante o discurso de Fidel Castro pousou sobre seu ombro uma pomba. A perspectiva que tinham os cubanos de 1959 sobre o símbolo que a pomba representa era muito otimista. Richard Gott aponta que

para os crentes da *Santería*, pombas são símbolos de Obatalá, o Filho de Deus, um deus que modela o corpo humano e governa a mente, os pensamentos e os sonhos de todos. As pombas pousadas nos ombros de Castro foram percebidas pelos crentes como um sinal de que ele havia sido escolhido pelos deuses da *Santería* para guiar e proteger o seu povo.²²⁰

A Revolução era vista, assim, como abençoada.

As primeiras leis revolucionárias são promulgadas. São criados ministérios de importante teor social, como o Ministério da Recuperação de Bens Malversados, Ministério do Bem-Estar Social, Ministério da Habitação – que cortou os aluguéis pela metade; além disso, em 17 de maio era promulgada a Lei que criava o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA).

Embora não haja um caráter radical na lei de Reforma Agrária, houve dissensões importantes no governo cubano. Os setores mais moderados, representados por Manuel Urrutia, bem como os Estados Unidos, se opõem a lei de reforma agrária.²²¹ Fidel Castro articula sua renúncia ao cargo de primeiro-ministro na tentativa de inviabilizar o

²²⁰ GOTT, Richard. **Cuba: uma nova História**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 386. Gott explica a dimensão da *Santería*: “Religião sincrética caribenha que deriva, em Cuba, como o candomblé no Brasil, da identificação pelos escravos negros dos orixás africanos com certos santos e virgens católicos”. Idem, p. 200. Além disso, para os católicos a pomba representa o “Espírito Santo”, compondo, juntamente com o “Pai” e o “Filho”, a Santíssima Trindade.

²²¹ A visão que se tinha nos Estados Unidos sobre o processo revolucionário cubano, em especial nos anos de 1958 a 1960, pode ser encontrada no trabalho de Bruno Biazetto. BIAZETTO, Bruno Henz. **A insurreição no meu quintal: processo decisório e percepção da diplomacia norte-americana durante a Revolução Cubana (1958-1960)**. 178 f. Porto Alegre: PUCRS, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008, p. 19-38.

conselho de ministros e enfraquecer o presidente.²²² Obtém sucesso e Urrutia renuncia em 16 de julho, sendo escolhido novo presidente de Cuba Oswaldo Dorticós Torrado, que permanecerá no cargo até o ano de 1976.

No segundo ano da Revolução, 1960, é firmado acordo comercial com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A principal medida comercial será a troca de açúcar por petróleo. Porém, o governo cubano não detinha refinarias e precisou solicitar o serviço das empresas estrangeiras – Texaco, Standart Oil e Shell. Houve pressões dos Estados Unidos no sentido de que as empresas não refinassem o petróleo soviético e o governo cubano encampou as refinarias, além de ter encampado a empresa de telefonia, de energia elétrica e os bancos estadunidenses. Como forma de retaliação, os EUA, em julho, cortaram a compra de açúcar da ilha em 95% e romperam relações diplomáticas em janeiro de 1961. A Guerra Fria passava a ser uma realidade concreta na América Latina.

De acordo com o calendário da Revolução, 1961 era o ano da Educação. Nesse ano, os estudantes tiveram licença das escolas e foram aos vilarejos mais longínquos, dentro da campanha de alfabetização que a Revolução organizara. Cuba, até então, tinha elevado índice de analfabetismo: 40% de sua população não sabia nem ler nem escrever. Com os esforços protagonizados pelos 100 mil estudantes-professores, ao final de 1961 o índice de analfabetismo em Cuba era de 3,9%, o mais baixo de toda a América Latina. Bases militares, como o anexo de *Camp Colúmbia* em Marianao, subúrbio de Havana, foram transformadas em escolas.²²³ Foram construídas mais de três mil escolas, no período de 1959 a 1961. Richard Gott afirma que, “como prometera Castro, a Revolução aboliu o analfabetismo em um ano. A campanha foi um de seus maiores triunfos”.²²⁴

²²² Fidel Castro assume o cargo de primeiro-ministro, em substituição à José Miró Cardona, em meados de fevereiro de 1959, quando a Constituição de 1940 é alterada, permitindo que alguém com idade inferior a 35 anos possa exercer o cargo. Castro contava, então, com 32 anos. MAO JÚNIOR, José Rodrigues. **A Revolução Cubana e a Questão Nacional (1868-1963)**. São Paulo: Núcleo de Estudos d'O Capital, 2007, p. 323.

²²³ Além da questão material que isso significa, propiciando novos espaços de alfabetização, simbolicamente essa ação se opunha radicalmente a medidas franquistas durante a Guerra Civil Espanhola, quando escolas foram transformadas em quartéis. QUINSANI, Rafael Hansen. **A Revolução em Película: uma reflexão sobre a relação Cinema-História e a Guerra Civil Espanhola**. São José dos Pinhás: Estronho, 2014, p. 80.

²²⁴ GOTT, op.cit., p. 217.

No entanto, muitas vezes esses dados ficam obscurecidos em razão de outros acontecimentos desse ano e de seus desdobramentos ocorridos em 1962. Em abril de 1961, no dia 13, houve um incêndio provocado por contra-revolucionários na loja *El Encanto*, no centro de Havana. Uma trabalhadora foi morta e houve diversos feridos. No dia 15, aviões que partiram da Nicarágua – financiados pelos EUA – bombardearam o aeroporto de Santiago de Cuba e mais dois campos de pouso na capital: morreram sete pessoas e houve 53 feridos. O objetivo era avariar a Força Aérea Cubana, pois no dia 17 mais de 1500 homens treinados pela CIA invadiram Praia Girón, na Baía dos Porcos. A resistência se deu pelas milícias formadas por Guevara e comandadas por Fidel Castro – Che, nesse momento, ficou em Havana, para preservar a segurança da capital. As forças cubanas foram vitoriosas e foi nessa conjuntura que Castro declarou pela primeira vez o caráter socialista da Revolução, em 16 de abril,²²⁵ quando, já informado dos planos da CIA, acusava os EUA da responsabilidade dos atentados no país.

A mal-sucedida invasão da Baía dos Porcos, em abril de 1961, tornou o governo cubano de Fidel Castro uma verdadeira obsessão para o presidente John Fitzgerald Kennedy. A versão dominante do evento alega que Kennedy recebeu a missão de seu antecessor, Dwight Eisenhower, sem ter tido tempo para poder realizar qualquer ação de cancelamento. Todavia, Seymour Hersh aponta que John Kennedy já tinha conhecimento do plano de invasão a Cuba desde antes de ter sido eleito,²²⁶ e suas hesitações tiveram como razão o medo de tornarem-se públicas as atitudes de seu governo no patrocínio da invasão. Frente sua hesitação em enviar um segundo ataque aéreo a Cuba – que o denunciaria pela identificação dos aviões – o governo cubano conseguiu dominar a situação e ainda fez 1200 invasores de prisioneiros.²²⁷

A invasão da Baía dos Porcos foi a primeira derrota política na vida de John Kennedy e ele quis vingar-se – mas não dos conselheiros e órgãos do governo que, como dissera a todo mundo, o haviam enganado. Seu alvo era Fidel Castro, e passou o resto de seus dias no cargo determinado a fazer com que Fidel pagasse – de preferência com a vida – por ter manchado a honra dos Kennedy.²²⁸

²²⁵ MÁO JÚNIOR, op.cit., p. 354.

²²⁶ HERSH, Seymour. **O lado negro de Camelot**. Porto Alegre: L&PM, 1998, p. 220.

²²⁷ Posteriormente, após o natal do ano de 1962, o governo Kennedy negociou a libertação desses prisioneiros com o governo cubano.

²²⁸ HERSH, op. cit., p. 229.

Passados alguns meses, o procurador geral dos Estados Unidos, Robert Kennedy, apresentou a seu irmão John uma proposta de formar um grupo altamente secreto para destruir a revolução cubana. Em 03 de novembro de 1961, o presidente John Kennedy deu a autorização para seu irmão Robert iniciar a Operação Mangusto, sob sua supervisão direta.²²⁹ Michael Dobbs, afirma que no quadro dessa operação “os Kennedy tinham tentado, por todos os meios ao seu alcance, se vingar de Castro, faltando pouco para ordenar uma invasão total da ilha”.²³⁰

A Operação Mangusto contava com um cronograma, elaborado pelo seu chefe executivo, o brigadeiro da Aeronáutica Edward Lansdale:

Fase I. Ação, março de 1962. Começar a penetração.

Fase II. Intensificação, abril-julho de 1962. Ativação das operações necessárias dentro de Cuba para a revolução e, simultaneamente, aplicação do apoio essencial de tipo político, econômico e militar, de fora de Cuba.

Fase III. Prontidão, 1 de agosto de 1962. Checar decisão final das políticas de execução.

Fase IV. Resistência, agosto-setembro de 1962. Passar a operações de guerrilha.

Fase V. Rebelião, duas primeiras semanas de outubro de 1962. Rebelião generalizada e derrubada do regime comunista.

Fase VI. Final, durante o mês de outubro de 1962. Instituição do novo governo.²³¹

O objetivo final da Operação Mangusto era a derrubada do governo cubano em outubro de 1962. Richard Gott afirma que 400 funcionários da CIA trabalhavam no planejamento dessa ação em Washington e Miami.²³² Desse modo, era impossível manter segredo sobre a operação que, em praticamente um ano de existência, não tinha obtido êxito.

Pouco menos de dois meses antes da Operação Mangusto entrar em funcionamento, no Brasil, o presidente João Goulart, após o movimento da Legalidade, tomou posse em um novo regime político: o parlamentarismo. De caráter híbrido, mantinha uma divisão artificial de poder entre o presidente e o Conselho de Ministros:

²²⁹ DIEZ ACOSTA, Tomás. **Outubro de 1962**: a um paso del Holocausto – una mirada cubana a la crisis de los misiles. Havana: Editora Política, 2002, p. 63. Para Tim Weiner, “em novembro de 1961, em sigilo total, John e Bobby Kennedy criaram uma nova célula de planejamento de ações secretas: o Grupo Especial Ampliado. Era a unidade de RFK, e tinha uma missão: eliminar Castro”. WEINER, Tim. **Legado de Cinzas**: uma História da CIA. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 210.

²³⁰ DOBBS, Michael. **Um minuto para a meia-noite**. Kennedy, Kruschew e Castro à beira da guerra nuclear. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 24.

²³¹ Idem, p. 26

²³² GOTT, op. cit., p. 223.

O hibridismo do sistema abria espaço tanto para práticas predominantemente parlamentaristas, quanto para procedimentos fortemente presidencialistas. Desta maneira, a definição das prerrogativas do presidente da República seria uma questão mais subordinada às práticas e à experiência, do que aos aspectos teóricos do novo sistema. [...] Os poderes do presidente tinham uma dupla consequência: permitiam que Goulart se utilizasse de suas prerrogativas para combater o parlamentarismo, e faziam com que os ministros se considerassem co-partícipes, e não os principais expoentes, do Poder Executivo.²³³

O primeiro gabinete foi presidido por Tancredo Neves, membro do PSD. Esse ministério, conhecido como Gabinete da União Nacional ou Gabinete da Conciliação Nacional, foi o mais longo na curta experiência parlamentarista na República brasileira: teve início em sete de setembro de 1961 e se extinguiu no dia 26 de junho de 1962.

Nesse ministério, a pasta das Relações Exteriores ficara a cargo de San Tiago Dantas, do PTB. Sob sua gestão, o ministério das Relações Exteriores procurava se informar em profundidade a respeito da visita do Chanceler Adam Rapacki, da Polônia, a Cuba, realizada de 11 a 16 de junho de 1962.²³⁴ Assim, solicitou ao diplomata brasileiro em Havana, José Maria Diniz Ruiz de Gamboa, em função de seu acesso a “fonte governamental, que já provou sua seriedade em outras ocasiões” que procurasse descobrir a motivação daquele encontro diplomático. Ruiz de Gamboa, através de seu contato secreto dentro do governo cubano, esclareceu ao Itamaraty que o objetivo principal da visita do Chanceler Rapacki foi “limar as asperezas existentes nas relações entre Cuba e URSS”.²³⁵

O diplomata brasileiro obteve a informação de que Fidel Castro não estava, ultimamente, satisfeito com o embaixador da URSS, Sergei Kudryavtsev, em razão de seu “‘escalantismo’, ou seja, tendência a apoiar a política dos velhos militantes do partido comunista cubano e aos constantes comentários que fazia sobre a

²³³ ALMEIDA, Alberto Carlos. **Presidencialismo, parlamentarismo e crise política no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1998, p. 107.

²³⁴ Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 222. Assunto: **Visita do Chanceler Rapacki a Havana**. Data: 07 de junho de 1962. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF, doravante, AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

²³⁵ Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 242. SECRETO. Assunto: **Visita do Chanceler Rapacki a Havana**. Data: 03 de julho de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

desorganização reinante em Cuba”,²³⁶ a tal ponto que sequer fora noticiado pela imprensa cubana o retorno do embaixador soviético para a URSS. Além disso, Ruiz de Gamboa utilizou como termômetro do desprestígio de Kudryavtsev a ausência de Ernesto Che Guevara “que infalivelmente comparece ao aeroporto para receber e despedir-se de todas as personalidades e subpersonalidades do mundo comunista”.²³⁷ E foi nessa conjuntura que embarcou, para Moscou, o ministro das Forças Armadas, Raul Castro, na companhia de alguns oficiais do exército cubano, de acordo com Ruiz de Gamboa, “atendendo ao convite do ministro da Defesa da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas”.²³⁸

Em Moscou, Raul Castro e seus auxiliares se encontraram com Rodion Malinovsky, o ministro da Defesa da URSS. Nessa reunião, entabularam discussões a respeito da ajuda militar para Cuba. Raul Castro ficou por duas semanas na União Soviética, tendo ainda se encontrado com Nikita Krushev. O que o diplomata brasileiro não sabia é que nessas reuniões estavam sendo decididos os preparativos para o envio dos mísseis nucleares para Cuba. Era o início da Operação Anadyr.²³⁹

Surpreendentemente, no entanto, foi o fato do Chanceler polonês ter discutido com o governo cubano a respeito do Brasil! Ruiz de Gamboa soube, através do Embaixador da Iugoslávia, “que sempre anda muitíssimo bem informado” que Adam Rapacki deu conselhos de moderação ao governo cubano de forma geral e, de forma particular, “recomendou a líderes deste país que não pensassem em pregar a revolução

²³⁶Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 242. SECRETO. Assunto: **Visita do Chanceler Rapacki a Havana**. Data: 03 de julho de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF. Aníbal Escalante fazia parte dos quadros do Partido Comunista Cubano desde a década de 1930. No início da década de 60, era o responsável pela criação de um novo partido comunista que deveria ser realizado “à imagem soviética”. GOTT, op. cit., p. 226-227.

²³⁷Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 242. SECRETO. Assunto: **Visita do Chanceler Rapacki a Havana**. Data: 03 de julho de 1962. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

²³⁸Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 243. Assunto: **Visita de Raul Castro a Moscou**. Data: 04 de julho de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF. Nesse mesmo telegrama, Ruiz de Gamboa pede ao MRE para que lhe retransmita as notícias que a Embaixada de Moscou possa dar sobre o motivo da viagem, desconhecido para ele.

²³⁹DIEZ ACOSTA, op.cit., 97-99. Diez Acosta explica que a operação teve esse nome para confundir a inteligência estadunidense, pois Anadyr é uma região da Sibéria. SZULC, op. cit., p 680, DOBBS, op.cit., p. 42.

para o Brasil, fazendo notar que uma isenção total nos assuntos brasileiros produziria mais benefício para o regime cubano”.²⁴⁰

Desse modo, o Chanceler da Polônia sugeriu, com clareza, que Cuba deixasse a Segunda Declaração de Havana sem efeito,²⁴¹ através de “longa exposição aos líderes cubanos sobre coexistência pacífica, considerada como estratégia da política externa dos países socialistas”.²⁴² No entanto, isso parece não ter agradado ao governo cubano, pois esses conselhos foram percebidos como intromissão nos assuntos internos de Cuba:

Nas altas esferas do governo revolucionário, Rapacki parece ter deixado a impressão de um intrometido com vezo de catedrático, “a dar lição que ninguém pediu”; a reação absurda, mas tipicamente cubana, que traduziu açodadamente o pensamento dos que imaginam Cuba como fulcro de movimento revolucionário continental e não se conformam ante as recomendações que contrariam essa tendência.²⁴³

Em que pese isso possa ter sido um pedido de Krushev – e embora não tenhamos a documentação que comprove isso, seja muito possível que essa tenha sido a razão dos aconselhamentos de moderação ao governo de Cuba e que estariam em acordo com a Declaração do XX Congresso do Partido Comunista da URSS no que concerne a coexistência pacífica²⁴⁴ – também existe a possibilidade de que essa intervenção de Rapacki tenha origem em um pedido feito pelo ministro das Relações Exteriores do Brasil, Francisco San Tiago Dantas que, recentemente, esteve na Polônia e, inclusive, emitiu um Comunicado Conjunto Brasil-Polônia.

O ministro San Tiago Dantas esteve na Polônia, em missão oficial, a convite do governo polonês, de 14 a 17 de maio, tendo sido recebido pelo presidente do Conselho de Estado Aleksander Zawadzki, primeiro-ministro Josef Cyrankiewicz e pelo Chanceler Adam Rapacki – além de ter se encontrado também com Wladyslaw

²⁴⁰ Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 242. SECRETO. Assunto: **Visita do Chanceler Rapacki a Havana**. Data: 03 de julho de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

²⁴¹ A íntegra da Segunda Declaração de Havana, proferida por Fidel Castro em 04 de fevereiro de 1962, como resposta a exclusão do governo cubano da OEA pode ser encontrada em ALI, Tariq. **Fidel Castro**: as Declarações de Havana. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, p. 99-133

²⁴² Despacho telegráfico para a Embaixada em Varsóvia. Num. 87. SECRETO. Assunto: **Visita do Chanceler Rapacki a Cuba**. Data: 06 de agosto de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

²⁴³ Idem.

²⁴⁴ A Declaração do XX Congresso do Partido Comunista da URSS aconteceu em 1956. Foi nessa famosa declaração que Krushev, para uma seleta plateia de líderes soviéticos, realizou a denúncia dos crimes de Stálin – além, é claro, da noção da coexistência pacífica. HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos** – O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 387; 239.

Gomulka.²⁴⁵ Cumpria retribuir a visita realizada por Adam Rapacki ao Brasil no ano de 1961. Naquela ocasião, o ministro das Relações Exteriores da Polônia foi recebido no Rio de Janeiro pelo presidente Goulart, o primeiro-ministro Tancredo Neves e pelo ministro San Tiago Dantas, entre os dias 10 e 22 de outubro.²⁴⁶

Datado de 17 de maio, o Comunicado Conjunto Brasil- Polônia, como é de praxe nesse tipo de manifestação diplomática, expressou que os dois governos têm a intenção de estreitar suas relações de amizade. Além disso, como também é muito comum nesse tipo de declaração, divulgaram que as conversações estiveram relacionadas com a conjuntura internacional e objetivavam a cooperação entre os países, nos âmbitos culturais e econômicos.

Para o nosso trabalho, é importante destacar – sem, no entanto, perder de vista as relações econômicas entre os países – a ênfase dada pelos dois Chanceleres sobre a política internacional daquele momento:

Concordamos que as relações de coexistência e cooperação entre Estados podem e devem basear-se no respeito ao sistema social, ideológico, político e econômico de cada um deles e no mais amplo desenvolvimento da cooperação internacional, observando os seguintes princípios: respeito à soberania e a não-intervenção nos negócios internos dos Estados; extinção do colonialismo sob todas as suas formas; solução das divergências através das negociações e dos meios pacíficos.²⁴⁷

Os princípios mais importantes da Política Externa Independente estavam expressos na declaração, a saber, o respeito à soberania – equivalente ao respeito a autodeterminação – e à não-intervenção. Além disso, enalteciam o caráter permanente da busca pela paz como objetivo de ambas políticas externas.

Ambos os governos viam na busca pela paz uma possibilidade de desenvolvimento econômico-social dos povos, ao planejarem destinar os recursos utilizados nas armas nucleares para o estímulo a industrialização das economias dependentes:

²⁴⁵ Relatório do MRE para o ano de 1961. Apresentado ao Excelentíssimo Senhor Doutor João Belchior Marques Goulart, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Senhor Francisco Clementino San Tiago Dantas, Ministro das Relações Exteriores, p. 54-55. ARQUIVO SAN TIAGO DANTAS (AP47), Caixa 33, pacotilha 1. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro/ RJ.

²⁴⁶ Comunicado Conjunto Brasil-Polônia. Varsóvia, 17 de maio de 1962. ARQUIVO SAN TIAGO DANTAS (AP47), Caixa 42, pacotilha 1. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro/ RJ.

²⁴⁷ Idem.

Os dois Ministros convieram ser necessário e realizável o desarmamento completo e geral, sob controle eficaz, para assegurar a preservação da paz. Os progressos conseguidos no campo do desarmamento devem assegurar a multiplicação dos recursos destinados a acelerar o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos.²⁴⁸

O interesse do governo brasileiro a respeito da visita de Adam Rapacki a Cuba deve ser entendido nesse contexto. E a deferência especial realizada ao Brasil pelo Chanceler polonês no encontro com os mais altos representantes do governo cubano também. Afinal, além de se estar iniciando esse estreitamento de relações entre o Brasil e um país socialista europeu – e por isso mesmo não ser do desejo da Polônia que esse governo seja desestabilizado por iniciativas revolucionárias cubanas – o Brasil era um dos poucos países das Américas a manter relações diplomáticas com Cuba, e não seria interessante para o governo de Fidel Castro perder esse parceiro que contava com prestígio no continente.

A visita do Chanceler Adam Rapacki, da Polônia, a Cuba se deu de 11 a 16 de junho, como visto anteriormente. Foi um fato tão importante para a diplomacia brasileira, que suas repercussões alcançaram o mês de agosto em suas comunicações entre as embaixadas. Visando ao conhecimento do representante brasileiro em Moscou, Vasco Leitão da Cunha, retransmitiu telegrama recebido de Havana para o posto diplomático do Brasil na URSS.²⁴⁹

Nessa mensagem, o Itamaraty dava ao conhecimento do embaixador Leitão da Cunha que já era sabido pelos meios diplomáticos presentes na ilha de Cuba que as relações entre aquele país e a URSS não iam bem. E que a causa era a excessiva interferência do ex-embaixador soviético Sergei Kudryavtsev nos assuntos cubanos e que era corrente em Cuba o comentário de que “sua atitude [de Kudryavtsev] contava, porém, com a aprovação de Moscou, já que ao regressar a seu país não foi punido, e sim colocado como segundo chefe do ministério das Relações Exteriores”.²⁵⁰

²⁴⁸ Comunicado Conjunto Brasil-Polônia. Varsóvia, 17 de maio de 1962. ARQUIVO SAN TIAGO DANTAS (AP47), Caixa 42, pacotilha 1. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro/ RJ.

²⁴⁹ O ministério das Relações Exteriores já não era mais ocupado por San Tiago Dantas. Composto o gabinete Brochado da Rocha, Afonso Arinos de Melo Franco desempenhou as funções de ministro das Relações Exteriores no período compreendido entre 10 de julho e 14 de setembro de 1962.

²⁵⁰ Despacho telegráfico para a Embaixada em Moscou. Num. 91. SECRETO. Assunto: **Relações Cuba-URSS**. Data: 08 de agosto de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

Além de apoiar os velhos membros do PSP (formados pelos comunistas cubanos)²⁵¹ e de criticar a organização do país, o diplomata brasileiro em Havana supunha que “entre os conselhos mais repetidos aqui por Kudryavtsev estaria o abrandamento da política cubana para a América Latina, que vem prejudicando os objetivos mais amplos perseguidos pelos soviéticos neste Continente”,²⁵² algo que certamente não era do agrado dos membros do governo cubano. No mesmo documento, o representante brasileiro em Havana afirmava – e o Itamaraty deixava o representante do país a par em Moscou – que os soviéticos não estavam felizes com as tentativas de Fidel Castro para desarticular o PSP, com o objetivo de levar a Segunda Declaração de Havana adiante.

Além disso, os soviéticos estariam descontentes com a “desorganização reinante no país” que ampliava os custos que a URSS tinha de arcar no auxílio de Cuba, e concluía que “todas essas questões devem ter pesado na negativa soviética de ampliar a ajuda econômica e militar pedida por Raul Castro”,²⁵³ que haveria sido tratado com grande frieza pelos soviéticos em Moscou. Em razão disso, Raul Castro teria voltado diretamente para Havana, cancelando visitas que seriam feitas para outros quatro países socialistas em sinal de seu descontentamento com o bloco comunista. Nesse ponto, o governo brasileiro não podia estar mais errado!

Escapava ao alcance da diplomacia brasileira – como decerto a todas demais embaixadas em Cuba naquele momento – o real alcance da missão empreendida por Raul Castro na URSS. Por não ter havido nenhuma divulgação em Cuba a respeito dos resultados da missão de Raul na URSS, tampouco nenhum comunicado conjunto tenha sido emitido, o representante do Brasil produziu uma informação para o Itamaraty, e que foi posteriormente enviada pra a URSS, que era exatamente o oposto da realidade. E que se encaixava perfeitamente bem nas intenções de Krushev, que não queria publicidade para o acordo que dava início a Operação Anadyr, ao contrário de Fidel Castro.²⁵⁴ Por fim, ou entendendo mal o significado real das palavras de Fidel Castro,

²⁵¹ O PSP deixou de existir em março de 1962, quando foi fundido com o M-26 e o Diretório Revolucionário dando origem a Organização Revolucionária Integrada (ORI). Em 1963, a ORI foi transformada em Partido Unido da Revolução Socialista Cubana (Purs) para apenas em 1965, quando as relações com a URSS já tinham se tornado muito estreitas, voltar a usar o nome de Partido Comunista Cubano. GOTT, op. cit., p. 389.

²⁵² Despacho telegráfico para a Embaixada em Moscou. Num. 91. SECRETO. Assunto: **Relações Cuba-URSS**. Data: 08 de agosto de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

²⁵³ Idem.

²⁵⁴ DIEZ ACOSTA, op.cit., p. 125-132.

ou Fidel Castro tendo deliberadamente tentado ocultar a realidade, o diplomata brasileiro divulgou que “Fidel Castro advertiu, no dia 26, que a ‘única solução a nossas necessidades é o nosso trabalho’”, interpretando essa alocação como um importante sinal do distanciamento da URSS de Cuba.²⁵⁵

José Maria Diniz Ruiz de Gamboa, logo que soube da indicação do novo embaixador da URSS em Cuba, tratou de informar ao ministério das Relações Exteriores do Brasil. Aparentemente desconhecendo o fato de que Alexandre Alexeev era um agente da KGB,²⁵⁶ o representante brasileiro comunicava que o novo embaixador soviético já estava em solo cubano nos últimos dois anos, desempenhando a função de Conselheiro da Embaixada Soviética. Também era informado ao Itamaraty que Alexeev tinha ido para Moscou logo após o afastamento de Kudryavtsev. E, acertadamente, notificava ao governo brasileiro que a impressão geral nos corpos diplomáticos em Havana era que sua designação era uma forma de agradar a Fidel Castro, dado terem o primeiro-ministro cubano e Alexandre Alexeev muito boas relações.²⁵⁷

Já em fins de agosto, o governo brasileiro preocupava-se com o apoio soviético a Cuba. O Itamaraty, sob o comando de Afonso Arinos, solicitava que a embaixada em Havana se informasse a respeito da “entrada em Cuba de cinco mil técnicos militares soviéticos e sete mil peritos industriais dos países da Cortina”. Porém, pela longa vivência diplomática de Arinos no exterior, o que mais lhe preocupava era a informação de que “russos estariam estabelecendo uma base para lançamento de projéteis, bem como mantendo uma estação para contato com cosmonautas”.²⁵⁸

Prontamente, o embaixador brasileiro em Cuba, Luis Leivas Bastian Pinto, atendeu a solicitação do Itamaraty. Alegava que em Cuba também ocorriam muitas versões a respeito da finalidade do ingresso dos soviéticos no país, os quais ele, sem reservas, classifica de “soldados comunistas”. No entanto, para Bastian Pinto, mesmo

²⁵⁵ Despacho telegráfico para a Embaixada em Moscou. Num. 91. SECRETO. Assunto: **Relações Cuba-URSS**. Data: 08 de agosto de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

²⁵⁶ KHRUCHTCHEV, Nikita Sergeievitch. **As fitas da glasnost**: memórias de Khruchtchev. São Paulo: Siciliano, 1991, p. 223; GOTT, op.cit., p. 209.

²⁵⁷ Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 274. Assunto: **Novo Embaixador Soviético em Havana**. Data: 15 de agosto de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF. FURIATI, Claudia. **Fidel Castro**: uma biografia consentida. 4ª ed. ver. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 417.

²⁵⁸ Despacho telegráfico para a Embaixada em Havana. Num. 139. Assunto: **Situação de Cuba**. Data: 29 de agosto de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

que recentemente tenha aumentado muito o número de técnicos tido como militares soviéticos, “minha impressão atual é de que não tem fundamento” as notícias ou mesmo boatos a respeito da “construção de bases para lançamentos de foguetes”.²⁵⁹

O embaixador comunica ao ministério brasileiro, de forma enfática, que “as cifras mencionadas pela imprensa estrangeira são, sem dúvida, exageradas” e procura tranquilizar o Itamaraty, alertando que, recentemente, o governo cubano anunciou, de forma oficial, que são esperados mais de mil técnicos soviéticos que virão para o país em breve. Para Bastian Pinto, esse reforço humano enviado pela URSS é uma forma, também, de propaganda com que o governo de Castro conta para confortar aos cubanos que tem vivido em estado de penúria. Mas não passa despercebido pelo diplomata que, junto com a ajuda técnica soviética, tem sido enviado muito equipamento militar. Porém, novamente em tom bastante enfático, afirma que “uma estação para contacto com os cosmonautas pode existir e passar despercebida, mas estou bastante seguro de que não há base de lançamento de projéteis; nada consta aqui sobre uma ou outra”.²⁶⁰

Sem saber, com certeza, a origem e a razão do recente auxílio soviético, o embaixador em Cuba, de forma mais humilde, aventa a possibilidade do motivo dessa ajuda estar relacionado com o “reconhecimento da incapacidade dos revolucionários para administrar razoavelmente o país (...) sobre isso estou procurando formar uma opinião mais segura a fim de transmiti-la a Vossa Excelência”.²⁶¹

Porém, o governo brasileiro não estava satisfeito com as informações recebidas da embaixada em Cuba a respeito dos militares soviéticos e da possível instalação de bases de foguetes naquele país. Estava à procura de mais – e melhores – informações a esse respeito. Por essa razão, resolveu enviar cópia do telegrama recebido de Bastian Pinto para Leitão da Cunha, como um sinal de alerta sobre o que estava acontecendo em Cuba.²⁶²

Em 04 de setembro, Kennedy da uma entrevista advertindo Krushev a respeito dos armamentos em Cuba. Era cada vez mais público o aumento do apoio soviético à

²⁵⁹ Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 286. SECRETO. Assunto: **Situação política de Cuba**. Data: 31 de agosto de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

²⁶⁰ Idem.

²⁶¹ Idem, Ibidem.

²⁶² Depacho telegráfico para a Embaixada em Moscou. Num. 110. SECRETO. Assunto: **Situação política de Cuba**. Data: 02 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

República de Cuba. Aumentava, inclusive, a preocupação dentro da Organização dos Estados Americanos (OEA), incitada pelos Estados Unidos. Em razão disso, Afonso Arinos faz emitir comunicação, diretamente ao embaixador do Brasil naquele fórum Iimar Penna Marinho, o informando que o embaixador Lincoln Gordon o avisou que o representante estadunidense na Comissão Consultiva de Segurança da OEA apresentará um pedido para que seja elaborado pela comissão “um estudo sobre a infiltração comunista e a influência de técnicos e militares do bloco oriental em Cuba e suas possíveis implicações com as campanhas de subversão em países americanos”.²⁶³

Evidentemente, os Estados Unidos não queriam apenas informar ao Brasil de suas ações na OEA. Afonso Arinos expressa a Penna Marinho que Lincoln Gordon “estimaria” que o representante estadunidense “pudesse ser acompanhado por outros representantes na solicitação que formulará”.²⁶⁴ Todavia, não emite nenhuma instrução a Penna Marinho a esse respeito, antes pelo contrário, solicita a opinião do embaixador na OEA sobre o assunto, com especial atenção “sobre os objetivos que estariam sendo visados pelos Estados Unidos da América com sua proposta”.²⁶⁵

Os acontecimentos em Cuba estavam deixando o continente em alerta. Se inicialmente era alvo de comentários nas embaixadas diplomáticas de Havana, agora a situação ameaçava tornar-se institucional, em razão do pedido dos EUA na Comissão Consultiva de Segurança da OEA. Assim como fez em relação a embaixada em Moscou, o Itamaraty enviou o mesmo telegrama procedente de Havana, no qual se informava a respeito do número de soviéticos em Cuba e das suspeitas de instalações de bases para o lançamento de foguetes, para seu representante na Organização dos Estados Americanos.²⁶⁶ Era necessário grande atenção a esse respeito, em virtude das proporções que poderia tomar, principalmente em função, pensavam os representantes brasileiros, das respostas que os EUA estivessem inclinados a dar.

²⁶³ Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos, doravante, OEA. Num. 196. CONFIDENCIAL. Assunto: **Comissão Consultiva de Segurança. Infiltração comunista nas Américas**. Data: 05 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

²⁶⁴ Idem.

²⁶⁵ Idem, ibidem.

²⁶⁶ Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil junto à OEA. Carta-telegrama Num. 59. SECRETO. Assunto: **Situação política em Cuba**. Data: 06 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

A opinião do representante brasileiro na OEA, Ilmar Penna Marinho, não demorou a vir. Um dia após ser instado por Afonso Arinos, Penna Marinho enviou um longo telegrama com informações preciosas acerca dos objetivos mais prementes dos EUA em relação a situação em Cuba.²⁶⁷ Se reportou a um encontro realizado por Dean Rusk, o secretário do departamento de Estado dos EUA, com os representantes dos países latino-americanos junto à OEA, no qual desejou comentar a declaração do presidente Kennedy realizada dia 04. De acordo com Penna Marinho, Dean Rusk procurou tranquilizar os embaixadores presentes ao encontro, minimizando o perigo que o material militar enviado pela URSS poderia representar para os Estados Unidos e para os demais países do continente.

O secretário do departamento de Estado dos EUA afirmou “ser material de caráter exclusivamente defensivo”, na mesma linha do discurso pronunciado por Kennedy, “com alcance reduzido dos foguetes (de 15 a 25 milhas) e também com característica de armas antiaéreas e de defesa naval”. Com essas informações, Penna Marinho tornava, para o governo brasileiro, oficial que havia foguetes em Cuba, embora de caráter defensivo. O embaixador brasileiro na OEA ainda frisou que Rusk “ressaltou estar informado que até o presente momento não haviam sido entregues armas de caráter ofensivo”.²⁶⁸

Ainda dentro do espírito de tranquilizar os embaixadores dos países pertencentes a OEA, Dean Rusk fez questão de esclarecer, conforme o relato de Penna Marinho, que se Cuba viesse a receber armas de caráter ofensivo e as utilizasse contra qualquer país do continente, “os Estados Unidos tomariam ‘as medidas necessárias’”.²⁶⁹ Porém, nem Rusk esclareceu, nem Penna Marinho explicou ao Itamaraty, quais seriam as “medidas necessárias”. Se trataria de uma invasão a Cuba? Seria a destruição das armas soviéticas instaladas naquele país? O governo brasileiro, que já andava preocupado com a situação, dado o número de consultas as suas embaixadas no exterior, certamente não correspondeu ao objetivo de Rusk: para ficar tranquilo.

²⁶⁷ Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 436. CONFIDENCIAL. Assunto: **Questão de Cuba. Reunião informal dos Chanceleres americanos**. Data: 06 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

²⁶⁸ Idem.

²⁶⁹ Idem, *ibidem*.

Além de “tranquilizar” os países membros da OEA, o encontro com Rusk também serviu para que os EUA insinuassem que poderiam convocar a Comissão Consultiva de Segurança – sobre isso, o governo brasileiro já estava prevenido, a partir do encontro de Gordon com Arinos. O objetivo dessa convocação seria “considerar o problema do treinamento de elementos latino-americanos em técnicas de propagandas subversivas levadas a efeito por Cuba”.²⁷⁰

Mas o real objetivo do encontro só foi revelado durante o seu decorrer. O secretário de Estado dos EUA sugeriu que fosse realizada uma “reunião informal de ministros do exterior do hemisfério” em Nova York, quando da abertura da XVII Assembleia Geral da ONU em 20 de setembro, “para apreciar desenvolvimentos recentes da questão e chegar, pelo menos em princípio, a uma conclusão sobre medidas a tomar”.²⁷¹ Ora, era sabido por todos que os EUA contavam com largo apoio na OEA para aprovar o que fosse de seu interesse. Em se tratando de Cuba, essa situação era ainda mais confortável para a diplomacia estadunidense, em razão de serem poucos os países naquele momento a ainda estabelecerem relações diplomáticas com a República de Cuba.

Insistindo que a reunião seria informal, o representante dos EUA afirmava que a razão para o encontro estava ligada diretamente ao interesse em saber a reação de seus colegas frente aos seguintes pontos de discussão: “situação de Cuba; admissão de novos membros na OEA; regimes provenientes de golpe de Estado; XI Conferência Interamericana; e, eventualmente, situação de Berlim ou outra qualquer de grande interesse no cenário mundial.”²⁷²

Não constituía segredo para ninguém, muito menos para o Itamaraty, que a preocupação central desse encontro informal era o seu ponto primeiro: a situação de Cuba. Os outros tópicos não apresentavam a mesma dimensão de polêmica, afinal qual a razão de ser contra novos membros da OEA se a configuração atual já era plena e absolutamente favorável aos interesses dos EUA, não gerando nenhuma oposição ao seu domínio novos ingressos, mesmo que se colocassem em uma posição de contestação a

²⁷⁰ Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 436. CONFIDENCIAL. Assunto: **Questão de Cuba. Reunião informal dos Chanceleres americanos**. Data: 06 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

²⁷¹ Idem.

²⁷² Idem, *ibidem*.

hegemonia estadunidense no órgão? Que países se colocariam favoráveis a golpes de Estado, quando as vítimas seriam os governos representados pelos diplomatas em questão? O que de polêmico poderia haver sobre a Conferência Interamericana naquele momento? O que poderiam fazer os países latino-americanos em relação a situação de Berlim?²⁷³ O grande propósito da reunião informal só poderia ser um: o governo cubano, como o próprio Penna Marinho expressou:

Como adiantei a Vossa Excelência, continuam autoridades norte-americanas preocupadas em reduzir a importância dos recentes acontecimentos em Cuba com propósito evidente, a meu ver de guardarem outras posições mais vantajosas no quadro da Guerra Fria. As declarações do senhor Rusk poderiam ser reduzidas as seguintes: não se assustem, não nos criem complicações porque não há perigo algum com auxílio soviético a Cuba. Estamos vigilantes e qualquer ameaça de agressão comunista ou castrista, interviremos com todas as nossas forças.²⁷⁴

Ou seja, não haveria espaço para nenhum tipo de agressão “comunista ou castrista” nas Américas. Os Estados Unidos, acima da OEA, não deixariam isso acontecer. Essa era a mesma declaração emitida por Kennedy, porém, agora a um público específico: os representantes dos países latino-americanos, portanto, os governos da América Latina estavam avisados e poderiam ficar tranquilos a respeito do que vinha acontecendo em Cuba, não precisariam mais dar atenção a rumores sobre a real importância do apoio militar soviético àquele país.

Porém, a nosso ver, os Estados Unidos não estavam convencidos que tivessem tranquilizado os países da América Central. Para tanto, imaginavam que a reunião informal seria suficiente para acalmar aqueles países, que se sentiam, possivelmente com razão, muito indefesos frente a uma possível agressão militar cubana, principalmente pela pouca distância a que se encontravam e também pelas suas dimensões geográficas, que facilitariam invasões – e não podemos esquecer, também,

²⁷³ Fazia pouco mais de um ano que fora construído o Muro de Berlim, cidade na qual havia quatro zonas de ocupação: uma estadunidense, uma soviética, uma inglesa e uma francesa. Como a cidade fazia parte da RDA, a Alemanha Oriental, essa não era uma situação confortável para Ulbricht, governante comunista daquele país, que continuamente pressionava Kruschchev para solucionar a questão de Berlim. A melhor análise sobre o problema berlinense é realizada por Frederick Kemp, que destaca os posicionamentos de Kruschchev, Kennedy, Ulbricht e Adenauer ao longo da crise. **KEMPE, Frederic. Berlim, 1961: Kennedy, Khrushchov e o lugar mais perigoso do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

²⁷⁴ Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 436. CONFIDENCIAL. Assunto: **Questão de Cuba. Reunião informal dos Chanceleres americanos.** Data: 06 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

que alguns desses países da América Central, como a Nicarágua e Guatemala, estiveram de alguma forma, mesmo indiretamente, envolvidos com o episódio da Baía dos Porcos e, por isso mesmo, temiam vingança por parte de Cuba.

Contudo, não houve boa repercussão entre os países representados na OEA a respeito da reunião informal, pois “vários delegados mostraram-se descontentes com a proposta de Rusk”²⁷⁵ por entenderem que, para um assunto daquela dimensão, deveria ser chamada uma reunião formal, dentro do âmbito da Organização dos Estados Americanos. Penna Marinho encerra o telegrama fazendo uma análise sobre os interesses dos EUA a respeito da convocação da reunião informal dentro do quadro da Guerra Fria, concluindo que se Cuba vem recebendo o apoio militar soviético, isso se deve, fundamentalmente, a decisão patrocinada pelos Estados Unidos durante a VIII Reunião de Consulta no início do ano em Punta del Este.

Essa atitude dos Estados Unidos que pode parecer incompreensível se analisada do ângulo dos compromissos de ordem continental, afigura-se-me, porém, perfeitamente compreensível se examinada dentro do quadro mundial da Guerra Fria, onde os próprios Estados Unidos ao alijarem Cuba do sistema interamericano, colocaram irremediavelmente problema cubano. Norte-americanos estariam, pois, pagando primeiro tributo da falta de clareza que demonstraram em Punta del Este.²⁷⁶

Face ao grande interesse do governo brasileiro sobre o que estava acontecendo em Cuba, o embaixador Luiz Leivas Bastian Pinto enviou suas impressões sobre a relação entre Cuba e União Soviética para o ministro Afonso Arinos, que na próxima semana faria o discurso de abertura da XVII Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, como mandava a tradição daquela instituição. Bastian Pinto expressou suas opiniões em três blocos, sendo o primeiro relacionado com o apoio soviético a Cuba, o segundo sobre as forças armadas cubanas e o terceiro sobre a situação política interna no país.²⁷⁷

Para Bastian Pinto, realmente, a ajuda soviética aumentou muito nos últimos meses, especialmente em bens de consumo, armamentos e no envio de técnicos civis e

²⁷⁵ Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 436. CONFIDENCIAL. Assunto: **Questão de Cuba. Reunião informal dos Chanceleres americanos**. Data: 06 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

²⁷⁶ Idem.

²⁷⁷ Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 243. Assunto: **Visita de Raul Castro a Moscou**. Data: 04 de julho de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

militares. Em seu julgamento, isso se dava pela incapacidade dos cubanos em reconstruir a economia do país, entregando grande parte dessa tarefa aos soviéticos. Para ele, embora até o momento não existam sinais conclusivos, essa dependência econômica acarretaria certamente, no futuro, maior influência política da URSS sobre Cuba.²⁷⁸ Em sua avaliação, nada há que permita percebermos o papel que ele reserva aos EUA perante essa situação, ao contrário do que foi possível depreender do comunicado de Ilmar Penna Marinho.

O embaixador brasileiro em Cuba destacou que “as forças armadas cubanas melhoram, constantemente, em preparo e equipamentos”. E que, aparentemente, esse equipamento militar é “totalmente defensivo”. Bastian Pinto afirma que o governo cubano faz questão de demonstrar os armamentos que tem, tais como “lançadores múltiplos de foguetes antiaéreos e aviões de combate MIG supersônicos (...) e lanchas guarda-costa russos”. Sobre os pontos as quais já tinha sido questionado pelo Itamaraty, isto é, os militares soviéticos e as bases de foguetes, o diplomata brasileiro escreve: “reitero a minha convicção de que não existem, aqui, tropas estrangeiras; não tenho nenhuma indicação positiva de que se estejam construindo rampas para o lançamento de projetis”.²⁷⁹ E alega que o fortalecimento da defesa cubana não é nenhuma surpresa, pois faz parte do que Fidel Castro anunciara em dezembro de 1961.

Em relação a situação interna em Cuba, o embaixador brasileiro diz que praticamente não houve mudanças. O poder continua concentrado nas mãos de Fidel Castro, Raul Castro e de Che Guevara. Sobre a situação econômica, ele adverte que continua ruim, destacando a falta de alimentos e de bens de consumo, tanto duráveis quanto não-duráveis. Essa situação, de acordo com Bastian Pinto, produz descontentamento e alguns protestos isolados e colabora para uma “provável diminuição da popularidade de Fidel Castro, mas, ainda, não teve consequências políticas palpáveis”.²⁸⁰ Por fim, alerta ao governo brasileiro que existe uma oposição interna ao governo revolucionário sob a forma de pequenos grupos esparsos de guerrilheiros, mas que eles não apresentam perigo para Fidel Castro. E que existe um forte emigração de cubanos desencantados com os revolucionários e que perdem o ânimo de combater o regime.

²⁷⁸ Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 298. SECRETO. Assunto: **Política do Governo Cubano. Ajuda Soviética**. Data: 11 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

²⁷⁹ Idem.

²⁸⁰ Idem, *ibidem*.

Bastian Pinto, desse modo, mantém a sua avaliação feita em fins de agosto sobre a sociedade cubana. Na sua forma de perceber a situação interna de Cuba, ele continua a frisar que não há ameaças para os demais países do continente advindas de Cuba, entrando em sintonia com a pregação estadunidense. Para o diplomata brasileiro, o grande problema de Cuba não é militar, mas sim econômico.

Entretanto, no dia anterior ao envio da mensagem do embaixador brasileiro, haviam chegado a Cuba, a bordo do navio soviético *Omsk*, os primeiros mísseis soviéticos de médio alcance, os MRBM. Esses mísseis eram capazes de atingir as regiões dos Estados Unidos mais próximas de Cuba. Os demais mísseis, entre os quais os de alcance intermediários, os IRBM, capazes de atingir a capital estadunidense e a cidade de Nova York, chegaram em Cuba no fim do mês de setembro.²⁸¹

Enquanto as armas soviéticas eram desembarcadas em Cuba sem ninguém saber, da representação brasileira na Organização dos Estados Americanos era enviado para o Itamaraty uma série de esclarecimentos mais aprofundados a respeito do pedido do ministro Afonso Arinos de Melo Franco sobre a intenção dos EUA perante a Comissão Consultiva de Segurança. Penna Marinho argumenta que o propósito dos Estados Unidos realmente é pedir à comissão um estudo sobre a infiltração comunista realizada pelos técnicos e militares soviéticos em Cuba confirmando serem eles, ou não, elementos de subversão nos países americanos. Todavia, essa solicitação ainda não foi tomada. Houve, sim, uma solicitação que possivelmente ainda não seja de conhecimento do Itamaraty: que seja “realizado um estudo geral sobre perigo que representa para a paz e segurança do continente o grande número de viagens entre repúblicas americanas e o bloco chino-soviético e Cuba”.²⁸²

Para Penna Marinho, os Estados Unidos propõem e procuram justificar, inclusive através de menções a resoluções da VIII Reunião de Consultas, que

embora muitas dessas viagens não sejam de caráter subversivo, representam elas todas um dos meios utilizados pelo movimento comunista internacional para doutrinar agentes e para transmitir propaganda e instruções. O projeto da proposta faz referência, particularmente, ao recrutamento de pessoas, individualmente ou em grupos, para visitar países do bloco chino-soviético e Cuba com aqueles fins e para viagens de agentes conhecidos do comunismo

²⁸¹ DOBBS, op. cit, p. 42-45.

²⁸² Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 443. CONFIDENCIAL. Assunto: **Infiltração comunista nas Américas**. Data: 12 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

internacional, que representam um perigo real e iminente á estabilidade política dos governos e à segurança do continente.²⁸³

Caberia, portanto à Comissão Consultiva de Segurança da OEA controlar o trânsito de pessoas para fora do continente e, dentro do continente para Cuba, de acordo com o projeto estadunidense. O embaixador brasileiro na OEA ainda alerta ao governo brasileiro que o projeto “pretende reviver o sistema policial de controle vigente por ocasião da Segunda Guerra Mundial”.²⁸⁴

Esse projeto, de acordo com o telegrama de Penna Marinho, teve o apoio de vários delegados da comissão, o que dificultaria a sua não aprovação. A alternativa seria utilizar-se da ressalva incluída pelo delegado brasileiro na comissão, relativa ao “repúdio às medidas repressivas que com pretexto de isolar e combater o comunismo possam facilitar a aparição e o fortalecimento de doutrinas e medidas reacionárias” e a partir disso entender “que a liberdade de locomoção não pode ser indiscriminadamente tolhida”.²⁸⁵

Após essa argumentação, o representante brasileiro na OEA se pôs a conjecturar a respeito dos motivos que levaram os EUA a apresentar esse projeto de resolução. Para ele, a resposta estava relacionada a política interna dos Estados Unidos, com especial atenção para as eleições que ocorreriam em novembro. Penna Marinho imaginava que Kennedy estive sofrendo pressões dos republicanos e de setores da imprensa e que, portanto, “Kennedy talvez necessite no interesse eleitoral dos democráticos, de dar satisfação à opinião pública tomando qualquer providência relativa à chegada de técnicos militares soviéticos a Cuba”. Na avaliação do embaixador brasileiro, o governo estadunidense, por manter também técnicos e militares em países muito próximos da URSS e da China, não pretendia mais do que medidas paliativas, como a discussão na comissão e “como a informal conversa de Chanceleres em Nova York, evitando uma reunião formal, para não atacar frontalmente o tema, assim procura contornar”.²⁸⁶

²⁸³ Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 443. CONFIDENCIAL. Assunto: **Infiltração comunista nas Américas**. Data: 12 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

²⁸⁴ Idem.

²⁸⁵ Idem, *ibidem*.

²⁸⁶ Idem, *ibidem*.

2.2

A tempestade se aproxima

No Brasil, entretanto, a política interna passava por mais transformações. Após o governo Goulart obter, através da emenda Valadares,²⁸⁷ a antecipação do plebiscito a respeito do regime de governo, o gabinete Brochado da Rocha renunciou, ainda em um clima de “nova e grave crise político-militar”, dessa vez desencadeada pelo Exército, que tentara pressionar o Congresso a antecipar o plebiscito.²⁸⁸

Com o gabinete Brochado da Rocha desfeito, o agora novamente ex-ministro das Relações Exteriores, a convite de Hermes Lima, foi chefiar a missão diplomática brasileira na XVII Assembleia Geral da ONU.²⁸⁹ No dia 16 de setembro, Arinos foi para Nova York, pois a Sessão de Abertura da Assembleia Geral seria realizada no dia 20 e, conforme o ritual da Organização das Nações Unidas, o primeiro país a se manifestar na Assembléia Geral seria o Brasil.

Desde a IV Assembleia Geral, o Brasil tem sido o primeiro país a ocupar a tribuna do Debate Geral. A partir de então, a cada ano, antes de abrir as inscrições para o Debate Geral, o Secretário-Geral da ONU dirige nota à Missão do Brasil em Nova York em que indaga se, de acordo com a praxe, o Chefe da delegação brasileira desejará ser o primeiro orador. A resposta

²⁸⁷ Argelina Figueiredo analisa de forma detalhada esse movimento ocorrido na Câmara dos Deputados. Esta autora, embora não discuta em profundidade as causas da renúncia de Brochado da Rocha, demonstra com clareza os embates parlamentares entre os que entendiam que o plebiscito só pudesse ser aprovado pela nova legislatura e que por isso pressionavam pela aprovação da emenda Oliveira Brito e o grupo governista que pretendia tomar uma decisão rápida sobre o assunto e conseguiu rejeitar a emenda Oliveira Brito em 13 de setembro e no dia seguinte provar a emenda Valadares, marcando a data do plebiscito para 06 de janeiro próximo. FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas?** 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 80-84.

²⁸⁸ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 115-118.

²⁸⁹ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Planalto: memórias.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1968, p. 244.

invariavelmente afirmativa à consulta do Secretário-Geral assegura a vigência de uma tradição que honra e distingue o Brasil.²⁹⁰

Desse modo, o discurso de abertura da XVII Assembleia Geral da ONU foi realizado, tal qual no ano anterior, por Afonso Arinos de Melo Franco em 20 de setembro.²⁹¹ Curioso é o fato de que, nas duas ocasiões em que proferiu o discurso inaugural na ONU, Afonso Arinos tivesse deixado o cargo de ministro das Relações Exteriores poucos dias antes de tal evento.²⁹²

Em telegrama destinado ao novo primeiro-ministro, Hermes Lima, que ainda não tinha assumido a pasta das Relações Exteriores com a qual acumularia função, o senador Afonso Arinos deu conhecimento das repercussões naquele ambiente por ocasião de seu discurso. Fez constar que recebeu muitos apoios das delegações latino-americanas e também das delegações da África e da Ásia. Também foi cumprimentando pelo representante dos Estados Unidos Adali Stevenson e pelo ministro das Relações Exteriores da União Soviética Andrei Gromiko, em especial pelos trechos de seu discurso no qual se reportava ao desarmamento e aos ensaios nucleares.²⁹³

O discurso também produziu repercussões na imprensa internacional, tanto nos Estados Unidos, com matéria no *New York Times*, quanto na União Soviética, no jornal *Pravda*. Segundo a avaliação de Afonso Arinos, o Brasil vivia um bom momento perante a diplomacia mundial, em razão de ter conseguido “transmitir ao plenário a seriedade, autenticidade, espírito realista e construtivo da nossa atual política externa, o que vem colocar o Brasil em privilegiada situação diplomática na presente sessão da Assembleia Geral”.²⁹⁴

A repercussão do discurso também foi positiva no Brasil, conforme comunicou a Afonso Arinos o diplomata Carlos Alfredo Bernardes, que estava ocupando interinamente o ministério das Relações Exteriores. Fez questão de mencionar a Afonso

²⁹⁰ CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. **O Brasil nas Nações Unidas (1946-2011)**. 3ª ed. ver. e ampl. Brasília: FUNAG, 2002, p. 34-35.

²⁹¹ A íntegra do pronunciamento de Afonso Arinos está contida em CORREA, op. cit, p. 211-219.

²⁹² Na primeira vez, em virtude da renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961. Dessa vez, em razão do término do gabinete Brochado da Rocha, no dia 14 de setembro.

²⁹³ Telegrama da Delegação do Brasil à XVII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas – Nova YORK, doravante ONU. Num 13. CONFIDENCIAL. Assunto: **Discurso do Senador Afonso Arinos**. Data: 21 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

²⁹⁴ Idem.

Arinos que o discurso foi destaque nas manchetes dos principais jornais do país. E que San Tiago Dantas também ficou muito satisfeito com o destaque proporcionado pelo senador às teses da política externa brasileira.²⁹⁵

A boa acolhida ao discurso de Afonso Arinos, tanto no âmbito governamental quanto na opinião pública, demonstrava o vigor que a Política Externa Independente ainda mantinha no país. O desempenho do papel de protagonista nos fóruns internacionais, como estratégia de política externa, rendia bons frutos ao governo brasileiro, ainda mais em se tratando de um período pré-eleitoral. Acabava se constituindo em um trunfo para o presidente Goulart, que recém tinha constituído novo gabinete com Hermes Lima na presidência no dia 18 de setembro, e que, além do interesse eleitoral mais imediato, começava a projetar os meios para alçar a vitória no plebiscito de janeiro, o que, para ele, significava o retorno ao presidencialismo.

É consenso na bibliografia que a grande tarefa de Hermes Lima, quando de sua indicação pelo presidente, seria “preparar a transição para o retorno ao presidencialismo”.²⁹⁶ Porém, não podemos perder de vista que era urgente para o governo constituir um novo ministério, pois em menos de um mês haveriam eleições parlamentares e para alguns governos de Estado.²⁹⁷

Além disso, conforme ia se aproximando a data da Reunião Informal de Chanceleres, o governo brasileiro – em que pese sua preocupação com as eleições de 7 de outubro – procurava dar a devida atenção àquele evento. Assim, recebia com regularidade informações de seu representante na OEA, o diplomata Ilmar Penna Marinho, que manifestava que “a Reunião Informal de Chanceleres continua a ser central em todas as conversações e o problema cubano é a fonte de todas as preocupações”.²⁹⁸

²⁹⁵ Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil na ONU. Sem Num. Sem assunto. Data: 21 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF. Essa alusão a San Tiago Dantas, destacando sua satisfação pelo pronunciamento de Afonso Arinos, é um importante vestígio da influência que Dantas ainda exercia sobre a política exterior junto ao governo Goulart.

²⁹⁶ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O Governo João Goulart** – As lutas sociais no Brasil 1961-1964. 7ª ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 81; FERREIRA; GOMES, op. cit, p. 121.

²⁹⁷ A eleição legislativa era para a renovação total da Câmara dos Deputados (409 parlamentares) e dois terços do Senado (45 senadores).

²⁹⁸ Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 457. CONFIDENCIAL. Assunto: **Reunião informal de Chanceleres. Questão de Cuba**. Data: 22 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

O governo revolucionário cubano se constituía numa intensa preocupação para os seus vizinhos americanos. E que se fazia aumentar, consideravelmente, em razão da nova característica da sua relação com a União Soviética: o envio de técnicos, fossem civis ou militares, somado ao auxílio em armamentos providenciado pelo país de Krushev gerava temores e inseguranças, distintos, porém, cotidianos a todos os governos americanos.

Prova disso pode ser depreendida da informação privilegiada que o representante brasileiro na OEA enviou ao governo brasileiro. Através de inúmeros contatos nas legações diplomáticas de Washington, Penna Marinho realizou análise bastante eficiente sobre a questão de Cuba. Para ele, se apresentavam três tendências entre os países latino-americanos:

uma de extrema direita, reacionária, agressiva, que defende a necessidade de uma intervenção mesmo militar em Cuba, com o fito de liquidar Castro e impedir a infiltração comunista no Hemisfério. É o ponto de vista da Guatemala, Costa Rica, Nicarágua, Honduras, El Salvador, Panamá, República Dominicana, Peru e Colômbia.²⁹⁹

Note-se que sua avaliação a respeito desses países era bem severa. *Extrema direita, reacionária, agressiva* eram os adjetivos empregados pelo representante brasileiro para caracterizar a posição daqueles governos. E percebe-se que todos eles fazem parte da América Central, à exceção de Peru e Colômbia, países esses que foram os responsáveis pela convocação da VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, insuflados pelos Estados Unidos, em fins de 1961.

A segunda tendência, possivelmente teria a seguinte composição:

outra mais moderada, no sentido de que urge tomar providências, mas talvez não seja conveniente o uso da força, em virtude da delicada conjuntura mundial, é a orientação do Chile, Bolívia, Equador, Venezuela, Haiti.³⁰⁰

Esses países, à exceção da Venezuela e do Haiti – mas esse é um caso muito especial – se abstiveram de votar a expulsão do governo cubano da Organização dos

²⁹⁹ Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 457. CONFIDENCIAL. Assunto: **Reunião informal de Chanceleres. Questão de Cuba.** Data: 22 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

³⁰⁰ Idem.

Estados Americanos em janeiro daquele ano. Mantinham, então, na visão do diplomata brasileiro, a posição, os argumentos e os votos proferidos em Punta del Este. A Venezuela, embora se sentisse ameaçada por Cuba e tivesse votado pela expulsão do governo cubano da OEA, não tinha um histórico, sob a administração de Rômulo Bettancourt, de submissão absoluta aos EUA, o que lhe conferia uma independência em suas posições. Já o Haiti, até o último momento, fazia parte do grupo liderado pelo Brasil em Punta del Este. A alteração de sua posição se deu em função de uma proposta financeira elevada, realizada pelos Estados Unidos.³⁰¹ Não era, portanto, um país radicalmente contrário ao governo cubano, como seus vizinhos centro-americanos.

Para Penna Marinho, a terceira tendência, que não podia sequer ser chamada de grupo, dado que representada por um único país, estava alicerçada essencialmente na radicalização do princípio da autodeterminação:

Finalmente, uma terceira tendência, de que só ao povo cubano compete decidir do seu destino e que Castro só deve ser derrubado por uma ação dos contra-revolucionários cubanos é a posição do México.³⁰²

Da avaliação realizada pelo representante brasileiro na OEA, escaparam Argentina, Paraguai e Uruguai. A posição da Argentina já era de amplo conhecimento do governo brasileiro e podia ser, facilmente, incorporada à primeira tendência. Para saber com maior segurança as posições de Paraguai e Uruguai ainda era necessário que o embaixador do Brasil estabelecesse maiores contatos com os representantes daqueles países.

Restava, ainda, saber a posição dos Estados Unidos, que, diferentemente de situações anteriores, dessa vez convocava a reunião, mesmo que informal, diretamente, sem utilizar-se da proteção de terceiros países. O documento enviado ao governo

³⁰¹ QUINTANEIRO, Tânia. **Cuba e Brasil: da revolução ao golpe (1959-1964): uma interpretação sobre a política externa independente.** Belo Horizonte: UFMG, 1988, p.72; FRANCHINI NETO, Hélio. A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 48, n. 2. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005, p. 142; BOTEGA, Leonardo da Rocha. **Brasil, Argentina e a Questão Cubana ((1959-1964): quando a independência faz a união.** 241 f. Santa Maria: UFSM, 2009. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-americana) – Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-americana, Centro de Ciências Sociais Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009, p. 196.

³⁰² Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 457. CONFIDENCIAL. Assunto: **Reunião informal de Chanceleres. Questão de Cuba.** Data: 22 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

brasileiro previa duas posições “perfeitamente caracterizadas” que poderiam ser defendidas pelo anfitrião:

uma, representada pelo Congresso, pela imprensa e grande parte da opinião pública, no sentido de que se faz nisto uma intervenção militar em Cuba, com o objetivo de erradicar o comunismo do continente e, ao mesmo tempo, manter a segurança dos Estados Unidos.³⁰³

Essa posição aparecia com frequência na política interna dos Estados Unidos. E, assim como no Brasil onde se realizariam importantes eleições em outubro, nos EUA também se respirava as eleições de novembro para o Congresso. E que não deixavam de ser uma reedição das eleições de 1960, quando Cuba fez parte central entre os debates de Kennedy e Nixon.³⁰⁴

A outra posição, de acordo com o telegrama, procurava não enfatizar demasiadamente a questão de Cuba:

outra, adotada pelo presidente Kennedy e, conseqüentemente, pelo governo norte-americano, tendente a minimizar a importância do auxílio soviético à Cuba, atribuindo caráter defensivo aos desembarques de armamentos e técnicos e a somente admitir a possibilidade de uma invasão da ilha no caso em que Fidel Castro venha a constituir uma ameaça concreta para a segurança dos Estados Unidos e para a manutenção da democracia representativa nos países latino-americanos.³⁰⁵

Era essa posição que se conhecia, publicamente, até então. Ela estava plenamente de acordo com o pronunciamento de Kennedy do dia 04. Tudo levava a crer, portanto, ao representante brasileiro, que essa seria a postura de Dean Rusk durante a Reunião Informal dos Chanceleres.

³⁰³ Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 457. CONFIDENCIAL. Assunto: **Reunião informal de Chanceleres. Questão de Cuba**. Data: 22 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

³⁰⁴ A tal ponto que Richard Nixon teria se convencido “de que foram as manipulações de Kennedy sobre a questão de Cuba que o tinham derrotado, e não o impacto da aparência mais refinada de Kennedy durante os debates na televisão”. HERSHE, op.cit., p. 193.

³⁰⁵ Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 457. CONFIDENCIAL. Assunto: **Reunião informal de Chanceleres. Questão de Cuba**. Data: 22 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

Após essa avaliação, Ilmar Penna Marinho resolveu emitir sua opinião acerca da postura que o país deveria defender em Washington. Considerando que Rusk seguisse a linha até então mantida pelo governo dos EUA – de minimizar e procurar tranquilizar os demais governos do continente – o embaixador brasileiro na OEA entendia que o governo brasileiro deveria “agir com a maior cautela”, pois, e aqui é um ponto importante do documento em questão, “se nos opuséssemos a ela, pensando ir contra os Estados Unidos, poderíamos, de um lado, combater uma posição que é em substância a nossa e, de outro, enfraquecer a posição do presidente Kennedy em sua luta contra a pressão que vem sofrendo por parte dos governos reacionários do continente”.³⁰⁶

O que levaria, segundo Penna Marinho, o governo de João Goulart a decidir a posição do país na Reunião Informal de Chanceleres a partir da ideia de *ir contra os Estados Unidos*? Será que o embaixador do Brasil na OEA compreendia que a Política Externa Independente era anti-estadunidense, ou mesmo, neutralista?

E fazia parte da “substância” da Política Externa Independente *admitir a possibilidade de uma invasão da ilha no caso em que Fidel Castro venha a constituir uma ameaça concreta para a segurança dos Estados Unidos e para a manutenção da democracia representativa nos países latino-americanos*? Se Cuba fosse uma ameaça concreta, Penna Marinho imaginava que o Brasil deveria *admitir a possibilidade de invasão*? Isso não constituiria ir contra os princípios basilares da PEI, ou seja, a autodeterminação dos povos e a não-intervenção, se desfazendo de toda a argumentação que San Tiago Dantas defendeu em Punta del Este?

Por fim, será que realmente o embaixador brasileiro na OEA entendia que Kennedy estava lutando “contra a pressão que vem sofrendo por parte dos governos reacionários do continente”? Qual a pressão que os EUA, uma das duas únicas superpotências mundiais, poderia estar sofrendo da Guatemala ou mesmo da Colômbia e do Panamá? Esse ponto da argumentação de Penna Marinho dificilmente encontraria eco no Itamaraty. Nem mesmo João Goulart – em que pese pudesse se comover com as duas argumentações anteriores, ou mesmo mantivesse interesse em dar sustentação ao presidente Kennedy que recentemente tinha conhecido e por quem ansiava uma visita ao Brasil – se sensibilizaria com tal conjectura.

³⁰⁶ Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 457. CONFIDENCIAL. Assunto: **Reunião informal de Chanceleres. Questão de Cuba**. Data: 22 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

Não bastasse as opiniões acima descritas, no sentido de convencer o governo brasileiro a ser mais flexível em relação às propostas estadunidenses, o embaixador do Brasil na Organização dos Estados Americanos também pedia maior atenção em relação ao México. Nesse mesmo documento, no qual, anteriormente, tinha considerado o governo de Adolfo López Mateos como um radical na defesa da autodeterminação dos povos, adverte ao governo brasileiro “que o México, após a visita do presidente Kennedy e obtenção de vários benefícios, inclusive a solução do problema do rio Colorado, vem adotando atitude bastante moderada”.³⁰⁷

Parece evidente que o diplomata brasileiro procurava exercer pressão fosse sobre Hermes Lima, fosse sobre João Goulart, no sentido de que o Brasil não fosse o único país a impor resistências ao projeto estadunidense. Para tanto, não deixou de mencionar que o governo mexicano em “suas intervenções nos debates” vinha perdendo a “aspereza dos primórdios, buscando sempre fórmulas conciliantes com os pontos-de-vista do governo norte-americano”. Encerrava seu alerta afirmando temer, “pois, que o Brasil vá encontrar na reunião de Washington um México bastante diverso daquele que compareceu a Punta del Este”.³⁰⁸ Desse modo, é difícil não entender que Penna Marinho advogava uma posição menos ousada para o Brasil, para não dizer, acomodada.

No Itamaraty, a repercussão ao telegrama de Penna Marinho foi rápida. O diplomata Carlos Alfredo Bernardes procurou João Goulart e Hermes Lima para decidirem que atitudes tomar em relação a Reunião Informal de Chanceleres.³⁰⁹ Após uma longa conversa, resolveram entrar em contato com Afonso Arinos, que estava nos Estados Unidos chefiando a delegação brasileira na XVII Assembleia Geral da ONU.

Enviaram um telegrama secreto para Arinos em Nova York. Quem assinava o telegrama era o ministro interino, Carlos Alfredo Bernardes. Ele dava conhecimento a Afonso Arinos que tinha conversado “longamente com o Presidente e Hermes Lima sobre a reunião do dia 2”.³¹⁰ Sem fazer nenhum tipo de referência ao telegrama recebido

³⁰⁷ Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 457. CONFIDENCIAL. Assunto: **Reunião informal de Chanceleres. Questão de Cuba**. Data: 22 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

³⁰⁸ Idem.

³⁰⁹ Bernardes exercia interinamente o cargo de ministro das Relações Exteriores e recentemente fora subsecretário-geral do Itamaraty na gestão de Afonso Arinos.

³¹⁰ Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil na ONU. Sem Num. SECRETO. Assunto: **Para conhecimento exclusivo do Ministro Afonso Arinos**. Data: 24 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

de Penna Marinho, ele apresentava o resultado das conversações empreendidas entre os três a partir do teor do documento emitido pelo embaixador brasileiro na OEA: “ambos [Goulart e Lima] estão muito preocupados com a possibilidade de sermos novamente forçados a uma atitude de discordância da maioria dos países latino-americanos, causando uma situação difícil para as relações com os Estados Unidos”. Apesar dessa preocupação, e não temos porque imaginar que não fosse genuína, Bernardes deixa muito claro a Afonso Arinos que “por outro lado, estão decididos a não alterar a linha política que vínhamos seguindo ultimamente”.³¹¹

Essa era uma forma, também, de prestigiar Afonso Arinos de Melo Franco. Não esqueçamos ter sido ele o criador da Política Externa Independente no governo Jânio Quadros. Ao mesmo tempo, com a queda do gabinete Brochado da Rocha e assunção do novo gabinete coordenado por Hermes Lima que tomara posse a menos de uma semana, Arinos foi desalojado do ministério. Possivelmente, em função de que a grande preocupação de Goulart era restabelecer o presidencialismo e, portanto, esse seria um gabinete de transição e comprometido com a vitória no plebiscito, não deixando, assim, espaço para Melo Franco, que ademais era senador pela UDN, no novo governo.

Evidenciando para Afonso Arinos que o novo gabinete não pretendia alterar a política externa da qual ele, pela segunda vez, esteve à frente, Bernardes fez saber que o governo brasileiro estava realizando gestões junto a Lincoln Gordon para que não houvesse um comunicado final da Reunião Informal, nem qualquer outro tipo de documento, que obrigasse ao Brasil a fazer pública sua posição. E indiretamente, convida o senador para representar o país na reunião, pois “nossa representação nessa reunião está ainda dependendo de uma ideia mais clara do que ali se vai passar”.³¹²

Logo após o envio da mensagem para o senador Afonso Arinos, o primeiro-ministro Hermes Lima tomou posse, às 11h30min, no Palácio do Itamaraty, de forma cumulativa, como ministro das Relações Exteriores. Prestigiado pelos ministros da Justiça João Mangabeira – companheiro de muitos anos de vida partidária de Hermes

³¹¹ Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil na ONU. Sem Num. SECRETO. Assunto: **Para conhecimento exclusivo do Ministro Afonso Arinos**. Data: 24 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

³¹² Idem.

Lima³¹³ – da Agricultura Renato Costa Lima, do Trabalho João Pinheiro Neto e da Aeronáutica Reinaldo de Carvalho, o cargo foi transmitido pelo embaixador Carlos Alfredo Bernardes.

Em seu discurso de posse, Hermes Lima fez variados elogios a Bernardes a quem “conheço a muito tempo e tenho acompanhado a sua carreira, das mais brilhantes”. Falando sobre as relações internacionais, salientou que “o mundo atual é um mundo intranquilo, cheio de problemas, tanto na ordem interna dos países como na ordem internacional”. Em função disso, “prometeu continuar no Itamaraty a política externa sempre voltada para o bom entendimento entre os povos”.³¹⁴ Mal sabia ele que em menos de um mês suas palavras seriam açambarcadas pela realidade.

Coube a Carlos Alfredo Bernardes, saindo da interinidade do ministério para voltar a ocupar a posição que exercia no ministério chefiado por Afonso Arinos – a de subsecretário-geral do Itamaraty – externar os objetivos da PEI, privilegiando o fato de que “a dinamização de nossa política externa visa a colocar o Brasil no lugar que lhe cabe por direito no concerto das nações”. E além disso, o diplomata, com muito sentido de oportunidade, mencionou que a política externa brasileira era grande devedora dos bons ofícios de San Tiago Dantas e Afonso Arinos, pois foram eles quem “renovaram as linhas mestras da nossa política exterior”.³¹⁵ Bernardes, com essa declaração, procurava ao mesmo tempo em que afagava Afonso Arinos, deixar em evidência o reconhecimento que o governo brasileiro tinha acerca de seu trabalho desempenhado no Itamaraty. Procurava, assim, pavimentar o nome de Arinos para que esse fosse o representante brasileiro na Reunião Informal de Chanceleres.³¹⁶

³¹³ HECKER Alexandre. Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista do pós-guerra. FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical** (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 35.

³¹⁴ *O Estado de São Paulo*, 25 de setembro de 1962, p. 4. Biblioteca do Senado Federal, doravante BSF. Brasília/DF.

³¹⁵ Idem.

³¹⁶ O nome de San Tiago Dantas gozava, certamente, ainda de prestígio muito maior junto a Goulart e Hermes Lima. No entanto, Dantas tinha renunciado ao mandato de deputado federal em agosto de 1961 para ser o representante do Brasil na XVI Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas – fato que acabou não se concretizando em virtude da renúncia de Janio Quadros e da Campanha da Legalidade, sendo substituído por Afonso Arinos de quem, aliás, era muito próximo. BUENO, Clodoaldo. Da Agroexportação ao desenvolvimentismo (1889-1964). In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 328. Como a reunião seria realizada na mesma semana das eleições no Brasil, e Dantas era candidato a deputado federal pelo PTB de Minas Gerais, não era conveniente sua participação na reunião informal.

Possivelmente sem tomar conhecimento dos discursos realizados na transmissão de cargo do dia 24, por estar em Nova York e as notícias só terem sido publicadas no dia 25, nesse mesmo dia veio a resposta de Afonso Arinos de Melo Franco ao telegrama enviado por Bernardes pouco antes da posse de Hermes Lima. O senador Melo Franco ponderava que, caso sejam tomadas decisões na Reunião Informal, a responsabilidade do Brasil será resultado da importância das decisões e não de quem seja o representante do país, ou seja, “se a Conferência for importante, nossa responsabilidade será sempre grande, qualquer que seja a hierarquia de nosso representante”.³¹⁷ E propõe, como sendo a melhor solução para o problema, que o próprio Bernardes seja o representante brasileiro, pois assim, poderia fazer valer os objetivos brasileiros e, entrando em clara contradição com o que tinha escrito na mesma mensagem sobre hierarquia, Arinos apontava que “representação em nível inferior às dos demais países impedirá que possamos influir na direção de nossos propósitos”.³¹⁸ Era a abertura necessária para que o convite fosse providenciado ao senador.

No mesmo dia em que Hermes Lima acumulava a pasta das Relações Exteriores, nos Estados Unidos era aprovado no Congresso um projeto enviado pelo governo Kennedy que “autoriza o presidente a mobilizar 150 mil reservistas, quando o considerar necessário”. Aumentava, assim, o potencial militar dos EUA sem deixar dúvidas quanto ao seu objetivo, que era “a melhor resposta dos Estados Unidos ao reforçamento do poderio militar de Cuba”.³¹⁹

Essa medida era, principalmente, uma resposta do presidente John Kennedy aos setores mais conservadores da sociedade estadunidense que criticavam sua forma de lidar com a situação em Cuba. O presidente da Comissão das Forças Armadas no Congresso, Carl Vinson, após a vitória da proposta por 342 contra 13 votos, manifestou que “Cuba constituía apenas um dos focos de tensão, mas que sua proximidade do território norte-americano a convertia em grave problema”, porém, seguindo a argumentação adotada pelo presidente dos Estados Unidos, divulgava que “os preparativos militares em Cuba continuam a ser defensivos”.³²⁰

³¹⁷ Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Sem num. SECRETO. Assunto: **Particular para o Senhor Subsecretário de Estado**. Data: 25 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

³¹⁸ Idem.

³¹⁹ *O Estado de São Paulo*, 25 de setembro de 1962, p. 13. BSF. Brasília/DF

³²⁰ Idem.

E a Reunião Informal de Chanceleres passava à esfera da opinião pública. O jornal *O Estado de São Paulo* informava que a “conferência oficiosa de chanceleres americanos sobre a questão de Cuba será realizada no Departamento de Estado”³²¹ e não mais em Nova York, como se imaginava até então. Perceba-se que o jornal em questão destacava que a reunião seria a respeito de Cuba, criando, com isso, um importante ponto para debate na sociedade.

Nessa mesma edição, o jornal trazia à tona a proposta feita pelo ministro da Fazenda do Panamá, Gilberto Arias, no sentido de que fosse criada uma organização militar nos moldes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para a região do Caribe, com o objetivo de defender a América Central de Cuba. Comentando a proposta, o porta-voz do Departamento de Estado dos EUA, Lincoln White, afirmava que o seu país simpatiza com as nações que queriam se defender de maneira adequada, porém, mesmo que o seu governo “compreenda perfeitamente os problemas particulares com que se defrontam os países das Antilhas e da América Central, os quais, em virtude de sua proximidade geográfica com Cuba sentem-se especialmente vulneráveis”,³²² não se sentia apto a emitir declarações sobre a proposta de Arias, por não ter recebido instruções a esse respeito.

Enquanto isso, a Embaixada do Brasil em Havana tratava de comunicar ao Itamaraty, já sob a gestão de Hermes Lima, que foram assinados dois convênios entre Cuba e URSS. O primeiro acerca da assistência soviética para o desenvolvimento da indústria da pesca em Cuba e o segundo relacionado à construção de uma base pesqueira na Baía de Havana. Para Ruiz de Gamboa, que emitia o telegrama, o mais importante era que a construção

na Baía de Havana, torna absolutamente inaceitável as suposições circuladas pela imprensa continental de que a base se destinaria realmente a submarinos e navios de guerra. Digo inaceitável porque a Baía de Havana seria o pior lugar para uma base naval em Cuba, já que está rodeada de estradas, ou seja, **exposta à vista de qualquer pessoa** e, principalmente, porque seu canal de entrada tem apenas 183 metros de largura e cerca de 15 metros de profundidade: a aviação inimiga teria pouco trabalho para obstruir uma entrada tão reduzida.³²³

³²¹ *O Estado de São Paulo*, 25 de setembro de 1962, p. 13. BSF. Brasília/DF.

³²² *Idem*.

³²³ Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 317. Assunto: **Questão de Cuba. Assinatura de convênios entre Cuba e URSS**. Data: 27 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF. Grifos nossos.

Para o diplomata brasileiro, essa seria a prova cabal de que não eram procedentes os boatos acerca do apoio militar soviético ofensivo à Cuba. Os cubanos, na sua concepção, ainda mais com o apoio soviético, jamais poderiam ser tão descuidados.³²⁴

Para o brasileiro, os convênios representavam uma excelente oportunidade para a URSS, mas também uma importante ajuda para Cuba, pois juntamente com a assistência soviética aos planos de irrigação do governo cubano, “constituem mesmo os dois projetos principais de ajuda econômica à Cuba, ambos visam a um aumento a curto prazo da capacidade cubana de produção alimentícia, norma básica da ajuda econômica soviética a este país, ainda recentemente objeto das conversações de Raul Castro em Moscou”.³²⁵

No dia seguinte, José Maria Ruiz de Gamboa comunicou ao governo brasileiro que já não restava dúvidas de que os Estados Unidos estavam exercendo, em caráter sistemático, estreita vigilância naval e aérea sobre Cuba. Ele destacava que a marinha dos EUA estava a poucas milhas controlando as entradas de várias partes de Cuba. E que nos últimos dias era corrente a imprensa cubana publicar fotografias de aviões da América Latina que sobrevoam navios nas imediações de Cuba. E que estavam sendo realizadas incursões aéreas regulares controlando a movimentação dos navios de cabotagem cubanos.³²⁶

Além disso, na véspera, alegava que “declarou-me confidencialmente, o capitão de caçadores de navio francês, que acaba de chegar a Havana procedente da Rússia, que

³²⁴ Michael Dobbs, entretanto, traz uma informação muito singular a esse respeito: cita o caso de um depósito de ogivas nucleares em Bejucal (Oeste de Cuba) que os Estados Unidos descartaram como local suspeito em razão de haver pouco aparato de segurança – apenas uma cerca de arame farpado: “Os experts não paravam de falar que as ogivas nucleares estariam sob o rígido controle da KGB. Mandaram-nos procurar múltiplas cercas de segurança, bloqueios de estradas, níveis de proteção a mais. Não vimos nada disso. Os analistas notaram uma cerca caindo aos pedaços em torno da base de Bejucal, não protegida sequer por um portão fechado, e concluíram que não havia ogivas lá dentro”. Nessa base, havia 36 ogivas de um megaton. DOBBS, op.cit., p. 202.

³²⁵ Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 317. Assunto: **Questão de Cuba. Assinatura de convênios entre Cuba e URSS**. Data: 27 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF. Grifos nossos. Ruiz de Gamboa enviou cópia desse telegrama para Bastian Pinto, que estava em Nova York e que deveria vir ao Brasil. Como visto anteriormente, o objeto das conversas e negociações de Raul Castro em Cuba não era exatamente esse.

³²⁶ Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 319. SECRETO. Assunto: **Questão de Cuba. Vigilância naval e aérea dos Estados Unidos da América em torno de Cuba**. Data: 28 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

aviões americanos, mais de uma vez, pediram que seu barco se identificasse quando este se encontrava próximo a águas cubanas”.³²⁷

O cerco dos EUA era uma realidade. E o governo brasileiro, a partir de agora, tinha plena ciência disso.

Nesse mesmo dia, o embaixador Penna Marinho informava ao ministério das Relações Exteriores do que tinha acontecido durante o encontro no qual ele e o embaixador brasileiro em Washington, Roberto Campos, participaram juntamente com os demais embaixadores latino-americanos e o subsecretário para Assuntos Interamericanos do Departamento de Estado, Edwin Martin. De acordo com Penna Marinho, o principal ponto da reunião foi o desenvolvimento do problema cubano.³²⁸

O representante brasileiro na OEA alertava ao Itamaraty que Martin havia declarado “um aumento na mobilização militar estrangeira naquele país, a qual já envolve 4200 homens bem como novos tipos de armas, como foguetes contra unidades navais”. Em face dessa escalada militar soviética, o secretário de Estado pretendia trabalhar sobre duas linhas: a primeira, tornar o sustento a Cuba o mais oneroso possível para a URSS; a segunda, fazer a URSS entender que não obterá êxito no domínio de Cuba.³²⁹ Dessas duas linhas apresentadas até então, não havia nada que significasse utilização de força contra o governo cubano. Assim, a mensagem de Penna Marinho poderia ser encarada como um alívio para o governo do Brasil.

Ainda no mesmo documento, o embaixador na OEA informava sobre a perspectiva do departamento de Estado em relação a política americana para enfrentar o problema. Para o governo dos EUA, a decisão em Punta del Este, embora não adotada por unanimidade, passou a constituir a política oficial da Organização dos Estados Americanos. Na interpretação de Penna Marinho, essa “afirmativa soa como uma insinuação de que todos os países membros devem subordinar-se a essa ‘política oficial

³²⁷ Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 317. Assunto: **Questão de Cuba. Assinatura de convênios entre Cuba e URSS.** Data: 27 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF. Grifos nossos.

³²⁸ Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 468. CONFIDENCIAL. Assunto: **Reunião informal de Chanceleres. Questão de Cuba.** Data: 28 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF

³²⁹ Idem. As estimativas do governo dos Estados Unidos eram totalmente equivocadas. Não temos uma referência adequada para essa data, porém, sabemos que no dia 20 de outubro já se encontravam em Cuba mais de 40 mil soviéticos, enquanto o governo dos EUA acreditava serem em torno de 7 mil. DOBBS, op. cit., p. 44.

da OEA”³³⁰, ou seja, uma forma clara de pressão para que não houvesse espaço para divergências durante o encontro, tudo o que mais temia o governo brasileiro.

Edwin Martin tinha reafirmado que os Estados Unidos não tinham “intenções agressivas contra Cuba”, porém, em uma mudança de discurso, havia notificado aos embaixadores presentes que, se viesse a ser necessário para prevenir agressão “contra quem quer que seja”, os EUA recorrerão ao uso da força.³³¹ Essa nova afirmação destoava da política até então preconizada por Kennedy, de tentar tranquilizar os demais países.

Ainda trazia a intenção estadunidense de – seguindo o disposto na declaração da VIII Reunião de Consulta – ampliar o embargo do comércio a Cuba. Essa era uma medida bastante forte. E que estava acompanhada da já citada intenção de controlar as fronteiras, para impedir “treinamento em técnica de subversão de jovens latino-americanos em Cuba”, além de frear a propaganda comunista cubana na América Latina. Em relação à influência de Cuba no Caribe, afirmou ser “ainda cedo para estabelecer medidas necessárias à defesa daquela região”, contudo, prometeu que seria dado maior atenção a esse problema. De acordo com a interpretação de Penna Marinho, o subsecretário Martin estava se referindo ao projeto de transformar o Caribe em uma espécie de OTAN.³³²

Perguntado por diversos embaixadores, Martin deu as seguintes respostas:

1) Não se cogita, no momento, uma reunião formal de consulta; 2) Seria difícil impedir a consideração de qualquer assunto durante reunião informal, por não haver uma agenda; 3) Principal assunto da reunião é Cuba, podendo, no entanto, ser discutido qualquer problema de interesse comum.³³³

Como ficou claro, a Reunião Informal de Chanceleres tem no problema cubano seu grande objetivo. Para o governo brasileiro, a preocupação se dava, sobremaneira, por ser realizada a reunião às vésperas de uma eleição que modificaria a composição do Congresso Nacional e alguns governos de Estado. Para melhor ou para pior!

³³⁰ Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 468. CONFIDENCIAL. Assunto: **Reunião informal de Chanceleres. Questão de Cuba**. Data: 28 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

³³¹ Idem.

³³² Idem, *ibidem*.

³³³ Idem, *ibidem*.

Nessa conjuntura, o Brasil recebia a visita do influente jornalista do *New York Times*, Herbert Matthews. No Palácio do Planalto, em Brasília, o jornalista foi recebido pelo primeiro-ministro Hermes Lima e, posteriormente, pelo presidente João Goulart. Tratava-se de uma grande deferência ao jornalista veterano da Guerra Civil Espanhola e que, em fevereiro de 1957, esteve na Sierra Maestra, entrevistando Fidel Castro e projetando uma visão positiva do movimento revolucionário para o mundo.

Recentemente o jornalista havia lançado um livro de grande repercussão mundial, intitulado *A verdadeira História de Cuba*, no qual valorizava de forma muito positiva o movimento guerrilheiro cubano, dentro de uma perspectiva de libertação nacional. Retratava, também, de forma muito dura as condições do país sob a ditadura de Batista, destacando as desigualdades nos mais distintos níveis dentro da sociedade.

Durante o encontro com o primeiro-ministro, o “único tema da conversação” foi a posição brasileira em relação a Cuba. Hermes Lima teria explicado, então, ao jornalista que não considerava aquele país como uma ameaça comunista, nem para o Brasil nem para a América do Sul, “limitando sua capacidade de influência à área das Caraíbas”. Não deixava, assim, de reconhecer, portanto, como legítima a preocupação dos países centro-americanos em relação à Cuba. Contudo, fez questão de destacar para Herbert Matthews que “de qualquer modo”, ou seja, mesmo que Cuba pudesse representar algum tipo de perigo àqueles países, no seu entendimento “o problema não encontrará solução no uso da força”.³³⁴ Permitindo, assim, interpretar a sua desaprovação a proposta de constituição de um bloco militar no Caribe.

Mas essa declaração podia ter um alcance ainda mais longo. Podia estar endereçada, também, para fora da área da América Central, tanto ao norte quanto ao sul. A partir do seu posicionamento contrário a uma “posição de força”, Hermes Lima ressaltou que “a política traçada pelo Brasil para a questão cubana permanece inalterável”.³³⁵ Não deixava de ser um aviso pela imprensa, às vésperas da Reunião Informal de Chanceleres, objetivando dissipar dúvidas quanto a posição brasileira, tanto para o governo dos Estados Unidos, quanto para os governos latino-americanos.

Publicamente, o primeiro-ministro e também Chanceler Hermes Lima declarou que “Cuba não figura entre as preocupações imediatas do governo brasileiro, que no

³³⁴ *O Estado de São Paulo*, 29 de setembro de 1962, p. 3. BSF. Brasília/DF.

³³⁵ *Idem*.

momento está voltado para os problemas internos”.³³⁶ Em parte estava sendo sincero: muito da preocupação do governo brasileiro, naquele momento, estava relacionado com as eleições de outubro e o plebiscito de janeiro.

Mas outro tanto dessas *preocupações imediatas* não saía da sua cabeça.

Faltando quatro dias para a Reunião Informal de Chanceleres, era de conhecimento público que o governo brasileiro tinha indicado o senador Afonso Arinos e o embaixador Ilmar Penna Marinho para representá-lo em Washington.³³⁷ Para o governo de João Goulart, essa era a melhor situação possível. Se fosse necessário acompanhar os EUA nas restrições a Cuba, poderia colocar a culpa no senador da UDN e no diplomata inexpressivo. Desse modo, o prejuízo eleitoral seria baixo (além de retirar a certa admiração que Arinos recebeu em função da PEI). Se fosse realizada oposição aos propósitos dos EUA, a base de apoio nacionalista ficaria satisfeita e sempre poderia se falar que foi uma decisão do presidente Goulart. Nesse mesmo dia, o Itamaraty recebia, de Washington, nova comunicação acerca da Reunião Informal de Chanceleres.³³⁸

Bastante seguro, o embaixador Ilmar Penna Marinho alertava ao ministro Hermes Lima que o departamento de Estado estava muito preocupado com a atitude que o Brasil poderia adotar na reunião informal. Igualmente, dizia saber a respeito de “inúmeras personalidades brasileiras vem demonstrando uma certa apreensão com referência a posição que os EUA possam assumir correlativamente a Cuba”.³³⁹ Quem seriam essas personalidades preocupadas com a posição dos EUA em relação a Cuba? Estaria o embaixador se referindo aos comunistas brasileiros? Ou estariam apreensivos frente ao destino de Cuba Leonel Brizola, Almino Affonso e os outros líderes da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN)? Ou a preocupação seria de San Tiago Dantas e, por que não, Afonso Arinos, já que ambos criaram a Política Externa Independente? Seria uma referência a Hermes Lima e João Goulart, que estava com os olhos virados para Cuba e o coração para as eleições de sete de outubro?

³³⁶ *O Estado de São Paulo*, 29 de setembro de 1962, p. 3. BSF. Brasília/DF.

³³⁷ *O Estado de São Paulo*, 28 de setembro de 1962, p. 7. BSF. Brasília/DF.

³³⁸ Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 469. CONFIDENCIAL. Assunto: **Reunião informal de Chanceleres. Questão de Cuba**. Data: 28 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

³³⁹ *Idem*.

Para acalmar essas “personalidades brasileiras”, o embaixador brasileiro na OEA realizou algumas projeções sobre a postura que os Estados Unidos tomaria na reunião informal, a partir de suas observações. De imediato, Penna Marinho se refere a que os Estados Unidos não pretendem solicitar ou recomendar qualquer medida agressiva ou de caráter militar contra o governo revolucionário de Cuba. Também imagina que o objetivo da convocação da reunião seja uma resposta, tanto ao nível psicológico quanto propagandístico, por parte do governo estadunidense ao “Congresso, aos reacionários de extrema-direita e uma parte da opinião pública norte-americana que não querem compreender ou fingem não entender o sentido exato da inércia estratégica do presidente Kennedy”. Justamente por razão desse caráter propagandístico, Penna Marinho acredita que os Estados Unidos dificilmente aceitariam que a reunião não produza um “comunicado oficial” que é, a meu ver, o escopo magno da reunião”.³⁴⁰ Penna Marinho parece muito entusiasmado com o presidente Kennedy. O que não é demérito, pois em 1962 pouco se sabia sobre a postura de Kennedy em relação ao problema cubano – além de que, os reacionários dos Estados Unidos eram ainda piores.

Insistia a Hermes Lima que, possivelmente, as medidas que os Estados Unidos vão propor contra a experiência cubana serão “de caráter comercial, econômico, e preventivo, do ponto de vista da segurança de cada Estado”, de solicitar aos demais países do continente que façam valer as resoluções restritivas de Punta del Este, em especial “no que concerne ao comércio de material estratégico e intercâmbio de técnicos, professores e estudantes”, além de “tornar Cuba um ônus cada vez maior para a URSS”.³⁴¹

Por fim, em uma perspectiva bastante otimista, o embaixador brasileiro praticamente garantia que o governo Kennedy não estava interessado em nenhum tipo de pacto militar no Caribe, “embora não desencoragem publicamente” as pretensões de alguns daqueles países, “mantendo a ameaça no ar” para frear o governo de Cuba. Na sua forma de encarar a situação, o que os Estados Unidos desejam, especialmente na reunião informal, era

³⁴⁰ Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 469. CONFIDENCIAL. Assunto: **Reunião informal de Chanceleres. Questão de Cuba**. Data: 28 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

³⁴¹ Idem.

recolher elementos positivos para formulação de uma política neorealista em relação a Cuba, suscetível de granjear pelo seu equilíbrio e sensibilidade o apoio unísono de todos os países latino-americanos, inclusive o Brasil e o México. Vejo, pois, a próxima reunião informal com o maior otimismo e acho que se lhe não deve atribuir maior importância do que realmente vai ela ter.³⁴²

Pelo fechamento da mensagem dirigida a Hermes Lima por parte do embaixador Penna Marinho, talvez não seja nenhuma temeridade concluir que era ao próprio primeiro-ministro, e também ao presidente João Goulart, que o diplomata procurava se referir ao utilizar o termo “personalidades”. E a última frase, em especial, traz elementos, tais quais *atribuir a maior importância* que remetem ao teor da troca de correspondência particular entre Bernardes e Afonso Arinos, como visto anteriormente. Não é impossível que, de alguma forma, Penna Marinho tenha tido acesso ao teor daquelas mensagens – desde uma interceptação “por acaso”, passando por uma leitura deliberada e, por que não, a mais singela de todas: Afonso Arinos ter dado conhecimento a ele sobre a troca e o conteúdo de mensagens com o Itamaraty.

Após o recebimento dos últimos telegramas enviados por Penna Marinho, o ministro Hermes Lima, talvez desconfiado ou mesmo descontente com o teor do documento do diplomata brasileiro, expediu um documento destinado ao senador Afonso Arinos na embaixada brasileira na ONU e uma cópia idêntica para a embaixada brasileira na OEA. Muito chama a atenção que esse documento não foi enviado do ministério das Relações Exteriores. Destoando de toda a documentação que tivemos acesso até agora, esse telegrama foi enviado de Brasília e não do Rio de Janeiro, de onde as comunicações com o exterior eram realizadas em melhores condições. E em Brasília, esse documento foi emitido do Gabinete do primeiro-ministro.

Para Hermes Lima e João Goulart, era importante que o governo brasileiro desse à reunião um tratamento consoante a sua convocação. Dentro desses termos, comunicou-se ao senador Afonso Arinos que a participação do Brasil, em função do “caráter informal e curta duração terá de limitar-se a exposição de ponto de vista e troca de informações”. E justamente em função da informalidade da reunião, advertiam que “qualquer comunicado ou declaração torna-se impossível em face da natureza da

³⁴² Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 469. CONFIDENCIAL. Assunto: **Reunião informal de Chanceleres. Questão de Cuba**. Data: 28 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

reunião”.³⁴³ Contrariamente ao desejo dos Estados Unidos, não convinha aos interesses brasileiros, naquele momento, dar grande visibilidade a reunião, quanto mais publicizar qualquer tipo de posicionamento.

O documento faz um alerta sobre a possibilidade de que se fosse realizado qualquer comunicado ou declaração, e que se esse comunicado ou se essa declaração não obtivesse unanimidade, o resultado “enfraqueceria a solidariedade pan-americana”.³⁴⁴ O governo brasileiro, dentro dos seus limites de pressão e na defesa de seus interesses, procurava orientar sua posição no sentido de demover o objetivo central dos Estados Unidos, procurando criar dúvidas naquele país a respeito da eficácia de se emitir qualquer tipo de documento sem o apoio do Brasil.

E enfatizava que na visão da diplomacia brasileira “não se pode deixar de reconhecer a Cuba o direito de armar-se defensivamente”, o que, afinal, segundo todas as declarações até então conhecidas, inclusive as proferidas por John Kennedy, era o que vinha acontecendo até o momento. Nesse sentido, e ainda nos moldes da declaração ocorrida quando do encontro de Hermes Lima com o jornalista Herbert Matthews, o governo brasileiro solicitava que Afonso Arinos fizesse entender aos participantes da reunião que “se os países do Caribe se sentem ameaçados, também eles tem o direito de fortalecer sua defesa” assim como o governo cubano, e que a sua situação “não pode ser generalizada para toda a América”.³⁴⁵

Desse modo, o representante brasileiro na reunião deveria defender que o “problema da infiltração comunista no Hemisfério recai sobre a responsabilidade de cada país”, com isso fazendo saber que, na concepção do governo do Brasil, a solidariedade entre os países americanos só poderia ser invocada “em face de ataque ou ameaça militar contra a segurança de qualquer nação americana”.³⁴⁶ Portanto, o senador Arinos deveria defender que o Brasil não deixaria de manter seus compromissos assumidos em relação a solidariedade do continente, mas quando a situação exigisse, o que não era o nem o caso, pois não havia acusação nesse sentido, nem o fórum adequado para esse tipo de decisão.

³⁴³ Do Gabinete do Primeiro Ministro para a ONU. Num. 314. Sem assunto. 29 de setembro de 1962. Com cópia para a OEA. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

³⁴⁴ Idem.

³⁴⁵ Idem, *ibidem*.

³⁴⁶ Idem, *ibidem*.

Em seu comunicado ao senador Afonso Arinos, Hermes Lima solicita que ele expresse durante a reunião que “lamentamos que Cuba tenha trazido para o continente problemas da Guerra Fria, porém entendemos que nenhuma operação cirúrgica poderia resolver esse assunto”.³⁴⁷ Deixando muito evidente que o Brasil não percebia a situação como suficiente para sequer pensar em procurar uma solução fora da diplomacia.

No objetivo de insuflar o representante brasileiro, haja visto seu papel de proeminência na orientação da política externa desenvolvida pelo país – como tinha lembrado recentemente o diplomata Carlos Bernardes – a justificativa da orientação do ministro das Relações Exteriores não poderia ser mais oportuna:

não é por causa de Cuba que defendemos o princípio de autodeterminação dos povos, mas porque tal princípio encerra uma verdade moral e política compatível com a independência dos povos e coexistência entre eles.³⁴⁸

Em relação a outros pontos que poderiam ser abordados durante a reunião, a instrução do primeiro-ministro ao representante do Brasil previa que não deveria haver nenhum tipo de participação, nem mesmo informalmente, em assuntos que pudessem vir a tratar “sobre fronteiras ou tratados”, tampouco emitiria opinião a qualquer questão “relativa a governos não oriundos de eleições”, pois a política externa brasileira “considera este assunto como da soberania interna de cada país”. A postura do Brasil na Reunião Informal de Chanceleres deverá ser, sobretudo, “mais de ouvir” do que de falar.³⁴⁹

Com o inequívoco desejo de se fazer entender com clareza e, ao que parece, – dada a recente condição de seu interlocutor ter ocupado o Itamaraty – retirar a margem de autonomia do seu representante, o primeiro-ministro assim se expressava ao final da orientação da posição do governo brasileiro ao senador Afonso Arinos:

Insisto em que não podemos assinar comunicado ou declaração pois tal coisa não estaria de acordo com o caráter informal da reunião: estaríamos atribuindo a reunião natureza formal sem nenhuma preparação prévia e sem capacidade para tomar decisões políticas de repercussão continental.³⁵⁰

³⁴⁷ Do Gabinete do Primeiro Ministro para a ONU. Num. 314. Sem assunto. 29 de setembro de 1962. Com cópia para a OEA. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

³⁴⁸ Idem.

³⁴⁹ Idem, *ibidem*.

³⁵⁰ Idem, *ibidem*.

O documento não fazia questionamentos nem pedia opiniões. Não era, absolutamente, um telegrama de consulta. As frases eram curtas e certeiras. Não deixavam espaço para dúvidas, nem para manobras. Era uma instrução direta do primeiro-ministro, “depois de consultado o senhor presidente da República”,³⁵¹ o que representava mais do que a realização de um cálculo político eleitoral, significava exercer a soberania nacional na relação com os Estados Unidos. Era uma determinação para ser seguida sem hesitações.

Mas o governo brasileiro parecia não contar com a força dos Estados Unidos!

2.3

A Reunião Informal de Chanceleres

Da representação brasileira na Organização dos Estados Americanos, Penna Marinho enviava telegrama para o Itamaraty. Nesse documento, o embaixador brasileiro comunicava acabar de ter sido informado que os estadunidenses entregaram para o senador Afonso Arinos, que estava em Nova York, “um projeto de comunicado final sobre a Reunião antes mesmo de que sequer tivesse início”.³⁵² Na sua avaliação, essa era uma boa notícia:

Tal fato vem confirmar, exuberantemente, as informações que tenho enviado a Vossa Excelência no sentido de que a Reunião Informal visa, sobretudo, efeitos de caráter psicológico e propagandístico dentro e fora do território

³⁵¹ Do Gabinete do Primeiro Ministro para a ONU. Num. 314. Sem assunto. 29 de setembro de 1962. Com cópia para a OEA. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

³⁵² Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 474. CONFIDENCIAL. Assunto: **Reunião informal de Chanceleres. Questão de Cuba**. Data: 29 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

norte-americano, razão pela qual os Estados Unidos não podem prescindir daquele comunicado.³⁵³

No dia 30 de setembro, o jornal *O Estado de São Paulo* noticiava que os Estados Unidos apoiariam, durante a Reunião Informal de Consulta, a criação de um bloco militar no Caribe, como forma de defesa frente a qualquer tipo de agressão comunista. Diferentemente das informações de Penna Marinho, a matéria via a reunião como mais do que propaganda, pois ainda especulava a respeito da importância desse ponto para a reunião: “a organização desse sistema defensivo seria o principal assunto a ser debatido durante a próxima reunião oficiosa dos chanceleres americanos.”³⁵⁴

O jornal destaca que a reunião seria realizada em função dos governos latino-americanos estarem cada vez mais preocupados com o governo de Cuba, que estaria criando “dificuldades internas nos países vizinhos, quer por meio do envio de armas e propaganda aos comunistas locais, quer no que se refere a possibilidade de enviar agentes cubanos, especialmente treinados nas técnicas de subversão”.³⁵⁵

De acordo com *O Estado de São Paulo*, a reunião serviria, também, para os Estados Unidos proporem aos demais países quatro medidas contra Cuba: que todos os países da OEA rompam relações diplomáticas com Cuba; embargo comercial a Cuba por todos os países americanos; um apelo conjunto para que os países do Ocidente não mais permitam que os navios sob suas bandeiras sejam utilizados para o abastecimento de Cuba; e um controle rígido sobre a movimentação de pessoas que entram ou saem de Cuba, acompanhado de uma política de restrição a tais visitas.³⁵⁶ Como é facilmente perceptível, a reportagem mostra uma suposta tentativa de uso da reunião informal para isolar o governo cubano, pressionando países como o Brasil, mas também México, Chile, Bolívia e o Uruguai que mantinham embaixadas em Havana, para que rompessem relação diplomática e comercial – o Chile e o México também comerciavam com Cuba –, além de solicitar para que os países da Europa Ocidental também a isolassem e que fosse realizada séria restrição aos deslocamentos para Cuba. A partir de agora, certamente, a opinião pública no Brasil não deixaria de se mobilizar a esse

³⁵³ Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 474. CONFIDENCIAL. Assunto: **Reunião informal de Chanceleres. Questão de Cuba**. Data: 29 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

³⁵⁴ *O Estado de São Paulo*, 30/09/62, p. 20. BSF. Brasília/DF.

³⁵⁵ Idem.

³⁵⁶ Idem, *ibidem*.

respeito, tanto pró quanto contra e, nos dois sentidos, incorporando essa pressão, como num reavivamento da VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos. Porém, dessa vez, transformando esses debates em agenda eleitoral eminente.

Enquanto a Reunião Informal de Chanceleres era instalada, de Cuba o diplomata José Maria Diniz Ruiz de Gamboa enviava informações para o Itamaraty acerca da movimentação política daquele país, que estava na agenda mais importante da diplomacia hemisférica. Ruiz de Gamboa se reportava a um discurso realizado pelo primeiro-ministro cubano, Fidel Castro, realizado no dia 28 de setembro. Em sua avaliação, Castro estava mais otimista em relação a economia cubana, contrastando com todos os discursos realizados anteriormente nesse ano, nos quais o primeiro-ministro cubano sempre falava sobre as dificuldades que a economia vinha enfrentando. Fidel Castro “declarou que as etapas mais difíceis estão ficando para trás, e que a partir do próximo ano, entrará em vigor um plano econômico mais completo e o novo método de concessão do controle da produção”. Na avaliação de Ruiz de Gamboa, esse otimismo era decorrente do auxílio técnico e econômico soviético.³⁵⁷

No mesmo discurso, Fidel Castro justificou o armamento de Cuba como um direito legítimo do seu país. Declarou que seu país tem propósitos pacíficos, mas isso não o impediria de resistir a qualquer ataque vindo do estrangeiro e falando claramente sobre a possibilidade de uma invasão militar direta pelos estadunidenses, segundo o diplomata brasileiro, “com a voz embargada por uma rara emoção gritou que ‘Yankee que morra invadindo esta terra morrerá como pirata, morrerá como bandido’”.³⁵⁸

Para Castro, a invasão parecia iminente. Não é difícil de supor que ele esperava um recrudescimento por parte dos Estados Unidos. A Reunião Informal de Chanceleres em nada ajudava a distensionar o ambiente, pelo contrário, poderia representar o início de novas formas de isolamento, senão mesmo, até de emprego de força militar contra Cuba. O diplomata brasileiro alertou ao Itamaraty que, sob essas condições, Castro encerrou o discurso realizando uma advertência: “se os imperialistas desestimam a solidariedade da URSS com Cuba, nós, sim, sabemos até onde alcança o cumprimento

³⁵⁷ Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 322. Assunto: **Situação interna de Cuba. Discurso do Primeiro Ministro Fidel Castro**. Data: 02 de outubro de 1962. Enviado também para Bastian Pinto, em Washington. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

³⁵⁸ Idem.

da solidariedade”.³⁵⁹ Seria essa uma bravata de Fidel Castro, ironizando que a Reunião Informal se reunia sob o signo da solidariedade hemisférica? Ou seria outra coisa o que ele tencionava dizer?

Talvez o diplomata Ruiz de Gamboa tenha se impressionado com as palavras finais do discurso de Fidel Castro. Isso poderia explicar o novo telegrama, enviado no mesmo dia, próximo da meia-noite, para o conhecimento do governo brasileiro a respeito da situação militar em Cuba. Ele afirmava terem chegado, desde agosto, grande número de baterias antiaéreas tcheco-eslovacas e russas e que tinha visto, pessoalmente, no cais de Havana caminhões desembarcados dos modelos que os cubanos utilizam para transportar esse tipo de armamentos – era uma testemunha da chegada dos mísseis e não fazia a menor ideia! O diplomata brasileiro também tinha informações sobre contratorpedeiros em estradas próximas ao porto de Mariel. Ruiz de Gamboa afirmou ao Itamaraty de que estão chegando instalações de radar e equipamentos eletrônicos, porém ainda não se sabe a exata aplicação desses instrumentos, porém, em compensação, nenhuma informação séria sobre foguetes de qualquer tipo, o que não deixava de ser um alívio, ainda mais após o discurso de Castro. No entanto, tinha ouvido muitas notícias sobre a chegada e movimentação de caminhões de concreto, o que, na avaliação do diplomata brasileiro, “parecia significar uma ampliação do conhecido programa cubano de instalações subterrâneas e depósitos antiaéreos”.³⁶⁰

Algo não deixava dúvidas para Ruiz de Gamboa. E ele tratou de informar ao ministério das Relações Exteriores, pois poderia ser uma surpresa até mesmo para os poderosos Estados Unidos:

tudo indica que o número do pessoal militar russo recentemente desembarcado já excede bastante ao total de quatro mil e duzentos admitidos por fontes americanas. Os verdadeiros técnicos militares serão, porém, em número muito reduzido. A esmagadora maioria é de idade pouco superior a 20 anos e, que segundo concordam todos os observadores, não constituem tropas no sentido clássico da palavra e sim pessoal militar jovem que tem a seu cargo as operações de desembarque, transporte e instalação de

³⁵⁹ Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 322. Assunto: **Situação interna de Cuba. Discurso do Primeiro Ministro Fidel Castro**. Data: 02 de outubro de 1962. Enviado também para Bastian Pinto, em Washington. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

³⁶⁰ Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 323. SECRETO. Assunto: **Situação política interna de Cuba. Armamento e pessoal militar russo**. Data: 02 de outubro de 1962. Enviado também para Bastian Pinto, em Washington. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

equipamentos eletrônicos e de radar. Além de conhecedores de sistemas de comunicações, haverá, também, choferes, pedreiros, etc.³⁶¹

A informação era revestida de importância. Foi retransmitida para a embaixada em Moscou,³⁶² e na OEA.³⁶³ E ainda trazia a localização do pessoal militar russo, que estava vivendo em acampamentos de lona em áreas ao redor de Havana, Trinidad, Caibarien e Banes – e antes dos soviéticos terem sido instalados lá os moradores dos locais foram transferidos para outros lugares. O diplomata brasileiro foi pessoalmente a um dos locais onde estavam acampados centenas de soviéticos. Chamou a atenção do Itamaraty para um fato importante: ele não viu armas e os militares não usam fardas, mas sim roupas esportivas comuns.³⁶⁴

Ruiz de Gamboa fez questão de informar ao governo brasileiro para que esse se preparasse: “não há dúvida de que existem e de que seu tipo físico é inequivocadamente russo.”³⁶⁵ A questão de Cuba ia tomando proporções maiores. Em breve, corria-se o risco de fugir ao controle.

No Brasil, estava-se a cinco dias da eleição. Embora o processo eleitoral fosse a preocupação prioritária de João Goulart, ele mantinha-se informado, através do primeiro-ministro Hermes Lima, do que vinha acontecendo em Havana e em Washington, de onde chegava o relato do senador Afonso Arinos sobre o primeiro dia da Reunião Informal de Chanceleres.

O senador Afonso Arinos era o chefe da delegação brasileira, que também contava com o embaixador do Brasil na Organização dos Estados Americanos, Ilmar Penna Marinho e do embaixador brasileiro em Havana, Luiz Leivas Bastian Pinto, ambos com excelente trânsito junto ao Departamento de Estado. Embora em suas

³⁶¹ Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 323. SECRETO. Assunto: **Situação política interna de Cuba. Armamento e pessoal militar russo.** Data: 02 de outubro de 1962. Enviado também para Bastian Pinto, em Washington. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

³⁶² Despacho telegráfico para a Embaixada em Moscou. Num. 130. SECRETO. Assunto: **Situação política interna de Cuba. Armamento e pessoal militar russo.** Data: 08 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

³⁶³ Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil na OEA. Num. 216. SECRETO. Assunto: **Situação política interna de Cuba. Armamento e pessoal militar russo.** Data: 09 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

³⁶⁴ Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 323. SECRETO. Assunto: **Situação política interna de Cuba. Armamento e pessoal militar russo.** Data: 02 de outubro de 1962. Enviado também para Bastian Pinto, em Washington. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

³⁶⁵ Idem.

memórias Arinos afirme que “Hermes, na Reunião de Consulta de Washington, disse-me que eu agisse como entendesse”,³⁶⁶ vimos anteriormente que tinham sido dadas instruções muito precisas ao representante brasileiro.

Talvez, em razão disso, ele tenha se esmerado em fazer um consistente relatório da reunião. De acordo com o documento que enviou para o Itamaraty, o governo brasileiro ficou sabendo que Dean Rusk abriu a reunião fazendo uma exposição de uma hora, abordando treze pontos. Iniciou explicando a razão de Washington enquanto sede do encontro. Depois, se concentrou, segundo Arinos, em discorrer que a reunião era um encontro para uma troca de ideias sobre os assuntos mais críticos do continente, sem agenda, nem votos, nem resoluções, o que parecia ser exatamente o que o governo brasileiro esperava da reunião. Rusk teria dito ainda que, “dado o caráter informal seria conveniente não haver declarações nem informações sobre os debates para a imprensa, durante o transcurso da reunião”.³⁶⁷ Se relembrarmos que Afonso Arinos já havia recebido o comunicado final da reunião com antecedência – e tudo levar a crer que os demais representantes também o receberam – esse pedido do secretário de Estado dos EUA pode ser entendido como uma forma de pressão frente aos demais países, pois se começassem a surgir na imprensa elementos muito distintos daquilo que o governo estadunidense almejava da reunião, seu objetivo propagandístico não atingiria êxito.

A partir da análise do documento escrito por Afonso Arinos, fica evidente que o primeiro assunto para debate na reunião é Cuba, que é apresentado por Rusk não mais como problema continental, pois o “agravamento da situação em Cuba coincide com a maior pressão soviética em várias partes do mundo, a saber, dificultando a Conferência do Desarmamento, ameaças a Berlim, lutas no Vietnã, etc”.³⁶⁸ Registre-se que nem por um momento passou pela argumentação do secretário de Estado que o isolamento de Cuba possa tê-la levado a recorrer aos soviéticos. E que essa pressão seria uma resposta da URSS a problemas sérios que vinha enfrentando, como o confronto com a China e a emergência do Mercado Comum Europeu.³⁶⁹

³⁶⁶ FRANCO, op. cit., p. 183.

³⁶⁷ Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 478. CONFIDENCIAL. Assunto: **Reunião informal de Chanceleres**. Data: 02 de outubro 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

³⁶⁸ Idem.

³⁶⁹ Idem, *ibidem*.

Rusk teria destacado, segundo Afonso Arinos, que “a superioridade nuclear dos EUA sobre a Rússia é indiscutível e os russos a conhecem”. Com isso, queria mostrar que a missão do Vostok com Yuri Gagarin era propaganda e não superioridade, mas o mais inquietante de sua exposição sobre a inferioridade soviética foi declarar que os “EUA destruiriam a Rússia ainda depois que esta procedesse a um ataque de surpresa”.³⁷⁰

Também queria alertar – como se fosse preciso – que a situação vinha se modificando bastante desde Punta del Este, tendo aumentado muito a presença da URSS em Cuba, novamente sem estabelecer os parâmetros dessa relação. Mas mantém o que temos visto, ao repetir que “as armas atuais de Cuba são defensivas”, e que, portanto, a situação não era urgente.

Em relação a esse ponto, ao analisar a documentação emitida por Afonso Arinos com que temos trabalhado, não há nenhuma menção a que isso não correspondesse exatamente ao que sabiam os EUA. Todavia, em seu livro de memórias, ele afirma, com todas as letras que:

Os Estados Unidos haviam promovido a reunião, de caráter informal, com o objetivo de tomar medidas drásticas contra Cuba. **Com certeza já o Departamento de Estado, àquela altura, dispunha de informações sobre as manobras** de radicalização da política externa de Fidel, com apoio da União Soviética, **manobra que viria a público dias depois, no caso dos foguetes.** Quando nos encontramos em Washington, contudo, ainda nada sabíamos, nós, os latino-americanos, sobre o imediato desenvolvimento da situação. Era mais uma iniciativa de caráter propagandístico, pois, sendo informal, a reunião não podia tomar decisões, mas poderia chegar a certas conclusões, que publicadas, atingiriam os propósitos da Casa Branca.³⁷¹

Contudo, essa avaliação de Afonso Arinos, aparentemente, não se sustenta. Não havia nenhuma certeza por parte do governo dos EUA a respeito de armas nucleares em Cuba. Todavia, uma das pessoas que orbitava ao redor do presidente desconfiava: ninguém menos do que o diretor da CIA, o republicano John McCone. Para Tim

³⁷⁰ Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 478. CONFIDENCIAL. Assunto: **Reunião informal de Chanceleres**. Data: 02 de outubro 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

³⁷¹FRANCO, op. cit., p. 245. Grifos nossos.

Weiner, “McCone não tinha informação secreta alguma, nada para ir em frente além de um forte instinto”.³⁷² E foi pelo seu instinto que, em 22 de agosto, o diretor da CIA

Advertiu o presidente pela primeira vez de que achava que os soviéticos poderiam estar instalando mísseis balísticos de médio alcance em Cuba. Se realmente estivessem, um ataque americano furtivo poderia deflagrar uma guerra nuclear. Ele defendeu aumentar o alarme público sobre a probabilidade de uma base de mísseis soviética. O presidente imediatamente rejeitou a ideia, mas especulou se seriam necessários guerrilheiros da CIA ou soldados americanos para destruir os locais de mísseis – se eles existissem. Nesse momento, ninguém além de McCone estava convencido de que existiam.³⁷³

Para Seymour Hersh, as suspeitas de McCone tinham origens bem definidas: vinha dos espiões que a CIA mantinha em Cuba. Porém, não havia nenhuma prova, apenas relatos. O que não impediu o diretor da CIA de enviar várias mensagens ao presidente no mês de setembro, solicitando que fosse permitido voos de averiguação realizados pelos aviões U-2. No entanto, Kennedy não queria correr o risco de ter um avião abatido, pois já era do conhecimento do governo que a URSS tinha enviado mísseis SAM, para a defesa aérea de Cuba, desde agosto. O que tranquiliza o presidente Kennedy era a informação transmitida pelo espião preferido de seu irmão Robert Kennedy: o russo Georgi Bolshakov, que garantia serem as arma apenas defensivas.³⁷⁴

Voltando ao relato de Afonso Arinos para o Itamaraty, Rusk teria admitido a possibilidade futura de intervenção, afirmando que “os Estados Unidos da América interviriam logo nas seguintes hipóteses: o uso de armas por Cuba fora do seu território, ataque a Guantánamo e instalação de bases militares soviéticas em Cuba”.³⁷⁵ Talvez ele estivesse sondando as futuras reações dos países americanos. Também adverte que é possível haver invasão de outros países, mas que isso não é aconselhável.³⁷⁶

³⁷² WEINER, op. cit., 221.

³⁷³ Idem, p. 223. Esse encontro também foi descrito por Seymour Hersh. HERSH, op. cit., p. 361. Ressalte-se que ainda não haviam armamento nuclear em Cuba. Os mísseis chegaram apenas na primeira semana de setembro.

³⁷⁴ HERSH, op. cit., p. 361-362.

³⁷⁵ Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 478. CONFIDENCIAL. Assunto: **Reunião informal de Chanceleres**. Data: 02 de outubro 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

³⁷⁶ Idem.

Ainda nessa exposição inicial, o documento produzido por Afonso Arinos traz duas linhas de ação que os EUA poderiam utilizar: tornar Cuba um alto custo para a URSS e mostrar que o Hemisfério está todo unido contra Cuba.³⁷⁷ Note-se que essas medidas já ultrapassavam a noção de propaganda e passavam a constituir formas de intervenção na vida cubana, o que não estaria em acordo com as orientações do Itamaraty – e nem com o pensamento de Arinos acerca da Política Externa Independente.

Além disso, a proposta dos EUA também previa convencer os países da OTAN sobre a importância de Cuba no mundo da Guerra Fria, ao mesmo tempo em que não queriam discutir o problema cubano com a URSS, pois “recusam-se a juntar o caso de Cuba com outros pontos de fricção no mundo da Guerra Fria”.³⁷⁸ Entenda-se por isso, imediatamente, o caso de Berlim.³⁷⁹ Mas havia outros casos que também não interessavam ao governo estadunidense discutir.

Houve um almoço, no intervalo das sessões, na Casa Branca. O presidente Kennedy foi o anfitrião e, na avaliação de Afonso Arinos, “fez um ótimo discurso, lúcido e moderado”, mas não deixou de pedir compreensão e apoio dos países americanos na consolidação da “solidariedade continental na luta contra o comunismo”.³⁸⁰

Na parte da tarde, Dean Rusk novamente entrevistou nos debates. Declarou que os Estados Unidos “estavam ainda estudando em segredo as seguintes providências”: fechar os seus portos a todos os navios do país que, sob sua bandeira, transportar armas para Cuba; fechar os seus portos a todos os armadores cujos navios façam transporte entre URSS e Cuba; cortar totalmente o transporte entre seu país e Cuba por navios americanos ou pertencentes a americanos; e fechar os seus portos aos armadores que, na mesma viagem provindo de qualquer porto façam escala em Cuba e vá depois aos países socialistas.³⁸¹ O segredo era discutível, já que até jornais brasileiros, como vimos anteriormente, sabiam de alguns desses pontos. Indiscutível, no entanto, é que essas

³⁷⁷ Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 478. CONFIDENCIAL. Assunto: **Reunião informal de Chanceleres**. Data: 02 de outubro 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

³⁷⁸ Idem.

³⁷⁹ KEMPE, op. cit.

³⁸⁰ Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 478. CONFIDENCIAL. Assunto: **Reunião informal de Chanceleres**. Data: 02 de outubro 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

³⁸¹ Idem.

medidas, no mínimo, significavam uma sanção contra Cuba, podendo chegar, facilmente, ao embargo econômico.

Nesse primeiro dia, além de Rusk, que realmente mostrou que a reunião era de iniciativa dos EUA, falaram também os representantes da Nicarágua, Argentina, República Dominicana, Guatemala, Honduras, Paraguai, Colômbia, Panamá, Uruguai, Equador e Costa Rica. O senador Afonso Arinos de Melo Franco acreditava que seria do interesse do governo brasileiro saber o seguinte:

1) Argentina se enquadra atualmente na posição mais radical anti-cubana; 2) países do Caribe projetam a formação de um sistema especial de defesa contra a infiltração naquela área; 3) a Colômbia se opôs a esta tese e fez apelo direto ao Tratado do Rio; 4) Costa Rica parece que se situa fora da maneira de ver do bloco do Caribe, mas propôs uma próxima reunião de consulta.³⁸²

Mas havia países com posições semelhantes a brasileira: Bolívia, Chile, México e Uruguai também desejavam, nas palavras do representante brasileiro, “seguir linha de liberdade de movimentos”.³⁸³ Não por acaso, esses eram os únicos países na América que ainda mantinham representação diplomática em Havana.

Enquanto em Washington os representantes brasileiros participavam do segundo dia do encontro, chegava a Nova York o presidente cubano, Oswaldo Dorticós juntamente com o ministro das Relações Exteriores, Raul Roa. O diplomata brasileiro Ruiz de Gamboa, assim que foi confirmada a partida dos governantes cubanos, informou ao Itamaraty a composição da delegação de Cuba que se encontraria na XVII Assembleia Geral das Nações Unidas, ressaltando que Fidel Castro tinha ficado no país e assumido a presidência de forma interina.³⁸⁴

No final da tarde de quarta-feira, antes mesmo da reunião se encerrar, o representante do Brasil, Afonso Arinos, pediu para que seu auxiliar na delegação, Ilmar Penna Marinho, transmitisse os últimos acontecimentos da reunião para o ministério das

³⁸² Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 478. CONFIDENCIAL. Assunto: **Reunião informal de Chanceleres**. Data: 02 de outubro 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

³⁸³ Idem.

³⁸⁴ Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 324. Assunto: **XVII Assembleia Geral. Delegação cubana. Assunção por Fidel Castro da Presidência de Cuba. Situação interna de Cuba. Discurso do Primeiro Ministro Fidel Castro**. Data: 03 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

Relações Exteriores. Essa necessidade de manter o Itamaraty informado em tempo real do desenvolvimento da reunião é uma mostra significativa da importância, ou preocupação, com que o governo brasileiro tratava o tema. Às vésperas das eleições de domingo, o presidente João Goulart não queria ser surpreendido pelos acontecimentos de Washington: as eleições, naquela conjuntura próxima ao plebiscito, se revestiam de grande importância para seu projeto político.

Arinos fez saber ao governo brasileiro, através de seu primeiro-ministro, que tinha realizado uma intervenção de 38 minutos durante a reunião, nos quais, após os agradecimentos de praxe às autoridades estadunidenses, que eram anfitriãs do encontro, tinha explicado as razões da “ausência de Vossa Excelência por também exercer a presidência do Conselho de Ministros e ocorrerem eleições no próximo domingo”. Em seu pronunciamento, o representante do Brasil destacou três pontos que abarcariam os principais temas dos pronunciamentos dos outros representantes bem como sua avaliação a respeito: o primeiro ponto estava relacionado ao “apelo formal de todos os representantes pelo fortalecimento da solidariedade continental”, o que não deixava de estar relacionado com as prerrogativas da PEI, haja visto que sempre defendiam o pertencimento brasileiro ao hemisfério ocidental. Em sua avaliação, havia uma unanimidade a esse respeito, o que deveria ser motivo de “otimismo”.³⁸⁵

O segundo ponto abrangia a “manifestação de todos representantes sobre os perigos da ameaça comunista”, no qual também haveria unanimidade de posições, tanto no sentido de reconhecer esses perigos quanto em perceber a necessidade de enfrentá-los. Entretanto, sobre esse ponto, o senador Afonso Arinos precisou persuadir os representantes que manifestavam dúvidas de que “essa solidariedade pudesse sofrer qualquer restrição” insinuando que isso poderia acontecer por parte do Brasil, razão pela qual ele se pronunciou:

francamente nossa preocupação sobre algumas daquelas declarações, dizendo que não achamos justo e construtivo que alguns representantes julguem que nossa solidariedade fraqueja naquele combate ou que mesmo possam interpretar com reservas atitudes de países que não esposam os mesmos

³⁸⁵ Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 480. CONFIDENCIAL. Assunto: **Reunião informal de Chanceleres**. Data: 03 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

pontos de vista daqueles que pelas sua situação geográfica ou pelos seus problemas internos peculiares adotam posição diferente.³⁸⁶

Nesse fragmento, é possível perceber que a argumentação do representante brasileiro está alicerçada na autonomia nacional. E dentro da noção de soberania, Afonso Arinos faz saber aos representantes dos outros países presentes na Reunião Informal de Chanceleres que as maneiras de se enfrentar o perigo comunista não devem ser entendidas e executadas da mesma forma, pois há substanciais diferenças políticas internas no quadro de casa país. Em razão disso, comunicou a Hermes Lima que realizou uma veemente defesa sobre a liberdade de escolha dos métodos a serem adotados por cada país no combate ao comunismo:

Expus a situação do comunismo no Brasil, com partido fraco eleitoralmente e ilegal juridicamente, chamando a atenção para o fenômeno com que nos defrontamos da rápida incorporação das massas ao poder democrático. Invoquei ação de Vargas nacionalizando as aspirações das massas trabalhistas e assinalai os riscos para toda a América do desequilíbrio, das crises e tensões de uma política impopular em um país extenso e populoso que deve responder corajosamente ao desafio democrático de nosso tempo.³⁸⁷

Com isso, o idealizador da PEI pretendia mostrar, em especial aos representantes dos países caribenhos, que a luta contra o comunismo não se devia dar através da pura repressão, mas sim, através de políticas que melhorassem o nível de vida das grandes parcelas da população mais vulneráveis a atração comunista. Assim, o senador Afonso Arinos, para quem “de acordo com instruções de Vossa Excelência reafirmei nossa posição de autodeterminação e não intervenção”,³⁸⁸ evidenciava ao governo brasileiro que tinha realizado argumentação consoante aos objetivos da política externa preconizada pelo presidente Goulart.

Em relação ao terceiro ponto, que trata da “conveniência ou não de elaboração de um comunicado”, o representante brasileiro na reunião deu ciência ao primeiro-ministro que chamou a atenção sobre a tentativa de “formalização das reuniões informais” por parte dos anfitriões.³⁸⁹ E também que procurou enfatizar o ponto de vista

³⁸⁶ Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 480. CONFIDENCIAL. Assunto: **Reunião informal de Chanceleres**. Data: 03 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

³⁸⁷ Idem.

³⁸⁸ Idem, *ibidem*.

³⁸⁹ Idem, *ibidem*.

do Brasil acerca do comunicado que, de acordo com as circunstâncias, poderá ou não ser publicado:

Desde logo, reivindiquei o consenso unânime para a sua redação e divulgação a fim de que seja preservada em seus fundamentos e não apenas de forma episódica a solidariedade americana.³⁹⁰

Ao endereçar a mensagem a Hermes Lima, Afonso Arinos procurava demonstrar que seguia as determinações do governo brasileiro, tanto no sentido de se restringir a expor os pontos de vista do Brasil quanto em relação a não generalização das formas de enfrentamento ao comunismo, respeitadas as particularidades internas de cada país. A respeito da orientação do governo brasileiro sobre a emissão de comunicados, Arinos se agarrou a um pequeno excerto que previa a existência de comunicado, desde que houvesse unanimidade na sua redação. Era uma maneira, talvez a única, de seguir a posição estabelecida pelo governo brasileiro frente a poderosa pressão exercida pelo governo estadunidense, que não aceitaria sair da reunião sem o atendimento de seu objetivo mais premente.

A situação era revestida de tamanha pressão por parte dos EUA, que Afonso Arinos fez chegar ao governo brasileiro uma segunda mensagem no mesmo dia, menos de cinco horas após a emissão do primeiro telegrama. Nela, ele informava que após muitas negociações estavam terminando naquele momento o comunicado final da reunião. Relatava também a existência de muita pressão por parte dos Estados Unidos sobre o Grupo de Trabalho encarregado da redação do comunicado:

No esboço que apresentou, muito alterado com sugestões da delegação norte-americana, não constava qualquer referência aos princípios de autodeterminação e de não intervenção. Propus categoricamente em termos imperativos a inclusão desses dois princípios, de acordo com texto do parágrafo Iº da resolução III de Punta del Este.³⁹¹

Com isso, Afonso Arinos procurava demonstrar tanto a sua disciplina frente as recomendações recebidas quanto sua capacidade de defesa dos princípios norteadores da

³⁹⁰ Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 480. CONFIDENCIAL. Assunto: **Reunião informal de Chanceleres**. Data: 03 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

³⁹¹ Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 481. CONFIDENCIAL. URGENTÍSSIMO. Assunto: **Reunião informal de Chanceleres**. Data: 03 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

Política Externa Independente, sua filha diletta. Valorizando seus atos, fez saber da forte oposição da Colômbia a suas exigências bem como da “atitude reticenciosa” dos países do Caribe. Além disso, ao receber o apoio da Bolívia, Chile e México, na defesa dos “referidos princípios [que] foram reafirmados de acordo com instruções de Vossa Excelência”, procurou dimensionar a importância do Brasil naquele momento para a política continental.³⁹²

O representante brasileiro também informou que, por iniciativa sua e após acalorados debates, obteve a supressão do seguinte item do comunicado, “cuja redação em castelhano era”:

Así mismo, esta labor de difusión doctrinaria desera ilustrar los pueblos americanos sobre la traición del regime castrista y los postulados iniciales de la revolución cubana, el sojuegamiento dela soberania de Cuba a los desígnios del imperialista soviético e las desaventuradas condiciones de vida del pueblo cubano que em forma cada vez mais aguda [ilegível] este regimen.³⁹³

A partir dos telegramas enviados da Reunião Informal de Chanceleres por Afonso Arinos, o ministro das Relações Exteriores deu entrevista coletiva aos jornalistas para falar da “exata posição do Brasil diante de Cuba”. Hermes Lima disse aos jornalistas que o pronunciamento realizado pelo senador Afonso Arinos na Reunião Informal “é uma fiel exposição de uma linha longamente debatida pelo Conselho e por ele em especial, e atende a necessidade de um esclarecimento quando certas distorções e críticas vem levantando uma cortina de confusão”.³⁹⁴

Para o primeiro-ministro brasileiro:

os ataques ao governo estão partindo de dois extremos: tanto os nacionalistas reclamam maior firmeza do governo na defesa do principio da não-intervenção como a opinião conservadora acusa a nossa política externa de tolerante com os excessos cubanos.³⁹⁵

³⁹² Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 481. CONFIDENCIAL. URGENTÍSSIMO. Assunto: **Reunião informal de Chanceleres**. Data: 03 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF. Interpolações nossas.

³⁹³ Idem.

³⁹⁴ *O Estado de São Paulo*, 04 de outubro de 1962, p. 3. BSF, Brasília/DF.

³⁹⁵ Idem.

Hermes Lima, satisfeito com o teor da posição brasileira no encontro de Washington em razão de ter sido àquela orientada pelo governo, procurou extrair todos os dividendos eleitorais possíveis da situação através do uso da grande imprensa. Através de sua entrevista, procurou enfatizar que o Brasil estava solidário aos demais países da América na luta contra o comunismo e na defesa das instituições democráticas; no entanto, os meios de execução dessa defesa devem ser decididos soberanamente por cada país envolvido. Procurou associar a PEI às eleições, em razão “da vida democrática que está vivendo, o Brasil dá ao mundo uma demonstração inequívoca da vitalidade de suas instituições, caminhando para eleições de cuja realização tranquila e segura dentro de alguns dias ninguém duvida dentro ou fora do país”,³⁹⁶ demonstrando que toda a cautela acerca da posição do Brasil na Reunião Informal tinha como horizonte a eleição de domingo.

Ao destacar que “o Brasil não defende o princípio da autodeterminação dos povos por causa de Cuba, mas porque esse princípio encarna uma verdade de natureza política e moral adequada a coexistência dos povos e ao respeito recíproco que eles se devem uns aos outros”, Hermes Lima em primeiro lugar preservava o presidente João Goulart não o envolvendo em nenhum tipo de polêmica as vésperas da eleição; em segundo lugar, procurava agradar tanto aos *nacionalistas* quanto aos *conservadores*, ao defender o princípio da autodeterminação dos povos de uma forma generalista e explicando que “assim como reconhece a Cuba o direito de se armar, o nosso país reconhece também a cada uma das outras nações do nosso continente o mesmo direito”.³⁹⁷

Ao mesmo tempo, os EUA ameaçavam empreender severas sanções comerciais contra Cuba. O objetivo seria “reduzir o tráfego marítimo entre Cuba e as nações do bloco oriental”; para tanto, o presidente Kennedy “decidiu adotar uma série de medidas restritivas sem precedentes, inclusive a de fechar os portos norte-americanos aos navios de determinados países, caso navios sob pavilhão dos citados países conduzam armas para Cuba”, bem como proibir “todos os navios sob pavilhão norte-americano, seja qual for seu tipo ou tonelagem, de transportar cargas para Cuba ou de Cuba”, assim como o

³⁹⁶ *O Estado de São Paulo*, 04 de outubro de 1962, p. 3. BSF, Brasília/DF.

³⁹⁷ *Idem*.

“fechamento dos portos norte-americanos a qualquer navio que, na mesma viagem, seja utilizado no tráfego comercial entre Cuba e qualquer nação do bloco comunista”.³⁹⁸

A posição do Brasil era contrária às novas medidas dos EUA. No Palácio do Itamaraty, na cidade do Rio de Janeiro, o primeiro-ministro e chanceler Hermes Lima afirmava, perante uma comissão de dirigentes sindicais e estudantis, escritores e funcionários da Sociedade de Amigos de Cuba que tinha ido ao seu encontro entregar-lhe um manifesto com mais de mil assinaturas em defesa da autodeterminação e da soberania de Cuba que “o Brasil jamais apoiará qualquer medida de violência contra um país soberano nem apoiará qualquer agressão ou medida punitiva contra um país simplesmente por que tenha um regime diferente do de outros”.³⁹⁹ Nessa ocasião, estava presente o embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, que recém tinha assinado um acordo bilateral sobre a venda de trigo. A ele também foi entregue cópia do abaixo assinado, pelas mãos do general Gonzaga Leite, presidente da Sociedade de Amigos de Cuba, sob os gritos de Viva Cuba!⁴⁰⁰

O momento não poderia ser mais inoportuno para o chanceler Hermes Lima. Ter de se manifestar contrariamente a uma posição dos Estados Unidos, para um público fortemente crítico às medidas daquele país, na frente do seu representante no Brasil. Sem dúvida, em nada isso contribuiria para o desenvolvimento das boas relações entre os dois países. A questão de Cuba estava se tornando, cada vez mais, um ônus para o governo brasileiro.

Mas a culpa não era exclusiva de Cuba. Os Estados Unidos também radicalizavam a situação, não deixando muitas margens para uma política de entendimentos. Em um longo telegrama enviado para o ministério das Relações Exteriores, o senador Afonso Arinos de Melo Franco procurava realizar uma síntese da Reunião Informal dos Chanceleres, destinada “para o imediato conhecimento do Senhor Primeiro Ministro e do Senhor Presidente da República”.⁴⁰¹

³⁹⁸ *O Estado de São Paulo*, 05 de outubro de 1962, capa. BSF, Brasília/DF.

³⁹⁹ *O Estado de São Paulo*, 05 de outubro de 1962, p. 7. BSF, Brasília/DF.

⁴⁰⁰ *Idem*.

⁴⁰¹ Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 38. SECRETO – URGENTÍSSIMO. **Síntese da Reunião Informal dos Chanceleres**. Data: 05 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

O senador Afonso Arinos contextualizava a Reunião Informal dos Chanceleres como “peça importante no jogo atual da Guerra Fria”. Além das já citadas condições de execução da reunião, num ambiente de poucas sessões e desgaste pela sobrecarga de debates, o representante brasileiro trouxe à tona outra estratégia dos EUA para fazer valer suas opiniões durante a reunião: “a ocorrência de várias negociações de natureza financeira com diversos países participantes, inclusive com o Brasil”.⁴⁰²

Além da chantagem financeira, Afonso Arinos procurou ressaltar, também, o clima político da reunião. Para ele, as manifestações dos países da América Central foram marcadas por uma extrema exaltação de seus representantes. Também mantiveram uma postura desse nível os representantes da Colômbia, do Peru e da Argentina, “sendo que o delegado argentino, Miguel Aleman, extremou-se em vitupérios contra Cuba, comprometendo toda a política internacional de seu país para auferir, ao que parece, vantagens financeiras imediatas”. Com atuação moderada, Paraguai e Venezuela mostraram-se mais razoáveis e afeitos ao diálogo, mesmo com as preocupações venezuelanas a respeito do regime cubano. O bloco independente era constituído pelo Brasil, Chile, Bolívia, México e Uruguai, sendo que “esta ordem indica, também, a gradação das atitudes” de independência durante a reunião. Ainda dentro da atuação política na reunião, Arinos disse que “seria faltar à necessária informação se não declarasse a Vossa Excelência que o Brasil assumiu o comando da resistência contra a manipulação política do tema da defesa anticomunista”,⁴⁰³ no qual contava com a “inestimada e dedicada cooperação” dos embaixadores Penna Marinho e Bastian Pinto e do ministro Roberto Assumpção.

Fazendo questão de destacar que cumpria instruções do governo brasileiro, Afonso Arinos comunicava ter frisado a cooperação brasileira na luta contra a subversão comunista no continente, “mas, por outro lado, defendi, com a maior clareza, nosso direito de levarmos adiante, como entendêsemos, a luta anticomunista no plano nacional e internacional”.⁴⁰⁴

⁴⁰² Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 38. SECRETO – URGENTÍSSIMO. **Síntese da Reunião Informal dos Chanceleres**. Data: 05 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁴⁰³ Idem.

⁴⁰⁴ Idem, ibidem.

Como dito anteriormente, os Estados Unidos também tinham sua parcela de responsabilidade na radicalização da questão de Cuba. E isso pode ser visto com maior clareza na seguinte passagem do documento enviado por Afonso Arinos, quando ele se remete ao comunicado final da reunião:

inicialmente consigno que o texto final do comunicado não foi aprovado pela Reunião, nem a ela submetido. A adoção da redação processava-se ao mesmo tempo que os debates, que duraram até as dez horas da noite. Foram, então, encerrados pelo Secretário Rusk que informou seriam matéria vencida e objeto de redação final, a ser submetida ao visto de cada Delegado. Nem isso se deu, pois eu não recebi qualquer texto e a publicação foi feita diretamente pelo Departamento de Estado.⁴⁰⁵

Os Estados Unidos, em sua ânsia por utilizarem a reunião com fins de propaganda interna em seu país, alteraram o texto final do comunicado da Reunião Informal de Chanceleres, tanto na sua forma quanto no seu conteúdo. De acordo com o documento enviado pelo representante do Brasil, o comunicado original redigido em uma divisão de parágrafos numerados, individualizando os temas principais discutidos no encontro, “foi transformado em texto corrido, exclusivamente para diminuir a importância de minha principal contribuição, referente ao direito de não intervenção e autodeterminação”.⁴⁰⁶ Além disso – o que por si só já é bastante grave por ferir a confiança entre as nações – o representante do Brasil afirma também “que o texto final não corresponde em muitos parágrafos ao adotado nas discussões”. Alguns anos mais tarde, em suas memórias, Afonso Arinos tornava público o que então tinha remetido em documentação secreta pra o governo brasileiro:

Numerosas sugestões que fiz, sempre no empenho de salvaguardar a linha geral de independência de ação dos governos, foram acolhidas pelo plenário. Muitas delas, contudo, se viram atenuadas e mesmo alteradas pela química redacional do Departamento de Estado. Com efeito, convidados para um banquete seguido de recepção naquele Departamento, os delegados-chefes não puderam acompanhar a versão final do documento para controlar a sua adequação ao que havia sido aprovado. No dia seguinte verifiquei que, em muitos pontos, a redação saída do Departamento de Estado, publicada pelos matutinos e espalhada por todo o mundo pelas agências telegráficas, fora acomodado a certos pontos de vista dos Estados Unidos, nem sempre vitoriosos na reunião. Tive ali outra prova do entrosamento entre os órgãos

⁴⁰⁵ Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 38. SECRETO – URGENTÍSSIMO. **Síntese da Reunião Informal dos Chanceleres**. Data: 05 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁴⁰⁶ Idem.

políticos dos Estados Unidos e os formidáveis meios de divulgação existentes no país, supostamente independentes do governo.⁴⁰⁷

No longo telegrama de 05 de outubro de 1962, o representante brasileiro informa ao governo brasileiro, passo a passo, como foi escrito o comunicado final da reunião – o original, não o que foi publicado. Destaca individualmente todas as suas contribuições sejam elas suprimindo períodos muito fortes em relação a Cuba, como o parágrafo escrito em espanhol citado em telegrama anterior, que “era proposto pelos representantes da América Central”, e que por sua violenta condenação contra o governo cubano, o levou a declarar que se fosse aprovado, “o Brasil deixaria de acompanhar os debates”; sejam elas procurando a formação de um consenso, quando decidiu, em cooperação com os países do bloco independente, não se opor a proposta dos EUA de fechar seus portos “a todas as bandeiras que permitirem transporte de armas e material bélico para Cuba”.⁴⁰⁸

O governo brasileiro ficava ciente, a partir do exposto pelo seu ex-ministro de Relações Exteriores, de toda a movimentação estadunidense no sentido de isolar Cuba no continente. Mesmo com a alteração do comunicado final pelo Departamento de Estado, o representante brasileiro dizia ter

a convicção de que nesta luta para fazer prevalecer os princípios fundamentais da política independente brasileira no tocante a guerra mundial de posições ideológicas e de prestígio nacional, conseguimos evitar que saísse de Washington um documento no qual os ostensivos e mais egoísticos objetivos do governo americano pudessem ter o cordato endosso dos vários países do continente.⁴⁰⁹

Encerrava seu relato considerando que em nenhum momento tinha se afastado das recomendações que havia recebido “de Vossa Excelência e do presidente da

⁴⁰⁷ FRANCO, op. cit., p. 246. Em suas Memórias, Hermes Lima também menciona a modificação que foi realizada no texto final do comunicado da reunião: “Embora do comunicado se ressaltasse que a reunião reiterara apoio ao princípio da não-intervenção e democracia como base das relações entre os países americanos, a verdade é que o documento sofrera pela mão astuciosa do Departamento de Estado adaptações aos propósitos de sua política anticubana”. LIMA, Hermes. **Travessia: memórias**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974, p. 267.

⁴⁰⁸ Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 38. SECRETO – URGENTÍSSIMO. **Síntese da Reunião Informal dos Chanceleres**. Data: 05 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁴⁰⁹ Idem.

República”, e que, de resto, havia sido “a minha própria linha de ação em minhas duas administrações no Itamaraty”. Entendia que fora a partir da PEI que se conseguiu transformar o “primeiro texto do comunicado americano em um documento menos perigoso para a manutenção de nossa política, em companhia de outros estados americanos, no cenário continental”.⁴¹⁰

Como se percebe, o representante do Brasil procurou manifestar ao primeiro-ministro Hermes Lima todos os seus esforços para, de acordo com suas próprias palavras, cumprir “a áspera missão que me foi conferida” pelo governo brasileiro. De acordo com seu relato, houve grande empenho de sua parte para que o comunicado final da reunião ao mesmo tempo que expressasse a solidariedade dos povos frente a ameaça comunista, não deixasse de valorizar o respeito aos princípios de autodeterminação dos povos americanos – produzindo, assim, alguns conflitos com países que pugnavam uma atitude mais dura em relação ao governo cubano. Afonso Arinos dirige-se a Hermes Lima, no entanto, com certa preocupação, em função do teor do comunicado publicado pelo departamento de Estado, que não estava inteiramente de acordo com o que fora discutido, o que lhe levou a dizer estar “preparado a explicar à opinião pública nacional e ao Congresso, como estou explicando a Vossa Excelência, o comportamento que segui na Reunião”.⁴¹¹

O que trazia o comunicado da reunião, capaz de tanto preocupar Arinos? Uma análise mais detida do texto demonstra alguns pontos que talvez fossem o objeto dessa preocupação.

O comunicado estava organizado em três longos parágrafos. Em seu parágrafo introdutório, havia menção ao espírito firme de amizade e cooperação que tomou conta do encontro. Também destacava a “extraordinária solidariedade” em relação à defesa do Hemisfério, patrocinada por todos os participantes do encontro. E deixava patente seu grande objeto: “o mais urgente desses problemas é representado pela intervenção sino-soviética em Cuba, como tentativa de converter essa ilha em base armada para a

⁴¹⁰ Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 38. SECRETO – URGENTÍSSIMO. **Síntese da Reunião Informal dos Chanceleres**. Data: 05 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁴¹¹ Idem.

penetração comunista nas Américas e a subversão das instituições democráticas do Hemisfério”.⁴¹²

Apresentada a fonte dos debates, o segundo parágrafo se abria com o reconhecimento aos princípios de autodeterminação, não-intervenção e democracia – e a inclusão da ideia de democracia poderia ser facilmente oposta aos dois princípios que a antecedem, permitindo, a partir daí, sanções contra o governo cubano. A seguir, se reportava a que “agora, mais do nunca” era necessário “fortalecer o sistema da democracia representativa”, a partir da Carta da Organização dos Estados Americanos e da aplicação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) para

fortalecerem a segurança do Hemisfério contra todas as agressões, de dentro ou de fora do continente, e contra todos os acontecimentos ou situações capazes de ameaçar a paz e a segurança do Hemisfério. Os ministros participantes foram de opinião de que os órgãos e instituições existentes no sistema interamericano devem intensificar suas respectivas atividades, com especial e urgente atenção para a situação criada pelo regime marxista-leninista em Cuba, **e que os mesmos devem estar preparados para examinar rapidamente o assunto, se a situação exigir a adoção de medidas de maior alcance que as já autorizadas.**⁴¹³

De acordo com o comunicado, portanto, os órgãos e instituições do sistema interamericano deveriam ficar em estado de alerta. Deveriam estar preparados para adotar “medidas de maior alcance” a qualquer momento. Como se houvesse algum tipo de urgência, ou melhor, necessidade de prontidão, algo que não estava exatamente de acordo com as seguidas informações do governo estadunidense a respeito do caráter exclusivamente defensivo das armas em Cuba.

O derradeiro parágrafo do comunicado abria-se de uma forma bastante favorável aos interesses brasileiros, destacando que a reunião repudiava

medidas repressivas que sob o pretexto de isolar ou combater o comunismo, venham a facilitar o advento ou fortalecimento de doutrinas e métodos que tentem reprimir as idéias de progresso social e a confundir com subversão comunista as organizações trabalhistas e os movimentos políticos e culturais legitimamente progressistas e democráticos.⁴¹⁴

⁴¹² *O Estado de São Paulo*, 05 de outubro de 1962, capa. BSF. Brasília/DF.

⁴¹³ Idem. Grifos nossos.

⁴¹⁴ Idem, *ibidem*.

A seguir, no entanto, as recomendações eram todas de ordem restritiva ao governo cubano, demonstrando a ambiguidade do comunicado. Previa-se que fossem tomadas as medidas previstas na Resolução 8ª da VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, especialmente do parágrafo 2º, que previa “estudar a possibilidade e a conveniência de estender a outros artigos a suspensão do comércio e tráfego de armas, considerando especialmente os artigos de importância estratégica”⁴¹⁵ o que, em essência, representava o início do embargo a Cuba.

Além disso, o comunicado também destacava que a “intervenção da União Soviética em Cuba ameaça a unidade das Américas e de suas instituições democráticas e que essa intervenção se reveste de características especiais”,⁴¹⁶ previstas nos termos do parágrafo 3º da resolução 2ª, da VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores que dizia “instar os estados membros a adotar as medidas que julgarem convenientes, para efeitos de sua legítima defesa individual ou coletiva”.⁴¹⁷ O que poderia significar, sem tantas discussões a propósito, a permissão para a invasão a Cuba, dentro da perspectiva de defesa frente a intervenção soviética a partir de solo cubano, ao mesmo tempo em que, anteriormente, o documento dizia-se a favor da não-intervenção.

Afonso Arinos estava certo. O documento não atendia todos os anseios dos EUA, impunha a eles alguns limites. Todavia, Afonso Arinos estava certo também ao tecer preocupações em seu relato a Hermes Lima. O comunicado permitia algumas brechas – possivelmente as acomodações a certos pontos de vista dos Estados Unidos como registrado por Arinos – que traziam ao documento grande ambigüidade, permitindo que se desse a entender que a unanimidade dos representantes presentes na reunião estivessem de acordo, inclusive, com sanções econômicas e intervenções militares. Porém, esse comunicado era, como registrado em seu primeiro parágrafo, de

⁴¹⁵ BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **O Brasil em Punta del Este**: Oitava Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas. Rio de Janeiro: Seção de Publicações do MRE, 1962, p. 23.

⁴¹⁶ *O Estado de São Paulo*, 05 de outubro de 1962, capa. BSF. Brasília/DF.

⁴¹⁷ BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **O Brasil em Punta del Este**: Oitava Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas. Rio de Janeiro: Seção de Publicações do MRE, 1962, p. 16.

“natureza informal” o que impedia a “adoção de decisões ou resoluções formais, que cabem aos órgãos competentes da OEA”.⁴¹⁸

Passada a Reunião Informal dos Chanceleres, o senador Afonso Arinos retornou a XVII Sessão da Assembleia Geral da ONU, em Nova York. Lá, no sábado, dia 06 de outubro, foi convidado pelo presidente de Cuba, Oswaldo Dórticos, para um encontro no hotel onde o cubano estava hospedado. Também estiveram presentes ao encontro, pelo lado cubano o ministro das Relações Exteriores, Raul Roa e o embaixador de Cuba na ONU, e pelo lado brasileiro o embaixador em Havana Luiz Leivas Bastian Pinto e o ministro Roberto Assumpção.⁴¹⁹

Durante o encontro, o presidente cubano disse que sua vinda a Nova York tinha como objetivo informar ao mundo da situação cubana. No seu entendimento, estava sendo formado um dispositivo de agressão em torno de Cuba, “ao mesmo tempo em que se arma uma campanha mundial para mostrar Cuba como país agressor”. Como forma de conferir autoridade a sua argumentação, Dórticos “disse que, quando de Praia Girón, ele denunciou a mesma manobra, não sendo acreditado, embora depois o presidente Kennedy tivesse confirmado suas palavras”.⁴²⁰

O presidente cubano buscava obter o apoio do Brasil na defesa de Cuba. Entendia, certamente em função dos acontecimentos de Punta del Este, mas também, nesse momento, em razão da posição brasileira na Reunião Informal, que o governo brasileiro constituía uma força capaz de estabelecer alguns limites às propostas de sanções econômicas ou mesmo intervenções militares por parte dos Estados Unidos dentro dos fóruns de debates da diplomacia. Para tanto, procurava convencer o representante brasileiro na ONU de que o seu país não tinha a intenção nem o desejo de se armar, mas que tinha de realizar essas ações para se defender. E ressaltou que “seria um erro funesto acreditar que a agressão a Cuba se resolveria no continente. Para ele, seria o início da Guerra Mundial”. Por esse caráter é “que não podia deixar de fazer essa denúncia ao mundo”.⁴²¹

⁴¹⁸ *O Estado de São Paulo*, 05 de outubro de 1962, capa. BSF. Brasília/DF.

⁴¹⁹ Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 43. SECRETO – URGENTE. **Reunião Informal de Chanceleres. Questão de Cuba**. Data: 06 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁴²⁰ *Idem*.

⁴²¹ *Idem*, *ibidem*.

A estratégia diplomática de Cuba era inversa a dos Estados Unidos. Enquanto o país de John Kennedy procurava, a muito custo, tratar a questão de Cuba como um problema dentro dos fóruns hemisféricos – pela hegemonia que detinha nessas estruturas e para escapar ao Conselho de Segurança da ONU, no qual a URSS tinha poder de veto –, o país de Oswaldo Dórticos pretendia levar o problema para o seio das Nações Unidas, local onde teria maiores oportunidades de alterar o rumo dos acontecimentos.

E o Brasil, que já vinha, dentro de seus limites, prestando algum tipo de auxílio a Cuba, poderia ser também um aliado dentro da ONU. Desse modo, após sua argumentação, solicitou a Afonso Arinos que esse emitisse sua opinião, sendo assim, ao mesmo tempo cortês e tomando conhecimento da posição brasileira. O senador brasileiro, que não tinha instruções diretas do seu governo, dado esse encontro ter sido um tanto inesperado, respondeu ao presidente cubano que o Brasil era solidário aos demais países americanos na defesa contra a infiltração ideológica do comunismo. Que o país manteria essa linha, pois era do entendimento do governo brasileiro que a solução dos problemas econômicos e sociais que assolavam o país seriam encontradas no regime democrático. Contudo, “ajuntei que o Brasil defendia, repito, defendia também o princípio da não intervenção e da autodeterminação e, portanto, não entrava em qualquer sistema agressivo contra Cuba por causa do regime ali vigente.”⁴²² Ademais, o ex-ministro das Relações Exteriores do Brasil, enfatizava que aqueles princípios não se configuravam apenas como posição teórica, mas eram entendidos e implementados, pelo seu país, como a única forma da defesa da paz, pois o Brasil, apesar de não ser uma potência militar, “era, no entanto, país com responsabilidades na defesa da paz mundial” e que “tal defesa dependia do respeito a organização interna dos povos, pois na era nuclear ou isto se consegue ou o desastre virá para todos”.⁴²³

Como resposta, o presidente de Cuba disse compreender e concordar com a posição brasileira e assegurava “que de Cuba nunca sairia qualquer ato ou atividade contra a organização brasileira que respeitava como a forma por nós escolhida para viver”. Também reiterou o desejo de seu país de resolver de forma pacífica todos os seus problemas, inclusive com os EUA, trazendo à tona a situação de Guantánamo. Na

⁴²² Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 43. SECRETO – URGENTE. **Reunião Informal de Chanceleres. Questão de Cuba.** Data: 06 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁴²³ Idem.

avaliação de Afonso Arinos, o presidente Dórticos “pareceu-me seriamente preocupado e tendente à negociação”.⁴²⁴

Em razão dessa impressão, o representante do Brasil, em caráter confidencial, e sob a justificativa de o estar fazendo “sempre trabalhando pela paz”, comunicou ao presidente cubano, na frente de todos os presentes, “que ouvira do secretário Rusk que os Estados Unidos não agrediriam Cuba a não ser em casos extremos”. Porém, o presidente Dórticos não deu maior relevância a inconfidência do representante brasileiro na ONU, pois, “ouviu atentamente e retrucou que a seu ver o risco continuava desde este país se reservava o direito de fixar casos de intervenção e considerando que tais casos podem ser forjados”.⁴²⁵

O Brasil, na pior das hipóteses para o governo cubano, mostrava, assim, ser um país não comprometido com as pressões produzidas por alguns de seus vizinhos latino-americanos e pelos Estados Unidos. Também se mostrava sensível a evitar um confronto que poderia ter amplas dimensões, tendo uma política externa preocupada com a paz. Constituía, por fim, um canal seguro de diálogo, e uma voz influente nas relações internacionais do período.

Afonso Arinos teve um encontro em Nova York com Adam Rapacki, o Chanceler da Polônia, onde também estiveram presentes o ministro Geraldo de Carvalho Silos e os embaixadores Winiewicz e Beustajn.⁴²⁶ De acordo com o que o senador informou ao ministério das Relações Exteriores, o principal interesse de Rapacki era a Reunião Informal dos Chanceleres. Arinos comunicava ao Itamaraty ter feito um relato a Rapacki composto praticamente do que a imprensa tinha publicado.

Para Arinos, a impressão que ficou do encontro é que o representante da Polônia estava seriamente preocupado com as consequências do que ele chamava de bloqueio econômico de Cuba. A preocupação da Polônia, de acordo com a impressão de Afonso Arinos, estava relacionada com as medidas que a URSS poderia tomar, prejudicando os interesses comerciais de seu país, ao restringir as negociações entre o leste e oeste da

⁴²⁴ Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 43. SECRETO – URGENTE. **Reunião Informal de Chanceleres. Questão de Cuba.** Data: 06 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁴²⁵ Idem.

⁴²⁶ Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 46. SECRETO. **Reunião Informal dos Chanceleres. Entrevista com o Chanceler polonês.** Data: 07 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

Europa como resposta ao isolamento de Cuba. O ex-ministro das Relações Exteriores do Brasil procurou argumentar com Rapacki que o rigor com que os EUA vinham tratando Cuba “talvez diminua depois das eleições americanas ou com o progresso das negociações em outros campos, inclusive no do desarmamento”,⁴²⁷ mas, no seu entendimento, parecia não ter convencido o polonês.

Adam Rapacki contou sobre as conversações que manteve com Fidel Castro e outros membros do governo cubano. Na interpretação do Chanceler polonês, os cubanos têm discutido muito a busca de um caminho que lhes seja próprio dentro da órbita socialista. Disse que Fidel e seus companheiros querem manter a independência intelectual e são muito refratários “a tudo que se pareça com rígida orientação externa, e até mesmo a conselhos não solicitados”.⁴²⁸ E que em sua avaliação, Cuba deve se encaminhar para um desfecho no sentido do regime iugoslavo. Arinos comunicou ao Itamaraty que ele ficou muito surpreso com essa avaliação de Rapacki, e que ela foi feita nesses termos exatos.

É difícil entender a surpresa de Afonso Arinos. Em relação a Segunda Declaração de Havana e seus desdobramentos na relação com a URSS, bem como o fato do regime cubano não ter recebido bem os conselhos de Rapacki, não poderia constituir novidade para ele, pois era o ministro das Relações Exteriores quando da visita do polonês a Cuba e tinha recebido os informes daquela embaixada que diziam exatamente isso. Em relação a avaliação sobre o desfecho semelhante ao do país de Tito, não tinha como constituir grande novidade naquele momento, no qual as relações com a URSS ainda se mantinham, ao menos publicamente, como de colaboração, mas nada mais do que isso, sendo, portanto, uma relação nos moldes da realizada pela Iugoslávia. A explicação para essa surpresa de Arinos, para não dizer má avaliação, só pode estar relacionada a forte influência exercida pelos países latino-americanos e, talvez, somada com a sua forma de entender os regimes socialistas.

Enquanto isso, no Brasil, as eleições transcorreram normalmente. De acordo com Moniz Bandeira, apesar “do volumoso investimento realizado pelo IPES e pelo IBAD, com dólares da CIA, cruzeiros do Fundo do Trigo repassados pela Embaixada

⁴²⁷ Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 46. SECRETO. **Reunião Informal dos Chanceleres. Entrevista com o Chanceler polonês.** Data: 07 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁴²⁸ Idem.

dos EUA e generosos donativos de corporações estrangeiras para favorecer os candidatos direitistas da UDN, PSD e outras agremiações”⁴²⁹ os resultados foram favoráveis para o governo Goulart. Carlos Fico percebe nessas eleições que houve grande intervenção dos EUA tendo sido gasto, com a autorização de John Kennedy, a quantia de 5 milhões de dólares.⁴³⁰

Para o governo Goulart, os resultados foram melhores do que piores. Na Câmara dos Deputados, seu partido viu a bancada crescer em mais de 50%, indo de 66 para 104 deputados. No entanto, a UDN e o PSD somados detinham 54 % das cadeiras da Câmara dos Deputados e nas disputas para os governos estaduais, houve a vitória da oposição em estados importantes, como São Paulo com Ademar de Barros (PSP) e Rio Grande do Sul, onde foi eleito o conservador Ildo Meneghetti (PSD). Na interpretação de Jorge Ferreira “em termos gerais, o resultado foi avaliado por Jango e pelas esquerdas com otimismo, como um avanço na luta nacionalista e pelas reformas de base”.⁴³¹

A surpresa de Afonso Arinos com as declarações de Rapacki levaram o Itamaraty a retransmitir tanto para a embaixada na OEA quanto para a embaixada na ONU, o recente informe produzido por Ruiz de Gamboa na embaixada em Cuba. Nesse telegrama, era reconhecido que o apoio soviético tinha uma “nova e vigorosa” dimensão, acarretando:

uma mudança radical na política externa deste país, que abandonou completamente a linha insurreta da segunda declaração de Havana e dá sinais de se encaminhar para a adoção do princípio da coexistência pacífica, segundo o modelo soviético.⁴³²

⁴²⁹ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O Governo João Goulart** – As lutas sociais no Brasil 1961-1964. 7ª ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 87.

⁴³⁰ FICO, Carlos. **O Grande Irmão**: da operação *brother sam* aos anos de chumbo – o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 77. Para Tim Weiner, o montante foi de 8 milhões de dólares, descoberto através da gravação de uma conversa entre o presidente Kennedy e o embaixador Lincoln Gordon, ocorrida em 30 de julho, no São Oval da Casa Branca. Na avaliação deste autor, Kennedy “não deixaria que o Brasil ou qualquer outra nação do hemisfério ocidental se tornasse uma segunda Cuba”. WEINER, op. cit., p. 219. Carlos Fico também faz menção a essa conversa. FICO, op. cit., p. 86.

⁴³¹ FERREIRA, Jorge. **João Goulart**: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 315.

⁴³² Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil na OEA com cópia para a ONU. Num. 215. CONFIDENCIAL. Assunto: **Situação cubana. Ajuda soviética**. Data: 09 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

O curioso é que a informação chegou ao representante brasileiro através dos diplomatas poloneses, que estavam otimistas e acreditando que finalmente o governo cubano estivesse se aproximando da posição defendida pelo chanceler Rapacki.⁴³³ O que configurava exatamente o contrário do que Afonso Arinos tinha remetido ao Itamaraty. Qual a razão para essa divergência tão gritante? É difícil formular uma resposta definitiva nesse caso, embora possamos aventar três hipóteses: na primeira, Afonso Arinos teria informado o Itamaraty propositadamente de forma errada; na segunda, Rapacki teria procurado enganar Afonso Arinos; na terceira, Rapacki estaria desinformado quando da conversa com Afonso Arinos.

Dado o compromisso de Arinos com a PEI, bem como sua atuação na Reunião Informal, é difícil perceber quais ganhos ele obteria confundindo o Itamaraty, logo parece-nos uma hipótese sem sustentação. Em relação a Rapacki, também não se percebe os ganhos imediatos que ele teria ao passar informações desencontradas para o governo brasileiro, além de que seu relato bate perfeitamente bem com as informações que a própria embaixada brasileira já tinha produzido quando de sua visita a Cuba. A única razão para que Rapacki procurasse enganar o governo do Brasil estaria relacionada com os reais acontecimentos em Cuba por parte dos soviéticos, o que, se fosse do conhecimento do Chanceler polonês, o foi pela diplomacia de seu país em Cuba, e não por instruções de Krushev. Parece-nos, portanto, mais factível que, inclusive por encontrar-se em Nova York, o ministro das Relações Exteriores não estivesse suficientemente atualizado dos acontecimentos mais recentes em Cuba, e por recentes referimo-nos a questão de dois ou três dias antes do encontro entre Arinos e Rapacki.

Ruiz de Gamboa também alertava que os últimos discursos de Castro não faziam referências a revolução nas Américas. Em sua avaliação, “essa mudança de política é explicável se considerarmos que o problema cubano deixou de ser regional, não mais podendo, portanto, o governo revolucionário aplicar neste continente uma linha de ação contrária à política soviética mundial”.⁴³⁴ Quanto a essa mudança na esfera geográfica do problema cubano, a argumentação de Ruiz de Gamboa é semelhante a de Dórticos quando do seu encontro com Arinos em Nova York.

⁴³³ Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil na OEA com cópia para a ONU. Num. 215. CONFIDENCIAL. Assunto: **Situação cubana. Ajuda soviética.** Data: 09 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁴³⁴ Idem.

Na concepção do diplomata brasileiro em Havana, “a agressividade da política externa cubana se prendia à necessidade de assegurar apoio à sobrevivência de um regime hostilizado pelos Estados Unidos da América”.⁴³⁵ Com o considerável aumento da ajuda soviética, a razão que sustentava a Segunda Declaração de Havana deixava de existir, ou ao menos, ficava muito enfraquecida. No entanto, a URSS insistia, de acordo com Ruiz de Gamboa, para que Cuba, agora que vem recebendo boa medida de apoio soviético, respeite com rigor o princípio de não-intervenção, deixando de patrocinar a exportação da revolução para seus vizinhos. Na avaliação do diplomata brasileiro, assim, a coexistência pacífica ficaria fortalecida e um entendimento entre Cuba e EUA poderia ser obtido em algum tempo.

Ruiz de Gamboa informava ao governo brasileiro, também, que segundo a opinião de um socialista europeu – ao qual ele não revelou nem identidade nem nacionalidade – Fidel Castro tem forçado a URSS a se comprometer cada vez mais com Cuba. Entretanto, segundo a opinião desse europeu, a URSS não está preparada para formular uma política mundial que inclua um país tão distante como Cuba e que tem líderes que não respeitam a hierarquia no movimento comunista internacional.⁴³⁶

O representante brasileiro em Cuba realizava uma análise do movimento comunista internacional e dos objetivos de Krushev:

Hoje se sabe perfeitamente que a proclamação do socialismo em Cuba, de 16 de abril de 1961, foi conhecida em Moscou pelos jornais, mas a situação atual já não pode continuar a comportar a efetividade de bloqueios dessa natureza. O desejo íntimo de Krushev é, por isso mesmo, a pacificação do Caribe, não interessando, em primeiro plano, que o resultado seja o aparecimento de um regime titoísta.⁴³⁷

Novamente, era contrariado o informe de Arinos, no qual, o regime cubano poderia se desenvolver de forma análoga a Iugoslávia. E na análise de Ruiz de Gamboa – não podemos deixar de destacar – tudo o que mais interessava a Krushev era manter a paz no Caribe. No entanto, segundo alguns diplomatas socialistas da Europa sediados em Havana, é muito difícil atingir a paz nessa região, “devido ao clima emocional

⁴³⁵ Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil na OEA com cópia para a ONU. Num. 215. CONFIDENCIAL. Assunto: **Situação cubana. Ajuda soviética**. Data: 09 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁴³⁶ Idem.

⁴³⁷ Idem, *ibidem*.

existente nos Estados Unidos da América em torno da questão cubana e a persistente incapacidade dos líderes norte-americanos de aceitarem a realidade deste país”. O diplomata brasileiro encerrava sua comunicação ao Itamaraty alertando que, na concepção dos citados diplomatas socialistas, “uma solução política é mais que nunca a única possível, já que as soluções militares aumentariam o risco de Guerra Mundial”.⁴³⁸

A análise de Ruiz de Gamboa – que ao que parece foi bem aceita pelo Itamaraty, dado ter sido retransmitida para a OEA e a ONU também como forma de atualizar as informações para aqueles postos chave naquele momento, – talvez com certo atraso, foi capaz de estabelecer relações entre o aumento do apoio soviético e a mudança na orientação da política externa cubana. Também relacionou a política externa cubana como resposta a determinadas ações estadunidenses. E fundamentou as posições brasileiras a respeito da questão de Cuba.

Contudo, ainda não chegava ao real motivo dessa nova dinâmica.

⁴³⁸ Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil na OEA com cópia para a ONU. Num. 215. CONFIDENCIAL. Assunto: **Situação cubana. Ajuda soviética.** Data: 09 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

Capítulo III

O POLÊMICO VOTO NA OEA

O Brasil e o mundo ficaram sabendo da Crise dos Mísseis na noite do dia 22 de outubro, quando o presidente John Fitzgerald Kennedy, dos Estados Unidos da América, realizou um impactante pronunciamento na televisão. Já o governo brasileiro – e também seus congêneres latino-americanos – ficaram sabendo dos acontecimentos poucas horas antes, através de uma correspondência impessoal enviada pela Casa Branca que solicitava apoio às medidas apresentadas pelo presidente dos EUA para enfrentar a situação.

O governo Goulart, no entanto, resolvera manter a Política Externa Independente do Brasil, mesmo que isso representasse algum tipo de desgaste com relação ao governo dos EUA. Decidido a não apoiar qualquer tipo de invasão a Cuba, o presidente brasileiro enviara uma carta a John Kennedy, em certos aspectos bastante dura, manifestando a posição do Brasil.

Contudo, na política interna, o governo nacional-reformista de João Goulart se envolvera em uma grande polêmica a respeito da posição defendida pelo seu representante na Organização dos Estados Americanos. Fomentada pela grande imprensa, muitas dúvidas pairaram acerca daquela votação na OEA, proporcionando grande destaque a um personagem até então desconhecido da vida política nacional. Mais uma vez, a Política Externa Independente virava o centro das atenções da política interna brasileira.

3.1

O Brasil e o Mundo ficam sabendo da Crise dos Mísseis

Na manhã de 22 de outubro de 1962, o presidente João Goulart e o primeiro-ministro Hermes Lima participaram da solenidade de diplomação do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco realizada no Palácio do Itamaraty, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Nessa cerimônia, o presidente Goulart realizou um pronunciamento no qual, de acordo com o jornal *O Estado de São Paulo*, “exaltou a atual política exterior do país, dizendo que ela reflete o processo irresistível do amadurecimento político do povo brasileiro”.⁴³⁹ A Política Externa Independente alcançava tanta repercussão que mesmo um jornal que lhe fazia oposição, como *O Estado de São Paulo*, não deixava de lhe dar destaque.

Para o governo nacional-reformista de João Goulart, a Política Externa Independente tinha, também, importantes fins de propaganda. Através dela, o presidente Goulart almejava difundir a imagem de um país capaz de influenciar nas grandes questões de política internacional do período, com o objetivo de produzir efeitos favoráveis na política interna.

Por isso, em seu pronunciamento, o presidente brasileiro destacou a importância daquele momento no qual estavam sendo formados novos diplomatas para exercer a “ádua tarefa que, nos dias de hoje, recai sobre a diplomacia brasileira”.⁴⁴⁰ Desse modo, o presidente João Goulart procurava valorizar, em meio à cerimônia, a PEI e, por extensão, seu próprio governo:

⁴³⁹ *O Estado de São Paulo*, 23 de outubro de 1962, p. 7. BSF. Brasília/DF.

⁴⁴⁰ João Goulart (JG), Pronunciamento realizado no Palácio do Itamaraty, na solenidade de diplomação dos concluintes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco, 22 de outubro de 1962. In: **Biblioteca da Presidência da República**, João Goulart, Discursos, p. 187. Disponível em: www.biblioteca.presidencia.gov.br

Essas responsabilidades se acentuam e se revestem de um significado especial, no momento em que o Brasil assume, de modo definitivo, o papel que lhe cabe no cenário nacional. De uma posição em que se colocava, muitas vezes, como espectador perante os acontecimentos extracontinentais, o Brasil passa hoje a uma ação consciente e meditada, aceitando a responsabilidade de participar de decisões que afetam toda a humanidade. Essa tomada de posição nada tem de prematura ou acidental, mas reflete o processo irresistível do amadurecimento político do povo brasileiro.⁴⁴¹

Em nossa análise sobre o pronunciamento do presidente, não podemos deixar de destacar que, ao mesmo tempo no qual é valorizada a política externa desenvolvida em seu governo, também é realizada pelo presidente uma justificativa com o propósito de defender a sua política externa de críticas realizadas pela oposição, tanto na referência realizada por João Goulart a que *nada tem de prematura ou acidental* quanto na associação da PEI ao desenvolvimento econômico-social do país, a defesa da democracia e dos princípios cristãos.

Não poderia ser outra a política externa de um país da grandeza territorial do Brasil, com 70 milhões de habitantes, que tem a certeza de ver coroado de êxito o seu esforço pelo desenvolvimento econômico e o progresso social. Essa política é condicionada pela avaliação objetiva das potencialidades nacionais, pela compreensão da realidade internacional, pela fidelidade aos princípios democráticos e cristãos em que se inspirou a nossa formação e pelo respeito aos compromissos e normas internacionais, entre as quais sobressaem as de segurança coletiva e as que protegem o direito de autodeterminação dos povos.⁴⁴²

Esse movimento é constante na estratégia política de Goulart e objetiva **conciliar** a valorização da Política Externa Independente frente a seus apoiadores com a defesa da PEI das críticas realizadas pelos setores mais reacionários da sociedade, que em geral procuravam aproximá-la do comunismo. Essa **conciliação** pretendida pelo presidente brasileiro também é expressa quando é mencionado o *respeito as normas internacionais* enfatizando a *segurança coletiva* e a *autodeterminação dos povos*, o que na conjuntura aberta com a VIII Reunião de Consulta de Ministros das Relações

⁴⁴¹ João Goulart (JG), Pronunciamento realizado no Palácio do Itamaraty, na solenidade de diplomação dos concluintes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco, 22 de outubro de 1962. In: **Biblioteca da Presidência da República**, João Goulart, Discursos, p. 187. Disponível em: www.biblioteca.presidencia.gov.br

⁴⁴² Idem, p. 187-188.

Exteriores, representava a tentativa de **conciliar** o atendimento aos interesses estadunidenses e aos interesses cubanos.⁴⁴³

Visto em retrospectiva, com o distanciamento de mais de 50 anos, o pronunciamento do presidente João Goulart não deixa de ter um caráter premonitório. Tal como Cassandra, o presidente brasileiro antecipa, sem o saber, em poucas horas, o grave quadro em que entrará a política internacional:

Emergimos para as responsabilidades da vida internacional numa fase crítica da história da humanidade, mas não nos devem amedrontar as dificuldades que certamente encontraremos, antes devemos entendê-las como um incentivo para a clareza e a definição de nossas atitudes. Encontramos o mundo conturbado pelo entrechoque de ideologias e forças, que geram tensões perigosas para a preservação da paz.⁴⁴⁴

Ao mesmo tempo, o presidente brasileiro faz ecoar o caráter nacional-reformista da Política Externa Independente, ao declarar que “encontramos igualmente o mundo marcado pela distância cada vez maior entre nações ricas e pobres, entre grandes impérios industriais e países subdesenvolvidos, que lutam por superar o atraso de suas estruturas sociais e políticas”⁴⁴⁵

Com isso, Goulart traz à tona, frente aos diplomatas que estavam se formando mas principalmente com vistas as repercussões de suas palavras na sociedade, que a PEI visava a superação do subdesenvolvimento do Brasil, de acordo com “aquelas reivindicações que conduzem à conciliação do regime representativo com as imposições do desenvolvimento econômico e da justiça social”,⁴⁴⁶ na defesa dos interesses do povo brasileiro dentro dos marcos da democracia. E dentro desse contexto de desenvolvimento econômico-social valorizando a democracia é que o presidente

⁴⁴³ O emprego dos termos **conciliar** e **conciliação** não é gratuito. Goulart era sistematicamente criticado pelos setores progressistas – que, afinal, eram sua maior base de apoio – pela sua política de conciliação entre as demandas progressistas e as posições mais ao centro no espectro político. De acordo com Jorge Ferreira, “conciliação, aliás, era o termo mais insultuoso entre eles naquele momento”. FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (orgs.). **O Brasil Republicano** – O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 356.

⁴⁴⁴ João Goulart (JG), Pronunciamento realizado no Palácio do Itamaraty, na solenidade de diplomação dos concluintes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco, 22 de outubro de 1962. In: **Biblioteca da Presidência da República**, João Goulart, Discursos, p. 188. Disponível em: www.biblioteca.presidencia.gov.br

⁴⁴⁵ Idem.

⁴⁴⁶ Idem, *ibidem*.

brasileiro destacou a importância da ampliação das exportações dos produtos brasileiros “com todas as áreas do mundo”, desse modo, incluindo os países socialistas.

Mas a PEI, nas palavras do presidente que buscavam maior alcance na sociedade – havia grande cobertura da imprensa nessa ocasião, tendo, inclusive, o jornal *O Estado de São Paulo* transcrito o pronunciamento na íntegra na sua edição do dia seguinte⁴⁴⁷ – ultrapassava as fronteiras do Brasil, pois “como nação adulta, estaremos cumprindo um dever indeclinável ao participar ativamente das grandes decisões da política internacional contemporânea”, elevando sua posição no sistema internacional, em uma situação de inédito protagonismo no qual “o compromisso do Brasil não é unicamente com seu povo, mas com toda a humanidade”.⁴⁴⁸

E esse destaque que o Brasil, nas palavras do presidente Goulart, vinha obtendo na esfera internacional era fruto da política externa seguida pelo seu governo. E o acerto das principais diretrizes que guiavam a Política Externa Independente podiam ser comprovadas:

A consagradora votação com que o Brasil foi eleito para o Conselho de Segurança testemunha que o sentido de nossa política internacional não divide, mas aproxima os povos, não agrava as tensões, porém antes contribui para atenuar e eliminar.⁴⁴⁹

Em seu pronunciamento, o presidente do Brasil enfatizava a importância da busca pela paz como elemento definidor da Política Externa Independente. Sempre procurando defender a política externa dos ataques dos setores que a imputavam a pecha de comunista, Goulart, mais uma vez nesse pronunciamento, buscava associar a PEI com os princípios cristãos; porém, dessa vez, foi ainda mais enfático. Argumentava que

⁴⁴⁷ *O Estado de São Paulo*, 23 de outubro de 1962, p. 7. BSF. Brasília/DF.

⁴⁴⁸ João Goulart (JG), Pronunciamento realizado no Palácio do Itamaraty, na solenidade de diplomação dos concluintes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco, 22 de outubro de 1962. In: **Biblioteca da Presidência da República**, João Goulart, Discursos, p. 188. Disponível em: www.biblioteca.presidencia.gov.br Para o caráter universalista da PEI ver VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a Política Externa Independente**. Petrópolis: Vozes, 1995.

⁴⁴⁹ João Goulart (JG), Pronunciamento realizado no Palácio do Itamaraty, na solenidade de diplomação dos concluintes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco, 22 de outubro de 1962. In: **Biblioteca da Presidência da República**, João Goulart, Discursos, p. 188. Disponível em: www.biblioteca.presidencia.gov.br O Brasil fora eleito para o Conselho de Segurança da ONU no dia 17 de outubro de 1962 – contudo, só assumiria a vaga no ano seguinte.

“ao adotarmos tal diretriz, preconizada ainda há pouco pelo Papa João XXIII, com a autoridade que lhe confere o título de Chefe da Igreja Católica, estamos respeitando e exprimindo o espírito cristão do povo brasileiro”.⁴⁵⁰

Todavia, a busca pela paz, conforme expressado pelo presidente brasileiro, constituía “a linha fundamental da política exterior do Brasil”.⁴⁵¹ Por mais que a estratégia de Goulart analisada nesse pronunciamento se revestisse de um constante movimento de defesa e apoio da PEI, em dado momento ele deixou a cautela de lado e afirmou:

Que não haja, portanto, qualquer dúvida sobre nossas intenções: o Brasil não aceita o recurso à violência como forma de solução dos conflitos internacionais. Se, por tradição histórica e formação cultural, o Brasil nunca encarou a guerra como complemento válido de negociação diplomática, não seria hoje, quando o poderio militar das grandes potências faz perigar a própria continuidade da civilização, que iríamos abdicar de nossos princípios pacifistas, favorecendo o uso da força como instrumento de ação internacional.⁴⁵²

O presidente João Goulart não sabia que em poucas horas essas palavras duras a favor da paz seriam postas à prova. Nem que a estratégia que vinha desenvolvendo desde a Reunião Informal de Chanceleres com o intuito de evitar polêmicas na política externa se tornaria insustentável. Tampouco poderia supor a intensidade das pressões a que seria submetido.

No final da tarde, o presidente João Goulart e o primeiro-ministro Hermes Lima receberam, no Palácio das Laranjeiras, o embaixador dos Estados Unidos da América, Lincoln Gordon, que chegou acompanhado de Vernon Walters.⁴⁵³ O diplomata estadunidense era portador de uma carta do presidente Kennedy e tinha ordens expressas para entregá-la antes do pronunciamento que o presidente dos EUA faria na

⁴⁵⁰ João Goulart (JG), Pronunciamento realizado no Palácio do Itamaraty, na solenidade de diplomação dos concluintes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco, 22 de outubro de 1962. In: **Biblioteca da Presidência da República**, João Goulart, Discursos, p. 189. Disponível em: www.biblioteca.presidencia.gov.br.

⁴⁵¹ Idem.

⁴⁵² Idem, *Ibidem*.

⁴⁵³ LIMA, Hermes. **Travessia**: memórias. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974, p. 272; GORDON, Lincoln. Capítulo Suplementar: os Estados Unidos e o Governo de João Goulart. In: GORDON, Lincoln. **A Segunda Chance do Brasil**: a caminho do Primeiro Mundo. 2ª ed. São Paulo, SENAC, 2002, p. 330.

televisão. A carta é impessoal, não foi dirigida em especial ao presidente Goulart – era uma carta circular dirigida a todos os presidentes dos países americanos.

Nessa correspondência, o presidente John Kennedy se dirigia de forma impositiva a seus interlocutores, todos eles chefes de Estado das repúblicas americanas. Em uma retórica apocalíptica, o presidente dos EUA procurava constranger seus interlocutores a endossar as medidas que ele propunha com o objetivo de “determinar, pela sabedoria de nossa ação conjunta nos próximos dias, quiçá todo o futuro do homem na Terra”.⁴⁵⁴ O presidente Kennedy mencionava o pronunciamento que faria ao povo de seu país pela televisão no qual ele alertaria sobre “a gravidade da ameaça ao hemisfério ocidental que o atual regime cubano permitiu à URSS instalar em seu solo”.

Kennedy procurava – como já era parte da estratégia estadunidense – apresentar a situação como uma ameaça não aos Estados Unidos apenas, mas a todo o continente americano. Em razão disso, o presidente dos Estados Unidos da América pressionava seus interlocutores através de um cenário no qual só haveria duas alternativas:

Temos de responder a esse gesto temerário com uma decisão conjunta. Do contrário, a União Soviética passará a violações cada vez mais flagrantes dos requisitos para a paz e liberdade internacionais, até que não nos restarão outras opções senão a capitulação completa ou a deflagração de um holocausto nuclear.⁴⁵⁵

Nesses termos, o presidente estadunidense empregava urgência para a tomada de posição de seus interlocutores, que não tinham nenhuma informação sobre o assunto, ao afirmar que “temos de firmar uma posição imediatamente”. Também expressava em sua carta que essa tomada de decisão fosse feita pública, obviamente, procurando construir um apoio consensual a seus objetivos:

Espero, diante desse contexto, que o Senhor sinta que seu país deseja juntar-se ao meu para expressar sua indignação contra este comportamento, cubano e soviético, e conto com que o Senhor deseje expressar publicamente o sentimento de seu povo.⁴⁵⁶

⁴⁵⁴ Carta enviada pelo presidente dos Estados Unidos, John Kennedy. Washington, 22 de outubro de 1962. ARQUIVO SAN TIAGO DANTAS (AP47), Caixa 34, pacotilha 1. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro/ RJ.

⁴⁵⁵ Idem.

⁴⁵⁶ Idem, *ibidem*.

Essas solicitações, advindas do país mais poderoso em termos militares e econômicos do continente, em muito ultrapassavam o entendimento de um pedido ou de uma solicitação – e é evidente que a diplomacia dos EUA estava consciente disso. Eram uma forma clara de constrangimento aos demais países do continente, no sentido de construção de uma sólida base de apoio e, talvez com mais força ainda, de desestímulo a ações de solidariedade ao governo cubano.

Espero também que o Senhor concorde comigo quanto à necessidade urgente de se convocar uma reunião imediata do Órgão Consultivo do Sistema Interamericano, sob o Pacto do Rio. Os Estados Unidos irão propor a esse organismo, assim que ele se reúna, a adoção de uma resolução que enfrente com efetividade essa nova e perigosa situação. Meu Embaixador poderá lhe entregar o texto proposto dessa resolução. A colocação de armas ofensivas com potência nuclear em Cuba claramente “coloca em perigo a paz e a segurança do continente”, nos termos do Artigo 6º daquele Pacto. Estou seguro de que o Senhor concordará que uma resolução dessa natureza faz-se urgente.⁴⁵⁷

Além de pressionar no sentido de convocar a reunião, o presidente dos EUA procura comprometer os demais presidentes americanos a aprovarem a resolução que seu país apresentará ao órgão de consulta da OEA. Além disso, informa que solicitou uma reunião urgente na ONU, na qual será apresentada pelo seu representante, Adlai Stevenson, “uma resolução que exija a retirada de Cuba de bases para mísseis e de outras armas ofensivas, sob a supervisão de observadores das Nações Unidas.” Em face disso, “espero que o Senhor determine a seu representante em Nova Iorque que trabalhe ativamente conosco e que apoie abertamente o programa acima indicado nas Nações Unidas”.⁴⁵⁸

Mas o pior estava por vir. Além de pressionar os demais países americanos a endossarem, nos fóruns diplomáticos, as medidas propostas por seu país, Kennedy, abertamente, passava a manifestar a possibilidade da utilização de meios militares:

Desejo também formular um convite ao Senhor no sentido de que seus assessores militares discutam com os meus a possibilidade de participar, em condições apropriadas e juntamente com os Estados Unidos e outras forças

⁴⁵⁷ Carta enviada pelo presidente dos Estados Unidos, John Kennedy. Washington, 22 de outubro de 1962. ARQUIVO SAN TIAGO DANTAS (AP47), Caixa 34, pacotilha 1. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro/ RJ.

⁴⁵⁸ Idem.

do hemisfério, de qualquer ação militar que a situação que se desenvolve em Cuba possa requerer.⁴⁵⁹

A carta de Kennedy não abre espaço para discussões, tampouco pede a opinião de seu interlocutor, como manda a boa diplomacia. Ele procura traçar a unidade frente a questão, forçando uma solidariedade urgente e praticamente automática de seus pares, objetivando, nada mais, do que revestir de um caráter legal suas decisões para o enfrentamento da questão de Cuba, fossem elas no âmbito diplomático ou militar.

No início da noite, na Casa Branca, o presidente dos Estados Unidos da América tornaria público ao mundo inteiro, através de pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, a instalação de mísseis nucleares em Cuba por parte da URSS. Declarou ter conhecimento, através de provas inquestionáveis, da construção de bases de lançamento de mísseis de dois tipos:

Varios de ellas incluyen proyectiles dirigidos de alcance medio, capaces de transportar cargas nucleares hasta una distancia de 100 millas náuticas. Cada uno de esos proyectiles dirigidos, para abreviar, es capaz de alcanzar Washington, alcanzando el canal de Panamá, Cabo Cañaveral, Méjico (capital) o cualquier otra ciudad dês Sudeste de lós Estados Unidos, América Central o zona del Caribe.

Otros emplazamientos de base no terminados parecen estar destinados para proyectiles balísticos de alcance intermedio (capaces de alcanzar una distancia dos veces mayor) y que podrían alcanzar las grandes ciudades del hemisferio occidental, situadas tan al norte como las de Bahía de Hudson y Canadá, y tan al sur como Lima. Además bombardeos de reacción, que pueden llevar armas nucleares, están siendo llevados y situados em Cuba mientras son preparadas las bases aéreas necesarias.⁴⁶⁰

John Kennedy, em seu pronunciamento, frisava que aquelas armas “pueden provocar repretinas destrucciones em masa”, e que constituíam uma ameaça para a paz e a segurança de todo o continente, infringindo o disposto no TIAR. O presidente dos EUA também, publicamente, mencionava que a descoberta das bases de mísseis em Cuba iam de encontro as repetidas negativas dos soviéticos, tanto públicas quanto privadas, que afirmavam que as armas estacionadas em Cuba eram exclusivamente de caráter defensivo. E citou enfaticamente o encontro ocorrido na Casa Branca na semana

⁴⁵⁹ Carta enviada pelo presidente dos Estados Unidos, John Kennedy. Washington, 22 de outubro de 1962. ARQUIVO SAN TIAGO DANTAS (AP47), Caixa 34, pacotilha 1. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro/RJ.

⁴⁶⁰ Pronunciamento do Presidente John Kennedy na noite do dia 22 de outubro de 1962. In: CASTAÑARES, Juan Carlos Pereira; LILLO, Pedro Antonio Martínez. **Documentos básicos sobre historia de las relaciones internacionales (1815-1991)**. Madri: Complutense, 1995, p. 545.

passada com o ministro de Relações Exteriores da URSS, Gromyko, no qual ele negava taxativamente a existência de armamentos ofensivos em Cuba para realizar a seguinte afirmação: “ni los Estados Unidos ni la comunidad mundial pueden tolerar mentiras deliberadas ni amenazas ofenivas por parte de cualquier nación, grande o pequeña”.⁴⁶¹ Com isso, desmoralizava aos olhos da opinião pública mundial o governo de Krushev.⁴⁶²

Assim, o presidente dos EUA, sob a justificativa de estar defendendo seu próprio país e todo o hemisfério ocidental, anunciava sete medidas que seriam tomadas por seu governo com o respaldo do Congresso estadunidense. A primeira delas consistia no emprego de uma quarentena – um eufemismo para bloqueio – a todos os navios que se dirigissem para Cuba, procedentes de qualquer nação ou porto, que transportasse armamentos para a ilha.⁴⁶³

Outra medida seria a contínua vigilância de Cuba e das suas construções militares. Segundo o presidente Kennedy, essa ação estaria de acordo com o Comunicado da Reunião Informal de Chanceleres, ocorrida no início do mês em Washington. Porém, escapava ao pronunciamento que a reunião, por seu caráter informal, não poderia emitir declarações que pudessem ser utilizadas para justificar qualquer tipo de sanção.⁴⁶⁴

A terceira medida anunciada tinha um caráter extremamente belicoso. Anunciava que se fosse lançado algum míssil de Cuba contra qualquer país do Hemisfério Ocidental, isso seria considerado pelos EUA uma agressão realizada pela URSS. E que, desse modo, resultaria numa reposta de carga nuclear contra o território da União Soviética.⁴⁶⁵

⁴⁶¹ Pronunciamento do Presidente John Kennedy na noite do dia 22 de outubro de 1962. In: CASTAÑARES, Juan Carlos Pereira; LILLO, Pedro Antonio Martínez. **Documentos básicos sobre historia de las relaciones internacionales (1815-1991)**. Madri: Complutense, 1995, p. 546.

⁴⁶² Em que pese a afirmação do presidente John Kennedy estar absolutamente correta, chama muito a atenção o trecho seguinte do pronunciamento: “nuestra historia – al revés de la de la Unión Soviética – demuestra que no tenemos ningún deseo de dominar o conquistar cualquier otra nación o de imponer nuestro sistema de vida a otros pueblos”. Ainda bem que os Estados Unidos não podem tolerar mentiras deliberadas...

⁴⁶³ CASTAÑARES, Juan Carlos Pereira; LILLO, Pedro Antonio Martínez. **Documentos básicos sobre historia de las relaciones internacionales (1815-1991)**. Madri: Complutense, 1995, p. 546.

⁴⁶⁴ Idem.

⁴⁶⁵ Idem, p. 547.

Outra ação realizada pelo governo dos EUA seria o reforço do contingente militar na base de Guantánamo, no leste do território cubano. Também seriam deixados em estado de alerta as unidades militares estadunidenses. O que não deixava de configurar uma ameaça de invasão a Cuba.⁴⁶⁶

Anunciava também, em seu ponto quinto, a convocação de uma reunião imediata, a ser realizada no dia seguinte, do órgão de consulta da Organização dos Estados Americanos, que, convenientemente, é sediada em Washington. E, no próprio pronunciamento, o presidente John Kennedy destacava que o objetivo da reunião seria invocar o TIAR, em seus artigos 6 e 8, que previam medidas de defesa frente a invasões de potência estrangeiras no continente.⁴⁶⁷

Também tornava público que havia solicitado uma reunião do Conselho de Segurança da ONU e que deveria ocorrer com urgência. Divulgava, inclusive, o teor da resolução que apresentaria naquele importante fórum: “nuestra resolución pide el rápido desmantelamiento y retirada de todas las armas ofensivas em Cuba, bajo la supervisión de observadores de las Naciones Unidas antes de que la cuarentena pueda ser levantada”.⁴⁶⁸

Por fim, o sétimo ponto constituía um chamado ao primeiro-ministro Nikita Krushev, para que ele eliminasse as ameaças a paz mundial. Certamente, era uma forma de projetar o governo estadunidense de forma mais simpática frente aos outros povos.⁴⁶⁹

Ao encerrar seu pronunciamento, o presidente dos Estados Unidos da América informou que seu país estava preparado para lidar com a situação, numa tentativa dupla de tranquilizar os estadunidenses e, ao mesmo tempo, dissuadir os soviéticos. Também quis enviar uma mensagem a Cuba, em especial a seu “pueblo cautivo”, se dirigindo como amigo que tem visto com muito pesar a forma pela qual a revolução nacionalista cubana tem sido traída e como o “domínio extranjero” tem sido prejudicial ao país, pois,

⁴⁶⁶ CASTAÑARES, Juan Carlos Pereira; LILLO, Pedro Antonio Martínez. **Documentos básicos sobre historia de las relaciones internacionales (1815-1991)**. Madri: Complutense, 1995, p. 547.

⁴⁶⁷ Idem.

⁴⁶⁸ Idem, *ibidem*.

⁴⁶⁹ Idem, *ibidem*.

de acordo com a sua visão, as armas instaladas em Cuba “no contribuyen em nada a la paz y al bienestar. Sólo pueden destruirlos.”⁴⁷⁰

O pronunciamento do presidente dos Estados Unidos da América, John Fitzgerald Kennedy detinha uma dimensão inédita na História. Rapidamente, praticamente o mundo todo tomou conhecimento de suas palavras.⁴⁷¹ No caso brasileiro, onde a televisão ainda era muito incipiente, foi através da imprensa, já na manhã do dia 23 de outubro, que a população ficou informada. O jornal *O Estado de São Paulo*, dentre outros, publicou na íntegra o pronunciamento do presidente dos Estados Unidos, com direito a fotografia de Kennedy registrada durante o pronunciamento estampada na capa do periódico.⁴⁷²

Os brasileiros ficaram sabendo, com o destaque dado pela imprensa, que o Conselho da Organização dos Estados Americanos já tinha sido convocado. O presidente interino do Conselho da OEA, o embaixador Roberto Lima, de El Salvador, divulgava que tinha atendido ao pedido dos Estados Unidos para convocar uma reunião de emergência da OEA, no dia 23 de outubro.⁴⁷³

Além disso, os Estados Unidos tinham pedido ao embaixador soviético Valerian Zorin, que desempenhava o cargo de presidente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas naquele mês de outubro, que convocasse uma reunião para o dia 24. O jornalista James Minifie, correspondente do jornal brasileiro em Washington, afirmava não haver dúvidas de que a URSS vetaria qualquer ação do Conselho de Segurança e que, dessa forma, seria convocada uma sessão extraordinária da Assembleia Geral. De forma alarmista, o correspondente em questão afirmava: “a primeira impressão que predomina na sede da ONU é que esta crise é ainda mais grave do que a que levou a Guerra da Coreia. Ali, empreendeu-se ostensivamente uma ação contra os comunistas da Coreia do Norte. No caso atual, o confronto entre a União Soviética e os Estados Unidos é direto”.⁴⁷⁴

⁴⁷⁰ CASTAÑARES, Juan Carlos Pereira; LILLO, Pedro Antonio Martínez. **Documentos básicos sobre historia de las relaciones internacionales (1815-1991)**. Madri: Complutense, 1995, p. 547.

⁴⁷¹ Aproximadamente uma hora antes do início do pronunciamento, o secretário de Estado, Dean Rusk, reuniu os embaixadores dos países latino-americanos para colocá-los a par do que seria anunciado.

⁴⁷² Em razão da falta de qualidade do exemplar por nós pesquisado, dificultando em muito a leitura, preferimos utilizar como fonte do pronunciamento o texto publicado na coletânea de documentos citada.

⁴⁷³ *O Estado de São Paulo*, 23 de outubro de 1962, capa. BSF. Brasília/DF.

⁴⁷⁴ Idem, p. 7.

Embora a maioria dos embaixadores latino-americanos dos quadros da Organização dos Estados Americanos preferisse não se pronunciar de forma imediata, alguns deles emitiram suas impressões ainda na noite do dia 22. O representante do Haiti, Fernando Baguidy, alertava: “a situação é muito grave. Estamos todos muito preocupados. Não podemos tolerar forças extracontinentais em nosso Hemisfério. O Haiti é um amigo leal dos Estados Unidos”. Seguiu a mesma linha o diplomata Carlos Urritia, da Guatemala, enfatizando que seu país sempre criticou Fidel Castro e que agora, “apoiará plenamente os EUA”. Já o representante da República Dominicana, Andres Freites, declarava ser a situação muito grave e que, certamente, afetaria seu país. Afirmava não querer entrar em detalhes; mesmo assim, asseverou: “não quero fazer comentários – afirmou – mas nossa posição contrária ao atual regime de Cuba foi claramente definida na ONU”.⁴⁷⁵

Para o governo brasileiro, a situação não parecia nada confortável. As declarações dos representantes do Haiti, Guatemala e República Dominicana pareciam ser respostas já autorizadas, a partir da recepção da carta enviada pelo presidente dos Estados Unidos. Parecia que eles tinham aceitado todas as condições impostas por Kennedy, inclusive a parte que mencionava declarar publicamente sua posição.

Ademais, o jornal *O Estado de São Paulo*, que ainda não tinha trazido a posição oficial do governo brasileiro, destacava a opinião do conceituado economista Celso Furtado, que estava no México, representando, como ministro especial do governo brasileiro, o país na Conferência de Ministros da Economia e Finanças.

O ministro brasileiro Celso Furtado disse que estava de acordo com as medidas anunciadas por John Kennedy e qualificou o discurso do presidente norte-americano de “bastante moderado”, levando-se em conta a gravidade da situação. Acrescentou que exigia uma reação imediata por parte dos outros países do hemisfério.⁴⁷⁶

Todavia, na madrugada do dia 23 o ministro das Relações Exteriores Hermes Lima enviava instruções para o representante do Brasil na Organização dos Estados Americanos. De acordo com o documento, Hermes Lima autorizava Ilmar Penna

⁴⁷⁵ *O Estado de São Paulo*, 23 de outubro de 1962, p. 7. BSF. Brasília/DF.

⁴⁷⁶ Idem. Celso Furtado, que segundo o jornal *O Estado de São Paulo* teria apoiado a declaração do presidente Kennedy, quando retornou do México negou que tivesse emitido qualquer declaração a esse respeito: “não estava credenciado para falar a respeito. Portanto, não poderia fazê-lo”. *O Estado de São Paulo*, 27 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

Marinho a “concordar com a transformação do Conselho da OEA em Órgão de Consulta, procurando antes coordenar essa posição com os países que vêm nessas questões votando com o Brasil”.⁴⁷⁷ Desse modo, o Brasil não se opunha a intenção dos EUA expressa na carta enviada pelo presidente John Kennedy, evitando criar tensões entre os dois países, mas ao mesmo tempo procurava costurar um bloco junto a Bolívia, Chile, México e Uruguai, países que mantinham uma diplomacia mais independente em relação aos Estados Unidos e que contavam com representação diplomática em Cuba.

O mesmo telegrama ainda instruía Penna Marinho para modificar a Resolução que os Estados Unidos pretendiam aprovar na OEA. Esse projeto de resolução fora entregue ao presidente João Goulart junto com a carta de Kennedy pelo embaixador Lincoln Gordon. A orientação do ministério das Relações Exteriores era

propor e defender a modificação do parágrafo 2 do Projeto de Resolução norte-americano pedindo como medida preliminar a constatação da existência de material bélico ofensivo por Comissão das Nações Unidas, para que as provas apresentadas não possam vir a sofrer qualquer contestação ou ser objeto de exploração de sentido político e psicológico, prejudiciais a quaisquer ações futuras.⁴⁷⁸

Ainda tendo conhecimento da questão de Cuba exclusivamente pelo informações advindas dos EUA – que, em episódio anterior, havido inicialmente negado sua participação na invasão da Baía dos Porcos – o governo Goulart procurava ganhar tempo para obter informações mais completas conquanto desenvolvia uma estratégia de mediação no conflito, propondo que forças da ONU verificassem a existência das armas nucleares ofensivas em Cuba, na busca de uma futura solução negociada. O documento do ministério das Relações Exteriores aceitava, no entanto, a criação da quarentena proposta por Kennedy, sob a justificativa de coerência com a posição assumida pelo Brasil através da Resolução número 8 da VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, afirmando que “podemos admitir desde logo medidas que impeçam o comércio de armas”. Em seguida, dado a gravidade da situação, o ministro Hermes Lima desautorizava o representante do Brasil na OEA, Ilmar Penna Marinho a tomar

⁴⁷⁷ Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos, doravante, OEA. Num. 220. CONFIDENCIAL. URGENTÍSSIMO. Assunto: **Questão de Cuba no Conselho da OEA**. Data: 23 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁴⁷⁸ Idem.

decisões fora das linhas traçadas, esclarecendo que “qualquer outra resolução fora dessas linhas básicas, desejo ser ouvido com antecedência”.⁴⁷⁹

Tinham sido realizadas gestões junto ao embaixador dos EUA no Brasil para que ele enviasse mensagem ao Departamento de Estado apresentando as sugestões do governo brasileiro no sentido de alterar o Projeto de Resolução.⁴⁸⁰ Em vista do telegrama 221 enviado poucas horas após para o representante do Brasil na OEA, é possível depreendermos que o embaixador Lincoln Gordon tenha feito indicações ao governo brasileiro de que o governo de seu país não cederia frente a proposta de modificação apresentada pelo Brasil. Nesse novo telegrama, o ministério das Relações Exteriores visava “complementar as instruções que transmiti de madrugada em meu telegrama 220”.⁴⁸¹

Prevedo a possibilidade de que as suas sugestões à Resolução estadunidense não fossem aceitas, o governo brasileiro autorizava o embaixador Ilmar Penna Marinho a votar a parte que criava a quarentena por considerá-la de acordo com a resolução número 8 de Punta del Este.⁴⁸² A grande preocupação se dava, por parte do governo brasileiro, em relação a possibilidade do emprego de força armada contra Cuba – e certamente pesava muito o pronunciamento realizado pelo presidente João Goulart no dia anterior, quando da solenidade no Palácio do Itamaraty, e que não deixava de estar ligado ao princípio de não-intervenção, fundamental para a Política Externa Independente. Por isso, o governo Goulart instruía com clareza o seu representante na Organização dos Estados Americanos:

Na hipótese do Conselho decidir por uma votação imediata do parágrafo 2º do projeto de resolução norte-americano, em que o uso da força armada está previsto, Vossa Excelência declarará que o Brasil só pode determinar a sua posição depois de uma investigação por parte de observadores das Nações Unidas, a fim de comprovar as acusações formuladas no projeto de resolução contra o governo cubano.⁴⁸³

⁴⁷⁹ Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 220. CONFIDENCIAL. URGENTÍSSIMO. Assunto: **Questão de Cuba no Conselho da OEA**. Data: 23 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁴⁸⁰ Idem.

⁴⁸¹ Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil na OEA. Num. 221. CONFIDENCIAL. Assunto: **Questão de Cuba no Conselho da OEA**. Data: 23 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁴⁸² Idem.

⁴⁸³ Idem, ibidem.

Como pode ser visto, o governo brasileiro, até mesmo com certa falta de delicadeza, não pretendia ir a reboque da resolução estadunidense, evitando comprometer assim a PEI. Além disso, e talvez ainda pior no quadro da relação bilateral com os EUA, a instrução do ministério das Relações Exteriores se referia a necessidade de *comprovação das acusações dos EUA contra o governo cubano*.

Além do mal-estar que a posição do Brasil, de indisfarçável cautela frente aos EUA, poderia produzir na relação com o governo Kennedy, de certa maneira não compactuando com os anseios expressos na correspondência emitida pelo estadunidense, o telegrama enviado para o diplomata brasileiro ainda trazia outras instruções. Mencionava que Penna Marinho deveria argumentar que estando as bases para lançamentos de mísseis ainda em construção, “conforme declarou o presidente Kennedy”, o risco para o hemisfério não seria tão imediato ao ponto de não permitir o envio de observadores da ONU. Se, por fim, a argumentação do diplomata brasileiro não surtisse efeito, a posição brasileira deveria ser a seguinte:

Se ainda assim for Vossa Excelência chamado a votar o projeto de resolução nos termos atuais, deverá declarar que, sem prejuízo da nossa solidariedade com os países do Hemisfério e com os Estados Unidos da América, e de futuras posições que venhamos a adotar à luz de maiores esclarecimentos sobre a situação, deixamos de participar na votação por não haver, em nossa opinião, se completado o processo regular necessário para a tomada de decisões tão graves.⁴⁸⁴

O telegrama era encerrado instruindo o representante brasileiro a se abster da votação da resolução *nos termos atuais*, isto é, como foi apresentada originalmente pelo governo dos EUA. Cabe, todavia, perceber a oscilação presente no mesmo documento, que em determinado momento insinua mesmo uma desconfiança frente aos argumentos estadunidenses e a forma como ele se encerra, não obstante de maneira resoluta quanto a ação, porém, procurando manter a boa relação de solidariedade com os Estados Unidos e demais países do Hemisfério.

⁴⁸⁴ Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil na OEA. Num. 221. CONFIDENCIAL. Assunto: **Questão de Cuba no Conselho da OEA**. Data: 23 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

Da embaixada em Buenos Aires, eram confirmadas as expectativas do governo brasileiro em relação a posição da Argentina, já esperadas em razão dos posicionamentos da diplomacia do país vizinho quando da Reunião Informal de Chanceleres. O diplomata Mário Tancredo Borges da Fonseca informava ao Brasil sobre o teor do comunicado emitido pela chancelaria argentina. Em um tom condizente com a retórica da Guerra Fria, o governo argentino dizia adotar “uma posição clara e terminante em defesa dos princípios do mundo livre. Cumprirá com decisão os compromissos contraídos e estará unida aos demais países do continente na luta contra o comunismo”.⁴⁸⁵

Em seu comunicado, a chancelaria argentina, não por acaso, mencionava o fato de que seu país “estará unido aos demais países do continente na luta contra o comunismo”. O propósito evidente dessa declaração – além da aliança incondicional, em termos subalternos, aos EUA – era também a busca do estreitamento dos limites das diplomacias independentes, em especial a brasileira, para evitar dissensões internas. Em função disso, já antecipava publicamente a sua posição na Organização dos Estados Americanos – toda ela em conformidade com a carta de Kennedy: “foram dadas instruções precisas ao Embaixador junto à OEA para que apoie a convocação do órgão de consulta e as medidas que sejam necessárias para alcançar aqueles objetivos”.⁴⁸⁶

O embaixador Mário da Fonseca ainda comunicava, de posse de informações obtidas de uma fonte referida como “conselheiro direto do Ministro de Estado”, que a situação é encarada pelo governo argentino como “da mais extrema gravidade”.⁴⁸⁷ E que em qualquer reunião em que a Argentina estivesse presente, ela votaria de forma a auxiliar os Estados Unidos. Nada que constituísse surpresa para o governo brasileiro; no entanto, não era uma boa notícia.

Enquanto isso, da embaixada em Havana, era informado, pelo diplomata Luiz Leivas Bastian Pinto, a situação em Cuba. Para o representante do Brasil, “apesar da

⁴⁸⁵ Telegrama da Embaixada em Buenos Aires. Num. 687. CONFIDENCIAL. URGENTE. Assunto: **Questão de Cuba. Comunicado da Chancelaria argentina**. Data: 23 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF. A posição da Argentina no transcorrer da Crise dos Mísseis é descrita em MORGENTHAU, Leand. Argentina, Estados Unidos y el sistema interamericano durante la crisis de los misiles (1962). In: **História: debates e tendências**. V. 12, nº 2. Passo Fundo: UPF, jul./dez. 2012, p. 323-341.

⁴⁸⁶ Telegrama da Embaixada em Buenos Aires. Num. 687. CONFIDENCIAL. URGENTE. Assunto: **Questão de Cuba. Comunicado da Chancelaria argentina**. Data: 23 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁴⁸⁷ Idem.

mobilização geral, a cidade apresenta tranquilidade, notando-se apenas a artilharia colocada ao longo da costa. O governo esteve reunido toda a noite mas, até agora, anunciou-se somente que Fidel falará hoje por rádio e televisão”.⁴⁸⁸ Era importante para o ministério das Relações Exteriores saber com exatidão o que acontecia em Cuba, pois, até aquele momento, nem Fidel Castro nem Nikita Krushev tinham confirmado a existência dos armamentos em Cuba. Para o governo brasileiro, era urgente saber exatamente o que vinha acontecendo, pois a reunião na OEA estava em curso.

De Nova York, na Organização das Nações Unidas, o senador Afonso Arinos de Melo Franco informava o teor de sua conversa com o diplomata cubano, Mario Garcia Inchaustegui. O representante do Brasil confirmava ter transmitido ao delegado cubano a orientação recebida acerca da possibilidade de Cuba aceitar a presença de uma comissão de investigação da ONU. De acordo com Arinos, o diplomata cubano não tinha recebido instruções de seu país em relação ao assunto. Entretanto, teria lhe confiado, em caráter pessoal, “que lhe parecera aceitável a sugestão desde que o governo americano suspendesse o bloqueio”.⁴⁸⁹ A estratégia brasileira parecia correr em bons termos.

Porém, poucas horas depois, o embaixador brasileiro em Cuba, enviara um telegrama dirigido expressamente ao primeiro-ministro Hermes Lima. O diplomata brasileiro fazia referência a não ter ainda recebido o telegrama do ministro das Relações Exteriores, que, em conversa telefônica, teve o envio acertado. Mesmo sem ter recebido o telegrama, Bastian Pinto de acordo com o a conversa telefônica, procurou imediatamente e conversou com o vice-ministro das Relações Exteriores de Cuba sobre o assunto “que Vossa Excelência transmitiu-me por telefone”.⁴⁹⁰ O vice-ministro de Cuba, segundo Luiz Leivas Bastian Pinto, “disse-me que Cuba, dentro de sua posição soberana, não pode admitir nenhuma espécie de inspeção”.⁴⁹¹ Acrescentava, ainda, que o representante cubano teria lhe informado que apenas no pronunciamento de Fidel Castro, à noite, será exposta a atitude definitiva do governo cubano.

⁴⁸⁸ Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 339. URGENTÍSSIMO. Assunto: **Questão de Cuba**. Data: 23 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁴⁸⁹ Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 88. CONFIDENCIAL. URGENTE. Assunto: **Questão de Cuba. Comissão de Investigação**. Data: 23 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁴⁹⁰ Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 340. URGENTÍSSIMO. Assunto: **Bloqueio de Cuba. Atitude do Governo cubano**. Data: 23 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁴⁹¹ Idem.

O telegrama enviado pelo ministério das Relações Exteriores a Bastian Pinto tratava de informar o comportamento da delegação brasileira no Conselho da OEA:

Na reunião de hoje do Conselho da OEA a delegação do Brasil proporá o envio de observadores das Nações Unidas a Cuba, a fim de estabelecer, com segurança, a natureza do armamento fornecido a esse governo pela União Soviética. Votaremos o embargo de material bélico, e conseqüente inspeção de navios de transportes correntes com a resolução nº 8 adotada em Punta del Este, a qual na parte em que foi apoiada por nossa delegação, prescreve suspensão do comércio de armamentos.⁴⁹²

Ainda no telegrama enviado pelo ministério das Relações Exteriores – e que foi recebido com atraso em Havana – o governo brasileiro demonstrava suas dúvidas quanto a eficácia de sua proposição na OEA. O governo Goulart fazia a recomendação a Cuba para que se antecipasse à proposta de resolução que seria apresentada no Conselho de Segurança da ONU e que “solicitasse ele mesmo o envio de observadores daquela organização internacional”.⁴⁹³

Assim, o ministério das Relações Exteriores instruíu ao embaixador Bastian Pinto que procurasse diretamente o primeiro-ministro cubano, Fidel Castro, para que ele tomasse conhecimento da posição do governo Goulart. O telegrama enviado pelo ministério das Relações Exteriores ainda recomendava fortemente que o diplomata brasileiro insistisse junto a Fidel Castro “sobre a grande vantagem que seria para todos os países que vêm apoiando uma posição moderada, tanto na OEA quanto fora dela” que o governo cubano concordasse com a presença dos representantes da ONU, para que acontecesse “a demonstração evidente da natureza defensiva do armamento existente”.⁴⁹⁴

Da embaixada em Oslo vinham notícias importantes para a orientação brasileira acerca das proporções que a Crise dos Mísseis vinha tomando. O embaixador Francisco D’Alamo Lousada informava que as embarcações norueguesas que iam para Cuba já

⁴⁹² Despacho telegráfico para a Embaixada em Havana. Num. 166. CONFIDENCIAL. Assunto: **Questão de Cuba no Conselho da OEA**. Data: 23 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁴⁹³ Idem.

⁴⁹⁴ Idem, *ibidem*.

não seguiram seu destino, deixando as mercadorias que iriam ser entregues na ilha em portos mexicanos.⁴⁹⁵

O diplomata brasileiro alertava ao governo brasileiro que todas as bases da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) “encontram-se em prontidão rigorosa, para receber reforço constante da força aérea norte-americana. Sabe-se que a esquadra americana do Atlântico Norte já se encontra em posição tática”.⁴⁹⁶ Aviões e navios de guerra em prontidão, próximos a URSS, definitivamente, não eram um bom sinal. A Crise dos Mísseis já estava em andamento fora do Caribe.

3.2

A resposta para John Kennedy

Na madrugada do dia 24 de outubro, o presidente João Goulart viajou para a capital do país acompanhado do ex-ministro das Relações Exteriores, Francisco San Tiago Dantas. Chegaram a Brasília as 5 horas da manhã e se dirigiram para o Palácio do Alvorada.⁴⁹⁷ Por volta das 10 horas, o presidente Goulart se dirigiu ao Congresso Nacional, não para debater a questão de Cuba com os deputados e senadores como seria esperado num regime parlamentarista, mas sim para realizar a abertura da 51ª Conferência Interparlamentar.

O encontro entre os representantes dos diferentes parlamentos mundiais, dessa feita, aconteceria no Brasil. Por capricho das circunstâncias, a abertura da Conferência se deu em meio ao desenrolar da questão de Cuba. Coube ao presidente brasileiro, desacompanhado do primeiro-ministro Hermes Lima que ficara na cidade do Rio de

⁴⁹⁵ Telegrama da Embaixada em Oslo. Num. 38. CONFIDENCIAL. URGENTE. Assunto: **Situação de Cuba**. Data: 23 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁴⁹⁶ *Idem*.

⁴⁹⁷ *O Estado de São Paulo*, 25 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

Janeiro, realizar o pronunciamento de abertura do evento, que contava com representantes de 46 países.⁴⁹⁸

Embora não tenhamos a comprovação empírica, seria muito improvável, pelo teor do pronunciamento de Goulart, que ele não tivesse sido elaborado, em alguma instância, com o auxílio de seu companheiro de viagem, o ex-ministro San Tiago Dantas.⁴⁹⁹ No breve pronunciamento realizado por Goulart, a política externa constituía seu epicentro – quando não seria este o tema mais apropriado e sim o debate das instituições e seu desenvolvimento – em razão da Crise dos Mísseis, mas também por pontos muito caros a San Tiago Dantas, como a descolonização.⁵⁰⁰

O presidente João Goulart abre os trabalhos da Conferência Interparlamentar desejando as boas-vindas do governo brasileiro aos parlamentares presentes e expressando a honraria que representa para o povo brasileiro a presença em Brasília dos membros dessa reunião. Introduzindo o tema da Crise dos Mísseis, o presidente brasileiro, talvez sem avaliar em profundidade sua inconveniência em pautar o encontro, destaca a “finalidade de debater problemas da mais alta significação para as relações internacionais e para o entendimento entre os povos do mundo” como o propósito da conferência, pois “reúne-se esta Conferência numa hora cuja gravidade histórica não podia ser prevista no instante em que ela foi convocada”.⁵⁰¹

O presidente do Brasil, como em oportunidades anteriores, portanto, sem mudar, ao menos publicamente, o teor de suas palavras, expressava o compromisso da Política Externa Independente com a preservação da paz. Ia mais longe: afirmava ser esse o compromisso de seu governo e da opinião pública brasileira.⁵⁰² Contrariava, assim, o desejo do presidente John Kennedy, que em carta analisada anteriormente, pretendia que o presidente brasileiro expressasse em público o sentimento do povo brasileiro em

⁴⁹⁸ Discurso na sessão de instalação da LI Conferência Interparlamentar. In: MARCELINO, Wanielle Brito (org.). **Discursos Selecionados do Presidente João Goulart**. Brasília: FUNAG, 2009.

⁴⁹⁹ Posteriormente, ao tratarmos da carta que Goulart enviou a Kennedy, faremos menção ao depoimento concedido a nós pelo líder do PTB na Câmara dos Deputados, Almino Affonso. Por enquanto, cabe adiantar que Affonso destaca a participação de San Tiago Dantas na elaboração da carta para o presidente estadunidense.

⁵⁰⁰ Para compreender melhor a relação da PEI com a descolonização ver o trabalho de Vicente Barreto. BARRETO, Vicente Costa Pithon. **Política Externa Independente (1961-1964): o Parlamento e o caso do colonialismo português na África**. 105 f. Brasília: UNB, 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

⁵⁰¹ Discurso na sessão de instalação da LI Conferência Interparlamentar. In: MARCELINO, Wanielle Brito (org.). **Discursos Selecionados do Presidente João Goulart**. Brasília: FUNAG, 2009, p. 51.

⁵⁰² Idem.

acordo com a posição defendida pelo presidente estadunidense na noite do dia 22. Em sua posição de defesa da paz, a independência parecia estar mantida. Em um evento de grande cobertura pela imprensa, o presidente Goulart parecia seguir a orientação de independência de sua política externa.

Ainda tentando pautar a Conferência Interparlamentar, o presidente brasileiro fazia menção a capacidade estratégica das armas nucleares e que elas poderiam comprometer “não só o futuro biológico da espécie, mas a própria sobrevivência das categorias morais e das instituições políticas que os parlamentares aqui reunidos representam”. Por isso, Goulart dizia acreditar não ser exagero afirmar que os próprios fatos colocavam o exame da situação internacional com que se defrontavam como o ponto principal da agenda da conferência, cabendo aos membros participantes “o encargo do exame sereno da situação com que nos defrontamos e do esforço decidido para chamar os povos, e sobretudo os seus dirigentes, ao dever da coexistência, que é condição essencial e imperativa da preservação da paz”.⁵⁰³ Talvez fosse a influência de San Tiago Dantas, talvez fosse o desejo genuíno de Goulart, talvez, ainda, fosse parte de uma tática política do presidente brasileiro; seja qual for a explicação mais apropriada, o pronunciamento de Goulart aos dirigentes dos países ali representados a respeito da coexistência, definitivamente, não era o que o governo dos EUA esperava.

No entanto, como era habitual ao presidente brasileiro nesses momentos de maior tensão, logo após se referir a importância dos dirigentes políticos, ele nuançava sua observação, fazendo valer que nas circunstâncias atuais “compete não apenas aos governantes, mas a todos os cidadãos, concentrar seus esforços” para evitar uma guerra catastrófica com o emprego de armas nucleares, a qual “não apresentaria nem vencidos nem vencedores”.⁵⁰⁴ Mais uma vez, a ambivalência das palavras do presidente João Goulart procuravam amenizar sua posição. Ao que parece, ele não pretendia, seja pela razão que for, endossar o posicionamento do governo estadunidense; contudo, procurava, em muitas ocasiões, atenuar suas divergências com a superpotência ocidental.

Nessa estratégia de avanços e recuos, o presidente brasileiro procurava, via de regra, uma solução negociada, uma saída pela conciliação. No caso desse

⁵⁰³ Discurso na sessão de instalação da LI Conferência Interparlamentar. In: MARCELINO, Wanielle Brito (org.). **Discursos Selecionados do Presidente João Goulart**. Brasília: FUNAG, 2009, p. 52.

⁵⁰⁴ Idem.

pronunciamento, essa solução passava pela analogia da convivência entre representantes de países com ideologias distintas na Conferência Interparlamentar com a coexistência pacífica, pois “se isso acontece entre pessoas, é lícito esperar que o mesmo suceda entre nações”.⁵⁰⁵

Desse modo, o presidente João Goulart estabelece a busca pela paz como, também, uma forma de coexistência. Porém, não somente a coexistência como conceito do mundo internacional, mas a capacidade de coexistir através da tolerância, inclusive, entre elementos opostos.

A política externa exprime, de modo muito sensível, os sentimentos, as forças e os valores que orientam e definem a política interna. Se prevalecerem no plano interno propósitos de entendimento, se nele predominar o anseio da conciliação entre as liberdades públicas e a justiça social, se a política interna se inspirar no respeito à liberdade de opinião e à ordem jurídica, em que se ampara e dignifica a pessoa humana, então a política externa, inspirada por propósitos semelhantes, poderá consolidar a paz, que é a condição indispensável à sobrevivência de todos os povos.⁵⁰⁶

É a busca pela superação dos extremismos, algo tão caro a doutrina trabalhista, que o presidente brasileiro procurava destacar.⁵⁰⁷ Além disso, procurava, de forma muito sutil, insinuar que se algum país – talvez os EUA, mas não pretendemos ser categóricos – não desejava o esforço pela paz, era porque, em sua política interna, também não envidava esforços nesse sentido.

No que se diferenciava o Brasil. Ao menos na retórica do presidente João Goulart. Para ele, a busca pela paz na esfera internacional, pugnada pelo Brasil, seria a tradução dos ideais que norteavam a vida nacional. E, como recorrentemente a

⁵⁰⁵ Discurso na sessão de instalação da LI Conferência Interparlamentar. In: MARCELINO, Wanielle Brito (org.). **Discursos Selecionados do Presidente João Goulart**. Brasília: FUNAG, 2009, p. 52.

⁵⁰⁶ Idem.

⁵⁰⁷ GOMES, Angela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. São Paulo: Marco Zero, 1989; FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular – 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; ONOFRE, Gabriel da Fonseca. **Em busca da esquerda esquecida: San Tiago Dantas e a Frente Progressista**. 157 f. Rio de Janeiro: FGV, 2012. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.

estratégia de avanços e recuos protagonizada pelo presidente brasileiro se desenvolvia, entre esses ideais havia destaque para “a fidelidade à forma de governo democrático-representativa” e a busca pelas “reformas sociais, com pleno respeito às liberdades individuais” como forma defensiva do governo para, de antemão, diferenciá-lo de outros governos, como, por exemplo, o cubano – e dessa vez, nesse procedimento defensivo, chama a atenção a não utilização da caracterização do governo como ligado a Igreja Católica, no objetivo de diferenciar-se dos comunistas ateus.⁵⁰⁸ A novidade, todavia, estava nos aspectos progressistas da estratégia: pela primeira vez, o presidente brasileiro se reportava ao “valor que emprestamos ao fato de ser a nossa uma sociedade multirracial, sem conflitos nem tensões daí decorrentes”: é muito difícil não relacionar, em uma avaliação mais detida e panorâmica, dos eventos ocorridos naquele momento nos EUA, em razão do triste episódio de Meredith no Mississippi.⁵⁰⁹ E, na conjuntura da votação da resolução preparada pelos Estados Unidos e apresentada e votada no dia anterior na OEA, o presidente Goulart parecia pretender ser enfático ao afirmar ser “nossa tradição internacional de defesa de meios jurídicos e de repulsa à violência para a solução das divergências entre os Estados”,⁵¹⁰ ponto que, em nossa análise, demonstra toda a importância da influência do ex-ministro San Tiago Dantas na preparação do pronunciamento de Goulart. Acaso não fora o ponto alto da Política Externa Independente a participação na VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, quando Dantas pretendeu utilizar os meios jurídicos todos disponíveis para evitar uma decisão de força contra Cuba? E que lhe rendeu grande aceitação na opinião pública progressista nacional, sendo o estopim de sua indicação para primeiro-ministro.⁵¹¹ Porém, a situação relacionada a Cuba era diferente nesse momento. De janeiro para outubro, o país de Fidel Castro tinha permitido o ingresso de armas de potências extra-continenciais, o que violava o TIAR.

⁵⁰⁸ E em uma análise mais dilatada, seria, talvez, possível a busca de uma associação com o presidente John Kennedy, o primeiro e único presidente católico dos EUA na História.

⁵⁰⁹ James Meredith foi o primeiro negro a se matricular na Universidade do Mississippi. Houve grande reação dos setores racistas da sociedade estadunidense, o que quase acabou levando a situação a um desfecho violento. TALBOT, David. **Irmãos: a História por trás do assassinato dos Kennedy**. São Paulo: Benvirá, 2013, p. 226-241.

⁵¹⁰ Discurso na sessão de instalação da LI Conferência Interparlamentar. In: MARCELINO, Wanielle Brito (org.). **Discursos Selecionados do Presidente João Goulart**. Brasília: FUNAG, 2009, p. 52.

⁵¹¹ Publicação do MRE traz ampla gama de reportagens sobre a posição brasileira em Punta del Este. BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **O Brasil em Punta del Este: Oitava Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas**. Rio de Janeiro: Seção de Publicações do MRE, 1962, p. 181-277.

Em seu pronunciamento, o presidente Goulart tocava também no ponto que se sentia mais à vontade quando de análise de relações internacionais: a deterioração dos termos de troca.

É chegado o momento de reconhecermos que a queda permanente dos preços dos produtos primários, fixados pelos países consumidores, e a elevação paralela dos preços dos equipamentos e manufaturas geram um processo de empobrecimento contínuo das economias mais débeis, em proveito das economias mais fortes, anulando em larga escala os benefícios da cooperação financeira internacional.⁵¹²

Para o presidente brasileiro, uma das formas de superação do subdesenvolvimento do país, além das reformas de base, era o reconhecimento das teses da CEPAL nos fóruns internacionais. O que o motivava a aproveitar esse espaço para ampliar a discussão, além de responder aos países capitalistas centrais que apenas o empréstimo limitado de capital não era suficiente, senão para momentânea e artificialmente sanear as contas públicas, para por fim as desigualdades extremas entre os países advindas da exploração do comércio internacional.⁵¹³ Ao que o presidente brasileiro, mais uma vez em acordo com a Política Externa Independente, aproveitava para criticar “a mancha do colonialismo que deve imediatamente ser apagada da civilização”⁵¹⁴.

Finalizando seu pronunciamento, o presidente João Goulart procurava costurar os temas apresentados por ele – defesa da paz, luta pelo desenvolvimento, descolonização – exaltando a aniversariante do dia:

Devo aqui recordar que a Organização das Nações Unidas, que hoje celebra seu 17º aniversário, consagrou à década do desenvolvimento os anos que medeiam entre 1960 e 1970. Façamos votos pela prosperidade dessa Organização, voltada para a defesa da paz. A ela renovamos nossa fidelidade e nossa confiança.⁵¹⁵

⁵¹² Discurso na sessão de instalação da LI Conferência Interparlamentar. In: MARCELINO, Wanielle Brito (org.). **Discursos Selecionados do Presidente João Goulart**. Brasília: FUNAG, 2009, p. 53.

⁵¹³ Um de seus assessores mais próximos naquele momento, Celso Furtado, teve importante papel nas reflexões da CEPAL. MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano de (orgs.). **O Brasil de João Goulart: um projeto de nação**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2006, 20-21.

⁵¹⁴ Discurso na sessão de instalação da LI Conferência Interparlamentar. In: MARCELINO, Wanielle Brito (org.). **Discursos Selecionados do Presidente João Goulart**. Brasília: FUNAG, 2009, p. 53.

⁵¹⁵ Idem. Havia outra aniversariante, um pouco mais velha, naquele dia também, comemorando 45 anos. Mas, definitivamente, não seria oportuno para o governo Goulart celebrá-la.

Do Congresso Nacional o presidente foi à Goiânia, para a instalação da Comissão Interestadual dos Vales do Araguaia e do Tocantins, voltando a Brasília por volta das 14h.⁵¹⁶ Goulart foi diretamente para o Palácio da Alvorada, onde, de acordo com depoimento de Almino Affonso, o estavam esperando Evandro Lins e Silva, Antônio Balbino, Albino Silva, San Tiago Dantas e o próprio Almino Affonso para se encontrarem com ele. Questionado por nós a respeito de lembrar dessa reunião, Almino Affonso afirmou: “me lembro demais.”⁵¹⁷

Almino Affonso procura dimensionar o que cada uma daquelas pessoas representava para estar reunida com o presidente para discutir assunto de tal gravidade. Evandro Lins e Silva era o procurador-geral da República⁵¹⁸; o general Albino Silva era o chefe da Casa Militar; Antonio Balbino era consultor-geral da República e ele próprio, Almino Affonso, era o líder do PTB na Câmara dos Deputados.⁵¹⁹

Em seu depoimento, Almino Affonso destaca que raras eram as ocasiões nas quais o presidente Goulart realizava reuniões no Palácio da Alvorada, o que colabora para suas lembranças daquele episódio. Ao ser questionado sobre a razão da presença de San Tiago Dantas na reunião, Affonso lembrou que ele “era o grande San Tiago” e que “tinha sido indicado por Jânio Quadros para representar o Brasil na ONU”, e estava ali “pelo que ele era. Não precisava de títulos para estar. Era um homem de pensamento, um jurista, e já tinha sido ministro das Relações Exteriores” e era alguém em quem Goulart depositava grande admiração intelectual: “ele chamava o San Tiago, o presidente chamava o San Tiago de professor. Não chamava ministro, chamava professor. O presidente tinha por ele realmente um grande respeito”,⁵²⁰ que acabava levando-o a desempenhar um papel de conselheiro para o presidente.⁵²¹

⁵¹⁶ *O Estado de São Paulo*, 25 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

⁵¹⁷ Depoimento de Almino Affonso a Charles Sidarta Machado Domingos. 27 de agosto de 2013. São Paulo/ SP. Foi a partir do contato com o livro *Raízes do Golpe*, que tomamos conhecimento dessa reunião. Posteriormente, houve a oportunidade de tomar o depoimento do ex-deputado Almino Affonso, a quem muito agradecemos pela boa acolhida nos proporcionada. Confrontando a data da reunião expressa no livro com outros vestígios, percebemos que ela não ocorreu no dia 23 de outubro como descrito no livro mas sim no dia 24 de outubro. AFFONSO, Almino. **Raízes do Golpe: da crise da Legalidade ao Parlamentarismo (1961-1963)**. São Paulo: Marco Zero, 1988, p. 73.

⁵¹⁸ No ano seguinte desempenhou por volta de dois meses o cargo de ministro das Relações Exteriores

⁵¹⁹ Depoimento de Almino Affonso a Charles Sidarta Machado Domingos. 27 de agosto de 2013. São Paulo/ SP.

⁵²⁰ Idem.

⁵²¹ Embora longe de ser fator determinante para essa participação, convém lembrar que Dantas fora eleito deputado federal pelo PTB de Minas Gerais no início do mês de outubro – e que já tinha sido eleito deputado federal na eleição de 03 de outubro de 1958, tendo renunciado para assumir o comando da

Almino Affonso afirma que Jango chegara ligeiramente atrasado naquela reunião que se realizava no período da tarde. E que, ao chegar, comunicava ter recebido uma carta do presidente John Kennedy:

cuja a gravidade ele considerava tal, que antes de respondê-la estava querendo ouvir a opinião dos que estávamos ali. A carta foi lida, não me recordo por quem. Tenho a impressão que pelo... pelo... Evandro Lins e Silva. Ele abre a carta e começa a coisa. De imediato Jango, antes de fazer análises maiores, defende as duas teses básicas. A da não-intervenção e da autodeterminação dos povos. E nos mostra... é... papéis escritos, não é? Em que ele já tinha escrito essas formulações de maneira um pouco mais aligeirada.⁵²²

É possível que o ex-líder do PTB na Câmara dos Deputados tenha visto os papéis nos quais tivesse sido escrito o pronunciamento realizado pelo presidente dois dias antes, quando da solenidade no Itamaraty a qual nos reportamos anteriormente. Ou os papéis nos quais tivesse sido escrito o pronunciamento realizado pelo presidente naquela, preparados para a 51ª Conferência Interparlamentar. Embora não tenhamos tido acesso a esses papéis que Goulart trouxe para a reunião da tarde – não estão no Arquivo Nacional, nem no Itamaraty, tampouco Almino Affonso os preservou – parece muito consistente a hipótese de que eles tenham sido escritos por San Tiago Dantas. Os dois pronunciamentos – e a resposta à carta de Kennedy, como veremos a seguir – enfatizam a defesa da paz e os princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos, pedras angulares da Política Externa Independente.⁵²³

O ex-deputado petebista relembra a discussão realizada pelos presentes na composição da resposta a ser enviada ao presidente dos Estados Unidos. E enfatiza o caráter da importância da ação empreendida pelos participantes:

Mas vejamos então. Esta reunião... é... é... A partir daí enfim, cada um opina, cada um opina, tava muito, muito claro que isso não era uma carta qualquer. Estávamos diante de um fato histórico! Do qual eu me orgulho muito de ter participado com 32 anos. Um quadro histórico, não é? E com... com... com

delegação brasileira na ONU pouco antes da renúncia de Jânio Quadros, o que não aconteceu e, rapidamente, foi escolhido para ministro das Relações Exteriores do primeiro gabinete parlamentarista, em 07 de setembro de 1961.

⁵²² Depoimento de Almino Affonso a Charles Sidarta Machado Domingos. 27 de agosto de 2013. São Paulo/ SP.

⁵²³ Ver a citação da síntese realizada por San Tiago Dantas sobre a PEI na introdução desse trabalho, referenciada pela nota de rodapé número 9.

um confronto que seria trágico se eventualmente fosse levada adiante, não é?⁵²⁴

Durante as discussões, ao que parece, o ex-ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, alertava ser importante mostrar a boa-vontade do Brasil na busca de solução para a questão de Cuba. Assim, “antes do problema da redação da carta, um dado que acho que foi San Tiago, acho... Que é, como é que eu te diria... Uma espécie de compensação. Enquanto a carta negava-se a qualquer atitude militar, e portanto agressão a Cuba, criticava a... a como é que eu diria, a presença de armas de caráter ofensivo”.⁵²⁵

A ideia de San Tiago, e pelo visto aprovada pelo presidente Goulart e demais membros da reunião, era se opôr a invasão de Cuba e ao mesmo tempo condenar a existência de armas de caráter ofensivo no país de Fidel Castro.

O fato de defender a autodeterminação não impede que discordemos de qualquer política que leve a um caráter militarista é... ofensiva, etc, etc., portanto criticou e terminava, ai é o lado vamos chamar da compensação, do Brasil se oferecendo aos Estados Unidos e a Cuba para cumprir um papel de mediação para evitar qualquer conflito nesse respeito.⁵²⁶

Além disso, San Tiago Dantas também entendia que a correspondência enviada por Kennedy não tinha uma linguagem apropriada. Parecia muito mais uma ordem do que um pedido de auxílio. E na concepção dominante na reunião, o governo brasileiro não poderia se sujeitar àqueles termos: “me lembro muito claramente, a insistência do San Tiago em fazer sentir... É... é... que o presidente tinha sido grosseiro, o Kennedy. A forma da carta era uma forma como se fosse impositiva, não é dizer... era um convite... era muito mais que um convite, era uma coisa... venha, você tem que vir!”⁵²⁷

⁵²⁴ Depoimento de Almino Affonso a Charles Sidarta Machado Domingos. 27 de agosto de 2013. São Paulo/ SP.

⁵²⁵ Idem.

⁵²⁶ Idem, ibidem. Contudo, a carta enviada ao presidente Kennedy não menciona, explicitamente, a oferta de mediação por parte do governo brasileiro. O mais próximo que ela chega disso acontece quando se refere: “para tudo que possa significar esforço de preservação da paz, sem quebra do respeito à soberania dos povos, pode Vossa Excelência contar com a colaboração sincera do governo e do povo do Brasil”. Carta enviada para o presidente dos Estados Unidos, John Kennedy. Brasília, 24 de outubro de 1962. ARQUIVO SAN TIAGO DANTAS (AP47), Caixa 36, pacotilha 3. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro/RJ.

⁵²⁷ Depoimento de Almino Affonso a Charles Sidarta Machado Domingos. 27 de agosto de 2013. São Paulo/ SP.

Nessas condições, de acordo com Almino Affonso, o ex-ministro das Relações Exteriores teria escrito a versão final da carta endereçada a Kennedy.

De logo a grande presença é San Tiago Dantas. Analítica, etc., etc., etc. Depois de uma tarde inteira, sei lá quantas horas de reunião, o presidente pede ao San Tiago que redija a carta. San Tiago se retira, vai para a biblioteca lá do Palácio da Alvorada, e lá fica a redigir a carta. Bom, é... San Tiago vai, volta com a carta elaborada, há um diálogo e a carta é aprovada. Uma vez aprovada, Sant Tiago, presidente a... Rapaz até que isso me emociona, você acredita? É natural, né?⁵²⁸

Com isso, o presidente Goulart voltava as 20h30min para a cidade do Rio de Janeiro. Em sua companhia, estava Raul Ryff, secretário de Imprensa que, ao chegar ao Rio de Janeiro, procurou o embaixador dos EUA, Lincoln Gordon, para que esse fizesse a correspondência chegar a seu destinatário na Casa Branca.⁵²⁹

A carta assinada pelo presidente brasileiro consistia em seis páginas datilografadas, datada de 24 de outubro de 1962 e destinada ao presidente John Kennedy.⁵³⁰ Nessa correspondência, o presidente João Goulart informava ter recebido a carta de Kennedy, e ter meditado com atenção a respeito das informações acerca da presença de armas nucleares de caráter ofensivo instaladas em Cuba, bem como dava ciência ao presidente estadunidense estar a par da solicitação de apoio do Brasil a posição dos EUA no Conselho da OEA e no Conselho de Segurança da ONU.

Escrevia o presidente brasileiro que, naquele momento, o presidente Kennedy já estava informado do pronunciamento do delegado brasileiro na OEA. Mesmo assim, o presidente Goulart manifestava “com a franqueza e sinceridade a que não apenas me autorizam, mas me obrigam, pelo meu apreço pessoal por V. Ex. e a tradicional amizade entre os nossos povos” a realizar algumas considerações tanto sobre “a posição

⁵²⁸ Depoimento de Almino Affonso a Charles Sidarta Machado Domingos. 27 de agosto de 2013. São Paulo/ SP.

⁵²⁹ Idem.

⁵³⁰ Carta enviada para o presidente dos Estados Unidos, John Kennedy. Brasília, 24 de outubro de 1962. ARQUIVO SAN TIAGO DANTAS (AP47), Caixa 36, pacotilha 3. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro/ RJ.

brasileira em face do caso de Cuba, como sobre os rumos que recentemente vem prevalecendo nas decisões da OEA.”⁵³¹

Procurava utilizar o presidente Goulart da proximidade que queria desenvolver com o presidente Kennedy, em especial desde sua visita de abril aos EUA. Diferentemente da carta de Kennedy que era impessoal, Goulart pretendia que a carta tivesse um caráter o mais pessoal possível. Desse modo, como de hábito em sua estratégia de avanços e recuos, enaltecia a “fidelidade inalterável do Brasil aos princípios democráticos e aos ideais da civilização ocidental” como defesa frente a possíveis interpretações, por parte do governo estadunidense, de defesa do governo de Fidel Castro. E ia mais além: evocava ao fato de o Brasil e os Estados Unidos já terem combatido “lado a lado em duas guerras mundiais, que nos custaram o sacrifício de inúmeras vidas” como forma de sedimentar a boa relação entre os dois países, portadores “de sentimentos democráticos”.⁵³²

Preparando o terreno para uma posição mais independente, o presidente Goulart buscava associar o desenvolvimento da democracia com o sentimento de responsabilidade internacional, que levaria o Brasil a “participar dos acontecimentos e problemas não apenas regionais, mas mundiais, para nos situarmos em face deles à luz dos nossos interesses nacionais e dos ditames de nossa opinião pública”.⁵³³ De forma muito sutil, o presidente Goulart procurava defender a autonomia dos interesses nacionais brasileiros e de sua opinião pública. Para tanto, citava trecho de seu pronunciamento no Congresso dos EUA, em 04 de abril – época em que San Tiago Dantas era ministro das Relações Exteriores e esteve acompanhando Goulart na visita à terra de John Kennedy:

“a ação internacional do Brasil não responde a outro objetivo senão o de favorecer, por todos os meios ao nosso alcance, a preservação e fortalecimento da paz. Acreditamos que o conflito ideológico entre o Ocidente e o Oriente não poderá e não deverá ser resolvido militarmente, pois de uma guerra nuclear, se salvássemos a nossa vida, não lograríamos salvar, quer vencêssemos, quer fôssemos vencidos, a nossa razão de viver. O fim da perigosa emulação armamentista tem de ser encontrado através da

⁵³¹ Carta enviada para o presidente dos Estados Unidos, John Kennedy. Brasília, 24 de outubro de 1962, p. 1. ARQUIVO SAN TIAGO DANTAS (AP47), Caixa 36, pacotilha 3. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro/ RJ.

⁵³² Idem, p. 1-2.

⁵³³ Idem, p. 2.

convivência e da negociação. O Brasil entende que a convivência entre o mundo democrático e o mundo socialista poderá ser benéfico ao conhecimento e à integração das experiências comuns, e temos a esperança de que esses contactos evidenciem que a democracia representativa é a mais perfeita das formas de governo e é a mais compatível com a proteção ao homem e a preservação de sua liberdade”.⁵³⁴

A referência a preservação da paz e a coexistência eram pontos basilares da Política Externa Independente, conforme enunciado por San Tiago Dantas. A menção a que os conflitos, em uma era nuclear, *não poderiam nem deveriam ser resolvidos militarmente*, constitui, ainda, além da expressão de uma advertência, o fortalecimento do princípio de não-intervenção da PEI. Por isso, é imprescindível chamar a atenção de que defesa da paz, manutenção da coexistência, não-intervenção e que em uma guerra nuclear não haverá vencedores nem vencidos – todos itens presentes no pronunciamento realizado em abril no Congresso dos EUA – estavam presentes também quando do pronunciamento do presidente Goulart antes da Crise dos Mísseis na cerimônia no Itamaraty e depois de ter sido notificado da crise na sessão de abertura da Conferência Interparlamentar. O fato de San Tiago Dantas ter sido o ministro das Relações Exteriores quando da visita aos EUA, em abril, nos autoriza a afirmar ter sido ele o autor do pronunciamento de Goulart no Congresso dos EUA e torna muito forte os indícios de sua participação na redação dos pronunciamentos do dia 22 e do dia 24, ainda mais quando, como visto anteriormente, o próprio Dantas redigiu a correspondência em questão.

O tom da carta acaba subindo, quando o presidente brasileiro se refere aos princípios de autodeterminação dos povos, outro dos princípios fundamentais da Política Externa Independente. Ultrapassando os motivos essencialmente jurídicos, o presidente brasileiro não deixa de alertar o presidente dos EUA para o valor que o Brasil dá a autodeterminação.

A defesa do princípio de auto-determinação dos povos, em sua máxima amplitude, tornou-se o ponto crucial da política externa do Brasil, não apenas por motivos de ordem jurídica, mas por nele vermos o requisito indispensável

⁵³⁴ Carta enviada para o presidente dos Estados Unidos, John Kennedy. Brasília, 24 de outubro de 1962, p. 2-3. ARQUIVO SAN TIAGO DANTAS (AP47), Caixa 36, pacotilha 3. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro/ RJ.

á preservação da independência e das condições próprias sob as quais se processa a evolução de cada povo.⁵³⁵

O presidente Goulart parece avançar mais do que pretendia, inclusive, em termos de manifestar sua independência, ao se reportar a defesa da não-intervenção e aos eventos da VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos como uma insurgência do governo brasileiro.

É, pois compreensível, que repugne profundamente à consciência do povo brasileiro qualquer forma de intervenção num Estado americano inspirada na alegação de incompatibilidade com o seu regime político, para lhe impor a prática do sistema representativo por meios coercitivos externos, que lhe tirem o cunho democrático e a validade. Por isso o Brasil se **insurgiu** na VIII Consulta de Chanceleres Americanos contra a imposição de sanções ao regime cubano, tanto mais que não eram alegados então, como só agora veio a suceder, fatos concretos em que se pudesse prefigurar a eventualidade plausível de um ataque armado.⁵³⁶

E as insatisfações do governo brasileiro também eram endereçadas a OEA. O presidente brasileiro fez questão de ressaltar que, se tivessem seguido a sugestão do seu governo, nada disso estaria acontecendo.

Ainda agora, entretanto, sr. Presidente, não escondo a V. Ex. a minha apreensão e a insatisfação do povo brasileiro pelo modo por que foi pleiteada e alcançada a decisão do Conselho da OEA, sem que se tivesse preliminarmente realizado, ou pelo menos deliberado, uma investigação **in loco**, e sem que se tivesse tentado através de uma negociação, como a que propusemos em fevereiro do corrente ano, o desarmamento de Cuba com a garantia recíproca de não invasão.⁵³⁷

Trazia, também, uma resposta direta a solicitação de Kennedy para que o governo brasileiro autorizasse os seus militares a compor com os militares estadunidenses:

Receio que nos tenhamos abeirado sem necessidade de um risco que o povo brasileiro teme tanto como o norte-americano: o da guerra nuclear. E é na atuação de V. Ex. , no seu espírito declaradamente pacifista, que depositamos a esperança de que não sejam usadas contra Cuba medidas militares capazes

⁵³⁵ Carta enviada para o presidente dos Estados Unidos, John Kennedy. Brasília, 24 de outubro de 1962, p. 3. ARQUIVO SAN TIAGO DANTAS (AP47), Caixa 36, pacotilha 3. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro/ RJ.

⁵³⁶ Idem.

⁵³⁷ Idem, ibidem.

de agravar o risco já desmedido da presente situação. Para tudo que possa significar esforço de preservação da paz, sem quebra do respeito à soberania dos povos, pode V. Ex. contar com a colaboração sincera do governo e do povo do Brasil.⁵³⁸

Além de negar a participação das forças militares brasileiras em medidas tidas como agressivas ao governo cubano, o presidente brasileiro expressou ante a Kennedy seu descontentamento a respeito da “tendência para transformar a OEA num bloco ideológico intransigente” no qual as “suas decisões vem perdendo autoridade” a medida em que são tomadas “por maioria mecânica, com injustificável precipitação”.⁵³⁹

Goulart destaca ainda a John Kennedy que considerava “abusiva” a forma como estava sendo aplicado a 2ª Resolução da VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores – que previa os trabalhos da comissão consultiva especial de segurança contra a ação subversiva do comunismo internacional – em razão de a aludida resolução não autorizar a “OEA a encomendar investigações sobre a situação interna de nenhum país” e que isso significaria intromissão indevida nos assuntos internos, ferindo o princípio de autodeterminação dos povos.⁵⁴⁰ No que o presidente brasileiro acrescentava a recente criação do Colégio Interamericano de Defesa – inaugurado no dia 9 de outubro, em cerimônia presidida pelo secretário-geral da OEA José Mora e pelo secretário do departamento de Estado, Dean Rusk⁵⁴¹ – “órgão que não pode merecer senão a nossa simpatia e cooperação, desde que se limite a apreciar problemas técnicos e de segurança externa” mas que não deve se ocupar “de problemas de segurança interna” dos países do continente, pois esses assuntos são “de competência privativa dos Estados sobre os quais convém que os militares recebam uma formação e orientação puramente nacionais”.⁵⁴²

Procurando abrandar um pouco o teor da carta, embora ainda persistindo em sua crítica às formas pelas quais a OEA vem se posicionando, o presidente João Goulart

⁵³⁸ Carta enviada para o presidente dos Estados Unidos, John Kennedy. Brasília, 24 de outubro de 1962, p. 4. ARQUIVO SAN TIAGO DANTAS (AP47), Caixa 36, pacotilha 3. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro/ RJ

⁵³⁹ Idem.

⁵⁴⁰ Idem, p. 4-5.

⁵⁴¹ *O Estado de São Paulo*, 9 de outubro de 1962, capa. BSF. Brasília/DF.

⁵⁴² Carta enviada para o presidente dos Estados Unidos, John Kennedy. Brasília, 24 de outubro de 1962, p. 4-5. ARQUIVO SAN TIAGO DANTAS (AP47), Caixa 36, pacotilha 3. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro/ RJ.

reafirma os princípios democráticos brasileiros, bem como condena o comunismo internacional, dentro de sua estratégia de evitar ser confundido com um defensor do regime cubano. Todavia, destaca o compromisso consonante a seu projeto nacional-reformista de evolução democrática e os obstáculos que ele enfrenta, associando seus adversários que pregam o anticomunismo a interesses antidemocráticos. E ressalta, certamente em razão do caráter da carta do presidente dos EUA que solicitava o apoio da opinião pública brasileira, que se a Organização dos Estados Americanos não corrigir seus rumos, ela poderá perder o apoio da opinião pública latino-americana.

Estou certo que V. Ex. compreenderá as razões de minha apreensão. O Brasil é um país democrático, em que povo e governo condenam e repelem o comunismo internacional, mas onde se fazem sentir ainda perigosas pressões reacionárias, que procuram sob o disfarce do anti-comunismo defender posições sociais e privilégios econômicos, contrariando desse modo o próprio processo democrático de nossa evolução. Acredito que o mesmo se passa em outros países latino-americanos. E nada seria mais perigoso que ver-se a OEA ser transformada em sua índole e no papel que até aqui desempenhou, para passar a servir a fins ao mesmo tempo anti-comunistas e antidemocráticos, divorciando-se da opinião pública latino-americana.⁵⁴³

A carta enviada por Goulart, e escrita por San Tiago Dantas a partir dos debates da reunião no Palácio da Alvorada, ao presidente John Kennedy era bastante dura. Certamente mais dura do que qualquer pronunciamento público de Goulart sobre a Crise dos Mísseis. E cumpre destacar que ela não foi tornada pública durante todo o seu governo, talvez na tentativa de buscar soluções para os problemas brasileiros a partir de uma relação pessoal entre os dois presidentes, pois assim a carta se encerrava, na expectativa na viagem que o presidente dos EUA faria ao Brasil a partir de 12 de novembro:

antecipo a V. Ex. estas considerações, que espero ter a oportunidade de desenvolver pessoalmente, quando tivermos o prazer de receber no Brasil a visita de V. Ex. Pode V. Ex. ter a certeza de que o povo brasileiro tem pela sua pessoa e pela Sra. Kennedy a mais profunda simpatia, e que o Brasil tributará ao Presidente dos Estados Unidos homenagens as mais sinceras, como corresponde aos sentimentos da nação. A Sra. Goulart e eu aguardamos

⁵⁴³ Carta enviada para o presidente dos Estados Unidos, John Kennedy. Brasília, 24 de outubro de 1962, p. 5. ARQUIVO SAN TIAGO DANTAS (AP47), Caixa 36, pacotilha 3. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro/ RJ

com especial satisfação o dia de sua chegada, e é com a firme certeza de que nos encontraremos num mundo de paz, que lhe dou as boas vindas.⁵⁴⁴

Por coincidência, nesse dia 24 de outubro a Organização das Nações Unidas completava 17 anos de existência. Fundada no imediato pós-guerra, a ONU contava naquela época com grande prestígio entre os povos e nações que ainda tinham muito presente as lembranças da Segunda Guerra Mundial. A partir de 1960 – considerado o ano africano em razão das múltiplas independências de países daquele continente – a Organização das Nações Unidas praticamente dobrava seu número de membros, o que lhe conferia, a despeito de uma preponderância dos países com assento permanente em seu Conselho de Segurança, um caráter de diversidade muito presente entre seus quadros, o que também contribuía para a afirmação do respeito que a ONU recebia por parte dos povos que a compunham. E no Brasil isso não era diferente, mesmo com a grande polarização política existente no país.

O ministério das Relações Exteriores, em face da questão de Cuba, divulgava uma nota em alusão a importância da data do dia para as Nações Unidas, destacando que sua criação foi realizada pelos povos “saídos da maior guerra da história, [que] ansiavam pela cooperação conjunta salvar as futuras gerações da destruição, da pobreza e da opressão”.⁵⁴⁵

O ministério comandado por Hermes Lima destacava o contexto no qual a ONU fora criada, sua centralidade nos esforços pela paz e os princípios sobre os quais ela foi erigida:

Criadas antes ainda de que se tivesse plena consciência das consequências estratégicas e políticas da energia nuclear e em momento em que muito se esperava da cooperação entre as potências mais poderosas, as Nações Unidas tem conseguido manter-se, ante condições novas e menos propícias, como o principal centro de harmonização dos esforços mundiais pela paz. Os princípios e objetivos expressados em sua carta fundamental, o repúdio ao emprego da força nas relações internacionais, a obrigatoriedade da solução pacífica de controvérsias, a autodeterminação dos povos e a não-intervenção, a cooperação econômica e social, a promoção ao respeito pelos direitos do homem, a codificação e o desenvolvimento do direito internacional, oferecem

⁵⁴⁴ Carta enviada para o presidente dos Estados Unidos, John Kennedy. Brasília, 24 de outubro de 1962, p. 5-6. ARQUIVO SAN TIAGO DANTAS (AP47), Caixa 36, pacotilha 3. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro/ RJ.

⁵⁴⁵ *O Estado de São Paulo*, 24 de outubro de 1962, p. 5. BSF. Brasília/DF.

o único caminho possível para a convivência internacional, indispensável hoje à própria sobrevivência da espécie.⁵⁴⁶

Ao dar destaque aos princípios fundamentais da Organização das Nações Unidas, utilizando para tanto a data de aniversário de sua criação, o ministro Hermes Lima procurava fortalecer a posição do governo brasileiro, bem como da Política Externa Independente. Enfatizando princípios como o *repúdio ao emprego da força nas relações internacionais*, a *obrigatoriedade da solução pacífica de controvérsias*, a *autodeterminação dos povos e a não-intervenção*, o governo nacional-reformista de João Goulart buscava legitimar, frente a opinião pública nacional, suas ações relacionadas com a crise dos mísseis. E, para que não houvesse dúvidas perante a população, o comunicado do ministério das Relações Exteriores explicitava seus objetivos de associar, ou melhor, coincidir, suas ações com os princípios da ONU em seu encerramento:

O povo e o governo do Brasil, alinhados na causa da paz e do combate à pobreza, reafirma hoje sua fé e seu apoio as Nações Unidas, cuja carta fundamental tão perfeitamente coincide com suas aspirações nacionais.⁵⁴⁷

Enquanto o presidente João Goulart estava se dirigindo para a reunião que seria realizada no Palácio da Alvorada com o objetivo de responder à carta do presidente dos Estados Unidos, da embaixada do Brasil em Havana era enviada importante comunicação para o ministério das Relações Exteriores, na cidade do Rio de Janeiro. Respondendo ao telegrama emitido pelo Itamaraty no dia anterior, o embaixador Luiz Leivas Bastian Pinto trazia uma má notícia para o governo brasileiro. O diplomata comunicava que na noite do dia 23, em seu pronunciamento na rádio e na televisão, o primeiro-ministro Fidel Castro “declarou categoricamente que Cuba repele qualquer espécie de fiscalização ou inspeção em seu território”.⁵⁴⁸

A estratégia elaborada pelo governo do Brasil ficava, assim, muito fragilizada. A declaração pública de Castro, em termos tão incisivos, se tornava um empecilho para

⁵⁴⁶ *O Estado de São Paulo*, 24 de outubro de 1962, p. 5. BSF. Brasília/DF.

⁵⁴⁷ *Idem*.

⁵⁴⁸ Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 341. URGENTE. Assunto: **Questão de Cuba**. Data: 24 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

que ele atendesse a proposta brasileira, feita na véspera. O desenvolvimento que a questão de Cuba vinha tomando aumentava as preocupações do governo brasileiro.

Para piorar a situação, o embaixador brasileiro, ao final da tarde, enviava novo telegrama, dando conta das implicações da quarentena para a administração da embaixada e para a vida cotidiana em Havana. O isolamento era total! E isso levaria a que, em poucos dias, “o abastecimento de gêneros alimentícios e outros artigos para os membros desta Embaixada e para os exilados se tornará um problema grave”,⁵⁴⁹ pois em função de haverem poucas embaixadas de países latino-americanos em Havana como consequência da ruptura de várias relações diplomáticas, desde antes da Crise dos Mísseis a embaixada do Brasil era o destino para as pessoas que queriam sair de Cuba e também para aqueles que eram perseguidos pelo regime.

Tão ou mais preocupante para o governo brasileiro, era a possibilidade de que “a qualquer momento, sejam cortadas as comunicações telegráficas e telefônicas como já aconteceu aqui várias vezes”.⁵⁵⁰ Essas comunicações eram realizadas através de cabos submarinos. Não fica claro pelo telegrama do embaixador quem realizaria esses cortes. É possível supor que fossem realizados pelo governo dos EUA. Mas, nas condições atuais, não nos parece que fosse do interesse de Washington cortar as comunicações com Cuba, pois assim deixaria de obter informações vindas daquele país. Também é possível supor que o próprio governo cubano fosse o responsável pelo corte de comunicações. Mas, novamente pensando na conjuntura presente, isso o impediria de obter informações de fora do país, em especial da ONU e da União Soviética.

E havia o temor pela irrupção dos ataques nucleares à Cuba. Não se tinha clareza de como a questão de Cuba se desenvolveria. Bastian Pinto se reportava ao fato de “os diplomatas ocidentais estão muito preocupados, inclusive com o problema da eventual evacuação de suas famílias”.⁵⁵¹ É legítimo entender, inclusive, ser essa uma preocupação do próprio embaixador brasileiro, provocando o governo brasileiro para preparar algum plano de evacuação de seus representantes em Havana. Para o que o diplomata brasileiro, indiretamente, informava que “alguns diplomatas estão mesmo

⁵⁴⁹ Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 342. CONFIDENCIAL. URGENTE. Assunto: **Questão de Cuba. Falta de comunicação e alimentos. Retenção de navios europeus para eventual saída das famílias dos diplomatas.** Data: 24 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁵⁵⁰ Idem.

⁵⁵¹ Idem, *ibidem*.

pretendendo reter, em seus esforços para esse fim, dois navios europeus que aqui se encontram”.⁵⁵² Os familiares dos diplomatas não tinham o mesmo compromisso profissional com os países que eles representavam, logo, não seria nenhuma aberração que fossem retirados de um lugar que estava, potencialmente, correndo perigos. Basta lembrar que o presidente dos EUA tinha ordenado que as famílias dos militares que prestavam serviços em Guantánamo fossem repatriadas com urgência.

Da representação diplomática brasileira na ONU, o senador Afonso Arinos de Melo Franco, enviava a sugestão para que a embaixada do Brasil no Vaticano realizasse “em nome do governo brasileiro” uma solicitação para o Papa João XXIII. Afonso Arinos acreditava ser importante que o Papa enviasse “um apelo pessoal do Santo Padre dirigido aos Chefes de Estado dos Estados Unidos da América e da União Soviética no sentido de evitar quaisquer atos hostis até terminar o exame do problema nas Nações Unidas”.⁵⁵³ A sugestão parecia válida. O presidente dos EUA era católico e, embora Krushev não o fosse, poderia ser sensibilizado pelo pedido de um Papa progressista, especialmente em questões sociais. Acrescentava Afonso Arinos que os representantes dos EUA, Arthur Dean, e James Harrington, da Birmânia – mesmo país do secretário Geral, U-Thant – foram favoráveis a ideia.⁵⁵⁴

Talvez o presidente João Goulart devesse também enviar um apelo em seu próprio nome para o Papa João XXIII pedindo paz e tranquilidade... na política interna do Brasil.

⁵⁵² Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 342. CONFIDENCIAL. URGENTE. Assunto: **Questão de Cuba. Falta de comunicação e alimentos. Retenção de navios europeus para eventual saída das famílias dos diplomatas.** Data: 24 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁵⁵³ Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 89. SECRETO. URGENTÍSSIMO. Assunto: **Questão de Cuba.** Data: 24 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁵⁵⁴ Embora não tenhamos condições de afirmar a influência do pedido brasileiro, o Papa João XXVIII emitiu “vibrante apelo” pedindo serenidade a todos, em especial os governantes dos EUA e da URSS. *O Estado de São Paulo*, 26 de outubro de 1962, p. 7. BSF. Brasília/DF.

3.3

A repercussão na política interna

A situação estava longe da calma para o governo Goulart na política interna. Enquanto presidente encontrava-se em Brasília discutindo a elaboração da carta de resposta para o presidente John Fitzgerald Kennedy, a edição do jornal *O Estado de São Paulo* do dia 24 de outubro destacava em sua capa “**O mundo livre solidário com os EUA**”. De uma maneira um tanto confusa, o jornal procurava explicar como se deu a reunião do Conselho da OEA. Divulgava que houve a aprovação de duas resoluções propostas pelos Estados Unidos:

A primeira, visando a constituição de órgão provisório de consulta, para adotar as medidas necessárias para garantir coletivamente a “quarentena” contra o regime cubano foi aprovada por 18 votos e 2 abstenções – Uruguai e Bolívia – mas, posteriormente, o delegado uruguaio recebeu instruções de seu governo para votar favoravelmente. Na sessão da tarde, por 19 votos a favor e uma abstenção, do Uruguai, a OEA autorizou os Estados Unidos a empregar a Força Armada para impedir que Cuba continue a receber material militar ofensivo do bloco soviético.⁵⁵⁵

Destarte, o jornal, em sua matéria, passava a ideia de que houvera unidade na apreciação dos projetos de resolução. Mais grave ainda: a partir da citação exposta acima qualquer leitor entenderia que o governo nacional-reformista de João Goulart teria votado favoravelmente tanto a implementação da “quarentena” quanto a utilização das forças militares dos EUA para impedir que novos armamentos chegassem a Cuba. Sem especificar a forma como se daria esse “impedimento” por parte das forças militares estadunidenses, não era difícil que alguns setores passassem a acreditar na intervenção militar em Cuba. E, aparentemente, com a complacência do governo brasileiro.

Durante o desenvolvimento da matéria, a confusão persistia. Agora relatando a posição brasileira na reunião da OEA, o jornal declarava que “o embaixador do Brasil, Ilmar Penna Marinho, apoiou também a solicitação norte-americana de um órgão provisório de consulta, porém não apoiou especificamente a proposta de

⁵⁵⁵ *O Estado de São Paulo*, 24 de outubro de 1962, capa. BSF. Brasília/DF.

“quarentena.”⁵⁵⁶ Mas se o representante brasileiro não tinha apoiado a proposta de quarentena como haviam sido obtidos 19 votos favoráveis ao emprego da força armada, como se referia a reportagem, lembrando que a abstenção partira do Uruguai?

Mais adiante, as dúvidas surgidas a partir da confusa redação – para dizer o mínimo – do jornal *O Estado de São Paulo* começavam a ser gradualmente sanadas na mesma reportagem. A matéria mencionava, agora, a realização de duas sessões na OEA, uma pela manhã, na qual foi aprovada uma das resoluções:

A Primeira Resolução Aprovada

O projeto de resolução, apresentado pelos Estados Unidos e aprovado pelo Conselho, em sua sessão desta manhã, diz textualmente:

1 – Convocar o órgão de consulta, de acordo com o disposto no Tratado Interamericano de Assistência Mútua, o qual se reunirá na data e sede que se determinarão oportunamente.

2 – Constituir-se a atuar provisoriamente como órgão de consulta, de acordo com o artigo 12 do mencionado Tratado de Assistência Mútua.⁵⁵⁷

E outra no turno da tarde:

A sessão da tarde

Às 15 e 30, voltou a reunir-se o Conselho da OEA. A segunda sessão começou com meia hora de atraso, em virtude de consultas de último momento entre Dean Rusk e alguns delegados latino-americanos, entre os quais o do Brasil. O embaixador brasileiro declarou nessa sessão que tinha instruções de apoiar a resolução norte-americana, mas que seu governo mantinha reservas sobre o emprego da força armada. Disse que, em virtude de haver pouco tempo para considerar o tipo de força armada de que se necessitaria, ele solicitaria uma votação preliminar, parágrafo por parágrafo, da resolução, de modo a que pudesse fazer constar sua abstenção sobre esse ponto.⁵⁵⁸

Agora a notícia passava a ser, de fato, mais esclarecedora. Mencionava as gestões do representante brasileiro destacando que o Brasil manifestava *reservas sobre o emprego da força armada*. Aparentemente sem ter forças para convencer o secretário de Estado dos EUA para evitar a votação da resolução, aguardando por inspeção da ONU em Cuba, o diplomata brasileiro conseguira, no entanto, que a segunda resolução apresentada pelos Estados Unidos da América fosse votada parágrafo por parágrafo.

O jornal trazia o resultado da votação na sessão da tarde:

⁵⁵⁶ *O Estado de São Paulo*, 24 de outubro de 1962, capa. BSF. Brasília/DF.

⁵⁵⁷ Idem.

⁵⁵⁸ Idem, *ibidem*.

1º ponto (inutilização imediata dos foguetes em Cuba – 19 votos pró e uma abstenção, do Uruguai);
 2º ponto (emprego de força armada) – houve duas votações, a pedido do Brasil, com 17 votos pró e três abstenções, do México, Uruguai e Bolívia, na primeira, e com 16 votos pró e quatro abstenções, do México, Brasil, Bolívia e Uruguai, na segunda;
 Os 3º e 4º pontos foram aprovados por 19 votos e uma abstenção, do Uruguai.⁵⁵⁹

O primeiro parágrafo previa a aprovação da “quarentena” proposta pelo presidente John Kennedy a todas as embarcações com destino a Cuba. Em relação a esse parágrafo, Ilmar Penna Marinho votou favoravelmente, seguindo instrução do governo brasileiro. Já em relação à votação do segundo parágrafo, que previa o emprego da força armada, houve, em um primeiro momento, três abstenções – México, Uruguai e Bolívia. Como se explica que o Brasil não tenha se absterido nessa votação, dado ter sido um dos interlocutores que se esforçaram para que a votação ocorresse nesses moldes? Ou o representante brasileiro vacilou durante a votação, ou a contagem dos votos não foi bem realizada – ou ainda o representante brasileiro poderia ter esperado para ver se haveria mais abstenções para não correr o risco de ficar isolado na não aprovação do parágrafo. Em função das instruções oriundas do Itamaraty, assim como pelo esforço realizado por Ilmar Penna Marinho para que a resolução fosse votada com destaques, somos propensos a acreditar que tenha havido, por parte do presidente da sessão, algum descuido na primeira apuração dos votos.

A votação do terceiro e quarto parágrafos tiveram os mesmo resultados da votação do primeiro parágrafo. O terceiro parágrafo se referia a informar a Organização das Nações Unidas a respeito das decisões tomadas nessa reunião e também solicitava que, com a maior brevidade, a ONU enviasse observadores para Cuba. O quarto parágrafo afirmava que o Órgão de Consulta da OEA continuaria em sessão e que seus membros deveriam informar acerca de medidas tomadas que estivessem relacionadas com o parágrafo segundo da segunda resolução.

A segunda resolução

É do seguinte teor a segunda resolução aprovada hoje pela Organização dos Estados Americanos: “O Conselho da Organização dos Estados Americanos, atuando provisoriamente como órgão de consulta, resolve:

1 – Instar a que se desfaçam imediatamente e se retirem de Cuba todos os projeteis e quaisquer outras armas com caráter ofensivo;

⁵⁵⁹ *O Estado de São Paulo*, 24 de outubro de 1962, capa. BSF. Brasília/DF.

2 – Recomendar aos Estados membros, de conformidade com os artigos 6 e 8 do Tratado Interamericano de Assistência Mútua, que adotem todas as medidas individuais e coletivas, inclusive o emprego da força armada, que considerem necessárias, para assegurar que o governo de Cuba não possa continuar recebendo das potências sino-soviéticas apetrechos e equipamentos militares que ameacem a paz e a segurança do Continente e para impedir que os projeteis em Cuba, com capacidade ofensiva, se convertam, em qualquer momento, em ameaça ativa contra a paz e a segurança do Continente;

3 – Informar o Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre esta resolução, de acordo com o artigo 54 da Carta das Nações Unidas, e expressar a esperança de que o Conselho de Segurança, de acordo com o projeto de resolução apresentado pelos EUA, envie a Cuba observadores das Nações Unidas com a maior brevidade possível

4 – Continuar atuando provisoriamente como órgão de consulta e instar os Estados membros a que mantenham devidamente informado o órgão de consulta sobre as medidas que adotem de acordo com o parágrafo 2º da presente resolução”.⁵⁶⁰

A matéria do jornal *O Estado de São Paulo* divulgou que, após a votação, o representante do Brasil, Ilmar Penna Marinho, voltou a se pronunciar durante a sessão para expor as reservas de seu país frente ao desenvolvimento da questão de Cuba. E de forma muito enfática, alegava que seu país não poderia, de maneira alguma, aprovar uma invasão do território cubano.

Depois da votação, o delegado do Brasil, Penna Marinho, voltou a fazer uso da palavra, para precisar as reservas de seu país. Ressaltou que o bloqueio e até o emprego da força armada estão previstos pelo Tratado do Rio, mas que seu país não pode aprovar o tipo de bloqueio que se procura aplicar a barcos procedentes de países que não fazem parte do Hemisfério americano. O representante brasileiro assinalou, igualmente, que o Brasil não pode sancionar, de maneira alguma, uma invasão de Cuba.⁵⁶¹

Porém, o diplomata brasileiro votou favoravelmente ao conjunto da resolução, após a votação realizada por parágrafos. Com isso, “a resolução proposta pelos Estados Unidos, que foi aprovada por 19 votos e uma abstenção do Uruguai”⁵⁶² foi aprovada, em seu conjunto, com o voto favorável do Brasil, em desacordo com as instruções emitidas pelo governo de João Goulart.

Afinal, como visto anteriormente através da documentação oficial produzida pelo ministério das Relações Exteriores, a instrução do governo do Brasil para seu representante na Organização dos Estados Americanos previa que fosse aprovada a primeira resolução, que constituía o Conselho da OEA como Órgão de Consulta. Em

⁵⁶⁰ *O Estado de São Paulo*, 24 de outubro de 1962, capa. BSF. Brasília/DF.

⁵⁶¹ Idem.

⁵⁶² Idem, *ibidem*.

relação a segunda resolução, o representante brasileiro deveria solicitar a modificação da redação da resolução, aceitando a imposição da quarentena mas não aprovando o emprego de força armada, sob a justificativa que decisão tão grave deveria ir a votação apenas após inspeção por membros da ONU em território cubano. Caso a posição brasileira não fosse atendida e a resolução fosse a votação, o diplomata Ilmar Penna Marinho deveria se abster em relação ao emprego de força militar. Caso surgisse qualquer novidade, a instrução do governo brasileiro era bem clara: desejava ser consultado com antecedência, o que acabou não ocorrendo e, de acordo com Almino Affonso, “deu a maior irritação no Jango”.⁵⁶³

Essa irritação que o presidente Goulart sentiu, sem dúvidas, esteve associada com a repercussão que a posição brasileira na OEA ganhou internamente no país. Na capa da mesma edição do dia 24 de outubro, o jornal *O Estado de São Paulo* ilustrava com uma fotografia um momento da reunião. Segundo a legenda da fotografia, “este é um flagrante de uma das duas reuniões de ontem do Conselho da OEA, **que aprovou, sem nenhum voto contrário**, uma proposta norte-americana que autoriza os EUA a empregar a força armada para impedir que Cuba continue a receber do bloco soviético material militar de caráter ofensivo”. Nessa mesma edição, na contracapa, o jornal trazia outra foto: dessa vez, era de uma aglomeração de pessoas na fachada de seu próprio prédio, que contava com um grande painel luminoso onde era possível “acompanhar a evolução dos acontecimentos internacionais”, pois o jornal contava “com notícias de várias partes do mundo” podendo assim “informar a população sobre os fatos desde a manhã até as últimas horas da noite”.⁵⁶⁴

E uma dessas informações certamente deveria ter irritado bastante o presidente João Goulart. Em letras grandes e destacadas em negrito surgia na parte superior da contracapa de *O Estado de São Paulo* a seguinte manchete: “**Goulart Afirma Que o Brasil Ficará ao Lado dos E.U.A.**”.⁵⁶⁵ Acompanhava a manchete uma reportagem na qual o presidente João Goulart declarava aos deputados Abelardo Jurema e Hermógenes Príncipe, logo após ser informado da Crise dos Mísseis pelo embaixador dos EUA Lincoln Gordon na noite do dia 22, que “o Brasil ficará ao lado dos Estados Unidos,

⁵⁶³ Depoimento de Almino Affonso a Charles Sidarta Machado Domingos. 27 de agosto de 2013. São Paulo/ SP.

⁵⁶⁴ *O Estado de São Paulo*, 24 de outubro de 1962, capa. BSF. Brasília/DF.

⁵⁶⁵ Idem, contracapa.

caso o problema cubano seja levado às últimas consequências”.⁵⁶⁶ Ainda de acordo com a reportagem, o presidente Goulart “estava visivelmente emocionado e pálido”. No entanto – assim como quando da suposta declaração de Celso Furtado vista anteriormente – na edição do dia seguinte, em uma pequena notinha, na parte inferior da página 4 do jornal, era publicado, já sem a mesma visibilidade, um desmentido do deputado Abelardo Jurema, com o seguinte teor:

Quero esclarecer a esse importante órgão da imprensa brasileira que deve ter havido equívoco de interpretação por parte do repórter. Eu não poderia, nem estaria autorizado, a transmitir o pensamento do presidente da República que, àquela hora, ainda iria reunir o seu Ministério para deliberar e cujo pronunciamento está expresso na nota oficial do Conselho.⁵⁶⁷

Na mesma edição que destacava em sua capa – de uma forma no mínimo confusa – os resultados da reunião da OEA e na contracapa enfatizava que o presidente Goulart ficaria ao lado dos Estados Unidos, *O Estado de São Paulo*, sem dar muita ênfase e colocando na parte inferior direita da contracapa trazia uma entrevista do primeiro-ministro Hermes Lima, bem como a nota oficial do Conselho de Ministros sobre a questão de Cuba.⁵⁶⁸

De acordo com o jornal, houve uma manifestação realizada na tarde do dia 23 em frente ao Itamaraty, na qual aproximadamente 300 pessoas – entre líderes sindicais e dirigentes da União Nacional dos Estudantes (UNE) – protestavam contra os Estados Unidos. Segundo o periódico, os manifestantes portavam cartazes com dizeres contrários ao bloqueio marítimo a Cuba e também solicitaram uma audiência com o ministro Hermes Lima que acabou recebendo os manifestantes e ouvindo discursos do presidente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Oswaldo Pacheco e do presidente da UNE, Vinicius Caldeira Brant “que se manifestaram contra o bloqueio julgando-o uma antecipação da terceira guerra mundial”.⁵⁶⁹ O jornal trazia um trecho do discurso de Hermes Lima, no qual o primeiro-ministro declarava que Cuba “por estar

⁵⁶⁶ *O Estado de São Paulo*, 24 de outubro de 1962, capa. BSF. Brasília/DF.

⁵⁶⁷ *O Estado de São Paulo*, 25 de outubro de 1962, p. 4. BSF. Brasília/DF.

⁵⁶⁸ De acordo com o ex-ministro das Relações Exteriores Afonso Arinos, *O Estado de São Paulo* teve sempre presente “com a habitual má vontade para a Política Externa Independente”. FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Planalto**: memórias. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1968, p. 101. A mesma queixa foi realizada por Almino Affonso a nós a se referir àquele jornal: “A imprensa não era favorável a nós em nenhum instante”. Depoimento de Almino Affonso a Charles Sidarta Machado Domingos. 27 de agosto de 2013. São Paulo/ SP.

⁵⁶⁹ *O Estado de São Paulo*, 24 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

fazendo uma experiência socialista, não perde com isso a condição de país americano. E nenhum país da América deve receber receitas de fora para tais revisões”⁵⁷⁰, defendendo, assim, o direito à autodeterminação para o povo cubano.

Hermes Lima também ressaltou as dificuldades que a situação internacional ensejava e pediu que os manifestantes “confiassem no governo brasileiro, que está ao lado da paz e da libertação de todos os povos”. Elogiando o presidente João Goulart “a quem qualificou como portador de formação e sentimentos populares” o primeiro-ministro pediu serenidade a todos, declarando que “o Brasil não se desviaria dos objetivos que traçou em prol da paz e do direito dos povos de fazerem as experiências políticas que desejarem”.⁵⁷¹

O governo Goulart não desejava perder o apoio de sua base de sustentação próximo ao plebiscito que definiria o regime de governo brasileiro entre a manutenção do parlamentarismo e o retorno do presidencialismo. A prioridade para o presidente Goulart era o retorno de seus plenos poderes. E o CGT e a UNE seriam importantes cabos eleitorais para a campanha a favor do presidencialismo, não podendo, assim, deixar de receber afagos do governo brasileiro.

Em face das polêmicas acerca do voto do Brasil na Organização dos Estados Americanos, o Conselho de Ministros emitiu uma nota oficial sobre o assunto que foi publicada, entre outros jornais, em *O Estado de São Paulo*.⁵⁷²

Nota oficial do Conselho de Ministros

O representante do Brasil no Conselho da Organização dos Estados Americanos votou favoravelmente ao projeto de resolução que prevê medidas acauteladoras da segurança interamericana, em face da denúncia da presença em Cuba de material de guerra de natureza ofensiva. Não deu, porém, o seu assentimento ao dispositivo do projeto de resolução que autoriza o emprego de força armada para medidas que implicam em intervenção no território cubano.⁵⁷³

⁵⁷⁰ *O Estado de São Paulo*, 24 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

⁵⁷¹ *Idem*.

⁵⁷² *Idem*, *ibidem*. Essa nota oficial também aparece em FRANCO, Alvaro da Costa (org.). **Documentos da Política Externa Independente**. Vol. II. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p. 42.

⁵⁷³ *O Estado de São Paulo*, 24 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

A nota do Conselho de Ministros assumia, através do eufemismo *medidas acauteladoras*, que o governo tinha votado a favor da “quarentena”. Enfatizava, porém, que o representante do Brasil não OEA não tinha aprovado o uso da força armada. Ambas as declarações presentes na nota oficial estavam de acordo com as instruções dadas pelo governo brasileiro ao embaixador Ilmar Penna Marinho, como visto anteriormente. E que deveriam ter sido seguidas, sem alterações, em sua aplicação.

Não era mencionado, na nota oficial, que o representante brasileiro votou favoravelmente a aprovação do conjunto da resolução, o que, dessa forma, aprovava o emprego de força armada. Para tentar tergiversar a respeito, o governo brasileiro deu a seguinte justificativa:

Ao emitir seu voto, o embaixador Penna Marinho fez a seguinte declaração: “Bloqueio ou emprego de força armada, a que se refere o artigo 8 do Tratado do Rio de Janeiro, é entendido pela delegação brasileira como aquelas medidas tendentes a impedir que novos carregamentos de armas cheguem a Cuba. Esta interpretação e este voto são coerentes com a Resolução 8 de Punta del Este, aprovada pelo Brasil, na parte em que se refere a impedir o envio de armas a Cuba. Bloqueio ou emprego de força armada não podem ser confundidos, nos termos do artigo 8 do Tratado do Rio, com bloqueio total dos navios que demandam Cuba ou com a invasão desse país.”⁵⁷⁴

No entanto, a interpretação *pela delegação brasileira* ou mais precisamente pelo seu chefe, o embaixador Ilmar Penna Marinho, estava equivocada. Realmente, a Resolução VIII da VIII Reunião dos Chanceleres Americanos, realizada em Punta del Este, em janeiro daquele ano, não previa o emprego de força armada contra Cuba. Em seu primeiro parágrafo, apenas resolvia “suspender imediatamente o comércio e o tráfico de armas e material de guerra de todo gênero com Cuba”.⁵⁷⁵ Entretanto, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) também conhecido como Tratado do Rio de Janeiro, em seu artigo oitavo, previa sim o emprego de força armada:

Para os efeitos deste Tratado, as medidas que o Órgão de Consulta acordar compreenderão uma ou mais das seguintes: a retirada dos chefes de missão; a ruptura de relações diplomáticas; a ruptura de relações consulares; a interrupção parcial ou total das relações econômicas ou das comunicações

⁵⁷⁴ *O Estado de São Paulo*, 24 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

⁵⁷⁵ BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **O Brasil em Punta del Este**: Oitava Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas. Rio de Janeiro: Seção de Publicações do MRE, 1962, p. 23.

ferroviárias, marítimas, aéreas, postais, telegráficas, telefônicas, radiotelefônicas ou radiotelegráficas, e o emprego de forças armadas.⁵⁷⁶

Até era possível discutir se esse emprego de forças armadas era referente a uma invasão de território ou a obstrução do ingresso de armamentos para Cuba. Porém, dada a radicalização política interna, bem como a gravidade da situação internacional, esse voto era eivado de polêmicas – além de ter sido realizado sem instrução do ministério das Relações Exteriores, o que agrava a situação ainda mais. Isso tornava imperativo uma posição pública do governo, tanto com o objetivo de manter o apoio dos setores que davam sustentação quanto no de encerrar a polêmica:

Desse modo, quis o nosso representante na OEA tornar claro que o governo brasileiro não empresta seu apoio a medidas de força que violem a integridade territorial de um país independente e ponham em perigo a paz mundial.

O governo brasileiro, mantendo seu inalterável propósito de trabalhar pelo entendimento entre os povos, mesmo em face da grave situação que agora se apresenta, confia em que as Nações Unidas encaminhem o problema de Cuba de modo a assegurar a manutenção da paz”.⁵⁷⁷

Mas essa era uma polêmica difícil de ser controlada. A questão de Cuba era um ponto muito sensível naquele tempo, mexia com muitas paixões e, também, algumas desilusões, como a expressa pelo deputado federal do Movimento Trabalhista Renovador (MTR), Fernando Ferrari⁵⁷⁸:

O Sr. Fernando Ferrari requereu a convocação do ministro das Relações Exteriores afirmando da tribuna que a revolução cubana lhe parecera de início “uma guerra santa”, por ser a luta contra uma ditadura violenta. “Depois, todavia – acrescentou – com os fuzilamentos, com a ausência de autenticidade do governo que chegou ao poder pelas armas, com as infiltrações comunistas da Rússia soviética, nós, profundamente democratas, passamos a olhar Fidel Castro com todas as reservas para, depois, condená-lo violentamente em respeito aos sentimentos cristãos e profundamente democráticos do povo brasileiro”. E concluiu: “A família brasileira dos que desejam a paz, a ordem e o desenvolvimento, está a reclamar do nosso governo uma palavra de coragem, não uma palavra bifronte, não uma palavra de medo, mas uma palavra à altura das mais gloriosas tradições dos maiores

⁵⁷⁶ Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, firmado no Rio de Janeiro, a 2 de setembro de 1947, por ocasião da Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente. ARQUIVO SAN TIAGO DANTAS (AP47), Caixa 36, pacotilha 1. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro/RJ.

⁵⁷⁷ *O Estado de São Paulo*, 24 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

⁵⁷⁸ Nesse mesmo mês, Ferrari foi candidato ao governo do estado do Rio Grande do Sul.

que lutaram e morreram pelos ideais democráticos e pela civilização cristã dos brasileiros”.⁵⁷⁹

A saída do PTB do deputado gaúcho – no qual tinha sido eleito deputado federal com extraordinária votação, no dizer de Mercedes Cánepa,⁵⁸⁰ – se dava pelo seu entendimento de que aquele era um partido muito fisiológico e com pouco espaço para a democracia interna.⁵⁸¹ Chama a atenção que em sua crítica ele utiliza os mesmos argumentos de Goulart: democracia, sentimentos cristãos, defesa da paz, desenvolvimento, porém, num sentido oposto.

O senador Gilberto Marinho, do PSD, também criticava a posição do governo brasileiro em relação à questão de Cuba. Dizendo representar importantes lideranças de seu partido, afirma que já era hora de “serem postas de lado quaisquer dubiedades em matéria de orientação do Itamarati”.⁵⁸² Para o senador pessedista, o governo brasileiro não poderia defender Cuba, sob pena de estar se movendo contra a democracia.

O presidente da UDN, deputado Herbert Levy, tinha duras críticas à nota oficial do Conselho de Ministros:

Para o presidente udenista, a nota ontem distribuída pelo governo brasileiro é “inepta e contraditória” porque, embora apoiando formalmente as medidas adotadas pelo presidente Kennedy, na verdade procura negar aos Estados Unidos os instrumentos necessários à garantia da segurança do Hemisfério.⁵⁸³

E também a Política Externa Independente era alvo das críticas do presidente da UDN:

Acha o presidente da UDN que, a esta altura, já é tempo de o governo por de lado as preocupações demagógicas, que tem feito da nossa política exterior

⁵⁷⁹ *O Estado de São Paulo*, 24 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

⁵⁸⁰ Ferrari foi eleito com 147.996 votos no pleito de 1958, colaborando com o aumento de 11 para 14 no número de deputados federais do partido. CÁNÉPA, Mercedes Maria Loguércio. **Partidos e representação política**: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965). Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2005, p. 258.

⁵⁸¹ DELGADO, op.cit., p. 212. Para um estudo dedicado a cisão com o PTB e a criação do MTR ver BOMBARDELLI, Maura. A cisão da fração ferrarista (1959-1960). In: **Oficina do Historiador**. Vol. 3, nº 2. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

⁵⁸² *O Estado de São Paulo*, 25 de outubro de 1962, p. 3. BSF. Brasília/DF.

⁵⁸³ Idem.

um amontoado de contradições e dubiedades, para tomar partido, com firmeza, a favor da democracia e da paz.⁵⁸⁴

Percebe-se a partir dos dois excertos acima que para o presidente da União Democrática Nacional o governo brasileiro deveria modificar a sua política externa, que ele considerava inepta, contraditória e dúbia. Para Levy, o Brasil deveria estar ao lado da democracia e da paz, o que em sua análise, remetia a endossar as propostas dos Estados Unidos.

Como pode ser visto, também o presidente da UDN Herbert Levy sustentava sua argumentação a partir dos termos democracia e paz. Considerando democracia e paz como objetivos da política externa brasileira, três discursos estavam sendo proferidos: para o presidente Goulart, representante do nacional-reformismo, portanto mais à esquerda no espectro político, a busca pela democracia e pela paz justificavam as ações da Política Externa Independente; para o deputado do MTR, mais ao centro politicamente, a democracia e a paz vinham sendo feridas pelo governo cubano, portanto, o governo brasileiro não deveria, através de sua política externa, defender aquele governo; por fim, mais à direita no espectro político, o presidente da UDN atribuía a defesa da democracia e da paz que o governo brasileiro, em sua política exterior, se aliasse aos Estados Unidos de forma total, praticamente reeditando a política externa dos tempos do governo de Eurico Gaspar Dutra.⁵⁸⁵

Segundo *O Estado de São Paulo*, um porta voz do Itamaraty confirmou que estava sendo esperado, nas próximas horas, o embaixador Ilmar Penna Marinho. De acordo com o jornal, “o embaixador foi convocado pelo chanceler Hermes Lima para conferenciar sobre o momento internacional”.⁵⁸⁶ Dessa vez, o jornal não enfatizava as razões pelas quais o diplomata fora chamado. Nem precisava! Isso seria atribuição de outra pessoa.

O governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, recentemente eleito com cerca de 300 mil votos para deputado federal pelo PTB da Guanabara – até então a

⁵⁸⁴ *O Estado de São Paulo*, 25 de outubro de 1962, p. 3. BSF. Brasília/DF.

⁵⁸⁵ MOURA, Gerson. **Sucessos e ilusões**: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991, p. 66.

⁵⁸⁶ *O Estado de São Paulo*, 25 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

maior votação da história: esse número representava um terço do total de eleitores –⁵⁸⁷ realizou na televisão um pronunciamento de aproximadamente uma hora. Destacava sua inconformidade com o governo estadunidense em razão do bloqueio de Cuba, classificado por ele como uma “violência de uma nação poderosa contra um país pequeno”.⁵⁸⁸

Porém, a maior repercussão de suas palavras se deu quando fez referência a posição do Brasil na reunião da OEA. O governador Leonel Brizola declarou, enfaticamente, que “o embaixador Ilmar Penna Marinho votou na OEA contrariamente às instruções do governo brasileiro”.⁵⁸⁹ E que por esse motivo Penna Marinho estava voltando ao Brasil por convocação do ministério das Relações Exteriores. Era o ingrediente que faltava! Agora, sem dúvida, a posição brasileira no episódio da Crise dos Mísseis ampliaria ainda mais a comoção nacional.

Enquanto isso, no Itamaraty, novo protesto aguardava o ministro Hermes Lima. Dessa vez, no entanto, era de apoio aos Estados Unidos na crise dos mísseis. Um grupo de senhoras, pertencentes a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) e de jovens universitárias da Vanguarda Universitária protestavam contra a Política Externa Independente.⁵⁹⁰

Assim como o fez na manifestação organizada pelo CGT e pela UNE, o ministro das Relações Exteriores também ouviu seus argumentos e realizou um pronunciamento. Hermes Lima procurava enfrentar a situação valorizando a importância que o governo do Brasil emprestava à democracia:

⁵⁸⁷ BRAGA, Kenny; SOUZA, João; DIONI, Cleber; BONES, Elmar. **Leonel Brizola**: perfil, discursos e depoimentos (1922-2004). Porto Alegre: Assembleia legislativa do RS, 2004, p. 77.

⁵⁸⁸ *O Estado de São Paulo*, 25 de outubro de 1962, p. 7. BSF. Brasília/DF.

⁵⁸⁹ *O Estado de São Paulo*, 25 de outubro de 1962, p. 7. BSF. Brasília/DF.

⁵⁹⁰ Idem, contracapa. BSF. Brasília/DF. Curiosamente, a primeira manifestação pública da CAMDE estava relacionada com a Política Externa Independente. Publicada no jornal *O Globo* e intitulada *Protesto Feminino*, a CAMDE expressava contrariedade em relação à indicação do ministro das Relações Exteriores San Tiago Dantas para primeiro-ministro, no dia 13 de junho de 1962, apenas um dia após a primeira reunião do grupo de senhoras da zona sul da cidade do Rio de Janeiro que um mês após lançaria oficialmente a CAMDE em 11 de julho. Para saber mais sobre a CAMDE, ver o criterioso trabalho de CORDEIRO, Janaína Martins. “**A Nação que se salvou a si mesma**”: entre Memória e História, a Campanha da Mulher pela Democracia (1962-1974). 165 f. Niterói: UFF, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. Cordeiro também menciona que a reunião de lançamento da CAMDE, em 11 de julho, foi realizada no auditório do jornal *O Globo*, oferecido pelo próprio diretor do jornal, Rogério Marinho e que “a reunião foi assunto de destaque no jornal, o qual noticiava como objetivo das mulheres ‘debater a situação nacional e **condenar com energia a política exterior imposta ao Itamaraty**, o reatamento de relações com a União Soviética e a infiltração comunista nos meios operários, políticos e estudantis’”. Idem, p. 34 – Grifos nossos.

O espetáculo que aqui hoje presenciamos demonstra que o nosso País adotou um sistema político de vida que devemos manter a todo custo. A primeira conveniência desse sistema de vida é permitir que o cidadão brasileiro expresse os sentimentos, as convicções e as opiniões na liberdade com que, ontem, fez o grupo que aqui esteve e com que hoje está fazendo o grupo que aqui se encontra. É claro que isso representa para o nosso País um valor inestimável que devemos preservar a todo custo. E a maneira de preservar o espírito de convivência entre opiniões diferentes, é a prática dos meios constitucionais através dos quais os cidadãos pela manifestação das suas opiniões e pela voz do seu voto podem influir na formação dos governos.⁵⁹¹

Assim, o ministro das Relações Exteriores destacava o compromisso do governo brasileiro com a democracia que, afinal, era o objeto de defesa daquele agrupamento político, ao mesmo tempo que, subliminarmente, afastava o Brasil da acusação de simpatias aos governos comunistas, considerados como antípodas das democracias.

Em relação a questão de Cuba, o ministro das Relações Exteriores – e nunca é demais lembrar que também primeiro-ministro – Hermes Lima realizou uma intervenção ancorada também na democracia mas com destaque pela busca da paz, defendendo, inclusive, a posição do governo brasileiro das críticas de algumas manifestantes:

A posição do Brasil no caso de Cuba não é de imposição, não é de fraqueza, não é de medo da Rússia como acaba de apartear uma das manifestantes. A posição do Brasil é uma posição correta, é uma posição que permite ao nosso País a defesa da paz sem o sacrifício dos valores políticos e morais que a civilização tem de preservar.⁵⁹²

O primeiro-ministro também tratava de tentar explicar o voto brasileiro na OEA. Em sua avaliação, o governo brasileiro tinha votado medidas consideradas necessárias para “impedir a transferência de armas ofensivas e particularmente nucleares para Cuba ou qualquer outro ponto da América”,⁵⁹³ o que se constituiria em um ponto menos polêmico, pois o governo brasileiro realmente tinha instruído o seu representante a aprovar o bloqueio a Cuba. Isso se justificava, de acordo com Hermes Lima, por estar previsto na VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos. Assim, o ministro brasileiro procurava dar respostas que satisfizessem os interesses das pessoas que ali se manifestavam.

⁵⁹¹ *O Estado de São Paulo*, 25 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

⁵⁹² *Idem*.

⁵⁹³ *Idem*, *ibidem*.

Porém, era muito difícil não mencionar o outro ponto da questão. E de uma forma que pode ser considerada firme, Hermes Lima destacou que o Brasil não aceitava que se desconsiderassem os princípios fundamentais da PEI:

Votamos, portanto, na execução de nossos compromissos internacionais. Votamos conscientemente, firmemente, sem indecisão, votamos livremente porque achamos que a acumulação de material ofensivo ou nuclear na América representa mais um ponto de tensão nesse mundo conturbado em que vivemos. Mas o que não votamos nem votaremos é a condenação do regime político que está em Cuba porque isso não nos pertence ou ainda a autorização de qualquer tipo de intervenção para que esse regime seja extirpado pela força. É preciso distinguir entre a acumulação de material de guerra nuclear na América e medidas que visem a derrubar o regime interno de um determinado povo.⁵⁹⁴

Respondendo as críticas sobre a posição contraditória da política externa brasileira, como as proferidas por Herbert Levy, o ministro das Relações Exteriores procurava denotar a complexidade da política internacional. Para tanto, fez referência a algumas ditaduras que faziam parte do mundo livre. Sem citar nomes – mas pelos elementos que frisava podemos deduzir que se referia ao Paraguai, Portugal e Espanha – Hermes Lima procurava, inclusive, comparar a situação brasileira com a desses países, em termos de democratização:

A verdade é que o mundo atual é muito mais contraditório do que os senhores estão pensando. No mundo que nós chamamos livre existem ditaduras ferozes, no mundo que está alinhado como livre, existem ditaduras que não permitiriam jamais uma demonstração como esta. Não preciso mencionar nomes. Os senhores não precisam nem sair da América, nem da Europa para encontrar esses países que pertencem ao mundo livre, mas em que não existe democracia, liberdade de opinião, pensamento e nem sequer liberdade de religião. Que quer dizer isso? Que o mundo é muito mais contraditório e muito mais controvertido do que apreço e, portanto, a política internacional não segue em parte nenhuma uma linha lógica abstrata.⁵⁹⁵

Encerrava seu pronunciamento aos manifestantes pró-EUA destacando que o Brasil cumpriria seus compromissos internacionais. Mas também afirmava, categoricamente, que o Brasil não aprovaria nenhum tipo de recurso à força armada. E que essa posição estava de acordo com os princípios fundamentais da Política Externa Independente:

⁵⁹⁴ *O Estado de São Paulo*, 25 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

⁵⁹⁵ *Idem*.

O governo do Brasil será fiel aos seus compromissos como foi na votação de ontem, mas o governo do Brasil jamais apoiará a aplicação de força para que se derrube o regime político de um país por meio de intervenção. Esses são os princípios de autodeterminação dos povos e não intervenção. São os princípios que a nossa diplomacia sempre seguiu.⁵⁹⁶

Em contrapartida, o jornal *O Estado de São Paulo*, afirmava que a UDN entendia que o governo federal vinha sofrendo muitas pressões, o que poderia enfraquecer “o grupo de responsáveis pela chamada ‘política externa independente’, que constitui hoje o núcleo do aparelho governista”.⁵⁹⁷ Porém, o mais importante vinha na sequência, quando a reportagem trazia o ponto de vista dos udenistas, para quem era possível identificar no governo “uma ala moderada e mesmo nitidamente democrática, cujos principais representantes seriam o general Amaury Kruel e os técnicos do Itamarati, entre os quais o embaixador Penna Marinho, a quem coube dar o voto brasileiro na reunião da OEA”.⁵⁹⁸

Definitivamente, o até então desconhecido diplomata Ilmar Penna Marinho passou ao estatuto de destaque na política nacional. No depoimento concedido a nós por Almino Affonso, ao ser questionado se ele tinha lembranças de Penna Marinho, se Penna Marinho tinha posições mais conservadoras ou mais progressistas, a resposta foi “não tenho a menor ideia. Ele apareceu e morreu nesse episódio”.⁵⁹⁹

Naquele momento Penna Marinho tinha se convertido em elemento de grande interesse na política nacional. O jornal *O Estado de São Paulo* trazia em letras garrafais e negrito na sua contracapa da edição do dia 26 de outubro a seguinte manchete: “**Hermes Lima diz que o voto na OEA representa a posição do Governo**”.⁶⁰⁰

O primeiro-ministro assegurava que o representante do Brasil na OEA tinha seguido as instruções do governo. Para tanto, o primeiro-ministro “contestou as notícias segundo as quais o embaixador Ilmar Penna Marinho, no seu voto na OEA, ter-se-ia pronunciado contrariamente ao ponto de vista do Governo brasileiro”.⁶⁰¹ No entanto, a

⁵⁹⁶ *O Estado de São Paulo*, 25 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

⁵⁹⁷ *O Estado de São Paulo*, 26 de outubro de 1962, p. 3. BSF. Brasília/DF.

⁵⁹⁸ Idem.

⁵⁹⁹ Depoimento de Almino Affonso a Charles Sidarta Machado Domingos. 27 de agosto de 2013. São Paulo/ SP.

⁶⁰⁰ *O Estado de São Paulo*, 26 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

⁶⁰¹ Idem.

declaração de Hermes Lima assegurava que “o Governo endossou plenamente a atitude do representante brasileiro”⁶⁰² ao invés de declarar que o governo instruiu aquele posicionamento. Por endosso, se conclui que o governo aprovou o que foi feito, mas não que tenha emitido ordem para que fosse feito daquela maneira. Parece que Hermes Lima não tinha o controle total sobre sua versão pública dos acontecimentos.

Indagado a respeito dos motivos pelos quais Penna Marinho estava vindo ao Brasil, o primeiro-ministro declarou que “a chamada se fez apenas porque o assunto saiu da alçada da OEA e, nessas condições, o embaixador Penna Marinho poderia vir prestar ao governo informações mais completas sobre o assunto”.⁶⁰³ Publicamente, Hermes Lima procurava manter a unidade do governo, procurando evitar que o assunto ganhasse proporções cada vez maiores e gerasse desgastes ao governo em termos eleitorais, pois a data do plebiscito estava se aproximando.

O ministro das Relações Exteriores Hermes Lima enviava para a delegação na OEA instruções para o embaixador Penna Marinho, que viria ao Brasil. Hermes Lima reconhecia que “devido ao grande interesse e ao sentido polêmico que vem despertando a posição do Brasil em face dos últimos acontecimentos”⁶⁰⁴ era importante que Penna Marinho mantivesse a “absoluta necessidade de evitar” quando chegasse a cidade do Rio de Janeiro “qualquer declaração sobre a atitude da Delegação brasileira na Reunião de Consulta”.⁶⁰⁵

Previendo que haveria insistência dos repórteres para tomar alguma declaração do embaixador Penna Marinho, o ministro Hermes Lima sugeria que, se não fosse possível escapar do cerco da imprensa, ele se limitasse a realizar a seguinte declaração:

As atitudes e declarações do Representante do Brasil no Conselho da Organização dos Estados Americanos são públicas e constam das Atas das Sessões. Quaisquer outras declarações que a elas se refiram são da competência exclusiva do Ministério das Relações Exteriores. Fui chamado ao Rio para consultas e aqui estou para prestar ao Governo brasileiro, de viva voz, informações completas e pormenorizadas sobre a evolução dos acontecimentos na Organização dos Estados Americanos.⁶⁰⁶

⁶⁰² *O Estado de São Paulo*, 26 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

⁶⁰³ *Idem*.

⁶⁰⁴ Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil na OEA. Num. 225. CONFIDENCIAL. URGENTE. Assunto: **Viagem do Embaixador Penna Marinho ao Brasil**. Data: 25 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁶⁰⁵ *Idem*.

⁶⁰⁶ *Idem*, *ibidem*.

Contudo, a chegada de Penna Marinho era muito esperada no Brasil. *O Estado de São Paulo* informava que o embaixador brasileiro já estava se dirigindo ao país. E que antes de embarcar em seu vôo, Penna Marinho teria dado a seguinte resposta sobre o seu retorno ao Rio de Janeiro: “essas consultas versarão sobre a proposta brasileira de mediação a ser apresentada à ONU, isto é, o projeto de desatomização da América Latina e da África. Esse projeto está sendo estudado atualmente, com interesse, pelos Estados Unidos”.⁶⁰⁷ Não é possível termos exatidão a respeito se a declaração foi emitida antes ou depois de Penna Marinho ter tido conhecimento do telegrama enviado pelo primeiro-ministro. Tanto é possível que ele tenha lido a mensagem e feito a declaração quanto que ele não tenha lido o telegrama e tenha emitido essas palavras. Entretanto, deveria ser do conhecimento do ministério das Relações Exteriores o horário do vôo de Penna Marinho o que – se não houvesse ocorrido imprevistos ou mesmo dificuldades nas comunicações – poderia fortalecer a hipótese de que ele tenha lido a mensagem antes de fazer suas declarações.

O jornal informava que o diplomata brasileiro apresentaria no Itamaraty um relatório completo sobre a questão de Cuba “e em particular sobre o debate que terminou com a aprovação unânime das delegações latino-americanas da medida do bloqueio decidida pelos EUA”,⁶⁰⁸ contribuindo, assim, para que as desconfianças a respeito da insubordinação de Penna Marinho fossem mantidas.

E pior: elas iam se agravando! Na mesma página, o jornal dava destaque para a seguinte matéria: “**Alguém está mentindo**”,⁶⁰⁹ que trazia pronunciamentos do deputado estadual Danilo Nunes, do Rio de Janeiro. Nunes teria criticado de forma enérgica a dubiedade da posição do Brasil na questão de Cuba, referindo-se, inclusive

à contradição entre a afirmação do Sr. Brizola de que o embaixador Penna Marinho teria desobedecido instruções do Itamaraty, votando a favor do bloqueio de Cuba, e o anúncio do Sr. Hermes Lima de que aquele embaixador agiu corretamente. Alguém está mentindo – proclamou – porque o Sr. Brizola, sendo cunhado do presidente da República, fez um pronunciamento num determinado sentido, e o primeiro-ministro desmentiu completamente o governador gaúcho.⁶¹⁰

⁶⁰⁷ *O Estado de São Paulo*, 26 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

⁶⁰⁸ Idem.

⁶⁰⁹ Idem, *ibidem*.

⁶¹⁰ Idem, *ibidem*.

O voto do Brasil na reunião da OEA começava a desgastar o governo inclusive dentro de sua base de apoio. O jornal *O Estado de São Paulo* informava que a posição do Brasil na questão de Cuba poderia se fazer sentir inclusive na aprovação ou não do novo Conselho de Ministros – já que o Conselho em voga era temporário, até ser confirmado pelo Congresso Nacional. Além de não contar com o apoio da UDN e de setores mais reacionários do PSD, Hermes Lima passava a perder o apoio “de uma ala ponderável do próprio PTB, onde os grupos mais próximos do líder Almino Affonso e do Sr. Brizola estão acompanhando com mal disfarçada irritação os últimos pronunciamentos e atitudes do chanceler”. E muito contribuiu para isso a situação envolvendo o governador do Rio Grande do Sul: “o episódio do desmentido ao Sr. Brizola, especialmente, desgostou os petebistas e nacionalistas mais extremados”.⁶¹¹

No depoimento concedido a nós por Almino Affonso, ele tergiversa ao falar sobre Hermes Lima. Procura diminuir a importância do ministro das Relações Exteriores quanto a intervenção do Brasil na Crise dos Mísseis e menciona o episódio dos sucessivos adiamentos da indicação de Hermes Lima para primeiro-ministro. Affonso justifica isso em razão de os deputados estarem mais preocupados com suas bases eleitorais – porém, Hermes Lima só foi aprovado como primeiro-ministro em 06 de dezembro, depois de 8 adiamentos, enquanto as eleições foram realizadas em 7 de outubro, tendo praticamente dois meses para a votação acontecer. Almino Affonso chega a dizer que “não mexi uma palha para. Pelo contrário, nós aceitávamos a prorrogação”. É difícil não ver nas divergências sobre a reunião da OEA as razões para tanta espera. Affonso comenta sobre os adiamentos que “aquilo o agastava [Hermes Lima]. Acho até que terminamos com a nossa relação humana, ele agastado comigo, sem razão”.⁶¹² Ou talvez a razão fosse justamente essa.

“**O Pres. Goulart Reitera a Posição do Brasil Favorável ao Bloqueio**” era a manchete na contracapa de *O Estado de São Paulo*. Segundo a notícia, o presidente declarou que o voto do embaixador brasileiro na OEA “não comporta dúvida ou discussão, pois exprimiu fielmente não apenas as instruções do Itamarati, mas os princípios de nossa política externa”.⁶¹³ Procurava, assim, o presidente Goulart tirar o assunto da pauta, em razão dos problemas que vinha acarretando para seu governo. No

⁶¹¹ *O Estado de São Paulo*, 27 de outubro de 1962, p. 3. BSF. Brasília/DF.

⁶¹² Depoimento de Almino Affonso a Charles Sidarta Machado Domingos. 27 de agosto de 2013. São Paulo/ SP.

⁶¹³ *O Estado de São Paulo*, 27 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

entanto, procurava também reafirmar que o Brasil se opunha a qualquer tipo de intervenção:

declarou o presidente da República que a posição brasileira de aceitação do bloqueio de Cuba e oposição a medidas de intervenção direta “foi fixada refletidamente, de acordo com os nossos compromissos e em coerência com pronunciamentos do nosso país na ONU, na mesma OEA e na Conferência de Punta del Este”.⁶¹⁴

Também era dada grande divulgação a chegada do embaixador Ilmar Penna Marinho ao Brasil. Ele chegou às 6 horas da manhã do dia anterior e conversou por 15 minutos, antes de desembarcar, com o substituto do secretário adjunto para Assuntos Americanos, Lucílio Hadock Lobo. Ao ser procurado pela imprensa “demonstrando grande irritação, o diplomata recusou-se a prestar quaisquer informações à imprensa, alegando que só o poderia fazer após entrevistar-se com o chanceler Hermes Lima”.⁶¹⁵

Mais tarde, já no Palácio do Itamaraty, o representante do Brasil na OEA continuou se recusando a fazer declarações. Apenas dizia “cabe ao ministro do Exterior falar”.⁶¹⁶ À portas fechadas, Penna Marinho se reuniu por longo tempo com o ministro Hermes Lima, o subsecretário-geral do Itamaraty, Carlos Alfredo Bernardes, Lucio Hadock Lobo e Antonio Borges Castelo Branco, sem, no entanto, ter sido possível saber o teor das conversações.⁶¹⁷

Em sua edição de domingo, *O Estado de São Paulo* ainda expressava o grande interesse da sociedade acerca da reunião – e do voto brasileiro – na Organização dos Estados Americanos. Advertindo a seus leitores que, “apesar do rigoroso sigilo mantido nas conversações entre o embaixador Penna Marinho e o primeiro-ministro Hermes Lima”, declarava ter sido possível descobrir, através de fontes do Palácio das Laranjeiras, que o diplomata brasileiro assumiu a atitude que tomou na reunião da OEA, sob a justificativa de ter buscado, e não encontrado, o apoio de outros países para não votar a resolução dos EUA, citando como exemplo o Chile, país que tinha se absterido conjuntamente ao Brasil quando da VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres

⁶¹⁴ *O Estado de São Paulo*, 27 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

⁶¹⁵ Idem.

⁶¹⁶ Idem, *ibidem*.

⁶¹⁷ Idem, *ibidem*.

Americanos. Por conseguinte, teria então passado a segunda ação, ou seja, desdobrar a resolução e votar os parágrafos em separado, no que obteve sucesso.⁶¹⁸

O primeiro-ministro Hermes Lima, no entanto, não teria se dado por totalmente conformado frente as explicações do diplomata, pois “teria manifestado ao Sr. Penna Marinho a sua discordância apenas quanto ao pronunciamento do Brasil no conjunto do projeto que foi aprovado”.⁶¹⁹ Ante a justificativa de Penna Marinho de que se votasse contra ou se abstivesse a aprovar a resolução em sua totalidade o Brasil ficaria isolado na OEA, Hermes Lima seria “de opinião que o Brasil poderia abster-se totalmente, embora correndo o risco de ficar sozinho dentre as 20 nações que apoiaram os Estados Unidos”.⁶²⁰ E o jornal radicalizava ainda mais a situação:

E a tal ponto essa tendência deveria ficar positivada que o sr. Hermes Lima já hoje não esconde a sua indiferença pela OEA, achando mesmo que o Brasil devia retirar-se desse organismo. Alguns altos funcionários do Ministério das Relações Exteriores, aqueles que mais se deixaram impregnar pela nova linha de política exterior do Brasil, também acompanharam o pensamento do primeiro-ministro, achando que o nosso País não está sendo bem compreendido na OEA, sobretudo por parte dos Estados Unidos.⁶²¹

Como visto anteriormente, *O Estado de São Paulo* já havia mencionado, a partir da opinião de próceres da UDN, que o embaixador Ilmar Penna Marinho, pertencia a uma *uma ala moderada e mesmo nitidamente democrática* do Itamaraty. Ao expor a posição de romper com a OEA – que nunca foi confirmada tampouco aventada publicamente pelos representantes do governo nacional-reformista de João Goulart – como objetivo de Hermes Lima e de alguns altos funcionários do Itamaraty que viam a PEI com bons olhos, a ideia de que o país viria a se afastar do Hemisfério Ocidental – e por extensão se aproximaria mais do regime cubano, ou mesmo dos demais países socialistas – tomava corpo, radicalizando mais a questão de Cuba. Imagina o que os jornalistas fariam se tivessem tido acesso a carta que Goulart enviou para Kennedy, vista anteriormente, com as duras críticas realizadas pelo presidente brasileiro à forma como a OEA vinha procedendo?

⁶¹⁸ *O Estado de São Paulo*, 28 de outubro de 1962, p. 6. BSF. Brasília/DF.

⁶¹⁹ *Idem*.

⁶²⁰ *O Estado de São Paulo*, 28 de outubro de 1962, p. 6. BSF. Brasília/DF. A frase foi mal-formulada. Desde a saída do governo cubano da OEA, ela era formada por 20 países. Contando que os EUA não poderiam se auto-apoiar, se o Brasil se abstivesse, ficaria sozinho frente as 18 nações que apoiaram os EUA.

⁶²¹ *Idem*.

O jornal, todavia, destaca que Penna Marinho retornaria na próxima semana para a OEA. Assim, ele não seria destituído do cargo nem receberia punição severa do governo brasileiro. E o mais importante: era a afirmação de que o Brasil não romperia com a Organização dos Estados Americanos.

Mas a posição brasileira durante a votação na OEA ainda teria repercussões políticas importantes. O primeiro-ministro Hermes Lima fora convocado para prestar esclarecimentos, em sessão secreta do Senado, “a respeito da posição assumida pelo Brasil quanto ao bloqueio de Cuba”.⁶²²

Também na Câmara dos Deputados repercutia a posição brasileira no fórum hemisférico. Em razão da vigência do sistema parlamentarista e se antecipando a uma nova convocação, dessa vez da Câmara, o primeiro-ministro Hermes Lima pediu um encontro na manhã do dia 29 com lideranças dos principais partidos para expor o papel desempenhado pelo Brasil. Participaram dessa reunião os deputados Raimundo Padilha (UDN), presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, os pessedistas Martins Rodrigues, Arnaldo Cerdeira e Helio Cabral, Plínio Salgado (PRP), Menezes Cortes (UDN) – que viria a falecer um dia depois em desastre de avião – e Bocaiúva Cunha (PTB).⁶²³

Na Câmara, o primeiro-ministro teria mencionado que o representante brasileiro na OEA “chegou a ter entendimentos com a delegação dos Estados Unidos para evitar o bloqueio norte-americano”⁶²⁴, mas que, em função de argumentação estadunidense, o Brasil acabou aprovando o bloqueio. Hermes Lima também teria dito que “esperava que a Câmara aprovasse as diretrizes de nossa política externa”, pois estavam consubstanciadas na melhor tradição da busca pela paz. Pela fonte periódica, não foi possível descobrir se, na Câmara dos Deputados, o primeiro-ministro explicou detalhadamente a controvérsia acerca do voto brasileiro.

⁶²² *O Estado de São Paulo*, 31 de outubro de 1962, p. 3. BSF. Brasília/DF.

⁶²³ *O Estado de São Paulo*, 30 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF. No entanto, o deputado Menezes Cortes não participou da reunião, tendo sido informado de seus acontecimentos em almoço com o primeiro-ministro. “O deputado Menezes Cortes chegou ao Itamaraty já depois da reunião que eu tivera com os líderes da Câmara e do Senado. Eu o convidei para almoçar e lhe dei, pessoalmente, as explicações que já houvera fornecido aos outros líderes partidários. A linha dessa conversa está nos jornais”. Entrevista do Chanceler Hermes Lima aos Jornalistas Credenciados e a Toda a Imprensa no Itamaraty. Sala dos Índios. Em 30 de Outubro de 1962, p. 3. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁶²⁴ *O Estado de São Paulo*, 30 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

Era previsto que “no fim desta ou em princípios da próxima semana”, o primeiro-ministro fosse ao Senado “a fim de prestar esclarecimentos sobre a posição de nosso País na recente crise internacional”.⁶²⁵ Enquanto isso não ocorria, em uma entrevista coletiva no Palácio do Itamaraty, o ministro das Relações Exteriores era indagado sobre a declaração do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola

Um Jornalista: Noticiou-se hoje que Vossa Excelência e o Embaixador Penna Marinho irão ao Senado para prestar informações sobre as medidas que o Brasil tomou na OEA. Nessa pergunta que farei em seguida, pergunto: o Deputado Leonel Brizola, na Televisão, disse que o Embaixador Ilmar Penna Marinho teria decidido sem a orientação do Governo brasileiro, Vossa Excelência disse que não e, nós da Imprensa, temos tido dificuldades em esclarecer aos leitores, nesta divergência de informações, tudo que o Governador Brizola teria dito, pois como este tem parentesco com o Presidente da República...⁶²⁶

Ainda em meio à pergunta do jornalista, interrompendo-o, Hermes Lima respondeu secamente: “Não vejo porque essa dificuldade, visto que o Ministro do Exterior sou eu”.⁶²⁷ O assunto trazia desconforto para o governo, ainda mais quando ram feitas relações enfocando o parentesco do presidente com Brizola – nem tanto pelos laços mas principalmente pelo seu radicalismo.⁶²⁸

A pergunta seguinte continuava no mesmo assunto: “Um jornalista: O Embaixador Penna Marinho foi recebido pelo senhor, queremos saber quando retorna ao

⁶²⁵ *O Estado de São Paulo*, 31 de outubro de 1962, p. 4. BSF. Brasília/DF.

⁶²⁶ Entrevista do Chanceler Hermes Lima aos Jornalistas Credenciados e a Toda a Imprensa no Itamaraty. Sala dos Índios. Em 30 de Outubro de 1962, p. 6. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁶²⁷ Idem. No jornal *O Estado de São Paulo* a resposta foi publicada: “O ministro do Exterior sou eu”. *O Estado de São Paulo*, 31 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

⁶²⁸ Leonel Brizola era casado com Neusa Goulart, irmã do presidente. No entanto, as relações entre Goulart e Brizola eram mais complexas do que se pode supor. Um bom estudo, levantando a hipótese de uma “complementariedade conflitiva” entre as duas lideranças do PTB pode ser encontrado no trabalho de Diego Almeida. ALMEIDA, Diego Orgel dal Bosco. **Jango e Brizola: tão perto e tão longe (1961-1964)**. 134 f. Passo Fundo: UPF, 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2007. Uma posição comum, embora com objetivos distantes, pode ser verificada na ação dos dois personagens quando da campanha do plebiscito, como aponta Marcelo Nogueira. NOGUEIRA, Marcelo D’Alencourt. **As relações políticas de João Goulart e Leonel Brizola no governo Jango (1961-1964)**. 85 f. Niterói: UFF, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

seu posto”.⁶²⁹ O ministro das Relações Exteriores, procurando abreviar o assunto, anunciou, novamente de forma curta: “na próxima sexta-feira”.⁶³⁰

Os ânimos estavam tão acirrados e a posição da Política Externa Independente – que era a expressão internacional do projeto nacional-reformista do governo Goulart – era um elemento de tão grave divisão na vida política brasileira que seus reflexos também puderam ser observados na Câmara dos Deputados. Eleito pelo Pernambuco, o deputado Francisco Julião, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), propôs um “voto de aplauso ao Sr. Hermes Lima, por suas declarações a respeito da crise internacional”. O resultado foi desastroso para o governo: a proposta foi rejeitada por 17 votos contra 16.⁶³¹

Nessa conjuntura, o embaixador Penna Marinho se encontrava com o presidente João Goulart no Palácio das Laranjeiras. Segundo a imprensa retratou, o diplomata teria realizado “ampla exposição” ao presidente Goulart sobre o voto do Brasil na OEA, que teria “dito ao diplomata textualmente: ‘Embaixador, felicito-o pelo grande serviço que prestou ao Brasil’,⁶³² e “sugerido” que o diplomata voltasse ao seu posto nas próximas 48 horas. Tendo em vista que, por mais de uma vez em seu depoimento, Almino Affonso declarou: “Eu me lembro com absoluta segurança que o presidente ficou irritadíssimo com a posição do Penna Marinho”⁶³³, e que o voto do representante brasileiro fez gerar grande polêmica interna, é mais do que razoável a dedução de que estas palavras de Goulart sim é que tinham um “efeito diplomático”, procurando acalmar uma situação que em nada interessava ao governo.

Em nenhum momento o presidente João Goulart ou o primeiro-ministro Hermes Lima responsabilizaram publicamente o diplomata Ilmar Penna Marinho por ele não ter seguido as orientações do governo em sua plenitude. Mesmo com seu voto aprovando a totalidade da resolução estadunidense – o que, em última análise, representava, mesmo

⁶²⁹ Entrevista do Chanceler Hermes Lima aos Jornalistas Credenciados e a Toda a Imprensa no Itamaraty. Sala dos Índios. Em 30 de Outubro de 1962, p. 6. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁶³⁰ Idem. Essa declaração, com pequenos acréscimos, também aparece em *O Estado de São Paulo*: “o embaixador Penna Marinho, concluídas as consultas a que veio, regressará ao seu posto na OEA, na próxima sexta-feira, dia 2 de novembro”. *O Estado de São Paulo*, 31 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

⁶³¹ *O Estado de São Paulo*, 31 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

⁶³² Idem.

⁶³³ Depoimento de Almino Affonso a Charles Sidarta Machado Domingos. 27 de agosto de 2013. São Paulo/ SP.

que houvesse se absterido em separado contra o emprego de força armada a sua aprovação a essa medida – e com isso desagradando aos setores que davam sustentação ao projeto nacional-reformista do governo, João Goulart e Hermes Lima não permitiram que o diplomata fosse considerado insubordinado pela opinião pública. Tal foi o resguardo da imagem do diplomata Penna Marinho pelos homens mais importantes do governo, que chegaram a se indispor, inclusive, com importantes lideranças do PTB, como Leonel Brizola e Almino Affonso. E isso foi compreendido e considerado por Ilmar Penna Marinho, pois quando já estava de volta a Washington, após ter sido o pomo da discórdia da Política Externa Independente, enviou um telegrama particular para Hermes Lima capaz de dissipar todas as dúvidas sobre a postura de Penna Marinho na votação da OEA. Nesse telegrama, o diplomata brasileiro agradecia o posicionamento de Hermes Lima sobre a polêmica votação, o apoiando frente aos setores politicamente importantes do governo:

Profundamente agradecido pelo valioso apoio prestado por ilustre homem público no recente caso do voto brasileiro na OEA. Afetuosos cumprimentos, Ilmar Penna Marinho.⁶³⁴

Todavia, mesmo quando a Crise dos Mísseis parecia estar se acalmando, não se esquecia da convocação do primeiro-ministro para ir prestar esclarecimentos no Senado. A oposição denunciava, inclusive, a possibilidade de um movimento organizado pelos parlamentares governistas para que o primeiro-ministro não mais precisasse atender à convocação dos senadores: “no Senado, articula-se movimento para cancelar sua convocação, argumentando os interessados que o objetivo da iniciativa está superado, em vista da reunião havida com os líderes partidários, aos quais o primeiro-ministro definiu a posição brasileira no caso de Cuba”.⁶³⁵

No entanto, a própria matéria trazia a informação de que o primeiro-ministro teria anunciado seu comparecimento ao Senado. De acordo com a reportagem, Hermes Lima compareceria ao Senado na próxima quarta-feira, dia 14 de novembro, para “fazer uma exposição sobre a política externa em geral e em particular sobre a posição do

⁶³⁴ Telegrama de Ilmar Penna Marinho para Hermes Lima. 07 de novembro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/RJ.

⁶³⁵ *O Estado de São Paulo*, 07 de novembro de 1962, p. 4. BSF. Brasília/DF.

Brasil na crise internacional”.⁶³⁶ Certamente, as pressões oriundas do Congresso Nacional se faziam valer com força, fruto da importância que a política externa brasileira detinha no momento. Tanto que, no dia seguinte, era noticiado a confirmação de que o primeiro-ministro iria ao Senado na próxima semana “para expor o comportamento da chancelaria brasileira na crise internacional”.⁶³⁷

Dada a situação política interna, que passava a se concentrar na campanha para o plebiscito de janeiro, foi postergada a reunião com Hermes Lima no Senado. Acabou sendo anunciada sua presença para o dia 21 de novembro, às 16 horas.⁶³⁸ Em nossas pesquisas, obtivemos documento intitulado “Ata da Sessão Secreta realizada em 21 de novembro de 1962”⁶³⁹ sobre a reunião do Senado.

Esse documento é manuscrito e, em virtude do caráter secreto da reunião, não traz as revelações realizadas pelo primeiro-ministro durante a reunião de forma detalhada. A partir de sua leitura, podemos tomar conhecimento que a reunião aconteceu no período das 16 às 18 horas do dia 21 de novembro e estavam presentes o primeiro-ministro Hermes Lima e 37 senadores da República. Quem presidiu a reunião foi o senador Rui Palmeira que, em conformidade com o requerimento de convocação apresentado pelo senador Jeferson de Aguiar, pretendia “ouvir e interpelar o Sr. Presidente do Conselho de Ministros sobre a Política Exterior seguida pelo Brasil”.⁶⁴⁰

Logo de início, o senador Aloísio de Carvalho solicitou uma questão de ordem, na qual consultava o senador Jeferson de Aguiar, autor da convocação, e ao primeiro-ministro Hermes Lima “sobre se persistiam as razões que determinaram o caráter secreto da sessão”. A resposta do senador foi de que a decisão seria do primeiro-ministro, que acabou respondendo de forma afirmativa. Em razão disso, foi realizada uma consulta entre os presentes “sobre se seria conveniente o apanhado taquigráfico dos trabalhos”, tendo sido decidido pelo plenário, após intervenção do senador Filinto Muller (PSD), “que não, por que isso quebraria o sigilo das questões debatidas”.⁶⁴¹

⁶³⁶ *O Estado de São Paulo*, 07 de novembro de 1962, p. 4. BSF. Brasília/DF.

⁶³⁷ *O Estado de São Paulo*, 08 de novembro 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

⁶³⁸ *O Estado de São Paulo*, 21 de novembro 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

⁶³⁹ Ata da Sessão Secreta realizada em 21 de novembro de 1962. ARQUIVO DO SENADO FEDERAL. Senado Federal do Brasil. Brasília/DF.

⁶⁴⁰ *Idem*.

⁶⁴¹ *Idem*, *ibidem*.

Desse modo, através da intervenção do antigo membro do governo ditatorial de Getúlio Vargas, muito pouco ficou para o registro histórico. O que se pode recuperar daquela reunião não nos permite, por exemplo, termos certeza sobre a versão enunciada pelo primeiro-ministro a respeito do voto proferido por Penna Marinho na Organização dos Estados Americanos. O que podemos auferir é muito pouco. Podemos saber que o primeiro-ministro estendeu-se “na exposição dos fatos ligados ao bloqueio marítimo de Cuba efetivado pelos Estados Unidos da América do Norte em razão do envio de armas nucleares que a Rússia Soviética vinha instalando na ilha cubana”. Mas isso já era previsível que aconteceria. O que podemos trazer de mais relevante desse documento para nossa pesquisa é que “o Sr. 1º Ministro definiu e pormenorizou a posição do Brasil face aos acontecimentos e as providências tomadas pelo Governo Brasileiro a respeito”⁶⁴² – portanto, Hermes Lima apresentou alguma versão aos membros do Senado; e possivelmente essa versão estivesse próxima dos objetivos originais do governo Goulart, pois a reunião se manteve secreta em função da justificativa do primeiro-ministro “de que, em face de documentos secretos que lia e do caráter sigiloso de algumas partes de sua exposição, era necessário manter o caráter secreto da Sessão” – e os senadores que se manifestaram durante a reunião.

É possível saber que o autor do requerimento, senador Jeferson de Aguiar, “expos as razões que levaram o Senado, por sua iniciativa, a convocar o Sr. 1º Ministro, reafirmando as preocupações que ainda pesavam quanto aos rumos da Política Externa do nosso País” e que este senador formulou “uma série de perguntas que foram, pela ordem da interpelação, respondidas pelo Sr. Presidente do Conselho de Ministros”. Também foi possível descobrir que o senador Sergio Marinho (UDN), “tecendo críticas em torno de vários aspectos da posição brasileira no caso cubano” solicitou esclarecimentos ao primeiro-ministro. E que o último senador a se manifestar – ao que o documento indica só esses três senadores se pronunciaram – foi o senador Daniel Kriegger (UDN), que inicialmente alertou que não realizaria perguntas, apenas “estabeleceria aparos à exposição feita à Casa pelo Sr. Presidente do Conselho de Ministros, afirmando que o Brasil em hipótese alguma deverá pactuar, nem tergiversar,

⁶⁴² Ata da Sessão Secreta realizada em 21 de novembro de 1962. ARQUIVO DO SENADO FEDERAL. Senado Federal do Brasil. Brasília/DF.

com Governos totalitários, onde a pessoa humana perdeu seus direitos fundamentais, submetida ao jugo de todas as prepotências”.⁶⁴³

Na tentativa de responder a essas críticas, de acordo com esse documento do Senado, o primeiro-ministro justificou as ações do governo brasileiro pelos “esforços em que teremos de nos empenhar para evitar a catástrofe de uma guerra exterminadora” e no objetivo de “não se desfigurar no entrechoque ideológico dos nossos dias”.⁶⁴⁴ Assim, Hermes Lima mantinha os alicerces da Política Externa Independente a partir do seu caráter de defesa da paz e independência nas relações exteriores, porém, sem quebrar os vínculos com o mundo ocidental ao qual o governo Goulart frisava pertencer.

Do pouco que o documento traz, podemos ter uma única certeza: nenhuma manifestação de apoio a Política Externa Independente foi realizada pelos senadores que interpelaram o primeiro-ministro. Para o primeiro deles, a PEI era ainda objeto de preocupações, enquanto para o segundo senador vários aspectos da posição brasileira na questão de Cuba eram passíveis de críticas e, por fim, para o terceiro senador que se pronunciou na reunião secreta, o Brasil, através de sua política externa, não poderia de maneira nenhuma sequer se relacionar com governos totalitários, que é como ele encarava o governo cubano. Assim, é possível perceber que houve uma escalada no tom das manifestações no Senado Federal, tendo sido elas todas de críticas à política externa do governo nacional-reformista de João Goulart.

⁶⁴³ Ata da Sessão Secreta realizada em 21 de novembro de 1962. ARQUIVO DO SENADO FEDERAL. Senado Federal do Brasil. Brasília/DF.

⁶⁴⁴ Idem.

Capítulo IV

AS TENTATIVAS DE INTERVENÇÃO DA PEI NA CRISE DOS MÍSSEIS

A Crise dos Mísseis durou bem mais que os célebres “treze dias que abalaram o mundo” – avaliação equivocada de qualquer maneira, pois é calcada em uma perspectiva exclusivamente estadunidense; supondo que estivesse correta, para países como o Brasil ou mesmo a Inglaterra ou China, por essa ótica, o *mundo teria sido abalado* por sete dias.

O governo Goulart esteve envolvido com a Crise dos Mísseis por cerca de dois meses. Durante a sua fase mais crítica, na semana entre 22 e 28 de outubro, o governo brasileiro acompanhou seus desdobramentos de forma contínua. Ainda nessa semana mais conturbada da questão de Cuba, o governo do Brasil procurou interferir de forma urgente ao governo de Fidel Castro, pois detinha uma informação muito importante.

Além disso, o governo brasileiro enviou para Cuba um representante direto do presidente João Goulart: o chefe da Casa Militar da presidência da República, general Albino Silva. Pretendendo ocorrer em caráter secreto, sua missão logo foi tornada pública e causara muitas especulações. Houve grande repercussão sobre a tarefa empreendida pelo militar brasileiro na terra de Castro.

Através de seu princípio de *contribuição para a preservação da paz*, a Política Externa Independente procurou colaborar na busca de uma solução pacífica para o conflito dentro da Organização das Nações Unidas. O governo Goulart elaborou uma proposta para tornar a América Latina livre de armamentos nucleares. Com essas medidas, o governo brasileiro se projetava como um país de crescente importância no mundo internacional. Ou ao menos esse era o seu objetivo.

4.1

A Grande Fofoca

De Cuba, o embaixador Luiz Leivas Bastian Pinto enviava um telegrama para o ministério das Relações Exteriores, no qual era realizada uma avaliação da situação interna daquele país. Segundo o diplomata brasileiro, “Cuba está totalmente mobilizada, e as demais atividades estão, praticamente, paralisadas, com incalculáveis prejuízos para a economia do país”. Contudo, havia uma sensação de que a situação parecia estar melhorando. Para Bastian Pinto, “desde ontem, percebe-se certo alívio em face dos esforços do Secretário Geral e dos numerosos países membros da ONU para evitar agravar a situação”.⁶⁴⁵

A imprensa cubana noticiava sobre o desenvolvimento da Crise dos Mísseis de forma otimista, “insistindo em que a opinião mundial se está mobilizando a favor de Cuba” sem, no entanto, deixar de insistir para que os cubanos se preparassem para a defesa de possíveis invasões.⁶⁴⁶

O diplomata brasileiro também se reportava ao seu encontro com Raul Roa, ministro das Relações Exteriores de Cuba. Roa parecia estar satisfeito com a evolução dos acontecimentos no âmbito da ONU, pois teria informado a Bastian Pinto “que considera bastante firme a posição do México e da Bolívia em favor de Cuba e, até mesmo, do Uruguai, enquanto o Chile lhe parece vacilante”. Sobre a posição do Brasil, Roa não teria falado quase nada a Bastian Pinto que, por sua vez, teria insistido na proposta brasileira “para que Cuba tomasse a iniciativa de convidar os observadores da ONU”. Em relação a essa reiteração da proposta brasileira, nada teria dito o ministro cubano a Bastian Pinto. Mas o governo brasileiro não deveria se considerar desprestigiado, pois, o embaixador brasileiro, na busca incansável por melhores informações, teria sido informado de que “um alto funcionário da Chancelaria” cubana

⁶⁴⁵ Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 346. CONFIDENCIAL. URGENTE. Assunto: **Questão de Cuba**. Data: 26 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁶⁴⁶ Idem.

teria manifestado no dia anterior a um colega seu “que Cuba considera o Brasil mais firme, em seu favor, que o México”.⁶⁴⁷

E o governo cubano estava certo em considerar a postura do Brasil mais *firme* do que a do México. Werner Altman, em seu trabalho sobre as relações entre México e Cuba, observa que durante a Crise dos Mísseis

O quadro político havia se modificado. A presença da União Soviética nesse contencioso acarretou a mudança na ação diplomática mexicana [...] Sabe-se das conversações telefônicas entre Kennedy e López Mateos [...]. Os EUA não estavam dispostos a admitir qualquer posição discrepante.⁶⁴⁸

O prestígio brasileiro junto ao governo cubano parecia, realmente, muito elevado. Durante todos os momentos de extrema tensão que aquele país vinha vivendo, não se fechavam as portas, em nenhum momento, para os representantes do governo de João Goulart. A impressão que a documentação nos deixa é que, realmente, o governo de Fidel Castro tinha o entendimento de que o Brasil poderia colaborar na busca de uma solução para a Crise dos Mísseis – fosse na Organização das Nações Unidas, fosse através de contatos com o governo dos Estados Unidos – que não representasse, para os olhos do governo cubano, algum tipo de humilhação.

Nessa mesma sexta-feira, 26 de outubro, de Washington, o embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Roberto de Oliveira Campos, enviava um longo telegrama, composto de 4 páginas, para o ministério das Relações Exteriores. Já em seu início, ele alertava quanto a gravidade da questão de Cuba: “uma revisão analítica dos últimos acontecimentos da crise cubana leva-me a algumas conclusões capazes de autorizar um prognóstico bastante grave da situação atual”.⁶⁴⁹

O embaixador Roberto Campos tinha sido indicado para a embaixada de Washington por Afonso Arinos de Melo Franco – quando exerceu o cargo de ministro das Relações Exteriores – poucos dias antes da renúncia de Jânio Quadros. Mesmo com

⁶⁴⁷ Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 346. CONFIDENCIAL. URGENTE. Assunto: **Questão de Cuba**. Data: 26 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁶⁴⁸ ALTMAN, Werner. **México e Cuba**: Revolução, Nacionalismo, Política Externa. São Leopoldo: UNISINOS, 2001, p. 75-76. Interpolações nossas.

⁶⁴⁹ Telegrama da Embaixada em Washington. Num. 795. CONFIDENCIAL. URGENTE. Assunto: **Questão de Cuba**. Data: 26 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

a posse de João Goulart, de quem tinha muito mais discordâncias do que afinidades em relação a projeto de governo, acabou sendo designado para a embaixada nos EUA.

No depoimento realizado por Almino Affonso, ao ser indagado a respeito das relações de Roberto Campos com João Goulart e sobre os motivos dele ter sido escolhido para a embaixada em Washington, o à época líder do PTB mencionou:

Eu acho que as relações eram corteses. Se você tomar em conta que ter alguém representando o Brasil em Washington, o bom senso sugeria, pode parecer paradoxal, que tivesse boa acolhida em Washington. Você dirá assim, de uma forma assim um pouco, um pouco prosaica, que o representante do Brasil é do Brasil, e portanto leva o que se pensa. É. Mas se não tiver alguém que o ouça, não cumpre a tarefa de levar o que eu quero.⁶⁵⁰

Imediatamente, questionamos Almino Affonso a respeito, então, das relações de Roberto Campos com o presidente dos Estados Unidos. Ao perguntarmos se as relações entre Campos e Kennedy eram boas, obtivemos a seguinte, e surpreendente, resposta: “Total... Total. Dizem, eu não sei se é real, que teria até namorado em algum momento, com uma das aparentadas do Kennedy”.⁶⁵¹

Além disso, sobre a indicação de Campos para embaixador em Washington, e também sobre as razões pelas quais ele aceitou, Affonso afirma que “E aqui pra completar, o Roberto Campos tinha uma relação estreita com San Tiago. De amizade! A chamada “nata’ se relaciona”.⁶⁵²

Através dessas boas relações, então, Roberto Campos obtinha informações consideradas muito úteis pelo governo Goulart. A tal ponto que esse seu telegrama de 26 de outubro produziu efeitos importantes nas ações do Brasil durante a Crise dos Mísseis e poderia ter tido repercussões ainda mais amplas e significativas para o desfecho dos acontecimentos.

Em sua “revisão analítica dos últimos acontecimentos da crise cubana”, Roberto Campos observava, a partir do pronunciamento público da segunda-feira, serem dois os objetivos do presidente John Kennedy: “A – Impedir que novas armas ofensivas

⁶⁵⁰ Depoimento de Almino Affonso a Charles Sidarta Machado Domingos. 27 de agosto de 2013. São Paulo/ SP.

⁶⁵¹ Idem.

⁶⁵² Idem, *ibidem*.

cheguem a Cuba; B – Obter o desmantelamento ou remover as atuais instalações bélicas de natureza ofensiva”.⁶⁵³

Roberto Campos chamava a atenção para a importância que até então tinha sido dada ao primeiro objetivo. O representante do Brasil alegava que essa relevância tinha diversas causas:

Início imediato do bloqueio, unanimidade de apoio da América Latina e apoio generalizado da Europa a efetividade da quarentena, reação moderada da União Soviética e tranquilidade do primeiro contato da esquadra americana com os navios russos, maciça solidariedade interna à decisão presidencial.⁶⁵⁴

E, ao examinar uma série de pontos, Campos acreditava que muito em breve o governo dos EUA tomaria atitude com o intento de alcançar seu segundo objetivo.

6 – Nos últimos dois dias, alguns líderes parlamentares, após conferências com Kennedy, **têm declarado que se em breve não forem desmanteladas as instalações, os Estados Unidos terão de removê-las;** 8 – **Porta vozes não identificados do governo americano têm feito claras insinuações á imprensa de que este terá de destruir aquelas instalações, caso não sejam removidas pelos próprios cubanos e soviéticos** já que as bases aéreas do SAC, responsáveis por grande parte do poderio nuclear americano, são facilmente vulneráveis a foguetes oriundos de Cuba, acrescentando que toda a rede de radar canadense e norte-americana está orientada para o Ártico, não estando ainda funcionando o sistema de radar onidirecional, que permitiria, ainda que com antecipação curta, a detecção de mísseis cubanos; 9 – Diversos comentaristas políticos já dão como decisão assentada que **o governo americano assim procederá a qualquer custo.**⁶⁵⁵

Dentre a bem fundamentada comunicação enviada ao Itamaraty destacamos três pontos em razão do caráter fortemente agressivo que eles continham e das interpretações que deles o governo brasileiro realizaria. Os pontos 6, 8 e 9 da análise de Roberto Campos pareciam muito assustadores naquela conjuntura, pois não havia muita clareza a respeito das medidas que a União Soviética e Cuba poderiam tomar como forma de retaliação. O próprio embaixador Roberto Campos fazia algumas conjecturas em relação a URSS. Na sua projeção, ele entendia que Krushev pretendia terminar a instalação dos mísseis antes das eleições estadunidenses de sete de novembro, para com

⁶⁵³ Telegrama da Embaixada em Washington. Num. 795. CONFIDENCIAL. URGENTE. Assunto: **Questão de Cuba.** Data: 26 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁶⁵⁴ Idem.

⁶⁵⁵ Idem, ibidem. Grifos nossos.

isso “criar uma crise capaz de favorecê-la no problema de Berlim”. Com a descoberta por parte dos Estados Unidos, segundo Roberto Campos, os soviéticos teriam mudado seus planos, tomando uma atitude de “moderação”, conforme poderia ser observada nos eventos do dia 24 quando os seus navios “pacificamente reconheceram o bloqueio norte-americano”.⁶⁵⁶

O embaixador brasileiro em Washington aventava ao governo brasileiro que a URSS poderia, então, tentar obter a inutilização dos mísseis na Turquia como troca para a retirada dos mísseis de Cuba – o que demonstrava o bom grau de acesso as informações que ele tinha frente ao governo dos EUA. Além disso, Campos, de maneira muito exagerada, admitia a possibilidade também de que a União Soviética almejasse “ganhar tempo com as atuais negociações na ONU, acelerando simultaneamente as instalações em Cuba, a fim de levar os EUA a uma ação militar direta contra o território cubano, vitimizandando Cuba e obtendo com isso uma posição política e ético jurídica superior a dos Estados Unidos”.⁶⁵⁷

Em razão de toda essa argumentação, Roberto Campos vislumbrava que o governo dos Estados Unidos “em breve” daria um prazo para a retirada dos mísseis de Cuba. E se a determinação dos EUA não fosse seguida, o representante do Brasil, na tentativa de influenciar o ministro Hermes Lima da gravidade da situação, alertava sobre a seguinte possibilidade:

Se não atendido o ultimatum proceda alternativamente A – A bombardeio das rampas; B – A decretação de bloqueio total, inclusive de petróleo, paralisando a economia cubana ou; C – Invasão, hipótese esta menos provável, a não ser em apoio de insurreição em Cuba.⁶⁵⁸

O governo brasileiro demonstrou-se muito preocupado com as informações, análises e projeções recebidas de seu embaixador em Washington. O presidente João Goulart que sempre se manifestava em assuntos de política externa em uma perspectiva de defesa da paz e a favor da coexistência dos povos, não muito tempo atrás, em abril, quando da sua visita aos Estados Unidos tinha presenciado algo que muito o impressionara:

⁶⁵⁶ Telegrama da Embaixada em Washington. Num. 795. CONFIDENCIAL. URGENTE. Assunto: **Questão de Cuba**. Data: 26 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁶⁵⁷ Idem.

⁶⁵⁸ Idem, *ibidem*.

Goulart ainda foi convidado a visitar o Comando Aéreo Estratégico, centro de defesa de todo o Hemisfério Ocidental, situado em Omaha, Nebraska. O Comando controlava os mísseis nucleares de longo alcance e os bombardeiros B-52, que, em alternância, voavam 24 horas pela Europa e Ásia carregando ogivas nucleares. Do comandante da base, ouvia explicações de como, com um simples telefonema, o mundo poderia ser destruído. Em certo momento, o general Thomas Power mostrou-lhe um gigantesco mapa do mundo, repleto de pontos luminosos, sobretudo na Europa e Ásia. Ao querer demonstrar a capacidade ofensiva da base acionando um mecanismo qualquer, Jango, irônico, comentou: “Não precisa acionar, general, eu acredito no que vocês estão me dizendo!” O general mostrava-se cada vez mais entusiasmado com o poder de deflagrar o apocalipse. Pôs o presidente brasileiro em um helicóptero e logo chegaram a um silo subterrâneo onde estava estacionado um míssil balístico Atlas. Jango olhava o gigante enquanto o general, com muita naturalidade, explicava que a carga da ogiva mataria, no ato da explosão, 500 mil pessoas em Moscou; outras tantas morreriam horas depois; e, ao final, milhões ficariam gravemente feridos. Se a ogiva explodisse em Pequim, os mortos instantâneos seriam 700 mil, mas se fosse em Xangai somariam um milhão, entre outras cifras macabras. Jango ouvia assustado enquanto o general falava com absoluto entusiasmo. Jango saiu daquele lugar sem entender por que o haviam levado ali, por que tantas horas gastas nos subterrâneos, por que tantos números minuciosos sobre mortes instantâneas e mortes lentas. Segundo Flávio Tavares, tudo isso faria sentido dois anos depois.⁶⁵⁹

Mas também fez muito sentido para o presidente Goulart seis meses depois. A partir do alerta de Roberto Campos, o presidente decidiu agir. Movido pela necessidade de tentar impedir um desfecho terrível para a questão de Cuba, rapidamente fez com que fosse enviada uma firme recomendação para a embaixada do Brasil em Havana:

Estamos seguramente informados que caso o trabalho que se vem realizando nas construções das plataformas para lançamento de teleguiados não for suspenso dentro das próximas 48 hrs, o Governo americano tomará medidas que incluem a utilização de força armada.⁶⁶⁰

A expectativa era, evidentemente, que a construção das bases para o lançamento dos foguetes fosse interrompida por ordem de Fidel Castro. Uma informação daquela gravidade não poderia, no entendimento do presidente do Brasil, ser ignorada. Tratava-se, praticamente, de uma última chance para o governo cubano.

Por isso, orientava o embaixador Luiz Leivas Bastian Pinto a realizar “imediate gestão junto a esse Governo apelando para suspensão nos trabalhos nas plataformas de

⁶⁵⁹ FERREIRA, Jorge. **João Goulart**: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 277.

⁶⁶⁰ Despacho telegráfico para a Embaixada em Havana. Num. 169. SECRETO. URGENTÍSSIMO. Assunto: **Questão de Cuba**. Data: 26 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

lançamento e assegurando que é essa a nosso ver a única maneira de impedir abertura de hostilidades”.⁶⁶¹

Goulart também solicitava que o diplomata brasileiro acenasse a Fidel Castro que, com a suspensão dos trabalhos, seria criado um clima propício para entendimentos de alto nível, a encargo de U-Thant, Secretário Geral da ONU. E sendo suspensa a construção das rampas, o governo de Goulart se comprometia a “nas conversações de cúpula” usar “de toda nossa influência junto ao Governo americano para que a integridade do território e das instituições políticas de Cuba sejam respeitadas”.⁶⁶²

Reafirmava, assim, diretamente ao primeiro-ministro de Cuba, sua intenção de seguir à risca os princípios fundamentais da Política Externa Independente: a não-intervenção e a autodeterminação dos povos. Em um momento crítico da História, o governo Goulart, mesmo sob as mais fortes pressões, não recuava de seus princípios de política externa.

Fidel Castro, no entanto, estava em uma situação muito complicada. Considerava inadmissível que vôos de aviões de reconhecimento dos EUA estivessem acontecendo sobre seu território. Quando recebeu a mensagem de Goulart, imediatamente pensou que aqueles aviões poderiam atacar Cuba e “ordenó, a partir del 27, abrir fuego contra todo avión enemigo que volara a baja altura”.⁶⁶³

Como dissemos anteriormente, o telegrama enviado em 26 de outubro pelo embaixador Roberto Campos ao presidente João Goulart talvez pudesse ter tido efeitos mais amplos no desfecho da Crise dos Mísseis. Após ter decidido abrir fogo contra os aviões espiões dos EUA, Fidel Castro convocou, de imediato, o general Pliev – chefe das tropas soviéticas em Cuba – para lhe informar de sua decisão. Naquela reunião, que se estendeu até a noite de sexta-feira, o primeiro-ministro cubano sugeriu ao militar soviético que colocasse os armamentos em locais distantes uns dos outros, para não serem destruídos em poucos ataques dos EUA.⁶⁶⁴

⁶⁶¹ Despacho telegráfico para a Embaixada em Havana. Num. 169. SECRETO. URGENTÍSSIMO. Assunto: **Questão de Cuba**. Data: 26 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁶⁶² Idem.

⁶⁶³ DIEZ ACOSTA, Tomás. **Outubro de 1962: a um paso del Holocausto – una mirada cubana a la crisis de los misiles**. Havana: Editora Política, 2002, p. 175.

⁶⁶⁴ Idem, p. 176.

O primeiro-ministro cubano, ao final da noite do dia 26, sexta-feira, e início da madrugada do dia 27, sábado, foi a embaixada da URSS em Havana. Lá, escreveu uma carta para Krushev, na qual comunicava o risco que estava correndo:

“[...] hay dos variantes posibles: la primera y más probable es el ataque aéreo contra determinados objetivos con el fin limitado de destruirlos; la segunda variante, menos probable, aunque posible, es la invasión. Entiendo que la realización de esta variante exigiría gran cantidad de fuerzas y es además la forma más repulsiva de agresión, lo que puede inhibirlos”.⁶⁶⁵

Provavelmente, Nikita Krushev tenha enviado sua primeira carta a John Kennedy, no dia 26 de outubro, antes de ter lido a carta enviada por Fidel Castro.⁶⁶⁶ Por poucas horas, no entanto, suas decisões não levaram em consideração uma importante informação obtida pela inteligência diplomática brasileira. Não queremos, com isso, afirmar que Nikita Krushev decidiria abrir negociações com os EUA por parte da informação oriunda do Brasil nem que, a partir dessa informação, ele decidisse postergar seus entendimentos com John Kennedy. Pretendemos, isso sim, é demonstrar que o papel desempenhado pela Política Externa Independente do governo nacional-reformista de João Goulart durante a Crise dos Mísseis procurou interferir no curso da História.

4.2

A Missão Albino Silva

Havana, naqueles momentos, havia sido palco de intensa atividade diplomática. Como verdadeiros espões, diplomatas de muitas nacionalidades diferentes

⁶⁶⁵ Trecho da Carta de Fidel Castro a Nikita Krushev. Periódico Granma, 23 de noviembre de 1990 *apud* DIEZ ACOSTA, p. 177.

⁶⁶⁶ DOBBS, Michael. **Um minuto para a meia-noite**. Kennedy, Krushev e Castro à beira da guerra nuclear. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, 190; DIEZ ACOSTA, op. cit., p. 178.

conversavam entre si, trocavam informações, ocultavam algumas, redimensionavam outras. Não é nenhum exagero afirmar que nesse circuito diplomático pouca coisa pudesse ser mantida em segredo, até mesmo porque em uma troca de informações se deduz que ambos os lados devem oferecer algo. Ou mesmo que informações importantes enviadas das embaixadas para seus países, assim como no caminho contrário, fossem interceptadas e decodificadas pelos serviços de inteligência.⁶⁶⁷

De alguma maneira, no dia 27 de outubro, sábado, data imediatamente posterior ao envio da orientação do governo brasileiro para que seu diplomata em Cuba realizasse gestões junto ao governo cubano no sentido de interromper a construção das bases de lançamentos de mísseis, o mundo veio a saber das atividades do governo brasileiro. Por volta do meio-dia, o senador Afonso Arinos de Melo Franco, delegado brasileiro em Nova York na Assembleia Geral da ONU, transmitia uma importante informação para o ministério das Relações Exteriores.

Em telegrama “para ser comunicado imediatamente ao ministro de Estado”, Afonso Arinos informava que, nessa manhã de sábado, o influente jornal *New York Times* havia publicado a seguinte matéria:

Foi anunciado que o Brasil está empenhado em esforços infrutíferos em Havana para convencer o governo cubano a aceitar inspeção das Nações Unidas sobre suas bases como primeiro passo para um acordo negociado. Sabe-se também que o Brasil procurou igualmente persuadir Cuba a aceitar o apelo de U-Thant, Secretário Geral da ONU, no sentido de suspender a construção das bases durante as negociações internacionais.⁶⁶⁸

Certamente, essa ampla divulgação das ações da diplomacia brasileira – que o governo Goulart esperava que se mantivessem em segredo – em um dos jornais mais importantes de todo o mundo, trouxe agitação, e alguma irritação, no Itamaraty. Novas estratégias precisariam ser formuladas, talvez até o silêncio pudesse ser uma delas. Hermes Lima e João Goulart tinham, agora, mais esse problema a resolver.

⁶⁶⁷ As mensagens enviadas do Itamaraty para as embaixadas e no sentido contrário eram todas criptografadas. Não raras vezes, no entanto, a documentação pesquisada se reportava ao fato de alguma das máquinas utilizadas para realizar essa transcrição estivesse estragada. A solução, até o conserto da máquina, era utilizar o livro de códigos de uma embaixada brasileira próxima, em algumas vezes a da embaixada brasileira no México. Quanto mais circulasse essas informações, menos seguro era o processo.

⁶⁶⁸ Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 98. CONFIDENCIAL. URGENTE. Assunto: **Questão de Cuba**. Data: 27 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

Afonso Arinos, juntamente com o relato da notícia, também realizava uma sugestão para o governo brasileiro. O senador acreditava que “à vista do exposto” pelo *New York Times* era importante que o governo brasileiro realizasse “instantâneas gestões em Havana, talvez mesmo através de carta ou telegrama confidencial do Senhor Presidente da República, concitando o governo cubano a aceitar o encaminhamento proposto da situação”.⁶⁶⁹ Em sua forma de interpretar a situação, somando-se suas sensibilidades sobre o que ela representaria, Afonso Arinos acreditava, e portanto sugeria, que o próprio presidente João Goulart deveria entrar em contato direto com o primeiro-ministro cubano Fidel Castro. Em sua avaliação, por melhor que fosse a relação entre Castro e o embaixador Luiz Leivas Bastian Pinto, tinha-se chegado a tal ponto que apenas uma intervenção direta do presidente brasileiro junto ao primeiro-ministro de Cuba poderia surtir efeitos.

Nesse mesmo dia, poucas horas antes, era informado pelo embaixador brasileiro Manoel Pio Correa, que representava o Brasil no México, que na visão do subsecretário de Relações Exteriores daquele país, os Estados Unidos deveriam endurecer sua posição na questão de Cuba:

O Subsecretário das Relações Exteriores me comunicou sua convicção de que os Estados Unidos não estão dispostos a negociar em torno da questão de Cuba e estão decididos a intervir militarmente na ilha, pois estão persuadidos de que a base militar e política ali estabelecida pela URSS rompeu o equilíbrio mundial entre os dois blocos.⁶⁷⁰

A situação ainda apresentava contornos que dificultariam a posição brasileira no âmbito continental. O governo mexicano – até então parceiro do governo brasileiro nos entendimentos a respeito do problema cubano – mudaria sua orientação em face do armamento nuclear presente na ilha, que “modificaram substancialmente a situação, revelando realmente uma ameaça para a paz e a segurança do continente”. E mais grave ainda: de acordo com o telegrama enviado por Pio Correa, o subsecretário das Relações Exteriores do México afirmou que seu país “não se oporá a uma solução de força que

⁶⁶⁹ Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 98. CONFIDENCIAL. URGENTE. Assunto: **Questão de Cuba**. Data: 27 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁶⁷⁰ Telegrama da Embaixada no México. Num. 316. SECRETO. Assunto: **Questão de Cuba**. Data: 27 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

não poderia impedir”, conquanto “não cooperará em tal sentido”.⁶⁷¹ Assim, o governo brasileiro ficava isolado se os EUA resolvessem mesmo a invadir a República de Cuba.

No dia anterior, o presidente Joseph Broz Tito, da Iugoslávia, havia enviado uma carta a Goulart. Ela tinha as mesmas características da carta enviada por John Kennedy no dia 22 de outubro: não fazia nenhuma menção ao destinatário, era genérica e eivada de impessoalidade. Possivelmente, tenha sido enviada a todos os países que tenham participado da I Conferência dos Países Não-Alinhados, de 1961.

Nessa carta, o presidente Tito tecia considerações sobre “a crítica situação que com preocupante rapidez se desenvolve em torno de Cuba”.⁶⁷² Na carta, o presidente iugoslavo, herói da libertação nacional naquele país durante a Segunda Guerra Mundial, se reportava a importância da diplomacia e, em especial, da ONU para a resolução daquela grave crise. Também afirmava ver com esperança a proposta de U-Thant para que houvesse um arrefecimento da crise e se pudesse dar início as negociações. Acreditava, porém, que para essas negociações terem início, era “necessário abolir a quarentena e suspender o transporte de armamentos ofensivos para Cuba”.⁶⁷³

Para tanto, o presidente Tito entendia que, além da ONU, os países independentes também poderiam envidar esforços nesse sentido, razão pela qual o Brasil foi um dos destinatários dessa carta. Em razão disso, o iugoslavo afirmava: “afigura-se que neste momento seria muito útil que os chefes dos países não pertencentes a blocos e independentes se empenhassem pessoalmente.” Ao se despedir, se desculpava pela brevidade da mensagem, “que é consequência da preocupante situação e do seu caráter de urgência” e se mostrava receptivo – atitude muito diferente da carta de Kennedy – a receber sugestões: “de minha parte ficarei feliz em receber qualquer sugestão ou opinião sua no tocante ao sentido e conteúdo de ulterior ação”.⁶⁷⁴

Hermes Lima publica suas memórias passados mais de dez anos da Crise dos Mísseis – apenas no ano de 1974, ainda no auge da ditadura civil-militar – por isso, é compreensível que haja alguns enganos em suas lembranças, bem como algumas

⁶⁷¹ Telegrama da Embaixada no México. Num. 316. SECRETO. Assunto: **Questão de Cuba**. Data: 27 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁶⁷² Carta do Presidente Joseph Broz Tito, 26 de outubro de 1962 *apud O Estado de São Paulo*, 30 de outubro de 1962, p. 8. BSF. Brasília/DF.

⁶⁷³ Idem.

⁶⁷⁴ Idem, *ibidem*.

omissões que o contexto político de ditadura justifica. Talvez por isso mesmo, não mais que poucos parágrafos sobre a Crise dos Mísseis aparecem em suas memórias publicadas.

Hermes Lima se equivoca em relação a data do pronunciamento de Kennedy: “estalaria em toda a sua gravidade a crise dos foguetes ao reconhecer Kennedy, **a 29 de outubro de 1962**, perante a nação que possuía provas de armamento nuclear soviético em Cuba e houvera decretado o bloqueio para evitar novas transferências”.⁶⁷⁵ Isso prejudica, para nosso trabalho, a verificação exata da data na qual ele recebeu certa visita em sua casa: “não cessara ainda a emoção provocada pela denúncia [o discurso de Kennedy] quando recebi à noitinha, em minha casa, a visita do embaixador Lincoln Gordon”.⁶⁷⁶

Nessa visita, na qual os vestígios apontam ter ocorrido no início da noite do dia 26 de outubro, sexta-feira⁶⁷⁷, Hermes Lima recorda os objetivos do embaixador estadunidense:

Queria saber se poderíamos enviar a Havana alguém que, em nome do nosso governo, ponderasse ao governo cubano, fizesse ver a Fidel Castro a absoluta necessidade de sair do território da ilha o armamento nuclear soviético.⁶⁷⁸

O presidente João Goulart – que já se mostrava temeroso de um ataque dos Estados Unidos a Cuba, como visto anteriormente – a partir das informações oriundas da embaixada no México ficou ainda mais apreensivo. Evidentemente, o Brasil não teria a menor condição de enfrentar militarmente os EUA para evitar a invasão de Cuba – nem seria essa uma possibilidade que passasse pela cabeça do presidente Goulart.

Além disso, a imagem do Brasil enquanto país independente e que almejava uma certa liderança na política internacional, como a afirmação de seu prestígio, ficava, para dizer o mínimo, arranhada depois da reportagem do *New York Times*. O reconhecimento das demais nações à capacidade de negociação do Brasil, e portanto do seu governo, era

⁶⁷⁵ LIMA, Hermes. **Travessia**: memórias. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974, p. 268. Grifos nossos.

⁶⁷⁶ Idem, p. 268. Interpolações nossas.

⁶⁷⁷ A vista certamente aconteceu antes do dia 27 de outubro, pois após as 21h do dia 26 de outubro chegava à Casa Branca a primeira carta de Nikita Kruschchev buscando entendimentos para cessar a Crise dos Mísseis, o que nos leva a acreditar que ela tenha ocorrido antes de o governo Kennedy ter se deparado com tal situação.

⁶⁷⁸ LIMA, op. cit., p. 268.

um elemento que reforçava o nacional-reformismo, criando uma maior coesão interna a partir de uma base de apoio mais sólida. Por isso, não atender aos pedidos do presidente Tito ou do embaixador de uma das duas superpotências do mundo representaria um retrocesso da Política Externa Independente que se fundamentava na busca pela paz e no respeito aos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos.

Suas únicas opções, nessas circunstâncias, seriam a omissão, nos mesmos termos do México, ou buscar, ainda, soluções diplomáticas. A proposta de Afonso Arinos de enviar uma carta ou um telegrama pessoal para o primeiro-ministro Fidel Castro parecia oportuna. Porém, as comunicações com Havana estavam muito difíceis, a tal ponto que o embaixador Luiz Leivas Bastian Pinto, após se referir a ter levado mais de 6 horas para conseguir contato com a cidade do Rio de Janeiro, “julgava existir propósito evidente de impedir comunicação minha com Vossa Excelência” por parte do telefone internacional de Nova York que “usa todos os pretextos para impedir a comunicação”.⁶⁷⁹

A solução poderia ser o envio de um emissário, já que a ida do presidente brasileiro seria um ato muito ousado e passível de grande desgaste caso não atingisse seus objetivos. Isso garantiria a entrega de um documento pessoal de Goulart a Castro, ou mesmo, representaria o envio de um porta-voz, alguém de muita confiança, capaz de ser compreendido como representante do governo brasileiro.

A escolha recaiu no recém-nomeado Chefe da Casa Militar, o general Albino Silva, que passou a integrar o governo junto aos demais ministros do gabinete Hermes Lima e se manteve na pasta durante a fase presidencialista do governo até o mês de outubro de 1963. Quando perguntado a Almino Affonso sobre a razão da escolha do general Albino da Silva para representar o presidente, este declarou:

Era um militar. Nunca soube por que ele foi chefe da Casa Militar. Era um homem da confiança do presidente, algumas daquelas figuras militares

⁶⁷⁹ Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 348. URGENTÍSSIMO. Assunto: **Questão de Cuba**. **Data:** 27 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF. Uma possibilidade para essa grande dificuldade de comunicação, e que não seria do conhecimento de Bastian Pinto, poderia estar relacionada com as comunicações realizadas entre os EUA e a URSS. Michael Dobbs afirma que na sexta-feira, 26 de outubro, a primeira carta de Krushev levou 12 horas para ser transmitida aos EUA, das 9h42min até as 21horas. DOBBS, op. cit., p. 191.

cruzavam muito por essa pré condição, relação de amizade. Não é? Ou de amizade ou de conhecimento. Nunca soube muito além dele do que isso.⁶⁸⁰

Também questionamos a Almino Affonso a razão de ter sido Albino da Silva o emissário e não Francisco San Tiago Dantas ao passo que ele respondeu: “Aí não tenho a menor ideia”.⁶⁸¹ Já no livro de memórias de Hermes Lima, ele comenta que o presidente Goulart lhe perguntou quem seria a pessoa escolhida para melhor representá-lo, tendo havido a seguinte resposta do primeiro-ministro: “O chefe de sua Casa Militar, o general Albino Silva”.⁶⁸² Contudo, também não esclarece os motivos pela escolha do general Albino Silva. No entanto, em uma entrevista coletiva datada de 30 de outubro de 1962, ao responder a um repórter a razão de ter sido escolhido o general Albino Silva para chefiar a missão, Hermes Lima respondeu: “Por algumas razões. Porque é o Chefe da Casa Militar do Presidente da República, e, também, porque se trata de uma figura das nossas forças armadas e, ainda, porque é um dos oficiais-generais mais competentes e de maior lucidez que possuímos”.⁶⁸³

Somado a isso, uma boa pista nos é fornecida a partir de um telegrama enviado da embaixada de Washington para o Itamaraty. O embaixador Roberto Campos, realizando uma solicitação inusual em seus telegramas – “rogo considerar o caráter secreto desta comunicação”⁶⁸⁴ – advertia ao governo brasileiro sobre o que se passava ao seu redor:

Estou informado de que o Chefe da Delegação do Brasil na JID [Junta Interamericana de Defesa] e os Adidos Militares a esta Embaixada estão sugerindo hoje ao EMFA [Estado Maior das Forças Armadas] e aos Chefes dos Estados Maiores respectivos que o Governo brasileiro ofereça elementos das nossas Forças Armadas para colaborar no bloqueio de Cuba, autorizado pela OEA e executado pelo Governo americano.⁶⁸⁵

⁶⁸⁰ Depoimento de Almino Affonso a Charles Sidarta Machado Domingos. 27 de agosto de 2013. São Paulo/ SP.

⁶⁸¹ Idem.

⁶⁸² LIMA, op. cit., p. 268.

⁶⁸³ Entrevista do Chanceler Hermes Lima aos Jornalistas Credenciados e a Toda a Imprensa no Itamaraty. Sala dos Índios. Em 30 de Outubro de 1962, p. 6. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁶⁸⁴ Telegrama da Embaixada em Washington. Num. 810. SECRETO. URGENTE. Assunto: **Questão de Cuba**. Data: 31 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁶⁸⁵ Idem. Interpolações nossas.

O embaixador Roberto Campos considerava, também, que “até este momento não recebi qualquer pedido ou pressão do Departamento de Estado nesse sentido”,⁶⁸⁶ de certa forma procurando eximir o governo Kennedy de pressões indevidas sobre a soberania brasileira. Embora afirmasse, sem ser muito específico em relação a quem estava se referindo, ter “sentido o desejo de elementos responsáveis de que o Governo Brasileiro o faça e certa decepção por não o haver feito até agora”.⁶⁸⁷ Alegava que, em sua opinião, o governo brasileiro deveria colaborar militarmente caso o bloqueio voltasse a ser aplicado.⁶⁸⁸ Suas justificativas para isso estavam assentadas em que esse oferecimento representaria um “gesto de cooperação” e em razão de que “a maioria dos países latino-americanos têm oferecido contribuição”.⁶⁸⁹

Ao longo dos acontecimentos, o ministro da Guerra, Amaury Kruel tinha se manifestado em alguns momentos. Em um desses episódios, logo após a reunião da OEA, o ministro da Guerra teria se manifestado da seguinte maneira: “O Brasil está pronto – acentuou – a cumprir as decisões da última Conferência de Punta del Este, especialmente no caso previsto de uma nação estrangeira fornecer armas ofensivas a outra nação do Continente.”⁶⁹⁰ Em momento imediatamente posterior, teria desmentido ter recebido de um grupo de oficiais um documento de apoio a política externa brasileira, em especial, à posição do Brasil na Crise dos Mísseis.⁶⁹¹ Modificando sua linha de manifestação, declarou “que o assunto não requer um pronunciamento de

⁶⁸⁶ Telegrama da Embaixada em Washington. Num. 810. SECRETO. URGENTE. Assunto: **Questão de Cuba**. Data: 31 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁶⁸⁷ Idem.

⁶⁸⁸ O bloqueio estava temporariamente suspenso em função da visita de U-Thant a Cuba. Na noite desse dia 31, com o retorno do secretário-geral da ONU para Nova York, o bloqueio foi reestabelecido.

⁶⁸⁹ Telegrama da Embaixada em Washington. Num. 810. SECRETO. URGENTE. Assunto: **Questão de Cuba**. Data: 31 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF. Os países que até aquele momento se ofereceram para participar ativamente do bloqueio naval a Cuba eram Argentina, Honduras, República Dominicana, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Venezuela e Peru. O caso argentino era o mais expressivo. Desde o golpe contra Frondizzi, o novo presidente rompera relações com Cuba e dera apoio imediato aos EUA na Crise dos Mísseis: “mediante el Decreto Ley n. 11.342/62, Guido resolvió enviar dos naves el Caribe. El 28 de octubre, anunció la partida de los destructores de la Armada *Espora y Rosales*”. MORGENTHAU, Leandro. Argentina, Estados Unidos y el sistema interamericano durante la crisis de los misiles (1962). In: **História: debates e tendências**. V. 12, nº 2. Passo Fundo: UPF, jul./dez. 2012, p. 324.

⁶⁹⁰ *O Estado de São Paulo*, 25 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF. De uma forma diferente, os ministros da Aeronáutica e da Marinha, por sua vez, declararam que cumpririam as ordens do presidente João Goulart “que é o comandante-chefe das Forças Armadas e decide sobre a política externa do Brasil”.

⁶⁹¹ O jornal *O Estado de São Paulo* publicava que Ilmar Penna Marinho, antes de voltar para os EUA, conversaria com o general Kruel. *O Estado de São Paulo*, 28 de outubro de 1962, p. 6. BSF. Brasília/DF. Também mencionava que no dia 30 de outubro, o presidente John Kennedy recebeu um grupo de 80 oficiais brasileiros, da Escola Superior de Guerra. *O Estado de São Paulo*, 31 de outubro de 1962, p. 2. BSF. Brasília/DF.

chefes militares, não podemos estar fazendo declarações. O assunto é do governo e somente o presidente da República e o primeiro-ministro poderão manifestar-se.”⁶⁹²

Curiosamente, nessas circunstâncias, era publicado, em *O Estado de São Paulo*, a seguinte matéria:

Desmente Veto a San Tiago o Min. Da Guerra

A Divisão de Relações Públicas do Gabinete do ministro da Guerra distribuiu nota informando que não tem qualquer fundamento a notícia de que oficiais do Exército teriam manifestado ao presidente João Goulart seu protesto contra a indicação do sr. San Tiago Dantas para chefiar missão diplomática no exterior. O ministro da Guerra – acrescenta a nota – não teria, particularmente, nenhuma objeção contra o sr. San Tiago Dantas, de quem é amigo pessoal”.⁶⁹³

Havia, como pode ser percebido, alguma movimentação no Exército em relação a posição que o Brasil vinha assumindo através da Política Externa Independente na questão de Cuba. Passados mais de 50 anos, fica difícil precisar se os eventos que foram negados pelo ministro da Guerra – a manifestação de apoio de oficiais a PEI e o veto ao nome de San Tiago Dantas para chefiar missão diplomática no exterior – ocorreram. Contudo, a existência das negativas por parte do ministro Amaury Krueel constituem um vestígio histórico importante. Falar sobre esses eventos, mesmo que não tenham acontecido, já demonstra como a posição brasileira em relação a Crise dos Mísseis era polêmica, inclusive dentro do próprio governo. Negá-los só demonstra o grau de importância que eles detinham para aquele tempo; caso contrário, não se preocuparia o ministro da Guerra em desmenti-los.

Já a mudança de ênfase do ministro da Guerra acerca da posição do Brasil frente a Crise dos Mísseis constitui um elemento mais seguro de análise. Alguma interferência, ou do presidente Goulart ou do primeiro-ministro Hermes Lima, deve ter havido para que o ministro Amaury Krueel moderasse sua posição.⁶⁹⁴ Hoje, sabemos bem, pela ampla bibliografia existente, que Krueel apoiou o golpe civil-militar de

⁶⁹² *O Estado de São Paulo*, 26 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

⁶⁹³ *O Estado de São Paulo*, 01 de novembro de 1962, p. 7. BSF. Brasília/DF.

⁶⁹⁴ No capítulo anterior, é possível ter uma noção do posicionamento político do ministro Krueel através da forma como ele era representado pelo jornal *O Estado de São Paulo*. Para aquele jornal, Amaury Krueel era uma das poucas forças democráticas presentes no governo Goulart, o que o torna uma figura dissonante no ministério. Quem entendia o governo como progressista, via nele um conservador. Quem, a exemplo de *O Estado de São Paulo*, entendia o governo como altamente negativo, via em Krueel um democrata.

1964.⁶⁹⁵ Mesmo sendo compadre do presidente Goulart, ele se juntou aos demais militares que conspiraram e derrubaram o governo. Há um episódio, na iminência do golpe, no qual o presidente pedira o apoio de Kruel para evitar o golpe e o ministro realizou uma série de exigências para não abandonar Goulart, dentre as quais o fechamento do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).⁶⁹⁶

Por que isso é relevante? Porque pode ser uma das causas, senão a principal, da razão pela qual foi enviado a Havana o general Albino Silva como representante do presidente Goulart. Com as pressões, reais ou imaginárias, contra o envio de San Tiago Dantas para a missão no exterior – possivelmente Cuba – poderia ter sido indicado, pelas características militares que a missão envolvia, o ministro da Guerra Amaury Kruel. Porém, como se encontrava ideologicamente muito distante da posição que o presidente Goulart pretendia estabelecer, a solução poderia ter sido encontrada na figura de outro representante militar. De perfil nacionalista, e até mesmo simpático à Revolução Cubana, Albino Silva estava mais próximo dos interesses que a PEI defendia para a questão de Cuba.⁶⁹⁷

Na tarde do dia 28, domingo, Bastian Pinto informava ao Itamaraty que “este governo receberá com o maior prazer o General Albino da Silva”,⁶⁹⁸ de onde se depreende que o diplomata brasileiro tenha sido solicitado a realizar consulta ao governo de Cuba, o que deve ter ocorrido durante o sábado, dia 27. Desse modo, na noite de domingo viajou para Cuba o general Albino Silva, representando o presidente brasileiro. Hermes Lima enviou mensagem para Bastian Pinto dando conta de que estava embarcando para Havana o “Chefe da Casa Militar do Presidente, que lhe

⁶⁹⁵ FICO, Carlos. **O Grande Irmão**: da operação *brother sam* aos anos de chumbo – o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 71.

⁶⁹⁶ A respeito do Comando Geral dos Trabalhadores e suas articulações políticas desde sua criação até o golpe de 1964 o trabalho mais completo é o de Lucília Neves Delgado. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

⁶⁹⁷ Assim, se encaixava perfeitamente nas razões que o primeiro-ministro teria declarado em sua coletiva de imprensa, como visto a pouco: *Por algumas razões. Porque é o Chefe da Casa Militar do Presidente da República, e, também, porque se trata de uma figura das nossas forças armadas e, ainda, porque é um dos oficiais-generais mais competentes e de maior lucidez que possuímos.*

⁶⁹⁸ Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 353. SECRETO. URGENTÍSSIMO. Assunto: **Questão de Cuba**. Data: 28 de outubro de 1962. Nessa mensagem, Bastian Pinto fazia a seguinte observação: “A autorização de sobrevoos já foi concedida, mas, em vista das medidas de emergência, é indispensável saber com toda a urgência o tipo de avião, o indicativo e o nome do Comandante”. Talvez o governo brasileiro não soubesse ainda, nem seu representante, mas essas exigências não faziam parte do bloqueio estadunidense, mas sim eram realizadas por parte do governo de Cuba que na manhã de sábado derrubou o avião U-2 pilotado por Rudolf Anderson perto da cidade de Bannes, na parte oriental de Cuba. DOBBS, op. cit., p. 275-276.

comunicará pessoalmente a missão de que está encarregado”,⁶⁹⁹ procurando resguardar, assim, o sigilo da missão, caso ocorresse algum tipo de interceptação. Na mesma mensagem, era feita menção a que fosse providenciado “um encontro imediato com o ministro Fidel Castro”⁷⁰⁰, do qual participariam Albino Silva e também o diplomata Bastian Pinto.

Enquanto isso, Goulart enviava uma carta ao presidente Tito, em linguagem muito cordial, na qual expressava que as ideias defendidas pelo iugoslavo estão “em perfeita conformidade com os propósitos do meu governo e com as tradições pacifistas do povo brasileiro”.⁷⁰¹ O presidente brasileiro manifestava suas esperanças na ONU para a solução da crise, além de fazer uma referência elogiosa ao secretário-geral U-Thant. Procurando demonstrar que seu governo não fazia restrições a URSS para, com isso, reafirmar sua posição de independência, o presidente Goulart elaborou a resposta ao presidente Tito a partir de seus argumentos a favor da paz:

Entendo que o risco de uma guerra de extermínio, ameaça contra a qual sempre se insurgiu o sentimento do povo brasileiro, muito se agravaria e faria acrescidas as apreensões do Brasil em relação à sua própria segurança, com a instalação de tais bases em Cuba ou em qualquer parte da América Latina, fosse ou não a sua utilização posta a serviço de outras potências.⁷⁰²

Posições a respeito de tornar a América Latina livre de ameaças nucleares, como veremos mais à frente, também foram destinadas ao presidente Tito, buscando por certo seu apoio na ONU. Em relação às ações desencadeadas por seu governo a respeito da questão de Cuba, o presidente Goulart assim se manifestou antes de se despedir de forma calorosa:

Quero afirmar, a v. exa. que meu governo está pronto a participar de gestões junto aos governos de Washington, Havana e Moscou, para encontrar uma solução construtiva, capaz de resguardar a autodeterminação do povo cubano e de reduzir o seu armamento à escala defensiva, evitando a renovação de qualquer ameaça militar. Nesse sentido, o Brasil teve ensejo, em outras oportunidades, de sugerir medidas que representariam a adoção de um

⁶⁹⁹ Despacho telegráfico para a Embaixada em Havana. Num. 172. SECRETO. URGENTÍSSIMO. Assunto: **Questão de Cuba**. Data: 28 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁷⁰⁰ Idem.

⁷⁰¹ Carta do Presidente João Goulart ao presidente Joseph Broz Tito, 26 de outubro de 1962 *apud O Estado de São Paulo*, 30 de outubro de 1962, p. 8. BSF. Brasília/DF.

⁷⁰² Idem. Talvez as referências a URSS não fossem necessárias, haja visto que a Iugoslávia era o único país socialista europeu independente daquela potência.

estatuto especial para Cuba, mediante negociação e essas sugestões poderiam ser renovadas.⁷⁰³

Parecia estar no horizonte do governo brasileiro retomar a proposta de “finlandização de Cuba”, anteriormente apresentada como fórmula para a convivência com o regime socialista no continente, como expressão máxima da coexistência dos povos.

Entretantes, acordos foram estabelecidos, entre o primeiro-ministro soviético e o presidente estadunidense. Após uma primeira carta, “resultado do crescente receio no Kremlin de um ataque de Kennedy a Cuba”,⁷⁰⁴ na qual aceitava garantias do presidente John Kennedy e do governo dos Estados Unidos de não invadir Cuba, enviada no fim da noite do dia 26 de outubro, Krushev enviou outra carta na manhã do dia 27. Dessa vez ele exigia o desmantelamento dos mísseis na Turquia em troca da retirada dos mísseis cubanos. Versões mais tradicionais argumentam que Krushev estivesse sofrendo pressões no Kremlin, e por isso estivesse fazendo novas exigências.⁷⁰⁵ No entanto, o que Krushev estava tentando era obter vantagens na negociação, como afirma Michael Dobbs: “Ninguém imaginava a verdade, que o próprio Krushev detectara uma vacilação na posição americana e decidira explorá-la”.⁷⁰⁶

Após muitas discussões, o governo dos Estados Unidos resolveu seguir dois caminhos para solucionar o problema inserido por Krushev. Oficialmente, enviariam uma carta, com a seguinte resposta para a primeira missiva do soviético: Krushev deveria retirar o armamento existente em Cuba sob supervisão da ONU, se comprometendo a não mais introduzir armas nucleares em Cuba e em contrapartida, os Estados Unidos se comprometeriam em suspender de imediato a quarentena e dar

⁷⁰³ Carta do Presidente João Goulart ao presidente Joseph Broz Tito, 26 de outubro de 1962 *apud O Estado de São Paulo*, 30 de outubro de 1962, p. 8. BSF. Brasília/DF. Em setembro do ano seguinte, o presidente Tito foi recebido em Brasília, sob o esquema de segurança mais impressionante já visto em sua curta história. Durante sua estada no país, houve muitos protestos por partes dos setores mais conservadores da sociedade, em especial a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. Política Externa Independente e Guerra Fria: intrincadas relações de um golpe militar no Brasil. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **Ditaduras Militares na América Latina**. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2004, p. 214.

⁷⁰⁴ JUDT, Tony. **Reflexões sobre um século esquecido (1901-2000)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010, p. 354.

⁷⁰⁵ ALISSON, Graham T. **La esencia de la decisión**: análisis explicativo de la crisis de los misiles em Cuba. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988, p. 315-316.

⁷⁰⁶ DOBBS, op. cit., p. 272.

garantias contra uma invasão de Cuba.⁷⁰⁷ Além disso, haveria um encontro secreto entre Robert Kennedy e o embaixador soviético nos EUA Anatoli Dobrinin quando o irmão do presidente faria a oferta de retirar os mísseis da Turquia “dentro de quatro a cinco meses” porém, sem nenhuma confirmação oficial, pública ou documentada.⁷⁰⁸ Krushev avaliou os termos de Kennedy e no dia seguinte, 28 de outubro, aceitou sua oferta.⁷⁰⁹

Através de um telefonema do editor do jornal *Revolución*, Carlos Franqui, o primeiro-ministro de Cuba tomou conhecimento das negociações de Krushev para a retirada dos mísseis de Cuba. Ficara inconformado com o soviético!⁷¹⁰ Somente após várias horas chegara de Moscou a carta explicando as razões para a retirada dos mísseis. De acordo com Tomás Diez Acosta, Fidel Castro teria dito que era inaceitável

“de que se retiraran los proyectiles, porque Estados Unidos dan su palabra de que no van a agredir es incongruente com todos los pasos que se han dado y es incongruente com una situación en nuestro país que debía de ser superada. Porque bastaba que Nikita hubiera dicho, estamos de acuerdo em retirar los proyectiles si se dan garantías satisfactorias para Cuba”.⁷¹¹

Castro não aceitou as negociações à sua revelia. Com alguns dias de atraso, o diplomata Bastian Pinto enviou para o governo brasileiro a declaração do primeiro-ministro de Cuba:

Transmito texto do comunicado de Fidel do dia vinte e oito do corrente; em relação aos pronunciamentos de Kennedy e Krushev sobre retirar do território cubano as instalações de armas de defesa estratégica, o governo revolucionário declara: não existirão garantias de que fala presidente Kennedy contra a agressão de Cuba se além da eliminação do bloqueio não se adotem entre outras medidas as seguintes medidas: 1 – Suspensão do bloqueio econômico e todas medidas de pressão comercial que exercem os Estados Unidos em todas as partes do mundo contra nosso país; 2 – Suspensão de todas as atividades subversivas, lançamento e desembarque de armas e explosivos por ar e mar, organização de invasões mercenárias, infiltração de espões e sabotadores, ações todas originárias do território dos Estados Unidos e de alguns países cúmplices; 3 – Suspensão dos ataques piratas originários de bases existentes nos Estados Unidos e Porto Rico; 4 – Suspensão de todas as violações ao nosso espaço aéreo e naval por aviões e navios de guerra norte-americanos; 5 – Retirada da base naval de

⁷⁰⁷ DOBBS, op. cit., p. 340.

⁷⁰⁸ Idem, p. 343.

⁷⁰⁹ Idem, p. 359.

⁷¹⁰ Idem, p. 377.

⁷¹¹ Fidel Castro *apud* DIEZ ACOSTA, op. cit., p. 184-185.

Guantánamo e devolução do território cubano ocupado pelos Estados Unidos.⁷¹²

Mesmo que essa declaração tivesse chegado ao Brasil na noite de domingo, dia 28, seria muito difícil abortar a viagem de Albino Silva. A declaração de Fidel Castro, se não inviabiliza totalmente qualquer negociação por parte do emissário brasileiro, dificultaria em muito seus êxitos.

O embaixador do Brasil em Havana enviava mensagem no domingo para o Itamaraty dizendo ter conversado com o ministro das Relações Exteriores de Cuba. Bastian Pinto informava ter lido dito “como opinião estritamente pessoal” que considerava “excessivas, neste momento, as exigências formuladas por Fidel Castro em sua proclamação de hoje, como a evacuação da base americana de Guantánamo, etc”.⁷¹³

No mesmo telegrama, todavia, também informava que Raul Roa teria lhe garantido “que a proclamação dirige-se não só aos Estados Unidos da América mas também a URSS, para mostrar a ambos, que Cuba não é brinquedo em mãos de grandes potências e deverá ser ouvida nas próximas negociações”.⁷¹⁴ E tratava de abrandar a posição pública de Fidel Castro, ao mencionar com destaque que o ministro das Relações Exteriores de Cuba “também disse, textualmente, que essas exigências poderão, repito, poderão ser objeto de negociações”.⁷¹⁵

Porém, Luiz Leivas Bastian Pinto falhava em não enviar a íntegra das exigências de Castro, a fim de ter tempo de se reexaminar a “missão Albino”. Além disso, enfatizava que o ministro cubano “referiu-se longamente ao papel importante e simpático do Brasil na atual crise”,⁷¹⁶ com isso, encorajando a iniciativa original do governo Goulart, tomada antes do conhecimento das negociações entre estadunidenses e soviéticos com vistas a resolução da crise.

⁷¹² Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 363. Assunto: **Questão de Cuba. Comunicado do Governo cubano**. Data: 31 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁷¹³ Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 354. SECRETO. URGENTÍSSIMO. Assunto: **Questão de Cuba. Proclamação de Fidel Castro. Exigências cubanas**. Data: 28 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁷¹⁴ Idem.

⁷¹⁵ Idem, ibidem.

⁷¹⁶ Idem, ibidem.

De Washington, o embaixador Roberto Campos, mostrando todo seu acesso a informações privilegiadas do governo dos Estados Unidos, informava ao ministério das Relações Exteriores, em pormenores, das negociações que vinham ocorrendo entre John Kennedy e Nikita Krushev:

A primeira nota de Krushev, respondida por Kennedy na sexta-feira à noite, havia sido encorajadora, por não mencionar o qui pro cuo turco. A segunda nota, a que Kennedy se referiu apenas indiretamente, ao responder à primeira, abria o problema de reciprocidade e especificava que o compromisso de não invasão norte-americana se referia não só a forças norte-americanas, mas a expedições montadas no território norte-americano, ou oriundas de outros países latino-americanos. A nota de Kennedy aceita secamente um compromisso de não invasão por parte dos Estados Unidos, indicando que os países latino-americanos, provavelmente, concordassem com garantias semelhantes, sem se comprometer explicitamente, porém, a impedir operação de guerrilhas ou infiltração por parte de exilados cubanos. [...] Abandonada a exigência de imediata de qui pro cuo na Turquia, os Estados Unidos aceitariam reexaminar o assunto de bases europeias no quadro geral de desarmamento e preferencialmente através de negociações coletivas entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia.⁷¹⁷

Além de enviar ao Itamaraty suas informações estratégicas a respeito das negociações que aconteciam naquele mesmo momento, o embaixador Roberto Campos também relatava a forma pela qual os acontecimentos relacionados com a Crise dos Mísseis vinham sendo compreendidos pelas delegações diplomáticas presentes em Washington. Através de sua sensibilidade para estabelecer relações e filtrar os pontos de vista mais genuínos daqueles que informavam aos outros países do que se passava na capital dos EUA, o representante do Brasil montava o seguinte cenário para o Itamaraty:

1 – demonstrou ser verdadeira a acusação norte-americana de existência de armas nucleares; 2 – ser correto o julgamento do Pentágono de que no momento os russos reconhecem a superioridade nuclear norte-americana; 3 – de que após o dispendiosíssimo esforço nos últimos quatro meses, com gastos estimados em um milhão de dólares por dia, os soviéticos teriam retornado ao ponto de partida, extraindo dos Estados Unidos apenas uma garantia de não invasão, declaração que os EUA já tinham feito unilateralmente há tempos, desde que Cuba se mantivesse em postura defensiva. Reconhecesse, entretanto, que a postura moral dos Estados Unidos sofreu desgaste e que, apesar de ter originado a crise, Krushev aparece aos olhos da opinião pública mundial neutralista como pacificador.⁷¹⁸

⁷¹⁷ Telegrama da Embaixada em Washington. Num. 800. CONFIDENCIAL. Assunto: **Questão de Cuba**. Data: 28 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF. Interpolações nossas.

⁷¹⁸ Idem.

Ficava difícil de o governo brasileiro escolher sua linha de ação. Da OEA, o diplomata José Barreiros enviava relato de uma reunião convocada pelo secretário de Estado Dean Rusk com os representantes dos países americanos. O objetivo da reunião era que fosse transmitido aos seus governos o desenvolvimento das negociações entre EUA e URSS sobre a questão de Cuba. Afirmava que Rusk tinha informado a respeito das

negociações entabuladas pelo Secretário Geral das Nações Unidas e continuadas pelas mensagens remetidas diretamente pelo Primeiro-Ministro Krushev, para terminar dizendo que a carta datada de hoje, 28 de outubro, daquele Chefe de Estado, apresenta uma importante contribuição para a paz.⁷¹⁹

Entretanto, havia ainda certa desconfiança por parte dos Estados Unidos quanto a resolução da Crise dos Mísseis. Sem mencionar para os embaixadores lotados na OEA a situação ocorrida na sexta-feira e sábado, quando vieram de Moscou duas cartas contendo diferentes propostas, Dean Rusk declarou aos presentes “que não se deve acreditar que a crise de Cuba esteja resolvida, pois não é impossível que outra mensagem soviética possa vir a ser divulgada amanhã, apresentando outras condições”.⁷²⁰

Nessas circunstâncias – de incertezas frente às negociações realizadas diretamente entre os representantes maiores dos Estados Unidos e da União Soviética – de Havana, o embaixador brasileiro confirmava que o general Albino Silva tinha chegado naquela capital às 14h e que estava agora “conferenciando na embaixada com o primeiro-ministro Fidel Castro, que veio visitá-lo” no final da tarde de segunda-feira.⁷²¹

O governo brasileiro, sabedor que U-Thant, secretário Geral da ONU estaria em Cuba no dia seguinte⁷²², ansiava por detalhes do encontro do emissário do presidente João Goulart com Fidel Castro. E enquanto nada era informado a esse respeito, da ONU

⁷¹⁹ Telegrama da Delegação do Brasil na OEA. Num. 516. CONFIDENCIAL. URGENTE. Assunto: **Questão de Cuba. Mensagens entre o Presidente Kennedy e Krushev. Posição do Brasil na Reunião do Órgão de Consulta.** Data: 28 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁷²⁰ Idem.

⁷²¹ Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 358. Assunto: **Questão de Cuba. Chegada do General Albino Silva.** Data: 29 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁷²² Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 106. CONFIDENCIAL. Assunto: **Questão de Cuba. Partida do Secretário-Geral da ONU e comitiva para Havana.** Data: 29 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

o senador Afonso Arinos mencionava que U-Thant iria para Cuba em avião da Varig, tendo em sua comitiva o brasileiro Hernane Tavares de Sá, que era segundo-secretário de Informação Pública da ONU, o egípcio Omar Loutfi e da Índia o brigadeiro Rikhye, conselheiro militar de U-Thant que “permanecerá em Cuba, a fim de organizar o trabalho de observação do desmantelamento das bases e da retirada das armas soviéticas”⁷²³ – essa composição não é à toa, dado que o Brasil tinha uma política independente e Egito e Índia, sob os governos de Nasser e Nehru eram próceres do Movimento dos Países Não-Alinhados. Informava ainda Afonso Arinos sobre a existência de boatos na ONU a respeito da nacionalidade dos observadores que iriam a Cuba, estando o Brasil ao lado da Suécia, Suíça e México, entre os mais cotados, mas que não havia “nada de positivo neste sentido, ainda”.⁷²⁴

Em suas memórias, o brasileiro Hernane Tavares de Sá faz uma pequena incursão sobre a missão de U-Thant em Cuba. Ele relata que na quarta-feira, dia 24, o secretário-geral da ONU enviou uma mensagem idêntica a Kennedy e Krushev propondo “a suspensão voluntária de todas as remessas de armas para Cuba, e também a suspensão voluntária das medidas de quarentena envolvendo a revista dos navios demandando Cuba”.⁷²⁵ Para o primeiro-ministro cubano, U-Thant enviou uma mensagem distinta, na qual destacava que “seria também uma grande contribuição para o mesmo fim a suspensão, durante o período das negociações, da construção e expansão de instalações militares importantes”.⁷²⁶ Em resposta, Fidel Castro convidara o secretário-geral para ir a Cuba.

Enquanto isso, o governo brasileiro não deixava de procurar ocupar espaços. De Moscou, o embaixador Vasco Leitão da Cunha enviava telegrama acusando a repercussão das ações brasileiras. Mencionava que havia sido publicado na primeira página do *Pravda* o telegrama “com declarações elogiosas, do premier Hermes Lima

⁷²³ Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 106. CONFIDENCIAL. Assunto: **Questão de Cuba. Partida do Secretário-Geral da ONU e comitiva para Havana.** Data: 29 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF. No entanto, isso acabou não acontecendo. U-Thant voltou para Nova York com toda sua comitiva.

⁷²⁴ Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 106. CONFIDENCIAL. Assunto: **Questão de Cuba. Partida do Secretário-Geral da ONU e comitiva para Havana.** Data: 29 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁷²⁵ Mensagem de U-Thant ao presidente Kennedy e ao primeiro-ministro Krushev *apud* SÁ, Hernane Tavares de. **Nos bastidores da ONU.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1967, p. 192.

⁷²⁶ Mensagem de U-Thant ao primeiro-ministro Fidel Castro *apud* SÁ, op. cit., p. 194-195.

com a proposta soviética em desmontar as bases”.⁷²⁷ O embaixador brasileiro também mencionava os êxitos da PEI na União Soviética, ocupando o Brasil o posto de “país latino-americano mais noticiado pela imprensa moscovita, a propósito desta grave crise mundial”.⁷²⁸

Próximo a meia-noite chegava o tão aguardado relato do general Albino Silva de seu encontro com Fidel Castro. Enviado para o Itamaraty, no cabeçalho do telegrama constava a solicitação que fosse dado ao conhecimento do presidente da República as seguintes informações: o encontro com Fidel Castro foi prolongado, contado com mais de uma hora de duração, tempo no qual o cubano “manifestou satisfação pelo interesse demonstrado pelo Presidente João Goulart em cooperar para a solução honrosa da atual crise, bem traduzida na iniciativa de enviar seu representante pessoal a esta cidade”.⁷²⁹ Em uma situação na qual Fidel Castro “fora levado a um estado de espírito abominável tanto por seus amigos russos quanto por seus inimigos americanos”⁷³⁰, as deferências que ele realizava ao emissário de Goulart evidenciavam o prestígio que o Brasil detinha nas relações internacionais em geral e na relação com Cuba em particular. Ao mesmo tempo, as iniciativas do governo brasileiro se mostravam eficientes, ao ter se decidido pelo envio de um representante pessoal do presidente.

O general Albino Silva parecia muito satisfeito de ter se encontrado com Fidel Castro. Certamente, nutria algumas simpatias pelo revolucionário cubano – o que produziu, de resto, um clima bastante amistoso entre ambos, a ponto de ter relatado que Castro “expressou-me, em particular, ter toda a confiança na linguagem franca e objetiva que usei durante a palestra que mantivemos”.⁷³¹ Além disso, prometeu manter o representante brasileiro informado de suas conversas com o secretário geral da ONU.

⁷²⁷ Telegrama da Embaixada em Moscou. Num. 226. CONFIDENCIAL. Assunto: **Questão de Cuba. Notícias da imprensa soviética. Posição do Brasil.** Data: 29 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁷²⁸ Idem.

⁷²⁹ Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 359. SECRETO. URGENTÍSSIMO. Assunto: **Questão de Cuba.** Data: 29 de outubro de 1962. Este mesmo telegrama foi, posteriormente, enviado para a embaixada do Brasil em Washington. Num. 589. SECRETO. Assunto: **Questão de Cuba.** Data: 31 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁷³⁰ SÁ, op. cit., p. 194.

⁷³¹ Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 359. SECRETO. URGENTÍSSIMO. Assunto: **Questão de Cuba.** Data: 29 de outubro de 1962. Este mesmo telegrama foi, posteriormente, enviado para a embaixada do Brasil em Washington. Num. 589. SECRETO. Assunto: **Questão de Cuba.** Data: 31 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

Mas não esqueçamos que o primeiro-ministro cubano estava extremamente insatisfeito com a situação. Dizia não aceitar a inspeção de nenhum país em seu território. E acrescentava que queria tomar parte das negociações. O general Albino Silva informava o presidente João Goulart que Castro

Considera a evacuação de Guantánamo ponto básico dos entendimentos em curso, à qual empresta sentido de demonstração de sinceridade da decisão de conferir a Cuba real garantia contra agressão. Recusa-se, de pleno, à inspeção unilateral da ONU em território de Cuba como ofensiva ao brio do seu povo. Vê, entretanto, com simpatia a realização da mesma medida simultaneamente em territórios onde se situam franca ameaça à integridade e soberania deste país.⁷³²

Parecia, aos olhos do governo brasileiro, que a situação não seria de fácil solução. O primeiro-ministro cubano não estava disposto a abrir grandes margens para negociação. Sentia-se enfraquecido ante os acordos soviético-estadunidenses e pretendia encontrar maneiras de marcar posição, evidentemente preocupado com os desdobramentos internos que a situação poderia produzir. Para o governo Goulart, quanto antes se resolvesse a questão de Cuba, mais tempo e energia teria para se dedicar a seus assuntos internos, com especial atenção a propaganda para o retorno do presidencialismo.

Como a situação internacional era bastante complexa, o governo brasileiro procurou manter sigilo sobre a missão Albino Silva. Evidente que isso refletia certo temor de fracasso de seus objetivos; caso contrário, o que mais interessaria ao governo de João Goulart seria a exploração política do sucesso dos esforços de sua política externa. Com isso, é possível que tenha se surpreendido com a edição do dia 30 de outubro do jornal *O Estado de São Paulo* que trazia em sua manchete **Kruschev retira os foguetes de Cuba.**⁷³³

Nessa mesma edição, o que era para ser segredo tornava-se público. Falava-se, abertamente, em “ ‘misteriosa’ viagem do general Albino da Silva, chefe da Casa Militar do presidente Goulart, a Havana”.⁷³⁴ Sem saber exatamente quais os motivos da

⁷³² Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 359. SECRETO. URGENTÍSSIMO. Assunto: **Questão de Cuba**. Data: 29 de outubro de 1962. Este mesmo telegrama foi, posteriormente, enviado para a embaixada do Brasil em Washington. Num. 589. SECRETO. Assunto: **Questão de Cuba**. Data: 31 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁷³³ *O Estado de São Paulo*, 30 de outubro de 1962, capa. BSF. Brasília/DF.

⁷³⁴ *O Estado de São Paulo*, 30 de outubro de 1962, p. 12. BSF. Brasília/DF.

viagem de Albino Silva a Cuba, o jornal tratava de fazer especulações a respeito do papel que o Brasil estava desempenhando na Crise dos Mísseis:

De qualquer maneira, tudo o que aconteceu hoje pode ser interpretado como indício de que o Brasil está assumindo um papel de importância primordial no drama cubano, seja qual for a “misteriosa missão” do general Albino da Silva. Tudo parece indicar que o Brasil será uma das nações convidadas por U-Thant para servir de mediadora no problema cubano.⁷³⁵

Era publicado também que o secretário-geral da ONU partiria naquela data para Cuba.⁷³⁶ O que não se sabia, no entanto, é que “seu primeiro contato político em solo cubano foi, por estranho que pareça, com um representante do Brasil, ao invés de um de Cuba”.⁷³⁷ De acordo com Hernane Tavares de Sá, logo que a delegação da ONU desembarcou no aeroporto de Havana perceberam uma bandeira do Brasil em um avião próximo. Como estavam muito restritos os vôos para Cuba, ainda mais em função do abatimento do U-2 no dia 27, chamava muito a atenção um avião brasileiro na pista do aeroporto. Mas isso não era exatamente uma novidade para os membros da ONU:

Correra uma notícia na sede da ONU acerca do envio pelo presidente do Brasil de um representante especial, para oferecer seus bons ofícios a Thant e a Fidel. A versão não era tão fantástica quanto parecia, uma vez que o Brasil em um dos pouquíssimos países da América Latina que ainda não havia rompido relações com Cuba, e a embaixada brasileira em Havana era um dos pontos preferidos de Fidel.⁷³⁸

Ao receber o secretário-geral da ONU, o ministro Raul Roa apresentou-lhe o general Albino Silva, explicando que se tratava de representante do presidente do Brasil. De acordo com Hernane de Sá, Albino Silva tratou de saudar o secretário-geral da ONU, ofuscando o ministro cubano e tomando as atenções de U-Thant por um bom período.⁷³⁹

Enquanto isso, o jornal *O Estado de São Paulo* fazia circular “várias versões” para justificar a viagem de Albino Silva a Cuba. Uma dessas versões reportava-se a um convite realizado pelo embaixador cubano no Brasil, Joaquim Hernandez Armas, para

⁷³⁵ *O Estado de São Paulo*, 30 de outubro de 1962, p. 12. BSF. Brasília/DF.

⁷³⁶ *Idem*, *ibidem*.

⁷³⁷ Sá, *op.cit.*, p. 195.

⁷³⁸ *Idem*, p. 196.

⁷³⁹ *Idem*, *ibidem*.

que o governo brasileiro enviasse representantes para verificar o armamento em Cuba para ter a certeza de que se tratava de armas defensivas.⁷⁴⁰

Outra versão mencionada pelo jornal relacionava a viagem de Albino Silva ao propósito de apelar ao governo de Cuba para que voltasse àquele país, através de eleições, o sistema de democracia representativa. Havia ainda uma terceira versão publicada, na qual a viagem teria como objetivo realizar uma parceria de oficiais do exército brasileiro com a ONU para inspecionar o desmonte das armas nucleares em Cuba. Além disso, era publicado que o Itamaraty tinha instruídos seus funcionários do Departamento de Informações para que nada mencionassem à imprensa, o mesmo ocorrendo no gabinete do primeiro-ministro que continuava a negar a viagem.⁷⁴¹

Nesse mesmo dia, tantos foram os pedidos de entrevistas e questionamentos acerca do emissário brasileiro a Cuba que primeiro-ministro Hermes Lima concedeu uma entrevista coletiva no Palácio do Itamaraty. A primeira pergunta dos jornalistas era exatamente aquela esperada por ele: “Um Jornalista: Senhor Primeiro Ministro, para todos a grande pergunta que está no ar é esta: qual o real objetivo da missão do Governo brasileiro em Havana? Os jornais fizeram várias suposições e gostaríamos de ouvi-lo a respeito do assunto”.⁷⁴²

Com o pronunciamento do primeiro-ministro soviético no domingo, possivelmente se acreditava que o pior momento da Crise dos Mísseis já tinha sido superado. Mas, se era assim, qual a razão do governo brasileiro ter enviado alguém representando o presidente brasileiro até Cuba, núcleo nervoso da crise? É possível que os jornalistas pudessem estar curiosos, ou mesmo desconfiados, de que novos desdobramentos adviriam daquele conflito. Procuravam, a todo custo, obter as respostas daquele que poderia melhor informá-los, além do presidente Goulart: o primeiro-ministro e também ministro das Relações Exteriores Hermes Lima:

O General Albino Silva foi à Havana para levar ao Governo de Cuba a reafirmação dos nossos pontos de vista que ali já haviam sido expostos pelo

⁷⁴⁰ *O Estado de São Paulo*, 30 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF. Logo a seguir, o jornal afirmava que essa tese já fora desmentida por Krushev, que reconheceu o armamento e se dispôs a retirá-lo de Cuba.

⁷⁴¹ *Idem*.

⁷⁴² Entrevista do Chanceler Hermes Lima aos Jornalistas Credenciados e a Toda a Imprensa no Itamaraty. Sala dos Índios. Em 30 de Outubro de 1962, p. 1. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

Embaixador Bastian Pinto. Entendemos que com as novas perspectivas e a solução pacífica da crise, seria oportuno que ali, junto ao Governo de Havana, tivéssemos, ao lado do Embaixador Bastian Pinto, cuja atuação quero louvar e agradecer, um emissário especial, um representante do Governo na reafirmação da linha das nossa sugestões com as quais julgamos estar contribuindo para o processamento de negociações e contatos indispensáveis.⁷⁴³

Mas quais seriam os pontos de vista que o embaixador brasileiro em Cuba já tinha manifestado ao governo de Castro? Mostrando boa análise da questão de Cuba, a qual em distintos graus a Política Externa Independente já vinha enfrentando desde sua implantação no governo de Jânio Quadros, outro jornalista realizou a seguinte intervenção: “Um Jornalista: Senhor Ministro, essa missão poderia ter alguma coisa a ver com a neutralização de Cuba?”⁷⁴⁴

Hermes Lima enfrentou essa questão de uma forma menos evasiva. Sem fazer referências diretas ao desenvolvimento da situação de Cuba no seio da OEA, nem utilizando a expressão finlandização, o primeiro-ministro brasileiro ponderou a respeito da necessidade de integrar Cuba ao continente: “Pelo menos é o caminho para uma posição que assegure a normalização das relações entre Cuba e os demais países do Hemisfério. É exatamente o processo dessa normalização que é necessário estabelecer”.⁷⁴⁵

Era a reafirmação da tese clássica enunciada por San Tiago Dantas quando da VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos: se Cuba fosse expulsa das relações continentais, isso equivaleria a jogá-la aos braços dos comunistas. E a posição do governo brasileiro, mesmo frente a uma situação modificada, procurava permanecer sem alterações bruscas.

Outro repórter procurou ser mais incisivo: “Um Jornalista: Senhor Ministro, o senhor poderia enumerar as sugestões feitas ao Governo de Havana?” Dessa vez, Hermes Lima procurou compor uma resposta que atendesse ao desejo dos jornalistas, para tentar encerrar o assunto, mas ao mesmo tempo procurava evitar a armadilha de

⁷⁴³ Entrevista do Chanceler Hermes Lima aos Jornalistas Credenciados e a Toda a Imprensa no Itamaraty. Sala dos Índios. Em 30 de Outubro de 1962, p. 1. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁷⁴⁴ Idem, p. 1-2.

⁷⁴⁵ Idem, p. 2.

evidenciar a missão Albino como atrasada no desenvolvimento das negociações: “as nossas sugestões ao Governo de Havana foram no sentido de ficar constatada ou não a existência de bases, ou então, o desmantelamento dessas bases como condição fundamental para a superação da crise”.⁷⁴⁶

Suas repostas pareciam todas bastante ponderadas; pareciam incapazes de levar à polêmica, portanto, indo na direção contrária do que ansiavam os jornalistas, na expectativa de aumento do interesse da opinião pública. Já era do conhecimento de todos, desde o final da tarde de domingo, que as bases para lançamentos de mísseis existiam em Cuba, logo, a estratégia do governo brasileiro poderia mesmo estar alicerçada na tentativa de convencimento do governo de Cuba a desmontar as bases. O que levava a mais um questionamento: “Um Jornalista: Senhor Ministro, quais as consequências dessas sugestões que o Governo brasileiro fará a Fidel Castro?”⁷⁴⁷

A questão subjacente era a seguinte: o governo brasileiro conseguiria persuadir Castro? Teria sucesso em sua missão Albino Silva? O primeiro-ministro respondia procurando não se comprometer: “não posso prever as consequências. Espero que sejam todas elas em benefício da manutenção da paz e da normalização entre as relações dos Estados Americanos”. Insatisfeito com o rumo que a entrevista tomava, um repórter resolveu fazer uma pergunta mais provocativa: “Um Jornalista: Senhor Ministro, foi dito que uma das missões era a de estimular o Governo cubano a restabelecer a democracia representativa?” De forma muito direta, o ministro das Relações Exteriores respondeu, ancorado em um dos princípios fundamentais da PEI, o da autodeterminação dos povos: “De modo nenhum; isso seria intromissão nos negócios internos de Cuba”.⁷⁴⁸

Ao que parece, os repórteres procuravam buscar contradições entre os propósitos da missão Albino e os princípios da Política Externa Independente, pois logo na sequência questionaram, de forma muito primária, acerca da posição brasileira a respeito da não-intervenção: “Um Jornalista: Senhor Ministro, foi noticiado, como verdadeiro, que no domingo último, Vossa Excelência, numa entrevista com o

⁷⁴⁶ Entrevista do Chanceler Hermes Lima aos Jornalistas Credenciados e a Toda a Imprensa no Itamaraty. Sala dos Índios. Em 30 de Outubro de 1962, p. 2. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁷⁴⁷ Idem.

⁷⁴⁸ Idem, *ibidem*.

Presidente João Goulart e com o Embaixador americano havia assegurado que o Brasil se voltaria para uma possível invasão de Cuba?”⁷⁴⁹

Como visto no capítulo anterior, alguns repórteres insistiam em vincular a posição brasileira com os objetivos dos EUA procurando, com isso, amplificar a polarização política no país, o que não interessava ao governo, a tal ponto que Hermes Lima respondeu ao questionamento da seguinte maneira: “em primeiro lugar no último domingo eu não sai de casa”.⁷⁵⁰

Nesse ponto, alguns repórteres já passavam da causa à consequência. Seu interesse deixava de ser os motivos que levaram o general Albino Silva a Cuba e passavam a se concentrar nos resultados de sua missão: “Um Jornalista: Senhor Ministro, o senhor tem notícias recentes de como se processam as démarches em Cuba?” Sem pormenorizar o andamento da missão Albino Silva, o primeiro-ministro procurava ressaltar o prestígio do Brasil no mundo internacional: “tenho notícias que o General Albino Silva já se encontrou com o Primeiro Ministro Fidel Castro, que teve mesmo a delicadeza de ir falar com ele na Embaixada do Brasil”.⁷⁵¹ Assim, o governo brasileiro procurava, também, demonstrar o reconhecimento que o próprio governo cubano expressava frente ao Brasil para valorizar a Política Externa Independente.

Retomando a questão acerca da normalização das relações diplomáticas de Cuba com o continente, um dos repórteres presentes na entrevista coletiva perguntou ao primeiro-ministro: “Um Jornalista: Senhor Ministro, o senhor poderia precisar o que o Governo brasileiro entende por normalizar as relações de Cuba com os vizinhos americanos”.⁷⁵²

Sem entrar na discussão acerca da coexistência dos povos, que era um dos pontos importantes que a PEI advogava, ao mesmo tempo que contornava a ideia de normalização como equivalente a homogeneização, Hermes Lima enfatizava, pela segunda vez nessa entrevista coletiva, a tese clássica de San Tiago Dantas ao afirmar:

⁷⁴⁹ Entrevista do Chanceler Hermes Lima aos Jornalistas Credenciados e a Toda a Imprensa no Itamaraty. Sala dos Índios. Em 30 de Outubro de 1962, p. 2-3. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁷⁵⁰ Idem, p. 3.

⁷⁵¹ Idem, ibidem.

⁷⁵² Idem, p. 4.

As relações de Cuba com os países americanos são relações interrompidas com quase todos eles. Normalizar é o progressivo restabelecimento de relações, pois o restabelecimento dessas relações, nos parece, representa uma garantia, não só para Cuba, como, também, para todos os outros países.⁷⁵³

Assim, o primeiro-ministro brasileiro tentava passar a ideia de que o isolamento de Cuba era negativo tanto para aquele país, quanto para o resto do continente. Para Cuba era uma medida desfavorável, à medida que tolhia suas possibilidades de desenvolvimento econômico através das trocas com seus vizinhos, além de torná-la, desse modo, pela impossibilidade de parceiros comerciais no continente, dependente da URSS. Para os demais países do continente a situação trazia insegurança, pois, ao ficar isolada e dependente da URSS, permitiria que esse país se infiltrasse no continente. Portanto, de acordo com o pensamento brasileiro – como não cansavam de declarar seus governantes – a política externa era independente mas não estava dissociada do bloco ocidental.

Os repórteres fizeram um questionamento ao qual o governo brasileiro parecia fugir com insistência. “Um Jornalista: Senhor Ministro, Cuba abrindo as portas à missão brasileira está iniciando um processo de mediação?”⁷⁵⁴ Na diplomacia, a mediação sempre ocorre quando, em um conflito, os países litigantes solicitam os préstimos de um outro país. O governo do Brasil, aparentemente, procurava não se intitular como mediador, na mesma proporção na qual procurava não tornar público, como visto anteriormente, o pedido do embaixador Lincoln Gordon para que o país enviasse um emissário a Cuba para solicitar a Fidel Castro que fosse retirado o armamento de Cuba. Talvez o receio do governo brasileiro pudesse estar embasado em dois pontos: perder a confiança de Cuba e perder a identificação como nação independente, temendo passar por país subordinado aos EUA. Hermes Lima procurava enfatizar, portanto, em sua resposta, a iniciativa como genuinamente brasileira.

Nós não nos propusemos a um papel de mediador. Nós não nos oferecemos, mas estamos tomando a iniciativa dessas démarches por nossa conta exclusiva, pois achamos que a situação internacional chegou a tal ponto que não deveríamos deixar de tomar todas as providências para evitar a guerra.

⁷⁵³ Entrevista do Chanceler Hermes Lima aos Jornalistas Credenciados e a Toda a Imprensa no Itamaraty. Sala dos Índios. Em 30 de Outubro de 1962, p. 4. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ. Nesse momento, Cuba mantinha relações diplomáticas apenas com Bolívia, Brasil, Chile, México e Uruguai.

⁷⁵⁴ Idem, p. 5.

As iniciativas foram nossas, tivemos de tomá-las porque julgamos a situação tão crítica que um país que tem ao lado dos seus compromissos internacionais, compromissos para a defesa da manutenção da paz, como o Brasil, não poderia faltar a iniciativa de tudo que fosse ao seu alcance para a manutenção da paz.⁷⁵⁵

Conquanto procurasse ocultar o pedido dos EUA, o primeiro-ministro brasileiro, no desenvolvimento de sua resposta, não se distanciava muito daquela complexa situação na qual o governo se defrontava antes de decidir-se por enviar um representante do presidente para Cuba. Lembremo-nos que alarmado pelo embaixador Roberto Campos – como visto no subcapítulo anterior – e pelo embaixador Pio Correa, que representava o país no México, o governo brasileiro acreditava que haveria uma iminente invasão do território cubano por parte dos EUA.⁷⁵⁶

No dia seguinte, o embaixador brasileiro em Havana notificava ao governo brasileiro que o general Albino Silva tinha partido para o Brasil às 17h, mesmo hora que U-Thant viajou para Nova York com toda sua comitiva.⁷⁵⁷ Pouco tempo depois, outro telegrama era enviado para o Itamaraty, dessa vez dando conta de um pedido realizado pelo ministro das Relações Exteriores de Cuba, Raul Roa, ao general Albino Silva, quando de seu embarque no aeroporto de Havana.

Este governo pede ao Brasil apoiar nas Nações Unidas, como base para as negociações em torno da crise cubana e naquilo com que o governo cubano estiver de acordo, os cinco pontos da declaração de Fidel Castro de 28 de outubro.⁷⁵⁸

Ressaltava ainda que este pedido foi feito por Roa a Albino Silva para ser transmitido diretamente ao presidente Goulart. E que o mesmo pedido foi feito a outros países, “especialmente aos dos grupos de Bandung e Belgrado”.⁷⁵⁹

⁷⁵⁵ Entrevista do Chanceler Hermes Lima aos Jornalistas Credenciados e a Toda a Imprensa no Itamaraty. Sala dos Índios. Em 30 de Outubro de 1962, p. 5. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/RJ

⁷⁵⁶ Graham Allison afirma que os Estados Unidos atacariam Cuba em 30 de outubro, se Krushev não tivesse aceito retirar os mísseis de Cuba. ALLISON, op.cit., p. 86.

⁷⁵⁷ Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 360. URGENTE. Assunto: **Questão de Cuba. Missão Albino Silva. Missão U Thant**. Data: 31 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁷⁵⁸ Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 364. CONFIDENCIAL. URGENTE. Assunto: **Questão de Cuba**. Data: 31 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁷⁵⁹ Idem.

Este era um pedido bastante delicado do governo cubano. O Brasil não fazia parte dos países que participaram ativamente das Conferências de Bandung (1955)⁷⁶⁰ e de Belgrado (1961) – a posição do Brasil nessas conferências foi apenas de país observador. Apoiar os cinco pontos propostos por Fidel Castro seria considerado como uma afronta pelos EUA, pois todos os cinco pontos, como visto anteriormente, se relacionavam diretamente com ações estabelecidas pelos estadunidenses. Além disso, as exigências do primeiro-ministro cubano eram entendidas, nesse momento, como pontos que dificultavam o encerramento da Crise dos Mísseis, posição com a qual o Brasil estava comprometido.

Era noticiado que, em seu retorno ao Brasil, no dia 1 de novembro, o general Albino Silva teria trazido duas cartas para o presidente Goulart, uma do secretário-geral da ONU, U-Thant, e outra do primeiro-ministro de Cuba, Fidel Castro.⁷⁶¹ Logo que chegara a Brasília proveniente de Cuba, o chefe da Casa Militar avistou-se com o presidente Goulart no Palácio da Alvorada. Ao sair do encontro, o general Albino Silva afirmava ter obtido êxito em sua missão, porém, não poderia dar conhecimento de suas atribuições à imprensa, por ser assunto sigiloso. Procurando dimensionar de forma bastante positiva as repercussões da iniciativa brasileira, associando-as ao recente sucesso do país na Copa do Mundo do Chile, o general Albino Silva teria dito: “tendo conseguido driblar jornalistas de todo o mundo não seriam os daqui que me haveriam de extrair qualquer palavra”. E, ao tornar mais explícita sua metáfora futebolística, procurava valorizar os resultados alcançados: “O Brasil conquistou a Copa do Mundo da diplomacia”.⁷⁶²

De Brasília, o chefe da Casa Militar seguiu para a cidade do Rio de Janeiro, onde encontraria o primeiro-ministro Hermes Lima. Lá teria mencionado para a imprensa que a URSS já teria começado a desmontar as bases de lançamento de mísseis em Cuba e

⁷⁶⁰ Para saber mais sobre a Conferência de Bandung (além de suas sucessoras) ver o clássico GUITARD, Odette. **Bandung y el despertar de los pueblos coloniales**. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1962.

⁷⁶¹ *O Estado de São Paulo*, 02 de novembro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF. No entanto, o general Albino Silva, alguns dias depois, negou que tivesse trazido mensagens por escrito de Cuba: “As mensagens que trouxe foram verbais. A do sr. Fidel Castro deixo de comentá-la pelo seu caráter reservado, como é compreensível. Quanto a de U Thant, já disse aos jornais como se deu: estava para embarcar no aeroporto de Havana quando recebi de um dos assistentes do secretário-geral da ONU um pedido de espera. Aguardei, tendo ouvido então de U Thant o que já divulguei, que “a posição pacifista sustentada pelo Brasil é altamente significativa em face da presente conjuntura mundial tão abalada por sucessivos atritos”. *O Estado de São Paulo*, 06 de novembro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

⁷⁶² *O Estado de São Paulo*, 02 de novembro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF

que o êxito de sua missão tinha sido total, pois teria conseguido, segundo suas palavras, “levar para a ONU o problema que ela ainda não havia abrangido totalmente”.⁷⁶³

Indagado por alguns repórteres a respeito de ter ido a Cuba sensibilizar o primeiro-ministro Fidel Castro no sentido de que este retornasse aos padrões democráticos, teria respondido Albino Silva: “de forma alguma, pois isso contraria a política externa do Brasil, no ponto em que defende a autodeterminação dos povos”.⁷⁶⁴ Assim, o chefe da Casa Militar tornava público sua simpatia pela Política Externa Independente, e que também acreditava que “Cuba pode coexistir com os demais países do Hemisfério, sem prejuízo de sua autodeterminação”, manifestando, assim, seu desejo de uma possibilidade de retorno do governo cubano a convivência dos países americanos, no mesmo sentido de que Hermes Lima falava, anteriormente, sobre a normalização das relações com Cuba.

Enquanto Albino Silva enfatizava que o pior da crise já passara, procurando, com isso, enaltecer a postura do Brasil no episódio ao mesmo tempo no qual tentava se desvencilhar da imprensa, um dos repórteres questionou o otimismo do general, chamando a atenção para o fato de que o bloqueio, que tinha sido suspenso temporariamente quando da visita de U-Thant, voltara a ser efetivado pelos Estados Unidos. O chefe da Casa Militar, de forma hábil, procurou minimizar a ação do bloqueio – que tinha sido publicamente apoiado pelo governo Goulart – como apenas uma forma de pressão diplomática. Do mesmo modo, respondia que a reafirmação do bloqueio teria menor intensidade, em razão da nova conjuntura que se apresentava com o desmantelamento das bases pelos soviéticos.

Aquela foi uma medida de pressão, por via da qual o governo norte-americano pretendia evitar a chegada de armamentos nucleares a Cuba. Agora, se for efetivamente restabelecido o bloqueio, terá menor intensidade, porque em Cuba já se processa o desmantelamento das bases para os foguetes, numa demonstração de que os soviéticos pretendem cessar o envio das armas impugnadas para o Caribe. Por outro lado – concluiu – as partes interessadas procedem, no foro da ONU, às negociações que levarão a entendimento compatível com o interesse universal pela obtenção da paz”.⁷⁶⁵

⁷⁶³ *O Estado de São Paulo*, 02 de novembro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF

⁷⁶⁴ *Idem*.

⁷⁶⁵ *Idem*, *ibidem*.

Finalizava o general Albino Silva mencionando que, a partir de agora, as negociações passariam a ser realizadas no âmbito da Organização das Nações Unidas. Mesma estratégia que seria exposta pela nota oficial que o governo Goulart tornava pública naquela noite.

O presidente da República e o primeiro-ministro receberam hoje o general Albino Silva, no seu regresso de Havana. O chefe da Casa Militar da Presidência informou sobre as conversações que manteve naquela capital com o chefe do governo cubano e com o secretário-geral das Nações Unidas. O governo brasileiro confia que a grave questão que a todos preocupa encontrará uma solução adequada no âmbito das Nações Unidas. A organização internacional, onde as partes diretamente interessadas no problema estão representadas, dispõe de todos os elementos para levar a bom termo as negociações que se fizerem indispensáveis.⁷⁶⁶

Essa seria a versão pública da missão Albino a ser difundida pela imprensa. Nela, se destacava que o general brasileiro teria encontrado o primeiro-ministro de Cuba e o secretário-geral da ONU e que seus serviços eram empreendidos no sentido de levar as negociações para o fórum da Organização das Nações Unidas.

O que constituía mais uma forma de valorizar a Política Externa Independente do governo Goulart frente à opinião pública brasileira.

4.3

O Projeto de Desnuclearização

Desde sua origem, a Política Externa Independente esteve envolvida nas discussões a respeito do desarmamento.⁷⁶⁷ No ano de 1962, logo após a VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, o Brasil passava a integrar o recém-fundado

⁷⁶⁶ *Estado de São Paulo*, 02 de novembro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF

⁷⁶⁷ WROBEL, Paulo S. Aspectos da Política Externa Independente: a questão do desarmamento e o caso de Cuba. In: **Estudos Históricos**. Vol. 6, nº 12. Rio de Janeiro, 1993, p. 196.

Comitê de Desarmamento das Dezoito Nações da ONU.⁷⁶⁸ Afinal, um dos princípios da PEI era justamente a busca pela paz através do apoio a coexistência e ao desarmamento.

Com a eclosão da Crise dos Mísseis, o governo de João Goulart julgou que o Brasil poderia colaborar na busca pela solução do conflito. E uma das medidas adotadas pela Política Externa Independente seria a elaboração de um projeto de desnuclearização para a América Latina.

Ao que tudo indica, partiu do embaixador Roberto Campos a ideia do Brasil apresentar na ONU o projeto de resolução visando a desnuclearização da América Latina: “a presente situação cubana enseja propormos formalmente na ONU a desnuclearização da América–Latina, transformando em resolução a sugestão contida no discurso do Senador Afonso Arinos na abertura da Assembleia”.⁷⁶⁹ O governo Goulart poderia cogitar essa sugestão como uma possibilidade de intervenção capaz de aproximar a Crise dos Mísseis de uma solução pacífica. Ao internacionalizar a dimensão do caráter nuclear para o âmbito da América Latina, poderia ser mais confortável para a URSS e para Cuba aceitar desmontar as bases de lançamento e retirar as ogivas do território cubano, sem parecer estarem cedendo a uma determinação dos Estados Unidos.

A partir disso, o ministério das Relações Exteriores do Brasil passa a fazer algumas consultas. Hermes Lima – possivelmente sem ter debatido com Goulart por se encontrar no Rio de Janeiro enquanto o presidente estava em Brasília – enviou um

⁷⁶⁸ Originalmente Comitê era composto por dez membros: de um lado Estados Unidos, Canadá, França, Inglaterra e Itália; de outro lado União Soviética, Bulgária, Tchecoslováquia, Polônia, Romênia. A partir de 1962, ingressaram mais oito países, caracterizados como não-alinhados: Brasil, Birmânia, Etiópia, Índia, México, Nigéria, Suécia e República Árabe Unida. Idem, p. 7.

⁷⁶⁹ Despacho telegráfico para a Embaixada em Moscou. Num. 172. CONFIDENCIAL. Assunto: **Questão de Cuba. Desnuclearização da América Latina**. Data: 24 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF. É muito possível que, antes de ter apresentado essa sugestão ao governo brasileiro, o embaixador Roberto Campos tenha discutido a questão com Afonso Arinos. Em suas memórias, o ex-ministro das Relações Exteriores observa: “Fui imediatamente procurado pelos principais delegados americanos em Nova Iorque, estimulando-me a apresentar quanto antes o projeto, enquanto o Embaixador Roberto Campos, de Washington, me informava pelo telefone que estava sendo também assediado pelo Departamento de Estado”. FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Planalto**: memórias. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1968, p. 203-204.

telegrama, originado da embaixada em Washington, para o embaixador Vasco Leitão da Cunha.⁷⁷⁰

Com esse documento, Hermes Lima informa a Vasco Leitão da Cunha que existe a possibilidade de o Brasil propor na Organização das Nações Unidas uma resolução – elaborada a partir de um dos princípios da PEI enunciados por Afonso Arinos quando da abertura da XVII Sessão da Assembleia Geral – para a desnuclearização da América Latina.⁷⁷¹ Para tanto, o primeiro-ministro Hermes Lima solicitava que Leitão da Cunha confirmasse a informação, presente no telegrama que veio de Washington, de que o vice-ministro das Relações Exteriores da URSS, Fuel Kozlov, teria apoiado essa ideia.⁷⁷²

Vasco Leitão da Cunha respondeu ao Itamaraty sobre o projeto de desnuclearização da América Latina, sem, no entanto, se reportar a seu encontro com o vice-ministro das Relações Exteriores da URSS e, também, sem esclarecer se a União Soviética apoiaria a proposta brasileira. Leitão da Cunha sugere ao governo brasileiro que, se quiser levar a ideia adiante, o mais indicado seria através do Conselho de Segurança da ONU, que “seria o instrumento competente”.⁷⁷³ Para tanto, seria conveniente que fossem realizadas sondagens ao Chile, para que ele apresentasse a proposta no Conselho de Segurança – embora o Brasil tivesse sido eleito em 17 de

⁷⁷⁰ Despacho telegráfico para a Embaixada em Moscou. Num. 172. CONFIDENCIAL. Assunto: **Questão de Cuba. Desnuclearização da América Latina**. Data: 24 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁷⁷¹ Nessa ocasião anterior a deflagração da Crise dos Mísseis, o representante brasileiro realizou um pronunciamento no qual felicitava U-Thant pela sua eleição para presidir a Assembleia Geral, realizava moderada crítica em relação as dificuldades para atingir resultados importantes na questão do desarmamento e declarava ser o Brasil “a favor, em princípio, do estabelecimento de zonas desnuclearizadas no mundo, se as propostas para tal não forem feitas meramente para fins de guerra fria, da qual sempre nos mantivemos à distância. A América Latina poderia formar tal zona”. FRANCO, op. cit., p. 215. Nesse mesmo pronunciamento, Afonso Arinos também fazia referência a posição contrária do Brasil ao colonialismo e a defesa pela sua diplomacia dos princípios de autodeterminação e não intervenção. Encerrava sua participação com as seguintes palavras: “Fora das Nações Unidas parece não haver uma solução para o futuro da humanidade”. Idem, p. 219. Mal sabia ele do que estava por vir!

⁷⁷² Despacho telegráfico para a Embaixada em Moscou. Num. 172. CONFIDENCIAL. Assunto: **Questão de Cuba. Desnuclearização da América Latina**. Data: 24 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF. Foi o embaixador Roberto Campos que informou a Hermes Lima sobre o apoio da URSS ao projeto de desnuclearização: “segundo consta, o Vice-Ministro Exteriores soviético, Fuel Kozlov, teria em almoço oferecido em Moscou ao embaixador Vasco Leitão apoiado essa ideia”. Idem.

⁷⁷³ Telegrama da Embaixada em Moscou. Num. 219. CONFIDENCIAL. URGENTÍSSIMO. Assunto: **Questão de Cuba. Desnuclearização da América Latina**. Data: 25 outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF

outubro para o Conselho de Segurança poucos dias antes da Crise dos Mísseis se tornar pública, só assumiria a vaga em 1963.⁷⁷⁴

A consulta ao representante do Brasil em Moscou não foi a única realizada pelo Itamaraty. Também era importante para o governo brasileiro sondar a reação que a proposta de tornar a América Latina e a África zonas livres de materiais nucleares causaria no governo dos Estados Unidos. A primeira reação por parte da diplomacia estadunidense foi bastante positiva.⁷⁷⁵ Na avaliação do diplomata brasileiro José Barreiros – que substituíra temporariamente Penna Marinho na OEA em razão do titular estar no Brasil – o interesse dos EUA aumentava em razão de a proposta ter sido “bem recebida por parte de alguns países membros das Nações Unidas”.⁷⁷⁶

Acreditando ser uma importante forma de colaborar na resolução da Crise dos Mísseis – e, com isso, também ampliar a importância de sua Política Externa Independente – o governo Goulart enviava a seguinte mensagem para Afonso Arinos de Melo Franco autorizando-o a prosseguir com a proposta de desnuclearização:

Em nome do Senhor Presidente da República e em meu próprio louvo Vossa Excelência e o felicito pelo excelente Projeto de Resolução sobre a desnuclearização da América Latina e lhe encareço envidar todos os esforços para o bom êxito dessa iniciativa brasileira. Tal iniciativa está alcançando a melhor e mais ampla repercussão na imprensa do país.⁷⁷⁷

A proposta brasileira, embora ainda não oficial, era destaque no jornal *O Estado de São Paulo*, que mencionava o interesse de diversas delegações na ONU, inclusive dos Estados Unidos, “que a estudariam com atenção”.⁷⁷⁸ O jornal destacava que “o projeto de resolução declararia a América Latina e a África ‘zonas proibidas’ para todas as armas nucleares, bases e experiências”,⁷⁷⁹ o que se configurava de forma bastante positiva para o governo Goulart.

⁷⁷⁴ Nesse momento, os países latino-americanos com representação no Conselho de Segurança da ONU eram o Chile e a Venezuela.

⁷⁷⁵ Telegrama da Delegação do Brasil na OEA. Num. 515. CONFIDENCIAL. Assunto: **Desnuclearização da América Latina e África**. Data: 26 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF

⁷⁷⁶ Idem.

⁷⁷⁷ Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil na ONU. Num. 39. CONFIDENCIAL. URGENTE. Assunto: **Questão de Cuba. Desnuclearização da América Latina**. Data: 26 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF

⁷⁷⁸ *O Estado de São Paulo*, 26 de outubro de 1962, p. 2. BSF. Brasília/DF.

⁷⁷⁹ Idem.

Também nos Estados Unidos a proposta do Brasil ganhava boa repercussão. O jornal *Washington Post* enaltecia o projeto brasileiro, o considerando uma importante iniciativa naquele momento, como também a longo prazo, contribuindo para o desenvolvimento econômico da região: “a iniciativa brasileira além de constituir um esforço positivo no curto prazo para aliviar a tensão internacional, representa, também, uma contribuição no longo prazo, para impedir o desvio de recursos para o desenvolvimento econômico da América Latina numa eventual corrida de armamentos nucleares”.⁷⁸⁰

Em razão da mensagem do governo brasileiro, o senador Afonso Arinos agradecia as felicitações recebidas e informava que a proposta brasileira estava tendo excelente repercussão “em todos os grupos das Nações Unidas”.⁷⁸¹ A única restrição, até o momento, vinha do governo da França, que apesar de ter considerado a proposta “uma boa ideia” era contrária a inclusão da África no projeto.⁷⁸² Afonso Arinos, no entanto, considerava possível que outras “potências ocidentais” também pudessem expressar sua contrariedade.⁷⁸³ Por isso, propunha que se “as objeções se avolumassem, talvez se pudesse limitar o projeto apenas à América Latina”,⁷⁸⁴ região na qual os países mais importantes, inclusive, já haviam se pronunciado a favor da iniciativa brasileira.

O presidente João Goulart, procurando evidenciar as ações da Política Externa Independente, nesse mesmo dia, ao responder a carta recebida do presidente da

⁷⁸⁰ Despacho telegráfico para a Embaixada em Moscou. Carta-telegrama Num. 148. Assunto: **Comentários do “Washington Post” sobre a desnuclearização da América latina e África.** Data: 26 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF. Há uma significativa diferença entre a forma pela qual o jornal estadunidense organizava sua argumentação e a forma pela qual o presidente Goulart relacionava a questão. Enquanto para o *Washington Post* no longo prazo a proposta impediria que os governos latino-americanos *desviassem* seus recursos econômicos do desenvolvimento para o uso em armamentos, na concepção do presidente brasileiro o desarmamento, por parte das potências, permitiria que os recursos financeiros não mais utilizados com aquela finalidade passassem a ser dirigidos para o desenvolvimento social dos países periféricos.

⁷⁸¹ Telegrama da delegação do Brasil na ONU. Num. 95. CONFIDENCIAL. Assunto: **Questão de Cuba. Desnuclearização da América Latina.** Data: 26 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁷⁸² Idem. A razão da contrariedade do governo De Gaulle estava relacionada com os testes nucleares que seu país realizava no deserto do Saara.

⁷⁸³ Em suas memórias, Afonso Arinos destaca que durante a XVI Assembleia Geral (1961) votara a favor da proposta dos países africanos pela desnuclearização de seu continente. Entretanto, essa proposta não obteve êxito em razão dos votos contrários dos EUA e da URSS. FRANCO, op. cit., p. 201-202. A primeira proposta de desnuclearização do continente africano, no entanto, foi realizada na XV Assembleia Geral (1960) por iniciativa de Fidel Castro. Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 384. CONFIDENCIAL. URGENTÍSSIMO. Assunto: **Desnuclearização da América Latina e África.** Data: 14 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF

⁷⁸⁴ Telegrama da delegação do Brasil na ONU. Num. 95. CONFIDENCIAL. Assunto: **Questão de Cuba. Desnuclearização da América Latina.** Data: 26 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

Iugoslávia, Joseph Broz Tito, mencionou explicitamente a estratégia que passaria a desenvolver.

Na linha das sugestões que poderão constituir objeto de meditação e exame da ONU, quero pedir desde logo a atenção de v. exa. para a proposta copatrocinada pelo Brasil em 1961, e agora por nós renovada, de “desatomização” da América Latina e da África, o que, além de favorecer a solução da crise específica que nos preocupa, generalizando o direito de inspeção, significaria uma grande passo para o alívio da tensão mundial.⁷⁸⁵

Desse modo, o presidente brasileiro procurava angariar ainda mais apoios para a proposta que o representante do Brasil já vinha articulando nas Nações Unidas. O presidente Tito gozava de grande prestígio entre as nações não-alinhadas e seu apoio era bastante oportuno para os objetivos de Goulart na ONU. É importante mencionarmos que, nesse momento, a Crise dos Mísseis ainda não dava sinais claros de refluxo, sendo a proposta do governo brasileiro de desnuclearização da América Latina uma ousada medida na busca da resolução do conflito: parecia ser a forma de proporcionar uma saída diplomática “digna” para o governo de Fidel Castro.

O nome mais expressivo na consecução do projeto apresentado pelo governo brasileiro de desnuclearização da América Latina parecia ser o do ex-ministro das Relações Exteriores Afonso Arinos, que, no dia 29 de outubro – mesmo dia no qual o general Albino Silva se encontrava com Fidel Castro em Havana e também data do início da retirada dos foguetes de Cuba – apresentou à Comissão Política da ONU o projeto de sua autoria, em parceria com o diplomata Araújo Castro, de desnuclearização da América Latina e da África.⁷⁸⁶

Esse era o primeiro procedimento regimental para que uma resolução fosse apreciada pela Assembleia Geral da ONU. A proposta, no entanto, fora apresentada com a assinatura exclusiva do Brasil, o que, aparentemente, desagradou a alguns representantes dos países latino-americanos. Em virtude disso, o senador Afonso Arinos marcou uma reunião para o dia dois de novembro com todos os representantes da América Latina em Nova York. Nessa reunião, justificou-se perante seus colegas em face da “extrema gravidade da situação criada com a introdução de armas nucleares pela

⁷⁸⁵ Carta do Presidente João Goulart ao presidente Joseph Broz Tito, 26 de outubro de 1962, *apud O Estado de São Paulo*, 30 de outubro de 1962, p. 8. BSF. Brasília/DF. Frisamos que, em 1961, na XVI Assembleia Geral da ONU, a proposta era restrita ao continente africano, cometendo, portanto, o presidente João Goulart grande equívoco.

⁷⁸⁶ FRANCO, op. cit., p. 203.

União Soviética em território cubano e da urgência de se apresentar proposta que poderia constituir solução para a crise”.⁷⁸⁷

Ao governo Goulart, Afonso Arinos relatava o que tinha se passado na reunião: destacava ter recebido elogios entusiasmados do representante do Panamá que, inclusive, havia solicitado que ficasse explícito no projeto que a Zona do Canal do Panamá também fosse coberto pela resolução, no que foi prontamente apoiado pelo representante da Nicarágua. Entretanto, Arinos comunicava a Goulart que essa solicitação entrava em conflito com os interesses dos EUA: “A sugestão panamenha se contrapõe com o desejo norte-americano, porquanto Dean já me havia declarado que o Governo americano deseja reservar-se o direito de transportar armas nucleares através do Canal do Panamá. Obviamente não revelei a opinião de Dean”. O representante do Brasil também mencionava que Peru e Argentina se mostravam menos entusiasmados com o projeto, tendo expressado o representante argentino os seguintes pontos: “1) que não lhe parecia clara a noção de desnuclearização; 2) que, se desnuclearizando, a América Latina ataria suas mãos diante do futuro, pois o desenvolvimento tecnológico poderia talvez transformar as armas nucleares em armas defensivas”. Arinos informou ao governo brasileiro ter respondido aos pontos levantados pelo embaixador argentino, salientando que o subcontinente deveria utilizar-se de energia nuclear apenas para fins pacíficos e que qualquer opção pelo uso da energia atômica para fins militares levaria a um excessivo atraso ao desenvolvimento econômico dos países que por isso optassem, haja visto o grande custo que essas experiências demandariam. Para o presidente Goulart, Afonso Arinos avisava: “percebi, detrás da longa exposição do Delegado da Argentina, talvez um vislumbre de intenção daquele país de tornar-se uma potência nuclear para fins não pacíficos”.⁷⁸⁸

Sem nenhuma dúvida, a versão predominante – talvez a única até então – sobre a proposta de desnuclearização apresentada pelo Brasil na XVII Assembleia Geral da ONU, em meio a Crise dos Mísseis, é aquela construída por Afonso Arinos em suas memórias. Contudo, ela se sustenta sobre alguns erros de avaliação e, mesmo, sobre equívocos graves. Talvez o mais grave dos equívocos seja o que segue: “Estávamos

⁷⁸⁷ Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 119. CONFIDENCIAL. Assunto: **Desnuclearização da América Latina e África**. Data: 02 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁷⁸⁸ Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 119. CONFIDENCIAL. Assunto: **Desnuclearização da América Latina e África**. Data: 02 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

negociando o encaminhamento do projeto quando irrompeu a crise dos foguetes soviéticos armados em território cubano”.⁷⁸⁹ Arinos se confunde e não deixa claro que o projeto de desnuclearização só foi posto em discussão em razão da Crise dos Mísseis, como ele mesmo alegou na época: “O senador Afonso Arinos de Melo Franco, chefe da delegação brasileira, declarou na Comissão Política da ONU que os acontecimentos das últimas semanas, que revelaram a existência de armas nucleares na América Latina, tornaram imperiosa a necessidade de empreender uma ação nesse sentido [o projeto da desnuclearização da América Latina]”.⁷⁹⁰

Contudo, o que mais nos parece problemático é a construção de sua interpretação posterior sobre a tramitação do projeto de desnuclearização e seu insucesso. A versão construída por Afonso Arinos vê nos Estados Unidos “partidários ardorosos da sugestão [de desnuclearização da América Latina]”⁷⁹¹ enquanto o grande responsável pela não aprovação da resolução foi Cuba que “ficou até contra a Rússia, pois os soviéticos declaram-me que apoiariam e votariam o nosso projeto, se Cuba o fizesse. Foi Cuba quem se opôs.”⁷⁹² Analisando a documentação disponível daqueles dias, que em grande parte fora produzida pelo próprio Afonso Arinos, podemos perceber que a situação era um tanto mais complexa.

De início, o que se sabe, e já era muito patente no transcorrer dos acontecimentos, é que o governo argentino foi o país mais fiel aos Estados Unidos durante a Crise dos Mísseis.⁷⁹³ O próprio Afonso Arinos tinha percebido isso durante a Reunião Informal de Chanceleres, como visto anteriormente, quando ele afirmava ao governo brasileiro que a Argentina tinha *comprometido toda a política internacional de seu país, para obter vantagens financeiras imediatas*.

Além disso, outro indício do erro de avaliação cometido por Afonso Arinos pode ser percebido de documento enviado por ele ao Itamaraty:

A Comissão Política acaba de aprovar por 81 votos a favor, zero contra e 25 abstenções, projeto brasileiro sobre testes nucleares, ao qual se juntaram 36 outras delegações. Abstiveram-se, de maneira geral, todos os países do bloco de Varsóvia e vários da OTAN, inclusive os Estados Unidos, o Reino Unido e a Itália [...] O parágrafo concernente à condenação de todos os testes

⁷⁸⁹ FRANCO, op. cit., p. 203.

⁷⁹⁰ *O Estado de São Paulo*, 09 de novembro de 1962, p. 7. BSF. Brasília/DF. Interpolações nossas.

⁷⁹¹ FRANCO, op. cit., p. 203.

⁷⁹² *Idem*, p. 205.

⁷⁹³ MORGENTHAU, op. cit.

nucleares foi aprovado por 81 votos e 25 abstenções, entre as quais a União Soviética, o Reino Unido e os Estados Unidos; o parágrafo que pede a cessação dos testes em primeiro de janeiro de 1963 foi aprovado por 88 votos a favor e 10 contra, entre os quais os Estados Unidos e o Reino Unido.⁷⁹⁴

Os Estados Unidos eram contrários ao projeto brasileiro de proibição de testes nucleares – assim como os demais países que possuíam armas nucleares.⁷⁹⁵ Tanto que o projeto brasileiro, embora aprovado na Comissão Política, não prosperou nas demais instâncias da ONU. Por que seriam os EUA favoráveis, então, à desnuclearização da América Latina? Dado as condições econômicas daqueles países, eles dificilmente teriam possibilidade de contar com armamento nuclear, ao passo que, posteriormente, poderiam servir de bases para os próprios Estados Unidos. A única razão aparente para a contrariedade estadunidense era uma situação como a da Crise dos Mísseis, quando havia o risco de a URSS instalar armamento nuclear no subcontinente latino-americano.

Em seu relato, Arinos responsabiliza exclusivamente Cuba em relação a não aprovação do projeto brasileiro. Em sua perspectiva, todos os demais países estavam, no mínimo, satisfeitos com o projeto de desnuclearização apresentado pelo Brasil:

Durante os debates travados na Primeira Comissão (Política) o projeto brasileiro, co-patrocinado pelos outros três países, foi objeto de referências em discursos de cinquenta e quatro delegações, de todas as partes do mundo, de todos os blocos políticos, países alinhados e não alinhados. O Presidente Alessandri, do Chile, falando perante a Assembleia Geral, exprimiu a esperança de vê-lo aprovado em breve.⁷⁹⁶

⁷⁹⁴ Despacho telegráfico para Moscou. Carta-telegrama num. 162. CONFIDENCIAL. Assunto: **Testes nucleares. Projeto brasileiro**. Data: 08 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF. Esse telegrama retransmite uma mensagem enviada por Arinos para o Itamaraty. Não é possível precisar a data com exatidão, mas temos condições de estabelecer o envio da mensagem entre os dias 05 e 08 de novembro de 1962.

⁷⁹⁵ A corrida armamentista teve início em 1945 com a detonação das Bombas Atômicas em Hiroshima e Nagasaki. A URSS detonava a sua primeira Bomba Atômica em 1949. Em 1952, a Inglaterra também passava a contar com a Bomba Atômica. A tecnologia avançara e, nesse mesmo ano de 1952 a primeira bomba de Hidrogênio era testada pelos EUA. E a distância no tempo competitivo das inovações tecnológicas diminuía, pois em 1953 a URSS faria o mesmo teste. A velocidade era tanta, e o descontrole também, que em 1954 os estadunidenses perderam o controle sobre um teste no Pacífico com a bomba de Hidrogênio, que contou com uma potência 750 vezes superior à da Bomba Atômica de 1945. O horror nuclear era uma realidade. Em 1957, a URSS contava com o primeiro míssil balístico intercontinental. Além disso, no mesmo ano lançara o *Sputnik*, o primeiro satélite artificial a entrar em órbita; poucas semanas depois, era a vez da cadelinha *Laika* também entrar em órbita, com o *Sputnik 2*. Os soviéticos tomavam a dianteira na corrida espacial. Porém, os EUA não ficaram inertes. No fim da década de 1950, os estadunidenses detinham bases de mísseis na Inglaterra, na Itália e na Turquia. Além disso, no ano de 1960, também a França passava a contar com o armamento nuclear. Cada vez mais essa tecnologia mortal se difundia; seus reflexos eram os de uma tragédia anunciada! DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. Cultura de pós-guerra: o aspecto nuclear e sua negação. In: **Sociais e Humanas**. Vol. 23, nº 1. Santa Maria: 2010, p. 120.

⁷⁹⁶ FRANCO, op. cit., p. 204.

Contudo, Afonso Arinos reiteradamente pedia o auxílio do ministério das Relações Exteriores para convencer alguns países – em especial latino-americanos – a apoiar com maior entusiasmo a proposta de desnuclearização. No mesmo telegrama em que exaltava o apoio expressado durante a reunião na Comissão Política pelos representantes do Canadá, Suécia e Gana, o representante do Brasil solicitava ao Itamaraty que “dada a atitude reticente, embora cordial, de Padilla Nervo, sugiro gestão junto ao governo do México no sentido de obter seu apoio ao projeto brasileiro”.⁷⁹⁷ Se justamente o México, que junto com o governo brasileiro, mantinha uma política externa de independência, não estava de todo integrado a proposta brasileira, era possível imaginar uma resistência também entre os demais países do subcontinente. Para evitar atitudes como essa, com destaque para a posição que o México e a Argentina vinham consolidando, Afonso Arinos realizou modificações no projeto apresentado, com o objetivo de “afastar a ideia de que a Assembleia Geral estaria ‘impondo’ a desnuclearização a América Latina”, ideia que fez com que Argentina e México, na avaliação do representante brasileiro, “demonstrassem certas suscetibilidades” em relação ao projeto.⁷⁹⁸

Outra modificação importante, e que demonstra como havia alguns problemas a serem resolvidos para a aprovação do projeto, consistiu na exclusão do continente africano da resolução. Para o governo brasileiro, Afonso Arinos explicou ter tomado essa decisão de alterar a proposta original para “evitar a introdução de emendas pelas delegações de outros países, que poderiam modificar inteiramente o espírito da proposta, pois alguns países da África fizeram restrições à proposta e a França que tem interesse em utilizar o deserto do Saara como campo de provas e não aceitaria a desnuclearização”, o que poderia, na avaliação de Afonso Arinos, “inclusive derrubar a proposição”.⁷⁹⁹

Cuba também criava resistências a aprovação do projeto de desnuclearização. Tanto que o Itamaraty também fora demandado por Afonso Arinos para realizar gestões

⁷⁹⁷Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 139. CONFIDENCIAL. URGENTE. Assunto: **Questão de Cuba. Desnuclearização da América Latina.** Data: 09 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁷⁹⁸Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 140. CONFIDENCIAL. Assunto: **Desnuclearização da América Latina e África.** Data: 09 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁷⁹⁹Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 151. SECRETO. URGENTÍSSIMO. Assunto: **Desnuclearização da América Latina e África.** Data: 12 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

com o governo cubano. A princípio, “o embaixador Lechuga assegurou-me hoje seu apoio à resolução” porém realizou “única reserva à palavra ‘verificação’ que aceitaria em outra fase mas não quando ela se torne ponto da dissensão entre Cuba e os Estados Unidos”⁸⁰⁰ – afinal, por essa data, o grande imbróglio para o encerramento da Crise dos Mísseis estava relacionado quanto à forma pela qual seria inspecionado o desmonte dos armamentos nucleares existentes em Cuba.

Ao procurar o ministro Raul Roa, o embaixador brasileiro em Havana, Luiz Leivas Bastian Pinto, procurara entabular as gestões solicitadas pelo Itamaraty.⁸⁰¹ Mas esbarrava na mesma argumentação apresentada a Afonso Arinos pelo representante cubano na ONU Carlos Lechuga: o ministro Roa “disse-me que Cuba concorda em princípio, mas que tem de considerá-lo no contexto geral da grave situação que enfrenta no momento”. Todavia, Bastian Pinto informava ao governo Goulart que “o Ministro prometeu consultar o seu governo e transmitir-me uma resposta definitiva com a máxima brevidade”⁸⁰², mantendo acesas as esperanças de uma possível mudança de posição do governo de Fidel Castro.

E essa esperança parece ter se irradiado para o representante do Brasil na Organização das Nações Unidas. Afonso Arinos enviava um telegrama em um tom bastante otimista: nele, anunciava ao governo brasileiro que tanto a imprensa estadunidense quanto o departamento de Estado consideravam o projeto de desnuclearização apresentado pelo Brasil como uma das possíveis modalidades de solução da Crise dos Mísseis. Em face disso, Arinos enviava as seguintes sugestões para o governo Goulart:

- a) Gestão urgente junto a Fidel Castro a fim de obter voto favorável de Cuba na Comissão Política ao projeto de resolução sobre desnuclearização, que é a melhor fórmula para o Governo de Havana sair do impasse atual, no tocante ao problema de verificação; b) aprovado o projeto o Brasil poderia convocar uma conferência de plenipotenciários latino-americanos, a se reunir no Itamaraty, com o fim de elaborar a convenção de desnuclearização prevista na resolução; c) este

⁸⁰⁰Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 140. CONFIDENCIAL. Assunto: **Desnuclearização da América Latina e África**. Data: 09 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF. Carlos Lechuga tomara posse como representante cubano na ONU em meio a Crise dos Mísseis, em 04 de novembro. Evidentemente, isso não aconteceu por acaso.

⁸⁰¹ Despacho telegráfico para a Embaixada em Havana. Num. 177. URGENTÍSSIMO. Assunto: **Desnuclearização da América Latina e África**. Data: 09 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁸⁰² Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 376. URGENTÍSSIMO. Assunto: **Desnuclearização da América Latina e África**. Data: 09 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

procedimento daria a Cuba oportunidade de negociar como estado soberano, dentro da conferência os termos de verificação além de propiciar o seu retorno ao convívio continental; d) a conferência representaria ainda importante precedente no acordo geral do desarmamento, marcando nesse terreno a posição do Brasil; e) o interesse do Departamento de Estado na aceitação do projeto brasileiro por parte de Cuba, já comunicado a Vossa Excelência, prenuncia apoio dos Estados Unidos às sugestões aqui preconizadas; f) entre a aprovação do projeto e a convocação da conferência haveria tempo para consultas em Washington e Havana.⁸⁰³

O representante do Brasil na ONU solicitava, portanto, que o governo Goulart intercedesse diretamente junto ao primeiro-ministro de Cuba para que votasse a favor do projeto de desnuclearização apresentado pelo Brasil. Instruía o governo brasileiro a fazer ver, através de sua ótica, as vantagens para Cuba aceitando essa condição, destacando que a regulamentação do projeto poderia ser realizada no Brasil, com a participação de Cuba – e sem a participação dos Estados Unidos. Além disso, para o governo brasileiro seria uma boa alternativa, pois projetaria a Política Externa Independente enquanto propulsora da paz entre as nações, além de garantir o apoio dos EUA para a aprovação do projeto.

As sugestões de Afonso Arinos foram bem-recebidas pelo governo Goulart. Prova disso é que o mesmo telegrama foi retransmitido para a embaixada em Havana no dia seguinte, acompanhado dessa instrução em seu final: “Conviria insistir junto ao Governo de Cuba por uma resposta favorável. O Embaixador Lechuga mostrou-se simpático ao projeto de resolução em conversa com o Embaixador Afonso Arinos.”⁸⁰⁴ Além disso, enfatizava que “estamos informados de que o bloco soviético votará a favor da nossa proposta”, dando clara sinalização de que tudo estava muito bem encaminhado. Parecia que o otimismo de Afonso Arinos era mesmo contagiante.

Entretanto a resposta advinda do governo cubano não era dotada do mesmo entusiasmo. O embaixador Bastian Pinto, após ter se entrevistado com o ministro das Relações Exteriores de Cuba, comunicava ao Itamaraty que aquele governo, após ter examinado “detidamente o projeto brasileiro” enviara instruções para o embaixador

⁸⁰³ Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 146. CONFIDENCIAL. Assunto: **Projeto de resolução sobre desnuclearização**. Data: 11 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁸⁰⁴ Despacho telegráfico para a Embaixada em Havana. Num. 179. CONFIDENCIAL. Assunto: **Desnuclearização da América Latina e da África**. Data: 12 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

Carlos Lechuga apoiar o projeto de desnuclearização. Contudo, o diplomata cubano na ONU apresentaria as seguintes emendas ao projeto brasileiro:

1) Desnuclearização, o mais breve possível, de Porto Rico e da Zona do Canal do Panamá; 2) compromisso, por parte de todas as potências nucleares, de não usar essas armas contra a América Latina; 3) eliminação das bases militares dessas potências na América Latina – o que se refere a Guantánamo, sem a citar.⁸⁰⁵

A princípio, a emenda número dois não traria nenhuma dificuldade para a aprovação do projeto. Seria até um ato de covardia, com a América Latina sem armas nucleares, que os EUA, URSS, Inglaterra ou França utilizassem esse tipo de armamento contra o subcontinente. Os pontos que não receberiam a aprovação dos EUA de forma alguma eram o um e o três. Como visto anteriormente, os EUA não pretendiam de forma alguma que o Canal do Panamá fosse desnuclearizado. Além disso, Porto Rico era um território estadunidense e Guantánamo, para a administração Kennedy, era um ponto inegociável.

Nas memórias de Afonso Arinos, publicadas alguns anos após os eventos, o ex-ministro das Relações Exteriores realizava as seguintes considerações, que se tornaram basilares na responsabilização de Cuba como único empecilho para o insucesso do projeto brasileiro de desnuclearização:

Um projeto de desnuclearização regional pressupõe o estabelecimento de um sistema de inspeção entre os Estados signatários. O governo cubano, ao se manifestar sobre este ponto, declarou que só aderiria ao projeto brasileiro se fossem incluídos, na área desnuclearizada, os territórios de Porto Rico e da Flórida, que Havana considerava como pertencentes “sociologicamente” à América Latina. Isto era, evidentemente, uma provocação, porque Porto Rico é Estado associado aos Estados Unidos (de fato um território americano) e a Flórida é um dos Estados da Federação. Exigia-se, assim, que os Estados Unidos permitissem a inspeção no seu território, no cumprimento de um tratado em que não era parte, quando exatamente o problema da inspeção é que impede, até hoje, o acordo de desnuclearização entre Estados Unidos e União Soviética.⁸⁰⁶

A nosso ver, no entanto, não era descabida a exigência cubana em relação a Porto Rico, dado que o tratado era para a desnuclearização da América Latina. No documento analisado por nós não há nenhuma referência a Flórida, porém, em

⁸⁰⁵ Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 384. CONFIDENCIAL. URGENTÍSSIMO. Assunto: **Desnuclearização da América Latina e África**. Data: 14 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁸⁰⁶ FRANCO, op. cit., p. 204-205.

documento posterior, datado de 21 de novembro, essa é mencionada.⁸⁰⁷ Aqui sim entendemos que a exigência de Cuba é impropriedade, pois está fora do marco geográfico da América Latina. Mas essa é apenas uma menção na documentação, enquanto outros documentos continuam falando sobre Porto Rico e não há em nenhum documento nada que se aproxime de uma argumentação *sociológica* por parte do governo cubano. E ainda vale mencionar que em suas memórias Afonso Arinos não toca, em nenhum momento, na exigência a respeito do Canal do Panamá que, como visto anteriormente, seria uma reivindicação daquele país que fosse desnuclearizado – e que não seria, muito possivelmente, aceito pelos EUA.

Talvez a posição do governo cubano, contudo, não fosse tão inflexível. O Itamaraty retransmitia para Afonso Arinos, na ONU, o telegrama no qual o embaixador brasileiro em Havana relatava nova conversa com o ministro Raul Roa acerca do projeto de desnuclearização e das emendas que Cuba pretendia patrocinar. Bastian Pinto informava que, frente a “gravidade da situação” internacional, o governo de Cuba estava “disposto a fazer concessões para alcançar uma garantia mínima” tendo o ministro das Relações Exteriores de Cuba lhe insinuado “a plena disposição a renunciar o ponto relativo a Base Naval de Guantánamo”.⁸⁰⁸ Portanto, das três emendas que o governo de Cuba pretendia apresentar ao projeto de desnuclearização, a de número dois não oferecia nenhum problema e a de número três poderia ser retirada: estava a emenda número um, qual seja, a que pedia a desnuclearização de Porto Rico e do Canal do Panamá. Como qualquer negociação só avança quando ambas as partes aceitam algum tipo de recuo, é preciso questionar se os EUA também não contribuíram para o insucesso do projeto brasileiro.

Na tentativa de ampliar a base de sustentação ao projeto brasileiro de desnuclearização, o governo brasileiro ofereceu a co-autoria a Bolívia, Chile e Equador, que passaram a assinar o projeto juntamente com o Brasil. Além disso, Afonso Arinos reuniu os representantes dos países latino-americanos na ONU com o propósito de criar uma unidade subcontinental, importante para dar maior legitimidade ao projeto. Todavia, isso parecia não se concretizar. Nessa reunião, o representante argentino

⁸⁰⁷ Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 189. CONFIDENCIAL. Assunto: **Questão de Cuba. Desnuclearização da América Latina e da África. Problema da inspeção. Proscrição dos testes nucleares.** Data: 21 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁸⁰⁸ Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil na ONU. Num. 60. CONFIDENCIAL. URGENTE. Assunto: **Questão de Cuba. Declarações do Ministro das Relações Exteriores.** Data: 16 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

“manifestou sérias reservas de seu governo” ao projeto, tendo sido fortemente apoiado pelo representante do Paraguai.⁸⁰⁹ Mesmo com a argumentação do senador Afonso Arinos, essas duas delegações não cederam em seus pontos-de-vista. Em contraposição, o projeto contava com o “forte apoio” do Chile, Bolívia, Equador – o que não poderia ser diferente, pois, afinal, tinham se tornado co-autores da proposta – Costa Rica “que pode mesmo tornar-se co-autora do projeto”, Uruguai, Panamá, Nicarágua e Peru – país que anteriormente tinha demonstrado algumas reservas ao projeto.

Embora tenham declarado ainda não contar com instruções de seus governos, a Venezuela e a República Dominicana, segundo Afonso Arinos, “manifestaram certas reservas ao projeto”⁸¹⁰, ao passo que o México “silenciou o tempo todo”, tendo seu representante, Padilla Nervo, se ausentado em meio à reunião. Mostrando sua preocupação até então inexistente, o ex-ministro Afonso Arinos assim se reportava ao Itamaraty: “Julgo indispensáveis gestões urgentes junto a Buenos Aires, Caracas, México, Assunção e Ciudad Trujillo, **com especial ênfase na primeira, de onde apremem provir as objeções mais fortes**”.⁸¹¹ Em uma mudança brusca de orientação, Afonso Arinos encerrava sua comunicação com o governo brasileiro com a seguinte solicitação, configurada praticamente como um pedido de ajuda, o que pareceu esquecer em suas memórias:

Insisto na necessidade de forte ação junto às chancelarias latino-americanas, visto como a impressão de que o projeto não conta com o apoio unânime dos países latino-americanos poderá determinar abstenções por parte de vários membros das Nações Unidas.⁸¹²

A situação parecia, realmente, bastante crítica para o êxito dessa proposta da Política Externa Independente. A tal ponto que o governo Goulart avaliou e aceitou a possibilidade de adiamento da votação do projeto de desnuclearização:

Vossa Excelência está autorizado a adiar a votação do projeto de resolução sobre a desnuclearização da América Latina **a fim de atender as ponderações que lhe foram feitas pelo Governo norte-americano.**

⁸⁰⁹ Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 169. CONFIDENCIAL. URGENTE. Assunto: **Desnuclearização da América Latina e África**. Data: 17 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁸¹⁰ Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 169. CONFIDENCIAL. URGENTE. Assunto: **Desnuclearização da América Latina e África**. Data: 17 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁸¹¹ Idem. Grifos nossos.

⁸¹² Idem, *ibidem*.

Insistimos, porém, em que o mesmo projeto venha a ser votado na Comissão e no plenário antes que se encerre o atual período de sessões da Assembléia Geral.⁸¹³

Não conseguimos encontrar, em nossas pesquisas, o telegrama pelo qual o senador Afonso Arinos solicitou adiar a votação do projeto de desnuclearização – os telegramas enviados pela Missão do Brasil na ONU entre os números 169 e 175 não foram encontrados. Com isso, só podemos inferir que o pedido de adiamento partiu de Afonso Arinos, pois foi *autorizado a adiar a votação do projeto de resolução*. Em relação às *ponderações que lhe foram feitas pelo governo norte-americano*, acreditamos se tratar da “desnuclearização dos chamados territórios dependentes (Panamá e Porto Rico)” que os EUA não aceitavam, ao ponto de o embaixador Roberto Campos considerar como “impossíveis de serem aceitas pelos Estados Unidos da América”.⁸¹⁴ O que representa que os Estados Unidos, tão exaltado nas memórias de Afonso Arinos como *partidários ardorosos* do projeto de desnuclearização, também interferiram, de alguma forma, ante a proposta brasileira.⁸¹⁵

Logo que recebeu a autorização do governo brasileiro, Afonso Arinos comunicava ao Itamaraty que, no dia seguinte, faria a proposição na Comissão Política da ONU sobre o adiamento da votação do projeto sobre a desnuclearização da América Latina. Informava ao governo brasileiro também que já tinha realizado contatos com os representantes da URSS e de Cuba e que eles tinham recebido bem a sugestão do adiamento da votação. E de forma a tentar recuperar o moral da proposta brasileira, fazia a seguinte declaração:

Conquanto não tenha dúvidas sobre a fácil aprovação do nosso Projeto, meu propósito é o de evitar que a votação seja atingida pelas reservas das potências da OTAN e do Pacto de Varsóvia e, também, de Cuba e de alguns países da América Latina, **que seguiriam a posição norte-americana**, tudo

⁸¹³ Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil na ONU. Num. 64. CONFIDENCIAL. Assunto: **Desnuclearização da América Latina**. Data: 17 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF. Grifos nossos.

⁸¹⁴ Despacho telegráfico para a Embaixada em Moscou. Carta-telegrama num. 178. CONFIDENCIAL. Assunto: **Desnuclearização da América Latina e África. Agravamento da situação de Cuba**. Data: 21 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁸¹⁵ É possível que o governo dos Estados Unidos não quisesse, nesse momento, prestigiar negociações na ONU, em razão de estar pressionando o governo da URSS para obter a retirada dos Il-28 de Cuba, como condição para erguer o bloqueio que ainda estava em vigor.

em função das posições condicionadas pelas atuais negociações sobre a crise cubana.⁸¹⁶

Parece que a ideia de uma unanimidade não teria mais condições de ser atingida. O número de governos com “reservas” sobre a proposta de desnuclearização parecia bem amplo – no entanto, isso não era suficiente para impedir a aprovação do projeto: bastaria obter maioria simples na Comissão Política e dois terços da Assembleia Geral.

Já as reservas desses *alguns países da América Latina* podem ser identificadas através da seguinte passagem do telegrama enviado por Roberto Campos ao governo brasileiro:

Em reunião com os Embaixadores latino-americanos no Departamento de Estado, tive de intervir em defesa da proposta brasileira de desnuclearização, que estava sendo criticada pela República Dominicana, Guatemala e Venezuela, porque: A) associavam-na, erradamente, à ideia de mediação e reintegração de Cuba no sistema interamericano, considerada inaceitável por esses países, enquanto Fidel Castro estiver no poder, sendo que, dos três, a República Dominicana declarou que apresentaria, em breve, provas de atividades subversivas fomentadas por Cuba, juntando-se à Venezuela na demanda de sanções mais duras quanto a Castro.⁸¹⁷

Para o governo Goulart, no entanto, ainda assim era importante a aprovação do projeto de desnuclearização, razão pela qual Afonso Arinos mencionava que “de qualquer forma, a votação será solicitada por nós antes do encerramento da Assembléia Geral, de acordo com as instruções de Vossa Excelência”.⁸¹⁸

No dia 20 de novembro, o primeiro-ministro da URSS, Nikita Krushev notificou ao presidente John Kennedy, dos EUA, que retiraria de Cuba todos os aviões Ilyushin 28 (Il-28), que faziam parte das exigências do estadunidense para encerrar o bloqueio instaurado dia 24 de outubro. Embora ainda não se tivesse chegado ao acordo

⁸¹⁶ Telegrama da delegação do Brasil na ONU. Num. 175. CONFIDENCIAL. URGENTE. Assunto: **Desnuclearização da América Latina e África. Projeto brasileiro. Adiamento da votação.** Data: 18 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF. Grifos nossos.

⁸¹⁷ Despacho telegráfico para a Embaixada em Moscou. Carta-telegrama num. 178. CONFIDENCIAL. Assunto: **Desnuclearização da América Latina e África. Agravamento da situação de Cuba.** Data: 21 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁸¹⁸ Telegrama da delegação do Brasil na ONU. Num. 175. CONFIDENCIAL. URGENTE. Assunto: **Desnuclearização da América Latina e África. Projeto brasileiro. Adiamento da votação.** Data: 18 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

final sobre a Crise dos Mísseis – o que só viria a ocorrer em sete de janeiro de 1963 – as tensões produzidas por aquela disputa estavam se reduzindo.

Nesse mesmo dia 20 de novembro, o representante do Brasil na ONU enviava nova mensagem para o governo Goulart, com o objetivo de dobrar as resistências da Argentina e do Paraguai em relação ao projeto de desnuclearização da América Latina. Para tanto, Afonso Arinos acreditava que seria importante “frisar em Buenos Aires e em Assunção que os EUA veem o projeto como uma das possíveis modalidades de solução pacífica da questão cubana”.⁸¹⁹ No entanto, nesse mesmo dia, o presidente John Kennedy, ao ser questionado em entrevista coletiva, sobre se apoiava ou não a proposta brasileira de desnuclearização, respondia: “Estamos interessados na proposta brasileira, que está em discussão nas Nações Unidas. Temos interesse nela e uma proposta semelhante foi feita para a África. Interessar-nos-íamos por aquela também. A questão é saber qual a disposição dos países da América Latina em aceitar a proposta brasileira.”⁸²⁰ Isso demonstrava – para dizer o mínimo – os limites do apoio dos Estados Unidos à proposta do Brasil.

Em relação a solicitação de Afonso Arinos para a realização de gestões em relação ao governo argentino, o ministério das Relações Exteriores do Brasil respondeu ao senador que já era de bom conhecimento em Buenos Aires que os EUA apoiavam o projeto de desnuclearização. O problema argentino era fruto, no entanto, da “grande resistência nos meios militares”⁸²¹ daquele país – que eram totalmente anti-Cuba e durante a Crise dos Mísseis se mostraram os mais fiéis companheiros dos EUA.

De sua representação na ONU, o governo brasileiro recebia a informação, obtida por meio de conversa entre Afonso Arinos e U-Thant, que o governo de Cuba tinha realizado uma proposta aos Estados Unidos para encerrar a Crise dos Mísseis. A proposta de Cuba consistia com que os Estados Unidos aceitassem:

- 1) Inspeção da ONU em toda a zona do Caribe, compreendendo Flórida e Porto Rico; 2) suspensão de todas as medidas de restrição comercial

⁸¹⁹ Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 183. SECRETO. Assunto: **Desnuclearização da América Latina e África. Impressões da Delegação paraguaia**. Data: 20 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁸²⁰ *O Estado de São Paulo*, 21 de novembro de 1962, capa. BSF. Brasília/DF.

⁸²¹ Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil na ONU. Num. 69. SECRETO. Assunto: **XVII Assembleia Geral. Desnuclearização da América Latina**. Data: 23 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

contra Cuba; 3) declaração americana de não invasão nem prática de atos hostis contra Cuba.⁸²²

Em contrapartida, o governo cubano se comprometia a assumir os seguintes compromissos:

1) Compromisso de não receber armas ofensivas do Bloco Soviético; 2) compromisso de não proceder a tentativas de infiltração ideológica ou subversão política em outros países do continente.⁸²³

Desse modo, Fidel Castro colocava em negociação o abandono da Segunda Declaração de Havana, ao mesmo tempo em que cedia frente à política de coexistência pacífica patrocinada por Nikita Krushev. Esse documento demonstra que Cuba estava disposta a negociar, embora a exigência relativa a Flórida realmente fosse inaceitável para os Estados Unidos,⁸²⁴ conforme era informado ao governo brasileiro:

A sugestão do protocolo foi recusada pelos americanos formalmente, porque seria necessário a aprovação do Senado, o que é difícil e substancialmente porque os americanos se recusam a aceitar inspeção na Flórida ou em Porto Rico, a não ser que a União Soviética aceite, por sua vez, inspeção da ONU no Porto de Odessa e em outros pontos designados pelos americanos, coisa que os russos recusam.⁸²⁵

Mais tarde, Afonso Arinos de Melo Franco reafirmava ao Itamaraty que o governo dos EUA não tinha aceitado a proposta apresentada por Cuba e “pela União Soviética”, dando a entender que fora uma proposta conjunta – sua fonte para tanto foi o próprio vice-ministro soviético, Kusnetzov.⁸²⁶ Em relação ao projeto brasileiro de

⁸²² Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 189. CONFIDENCIAL. Assunto: **Questão de Cuba. Desnuclearização da América Latina e da África. Problema da inspeção. Proscrição dos testes nucleares.** Data: 21 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁸²³ Idem. Além disso, Afonso Arinos também relatava que a URSS assumia o compromisso com os EUA, na mesma proposta, a não mais enviar armas nucleares para Cuba.

⁸²⁴ No entanto, é possível compreender a motivação por essa exigência: era naquele estado, tão próximo de Cuba, que os descontentes com o governo cubano, ao lado dos exilados, se organizavam na contra-revolução. Evidentemente, compreender não é aceitar, tampouco ser favorável, a essa exigência, que, naquela conjuntura, era desprovida de racionalidade.

⁸²⁵ Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 189. CONFIDENCIAL. Assunto: **Questão de Cuba. Desnuclearização da América Latina e da África. Problema da inspeção. Proscrição dos testes nucleares.** Data: 21 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁸²⁶ Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 192. CONFIDENCIAL. Assunto: **Questão de Cuba. Projeto de Protocolo cubano-soviético.** Data: 23 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF. Afonso Arinos e Kusnetzov almoçaram juntos em comemoração ao primeiro aniversário do reatamento das relações diplomáticas entre Brasil e URSS: “ao fim do almoço propôs um brinde especial pela passagem hoje do primeiro aniversário do reatamento das relações brasileiro-soviéticas”.

desnuclearização, comunicava ao governo Goulart que o soviético “manifestou interesse pelo nosso projeto de desnuclearização, compartilhando, porém, da opinião geral de que a unanimidade continental é necessária”. Ou seja: a URSS repensava a respeito do apoio a proposição da Política Externa Independente.

Mesmo assim, do Brasil, o Itamaraty enfatizava a Afonso Arinos sua disposição de não recuar em sua Política Externa Independente. Mesmo com todas as “reservas” demonstradas por alguns países latino-americanos, as dificuldades impostas por Cuba, a entrevista de Kennedy e as ações do governo estadunidense e agora a nova posição da URSS, o governo Goulart mandava a seguinte orientação para seu representante na ONU: “reitero a importância de um voto pela Comissão e pelo Plenário ainda durante o presente período de Sessão da Assembléia Geral sobre o projeto de desnuclearização”.⁸²⁷

Havia uma convicção do governo de João Goulart a respeito da importância do projeto brasileiro de desnuclearização, tanto pela defesa da paz, um dos pontos cruciais de sua Política Externa Independente, quanto pelo protagonismo que tal ação conferia ao Brasil no sistema internacional – com as consequentes repercussões favoráveis na política interna. Todavia, essa convicção sofreria um forte golpe! A partir de um telegrama singular enviado pelo ministro das Relações Exteriores, Hermes Lima, ao senador Afonso Arinos, na ONU, no qual estava escrito à mão a seguinte orientação: “**Este telegrama não circulará de modo algum. A resposta deverá ser-me entregue em mãos. 30-XI-62**”, Arinos tomava conhecimento de que o embaixador Lincoln Gordon, dos EUA, tinha realizado uma visita a Hermes Lima para “pedir que adiássemos *sine die* o voto sobre o projeto de resolução relativo a desnuclearização da América Latina”.⁸²⁸ As razões apresentados pelo representante do presidente Kennedy eram:

1) O fato de Cuba introduzir emendas ao projeto que viriam a dificultar possivelmente as negociações em curso com os soviéticos para a

⁸²⁷ Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil na ONU. Num. 70. CONFIDENCIAL. Assunto: **Projeto brasileiro de desnuclearização da América Latina e África. Comissão do Desarmamento em Genebra. Ida do Senador Afonso Arinos**. Data: 24 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁸²⁸ Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil na ONU. Num. 75. SECRETO. Assunto: **Projeto brasileiro sobre desnuclearização**. Data: 30 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

solução do problema cubano; 2) a resistência de alguns países latino-americanos ao próprio princípio da desnuclearização.⁸²⁹

Aparentemente bastante inconformado com a solicitação do representante dos Estados Unidos, Hermes Lima assim se dirigiu a Afonso Arinos: “Não escapará a Vossa Excelência que o adiamento implica para todos os efeitos no abandono do projeto de resolução. Estamos, como é natural, muito relutantes em aceitar essa ideia depois de termos trabalhado por tanto tempo e com tanto êxito para realizar um progresso real no caminho do desarmamento”.⁸³⁰ A leitura desse documento não nos deixa dúvidas a respeito da insatisfação com que Hermes Lima recebeu esse pedido do representante do governo dos Estados Unidos.

Essa mensagem enviada para Afonso Arinos nos permite ir ainda mais longe: essa insatisfação pode ter gerado uma desilusão. Aquele otimismo originalmente contagiante de Afonso Arinos deve ter tido resultado sobre Hermes Lima, a tal ponto que agora transformava-se em frustração:

Tenho a impressão que os protestos feitos a Vossa Excelência de apreço pelo princípio da desnuclearização da América Latina, de parte do Delegado norte-americano, não expressam os verdadeiros motivos que ditam a atual linha de ação. Receio, ao contrário, que os Estados Unidos hesitam ainda em adotar medidas concretas no caminho do desarmamento geral.⁸³¹

Restava, agora, ao governo Goulart tomar uma decisão: se submeteria ou não a pressão advinda dos Estados Unidos? Não era uma decisão fácil: submetendo-se ao desejo dos EUA, poderia ficar desacreditado na política internacional e sofrer diversas críticas no plano interno; contrariando o pedido dos EUA, comprometeria ainda mais as relações com o país mais importante do hemisfério, o que poderia resultar em diversas complicações políticas e econômicas na vida interna do Brasil.

Antes de chegar a uma decisão, o governo Goulart resolveu consultar o ex-ministro Afonso Arinos:

⁸²⁹ Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil na ONU. Num. 75. SECRETO. Assunto: **Projeto brasileiro sobre desnuclearização**. Data: 30 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁸³⁰ Idem.

⁸³¹ Idem, *ibidem*.

gostaria de ter uma opinião de Vossa Excelência sobre os seguintes pontos: em caso de abstenção ou voto negativo norte-americano, teria a resolução ainda os 2/3 necessários para sua aprovação? Que países a seu ver continuariam a votar favoravelmente ao projeto de resolução? Que países latino-americanos votariam acompanhando os Estados Unidos da América?⁸³²

Afonso Arinos respondeu ao telegrama no mesmo dia. Relatou ao primeiro-ministro Hermes Lima que foi procurado pelo representante dos EUA, que o fez solicitação idêntica àquela realizada por Lincoln Gordon, tendo respondido ao estadunidense “que tinha instruções de meu Governo para fazer votar a resolução ainda que tivesse ela abstenção dos EUA, da União Soviética e de Cuba, mas desde que apresentasse razoáveis perspectivas de aprovação”. No entanto, Arinos não respondeu aos questionamentos de Hermes Lima, apenas emitiu sua opinião: “minha opinião continua a ser a de que, caso tenhamos prudentes elementos de convicção em favor da aprovação do nosso projeto, devemos leva-lo a votos, apesar das resistências”.⁸³³ Porém, elementos objetivos para auxiliar na formação da decisão do governo, Afonso Arinos não apresentava.

Entretanto, alguma cobrança deve ter sido realizada pelo governo Goulart, pois Afonso Arinos enviara outro telegrama, poucos dias depois, dando uma resposta agora mais concreta:

Abstenções certas: Cuba, Argentina, Paraguai, Nicarágua, El Salvador, Guatemala, Venezuela, República Dominicana e Honduras. Posição duvidosa: Colômbia e Peru. Uruguai votará a favor, mas manifestou preferência por adiamento. Costa Rica também votará favoravelmente mas denotou intenção de apresentar emendas. Haiti declarou ter instruções para votar com a maioria. Votos afirmativos: Brasil, Bolívia, Chile, Equador, Panamá, México e Uruguai.⁸³⁴

O número de países que tinha “reservas” quanto ao projeto brasileiro subiu consideravelmente. Certamente, devem ter sido alvo de pressões dos Estados Unidos.

⁸³² Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil na ONU. Num. 75. SECRETO. Assunto: **Projeto brasileiro sobre desnuclearização**. Data: 30 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁸³³ Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 203. SECRETO. Assunto: **Projeto brasileiro sobre desnuclearização**. Data: 30 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁸³⁴ Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 205. SECRETO. URGENTE. Assunto: **Desnuclearização da América Latina. Posição dos diversos países latino-americanos**. Data: 04 de dezembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

Menos de 15 dias atrás, como visto anteriormente, apenas Argentina e Paraguai se opunham ao projeto – Venezuela e República Dominicana procuravam disfarçar sua insatisfação e México se mantinha neutro. Agora esse número mais que dobrou, incluindo a Nicarágua que antes era favorável ao projeto brasileiro. Pela experiência recente, quando da VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, podia-se prever que Peru e Colômbia se absteriam, haja visto terem sido justamente esses dois países que mais se esforçaram para a convocação da referida reunião – atendendo a objetivos dos EUA, como visto em capítulo anterior. Talvez a única conquista importante para o governo brasileiro tenha sido a posição assumida pelo México. Para piorar, Arinos ainda comunicava ao primeiro-ministro Hermes Lima ter observado “sensível tendência do Equador e do Chile [co-autores da proposta] em favor do adiamento, sob a alegação de que o projeto ainda que aprovado perderia a sua eficácia com a ausência de grande número de países da América Latina e das três potências nucleares”.⁸³⁵

Mesmo nesse universo muito adverso, o governo Goulart decidiu levar o projeto para votação – e com isso, se arriscando a se indispor com o governo Kennedy. Alegava que “o fato de haver um grande número de abstenção não tira o mérito da iniciativa e deixa claro nosso empenho em marcar uma posição nítida face ao problema do Desarmamento”. Acrescentava ainda um pedido para Afonso Arinos: que ele realizasse uma declaração na Comissão Política apresentando o projeto de desnuclearização como “contribuição para a manutenção da paz e para deixar consignada nossa firme decisão de trabalhar para a proscrição geral e definitiva dos armamentos nucleares”.⁸³⁶

Contudo, o representante do Brasil na ONU enviava longo telegrama com algumas considerações a respeito da decisão do governo Goulart. Afonso Arinos relatava ter sido oficialmente notificado pelo representante estadunidense que o departamento de Estado havia se decidido pela abstenção na votação do projeto de desnuclearização da América Latina. Também informava que Cuba apresentaria suas emendas ao projeto e também iria se abster, pois “é certo” que as emendas não seriam

⁸³⁵ Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 205. SECRETO. URGENTE. Assunto: **Desnuclearização da América Latina. Posição dos diversos países latino-americanos.** Data: 04 de dezembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁸³⁶ Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil na ONU. Num. 80. SECRETO. Assunto: **Desnuclearização da América Latina. Posição dos diversos países latino-americanos.** Data: 06 de dezembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

aprovadas. Ainda em relação ao governo dos Estados Unidos, Afonso Arinos informava o seguinte:

Declarou-me o representante americano que seu Governo sentiria muito que um projeto como o nosso, ao qual continua a atribuir importância, fosse prejudicado somente pela inoportunidade da votação. O empenho mostrado pelos americanos, cujo representante voltou a telefonar-me esta tarde, em saber se estaríamos dispostos a aceitar o adiamento, parece indicar o interesse que eles atribuem à iniciativa.⁸³⁷

É difícil compreender o que levava um homem experimentado na política internacional como Afonso Arinos a não ver, ou não querer ver, a estratégia dos Estados Unidos nessa situação. Mesmo sendo um político conservador, Afonso Arinos não era um defensor do alinhamento diplomático do Brasil com os EUA, muito pelo contrário, foi Arinos quem implementou a PEI. Logo, é complicado estabelecer racionalmente suas motivações nessa situação.

Afora isso, Afonso Arinos pintava um quadro desolador para o governo Goulart: a Bolívia não abandonaria o Brasil, mas preferia o adiamento – tal qual os outros co-autores, Chile e Equador. Os representantes da Tchecoslováquia e da Polônia se mostravam apreensivos “quanto a uma apreciação precipitada do projeto, que para eles continua a ser um importante elemento no quadro das negociações gerais do desarmamento”.⁸³⁸ O delegado da Suécia comunicou que se absteria; com isso, Arinos informava ao Itamaraty que do Grupo dos Oito em Genebra, apenas acompanhariam o Brasil o México e, talvez, a Nigéria.

Em razão disso, Afonso Arinos submetia as seguintes considerações para apreciação do primeiro-ministro Hermes Lima:

1) Continuo a supor que, dado o processo de votação na ONU, na qual as abstenções não fazem quórum, **é provável** que nosso projeto seja aprovado, pois os votos contrários não atingiriam um terço dos votos válidos; 2) no plano político interno, tenho dúvidas sobre se a aprovação do projeto com uma provável maioria de abstenções do Grupo latino-americano e considerável número de outras, constituiria **prestígio** para o Brasil, parecendo-me que poderia ser objeto aí de explorações dos adversários, ainda existentes, de nossa política externa independente; 3) no plano político mundial, tenho também dúvidas sobre se uma aprovação prematura e com votação reduzida do projeto auxiliaria a solução do problema do

⁸³⁷ Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 209. SECRETO. Assunto: **Desnuclearização da América Latina. Posição dos diversos países latino-americanos**. Data: 06 de dezembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁸³⁸ Idem.

desarmamento geral, que é o seu **último objetivo**; 4) acredito que, no decorrer, dos próximos meses, a distensão inicial verificada pela remoção dos aspectos mais prementes da crise de Cuba não poderá repercutir em outras áreas, facilitando uma consideração posterior do projeto.⁸³⁹

A partir dessas considerações, podemos tirar as seguintes conclusões: Afonso Arinos já não mais garantia a aprovação do projeto de desnuclearização; ante a reorganização das forças políticas na ONU, afirmava apenas ser *provável* a aprovação, ao contrário de suas otimistas afirmações anteriores. Tentava demover o governo Goulart de colocar o projeto em votação a partir, justamente, da inviabilização daquilo que era mais caro ao presidente: o apoio dos setores nacional-reformistas à Política Externa Independente, através da possibilidade de abalo do *prestígio* que ela poderia conferir a seu governo e daquela que era o *último objetivo* da Política Externa Independente, junto com a busca pelo desenvolvimento, que era a busca pela paz.

Em razão desses argumentos, fazia ao Itamaraty saber que ele se “inclinava a aceitar a solução do adiamento”,⁸⁴⁰ o que poderia ser feito sem retirar o projeto, apenas entrando em acordo com os demais co-autores (Bolívia, Chile e Equador) e o presidente da Comissão Política da ONU. Parecia mais um duro golpe para o governo Goulart: até mesmo quem mais o incentivara, através de relatos muitas vezes demasiado otimistas, agora aconselhava para que o governo recuasse, depois de tomada a difícil decisão de avançar com o projeto, mesmo que a despeito dos EUA.

Mais uma vez o governo de João Goulart sentia-se pressionado. Seus objetivos de procurar obter um protagonismo no mundo internacional sob a bandeira da paz entre as nações enfrentavam muitos obstáculos. Não se tratava de um único obstáculo – não era apenas a posição do governo cubano como sustenta Afonso Arinos posteriormente – mas sim de vários obstáculos intrincados: Argentina, Paraguai, Cuba, Estados Unidos e, por fim, União Soviética constituíam verdadeiras barreiras aos esforços da Política Externa Independente em uma situação de ápice do mundo da bipolaridade da Guerra Fria. Os espaços de intervenção para um país como o Brasil, naquela situação, estavam se estreitando ao ponto de consumir os esforços governamentais de maneira a transformá-los de bônus em ônus.

⁸³⁹ Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 209. SECRETO. Assunto: **Desnuclearização da América Latina. Posição dos diversos países latino-americanos**. Data: 06 de dezembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF. Grifos nossos.

⁸⁴⁰ Idem.

O que originalmente se apresentava como uma proposta para colaborar na solução da Crise dos Mísseis ia gradativamente perdendo seu sentido. Dado a fase mais aguda do conflito ter perdido força justamente quando da apresentação do projeto brasileiro na ONU – somado ao fim do bloqueio estadunidense em 20 de novembro – a proposta da Política Externa Independente perdia o interesse para as superpotências, que foram esvaziando-a paulatinamente, de forma direta e indireta. O projeto de desnuclearização apresentado pelo Brasil acabara se mostrando ultrapassado pelos acontecimentos.

Após longas discussões entre seus assessores mais próximos, o primeiro-ministro e ministro das Relações Exteriores Hermes Lima procurou o presidente João Goulart para encaminharem uma saída daquela situação. Entre o envio das considerações de Afonso Arinos sobre a decisão do governo Goulart de votar o projeto e essa nova decisão passaram-se quatro dias. Ao cabo desse período, o governo tomara sua decisão e a encaminhara ao seu representante junto às Nações Unidas. Argumentando que o governo – através das últimas informações vindas da representação na ONU e de encontro com Araujo Castro que recém retornara de Nova York – verificava “que as perspectivas de distribuição de votos sobre o projeto de desnuclearização são pouco animadoras” Hermes Lima afirmava que “em face dessas circunstâncias estamos realisticamente dispostos a não nos opormos à ideia do adiamento da votação, embora não possamos, de maneira alguma, propô-la ou ostensivamente prestigiá-la”.⁸⁴¹

O governo Goulart recuava em sua proposta de desnuclearização da América Latina. Entretanto, o próprio presidente João Goulart exigia que a proposta de adiamento não poderia “em nenhum caso partir do Brasil ou do conjunto de co-autores” sob pena de desmoralização política, principalmente com fins internos. Em razão disso, incumbia Afonso Arinos da execução da seguinte estratégia:

Seria de toda a conveniência que a moção escrita de adiamento se originasse de uma Delegação como a do Uruguai, Panamá ou México, que não tivesse dificuldades em declarar que votariam a favor do projeto, caso fosse ele posto

⁸⁴¹ Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil na ONU. Num. 82. SECRETO. Assunto: **Desnuclearização da América Latina**. Data: 10 de dezembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF. Casualmente, tivemos acesso ao rascunho dessa mensagem enviada ao senador Afonso Arinos. No rascunho, o teor mostrava insatisfação com o representante brasileiro: “verificamos que as perspectivas de distribuição de votos sobre o projeto de desnuclearização são bem menos animadoras do que tínhamos motivos para acreditar”.

hoje a voto e que justificasse adiamento por circunstâncias políticas devidas à necessidade de novos entendimentos entre diferentes delegações, à luz das negociações ainda em curso sobre a questão cubana.⁸⁴²

O governo brasileiro também expressava sua preferência pelo representante do Uruguai para o desenvolvimento dessa estratégia e deixava claro a Afonso Arinos que se tratava de assunto da “maior discricção possível”. Hermes Lima finalizava a instrução a Afonso Arinos solicitando que fossem dadas “informações urgentíssimas sobre o curso dos entendimentos” e destacando que não deveria, “em hipótese alguma, caracterizar um recuo nosso quanto ao projeto de desnuclearização”.⁸⁴³ O governo Goulart se dava por vencido. Mas ainda tinha a esperança de, ao menos, manter as aparências.

No dia seguinte, Afonso Arinos comunicava a Hermes Lima ter conversado com o representante do Uruguai na ONU. Afirmava que, em princípio, o uruguaio concordava com a sugestão realizada pelo governo Goulart, mas que precisava da aprovação de seu governo. Era preciso esperar. Afonso Arinos também informava ter dialogado com os representantes da Bolívia e do Equador – países que também assinavam a proposta – e que eles “consideraram muito hábil a solução projetada”, tendo faltado apenas encontrar-se com o representante do Chile, o que seria feito ainda naquele dia.⁸⁴⁴

Dois dias após, Afonso Arinos enviava a tão esperada resposta ao governo de João Goulart: “o embaixador Velasques, do Uruguai, comunicou-me hoje oficialmente que aceita a missão para a qual foi convidado pelo governo brasileiro”.⁸⁴⁵ Em função disso, Afonso Arinos acompanhado do representante uruguaio se encontrou com o presidente da Comissão Política, para quem expuseram sua estratégia e confirmaram que eram apoiados pelos demais co-autores da proposta – Bolívia, Chile e Equador. O presidente da Comissão Política, então, concordou em colocar o assunto em pauta no

⁸⁴² Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil na ONU. Num. 82. SECRETO. Assunto: **Desnuclearização da América Latina**. Data: 10 de dezembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁸⁴³ Idem.

⁸⁴⁴ Telegrama da Delegação do Brasil. Num. 220. SECRETO. URGENTÍSSIMO. Assunto: **Desnuclearização da América Latina**. Data: 11 de dezembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁸⁴⁵ Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 227. SECRETO. Assunto: **Desnuclearização da América Latina**. Data: 13 de dezembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

dia 18 de dezembro. Para o governo Goulart, Afonso Arinos esclarecia como as coisas se passariam naquela reunião:

Ficou acertado por sugestão do Embaixador do Uruguai que este faria uma pequena declaração na qual acentuaria o seu propósito de votar a favor do projeto, mas ponderaria os inconvenientes da sua aprovação na atual conjuntura em virtude da influência que sobre o voto de numerosas delegações teriam as negociações ainda não concluídas sobre Cuba. Terminaria apelando para o Brasil e os três co-autores no sentido de que consintam em deferir a votação para a XVIII Sessão da Assembleia Geral.⁸⁴⁶

A solução parecia agradar ao governo Goulart, haja visto ser exatamente aquilo que ele solicitou que o senador Afonso Arinos o fizesse. Poderíamos, no entanto, apenas mencionar que, após tantas consultas realizadas por Afonso Arinos – representante do Uruguai (que por sua vez consultou governo uruguaio), representantes da Bolívia, Chile e Equador, presidente da Comissão Política – o pedido de discrição tinha ido pelos ares. Afinal, se o governo brasileiro, como temos visto ao longo desse trabalho, obtinha através de sua inteligência diplomática informações muitas vezes bastante precisas do que planejam os outros países, seriam de uma grande inocência acreditar que os principais países interessados no assunto da desnuclearização da América Latina não tivessem descoberto a estratégia brasileira. Mesmo assim, na véspera da discussão do projeto, o governo Goulart tratava de reafirmar ao seu representante na Organização das Nações Unidas para que não permitisse que fosse percebido “qualquer recuo de posição no tocante à desnuclearização da América Latina”⁸⁴⁷ por parte do governo brasileiro.

Desse modo, no dia 18 de dezembro de 1962, durante o transcurso da Comissão Política da ONU, o representante do Uruguai tomou a palavra e, tecendo elogios a proposta brasileira acerca da desnuclearização da América Latina, argumentou que talvez o momento não fosse oportuno e, salientando que seu país votaria favoravelmente ao projeto, solicitou que a Comissão adiasse a sua apreciação para a próxima Sessão da Assembleia Geral, que se realizaria em 1963.⁸⁴⁸

⁸⁴⁶ Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 227. SECRETO. Assunto: **Desnuclearização da América Latina**. Data: 13 de dezembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁸⁴⁷ Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil na ONU. Num. 90. SECRETO. Assunto: **Desnuclearização da América Latina**. Data: 17 de dezembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁸⁴⁸ Esse relato, de cunho oficial, encerra o ponto III do Resumo das atividades da delegação do Brasil à XVII sessão da Assembléia Geral da ONU – Circular n.4.548, de 8 de janeiro de 1963. In: FRANCO,

No plano interno, a despeito do fracasso da proposta de desnuclearização, a repercussão parece ter sido positiva: pelo menos na propaganda o governo Goulart conseguiu obter melhores resultados. O jornal *O Estado de São Paulo*, crítico mordaz e contínuo da Política Externa Independente, parecia se render ao projeto brasileiro, ao dar o seguinte destaque a notícia: **Vitoriosa a proposição do Brasil na ONU**. Através de fragmentos de entrevista do embaixador Araújo Castro, na qual ele discorria sobre a postura do Brasil na Assembleia Geral, o jornal dava destaque ao que ele pronunciava a respeito do projeto de desnuclearização da América Latina: “Embora adiado para a próxima sessão ou para uma sessão especial, podemos dizer que o projeto brasileiro está plenamente vitorioso. O representante uruguaio, no momento mesmo em que propôs o adiamento até que se resolva a questão cubana, disse que, caso o projeto fosse posto em votação, seria apoiado pelo seu país”.⁸⁴⁹ Aos olhos do público interno, assim, prevalecia a versão que se mostrou mais adequada para o governo Goulart e sua Política Externa Independente.

Alvaro da Costa (org.). **Documentos da Política Externa Independente**. Vol. II. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p. 75-88. Para o relato oficial acerca do projeto de desnuclearização ver pgs. 76-77. Evidentemente, nenhuma menção é realizada sobre a manobra diplomática realizada pelo Brasil nesse resumo, que ainda atende ao objetivo do governo Goulart de negar qualquer recuo da Política Externa Independente: “Depois de tomada a decisão, o delegado do Brasil, conforme consta em ata, deixou bem claro que o governo brasileiro não retirava o projeto, mas apenas acedia ao desejo da comissão num ponto meramente processual: a época para sua votação”. Idem, p. 77.

⁸⁴⁹ *O Estado de São Paulo*, 22 de dezembro de 1962, p. 4. BSF. Brasília/DF.

Capítulo V

A CRISE DOS MÍSSEIS E AS DISPUTAS POLÍTICAS INTERNAS E EXTERNAS

Assim que a Crise dos Mísseis se tornou de conhecimento público, no Brasil, inúmeras foram as manifestações favoráveis e contrárias à posição defendida pelo governo Goulart através de sua Política Externa Independente. De forma geral, todas essas manifestações tinham por objetivo pressionar o governo para que ele tomasse uma posição que poderia ser tanto de apoio aos EUA quanto a Cuba, contanto que Goulart não deixasse dúvidas a respeito da decisão tomada.

A sociedade brasileira se dividira praticamente em dois pólos, como que internalizando no país a própria Guerra Fria. Entretanto, havia certa heterogeneidade dentro de cada pólo desses, que acabava se constituindo em função de duas culturas políticas distintas. Cada qual, através de um vocabulário específico e compartilhando sentimentos e emoções comuns, procurava influenciar o governo, muito menos com argumentos e muito mais com palavras de crítica intensa ou apoio aos rumos que o governo parecia tomar.

Nas relações internacionais, o governo Goulart procurava enfatizar o caráter da *independência* da sua política externa naquele mundo bipolar. Portanto, não via maiores contradições em, ao mesmo tempo em que se manifestava contrário à exclusão de Cuba das relações americanas, procurar estabelecer boas relações com o governo de John Kennedy, realizando, inclusive, uma visita diplomática àquele presidente.

Contudo, conforme a questão de Cuba ia se desenvolvendo, maiores se tornavam essas contradições, ao ponto que ignorá-las ficava cada vez mais difícil. De mesmo modo, a relação com o governo de John Kennedy também ia se desenvolvendo, mas não da forma como seria do agrado do presidente João Goulart.

5.1

Culturas políticas em disputa

A Política Externa Independente, dentre outras contribuições, motivou muitos setores da sociedade, que até então pouco participavam, a discutir a respeito das ações que o Brasil desempenhava no mundo internacional. A partir do governo Jânio Quadros já era possível perceber o interesse da sociedade brasileira acerca do posicionamento que o país exercia em sua política externa.

Durante o governo João Goulart esse interesse da sociedade acerca da política externa que o Brasil desenvolvia vinha crescendo. Muitas vezes acompanhado de um forte componente emocional, as discussões abordavam “temas de política externa de contribuição tão explosiva para a radicalização interna como tiveram Cuba, China ou o reatamento com a URSS na queda de Goulart”.⁸⁵⁰

Os debates sobre a Política Externa Independente polarizavam a vida política interna. Traziam à tona dois projetos políticos de poder, ou melhor, a confrontação entre duas culturas políticas dominantes no cenário nacional, entendendo cultura política como conceito

que fornece uma chave que permite compreender a coesão de grupos organizados à volta de uma cultura. Factor de comunhão de seus membros, ela fá-los tomar parte colectivamente numa visão comum do mundo, numa leitura partilhada do passado, de uma perspectiva idêntica de futuro, em normas, crenças, valores que constituem um patrimônio indiviso, fornecendo-lhes, para exprimir tudo isto, um vocabulário, símbolos, gestos, até canções que constituem um verdadeiro ritual.⁸⁵¹

⁸⁵⁰ RICUPERO, Rubens. O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (coords.). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)**. 2ª ed. Vol. I – Crescimento, Modernização e Política Externa. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006, p. 28.

⁸⁵¹ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 362-363. Conceituação semelhante é apresentada

Esse embate entre duas culturas políticas que dominavam o país no início dos anos 60 – cultura política ocidentalista e cultura política de pós-guerra – pode ser melhor compreendido através da forma como elas se posicionavam em relação a Política Externa Independente. Para os efeitos dessa tese, desse modo, restringiremos esse duelo de culturas políticas a um ato da PEI: a postura do governo Goulart durante a Crise dos Mísseis. Para tanto, privilegiaremos em nossa análise as manifestações dirigidas ao governo tanto pela sociedade civil organizada quanto as realizadas de forma individual ou em pequenos agrupamentos.

Isso exigia do Estado uma grande habilidade para manter o apoio dos setores conservadores, cuja insatisfação sempre teve eficientes canais de expressão capazes de desestabilizar o regime. Ao mesmo tempo, essa conjuntura possibilitou o fortalecimento e a ampliação do espaço democrático interno e a expressão dos projetos que os grupos de esquerda e nacionalistas advogavam para a sociedade brasileira, tornando visíveis as contradições sociais e agudizando a luta político-ideológica.⁸⁵²

Analisaremos 102 telegramas enviados ao primeiro-ministro Hermes Lima no decorrer da fase mais crítica da Crise dos Mísseis.⁸⁵³ Como desse total, apenas 3 telegramas manifestavam desacordo ou desaprovação à posição exercida pela PEI naquela situação, procuramos dar vazão a esta outra cultura política através de manifestações expressadas nas páginas do jornal *O Estado de São Paulo*, o melhor canal de expressão dos grupos conservadores do país⁸⁵⁴:

Só uma propaganda primária, apelando para a ignorância e a má-fé, pode tentar fazer crer que as resoluções que o governo de Kennedy acaba de tomar visam Cuba e a derrubada do regime Castrista. [...] Foi justamente este fato

por Jean-François Sirinelli. SIRINELLI, Jean-François. Elogio da complexidade. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 414.

⁸⁵² QUINTANEIRO, Tânia. **Cuba e Brasil: da revolução ao golpe (1959-1964): uma interpretação sobre a política externa independente**. Belo Horizonte: UFMG, 1988, p. 108.

⁸⁵³ Estes documentos estão no ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁸⁵⁴ Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, em trabalho clássico da historiografia brasileira que se preocupa com a imprensa enquanto fonte da pesquisa histórica, ao pesquisarem o jornal *O Estado de São Paulo* assim a ele se referiram: “*O Estado de S. Paulo* foi privilegiado como objeto de estudo na medida em que apresenta características singulares no quadro da imprensa brasileira: entre elas, deve-se destacar sua constância e coerência na trajetória de ‘defensor dos postulados liberais’; sua constante autodefinição como ‘órgão de oposição’ aos governos constituídos. Ressalte-se ainda a permanente e sempre reiterada preocupação política do jornal de – para além de sua função informativa – se apresentar como ‘órgão modelador da opinião pública’. Dessa forma, o desvendamento da ideologia liberal de ‘O ESP’ bem como de sua efetiva intervenção na vida política se constituem em referências obrigatórias para o chamado pensamento conservador brasileiro”. CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”**. São Paulo: Alfa-ômega, 1980, p. 19-20.

que não foi compreendido pelos governantes do Brasil, homens inferiores, do gabarito dos Jânio Quadros, dos Jango Goulart, dos Afonso Arinos, dos San Tiago Dantas, e dos Hermes Lima. Todos eles, levados pela própria inferioridade, julgando que pela subserviência às chamadas “esquerdas” nacionais poderiam assegurar seus interesses eleitorais, transformaram na peça principal, se não única da política exterior chamada por eles de “independente”,⁸⁵⁵ a defesa que pretenderam dar a pretensa e fictícia “autodeterminação” cubana. Se houve um país que poderia ter impedido que a crise cubana assumisse as proporções atuais, esse país é o Brasil. Todavia, a política que os dirigentes brasileiros, repudiando as grandes tradições diplomáticas do Itamarati, adotaram sob o falso pretexto de evitar que a “guerra fria” e a “guerra quente” irrompessem na América Latina é uma das maiores responsáveis pelo fato de a América Latina ter sido transformada numa “área nuclearizada”. Foram os líderes da maior potência da América Latina que tomaram a defesa do chefe do regime-satélite cubano que se dispôs a entregar seu território soberano a uma potência estrangeira a fim de que esta nele construísse rampas para o lançamento de foguetes atômicos. [...] Foi este líder que mereceu a defesa que lhe proporcionaram os Jânio Quadros, os Afonso Arinos, os San Tiago Dantas e outros tantos pregadores da política exterior “independente”, diplomatas improvisados sem perspectivas, sem cultura especializada, sem o sentido da própria responsabilidade, sem fé política, sem coragem moral.⁸⁵⁶

A posição oficial do jornal *O Estado de São Paulo*, expressada em seu editorial logo que a Crise dos Mísseis tornou-se pública, demonstra com clareza absoluta, sua oposição a Política Externa Independente, consonante com sua cultura política ocidentalista.⁸⁵⁷ Ao afirmar que os executores da PEI *repudiavam as grandes tradições do Itamaraty* o jornal criticava, em síntese, a posição do governo brasileiro de não mais manter-se alinhado automaticamente com os Estados Unidos. Abordando um dos elementos capazes de expressar uma cultura política, *o vocabulário*, através do uso da palavra mais expressiva da cultura política concorrente – *autodeterminação* – procuravam desqualificá-la, adjetivando-a de *fictícia*. De forma mais contundente, no entanto, era o processo de desqualificação política a que submetiam os responsáveis pela PEI, tratando-os como pessoas *inferiores*, que atuavam de forma *improvisada* como diplomatas, haja visto não serem dos quadros funcionais do Itamaraty, e portanto não detinham *cultura especializada* para o exercício da responsabilidade que, aliás, sequer compreendiam seu *sentido*, haja visto não serem portadores de *fé política* e

⁸⁵⁵ Foi por aqueles dias que o livro *Política Externa Independente*, escrito pelo ex-ministro das relações Exteriores, foi lançado, tendo, inclusive, sido comercializado na 8ª Feira do Livro de Porto Alegre.

⁸⁵⁶ Editorial. *O Estado de São Paulo*, 24 de outubro de 1962, p. 3. BSF. Brasília/DF.

⁸⁵⁷ Oposição nos mesmos moldes foi realizada pelo jornal quando da primeira medida da PEI no governo Goulart: o reatamento das relações diplomáticas com a URSS. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 235.

coragem moral. Se isso não for suficiente para comprovar o alto grau de radicalização que a Política Externa Independente proporcionou naqueles tempos, vejamos...

O jornal *O Estado de São Paulo* trazia a seguinte notícia: “Mães brasileiras exigem que o governo se defina pela democracia”. Nessa matéria, havia trechos do pronunciamento da sra. Lúcia Jobim dirigidos ao primeiro-ministro Hermes Lima “interpretando o pensamento de milhares de mães brasileiras”. O teor do pronunciamento era de severa crítica a Política Externa Independente, que seria, na concepção das mulheres da Campanha da Mulher pela Democracia, eivada de indecisão: “O mundo de hoje não admite neutros. Tampouco atitudes de indecisão. É pois lastimável observarmos a maneira como vem se manifestando o Brasil, sem se definir categoricamente”.⁸⁵⁸

Por isso, as “mães brasileiras” queriam que o Brasil se definisse. E que se definisse em apoio aos Estados Unidos da América:

Quando os Estados Unidos, seriamente ameaçados por uma base militar atômica conclamam a união das Américas, para a sobrevivência da democracia, surgem indecisões, obstáculos e países que teimam em ser neutros. Se o Brasil assinou tratados como o do Rio de Janeiro e outros mais, por que se furta agora as responsabilidades que acarretariam tais assinaturas? Será receio de ofender o bloco soviético?⁸⁵⁹

Porém, um dado novo, até então, era apresentado pelas senhoras que compunham a Campanha da Mulher pela Democracia. Pela primeira vez, em todos os pronunciamentos, discursos e menções a respeito da posição brasileira, a defesa da paz era posta de lado: “Trazemos hoje à Casa de Rio Branco a voz da Mãe Brasileira, que admite até a luta, se necessário for, a fim de que se preserve a liberdade dos povos americanos.”⁸⁶⁰ Havia, desse modo, uma radicalização no debate, procurando interferir para que se apoiasse os EUA, a despeito, inclusive, da paz entre as nações.

Outras associações femininas também se posicionavam a respeito, todas elas com espaço garantido no jornal *O Estado de São Paulo*. Maria Mesquita da Motta e Silva, presidente do Movimento de Arregimentação Feminina, Olga Ferraz Pereira Pinto, presidente da Ação Cívica Feminina, Carolina Ribeiro, presidente da Obra de

⁸⁵⁸ *O Estado de São Paulo*, 26 de outubro de 1962, p.5. BSF. Brasília/DF.

⁸⁵⁹ Idem.

⁸⁶⁰ Idem, *ibidem*.

Preservação dos Filhos dos Tuberculosos, Maria do Carmo Godoy Ramos, presidente da Liga do Professorado Católico do Estado de São Paulo, Marina Costa Magalhães, pela Obra do Berço, Jacira Sucasas, vice-presidente da Associação das Senhoras Evangélicas, Maria Monteiro Lion, presidente da ASA, Pérola Byngton, presidente da Cruzada Pró-Infância, Margarida França, diretora do MAF de Santos, Maria Carmelita Vicente de Azevedo Barbosa de Oliveira, presidente emérita da Clínica Infantil do Ipiranga, Carlota Munhoz Pamplona, da Confederação das Famílias Cristãs, Regina Silveira, da União Cívica Feminina, Noemia Fleury, também da Confederação das Famílias Cristãs enviavam o seguinte telegrama para o presidente João Goulart:

Diante da instalação pela URSS de bases para projeteis nucleares ofensivos em Cuba, perigo iminente não só para a segurança como para a própria sobrevivência do mundo livre, as mulheres de São Paulo, congregadas nas entidades abaixo-assinadas, apelam para v.exa. no sentido de formar com os Estados Unidos, a fim de evitar a transformação de um país americano em fortaleza militar de potência estrangeira, capaz de impor pelas armas uma ideologia totalitária que a vocação democrática do Brasil repele.⁸⁶¹

Assim como para as senhoras que participavam da CAMDE, essas associações de mulheres paulistas também advogavam apoio integral do governo brasileiro aos Estados Unidos pela *sobrevivência do mundo livre*. Também apelavam ao presidente Goulart para que o Brasil colaborasse no sentido de evitar que Cuba se tornasse uma *fortaleza militar* da URSS, capaz de atentar contra a *democracia*.

A União Cívica Feminina, da cidade de São Paulo, foi a primeira organização de mulheres fundada no contexto do governo João Goulart. Suas primeiras reuniões ocorreram em fins de 1961, tendo sido oficializada em fevereiro de 1962.⁸⁶² Essa organização enviou telegramas ao presidente Goulart e ao primeiro-ministro Hermes Lima, assinados pelas senhoras Ana Soares Pinto, Beatriz Lherena, Regina Silveira,

⁸⁶¹ *O Estado de São Paulo*, 27 de outubro de 1962, p.9. BSF. Brasília/DF.

⁸⁶² CORDEIRO, Janaína Martins. “**A Nação que se salvou a si mesma**”: entre Memória e História, a Campanha da Mulher pela Democracia (1962-1974). 165 f. Niterói: UFF, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008, p. 30. Não passa de mera suposição, pois o trabalho de Janaína Cordeiro não traz nenhuma menção, mas as datas de fins de 1961 e fevereiro de 1962, são as datas imediatamente posteriores ao reatamento das relações diplomáticas com a URSS (23 de novembro de 1961) e a participação do Brasil na Conferência de Punta del Este (23 a 30 de janeiro de 1962) as duas ações, até então, de maior repercussão da Política Externa Independente, o que poderia estabelecer a PEI como causa direta da fundação da União Cívica Feminina.

Acyr Guisard, Maria Lúcia Galvão, Sônia Tibiriçá e Beatriz Torres. Para o presidente Goulart enviaram a seguinte mensagem:

Senhoras paulistas, componentes da União Cívica Feminina, solicitam a v. exa. confirmar declaração atribuída a v. exa. , publicada ontem no “Estado de S. Paulo”, no sentido de que o Brasil ficará ao lado da democracia americana caso o problema cubano seja levado às últimas consequências. Respeitosamente encarecem a necessidade de um pronunciamento positivo do governo brasileiro de que cumprirá todos os seus compromissos com a OEA. Urge que o nosso presidente ajude o povo a discernir quais realmente são nossos amigos e nossos inimigos, contribuindo assim para evitar agitações que começam a se verificar em diversos pontos do país.⁸⁶³

A União Cívica Feminina (UCF) procurava exercer pressão sobre o presidente João Goulart para que ele confirmasse notícia publicada em *O Estado de São Paulo* e posteriormente negada pelo deputado Abelardo Jurema (PSD) no mesmo jornal, como visto no capítulo 3 desta tese.⁸⁶⁴ Também pressionavam para que o presidente declarasse, de forma inquestionável, que cumpriria *os seus compromissos com a OEA*, e desse modo, apoiasse e colaborasse no envio de forças armadas para Cuba, o que representava a negação do princípio de não-intervenção no qual a PEI se fundamentava. Por fim, as senhoras paulistas da União Cívica Feminina solicitavam, de forma gentil, inclusive, que o presidente Goulart *ajudasse o povo a discernir realmente quem são nossos amigos*, portanto, os EUA, e *os nossos inimigos*, segundo elas Cuba e a URSS, para, assim, *contribuir para que fossem evitadas agitações que começam a se verificar em diversos pontos do país*.

Dentre essas *agitações*, *O Estado de São Paulo* fazia repercutir acontecimentos ocorridos nas cidades de Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (GB), Niterói

⁸⁶³ *O Estado de São Paulo*, 27 de outubro de 1962, p. 9. BSF. Brasília/DF.

⁸⁶⁴ Janaína Cordeiro descortina a relação privilegiada que tanto a CAMDE quanto a União Cívica Feminina mantinham com a grande imprensa: “Assim, alguns órgãos da imprensa funcionaram como verdadeiros porta-vozes das manifestações de entidades como a CAMDE, o mesmo valendo para outros grupos femininos do Brasil, como foi o caso das relações entre a UCF e o jornal *O Estado de São Paulo*. Uma das associadas da UCF afirmava: ‘tudo o que você vai ouvir de nós, o único jornal que registrava da maneira como você vai ouvir de nós era o *Estadão*. A *Folha* naquele tempo era mais ou menos. No Rio era *O Globo* e a *Tribuna*’”. Além disso, a autora estabelece uma clara relação de classe social e cultura política entre as lideranças da União Cívica Feminina e o jornal *O Estado de São Paulo*: “Em suma, a estreiteza das relações entre os grupos e os jornais da grande imprensa ajuda-nos a situar socialmente os grupos femininos, ou pelo menos as suas lideranças: tratavam-se de mulheres que possuíam ligações pessoais com os diretores de jornais, compartilhavam não apenas o mesmo *meio social e material* como também o mesmo universo simbólico: as posições políticas e sociais fortemente conservadoras e elitistas e, sobretudo, o forte sentimento anticomunista. Havia nessa relação, ‘pessoal’, portanto, uma identidade de cultura política”. CORDEIRO, op. cit., p. 36.

(RJ) e São Paulo (SP). Na capital do Rio Grande do Sul, às vistas do governador Leonel Brizola, inclusive, teriam acontecido duas manifestações favoráveis ao governo cubano.

Na Escola Técnica Protásio Alves, estudantes liderados pelos professores Aristeu Rillo e Domingos Leiria teriam destruído uma barraca montada em frente ao estabelecimento que continha dizeres “enaltecendo Fidel Castro e ofensivos aos EUA e ao presidente Kennedy”. Ainda de acordo com o jornal, “a barraca fora erguida por estudantes esquerdistas, depois que o diretor Aldo Moreira, negou licença ao deputado Moab Caldas para realizar no recinto da escola uma conferência sobre Cuba. O prof. Moreira mandou também proibir a distribuição de boletins pró-Cuba no recinto do estabelecimento”. Teria havido grande tumulto entre os alunos da escola, razão pela qual “o diretor suspendeu as aulas no dia de hoje”. Além disso, a reportagem também se referia a que no centro da cidade, “na Rua da Praia, comunistas armaram um painel com fotos de Cuba e elogios ao regime”⁸⁶⁵

No dia seguinte, um grupo de manifestantes, “encabeçados por elementos reconhecidamente comunistas”, teria realizado uma passeata nas ruas da cidade “conduzindo um retrato de Fidel Castro e cartazes com dizeres favoráveis a Cuba”. De acordo com *O Estado de São Paulo*, havia um grande número de estudantes na passeata, que fora acompanhada por um “forte destacamento” da Guarda Civil “para evitar perturbações da ordem”.⁸⁶⁶

A matéria, no entanto, afirmava que não tinha havido perturbação da ordem, “apesar de os manifestantes terem vaiado histericamente os órgãos da imprensa, que não estão solidários com eles, e dado vivas igualmente histéricos a Cuba e Fidel Castro”.⁸⁶⁷

Na cidade de Recife, estudantes também realizaram uma passeata de apoio ao governo cubano nos arredores da Praça Independência até serem dispersados pela polícia. No entanto, mais tarde, os manifestantes voltaram a se concentrar, dessa vez na esquina da rua Sertan, tendo havido “novo choque com a polícia. Houve troca de

⁸⁶⁵ *O Estado de São Paulo*, 25 de outubro de 1962, p.7. BSF. Brasília/DF.

⁸⁶⁶ *O Estado de São Paulo*, 26 de outubro de 1962, p.7. BSF. Brasília/DF.

⁸⁶⁷ Idem.

pancadas e várias prisões”,⁸⁶⁸ até que, por volta das 21 horas, toda a cidade ficou fortemente policiada, inclusive, com tropas do Exército.

Na ocasião, o deputado Francisco Julião (PSB) “entregou aos jornais longa proclamação, cuja publicação foi recusada”. Porém, alguns jornalistas publicaram as palavras do deputado pernambucano, nas quais ele afirmava que “Cuba socialista não tem só o direito mas também o dever histórico de se armar para se defender”.⁸⁶⁹

Na cidade do Rio de Janeiro, uma passeata com aproximadamente mil pessoas se formou após um comício contra o bloqueio de Cuba, organizado pelo Movimento Sindical Carioca e que contou com as presenças dos deputados Sérgio Magalhães (PTB) e Almino Affonso (PTB), alguns oficiais do Exército e com diretores da UNE.⁸⁷⁰

Em meio a passeata, aos gritos de “Cuba, sim, ianques não”, os manifestantes tomaram o rumo da avenida Rio Branco em direção a embaixada dos Estados Unidos, quando “rajadas de metralhadora para o alto, bombas de gás lacrimogêneo e ação do carro-pipa da Polícia carioca foram necessários na noite de ontem para conter um grupo de exaltados”.⁸⁷¹

Cerca de cinquenta pessoas foram presas e levadas para a Delegacia de Polícia Política e Social, onde, após serem ouvidos, foram postos em liberdade. Algumas pessoas foram parar no hospital Souza Aguiar “apresentando ferimentos leves”. A embaixada estadunidense “foi reforçada com seis choques da PM, cujos soldados têm ordens para agir com energia, caso haja qualquer perturbação”.⁸⁷²

O Chefe de Polícia da Guanabara emitiu uma nota afirmando “que não serão toleradas perturbações da ordem, motivo pelo qual as pessoas ordeiras não deverão integrar os grupos de agitadores, pois a repressão será feita com a devida severidade.”⁸⁷³ Também teria sido advertido ao deputado Hércules Correa, que tinha pedido autorização para realizar um comício no sábado no largo do Machado, “que não se permitirá

⁸⁶⁸ *O Estado de São Paulo*, 25 de outubro de 1962, p.7. BSF. Brasília/DF.

⁸⁶⁹ *Idem*.

⁸⁷⁰ *O Estado de São Paulo*, 26 de outubro de 1962, p.7. BSF. Brasília/DF

⁸⁷¹ *Idem*.

⁸⁷² *Idem, ibidem*.

⁸⁷³ *Idem, ibidem*.

qualquer perturbação da ordem pública, pois caso contrário a Polícia agira com a máxima energia”⁸⁷⁴

Já na cidade de São Paulo o DOPS proibiu a realização de um comício que sequer mencionava a figura de Fidel Castro.

Um comício não autorizado, “contra a guerra atômica”, e que se deveria realizar às 18 e 30 de ontem na praça da Sé, foi proibido pela Polícia. Informaram as autoridades que dera entrada anteontem no DOPS uma comunicação assinada por parlamentares e dirigentes de sindicatos, de que iriam promover aquela manifestação “pela paz e contra a guerra tômica”.⁸⁷⁵

As manifestações contra a Crise dos Mísseis realizadas em Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo sofreram forte repressão policial, especialmente na cidade de Recife e do Rio de Janeiro, onde foram realizadas prisões e cenas dignas de filmes de guerra. Nas cidades de Porto Alegre, Recife e São Paulo percebeu-se, também, a proibição da liberdade de manifestação, fosse dos estudantes da Escola Protásio Alves, do deputado Francisco Julião, sofrendo boicote da grande imprensa, e da população paulistana, que fora impedida de se manifestar *contra a guerra atômica*. Essas proibições foram todas decididas pelos donos do poder (o diretor da escola, a grande imprensa, o secretário de Segurança) e não sofreram críticas do jornal *O Estado de São Paulo*, que as colocava como favoráveis à manutenção da ordem pública.

Nessa conjuntura, era enviado para o primeiro-ministro Hermes Lima, da mesma União Cívica Feminina, seguinte telegrama:

A Nação Brasileira tomou hoje conhecimento, entre surpresa e estarecida, das declarações de v. exa. a propósito da posição do Brasil face às medidas de segurança adotadas pelo presidente Kennedy em defesa das Américas, e, que além de desconsiderarem os compromissos continentais assumidos pelo nosso país, violentam as tradições do povo brasileiro em relação aos países do bloco democrático. Estão ainda mais em contradição com a posição assumida pelo representante do Brasil na ONU e principalmente com a Sr. Presidente da República que, interpretando os sentimentos do povo brasileiro, declarou que o Brasil ficará ao lado dos Estados Unidos, caso o problema cubano seja levado as últimas consequências. A mulher brasileira que deseja a paz sem que sejam feridos os brios nacionais está a exigir definições inequívocas por parte de v.exa. a propósito das obrigações do nosso país que

⁸⁷⁴ *O Estado de São Paulo*, 26 de outubro de 1962, p.7. BSF. Brasília/DF

⁸⁷⁵ *O Estado de São Paulo*, 27 de outubro de 1962, p.10. BSF. Brasília/DF

sempre foram honradas por todos os governos brasileiros em todos os tempos.⁸⁷⁶

Diferentemente da mensagem enviada ao presidente João Goulart, esta tinha um caráter muito duro. Era uma admoestação ao primeiro-ministro Hermes Lima por não se colocar ao lado dos Estados Unidos na questão de Cuba *violentando as tradições do povo brasileiro em relação aos países do bloco democrático*. Fazendo uma pequena confusão entre OEA e ONU, as senhoras da União Cívica Feminina procuravam evidenciar a contradição da declaração do primeiro-ministro com a do embaixador Penna Marinho e, principalmente, com a declaração publicada pelo *O Estado de São Paulo* do presidente João Goulart. Mais cautelosa que a CAMDE, a União Cívica Feminina manifestava seu desejo pela paz, sem, no entanto, *feris os brios nacionais*, conquanto em sua visão isso representasse não criar obstáculos aos Estados Unidos.

A sociedade paulista se mostrava bastante interessada na questão de Cuba. Após diversas entidades terem se reunido, enviaram um telegrama ao presidente do Senado, Auro de Moura Andrade.⁸⁷⁷

As entidades que este subscrevem reclamam de v. exa. a convocação imediata do Congresso Nacional, no sentido de definir claramente a posição política do país, face à gravidade do momento internacional, quando nossos aliados americanos, com apoio de todo mundo democrático, assumem a grave responsabilidade de pôr cobro aos abusos de potências soviéticas de trazer ao continente americano intranquilidade, insegurança para nossas Pátrias, e nossos princípios. Outrossim, exprimem a sua inconformação pelas atitudes dúbias assumidas pelo ministro Hermes Lima, contrários aos legítimos sentimentos democráticos do povo brasileiro.⁸⁷⁸

⁸⁷⁶ *O Estado de São Paulo*, 27 de outubro de 1962, p.9. BSF. Brasília/DF

⁸⁷⁷ Assinaram o telegrama os representantes da Confederação das Famílias Cristãs, Vicente Mellilo Filho, Francisco Fleury Assumpção, Noemia Lyra Fleury e Oswaldo Bryne da Silveira; Aliança Eleitoral pela Família, Henrique Brito Viana, Francisco Fleury Assumpção, Paulo Cochrane Suplicy; Associação Comercial de S. Paulo, Isaac G. Teperman; Associação Cristã de Moços, Cristiano Rosas; Movimento de Arregimentação Feminina, Maria Mesquita da Motta e Silva, Itacy de Silveira Pelegrini, Anna Soares Pinto; Federação Círculos Operários Estado de São Paulo, Giuseppe Armentano; Círculo Operário de Pinheiros, Felício Barbella; Lareira Instituição a Serviço da Família, Amalia Ruth Schmidt de Oliveira, Maria do Carmo de Godói Ramos, Maria Vicentina Barker Dutra; Liga do Professorado Católico, Maria do Carmo de Godói Ramos, Maria Vicentina Barker Dutra; União Cívica Feminina, Guiomar de Ulhôa Cintra, Regina Figueiredo da Silveira, Maria Lúcia Silveira Galvão, Ester Rodrigues, M. Cinira Morato Leme, Maria Paula C. da Silva, Lúcio M. Rodrigues Filho; Centro de Defesa Democrática, Paulo Corrêa Galvão Filho; Bolsa de Mercadorias de São Paulo, José Ulpiano de Almeida Prado; Movimento Sindical Democrático, Antonio Ferreira Magaldi; Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo, José Rotta O Estado de São Paulo, 28/10/62, p. 23. Moura Andrade teve polêmica indicação para primeiro-ministro poucos meses atrás.

⁸⁷⁸ *O Estado de São Paulo*, 28 de outubro de 1962, p. 23. BSF. Brasília/DF

Em função do parlamentarismo, pleiteavam que o Congresso Nacional se manifestasse sobre a questão de Cuba, *no sentido de definir claramente a posição do país*. Instavam os parlamentares a exigir que o governo brasileiro se somasse ao governo dos Estados Unidos que já contava *com o apoio de todo mundo democrático*. E, novamente elegendo Hermes Lima como alvo de suas indignações – afinal era o responsável pela política externa duplamente: como ministro das relações Exteriores e como primeiro-ministro – manifestavam toda sua contrariedade a posição que o primeiro-ministro vinha desempenhando na Crise dos Mísseis, ao ponto de considerá-la contrária à democracia e ao povo brasileiro.

Pela Confederação das Famílias Cristãs para a Ação Popular e Social, Francisco Assumpção Fleury, presidente em exercício, enviou o seguinte telegrama pra o presidente João Goulart.

A Confederação das Famílias Cristãs representando centenas de milhares de eleitores brasileiros, apela para v. exa. para fazer cessar a atitude dúbia do Brasil ante as ameaças do comunismo de armar Cuba contra qualquer nação americana, cumprindo assim, rigorosamente, o pacto instituidor do sistema das nações americanas.⁸⁷⁹

Em uma curta mensagem, seu presidente destacava o potencial eleitoral que representava, procurando assim pressionar o presidente João Goulart. Assim como o presidente do Instituto dos Advogados do Brasil (IAB), Celestino de Sá Freire, também criticava a posição *dúbia* do governo brasileiro na questão de Cuba. O presidente do IAB condenava “a atitude do Brasil, que ‘ao mesmo tempo votou a favor do bloqueio e defende a autodeterminação dos povos’”, declarando-se “inteiramente favorável ao voto do embaixador Pena Marinho, na OEA, ‘que teve uma atitude das mais acertadas’”.⁸⁸⁰

Inusitadamente, a Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo, através de seu presidente Antonio Ribeiro de Andrade, enviou telegrama para o embaixador dos EUA no Brasil, Lincoln Gordon:

No delicado instante em que a soberania das Américas se vê ameaçada em face da indevida preparação bélica de determinado ponto de nosso hemisfério, venho trazer ao eminente representante da potência do norte do Continente, guardião das mais altas tradições de liberdade e respeito à pessoa humana, no meu nome e no da Associação a que tenho a honra de presidir, a

⁸⁷⁹ *O Estado de São Paulo*, 27 de outubro de 1962, p.9. BSF. Brasília/DF

⁸⁸⁰ *O Estado de São Paulo*, 27 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF

nossa irrestrita solidariedade à atitude do eminente chefe do Executivo da sua digna pátria, que continua preferindo, mercê de Deus, a força do Direito ao direito da força. Indesmentivelmente, os pruridos de agitação que se verificam, aqui e ali, em nosso território, não representam, em absoluto, o profundo e sincero sentir da totalidade de elementos que configuram a sociedade brasileira, como v. exa. estará certo disso. Atenciosas saudações.⁸⁸¹

O delegado Antônio Ribeiro expressava a *irrestrita solidariedade* dos delegados paulistas ao governo dos Estados Unidos na Crise dos Mísseis. Além de emitir loas a *potência do norte do Continente, guardiã da liberdade*, enaltecia o governo Kennedy a ter preferido se utilizar do Direito à força, esquecendo-se, por completo, que fora o governo brasileiro que se absteve ao emprego da força na Crise dos Mísseis e que o governo dos EUA efetuou o bloqueio a Cuba.

Enquanto isso, novas manifestações tomavam forma pelo Brasil. Na cidade de Goiânia (GO), na Praça do Bandeirante,

Ontem à noite, em Goiânia, na Praça do Bandeirante, o Diretório Acadêmico “Colemar Natal e Silva”, promoveu grande concentração estudantil favorável ao bloqueio dos navios soviéticos que levam armas para Cuba. Estudantes de vários estabelecimentos de ensino deram apoio integral à manifestação, tendo participado do comício, ainda, líderes operários e personalidades locais.”⁸⁸²

Já em Belo Horizonte (MG), os estudantes do DCE, da UEE e da UMES realizaram uma conferência no auditório da secretaria da Saúde com o deputado Sérgio Magalhães (PTB) onde também era aguardado o ex-ministro das Relações Exteriores, recentemente eleito deputado federal pelo PTB de Minas Gerais, San Tiago Dantas que falaria “sobre a crise internacional” mas que, à última hora, não compareceu. Após a conferência,

Populares e estudantes exaltados promoveram, aos últimos minutos de hoje, uma passeata de protesto pelas ruas da cidade, aos gritos de “Cuba Sim, Ianques Não”. Os desordeiros se postaram à porta do prédio onde se localiza o Consulado norte-americano, ameaçando um quebra-quebra. A polícia interveio para dispersar os manifestantes.⁸⁸³

⁸⁸¹ *O Estado de São Paulo*, 27 de outubro de 1962, p. 9. BSF. Brasília/DF

⁸⁸² *O Estado de São Paulo*, 28 de outubro de 1962, p. 6. BSF. Brasília/DF

⁸⁸³ *O Estado de São Paulo*, 30 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF

Para o jornal *O Estado de São Paulo* enquanto uns eram tratados como manifestantes, outros eram desordeiros. Enquanto um agrupamento era considerado quase um congraçamento, o outro agrupamento necessitava intervenção da polícia. Ao tempo que um grupo se reunia na Praça, local público por excelência, o outro se reunia na porta do prédio do consulado estadunidense, propriedade privada de outro país. Enquanto *estudantes de vários estabelecimentos de ensino* se concentravam a *líderes operários e personalidades locais* em manifestação, *populares e estudantes exaltados* protestavam. Por fim, enquanto uns eram democratas e apoiavam os Estados Unidos, os outros não passavam de comunistas que ameaçavam criar *um quebra-quebra*.

A questão de Cuba e sua associação com a Política Externa Independente eram tão polêmicas que até mesmo sociedades com segredos, que evitavam exposição pública, não se furtaram a manifestar-se:

Ontem, no Rio, o Grande Oriente do Brasil, a Federação Maçônica do Brasil e os Grandes Orientes Estaduais manifestaram-se contra o regime de Cuba e o seu governo “pelos atos de barbárie, de opressão, de vingança, de extermínio e de sacrifício ao direito de liberdade e de solidariedade humana”. A Maçonaria também tomou posição contrária à instalação em Cuba de bases para o lançamento de foguetes. Por outro lado, aprovou a atuação do governo dos Estados Unidos na crise internacional, qualificando-a de “medida prudente, visando à preservação dos países americanos e sobretudo à defesa de seus povos”.⁸⁸⁴

De antemão, se percebe com facilidade que a Crise dos Mísseis nunca deixou de ser entendida, pela cultura política ocidentalista, como questão de Cuba. A Maçonaria no Brasil, antes mesmo de qualquer referência ao perigo que os mísseis instalados em Cuba pudessem significar, ou mesmo à intromissão que a URSS poderia estar cometendo no continente, tratou de fazer severa crítica *ao regime de Cuba e ao seu governo*. Só após demarcar sua posição e que se manifestou contrariamente aos mísseis em Cuba e apoiou a posição dos EUA no episódio.

Além de todas as pressões de cunho eleitoral que vinha sofrendo em relação a Política Externa Independente na Crise dos Mísseis, o presidente João Goulart passou a ser pressionado também no âmbito da economia. A mais importante e pujante federação industrial brasileira, a Federação da Indústria do Estado de São Paulo (FIESP), através de seu presidente Raphael Noschese, juntamente com o presidente do Centro das

⁸⁸⁴ *O Estado de São Paulo*, 01 de novembro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF

Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), Antonio Devisate, enviaram o seguinte telegrama para o presidente Goulart:

A Federação e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo expressam a v. exa., em face da gravidade da situação internacional, a confiança em que o chefe de Estado, acolhendo pensamento das legítimas forças vivas e democráticas da Nação, adotará, para o digno governo brasileiro, uma firme decisão em consonância com as tradições de solidariedade continental. Com essa convicção, refletindo ponto de vista unânime do plenário e de suas diretrizes, hoje reunidas, vimos à presença de v. exa. transmitir-lhe a posição da indústria paulista inteiramente favorável à decisão da Organização dos Estados Americanos, repelindo o estabelecimento, de parte de potências extracontinentais, de armas de poder nuclear, o que comprometerá a defesa comum e a paz do Continente americano, em território deste Hemisfério. Assim, estamos seguros de que o governo brasileiro, agindo patrioticamente, reafirmará sua solidariedade às demais nações americanas, cumprindo pactos livremente assumidos pela defesa continental, assegurando as instituições democráticas e a soberania dos povos livres deste Continente.⁸⁸⁵

Em um governo que acreditava, através dos postulados da CEPAL, que o subdesenvolvimento econômico seria superado apenas com a industrialização do país, certamente a manifestação dos principais centros de produtores industriais de todo o território detinha grande importância. A FIESP e a CIESP manifestavam sua expectativa de que o governo levasse em consideração o pensamento *das legítimas forças vivas e democráticas da Nação*, ou seja, dos donos dos meios de produção, e tomasse uma *firme decisão* de solidariedade continental, *vocabulários* significantes de sua cultura política ocidentalista. Em razão disso, a FIESP e a CIESP resolveram manifestar ao presidente Goulart que apoiavam totalmente a decisão da OEA em relação a questão de Cuba pensando na segurança e na manutenção da paz no continente. Para melhor efetivar sua pressão, além dos pontos econômicos que lhe credenciavam, a FIESP e CIESP também mencionavam o *patriotismo* do governo, no cumprimento de pactos *livremente assumidos* na defesa da democracia e – contrabalanceando a palavra, o *vocabulário*, da cultura política oposta: autodeterminação – da *soberania dos povos livres deste Continente*, pois em seu entendimento de democracia, o povo cubano fora privado da liberdade pelo governo de Fidel Castro.⁸⁸⁶

⁸⁸⁵ *O Estado de São Paulo*, 25 de outubro de 1962, p.20. BSF. Brasília/DF

⁸⁸⁶ Embora autodeterminação e soberania sejam conceitos muito próximos, naquele período de grande embate político, “autodeterminação” representava o *vocabulário* por excelência de uma cultura política de caráter antiimperialista.

É importante levarmos sempre em conta em nossas análises acerca das fontes periódicas que elas sofrem uma manipulação, em distintos graus, que modificam, de alguma forma, seu sentido final. O caso do jornal *O Estado de São Paulo* é expressivo: nenhuma das manifestações da sociedade organizada ou das manifestações realizadas de forma individual ou em pequenos agrupamentos veiculadas nas páginas desse periódico era contrária à postura dos Estados Unidos na Crise dos Mísseis. Ao mesmo tempo, nenhuma dessas manifestações era de apoio, ou mesmo de simples apreço, a posição do governo Goulart desenvolvida através da PEI naquela ocasião.

A análise de jornais da grande imprensa tem um papel importante no estudo da História. Isso é inegável. Porém, como toda fonte histórica, oferece riscos ao historiador. A partir da análise do jornal *O Estado de São Paulo* poderíamos correr um risco, assim, de interpretarmos que ele seja representativo da opinião pública nacional durante a Crise dos Mísseis. Contudo, como afirma Jean-Jacques Becker, “é irreal considerar que tenham existido situações em que havia apenas uma única tendência”.⁸⁸⁷ Para este autor, nunca há apenas uma opinião pública, mesmo que por comodidade o historiador possa se referir à opinião pública no singular. O que existem, em sua análise, são “tendências da opinião pública”.⁸⁸⁸ Para ilustrar sua argumentação, utilizando o caso da imprensa enquanto fonte, Becker se refere ao acordo de Munique, às vésperas da Segunda Guerra Mundial: “lendo a imprensa da época de Munique, percebe-se uma quase unanimidade em favor dos acordos, ao passo que, como já salientamos, a opinião pública estava muito mais dividida”.⁸⁸⁹

Para Jean-Jacques Becker, “devemos, portanto, recorrer a outras fontes” para termos uma melhor compreensão das opiniões públicas acerca de um determinado evento.⁸⁹⁰ Concordando com seu entendimento de que a “a fonte é, por excelência, o testemunho de uma época”⁸⁹¹ vemos na utilização dos telegramas enviados pela

⁸⁸⁷ BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 190.

⁸⁸⁸ Idem, p.. 191.

⁸⁸⁹ Idem, p. 197. O exemplo de Munique remete a uma coincidência nesta tese. Enquanto discutia com o Ex Comm a respeito das melhores decisões a serem tomadas para enfrentar a Crise dos Mísseis, o presidente Kennedy teria sido confrontado por Le May, que dizia que o momento não era propício para um novo Munique. Era uma forma de afirmar que a situação não exigia negociação, mas sim uma decisão de força, além, de provocar o presidente estadunidense em razão de ter sido o pai de Kennedy um dos responsáveis pelo acordo de Munique.

⁸⁹⁰ Idem.

⁸⁹¹ Idem, ibidem.

sociedade civil organizada e por indivíduos ou grupos de indivíduos uma forma bastante interessante de atingirmos uma tendência da opinião pública brasileira durante a Crise dos Mísseis, capaz de expressar “uma cultura política [que] transcende e vai além da ideologia, ao mobilizar sentimentos (paixões, esperanças, medos), valores (moral, honra, solidariedade), representações (mitos, heróis) e ao evocar a fidelidade a tradições (família, nação, líderes)”.⁸⁹²

Essa nova cultura política que pode ser entendida como "cultura de pós-guerra", se articula a partir da decepção com os Estados Unidos na Guerra da Coréia por parcelas do próprio povo estadunidense e pelos demais povos do planeta. A partir da percepção que o engajamento dos EUA nessa guerra é vazio de sentido humanitário e humanístico, esse país perde aos olhos de grandes contingentes da população mundial o papel de **herói**. Não é mais visto como o defensor do mundo frente às forças do totalitarismo. Seu Exército passa a ser visto como instrumento de dominação. **Suas armas nucleares como elemento capaz de destruir a própria espécie humana.**⁸⁹³ Aqueles elementos apontados por Rodrigo Motta – paixões, esperanças, medos, moral, honra, solidariedade, alargando sua interpretação podemos falar em desmistificação do herói – aparecem, em distintos graus, nas mensagens enviadas ao primeiro-ministro Hermes Lima quando da Crise dos Mísseis.

Como reportado anteriormente, no Arquivo Hermes Lima, encontramos 102 telegramas enviados ao primeiro-ministro. No entanto, dois desses telegramas são anteriores a publicidade da Crise dos Mísseis realizada pelo presidente John Kennedy na noite do dia 22 de outubro. Um desses telegramas foi enviado no dia 18 de outubro, com origem na cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro. Nessa mensagem, Francisco Steele manifestava seu apoio através de seus “sinceros aplausos pela atitude de repulsa às insinuações interventivas nos negócios internos de Cuba”, o que lhe fazia ter admiração e estima pelo primeiro-ministro.⁸⁹⁴

⁸⁹² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Culturas políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 28. Interpolações nossas.

⁸⁹³ MARTINI, Maria Luiza Filippozzi. Espetáculo: acontecimento e documento. In: SANTOS, Nadia Weber; ROSSINI, Miriam; PESAVENTO, Sandra (orgs.). **Narrativas, Imagens e Práticas Sociais**. Porto Alegre: Asterisco, 2008, p. 185-210.

⁸⁹⁴ Telegrama de Francisco Steele, de Niterói, ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 18 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

A outra mensagem, enviada também anteriormente a Crise dos Mísseis ser de conhecimento público, foi enviada um dia depois, no dia 19 de outubro, assinada por Antônio Petransan Filho, presidente do Sindicato dos Ferroviários Santos–Jundiaí. Nesse telegrama, Petransan Filho comunicava ao primeiro-ministro Hermes Lima que os trabalhadores de sua categoria, em assembleia, se manifestavam “a favor da manutenção da política externa do governo brasileiro, pela autodeterminação dos povos, contra a intervenção em Cuba ou outros países”.⁸⁹⁵

Esses telegramas são importantes porque demonstram como a questão cubana era relevante ao contexto político brasileiro daquele período do governo Goulart. Desde o episódio da Baía dos Porcos, em abril de 1961, havia uma sensação para muitas pessoas de que o governo cubano vivia um equilíbrio instável, em função, principalmente, de interferências externas. Certamente, a Reunião Informal dos Chanceleres muito contribuiu para que Steele e o Sindicato dos Ferroviários Santos–Jundiaí tivessem enviado aquelas mensagens de apoio ao primeiro-ministro Hermes Lima para que ele mantivesse a Política Externa Independente.

Entretanto, a partir de agora, não levaremos essas duas mensagens em consideração em nossa análise, pois nos concentraremos nas manifestações enviadas ao primeiro-ministro Hermes Lima provocadas pela Crise dos Mísseis em especial. Portanto, nosso universo de análise estará composto de exatos 100 telegramas enviados ao ministro das Relações Exteriores do Brasil. Porém, antes de prosseguirmos, gostaríamos de acrescentar que esses telegramas se encontram no Arquivo Hermes Lima, no CPDOC, como dito anteriormente. Em razão de apenas três telegramas de um universo de 100 terem sido favoráveis a postura do governo dos Estados Unidos não consideramos totalmente descartada a possibilidade de que outros telegramas desse teor tenham sido enviados e não arquivados. Contudo, diferentemente de um jornal, como no caso analisado anteriormente, essas mensagens não eram destinadas à publicidade, portanto, entendemos ser factível que estes tenham sido os únicos telegramas recebidos pelo ministério das Relações Exteriores naquela conjuntura.

⁸⁹⁵ Telegrama do Sindicato dos Ferroviários Santos–Jundiaí ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 19 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

Desse corpus documental composto de 100 telegramas, acrescentamos que todos eles tinham como destinatário Hermes Lima, nenhum deles fora enviado para a instituição ministério das Relações Exteriores, nem para o presidente João Goulart. Eram, portanto, correspondência privada para Hermes Lima, o que explica estarem hoje no Arquivo Hermes Lima na cidade do Rio de Janeiro.

No dia seguinte ao anúncio pelo presidente Kennedy da descoberta de bases para o lançamento de mísseis e de armamento nuclear em Cuba, foram enviados cinco telegramas para o primeiro-ministro. No dia 24 de outubro, após ter ocorrido a votação na OEA, foram enviados dezoito telegramas, no dia 25 chegaram coincidentemente vinte e cinco, no dia 26 foram enviadas vinte e quatro mensagens, no dia 27, Hermes Lima recebeu quinze, no dia 29 mais oito mensagens, no dia 31 vieram duas mensagens e nos dias 3, 4 e 7 de novembro chegou uma mensagem por dia. A maior concentração de mensagens ocorreu entre os dias 24 e 27 de outubro quando chegaram 82 telegramas, período que compreendeu, principalmente, a repercussão do voto do embaixador Ilmar Penna Marinho na OEA, mas também no qual era de conhecimento da população brasileira – posteriormente desmentido sem o mesmo destaque – uma afirmação atribuída ao presidente Goulart de que o país ficaria ao lado dos EUA e a nota oficial divulgada pelo Conselho de Ministros sobre o voto do país na OEA. Esse período também compreendeu algumas críticas de senadores e deputados à Política Externa Independente, manifestações acontecidas no Palácio do Itamaraty, os pronunciamentos do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e do primeiro-ministro Hermes Lima, as manifestações que vinham ocorrendo no país, além do retorno de Penna Marinho ao Brasil, como visto anteriormente. Em função da publicidade no dia 28 de outubro de que a fase mais aguda da Crise dos Mísseis tivesse sido negociada diretamente entre Kennedy e Krushev é muito grande a possibilidade de que o número de mensagens tenha diminuído por esta razão.

Tânia Quintaneiro em seu estudo sobre a Política Externa Independente e a questão de Cuba, afirmava que a mobilização social era muito grande durante o governo Goulart, com vários atores se manifestando e procurando interferir nos processos de decisão:

O período da chamada “política externa independente” foi marcado por uma crescente mobilização social: estudantes, militares, operários, intelectuais, assim como partidos políticos e outras entidades manifestavam grande

interesse em participar nos processos decisórios, alimentando o debate, que, de resto, se dava em toda a América Latina, sobre o subdesenvolvimento e a dependência. Cuba passou então a fazer parte do cotidiano brasileiro.⁸⁹⁶

Através da análise desses telegramas, podemos ter uma melhor noção da abrangência dessa grande mobilização popular destacada por Tânia Quintaneiro. Foram enviadas mensagens para o primeiro-ministro a partir de 12 estados brasileiros⁸⁹⁷ – totalizando 47 municípios brasileiros – e, surpreendentemente, de um país estrangeiro!

De Camaguey, na República de Cuba, o arquiteto Gilberto Correia e o engenheiro B. Milmam, em nome dos “engenheiros e arquitetos brasileiros trabalhando em Cuba” solicitavam ao primeiro-ministro que se mantivesse “fiel à política de não-intervenção e a livre determinação dos povos”. Em razão disso, pediam que o governo brasileiro “exija a imediata suspensão do bloqueio agressivo que é incompatível com a paz mundial em nome da segurança do nosso querido povo”.⁸⁹⁸ Evidentemente, esse telegrama tem uma condição extremamente particular: se tratava de um pedido de brasileiros que estavam no epicentro dos acontecimentos, sujeitos às conquências as quais Cuba fosse submetida. Era uma situação muito dramática, que certamente colaborou na sensibilização do governo brasileiro sobre a questão.

Da cidade do Rio de Janeiro, no Estado da Guanabara, foram enviados 13 telegramas para o ministro das Relações Exteriores. Um deles era da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos Fluviais e Aéreos, que apoiava a política externa do Brasil adotada pelo primeiro-ministro Hermes Lima a partir da “autodeterminação e não-intervenção”. Ressaltava essa mensagem que “esta política representa o pensamento e o desejo dos trabalhadores que almejam a paz e o progresso para todos os povos”.⁸⁹⁹ Outra mensagem vinha em papel timbrado do Tribunal de

⁸⁹⁶ QUINTANEIRO, op.cit., p. 12.

⁸⁹⁷ São eles: São Paulo, com 28 telegramas; Rio de Janeiro, 15; Guanabara, 13; Pernambuco, 9; Rio Grande do Sul, 7; Minas Gerais, 7; Paraná, 6; Bahia, 5; Ceará, 5; Espírito Santo, 2; Paraíba, 1; Amazonas, 1. Para fechar 100 não podemos esquecer que um dos telegramas veio de fora do país.

⁸⁹⁸ Telegrama do arquiteto Gilberto Correia e do engenheiro B. Milmam que estavam trabalhando em Cuba ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 24 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/RJ.

⁸⁹⁹ Telegrama da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos Fluviais e Aéreos ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 26 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/RJ.

Contas do Estado da Guanabara, onde o ministro Ivan Lins expressava a sua “solidariedade pela orientação criteriosa, humana e patriótica que vem dando à política brasileira no caso de Cuba”. E felicitava Hermes Lima “especialmente pela sua atitude diante do histerismo das manifestantes de ontem no Itamarati, conforme publicação de hoje no *Correio da Manhã*”.⁹⁰⁰ Essas mensagens são importante pois registram que o apoio à política externa brasileira não estava restrito a apenas uma classe social.

Da cidade de São Paulo, 7 telegramas foram enviados. Da mesma cidade do jornal *O Estado de São Paulo*, as declarações em defesa da paz e da autodeterminação dos povos do primeiro-ministro Hermes Lima motivaram os jornalistas do periódico paulistano *Terra Livre* a se declararem “inteiramente solidários com as declarações v. exa. a respeito do repúdio do Brasil a qualquer violência como solução para os conflitos internacionais”. E apelavam para que o governo tomasse “patrióticas medidas no sentido da defesa da autodeterminação dos povos, da paz mundial, da defesa humana, etc, e contra o bloqueio de Cuba”. Assinavam os jornalistas Sosthenes Jambo, José carneiro, Catharina Uzzum, Lindolfo Silva, Heros French, Nestor Vera, Romero Figueiredo, Carlos Lucas e Esperança Vico.⁹⁰¹

Desses telegramas originados na cidade de São Paulo, um deles nos chamou especial atenção, afinal fora enviado pelo autor dos 4 volumes de *História Sincera da República*. À época presidente do Movimento Unitário do Povo Brasileiro, o historiador Leôncio Basbaum enviava mensagem para o primeiro-ministro Hermes Lima comunicando-lhe que, em reunião da diretoria nacional realizada naquele dia, decidiram “apoiar a declaração do primeiro-ministro sobre a defesa da autodeterminação dos povos”. O Movimento também condenava o “bloqueio de Cuba, bem como toda e qualquer ação que atente contra a independência e soberania dos povos”. Por fim, afirmava que a “preservação da paz hoje é mais necessária que nunca, porque representa

⁹⁰⁰ Telegrama de Ivan Lins ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 25 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹⁰¹ Telegrama dos jornalistas do periódico Terra Livre ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 24 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

a preservação da própria espécie humana”.⁹⁰² Parece que, definitivamente, a História era uma partícipe da Crise dos Mísseis.

Da cidade de Salvador, 4 foram os telegramas enviados a Hermes Lima, dentre os quais um que vinha do Primeiro Festival de Cinema Brasileiro, reunido naquela cidade. Os atores, cineastas e críticos cinematográficos reunidos em Salvador “sentem-se orgulhosos da posição do Brasil favorável a autodeterminação dos povos e contrária a intervenção norte-americana em Cuba”. Por isso, “hipotecam solidariedade a posição assumida por v. exa. de acordo com os sentimentos do povo brasileiro”.⁹⁰³

A segunda quinzena de outubro parecia ser um período de realização de muitos encontros setorizados. Além do Festival de Cinema, na cidade de Belo Horizonte se realizava o Primeiro Congresso Brasileiro dos Estudantes de Sociologia e Ciências Sociais que enviava apelo “para que o Brasil defenda a paz mundial e defenda o princípio da autodeterminação dos povos” a Hermes Lima⁹⁰⁴ e o IX Congresso dos Estudantes de Agronomia do Brasil em Fortaleza, Ceará, no qual os estudantes se “solidarizam com v. exa. pela posição do Brasil em defesa da autodeterminação dos povos no bloqueio naval e aéreo efetuados pelos EUA em Cuba”.⁹⁰⁵

De Niterói, capital do estado do Rio de Janeiro, foram enviados 7 telegramas ao primeiro-ministro. Em alguns deles, pressionavam Hermes Lima para que manifestasse com mais ênfase a posição do Brasil, como fizeram os operários navais em reunião: “resolveram solicitar a v. exa. um pronunciamento de protesto ao bloqueio de Cuba”.

⁹⁰² Telegrama do Movimento Unitário do Povo Brasileiro ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 25 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ. Poderia se realizar um paralelo da atuação de Leôncio Basbaum com Edward Palmer Thompson, pois ambos lutaram publicamente contra as armas nucleares. Mas isso fica para uma próxima pesquisa.

⁹⁰³ Telegrama do Primeiro Festival do Cinema Brasileiro ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 31 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹⁰⁴ Telegrama do Primeiro Congresso Brasileiro de Estudantes de Sociologia e Ciências Sociais ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 25 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹⁰⁵ Telegrama do IX Congresso dos Estudantes de Agronomia do Brasil ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 27 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹⁰⁶Em outros, embora iniciassem elogiando a postura do primeiro-ministro, também realizavam pressão e cobranças em relação a Hermes Lima, como fizeram os operários navais reunidos na praça Liberdade Sindical. Diziam estar “solidários com vossa digna atitude de defesa da autodeterminação dos povos”, e afirmavam “o povo brasileiro condena vergenhosamente a intervenção dos trustes imperialistas através do presidente Kennedy”, razão pela qual “condenamos o ato agressivo e queremos a paz”. E lembravam ao primeiro-ministro que continuavam esperando que o governo brasileiro protestasse “contra a atitude do governo norte-americano bloqueando a heroica nação cubana” na esperança de que isso forçasse o presidente dos EUA a se pronunciar pela “imediata retirada das tropas ianques de águas cubanas”.⁹⁰⁷ Pressões nesse sentido também vinham de Benedito Santos, Américo Santos, Joaquim Magalhães, Jelson Garcia, Manuel Santos e Mario Coutinho “solicitam ao governo protesto sobre o bloqueio de Cuba”. E solidarizam-se com a “posição do governo sobre a autodeterminação dos povos”.⁹⁰⁸ Não é possível afirmar com convicção, mas é muito possível que eles fossem trabalhadores navais.

Niterói estava muito envolvida com a Crise dos Mísseis. Eugenio Lomberto, pelo Sindicato dos Operários Navais e José Franco, do Sindicato dos Foguistas, também enviaram mensagem para o primeiro-ministro. Porém, diferentemente dos outros cidadãos de sua cidade, não procuravam incitar o governo a realizar duros protestos contra o bloqueio a Cuba. Emprestavam seu “irrestrito apoio” a Hermes Lima pela “firme posição brasileira sobre a autodeterminação dos povos, posição esta que vem ao encontro da aspiração do povo brasileiro”.⁹⁰⁹

De Curitiba, no Paraná, foram enviados 4 telegramas, sendo um deles de teor crítico a falta de ação do governo brasileiro. O jornalista Edouard Elias Thomé enviava

⁹⁰⁶ Telegrama dos operários navais de Niterói ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 25 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹⁰⁷ Telegrama dos operários navais de Niterói ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 25 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹⁰⁸ Telegrama de Benedito Santos, Américo Santos, Joaquim Magalhães, Jelson Garcia, Manuel Santos e Mario Coutinho ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 25 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹⁰⁹ Telegrama do Sindicato dos Operários Navais e do Sindicato dos Foguistas ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 25 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

mensagem ao primeiro-ministro afirmando que “embora louvável certos aspectos da atitude de v. exa. no caso cubano, estranho a sua omissão e do Conselho de Ministros sobre uma tomada de posição definitiva no desmantelamento das bases soviéticas em Cuba, proposta pelos EUA, que ameaçam a segurança do Hemisfério”.⁹¹⁰ Da mesma cidade, Aristides Vinhales, presidente em exercício da seção do Paraná do Movimento Nacionalista se dizia atento ao grave problema internacional “criado pelo bloqueio naval a Cuba determinado pelo governo norte-americano”. Considerava o bloqueio “ato de violação do direito internacional, além de colocar a humanidade sob perigo de nova guerra mundial”, o que ele afirmava ser uma demonstração “da insensatez dos dirigentes norte-americanos”. Hipotecava seu apoio ao primeiro-ministro “quando afirma que a experiência socialista é um direito do povo cubano” e acrescenta que essa declaração de Hermes Lima “reflete o pensamento da maioria da nação brasileira” despedindo-se com “saudações nacionalistas” ao primeiro-ministro.⁹¹¹

Da cidade de Recife, foram enviados 7 telegramas, entre os quais um das famosas Ligas Camponesas, em companhia do Conselho Sindical dos Trabalhadores e da Aliança Operário-estudantil Camponesa dizendo representar o “povo pernambucano, através de seus líderes intelectuais, operários, estudantis e camponeses” apelava ao primeiro-ministro Hermes Lima “no sentido de que o Brasil se oponha energeticamente aos atos do governo norte-americano contra a autodeterminação do heroico povo cubano”. Expandia a importância da posição brasileira, ao afirmar que os atos do governo dos EUA representavam “uma ameaça a paz mundial e até a sobrevivência da espécie humana”.⁹¹²

Também o Sindicato dos Trabalhadores do Trigo, de Recife, afirmava que as declarações do primeiro-ministro “refletem os sentimentos dos trabalhadores brasileiros e representam importante contribuição a causa da paz e da independência nacional”. Foi o primeiro telegrama a mencionar, ainda que indiretamente, a polêmica acerca do voto brasileiro na OEA ao expressar “confiamos que a diplomacia brasileira nos órgãos

⁹¹⁰ Telegrama de Edouard Elias Thomé ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 03 de novembro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹¹¹ Telegrama do Movimento Nacionalista Seção do Paraná ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 26 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹¹² Telegrama das Ligas Camponesas ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 24 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

internacionais cumpriram fielmente a diretriz do governo expressa por suas palavras”. Por fim, dizia apoiar “a defesa do principio de autodeterminação e não-intervenção nos assuntos internos de outros países”.⁹¹³

Tantas manifestações eram oriundas de Pernambuco que até o vice-governador daquele Estado, Pelópidas Silveira enviou um telegrama para o primeiro-ministro. Dizia apresentar “integral solidariedade a seu pronunciamento na defesa intransigente da autodeterminação dos povos”. Além disso, afirmava estar certo de que o “governo brasileiro não se afastará da atua política externa que tanto honra nossa Pátria”. Acentuava que a “atitude” do primeiro-ministro “está coerente com todo seu passado de dedicação à causa nacionalista”, na qual sempre “pugnou pelo direito de qualquer nação lutar pela sua emancipação econômica”.⁹¹⁴

Do Rio Grande do Sul foram enviados 7 telegramas, de 7 cidades diferentes. Da capital, Peri N. Cunha enviava telegrama indignado com a posição do governo dos Estados Unidos: “concito v. exa. não permitir nossa pátria seja atrelada ao bando de piratas descarados que pretendem assaltar o valoroso povo cubano”.⁹¹⁵ Se não tão indignando, também era contrário a posição estadunidense o Comando Sindical de Santa Maria, que juntamente com vereadores da cidade, manifestava seu “veemente repúdio a atitude de agressão dos Estados Unidos impondo bloqueio econômico”. E ao “mesmo tempo ratificam posição de defesa intransigente da autodeterminação dos povos consagrada pelo Brasil no cenário internacional”. Se reportava a que na cidade de Santa Maria “todas as suas classes estão apreensivas pela perspectiva grave de um conflito mundial caracterizando a guerra nuclear”. Por isso apelavam ao primeiro-ministro para que a “nação mobilize todos os recursos possíveis de nossa pátria para que fique preservada a paz mundial”. Assinavam o presidente Onofri Ilha Dorneles, o vice-

⁹¹³ Telegrama do Sindicato dos Trabalhadores do Trigo de Recife ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 26 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹¹⁴ Telegrama do vice-governador de Pernambuco ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 26 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹¹⁵ Telegrama de Peri N. Cunha ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 24 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

presidente Manoel Malmann Filho e os vereadores Isidoro Lima Garcia e Euclides Gonçalves.⁹¹⁶

Uma posição consonante aos objetivos do governo nacional-reformista de João Goulart vinha no telegrama enviado pela Câmara Municipal de Esteio. O presidente da Câmara, Hugo Guilherme Klein, em razão de uma proposta do vereador Dr. Fausto Candiago aprovada pelos demais edis, se referia ao “dramático momento que vivemos em face do grave impasse entre Estados Unidos e Cuba”. Declarava que a Câmara Municipal de Esteio estava “apreensiva com a eminente possibilidade de uma guerra mundial”, motivo pelo qual apelava para que o primeiro-ministro “se mantenha em defesa da democracia, mas repudiando o emprego de armas, pois o povo brasileiro deseja apenas paz e fraternidade entre os povos do mundo”. Alertava também que “a nação brasileira jamais poderá ingressar em conflitos armados resultantes de rivalidades políticas e econômicas entre outros países do globo”.⁹¹⁷

A Câmara Municipal da cidade de Rio Grande, através de seu presidente Walter Chaves Troina, manifestava “integral solidariedade as diretrizes do governo brasileiro em defesa da autodeterminação dos povos e do respeito as leis que disciplinam o direito internacional pela arbitragem nos conflitos internacionais”. Também emitia seu “repúdio a guerra, sendo contrários, portanto, a toda e qualquer forma de agressão, intervenção ou pressão econômica a qualquer nação”.⁹¹⁸

Élida Costa, de Bagé, remontava ao “passado político de v. exa. pelas tradições democráticas do Brasil e de respeito a soberania dos povos continua no momento pela honrosa resposta do Brasil na insólita agressão dos Estados Unidos a República de Cuba”. Também manifestava sua “solidariedade” ao primeiro ministro que “representa a defesa da soberania brasileira tantas vezes vítima de mesma ameaça”.⁹¹⁹ Enquanto de

⁹¹⁶ Telegrama do Comando Sindical de Santa Maria e vereadores ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 24 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹¹⁷ Telegrama da Câmara Municipal de Esteio ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 24 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹¹⁸ Telegrama da Câmara Municipal de Rio Grande ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 27 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹¹⁹ Telegrama de Élida Costa ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 24 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

Passo Fundo, Flávio Silva, Mario Cesar, Antonio Santos e Augusto Homerich apelavam para que o primeiro-ministro “continue representando a opinião da maioria esmagadora do povo brasileiro na defesa da paz mundial e do direito à autodeterminação do povo cubano”.⁹²⁰

De Caxias do Sul, os trabalhadores das indústrias “por intermédio” dos Sindicatos dos Metalúrgicos, Sindicato da Construção Mobiliário, Sindicato da Fiação e Tecelagem, Sindicato das Confecções, Sindicato dos Instrumentos Musicais, Sindicato da Lapidação de Jóias e Associações dos Aposentados e Pensionistas, Associação dos Servidores Municipais e Associação dos Camponeses apoiavam “maciçamente o pronunciamento do nosso governo em defesa da paz mundial”. E iam além: diziam que os trabalhadores pensavam que a “atitude firme e independente do Brasil pode impedir a guerra”. Assinava pelos sindicatos Armim Damian.⁹²¹

Dos 100 telegramas recebidos pelo primeiro-ministro Hermes Lima, 40 foram enviados por sindicatos ou associações profissionais. Esse dado é expressivo, pois demonstra o apoio que a Política Externa Independente recebia das organizações de defesa dos trabalhadores – o que pode, inclusive, ser um elemento de análise a respeito da base social do governo João Goulart. Esses sindicatos e associações não estavam concentrados apenas em grandes zonas industriais, também se encontravam espalhados pelo país inteiro.

De Manaus, o Sindicato dos Bancários do Amazonas se congratulava ao governo “pelas patrióticas declarações em defesa do princípio da autodeterminação dos povos e paz mundial”. Os bancários do Amazonas criticavam os Estados Unidos, afirmando que o momento constituía “hora grave em que, abusando do direito da força, o governo norte-americano agride covardemente o altivo povo cubano”.⁹²²

⁹²⁰ Telegrama de João Freitas e amigos ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 25 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹²¹ Telegrama dos Trabalhadores nas Indústrias de Caxias do Sul. Data: 25 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹²² Telegrama do Sindicato dos Bancários do Amazonas ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 27 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

O Sindicato dos Bancários da Bahia afirmava a Hermes Lima que a “classe bancária bahiana estava apreensiva ante a iminência da deflagração da guerra mundial em face do bloqueio naval norte-americano a República Cubana”. Por isso, “manifestamos nosso apoio aos atos do governo defendendo o princípio autodeterminação dos povos” e pedem a interferência do governo brasileiro para a “retirada do bloqueio militar e econômico a fim de assegurar a paz a todos os povos”.⁹²³

A União Nacional dos Servidores Públicos, com sede na cidade do Rio de Janeiro, manifestava ao primeiro-ministro “apoio a política contrária a qualquer violência contra a soberania do povo cubano”. E afirmava defender “os princípios da autodeterminação e não ingerência nos negócios dos povos”. Percebendo certa hesitação do governo, possivelmente através do noticiado nos jornais, os servidores públicos “exigiam a manutenção da posição brasileira na Conferência de Punta del Este”,⁹²⁴ denotando como fora marcante a posição defendida pelo ex-ministro San Tiago Dantas naquela ocasião.

De Fortaleza, o Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Fortaleza, Ceará, se congratulava com o primeiro-ministro em razão de suas posições “pela não-intervenção e bloqueio de Cuba”. E dizia que as posições de Hermes Lima iam no “sentido da manutenção da paz mundial”.⁹²⁵

Assim como, de Garanhuns, Pernambuco, os Sindicatos dos Sapateiros, Sindicato dos Bancários, Sindicato da Construção Civil, Sindicato dos Trabalhadores com Fibras Vegetais e o Sindicato da Panificação manifestavam o seu sentimento de que “o povo brasileiro estava orgulhoso por possuir no momento presente a frente do Conselho de Ministros um patriota do gabarito de v. exa”. E que por isso mesmo, esses

⁹²³ Telegrama do Sindicato dos Bancários da Bahia ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 25 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹²⁴ Telegrama da União Nacional dos Servidores Públicos ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 27 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹²⁵ Telegrama do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Fortaleza ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 25 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

sindicatos “confiamos na manutenção retilínea da política de não-intervenção e respeito a soberania dos povos”.⁹²⁶

Do estado de São Paulo, o Sindicato da Construção Civil de Marília enviava mensagem na qual “vem hipotecar seu apoio ao Conselho de Ministros na defesa da autodeterminação dos povos e soberania de Cuba” e deseja que o governo brasileiro envidasse esforços para “evitar o conflito mundial”,⁹²⁷ assim como o Sindicato dos Tecelões de Americana, São Paulo, “representando onze mil têxteis, solicita a v. exa. política externa pela autodeterminação dos povos e contra o bloqueio de Cuba”.⁹²⁸

Além dos trabalhadores das cidades, os trabalhadores do campo, mesmo não tendo ainda sido aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, também estavam organizados e enviando suas mensagens ao primeiro-ministro Hermes Lima. Da mesma cidade de Valença, a Associação dos Trabalhadores Rurais de Valença “solicitava” ao primeiro-ministro “defender a autodeterminação do povo cubano, a defesa de Cuba e os interesses de todos os trabalhadores”.⁹²⁹

Em “numerosa assembleia” na cidade de Lauro de Freitas, Bahia, os camponeses apelavam ao primeiro-ministro que mantivesse “intransigência na posição de defesa dos camponeses, operários e estudantes do povo heroico de Cuba”. Expressavam “nossa solidariedade a todos os atos pela autodeterminação dos povos” conforme a “posição definida por nosso presidente Dr. João Goulart”.⁹³⁰ A solidariedade dos camponeses brasileiros para com os camponeses cubanos, além do apoio ao primeiro-ministro brasileiro, também pode ser percebido a partir do seguinte telegrama, enviado da cidade de Jaciporan, São Paulo: “escutamos na roça vosso pronunciamento. Como camponeses

⁹²⁶ Telegrama dos Sindicatos dos Sapateiros, Bancários, Construção Civil, Fibras Vegetais e Panificação de Garanhuns ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 25 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹²⁷ Telegrama do Sindicato da Construção Civil de Marília ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 24 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹²⁸ Telegrama do Sindicato dos Tecelões de Americana ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 26 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹²⁹ Telegrama da Associação dos Trabalhadores Rurais de Valença ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 27 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹³⁰ Telegrama da Assembleia de Camponeses de Lauro de Freitas ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 27 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

e pais de família, felicitamos grande [ilegível] de v. exa. em defesa dos camponeses cubanos”.⁹³¹

A Associação dos Camponeses do Estado da Bahia decidiu em assembleia “hipotecar inteira solidariedade a v. exa. na tomada de atitude em defesa da soberania dos povos, conforme discussão na UNE, pela suspensão do bloqueio ao heróico povo cubano”.⁹³²

Os estudantes, de todos os níveis, tinham uma participação efetiva a favor da Política Externa Independente, indo, inclusive, ao encontro de outras categorias, como os próprios camponeses da Bahia, como visto acima, na tarefa de discutir as posições políticas do país. Para demonstrar seu apoio ao primeiro-ministro, enviaram 12 telegramas de apoio a Hermes Lima.

O Diretório Acadêmico da conceituada Escola Nacional de Engenharia emitia telegrama afirmando que “confia que v. exa. assuma posição de defesa da autodeterminação dos povos ante a ameaça de intervenção de Cuba, reclamando uma solução pacífica na Assembleia da OEA”,⁹³³ de maneira semelhante aos estudantes universitários do Ceará, que apoiavam a posição do Brasil a favor da autodeterminação dos povos e “condenam o emprego de forças contra a nação cubana”.⁹³⁴ Solução pacífica também era o desejo da União dos Estudantes de Garanhuns, solicitando “face ao perigo imediato de guerra mundial”, que o primeiro-ministro brasileiro viesse a “interferir junto aos governos dos países litigantes, a fim de resolverem suas pendências pacificamente”. Isso seria muito importante, na visão dos estudantes de Garanhuns, para “frustrar assim consequências danosas e imprevisíveis para toda a humanidade”,⁹³⁵ e do

⁹³¹ Telegrama dos camponeses de Jaciporan ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 26 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹³² Telegrama da Associação dos Camponeses da Bahia ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 29 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹³³ Telegrama do Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Engenharia ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 23 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹³⁴ Telegrama dos Estudantes Universitários do Ceará ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 26 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹³⁵ Telegrama da União dos Estudantes de Garanhuns ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 26 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

Centro Estudantil Campinense, de Campina Grande, Paraíba, expressando que “os estudantes de Campina Grande estão indignados com os acontecimentos do Caribe”. Também manifestava que os estudantes daquela cidade “confiam no governo. V. Exa. saberá defender intransigentemente a paz mundial, condenando o bloqueio americano que fere frontalmente a nossa política de autodeterminação dos povos e não-intervenção”.⁹³⁶

Do estado de Minas Gerais, o Diretório Acadêmico da Escola Superior de Agricultura, em Viçosa, manifestava sua “irrestrita solidariedade no que se refere a posição de v. exa. no caso Cuba–Estados Unidos”. Do mesmo modo, apoiavam “plenamente” a autodeterminação dos povos,⁹³⁷ sendo acompanhado pelos Diretórios Acadêmicos das Faculdades de Farmácia e Odontologia de Juiz de Fora, que manifestavam “irrestrito apoio à política externa independente e a autodeterminação dos povos”.⁹³⁸

A pequena cidade de Tupã, São Paulo, estava bem dividida a respeito da posição que o governo brasileiro deveria tomar na Crise dos Mísseis. Os “cidadãos Mario Oti Caleffi – Professor, Altino Martins – Professor, Antonio Carlos Costa – Professor, José Carlos Castro – Professor, Leticiano Jesus Costa – Professor, Lincoln Ricci – Dentista, Lucilo Jordão Oliveira – Engenheiro, Deuseles Montenegro – Estudante, José Nora Ribeiro – Vereador, Gumercindo Martins – Lavrador, Antonio Motta – Barbeiro, Cícero Arsenio – Técnico em Eletrônica, José Jorge Nogueira – Assistente e Braulio Ramos – Contador” manifestavam seu “mais veemente protesto de repulsa diante da insólita agressão sofrida pelo povo irmão cubano”. E “aplaudiam a manifestação das mais altas e eminentes autoridades do governo brasileiro a favor da autodeterminação e direito de

⁹³⁶ Telegrama do Centro Estudantil Campinense ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 25 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹³⁷ Telegrama do Diretório Acadêmico da Escola Superior de Agricultura de Viçosa ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 25 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹³⁸ Telegrama dos Diretórios Acadêmicos das faculdades de Farmácia e Odontologia de Juiz de Fora ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 26 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

organização dos povos” dizendo que “confiam na enérgica sustentação desses sagrados direitos”.⁹³⁹

Enquanto, contrariamente, os “os cidadãos livres, de país livre e democrático, Américo Carnevali – Arquiteto, Giorgio Mario Leite – Dentista, Roberto Manhado – Comerciante, Antenor Barros – Comerciante, Raul Fuman – Comerciante, Gemino Borges – Comerciante, Fidelis Miranda – Comerciante, Mario Raimundo – Bancário, João Machado – Bancário, Gabriel Gomes Tenente – Comerciário, Walter Silva – Comerciante, João Alvarenga Freire – Industrial, Aristides Camargo – Médico, Armando Trindade – Comerciante, José Pavan – Professor, Alexandre Carvalho – Comerciante, Luiz Bolognese – Comerciante e Gabriel Teixeira – Dentista” apoiavam de forma “irrestrita a atitude da nação norte-americana demonstrando assim mais uma vez firma determinação de defesa da democracia e liberdade dos povos americanos contra inimigos de Deus e da Pátria”.⁹⁴⁰

Posição semelhante ocorria no Paraná, na cidade de Londrina. Lá, a Comissão de Solidariedade a Cuba afirmava em que “no momento em que a humanidade está sendo arrastada pelo perigo da Terceira Guerra Mundial, tanto mais perigosa pelo poderio nuclear armas de destruição em massa e pela atitude agressiva do governo dos Estados Unidos ao determinar o bloqueio da heroica República cubana” desejavam “manifestar seu apoio decidido a atitude firme de v. exa. pela autodeterminação do povo cubano e pela energia de repulsa a provocação criminoso do imperialismo”.⁹⁴¹

⁹³⁹ Telegrama de Mario Oti Caleffi – Professor, Altino Martins – Professor, Antonio Carlos Costa – Professor, José Carlos Castro – Professor, Leticiano Jesus Costa – Professor, Lincoln Ricci – Dentista, Lucilo Jordão Oliveira – Engenheiro, Deuseles Montenegro – Estudante, José Nora Ribeiro – Vereador, Gumercindo Martins – Lavrador, Antonio Motta – Barbeiro, Cícero Arsenio – Técnico em Eletrônica, José Jorge Nogueira – Assistente e Bráulio Ramos – Contador ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 29 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹⁴⁰ Telegrama de Américo Carnevali – Arquiteto, Giorgio Mario Leite – Dentista, Roberto Manhado – Comerciante, Antenor Barros – Comerciante, Raul Fuman – Comerciante, Gemino Borges – Comerciante, Fidelis Miranda – Comerciante, Mario Raimundo – Bancário, João Machado – Bancário, Gabriel Gomes Tenente – Comerciário, Walter Silva – Comerciante, João Alvarenga Freire – Industrial, Aristides Camargo – Médico, Armando Trindade – Comerciante, José Pavan – Professor, Alexandre Carvalho – Comerciante, Luiz Bolognese – Comerciante e Gabriel Teixeira – Dentista ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 31 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹⁴¹ Telegrama da Comissão de Solidariedade a Cuba Seção Londrina ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 27 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

Ao passo que a Câmara Municipal, “côncsia de seu alto dever de prevenção do regime democrático, que defende social e moralmente nossos costumes, nossas famílias e a tranquilidade dos nossos povos livres” pedia apoio do primeiro-ministro as “unânimes medidas tomadas pelo governo norte-americano”. Justificava seu pedido por que “o povo brasileiro repudia a maneira e o discurso mantido pelo soberano governo cubano” por ser “Fidel Castro verdadeiro fantoche do poderio bélico russo, que transformou a pequenina ilha de Cuba em verdadeiro arsenal atômico” que poderia ser “dirigido para a direção de parcelas que compõe o continente americano”.⁹⁴²

Havia, também, críticas que vinham de outro espectro político, e que se mostra importante de ser destacada: da cidade de Iúna, Espírito Santo, Paulo Pereira Gomes, representando o diretório municipal do Partido Socialista Brasileiro (PSB), – sigla da qual Hermes Lima tinha sido um dos fundadores⁹⁴³ – enviava um telegrama de forte teor para pressionar o primeiro-ministro. Se dizendo “certo de que a subserviência ou a covardia não impedirão categórico pronunciamento do governo contra as intrigas e ameaças do imperialismo norte-americano feitas aos nossos heróicos irmãos cubanos” criticava a “demorada tomada de posição” do governo brasileiro. Sem sombra de dúvidas, sua crítica era das mais veementes realizadas a ação do governo brasileiro no transcurso da Crise dos Mísseis. E, quase profeticamente, lançava um repto ao primeiro-ministro Hermes Lima: “ou evitaremos indébita intromissão nos assuntos internos de nossos irmãos ou seremos tragados por desumana, arbitrária e irracional insaciabilidade dos trustes yankes”.⁹⁴⁴

Do total de telegramas analisados, essa foi apenas uma amostra do teor de seus conteúdos. A partir dela, já se pode ter uma boa representação da origem geográfica dos telegramas endereçados a Hermes Lima, além das origens sociais de seus remetentes. Também é possível depreender, com muita clareza, que quase a totalidade das mensagens era de apoio a Política Externa Independente. Dos 100 telegramas

⁹⁴² Telegrama da Câmara Municipal de Londrina ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 07 de novembro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹⁴³ HECKER Alexandre. Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista do pós-guerra. FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical** (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 27; 33- 35.

⁹⁴⁴ Telegrama do Diretório Municipal do PSB de Iuna ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 24 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

analisados, 16 diziam ser favoráveis a política externa brasileira; 47 declaravam seu apoio ao primeiro-ministro na condução da Política Externa Independente; 11 mensagens se congratulavam a Hermes Lima pela sua postura frente a Crise dos Mísseis e 6 mensagens diziam confiar na decisão do primeiro-ministro, totalizando 80 mensagens positivas a respeito do enfrentamento da questão de Cuba por parte do primeiro-ministro.

Por sua vez, 17 mensagens constituíam-se em apelos para que o primeiro-ministro Hermes Lima não alterasse – ou mesmo flexibilizasse em demasia – a Política Externa Independente em relação a Crise dos Mísseis. Na maior parte das vezes, essas mensagens tinham a intenção de exercer uma pressão sobre o primeiro-ministro, demonstrando o clamor popular que a questão de Cuba despertava no país. Apenas 3 foram as mensagens que podem ser consideradas negativas a respeito do enfrentamento da questão de Cuba por parte do primeiro-ministro, enfatizando a necessidade de o governo apoiar integralmente a posição dos Estados Unidos na Crise dos Mísseis.

A análise realizada a partir do estudo destes telegramas, nos permite dimensionar melhor uma tendência da opinião pública brasileira durante a Crise dos Mísseis. Através do trabalho atento com essas fontes, podemos destacar a concepção de mundo de uma série de atores sociais que expressaram sua opinião para aquele que poderia, mesmo que em conjunto com Goulart, decidir acerca de quais posições o Brasil defenderia naquela situação.

E através dessa concepção de mundo, foi possível nos aproximarmos dos sentimentos, valores e representações que os destinatários daquelas mensagens eram portadores; foi possível, desse modo, termos um melhor entendimento da cultura política que eles constituíram: uma cultura política de pós-guerra, fruto de uma decepção anterior com a forma pela qual os Estados Unidos da América agiram nas relações internacionais. Moralmente, 18 daquelas mensagens criticavam o bloqueio estabelecido pelos Estados Unidos no Caribe, como o fizeram os trabalhadores, estudantes e intelectuais de Santo André, São Paulo, quando manifestaram sua “inabalável disposição de defender o direito de Cuba contra o bloqueio ameaçador e responsabilizar os EUA pela ameaça de guerra termonuclear”.⁹⁴⁵ Ou como se

⁹⁴⁵ Telegrama dos Trabalhadores, Estudantes e Intelectuais de São André ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 26 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e

manifestaram entendendo, através de 23 mensagens, terem sido os Estados Unidos os responsáveis pela Crise dos Mísseis,⁹⁴⁶ como Agenor Lourenço dos Santos, da cidade de Pompéia, São Paulo, que protestava contra o “bloqueio aeronaval americano a Cuba, o qual ameaça a paz mundial”,⁹⁴⁷ ou como fizeram os estudantes baianos ao declararem seu “intransigente protesto contra a estúpida agressão imperialista norte-americana ao povo cubano”.⁹⁴⁸

Essa mesma cultura política de pós-guerra expressava os medos de parcelas significativas da população brasileira ante a Crise dos Mísseis. De 21 mensagens que consideravam “grave a situação” internacional, 13 demonstravam grande temor com a possibilidade de uma guerra nuclear – um dos elementos constituintes da cultura de pós-guerra – como fizeram a Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, com sede em Recife, e que manifestava seus temores frente a que uma invasão a Cuba “poderá significar a destruição da humanidade”.⁹⁴⁹ Assim como os vereadores da Câmara Municipal de Jundiaí, São Paulo, que apelavam ao primeiro-ministro Hermes Lima para que “redobrasse esforços no sentido da manutenção da paz mundial” para afastar o “espectro da guerra termonuclear”.⁹⁵⁰

O mesmo sentimento era expressado pelo Sindicato dos Operários Navais do Rio de Janeiro, que se manifestava “apreensivo ante a possibilidade de guerra nuclear” e por isso solicitava ao governo brasileiro a realização de “gestões junto ao governo norte-

Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹⁴⁶ Resaltamos que em nenhum momento o jornal *O Estado de São Paulo* sequer aventou a possibilidade de a Crise dos Mísseis ter ocorrido por responsabilidade dos EUA: de acordo com sua cultura política ocidentalista, a responsabilidade, na maior parte das vezes, era apresentada como sendo da URSS, e em boa parte das vezes, era compartilhada com Fidel Castro, chegando ao ponto extremo de, conforme vimos em seu editorial, atribuir parcela de responsabilização ao governo brasileiro.

⁹⁴⁷ Telegrama de Agenor Lourenço dos Santos ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 26 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹⁴⁸ Telegrama da União dos Estudantes da Bahia ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 24 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹⁴⁹ Telegrama da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 24 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹⁵⁰ Telegrama da Câmara Municipal de Jundiaí ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 26 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

americano para afastar agressões que ameaçam o povo cubano e a humanidade”.⁹⁵¹ Esse sentimento de temor pelo retorno de uma nova guerra mundial, agora potencializada pelas armas nucleares, acompanhado do desejo de paz entre os povos talvez tenha tido sua expressão mais dramática na mensagem enviada pelo Sindicato dos Empregados do Comércio Hoteleiro da Guanabara. Nesse telegrama, esses trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro, expressavam o medo de “milhares de “trabalhadores hoteleiros” diante da “grave situação de provocação do bloqueio naval à nação cubana” que pode levar a “iminência de deflagração da guerra mundial que trará destruição de vidas indefesas e tudo o que os homens construíram” e apelavam ao primeiro-ministro “no sentido de interceder defesa povo cubano coerente com a posição de paz e autodeterminação que sempre orientou nossa política”.⁹⁵²

A partir da reflexão de Serge Berstein sobre o conceito de cultura política, na qual este autor se referia a capacidade de manifestação dessa forma de se colocar no mundo inclusive através de um *vocabulário* adequado – que representasse um significado capaz de proporcionar um sentimento de comunhão entre esse agrupamento humano – nenhuma palavra foi capaz de representar melhor o sentimento dos membros dessa cultura política de pós-guerra do que “autodeterminação”. Presente em 63 dos telegramas enviados para o primeiro-ministro Hermes Lima, “autodeterminação” apareceu no telegrama enviado pelos tecelões da cidade de Americana, pelos estudantes do interior da Paraíba, pelo vice-governador de Pernambuco, pelos bancários da Bahia, pelos estudantes de Sociologia reunidos em seu primeiro congresso nacional, pelos trabalhadores da Estrada de ferro Central do Brasil, pela União nacional dos Servidores Públicos, pelos estudantes do IX Congresso Brasileiro de Agronomia, pelos bancários do Amazonas, pelos participantes do Primeiro festival de Cinema Brasileiro, pelas Ligas Camponesas e em tantas outras mensagens enviadas das partes mais distantes entre si do país assim como das mais diferentes classes sociais.

⁹⁵¹ Telegrama do Sindicato dos Operários Navais do Rio de Janeiro ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 27 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

⁹⁵² Telegrama do Sindicato dos Empregados do Comércio Hoteleiro da Guanabara ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 26 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

Essa cultura política de pós-guerra trazia uma referência comum que, em algum nível, também estava presente no governo Goulart: “a soberania da nossa pátria depende do respeito à soberania da nação cubana”.⁹⁵³

Algo que não deveria deixar de ser levado em conta. Mesmo quando a confrontação com os Estados Unidos se fizesse mais intensa, como veremos a seguir.

5.2

A Visita dos *Brothers*

1961 representou, tanto para o Brasil quanto para os Estados Unidos, uma novidade na vida política. Enquanto lá, depois de dois mandatos do partido republicano, o democrata John Fitzgerald Kennedy assumia a presidência da República em 20 de janeiro; aqui, 11 dias depois, Jânio Quadros tomava posse rompendo com a manutenção da aliança PSD-PTB – que, até então, vinha se mantendo no poder presidencial – e surpreenderia o país e o exterior com sua súbita renúncia em 25 de agosto.

Se ainda em seu início, no mês de abril, o governo Kennedy teve adversidades políticas em razão de seu apoio à invasão de Cuba no episódio da Baía dos Porcos, com a renúncia de Quadros o vice-presidente João Goulart, que se encontrava na China comunista, enfrentou também complicações, porém, ainda antes do início de seu governo. Quase duas semanas foi o tempo que se consumiu entre o fim do governo Quadros e o início do governo Goulart, período no qual o Brasil esteve à beira de uma guerra civil.

⁹⁵³ Telegrama do Centro Nacionalista de Barão de São Francisco ao primeiro-ministro Hermes Lima. Data: 25 de outubro de 1962. ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ.

Assim como o governo de Jânio Quadros acompanhara com a devida atenção os acontecimentos na Baía dos Porcos, o governo de John Kennedy mantinha o departamento de Estado em alerta sobre os acontecimentos no Brasil entre o final de agosto e início de setembro. Em 13 de março, o governo estadunidense tinha realizado o lançamento de seu projeto de auxílio para a América Latina, a Aliança para o Progresso,⁹⁵⁴ e considerava o Brasil como parceiro importante para o sucesso da medida, ao mesmo tempo em que lhe atraía a atenção a Política Externa Independente implementada pelo governo Quadros.

Sete de setembro, data representativa para o Brasil, foi o dia no qual, finalmente, tomara posse João Goulart como presidente da República, quase encerrando as novidades na vida política daquele ano de 1961: seu corolário se daria, indubitavelmente no caso brasileiro, com a emergência do novo regime de governo, o parlamentarismo, experiência inédita na vida republicana do país. Em teoria, o presidente Goulart seria tolhido de alguns de seus poderes presidenciais, tornando-se co-responsável pelo país juntamente ao Conselho de Ministros, que teve seu primeiro expoente em Tancredo Neves, membro do PSD e já figura de relevo na política brasileira. Conhecido por Gabinete da União Nacional, a primeira composição do Conselho de Ministros abarcava personagens importantes dos principais partidos políticos brasileiros: PSD, PTB, UDN. Nessa configuração, o ministério das Relações Exteriores ficou sob o controle do partido de Goulart, sendo exercido por Francisco San Tiago Dantas.

Passados pouco mais de dois meses, o governo brasileiro reatara relações diplomáticas com a União Soviética – em 23 de novembro – em conformidade com os princípios da Política Externa Independente, que fora mantida como orientação internacional do país. O governo dos Estados Unidos se mantinha atento a essa novidade:

Respeitando ao nível da retórica a autodeterminação do governo brasileiro, o Departamento de Estado dos EUA dizia já estar preparado para a notícia.

⁹⁵⁴ AZEVEDO, Cecília. **Em nome da América:** os Corpos da Paz no Brasil. São Paulo: Alameda, 2007, p. 138. Posteriormente, no mês de agosto, a Aliança para o Progresso fora aprovada em reunião para esse fim, em Punta del Este: “Em agosto de 1961, na reunião de Punta del Este, a Aliança para o Progresso foi aprovada por todas as nações latino-americanas com exceção de Cuba. A ‘Declaração dos Povos da América’ proclamava o nascimento da Aliança para o Progresso como convênio interamericano”. Idem, p. 140. O representante do governo de Cuba nessa reunião foi Ernesto Che Guevara que, em sequência, visitou o presidente argentino Frondizi e o brasileiro Jânio Quadros.

Acompanhava a mesma perspectiva difundida por Tancredo Neves [...], de que os processos para o reatamento já vinham de outro governo, cabendo a este apenas concluir o processo. Entretanto, a posição dos EUA era a de não incentivar essa prática, em razão [...] da possibilidade de penetração de ideais comunistas pelos meios diplomáticos.⁹⁵⁵

O presidente João Goulart entendia ser importante para o Brasil a ampliação do mercado externo e a diversificação das relações exteriores de seu país. Contudo, fazia questão de destacar que a PEI era independente e não neutralista, pois alegava ser o Brasil um país democrático, ocidental e cristão. E que, por isso mesmo, assim como abria novas relações com a URSS queria manter, e até mesmo aprofundar, as relações diplomáticas e de comércio com os EUA, como pode ser verificado no ato diplomático de 11 de novembro, no qual San Tiago Dantas e o embaixador Lincoln Gordon, dos EUA, assinaram o protocolo para a operação dos Corpos da Paz no Brasil⁹⁵⁶. No contexto mundial de Guerra Fria, o governo brasileiro procurava, através de sua política externa, uma melhor inserção do país no sistema internacional, com vistas ao desenvolvimento econômico e social.

É possível que essa situação não fosse exatamente do agrado do governo Kennedy; no entanto, aquele presidente estava mais preocupado, naquele momento, com a imagem de seu país na América Latina e com o que ele considerava serem os perigos que a República de Cuba poderia oferecer ao subcontinente. Durante o governo que o antecedeu, do general Dwight Eisenhower, o vice-presidente Richard Nixon – coincidentemente, seu opositor nas eleições de 1960 – empreendeu uma viagem a oito países latino-americanos. Esta viagem esteve longe de ser exitosa; ainda assim, foi importante para que os governantes dos EUA passassem a ter um melhor entendimento sobre a forma como seu país era percebido ao sul do Rio Grande.

A “desastrosa viagem à América do Sul” de Nixon, em 1958, foi um episódio desimportante em si, mas levou o governo norte-americano a refletir sobre a sua relação com a América Latina, sobretudo no que se referia à assistência econômica, até então bem pequena. Aproveitando a posse de Arturo Frondizi na presidência da Argentina, em maio de 1958, o Departamento de Estado planejou a visita do vice-presidente de Eisenhower também a outros sete países latino-americanos. Em algumas capitais, como Lima e Caracas, Nixon foi bastante hostilizado, enfrentando situações constrangedoras em seus

⁹⁵⁵ DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **O Brasil e a URSS na Guerra Fria: a Política Externa Independente** na imprensa gaúcha. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010, p. 149. Interpolações nossas.

⁹⁵⁶ AZEVEDO, p. 166.

deslocamentos e em face de manifestações de estudantes contrários à sua presença. Na capital da Venezuela ele foi “cercado pela multidão, vaiado, apedrejado e quase morto”. Ficou patente, para o governo norte-americano, que a imagem dos Estados Unidos na América Latina era simplesmente péssima.⁹⁵⁷

Além dos significados da viagem de Nixon, a Revolução Cubana, de janeiro de 1959, passara a ser também uma preocupação recorrente do presidente John Kennedy.⁹⁵⁸ Sua dimensão foi aumentada significativamente em abril de 1961, com a declaração do primeiro-ministro Fidel Castro, no dia 16, sobre o caráter socialista da Revolução Cubana;⁹⁵⁹ situação que seria ainda mais agravada ao final do ano, quando, em 02 de dezembro, o primeiro-ministro de Cuba afirmara: “sou marxista-leninista e serei marxista-leninista até o último dia de minha vida”.⁹⁶⁰

Essa declaração de Fidel Castro acelerou um pedido que tinha sido realizado pela Colômbia, em 10 de novembro, ao Conselho da OEA para que fosse realizada uma Reunião de Consulta entre os ministros das Relações Exteriores, a qual, até então, o Brasil e a Argentina procuravam obstruir.⁹⁶¹

A convocação foi votada apenas em 4 de dezembro, subsequente à declaração de Fidel. Aprovada por 14 votos a favor, 2 contra (Cuba e México) e cinco abstenções (Equador, Bolívia, Brasil, Chile e Argentina), a resolução estabelecia uma RMRE para 10 de janeiro de 1962, com o objetivo de analisar ameaças à paz e à independência política dos países americanos.⁹⁶²

A VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, no entanto, teve início em 22 de janeiro em Punta del Este e se estendeu até o dia 31 daquele

⁹⁵⁷ FICO, Carlos. **O Grande Irmão**: da operação *brother sam* aos anos de chumbo – o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 22-23. Avaliação semelhante é realizada por Cecília Azevedo, op. cit., p. 136.

⁹⁵⁸ Até então, “Kennedy não mostrara nenhum interesse especial por esta região do globo [a América Latina]”. AZEVEDO, op. cit., p. 141.

⁹⁵⁹ FICO, op. cit., p. 23.

⁹⁶⁰ BOTEGA, Leonardo da Rocha. **Brasil, Argentina e a Questão Cubana ((1959-1964))**: quando a independência faz a união. 241 f. Santa Maria: UFSM, 2009. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-americana) – Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-americana, Centro de Ciências Sociais Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009, p. 185.

⁹⁶¹ Nesse caso, a Colômbia – e o Peru – estava alinhada aos Estados Unidos e servira como substituta das intenções estadunidenses. Idem.

⁹⁶² FRANCHINI NETO, Hélio. A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, 2005, p. 138.

mês.⁹⁶³ O objetivo premente dos EUA – representados na reunião pelo secretário de Estado Dean Rusk – era a exclusão de Cuba da OEA e a ruptura coletiva das relações diplomáticas dos países do continente com a ilha. Contrário a essa perspectiva estavam alguns países importantes no âmbito político como Argentina, Brasil e México. E a liderança desse “grupo que discordava de medidas punitivas” era desempenhada por San Tiago Dantas.⁹⁶⁴

Após longos debates e diversas manifestações de pressão,⁹⁶⁵ a reunião acabou aprovando a exclusão do governo cubano – o que deixava claro que o problema era Fidel Castro e não o seu país – da OEA. O Brasil, acompanhado da Argentina, Bolívia, Chile, Equador e México, absteve-se de votar a exclusão do governo cubano, Cuba votara contra, e os demais 14 países votaram favoravelmente.⁹⁶⁶ Esse pode ser considerado o resultado objetivo da reunião. Subjetivamente, no entanto, a VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos produziu um destaque para a PEI, tanto na política interna quanto externa, que contribuiu para a radicalização das posições no país;⁹⁶⁷ e uma insatisfação do governo Kennedy com a Política Externa Independente do governo Goulart.⁹⁶⁸

⁹⁶³ Entretanto, o dia 22 foi reservado, a pedido do ministro brasileiro, apenas para consultas entre as delegações, tendo a reunião início efetivo no dia 23 de janeiro.

⁹⁶⁴ FRANCHINI, op. cit., p. 140; BOTEAGA, op. cit., p. 192.

⁹⁶⁵ Franchini Neto menciona inclusive uma controvérsia a respeito do voto do Haiti e financiamento por dólares estadunidenses. Idem, p. 142.

⁹⁶⁶ QUINTANEIRO, Tânia. **Cuba e Brasil: da revolução ao golpe (1959-1964): uma interpretação sobre a política externa independente.** Belo Horizonte: UFMG, 1988, p. 75; BOTEAGA, op. cit., p. 196; FRANCHINI, op. cit., p. 130.

⁹⁶⁷ San Tiago Dantas recebeu grande apoio dos setores portadores de uma cultura política de pós guerra e severa oposição dos grupos que se organizavam em torno de uma cultura política ocidentalista. Essa radicalização foi, inclusive, uma das razões para sua não aprovação como primeiro-ministro em junho daquele ano.

⁹⁶⁸ Paulo Vizentini, associando o resultado da VIII Reunião de Consulta com a encampação da ITT realizada no início de fevereiro pelo governador do Rio Grande do Sul afirma que “foi grande o impacto desses acontecimentos. Punta del Este e as encampações afetavam seriamente as relações com os EUA”. VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a Política Externa Independente.** Petrópolis: Vozes, 1995, p. 250. Para Luiz Alberto Moniz Bandeira, “a expulsão de Cuba da OEA constituiu, no entanto, o mais importante fator de conflito entre o Brasil e os EUA”. MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O Governo João Goulart – As lutas sociais no Brasil 1961-1964.** 7ª ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 69; Jorge Ferreira afirma que “a posição brasileira [em Punta del Este] criou tensões entre Washington e Brasília”. FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 272. Para uma melhor compreensão sobre a encampação da ITT ver MIRANDA, Samir Perrone. **Projeto de Desenvolvimento e Encampações no discurso do governo Leonel Brizola:** Rio Grande do Sul (1959-1963). 142 f. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

Mesmo assim, o Brasil era considerado país estratégico para o bom andamento da Aliança para o Progresso, por ser “a nação mais importante da América Latina”.⁹⁶⁹ Em razão disso, Lucius Battle, secretário executivo do departamento de Estado, sugeriu ao governo dos EUA que “Jango fosse convidado a encontrar-se com Kennedy em Washington [...] dada a relevância de nosso êxito no Brasil para todo o programa da Aliança para o Progresso, é nosso interesse tentar convencer Goulart de que a cooperação conosco atende melhor a seu interesse a ao do Brasil”.⁹⁷⁰

Desse modo, João Goulart, poucos meses após ter tomado posse como presidente do Brasil, partira em visita oficial aos Estados Unidos da América – e também ao México. Saindo do Brasil em 02 de abril, sua delegação era composta de mais 23 pessoas, dentre as quais San Tiago Dantas, ministro das Relações Exteriores, Walther Moreira Salles, ministro da Fazenda, Roberto Campos, embaixador em Washington, Amaury Kruel, general do Exército, e alguns dos jornalistas mais importantes do país, como Adolfo Bloch, João Calmon, João Dantas e Samuel Wainer.⁹⁷¹

Era a segunda vez que Goulart partia em missão oficial aos Estados Unidos – a primeira vez fora em 1956, quando era vice-presidente no governo Kubitschek. Naquele período emblemático da Guerra Fria, também estivera na URSS e na China, faltando ter viajado apenas para Cuba – país no qual Jânio Quadros e Afonso Arinos estiveram em 1960. Nessa segunda ocasião nos Estados Unidos, Goulart fora recebido pelo presidente John Kennedy em Washington e na mesma cidade esteve na Organização dos Estados Americanos; em Nova York, esteve na Organização das Nações Unidas; e em Omaha, como visto anteriormente, esteve no Comando Aéreo Estratégico de Defesa dos EUA.⁹⁷²

Após dois encontros com o presidente John Kennedy, um “comunicado conjunto dos presidentes dos Estados Unidos do Brasil e dos Estados Unidos da América” foi divulgado à imprensa. Nessa declaração, era enfatizado que as reuniões entre os dois

⁹⁶⁹ QUINTANEIRO, op. cit., p. 82.

⁹⁷⁰ Idem.

⁹⁷¹ BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Viagem do Presidente João Goulart aos Estados Unidos da América e ao México**. Rio de Janeiro: Seção de Publicações do MRE, 1962, p. 7.

⁹⁷² Idem, p. 5.

presidentes se desenvolveram em “um espírito de franqueza, cordialidade e compreensão mútua”.⁹⁷³

Nesse mesmo sentido, era destacado

que a tradicional amizade entre o Brasil e os Estados Unidos tem prosperado através dos anos como uma consequência da fidelidade do povo brasileiro e do povo norte-americano aos ideais comuns da democracia representativa e do progresso social, ao respeito mútuo entre as nações e à determinação de ambos os Governos a trabalharem juntos pela causa da paz e da liberdade.⁹⁷⁴

Portanto, temas que se mostravam importantes aos dois países estavam presentes na declaração, como o respeito à democracia, a busca pelo desenvolvimento social e a defesa da paz. Isso gerava uma ideia de aproximação, tanto entre os dois países quanto entre seus dois presidentes. Além disso, também houve espaço na declaração para a “democracia política, a independência e a autodeterminação nacional, a liberdade individual”⁹⁷⁵ como princípios políticos que ambos os países comungariam. Dessa forma, valores muito caros a ambos os governos estavam presentes. Sem mencionar Cuba ou a VIII Reunião de Consulta, aparecia o princípio de autodeterminação, o que representava que o governo brasileiro não recuara em sua Política Externa Independente. Ao mesmo tempo, as noções de democracia política e liberdade individual, extremamente caras ao governo dos EUA, também representavam que aquele país não retrocedera em relação ao seu entendimento a respeito de Cuba.

O comunicado conjunto também mencionava a importância que Estados Unidos e Brasil conferiam à Aliança para o Progresso, à ideia do desarmamento e à Carta da OEA. Também era mencionado, ainda que indiretamente, o problema das encampações de empresas estadunidenses:

o Presidente do Brasil declarou que nos entendimentos com as companhias para a transferência das empresas de utilidade pública para a propriedade do Brasil será mantido o princípio de justa compensação com reinvestimento em outros setores importantes, para o desenvolvimento econômico do Brasil. O Presidente Kennedy manifestou grande interesse nessa orientação.⁹⁷⁶

⁹⁷³ BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Viagem do Presidente João Goulart aos Estados Unidos da América e ao México**. Rio de Janeiro: Seção de Publicações do MRE, 1962, p. 33.

⁹⁷⁴ Idem.

⁹⁷⁵ Idem, *ibidem*.

⁹⁷⁶ Idem, p. 35.

A postura do presidente brasileiro se mostrava de negociação. Aceitava alguns pontos de interesse dos EUA e mantinha certos pontos de vista próprios em evidência. Não era do interesse do governo Goulart o confronto; inclusive, porque o Brasil não tinha condições objetivas de prescindir da relação com os EUA. Antes pelo contrário, a posição do governo brasileiro era de manutenção das relações entre os países em bom nível, procurando recuperar a confiança dos EUA que ficara desgastada com as questões de Punta del Este e das encampações, pois o governo brasileiro precisava de recursos financeiros, sob a forma de empréstimos. Em virtude dessas negociações, ficara acertado que o dinheiro destinado às empresas encampadas não sairia do Brasil, sendo reinvestido no país.

Já na Organização dos Estados Americanos, o presidente Goulart enfatizara o princípio da PEI consoante a autodeterminação dos povos: o de não-intervenção. Se tomara cuidado para não mencionar esse aspecto da Política Externa Independente no comunicado conjunto com o presidente Kennedy, na OEA – mesmo que também sem fazer referência direta ao problema cubano – Goulart assim se manifestava:

A força e o prestígio desta Organização repousam sobretudo em princípios que constituem a razão mesma de sua existência e dos quais ela não poderá jamais se afastar sem se trair. Só o respeito de todos à soberania de cada um pode associar dignamente Estados livres e independentes. **O princípio que rege, acima de todos, a nossa convivência e que torna possível a nossa unidade, é o princípio da não-intervenção.** [...] A criação da Organização dos Estados Americanos representa, portanto, o reconhecimento formal por parte de todos os governos que a integram de que a cooperação entre Estados soberanos, por mais íntima que seja, não dá o direito a nenhum deles, nem mesmo à Organização que compõem, de atuar em terreno reservado exclusivamente à soberania interna das nações.⁹⁷⁷

O presidente brasileiro marcava posição dentro do hemisfério. Projetava a PEI aos demais países do continente através da OEA como caixa de ressonância. E para os setores que habitualmente apoiavam seu governo, demonstrava força e protagonismo do Brasil no exterior.

Em que pese os resultados financeiros da viagem aos Estados Unidos terem sido insuficientes – algo em torno de 30 milhões de dólares⁹⁷⁸ – em termos políticos parecem

⁹⁷⁷ BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Viagem do Presidente João Goulart aos Estados Unidos da América e ao México.** Rio de Janeiro: Seção de Publicações do MRE, 1962, p. 11-12. Grifos nossos.

⁹⁷⁸ Idem, p. 179.

ter sido benéficos para o governo Goulart. Publicação oficial do Itamaraty demonstra a repercussão da viagem nos principais jornais do país: *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *O Jornal*, *Diário Carioca*, *O Globo*, *Diário de Notícias*, *Jornal do Comércio*, *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *Última Hora*.⁹⁷⁹ Na grande maioria das matérias – inclusive em muitas de *O Estado de São Paulo* – se observa o apoio e o contentamento com a postura exercida pelo presidente brasileiro nos EUA.

Ao regressar para o Brasil, depois de ter se encontrado com o presidente do México López Mateos, João Goulart foi recebido em um clima muito positivo. Afinal, era o presidente brasileiro que conversara de igual para igual com o presidente dos EUA, que naquele momento ainda contava com grande admiração tanto em seu país quanto no Brasil.⁹⁸⁰ No jornal *O Estado de São Paulo* foi publicado um telegrama de Kennedy para Goulart que colaboraria ainda mais para o clima de boas relações:

Em nome do povo dos EUA e no meu próprio nome, apresento-lhe os votos mais cordiais de um retorno feliz e seguro ao seu País. Nós e nossos povos nos tornamos melhores amigos e vizinhos em virtude de sua visita. Essa visita fortaleceu nos Estados Unidos a consciência da fidelidade inabalável do Brasil aos princípios da liberdade e da sua dedicação aos ideais da democracia, do progresso econômico e da justiça social. Antevejo com prazer encontrá-lo novamente quando de minha visita ao seu País ainda este ano.⁹⁸¹

Uma mensagem desse teor colaborava bastante para que os setores portadores de uma cultura política ocidentalista se tranquilizassem. De acordo com Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, o PCB criticou duramente Goulart pela sua visita aos EUA, o que colaborava na intenção de demonstrar que “não havia fundamento para acusar de comunista um presidente recebido como aliado pelo governo dos Estados Unidos – e repudiado pelos comunistas brasileiros”.⁹⁸²

⁹⁷⁹ BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Viagem do Presidente João Goulart aos Estados Unidos da América e ao México**. Rio de Janeiro: Seção de Publicações do MRE, 1962, p. 63-193.

⁹⁸⁰ Até então, a única ação que desabonava a imagem de Kennedy era sua participação nos episódios da Baía dos Porcos. Ele era tido como um jovem, idealista e competente líder político de ideias progressistas – tais quais a Aliança para o Progresso e sua política para os direitos civis em seu país. Sua verdadeira política para Cuba; a máfia orbitando seu governo; as denúncias a respeito de sua eleição; sua participação na política para o Vietnã seriam de conhecimento público apenas na década seguinte ao seu assassinato, em especial a partir de 1975, quando foi instaurada a Comissão Church (seu presidente era o senador Frank Church) no Senado dos EUA para investigar ações da CIA. HERSH, Seymour. **O lado negro de Camelot**. Porto Alegre: L&PM, 1998, p. 194-210.

⁹⁸¹ BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Viagem do Presidente João Goulart aos Estados Unidos da América e ao México**. Rio de Janeiro: Seção de Publicações do MRE, 1962, p. 125.

⁹⁸² FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 100.

Assim, a visita do presidente dos Estados Unidos era esperada para breve, já no mês de julho, mesma época em que o secretário-geral da ONU, U-Thant, estivera no país e fora recepcionado com as devidas honrarias pelo presidente Goulart.⁹⁸³ O primeiro-ministro era Brochado da Rocha e o governo Goulart começava a se preparar para as eleições de outubro e acreditava que a presença do presidente dos Estados Unidos seria importante para obter bons resultados naquele pleito – pois a campanha de desestabilização política do governo já vinha em grande desenvolvimento, principalmente através do IPES e do IBAD. O que o governo Goulart não sabia, entretanto, era que muito do financiamento desses órgãos provinha de dinheiro do governo dos EUA!⁹⁸⁴ Carlos Fico traz a dimensão dessa campanha de desestabilização:

Além de tudo isso, nunca houve na história brasileira um presidente da República que tenha enfrentado uma campanha externa de desestabilização tão grande como Goulart: “a campanha de Kennedy contra [Fidel] Castro, [João] Goulart e [o premiê da Guiana Inglesa, Cheddi] Jagan não teve precedente na história das relações interamericanas.[...] Ou seja, podemos comprovar amplamente que uma enorme campanha de desestabilização foi patrocinada, desde, pelo menos, 1962, por organizações brasileiras e norte-americanas (sobretudo o USIS, o serviço de informações, mas outras agências Estados Unidos também atuaram).⁹⁸⁵

O governo Goulart investia bastante nos bons resultados da eleição de outubro. A sua estratégia era que, conquistando maioria na Câmara dos Deputados, obtivesse melhores condições para fazer aprovar as Reformas de Base – pelo menos desde 01 de maio, em seu pronunciamento em Volta Redonda, Goulart já mencionava a necessidade de “reformas – que o povo se habituou a identificar como reformas de base”.⁹⁸⁶ Nesse momento, o presidente mencionava a importância da eleição de 7 de outubro, propondo que, inclusive, esse pleito se destinasse a escolha de membros de uma Assembleia Constituinte para que as reformas de base pudessem ser realizadas:

Muitas dessas reformas dependem de leis ordinárias, mas muitas delas só poderão ser alcançadas se antes se reformar parcialmente a Constituição de 1946. Não poderíamos, sem reforma constitucional, defender a ordem econômica contra certos abusos que comprometem o verdadeiro interesse nacional. Se o atual Congresso entende que não é possível, de parte da sua

⁹⁸³ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Planalto**: memórias. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1968, p. 244.

⁹⁸⁴ MONIZ BANDEIRA, op. cit., 2001, p. 83; FICO, op. cit., p. 77.

⁹⁸⁵ FICO, op. cit., p. 75-76.

⁹⁸⁶ Discurso do Presidente João Goulart durante comemorações do Dia do Trabalho em 1º de maio de 1962 *apud* FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2014, p. 243.

última reunião legislativa, realizar a reforma constitucional, que normalmente demanda o tempo de duas sessões, estará ao seu alcance um gesto de sabedoria política, de caráter eminentemente popular, tomar a iniciativa de outorgar, aos mandatários que a Nação vai eleger a 7 de outubro, poderes que lhes permitam promover esta reforma. [...] Antevendo, por isso, a possibilidade de serem atribuídos poderes constitucionais ao novo Congresso, sinto que, tomada esta patriótica atitude pelos legisladores desta atual legislatura, encontraremos o caminho certo de uma eleição decisiva para os destinos do país e acredito que através dela vamos chegar às reformas tão ansiosamente reclamadas, já não só pelos trabalhadores, mas por todos os setores da vida nacional.⁹⁸⁷

Em razão dessa *eleição decisiva para os destinos do país* a presença do “reverenciado, nos EUA e também no Brasil, John Kennedy”⁹⁸⁸ era importante, pois representaria um certo afiançamento do governo Goulart com setores mais vinculados ao governo dos Estados Unidos. Mas o governo Kennedy entendia isso muito bem. E não estava disposto a colaborar com o sucesso de Goulart:

Foi no contexto da campanha para as eleições parlamentares de 1962 que a intervenção norte-americana no processo político brasileiro **intensificou-se, ultrapassando, em muito, os níveis “normais” de propaganda ideológica que os Estados Unidos habitualmente faziam em qualquer país, enaltecendo os costumes norte-americanos e defendendo o capitalismo contra o comunismo.** O próprio embaixador Lincoln Gordon confessou que foram gastos, pelo menos, US\$ 5 milhões de dólares para financiar a campanha eleitoral dos candidatos favoráveis à política norte-americana e opositores de Goulart. Naturalmente, a autorização para tal intervenção foi dada pelo presidente Kennedy.⁹⁸⁹

Essa outra instituição, o IBAD, atuava diretamente sob a direção da CIA, que a financiava, utilizando como seu agente um certo Ivan Hasslocher. Ela mantinha íntima conexão com uma empresa de publicidade – S.A. Incrementadora de Vendas Promotion – e, embora fundada em 1959, suas atividades somente se intensificaram a partir da posse de Goulart na Presidência da República. Em 1962, com a criação da Ação Democrática Popular (ADEP), o IBAD interveio abertamente na campanha eleitoral, subvencionando candidaturas de elementos direitistas, que assumiam o compromisso ideológico de defender o capital estrangeiro e condenar a reforma agrária bem como a **política externa independente do governo brasileiro.**⁹⁹⁰

⁹⁸⁷ Discurso do Presidente João Goulart durante comemorações do Dia do Trabalho em 1º de maio de 1962 *apud* FICO, Carlos. **Além do golpe:** versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2014, p. 244-245.

⁹⁸⁸ AZEVEDO, op. cit., p. 158.

⁹⁸⁹ FICO, op. cit., p. 77. Grifos nossos.

⁹⁹⁰ MONIZ BANDEIRA, op. cit., 2001, p. 83. Grifos nossos.

Além desse apoio ilegal aos candidatos de oposição ao governo Goulart e sua Política Externa Independente, o presidente John Kennedy resolvera adiar sua vinda ao Brasil para depois das eleições – com isso, impedindo que Goulart obtivesse ganhos eleitorais com sua presença, estando de acordo com a “preocupação de Gordon de que a vinda de Kennedy, tão popular entre os brasileiros, mesmo favorecendo a imagem dos EUA, pudesse beneficiar Goulart, que insistia para que ela se realizasse”.⁹⁹¹

Não restara, portanto, ao presidente Goulart saída senão divulgar que a visita do presidente dos Estados Unidos da América fora adiada para 12 de novembro, ante a justificativa da realização das eleições nos dois países e de problemas internos do presidente John Kennedy:

Depois de um entendimento pessoal que chegaram através de conversa telefônica direta, seguida da vinda ao Brasil de Pierre Salinger, Secretário de Imprensa da Casa Branca, os Presidentes Goulart do Brasil e Kennedy dos Estados Unidos concordaram que a visita ao Brasil do Presidente e Senhora Kennedy deverá ser adiada até dia 12 de novembro próximo. Esse adiamento se deve ao fato de que nos dois países se realizarão eleições para o Congresso em um futuro próximo, no Brasil em sete de outubro e nos Estados Unidos em seis de novembro. Acresce ainda que problemas que estão surgindo em Washington durante o período final da sessão do Congresso exigem a atenção especial do Presidente Kennedy. Nestas circunstâncias considerou-se desejável marcar nova data para a visita, imediatamente após essas eleições. Tanto o Presidente Goulart como o Presidente Kennedy declararam lamentar esse adiamento temporário, tendo ambos expressado satisfação e prazer que a visita se realize daqui apenas quatro meses.⁹⁹²

As vésperas da eleição de sete de outubro, a visita do presidente dos Estados Unidos voltava a ser notícia no país. Porém, dessa vez, se estabelecia uma associação entre Kennedy e o governador da Guanabara, Carlos Lacerda – o principal opositor do presidente João Goulart – enfatizando que o presidente dos EUA gostaria de ter um novo encontro com o governador da Guanabara, dado que já haviam conversado na Casa Branca em 1961.

Recorda-se que o presidente Kennedy, na ocasião, quebrou o protocolo da Casa Branca, ultrapassando em mais de 50 minutos a palestra que manteve com o governador da Guanabara, na presença de seus principais assessores e do embaixador Roberto Campos.⁹⁹³

⁹⁹¹ AZEVEDO, op. cit., p. 161.

⁹⁹² Despacho telegráfico para a Embaixada em Washington. Num. 440. URGENTE. Assunto: **Visita do Presidente Kennedy ao Brasil**. Data: 12 de julho de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty. Brasília/DF.

⁹⁹³ *O Estado de São Paulo*, 04 de outubro de 1962, p. 3. BSF. Brasília/DF.

Politicamente, procurava-se criar uma aproximação pública entre o presidente John Kennedy e o governador Carlos Lacerda. Com isso, nesse contexto pré-eleitoral imediato, objetivava-se fragilizar a noção de proximidade entre o presidente Goulart e o presidente Kennedy, tão desejada pelo presidente brasileiro naquele momento. Além do que, o estado da Guanabara era, junto a alguns estados do Nordeste, grande beneficiário dos recursos da Aliança para o Progresso, dentro da estratégia para desestabilizar o governo de Goulart que criava as “ilhas de sanidade administrativa”.⁹⁹⁴

O governo Goulart, no entanto, parecia ainda acreditar que o governo dos EUA buscava uma relação de proximidade com o governo brasileiro, desconsiderando que naquele momento estava ocorrendo, em Washington, a Reunião Informal dos Chanceleres, e a posição defendida pelo governo brasileiro não era a esperada pelo governo dos EUA.

No mesmo dia da eleição, sete de outubro, o representante do governo brasileiro na ONU – e que também representou o país na Reunião Informal de Chanceleres – senador Afonso Arinos de Melo Franco, enviava um telegrama destinado ao presidente Goulart e ao primeiro-ministro Hermes Lima. Nessa mensagem, trazia uma informação que, até então, era totalmente inesperada para o governo Goulart:

Soube, por fonte absolutamente idônea, que Stevenson informa haver dúvidas, em Washington, sobre a visita do Presidente Kennedy ao Brasil. Segundo ele, o assunto “estaria sendo examinado”. Referiu-se à situação do comunismo integrado na posição do Governador Brizola e na questão de Cuba.⁹⁹⁵

A notícia era tão inesperada que o próprio Afonso Arinos descrevia no telegrama sua surpresa e alguma dúvida a respeito da informação: “Parece-me notável essa conversa de Stevenson porque, em Washington, soube que o Protocolo do

⁹⁹⁴ PEREIRA, Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues. **Criar Ilhas de Sanidade:** os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil (1961-1966). São Paulo: PUCSP, 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

⁹⁹⁵ Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 44. SECRETO. URGENTE. Assunto: **Visita do Presidente Kennedy ao Brasil**. Data: 07 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty. Brasília/DF.

Departamento de Estado informava esta sendo preparado o programa e circula a notícia de que Salinger estava no Brasil examinando os pormenores da viagem”.⁹⁹⁶

Se antes o governo Goulart ainda desconsiderava o impacto que a posição do Brasil na Reunião Informal de Chanceleres causara sobre os EUA, a partir do aviso de Arinos – e que ressaltava com clareza à questão de Cuba como uma das causas – o Itamaraty passaria a acompanhar a situação com mais atenção. Para tanto, enviara um telegrama ao embaixador Roberto Campos, em Washington, mencionando haver conhecimento de notícias a respeito da possibilidade do presidente Kennedy estar considerando “um novo adiamento para a sua projetada visita ao Brasil”⁹⁹⁷ e solicitava que o embaixador realizasse gestões “cercadas de grande cautela e discrição” no sentido de “evitar que venha a concretizar-se uma decisão cujo efeito traria sérios embaraços ao fortalecimento das boas relações entre os dois países”.⁹⁹⁸

O governo brasileiro instruía o embaixador Roberto Campos a mencionar o “aspecto crescente da estabilidade da presente administração” e o sucesso na consecução das eleições do dia 7, além de enfatizar que o país é o “exemplo mais frisante do respeito às liberdades públicas e de obediência à ordem constitucional”⁹⁹⁹ como forma de convencimento para a manutenção da visita de John Kennedy.

Como última cartada, autorizava Roberto Campos a mencionar os seguintes aspectos:

a visita do Presidente Kennedy na data fixada viria a dar uma demonstração prática para todo o hemisfério do desejo que tem este país de ver consolidado o regime democrático nas Américas e contribuiria para criar no Brasil um clima extremamente favorável para a solução de vários problemas pendentes ainda entre os dois países.¹⁰⁰⁰

Mesmo tendo obtido bons resultados na eleição, o governo brasileiro sentia a forte campanha de desestabilização a que vinha sendo submetido nos últimos meses.

⁹⁹⁶ Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 44. SECRETO. URGENTE. Assunto: **Visita do Presidente Kennedy ao Brasil**. Data: 07 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty. Brasília/DF.

⁹⁹⁷ Despacho telegráfico para a Embaixada em Washington. Num. 538. SECRETO. Assunto: **Visita do Presidente Kennedy**. Data: 10 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty. Brasília/DF.

⁹⁹⁸ Idem.

⁹⁹⁹ Idem, ibidem.

¹⁰⁰⁰ Idem, ibidem.

Goulart acreditava que a presença de Kennedy no Brasil lhe conferiria maior tranquilidade política. E também entendia que um novo adiamento da visita representaria um desgaste a mais para seu governo. Na tentativa de evitar isso, ofereceu o que podia: a reafirmação do compromisso do Brasil com a *democracia* – o que seria uma forma de amenizar a questão de Cuba – e a *solução de vários problemas pendentes entre os dois países* – que passava, inequivocamente, pela questão das encampações de empresas de capital estadunidense no país.

No dia 15 de outubro, foi confirmada a visita do presidente John Kennedy ao Brasil. O embaixador Roberto Campos relatava ter feito gestões diretamente ao vice-presidente Lyndon Johnson em sua estância no Texas que teria confirmado. Assim como “fontes governamentais em diversos níveis em Washington, que confirmam que todos os preparativos estão sendo feitos para que a viagem presidencial se realize a doze de novembro, indicando, sem sombra de dúvida, que a data fixada é final”.¹⁰⁰¹

Além disso, Roberto Campos comunicava que partiam nessa data para o Brasil “um grupo de cerca de trinta funcionários civis e militares, chefiado por Ralph Dungan, assistente especial do Presidente, a fim de assentar as medidas preparatórias”.¹⁰⁰² O presidente dos EUA queria encontrar-se com o presidente Goulart mas também com os governadores, Carvalho Pinto de São Paulo, Carlos Lacerda do Rio de Janeiro e Aluísio Alves do Rio Grande do Norte. A razão do encontro com os dois últimos era assinar convênios para liberar recursos para programas da Aliança para o Progresso.¹⁰⁰³

É imperativo ressaltar que, até então, o presidente dos Estados Unidos ainda não fora notificado sobre a existência de mísseis soviéticos em Cuba. Ele só tomaria conhecimento dessa situação na manhã de 16 de outubro. Portanto, mesmo que descontente com a posição defendida pelo Brasil na Reunião Informal de Chanceleres, Kennedy ainda pretendia vir ao Brasil conferenciar com Goulart. Uma das razões para isso pode ser depreendida a partir do encontro realizado no dia 17 de outubro, entre o embaixador dos EUA, Lincoln Gordon e o presidente Goulart para tratar da visita do

¹⁰⁰¹ Telegrama da Embaixada em Washington. Num. 743. SECRETO. Assunto: **Visita do Presidente Kennedy ao Brasil**. Data: 15 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty. Brasília/DF

¹⁰⁰² Idem.

¹⁰⁰³ *O Estado de São Paulo*, 14 de outubro de 1962, p. 8. BSF. Brasília/DF. Também estava sendo programada uma visita de Jacqueline Kennedy ao bairro “Aliança” onde o estado da Guanabara “constrói casas para favelados com recursos da Aliança para o Progresso”. *O Estado de São Paulo*, 21 de outubro de 1962, p. 7. BSF. Brasília/DF.

presidente Kennedy ao país. Nessa ocasião, teria sido anunciado pelo porta-voz da presidência da República que “entre os assuntos, deverá figurar o da encampação das empresas norte-americanas concessionários de serviços de utilidade pública no Brasil”.¹⁰⁰⁴

A programação do presidente Kennedy no Brasil foi tornada pública já em 19 de outubro, data na qual o estadunidense já tomara conhecimento da existência dos mísseis em Cuba. Entretanto, bem poucos eram os seus assessores que sabiam dessa realidade. Sua recepção seria realizada dia 12 de novembro em Brasília, onde teria o primeiro encontro com o presidente Goulart e discursaria no Congresso Nacional, ficando hospedado no Palácio do Alvorada. No dia seguinte, John Kennedy passaria por São Paulo e pela Guanabara para encontros com os governadores daqueles estados. No dia 14 iria para Natal, onde “Kennedy deverá firmar acordo com o governador Aluísio Alves, pelo qual o Rio Grande do Norte receberá 3.600.000 dólares da ‘Aliança para o Progresso’ e depois retornar para seu país.”¹⁰⁰⁵ Era anunciado também que em 11 de novembro chegaria a comitiva do presidente dos EUA, composta de 110 assessores e seguranças e 80 jornalistas de seu país e que o presidente Kennedy gostaria de se encontrar com Pelé e Garrincha “de quem era entusiasta” em razão da “conquista do Bicampeonato Mundial de Futebol pelo Brasil”.¹⁰⁰⁶

Na noite de segunda-feira, 22 de outubro, como visto anteriormente, o presidente dos Estados Unidos realizara um pronunciamento na televisão anunciado que a URSS estava instalando armamentos nucleares em Cuba e que o seu país reagiria a essas ações. Enquanto isso, no dia 23 de outubro, o secretário de Imprensa dos EUA, Pierre Salinger, em resposta aos questionamentos sobre a crise com Cuba e seus desdobramentos, afirmava “que não foram alterados os planos para a visita do presidente Kennedy ao Brasil de 12 a 14 de novembro”.¹⁰⁰⁷ No mesmo dia, o primeiro-ministro Hermes Lima recebendo o mesmo questionamento afirmara “que, até ontem, o Governo não recebera informe algum de Washington sobre um possível adiamento ou suspensão da viagem do presidente norte-americano”.¹⁰⁰⁸

¹⁰⁰⁴ *O Estado de São Paulo*, 18 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

¹⁰⁰⁵ *O Estado de São Paulo*, 19 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

¹⁰⁰⁶ *O Estado de São Paulo*, 21 de outubro de 1962, p. 7. BSF. Brasília/DF.

¹⁰⁰⁷ *O Estado de São Paulo*, 24 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

¹⁰⁰⁸ *Idem*.

Entretanto, já no dia seguinte, 24 de outubro, a situação fora modificada. Salinger já não mais afirmava que a viagem se realizaria nas datas programadas e declarou que “embora os planos de viagem do presidente não tenham sido modificados até agora, todas as suas viagens vão ser examinadas tendo em vista a presente situação internacional” sendo “possível que ocorram fatores suscetíveis de modificar esses planos”.¹⁰⁰⁹ Muito bem-informado, o jornal *O Estado de São Paulo* noticiava que “cerca das 21 horas chegavam ao Itamaraty as notícias – não oficiais – do reexame das atividades de Kennedy até o fim do ano, diante dos problemas surgidos com a crise cubana”.¹⁰¹⁰

Um dia depois – portanto em 25 de outubro – em Washington, a Casa Branca informava que “devido à tensão internacional, foi anulada a visita oficial do presidente Kennedy ao Brasil”.¹⁰¹¹ Também era mencionado que o embaixador Lincoln Gordon “entregou hoje ao sr. João Goulart carta do presidente dos Estados Unidos, informado-o de que precisou adiar a visita que faria ao Brasil em 12 de novembro deste ano, prometendo marcar nova data em janeiro de 1963”.¹⁰¹²

Nessa correspondência, o presidente dos Estados Unidos lamentava juntamente com sua esposa por terem tido de adiar a visita que fariam em julho ao Brasil e afirmava que tinha envidado esforços para que pudesse estar no país de Goulart em novembro. Contudo, Kennedy dizia que isso não seria possível e justificava sua nova ausência da seguinte maneira:

Infelizmente, o recente desafio à paz e à segurança deste Hemisfério, apresentado pelo evento do poderio militar soviético em Cuba, exige minha presença nos Estados Unidos e força-me a solicitar a sua aquiescência a um novo adiamento da nossa visita ao Brasil.¹⁰¹³

¹⁰⁰⁹ *O Estado de São Paulo*, 25 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

¹⁰¹⁰ Idem.

¹⁰¹¹ *O Estado de São Paulo*, 26 de outubro de 1962, contracapa BSF. Brasília/DF.

¹⁰¹² Idem.

¹⁰¹³ Carta do presidente John Kennedy ao presidente João Goulart *apud O Estado de São Paulo*, 27 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

Além disso, o presidente dos Estados Unidos também sugeria ao presidente Goulart que novas tratativas para a realização de sua visita ao Brasil fossem realizadas após o dia 1 de janeiro de 1963.¹⁰¹⁴

No mesmo dia, o presidente brasileiro respondia à carta do presidente dos Estados Unidos. Aludindo às causas apresentadas pelo presidente Kennedy, o presidente Goulart assim respondera:

Reconhecendo que a gravidade da conjuntura não lhe permite outra alternativa, só me cabe dizer-lhe que minha esposa e eu fazemos sinceros votos para que, o mais depressa possível, cessem os motivos que estão determinando o adiamento da visita de v. exa. e da sra. Kennedy ao nosso país.¹⁰¹⁵

Ambas as correspondências apresentavam um caráter estritamente pessoal, dotadas de grande cordialidade. Bem diferentes das cartas trocadas anteriormente, como visto no capítulo 3, na qual a carta enviada pelo presidente dos EUA era impessoal e acintosa e a resposta do presidente do Brasil alternava-se em momentos de maior dureza e abrandamento. Tanto que aquelas cartas não vieram a público durante o governo de ambos os presidentes, ao contrário destas, que foram publicadas em jornal de grande circulação dois dias após terem sido trocadas entre os representantes dos países. Inegavelmente, essas cartas só chegaram à grande imprensa porque era este o objetivo do governo brasileiro. Além de demonstrar a boa relação entre os dois presidentes – algo muito caro ao presidente Goulart – essa troca de correspondência também era bastante útil no sentido de justificar o adiamento da presença do presidente Kennedy ao Brasil, o segundo em poucos meses.

Contudo, se investigarmos mais à fundo, podemos nos aproximar de uma outra situação, que acreditamos estar mais de acordo com o que de fato se passara. O presidente John Kennedy, com certeza, já sabia da existência do armamento nuclear soviético em Cuba desde a manhã do dia 16 de outubro. No dia 22 anunciara ao seu país e ao mundo o que estava acontecendo na ilha caribenha. Até então, manteve todos os procedimentos para sua viagem ao Brasil. A decisão de desmarcar a visita oficial foi

¹⁰¹⁴ Carta do presidente John Kennedy ao presidente João Goulart *apud O Estado de São Paulo*, 27 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

¹⁰¹⁵ Idem.

tomada, possivelmente, no dia 24 de outubro, dado que sua correspondência ao presidente Goulart fora enviada no dia 25. Entre o dia 23 e 24, houve dois acontecimentos que certamente não contribuíram para que o presidente dos EUA considerasse Goulart como um aliado privilegiado: a posição do Brasil na votação da OEA (dia 23) e a carta enviada pelo brasileiro a Kennedy (dia 24). Em ambas situações o Brasil expressava suas reservas – para dizer o mínimo – em relação as posições do presidente estadunidense a respeito do governo cubano. Esse descontentamento de Kennedy também aparece em documentação da época, em telegrama enviado pelo embaixador Roberto Campos ao Itamaraty:

Fonte da Casa Branca, que ainda não consegui identificar, teria expressado suspicácia em relação à missão do General Albino Silva, que interpreta como destinada a facilitar a sobrevivência de Castro, **acrescentando ainda que o Brasil e a Itália teriam sido no mundo ocidental os países menos cooperativos na crise presente.**¹⁰¹⁶

Apesar da dificuldade para estabelecer a origem da fonte, fica bastante evidente que, dentro da Casa Branca, portanto, alguém bastante próximo do poder nos EUA, desconfiava do governo brasileiro em relação aos reais objetivos da missão Albino Silva e, principalmente para o que nos interessa por ora, entendia o Brasil como um dos dois países que menos *cooperaram* com os EUA na Crise dos Mísseis. O mesmo documento ainda aponta que o presidente Kennedy questionara diretamente o embaixador Roberto Campos acerca das “inclinações ideológicas” do general Albino Silva.¹⁰¹⁷ Desse modo, há fortes indícios de que a razão para o adiamento da viagem de John Kennedy ao Brasil, mais do que a necessidade de estar em seu país em 14 de novembro em função da Crise dos Mísseis, era seu descontentamento com a Política Externa Independente do governo brasileiro e sua aplicação na questão de Cuba.¹⁰¹⁸

A postura do governo brasileiro no transcorrer da Crise dos Mísseis gerou grande insatisfação para o presidente John Kennedy. Jorge Ferreira emprega os termos

¹⁰¹⁶ Telegrama da Embaixada em Washington. Num. 815. SECRETO. URGENTE. Assunto: **Questão de Cuba**. Data: 01 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty. Brasília/DF. Grifos nossos.

¹⁰¹⁷ Idem.

¹⁰¹⁸ Também fortalece nossa interpretação o fato de que no dia 30 de outubro, quando já estavam sendo implementadas as negociações Kennedy-Kruschev, o presidente dos Estados Unidos recebera na Casa Branca 80 oficiais brasileiros membros da Escola Superior de Guerra – que, em geral, mantinha aversão a respeito do nacional-reformismo de João Goulart e de seus subprodutos como a Política Externa Independente. *O Estado de São Paulo*, 31 de outubro de 1962, p. 2. BSF. Brasília/DF.

“intolerável”¹⁰¹⁹ e “imperdoável”¹⁰²⁰ para demonstrar a insatisfação do presidente dos EUA com o presidente do Brasil. Sem sombra de dúvida, a posição da Política Externa Independente – mesmo com a sua moderação na questão de Cuba – constituiu o ápice do desgaste entre os dois governos. A tal ponto que não seria exagero ver aí a ruptura da dualidade existente no governo estadunidense entre negociação/desestabilização e Aliança para o Progresso/Doutrina da Contrainsurgência, passando a ter largo predomínio na política de Kennedy o segundo elemento de cada relação em detrimento do primeiro.

Em 16 de novembro, o embaixador Lincoln Gordon encontrara-se “demoradamente” com o presidente João Goulart e o primeiro-ministro Hermes Lima. A grande imprensa ainda insistia para saber a respeito da visita de John Kennedy ao país – assim como Goulart, que precisava melhorar suas relações com o governo dos EUA. Porém, o tempo da política se modificara e o governo dos EUA perdera o interesse em negociar com o país e ter o governo central como parceiro da Aliança para o Progresso.

O embaixador, por sua vez, disse que nem com o sr. Goulart nem com o primeiro-ministro debateu aspectos da visita do presidente Kennedy ao Brasil. As conversas a esse respeito, acrescentou, só serão iniciadas em janeiro, isto é, depois do plebiscito “quando o regime estiver consolidado”.¹⁰²¹

Além de tirar da agenda a visita ao presidente Goulart, no fim do mês de novembro – quando a quarentena sobre Cuba já tinha sido levantada – o presidente John Kennedy dava continuidade a receber setores de oposição ao presidente brasileiro, como fizera com os militares vinculados à Escola Superior de Guerra (ESG). Dessa vez, Kennedy recebeu o recém-eleito governador de São Paulo, Ademar de Barros. Após o encontro, Ademar de Barros se jactava de ter vencido nas eleições o “candidato pró-Cuba, sr. Jânio Quadros, com uma plataforma abertamente filonorte-americana”. Também elogiara o presidente dos EUA “por sua ação no caso cubano” e teceu

¹⁰¹⁹ “A posição brasileira na crise dos mísseis cubanos foi **intolerável** para Kennedy”, FERREIRA, op.cit., 2011, p. 320.

¹⁰²⁰ “Se o presidente norte-americano assassinado em Dallas, desde a crise dos mísseis cubanos, afastar-se de João Goulart, por considerá-lo um perigo à segurança nacional dos Estados Unidos, seu sucessor, Lyndon Johnson, manteve idêntica avaliação. Para eles, a recusa de Goulart em apoiar a intervenção militar em Cuba, bem como romper relações diplomáticas e comerciais com a ilha, foi **imperdoável**”. Idem, p. 400.

¹⁰²¹ *O Estado de São Paulo*, 17 de novembro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

considerações sobre a importância da “amizade entre o Brasil e os Estados Unidos”.¹⁰²² Se para Ademar de Barros o seu encontro com Kennedy colaborava na sua projeção política, para o presidente estadunidense era mais uma forma de desestabilizar o governo Goulart.

O presidente brasileiro tinha consciência de que as relações com o governo de John Fitzgerald Kennedy não iam bem. O adiamento sem data da visita de do presidente estadunidense, somado aos episódios como a atenção dispensada por Kennedy aos oficiais da ESG e ao governador eleito de São Paulo reforçavam ainda mais esse entendimento do presidente João Goulart. O que ele não sabia, no entanto, é que o interesse pelo Brasil tinha motivado uma reunião do Comitê Executivo do Conselho de Segurança Nacional – o mesmo órgão que assessorou o presidente no transcorrer da Crise dos Mísseis – no dia 11 de dezembro e na qual o país foi o único assunto da pauta.¹⁰²³

Nessa reunião, o ExComm se preocupou tanto com a política interna quanto a política externa que o Brasil vinha desenvolvendo sob o governo de João Goulart. Na avaliação que predominou na reunião, era uma “condição necessária” a de que o governo brasileiro alterasse essas políticas para obter a “colaboração dos Estados Unidos”.¹⁰²⁴ Já sabendo que ocorreria um encontro de Goulart com representante estadunidense – trataremos esse assunto mais adiante – os EUA apresentariam as seguintes posições para o governo brasileiro:

Dentro das próximas duas semanas, antes do natal de 1962, haverá uma discussão com o presidente Goulart em termos gerais, que refletirá os pontos de vista do presidente Kennedy e que enfatizará (a) as preocupações dos Estados Unidos com os desenvolvimentos políticos e econômicos do Brasil; (b) o desejo de colaboração dos Estados Unidos com o Brasil nas áreas

¹⁰²² *O Estado de São Paulo*, 30 de novembro de 1962, p. 3. BSF. Brasília/DF.

¹⁰²³ Nessa reunião, além do presidente dos EUA, participaram o vice-presidente Lyndon Johnson, o secretário de Defesa Robert McNamara, o secretário de Estado Dean Rusk, o secretário do Tesouro Douglas Dillon, o procurador-geral Robert Kennedy, o diretor da CIA John McCone, o chefe da Junta Militar Maxwell Taylor, o conselheiro especial de Segurança Nacional McGeorge Bundy, o secretário assistente de Assuntos Interamericanos Edwin Martin, os conselheiros especiais Ralph Dungan e Arthur Schlesinger Jr e o embaixador no Brasil Lincoln Gordon. SILVA, Vicente Gil da. **A Aliança para o Progresso no Brasil**: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964). 248 f. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008, p. 197.

¹⁰²⁴ *Idem*, p. 198.

econômica e política; e (c) a convicção dos Estados Unidos de que tal colaboração será prejudicada enquanto persistirem certas dificuldades.¹⁰²⁵

A ata da reunião enfatizava a preocupação do governo estadunidense com a “estabilização econômica e clima para investimentos privados internacionais”, ou seja, estavam preocupados com o endividamento externo do país e com casos como o da ITT. Porém, havia também um grande destaque para a Política Externa Independente, em especial sua atuação na questão de Cuba, onde recomendava-se que o representante dos EUA levasse a seguinte posição ao governo brasileiro:

Ações que os Estados Unidos poderão iniciar na OEA com respeito a Cuba para os propósitos de proteção dos interesses nacionais e hemisféricos não devem ser evitadas por meio de uma reação adversa brasileira.¹⁰²⁶

Desse modo, o governo de Kennedy queria deixar claro para o governo Goulart que mesmo que esse mantivesse sua Política Externa Independente os Estados Unidos não deixariam de manter sua política externa para Cuba. Não deixava de ser uma ameaça ao governo brasileiro, procurando enfraquecer sua posição em relação a questão de Cuba, pois Kennedy fazia questão de ressaltar que os EUA não recuariam no assunto.

Em relação a visita do presidente Kennedy ao Brasil, o ExComm decidira que ela “deve ser transferida para longo prazo”.¹⁰²⁷ Desse modo, a expectativa do presidente Goulart de receber o governante dos EUA seria frustrada. Não se trataria mais de tomar uma decisão logo após o plebiscito. O que o governo dos EUA pretendia era utilizar a possibilidade da visita como mais uma forma de pressão.

Uma confrontação com o presidente Goulart **em relação a suas políticas internas e externas podem produzir uma mudança de rumo**, mas é improvável que isso ocorra imediatamente. Será necessário manter a pressão e continuamente discutir com ele tópicos específicos.¹⁰²⁸

O escolhido para essa *confrontação* foi Robert Kennedy, o homem em quem John Kennedy mais confiava em seu núcleo de poder. Desse modo, Robert Kennedy se

¹⁰²⁵ Políticas de Curto Prazo dos Estados Unidos para o Brasil *apud* SILVA, op.cit., p. 198.

¹⁰²⁶ Idem.

¹⁰²⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁰²⁸ Idem, p. 200. Grifos nossos.

encontraria com João Goulart menos de uma semana após a reunião do ExComm. O emissário estadunidense também ficaria incumbido de ponderar ao presidente Goulart as “preocupações do governo estadunidense em relação ao que os oficiais norte-americanos consideravam como ‘desenvolvimentos esquerdistas’ no interior do governo brasileiro”.¹⁰²⁹

Além disso, o ExComm avançava ainda mais em suas recomendações, ao ponto de exercer pressões que chegavam ao ponto de agredir a soberania do governo brasileiro:

Recomendava-se que o interlocutor do presidente Kennedy em tal encontro advertisse Goulart sobre os “perigos” relacionados à opção de seguir um caminho diferente daquele “recomendado” pelos Estados Unidos.¹⁰³⁰

No dia 16 de dezembro, era noticiado que Robert Kennedy viria ao Brasil se encontrar com o presidente Goulart. Mas muitas dúvidas ainda pairavam a respeito do encontro. Na mesma matéria, era noticiado que a visita fora “proposta pelo embaixador Lincoln Gordon em comunicação telefônica que manteve com o sr. Goulart sexta-feira [dia 14 de dezembro] à tarde” e que a “viagem deveria ser sigilosa” em contraste com a informação obtida de “fontes bem informadas no gabinete de Kennedy e no departamento de Estado declararam que o procurador-geral iria ao Brasil oficiosamente, a convite do presidente João Goulart”, entretanto, sem que houvesse “indicações em Washington quanto ao motivo do governo brasileiro”.¹⁰³¹

Autores como Moniz Bandeira e Jorge Ferreira afirmam que o emissário do presidente dos Estados Unidos chegou ao Brasil “sem que houvesse convite do governo brasileiro”,¹⁰³² chegando ao Brasil de forma “inesperada”.¹⁰³³ Contudo, se antes da Crise dos Mísseis o governo de Goulart já procurava melhorar as relações entre os dois países através da recepção a Kennedy no Brasil, após a Crise dos Mísseis esse desejo se transformava em necessidade. Em razão disso, e ante a impossibilidade da presença de John Kennedy, o governo brasileiro vinha negociando uma visita que fosse capaz de

¹⁰²⁹ SILVA, op. cit., p. 202.

¹⁰³⁰ Idem, p. 203.

¹⁰³¹ *O Estado de São Paulo*, 16 de dezembro de 1962, p. 6. BSF. Brasília/DF.

¹⁰³² MONIZ BANDEIRA, op. cit., 2001, p. 95.

¹⁰³³ FERREIRA, op. cit., 2011, p. 318.

levar ao presidente estadunidense argumentos no sentido de retomar uma maior aproximação entre os dois países:

Atendendo a convite do Presidente João Goulart, deverão chegar aí na próxima segunda-feira procedentes do Panamá os senhores Robert Kennedy e Edwin Martin.¹⁰³⁴

De fato, na segunda-feira, dia 17 de dezembro de 1962, foi realizado em Brasília um encontro entre o presidente João Goulart e o procurador-geral dos Estados Unidos, Robert Kennedy. Houve grande repercussão desse encontro à época, conforme pode ser avaliado a partir da cobertura jornalística do evento. Contudo, houve também uma aura de mistério a respeito do teor das conversações entre os representantes dos dois países. Existe uma versão desse encontro publicada por Lincoln Gordon como apêndice em seu livro sobre o desenvolvimento econômico-social do Brasil no século XX.¹⁰³⁵ Esse apêndice não se trata de uma lembrança ou das memórias de Lincoln Gordon, que andam bastante desacreditadas, diga-se por sinal.¹⁰³⁶ Mas sim de um registro produzido pelo embaixador dos EUA e enviado ao departamento de Estado de seu país em 19 de dezembro de 1962. Nesse documento, Gordon afirma que estava presentes ao encontro pelo lado brasileiro apenas o presidente João Goulart e junto a Robert Kennedy e a ele também estava o intérprete do departamento de Estado José de Seabra.¹⁰³⁷

Em linhas gerais, o documento se referia que Robert Kennedy mencionava que “os acontecimentos dos últimos oito meses no Brasil criaram enormes dúvidas” quanto ao desejo de bom relacionamento estabelecido entre os presidentes na visita de Goulart aos EUA em abril.¹⁰³⁸ E que essas dúvidas estavam relacionadas a infiltração comunista “ou de nacionalistas da ala da extrema esquerda” no governo, no exército, nos

¹⁰³⁴ Telegrama da Embaixada em Washington. Num. 921. URGENTE. Assunto: **Visita ao Brasil dos Senhores Robert Kennedy e Edwin Martin**. Data: 13 de dezembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

¹⁰³⁵ GORDON, Lincoln. **A segunda chance do Brasil: a caminho do primeiro mundo**. 2º ed. São Paulo: SENAC, 2002, p. 371-392.

¹⁰³⁶ James Green e Abigail Jones publicaram um interessante artigo no qual confrontam as memórias de Gordon com a documentação diplomática que foi sendo liberada pelo governo dos Estados Unidos recentemente e que fora produzida pelo próprio embaixador. GREEN, James N.; JONES, Abigail. Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.29, n° 57, 2009, p. 67-89.

¹⁰³⁷ Registro da conversa ocorrida entre o presidente João Goulart e o procurador-geral Robert Kennedy, no Palácio da Alvorada, em Brasília, no dia 17 de dezembro de 1962, das 11h15 às 14h30 *apud* GORDON, op.cit.

¹⁰³⁸ Idem, p. 372.

sindicatos e entidades estudantis;¹⁰³⁹ a “omissão do próprio presidente Goulart na adoção de um claro posicionamento público contra as posições violentamente antiamericanas assumidas por brasileiros influentes, alguns deles dentro do governo”;¹⁰⁴⁰ em relação a deterioração da economia brasileira;¹⁰⁴¹ e a ausência “de justificativa para expropriar sem uma indenização adequadas” as empresas estadunidenses “como acontecera no caso da IT&T”.¹⁰⁴² Cabe ressaltar que esses quatro pontos estavam previstos na reunião do dia 11 de dezembro do ExComm.

Segundo o documento produzido por Gordon, “o presidente Goulart deu início então a uma resposta muito extensa, que durou mais de uma hora”.¹⁰⁴³ O presidente brasileiro respondera as dúvidas de Robert Kennedy e destacava que os grupos nacionalistas, em geral, “não alimentam nenhuma animosidade pessoal contra o presidente Kennedy; sempre se opuseram as políticas preconizadas pelo Partido Republicano, mas depositaram grandes esperanças no governo de Kennedy”.¹⁰⁴⁴ Tudo leva a crer que realmente Goulart tivesse essa avaliação naquele momento sobre a tendência nacionalista da vida política brasileira, haja visto seu grande interesse em que John Kennedy viesse ao Brasil.

De acordo com o documento produzido por Lincoln Gordon, teria sido o presidente brasileiro quem tocara na questão de Cuba durante a conversa:

Sobre a política internacional, prosseguiu o presidente João Goulart, não há de parte do governo brasileiro uma predisposição contrária às políticas americanas. Pelo contrário. **É bem verdade que o problema cubano criou dificuldades para nós**, porque havia muita simpatia no Brasil por esse pequeno país e sua revolução popular. Mas por duas razões Castro perdeu em grande parte essa simpatia do povo brasileiro: sua declaração aberta de simpatia pelo marxismo-leninismo e a clara intervenção russa em outubro.¹⁰⁴⁵

É possível que o presidente brasileiro tenha realmente utilizado essa argumentação. Ele estava procurando melhorar a relação com os EUA: era sabido por

¹⁰³⁹ Registro da conversa ocorrida entre o presidente João Goulart e o procurador-geral Robert Kennedy, no Palácio da Alvorada, em Brasília, no dia 17 de dezembro de 1962, das 11h15 às 14h30 *apud* GORDON, p. 372.

¹⁰⁴⁰ *Idem*, p. 373.

¹⁰⁴¹ *Idem*.

¹⁰⁴² *Idem*, *ibidem*.

¹⁰⁴³ *Idem*, p. 374.

¹⁰⁴⁴ *Idem*, *ibidem*.

¹⁰⁴⁵ *Idem*, p. 382. Grifos nossos.

seu governo que havia apoio dos Estados Unidos à campanha de desestabilização a seu governo assim como tinha grande confiança em que o plebiscito daria vitória esmagadora ao “não” ao regime parlamentarista – afinal, os grandes líderes políticos, inclusive da oposição, queriam o retorno do presidencialismo com vistas às eleições de 1965 – e, desse modo, procurava contar com apoio do governo Kennedy, ou ao menos com o fim de sua atuação no desgaste do seu governo, para desempenhar suas políticas com mais tranquilidade. Todavia, a posição do seu governo após Fidel Castro se declarar marxista-leninista em 02 de dezembro de 1961 e durante a Crise dos Mísseis foram de enfrentamento às pressões dos EUA, de forma mais intensa em janeiro e mais moderada em outubro. Mesmo que em intensidades diferentes, em nenhuma dessas situações o seu governo acatou a vontade dos Estados Unidos, mesmo sofrendo fortes pressões nos dois casos.

Robert Kennedy se manifestou a respeito da política internacional seguida pelo governo brasileiro. De uma forma cuidadosa, procurava respeitar a soberania brasileira ao mesmo tempo em que exercia uma pressão sobre o presidente Goulart utilizando a assistência financeira que os EUA poderiam fornecer ao Brasil. Mesmo sem citar nominalmente, Robert Kennedy criticava a Política Externa Independente do governo Goulart.

Quanto à assistência do bloco soviético, se o presidente João Goulart e o povo brasileiro julgam que essa seria a solução para o Brasil, têm perfeitamente o direito de procurar essa solução. Se o Brasil deseja obter assistência dos Estados Unidos em estradas e projetos siderúrgicos e de energia, estamos certamente preparados para estender essa assistência. Mas só poderemos fazê-lo se trabalharmos com autoridades que desejem cooperar conosco. Não podemos cooperar com os que sistematicamente se opõem a nós. **Uma política destinada a provar a independência do Brasil através da hostilidade sistemática aos Estados Unidos não pode se conciliar com um bom relacionamento entre os dois países.** Os Estados Unidos não querem controlar a política brasileira, e cooperarão em uma base bilateral. **Mas se todas as autoridades brasileiras atacam constantemente os Estados Unidos ou silenciam diante de tais ataques, essa cooperação não será possível.**¹⁰⁴⁶

Em relação a esse ponto, de acordo com o documento produzido por Robert Kennedy, o presidente João Goulart “reagiu de forma um pouco brusca”. O presidente brasileiro confrontara Robert Kennedy para que ele dissesse “objetivamente quais são

¹⁰⁴⁶ Registro da conversa ocorrida entre o presidente João Goulart e o procurador-geral Robert Kennedy, no Palácio da Alvorada, em Brasília, no dia 17 de dezembro de 1962, das 11h15 às 14h30 *apud* GORDON, p. 385. Grifos nossos.

os elementos da estrutura governamental que **hostilizam de modo sistemático os Estados Unidos**". Goulart afirmava ao emissário de John Kennedy que "nunca permitiu conscientemente que qualquer autoridade federal atacasse o presidente Kennedy" e declarava haver "um grande exagero na visão do procurador-geral sobre esse ponto".¹⁰⁴⁷ Robert Kennedy, de acordo com a fonte em questão, recuara. Afirmava que não "queria entrar em detalhes a respeito de nomes" e passara o problema para Lincoln Gordon que "disse que ele também achava impróprio discutir nomes".¹⁰⁴⁸

Não obstante, o presidente João Goulart estava empenhado em melhorar a relação com os Estados Unidos e, apesar de algumas divergências, procurava amenizar o teor do encontro, porém, sem abrir mão da presença do presidente dos EUA no Brasil. De uma forma bastante altiva para quem estava em uma situação desfavorável, Goulart praticamente exigiu a presença do presidente Kennedy.

Algumas das dificuldades atuais podem ser superadas por um maior entendimento público. Nesse particular, a visita do presidente Kennedy ao Brasil é absolutamente indispensável. Sua omissão será explorada pelos elementos hostis aos Estados Unidos. Ele deve vir logo que possível, e pode estar certo de que será recebido com entusiasmo. Não deve haver um terceiro adiamento. A data deve ser escolhida de acordo com a conveniência do presidente Kennedy, mas, uma vez fixada, a visita deve ser realizada conforme previsto.¹⁰⁴⁹

De acordo com o estabelecido na reunião do ExComm, Robert Kennedy respondeu "que o presidente dissera que deseja vir em algum momento de 1963", sem mencionar nenhuma data que, como vimos anteriormente, deveria *ser transferida para longo prazo*. Para inspirar confiança no governo dos EUA, Goulart convidou para que almoçasse junto com ele e Robert Kennedy o conceituado economista Celso Furtado que estava preparando o Plano Trienal.

No dia seguinte, era publicada uma foto do encontro entre João Goulart e Robert Kennedy, ambos sorridentes, no jornal *O Estado de São Paulo*. Havia grande interesse pelo que teria acontecido no encontro, entretanto, a conversa fora mantida em sigilo. Robert Kennedy deu uma entrevista coletiva mas não entrara em maiores detalhes sobre

¹⁰⁴⁷ Registro da conversa ocorrida entre o presidente João Goulart e o procurador-geral Robert Kennedy, no Palácio da Alvorada, em Brasília, em dezembro de 1962, das 11h15 às 14h30 *apud* GORDON, op.cit. p. 386. Grifos nossos.

¹⁰⁴⁸ Idem.

¹⁰⁴⁹ Idem, p. 390.

a conversa: fora questionado a respeito da Aliança para o Progresso, sobre a negociação do Brasil com a Polônia para compra de helicópteros; acerca de uma “reunião secreta da OEA”, e a respeito da encampação das empresas estadunidenses e sobre a data da visita do presidente Kennedy ao Brasil. Suas respostas foram sempre evasivas, a exemplo do seguinte questionamento:

Os EUA estão satisfeitos a respeito das atuais relações com o Brasil? Achamos que temos boas relações neste momento entre os dois países, mas que podem ser melhoradas e nós estamos nos esforçando para isso.¹⁰⁵⁰

Da parte do governo brasileiro, não houve nenhum comentário sobre o encontro, apenas uma breve nota oficial, também muito vaga, e que mencionava que “foram examinados e debatidos os aspectos mais importantes das relações entre os dois países, em um clima de inteira franqueza e cordialidade”.¹⁰⁵¹

Curioso é que o jornal em questão destacava que, após o encontro, o presidente Goulart telefonara para San Tiago Dantas, que estava na cidade do Rio de Janeiro, para colocá-lo “a par dos assuntos tratados com o irmão do presidente norte-americano”.¹⁰⁵² Como vimos enfatizando ao longo desse trabalho, o presidente Goulart tinha em Dantas um conselheiro recorrente, e que fazia valer sua influência na política externa do Brasil mesmo não sendo mais o ministro da área.

Somente após esse contato telefônico é que o presidente conversara com os repórteres. Nessa conversa, segundo o jornal *O Estado de São Paulo*, “Goulart confirmara pessoalmente” o que o seu secretário de Imprensa, Raul Ryff, já tinha confirmado:

O problema das relações do Brasil com Cuba foi um dos pontos tratados durante a conversa do sr. João Goulart com o sr. Robert Kennedy no quadro de um exame global das relações externas de nosso país.¹⁰⁵³

Enquanto isso, era destacado, com notícias provenientes de Washington, que o governo dos EUA se mantinha preocupado com a Política Externa Independente.

¹⁰⁵⁰ *O Estado de São Paulo*, 18 de dezembro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

¹⁰⁵¹ Nota Oficial da Presidência *apud O Estado de São Paulo*, 18 de dezembro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

¹⁰⁵² *O Estado de São Paulo*, 18 de dezembro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

¹⁰⁵³ *O Estado de São Paulo*, 19 de dezembro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

Todavia, as questões políticas são as que dão origem as maiores incertezas. Em primeiro plano, há a preocupação sobre a política exterior brasileira, que o governo chama de “independente” mas que, na opinião de Washington, parece às vezes tender para um tipo perigoso de neutralismo. [...] Um exemplo disso ocorreu na recente crise cubana, quando o Brasil tentou agir como “mediador” entre os EUA e o regime de Fidel Castro, enganando-se completamente sobre o fato de que a situação há muito deixara de ser uma disputa entre os EUA e Cuba, tornando-se uma confrontação direta entre o primeiro país e a União Soviética.¹⁰⁵⁴

Nesse quadro de desconfianças por parte do governo Kennedy e preocupação do governo Goulart com a situação política interna, onde as oposições, contando com apoio estadunidense, mantinham a política de desgaste do governo, era encerrada, oficialmente, a Crise dos Mísseis, através de um acordo firmado entre as duas superpotências na ONU em sete de janeiro de 1963. De forma praticamente concomitante, com o plebiscito de seis de janeiro, encerrava-se, também, o parlamentarismo no Brasil republicano. O que não representava uma trégua para Goulart.

Nesse novo regime político, Goulart, “apesar de toda animosidade existente contra ele, tentou ainda um compromisso com os EUA”.¹⁰⁵⁵ Realmente disposto a melhorar as relações com o Governo Kennedy, o Itamaraty instruíra que sua embaixada em Washington realizasse sondagens a respeito da posição dos EUA em relação ao Brasil.

Seguindo essas orientações, o diplomata George Álvares Maciel enviara um telegrama para o ministério das Relações Exteriores, ainda ocupado por Hermes Lima. Em sua avaliação, a posição do governo Kennedy sobre a relação com o Brasil não havia se modificado: “ainda é predominante o problema político, diante do qual tem muito menor importância relativa as questões financeiras e técnicas”.¹⁰⁵⁶

Esse aspecto é bastante revelador. Algumas interpretações, como a de Carlos Fico, enfatizam que foi a partir da missão Drapper – que se estendeu por 15 dias no país, entre 8 e 23 de outubro de 1962 –¹⁰⁵⁷ que o governo de Kennedy intensificou as

¹⁰⁵⁴ O *Estado de São Paulo*, 20 de dezembro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF. Interpolações nossas.

¹⁰⁵⁵ MONIZ BANDEIRA, op. cit., 2001, p. 99.

¹⁰⁵⁶ Telegrama da Embaixada em Washington. Num. 123. SECRETO. Assunto: **Relações Brasil-Estados Unidos**. Data: 13 de fevereiro de 1963. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

¹⁰⁵⁷ O banqueiro William H. Drapper chegou ao Brasil em missão especial do governo dos Estados Unidos acompanhado, inclusive, por membros da CIA. Sua tarefa era uma avaliação da política

pressões sobre o governo Goulart “além de ter sido a missão Drapper que sugeriu o cancelamento da visita que Kennedy faria ao Brasil”.¹⁰⁵⁸ Outras interpretações, como a de Vicente Gil da Silva, entendem ter sido o resultado das eleições do dia sete de outubro “um marco de mudança na abordagem da política externa dos Estados Unidos em relação ao Brasil”.¹⁰⁵⁹

No entanto, de acordo com a avaliação produzida por George Maciel e remetida ao Itamaraty, onde foi analisada, a razão do afastamento do governo Kennedy se deveu ao *problema político*. Na avaliação de Maciel, para o governo estadunidense o *problema político* era decorrente das seguintes circunstâncias:

a) O atual Governo brasileiro ainda não apresenta unidade suficiente; b) há diversos comunistas (SIC) em postos chave, inclusive nas Forças Armadas; C) ainda não há certeza cabal de que o Governo brasileiro, assim qualificado, deseja realmente administrar o país segundo as diretrizes declaradas; d) ainda não há certeza cabal de que o Governo brasileiro não venha a orientar-se definitivamente para a esquerda, **com especial referência à política internacional**.¹⁰⁶⁰

Entretanto, George Álvares Maciel transmitia ao governo Goulart uma alternativa: em sua avaliação, era possível que o governo do presidente John Kennedy, desde que atendidas suas exigências, ainda estaria disposto a colaborar com o governo brasileiro:

É opinião do Departamento de Estado de que esclarecido favoravelmente o quadro político, não haverá maiores dificuldades de natureza financeira e econômica após entendimentos entre o Brasil e o FMI e que o Governo norte-americano se disporia, inclusive, se necessário, a solicitar ao Congresso verbas especiais para auxílio ao Brasil.¹⁰⁶¹

Como visto na introdução dessa tese, quando da análise historiográfica da Política Externa Independente, autores como Pedro Malan, Tânia Quintaneiro e Paulo Vizontini perceberam que após o final de 1962 teria havido uma modificação no caráter da PEI: Malan afirmara que *ela não seria mais um fator de desestabilização política,*

econômica brasileira, assim como o estabelecimento de contatos com a comunidade empresarial estadunidense radicada no Brasil. MONIZ BANDEIRA, op. cit., 2001, p. 137.

¹⁰⁵⁸ FICO, op. cit., p. 78.

¹⁰⁵⁹ SILVA, op. cit., p. 197.

¹⁰⁶⁰ Telegrama da Embaixada em Washington. Num. 123. SECRETO. Assunto: **Relações Brasil-Estados Unidos**. Data: 13 de fevereiro de 1963. AHMRE, Palácio do Itamaraty. Brasília/DF. Grifos nossos.

¹⁰⁶¹ Idem.

Quintaneiro asseverara que *a administração de Goulart moderasse certos aspectos sobre a política externa independente* e Paulo Vizentini percebera uma *despolitização da política externa dando a esta um caráter mais técnico*. Entretanto, nenhum desses autores estabeleceu relação entre essas mudanças e a Crise dos Mísseis.

Acreditamos termos encontrados fortes indícios dessa relação. Como visto até aqui nesse subcapítulo, ao desejo do governo Goulart de melhorar as relações com os Estados Unidos soma-se a possibilidade aventada pelo diplomata George Álvares Maciel de que, havendo mudanças no quadro político brasileiro (tanto interno quanto externo) o *governo norte americano poderia solicitar ao Congresso verbas especiais para o auxílio do Brasil*. Em uma nova conjuntura que se abria para o governo Goulart a partir da emergência do presidencialismo é bastante razoável supor que o presidente quisesse realizar uma administração bem-sucedida nos compromissos assumidos por ele historicamente: as reformas de base. Deixar de ter a oposição patrocinada também pelos EUA, como vinha sucedendo ao longo de 1962, e podendo ter o apoio daquele país parecia algo muito atrativo. O empecilho maior seria outro de seus compromissos: o nacional-reformismo – que afinal era também o que dava substância a PEI como esperamos ter demonstrado no capítulo primeiro dessa tese.

Era difícil para Goulart prescindir do apoio dos setores de esquerda. Mas a conjuntura inicial do presidencialismo – somado a possibilidade da mudança de posição do governo Kennedy – permitia ao menos uma tentativa de uma aliança de centro-esquerda.

Com o plebiscito Goulart tinha a oportunidade de reiniciar seu mandato em novas bases. Apesar de fazê-lo em situação de grandes dificuldades, internas e externas, isso não era pouca coisa. Em 24 de janeiro de 1963, o presidente empossou seu novo ministério. Os nomes escolhidos mostravam o propósito de buscar apoios políticos entre forças de centro e de esquerda, mas evitando a radicalização.¹⁰⁶²

Além dessa conjuntura interna que se modificava, havia também uma mudança na conjuntura externa. Com o encerramento da Crise dos Mísseis, a Guerra Fria entrara em uma nova fase. Hoje, visto a distância de mais de 50 anos e contando com boas análises históricas a esse respeito, talvez essa interpretação não pareça tão impactante

¹⁰⁶² FERREIRA, GOMES, op. cit., p. 143.

(embora saibamos que ela não é consensual). Entretanto, San Tiago Dantas, possivelmente quando estava exercendo o cargo de ministro da Fazenda, produzira um documento intitulado “Teses de Política Exterior”, para ser discutido com o presidente João Goulart e com o ministro das relações Exteriores Hermes Lima. Nesse documento – que apesar de não constar a data permite que estipulemos sua produção nesse momento – em nove páginas datilografadas, San Tiago Dantas elaborava dez teses a respeito das mudanças na política mundial e as consequentes modificações que isso acarretaria na Política Externa Independente.¹⁰⁶³

Esse é um documento que, aparentemente, ainda se conserva inédito, à despeito de se encontrar no Arquivo Nacional. Ele não é uma ordem de serviço, tampouco um documento oficial. Pela sua análise, podemos afirmar que se tratava de um texto de reflexão para ser utilizado como instrumento de discussão. Cada uma dessas dez teses de política exterior era composta de menos de uma página datilografada. Era um texto curto, com linguagem acessível – embora em alguns pontos com argumentação bastante sofisticada – e que deve ter circulado entre bem poucas pessoas.

O documento se iniciava diretamente na “TESE PRIMEIRA”, que por sua vez, começava falando diretamente sobre a “crise cubana”. San Tiago Dantas assim avalizava os resultados da Crise dos Mísseis para a política internacional:

TESE PRIMEIRA – A crise cubana, o aparecimento de novo centro de poder na Europa Ocidental, em processo de unificação pelo Mercado Comum, e a disputa sino-soviética assinalam o fim de uma fase da guerra fria; marcam o início de uma nova fase de caráter histórico bastante distinto. A fase encerrada, sem guerra global, caracterizou-se pela subordinação de todos os conflitos internacionais regionais e locais ao conflito global entre as duas superpotências nucleares. Em consequência, todos os esforços pela Paz tinham de focalizar a probabilidade imediata da transformação do conflito em guerra nuclear.¹⁰⁶⁴

Mesmo que seu prognóstico não se confirmasse – afinal, os conflitos na periferia da Guerra Fria continuaram subordinados ao *conflito global entre as duas superpotências nucleares* –¹⁰⁶⁵ sua percepção, naquele instante, de que a Guerra Fria a

¹⁰⁶³ TESES DE POLÍTICA EXTERIOR. ARQUIVO SAN TIAGO DANTAS (AP47), Caixa 59, pacotilha 1. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro/ RJ.

¹⁰⁶⁴ Idem.

¹⁰⁶⁵ Entretanto, ele demonstrava ciência de que a Guerra Fria estava longe de acabar: “O efeito imediato da mudança de sentido da “guerra fria” não é como se divulga, o fim próximo desta”. TESE SEGUNDA.

partir daquele momento *marcasse o início de uma nova fase bastante distinta* – o que aconteceu com a *détente* – é impressionante. Na “TESE SEGUNDA”, o ministro da Fazenda explicava que essa nova fase estava ancorada em duas razões: a percepção pelas duas superpotências, advinda da Crise dos Mísseis, de que “durante um certo período” seria impossível romper o “equilíbrio de poder”; e os desafios intra-blocos que deveriam ser o objeto de preocupação nos próximos anos tanto dos EUA quanto da URSS.¹⁰⁶⁶

Não obstante a importância de todas as teses articuladas para o conjunto do documento, para nossos propósitos nesse momento, é a partir da “TESE QUINTA” que se inicia a proposta de modificação da Política Externa Independente. Nessa tese, San Tiago refuta totalmente o neutralismo:¹⁰⁶⁷

O neutralismo não é a política mais adequada às Nações independentes no momento de trégua de fronteiras entre as superpotências [...]. Ele foi impotente para mudar o quadro de poder e é incapaz de oferecer uma visão transformadora do mundo [...]. A paz está sendo, até agora, mantida pelo equilíbrio do terror. Será mantida não pelo neutralismo impotente, mas pelo sentido pacifista das transformações que irão se processar dentro de cada bloco.¹⁰⁶⁸

E propõe a ideia de “cooperação” para a busca da paz. Ideia que será trabalhada na “TESE SEXTA” e que implicará em uma proposta de modificação da Política Externa Independente – consonante ao que os Estados Unidos queriam e ocorrida no período em que Dantas era ministro da Fazenda e precisava de boa acolhida daquele país (situação que não pode nos escapar na análise da construção do documento em questão).

Nessa tese, Dantas mencionava que a ideia de “cooperação” era indissociável da ideia de “participação”, e que ambas estavam relacionadas a forma pela qual o Brasil

TESES DE POLÍTICA EXTERIOR, p. 2. ARQUIVO SAN TIAGO DANTAS (AP47), Caixa 59, pacotilha 1. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro/ RJ.

¹⁰⁶⁶ TESE SEGUNDA. TESES DE POLÍTICA EXTERIOR, p. 2. ARQUIVO SAN TIAGO DANTAS (AP47), Caixa 59, pacotilha 1. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro/ RJ. Nessa mesma TESE SEGUNDA, San Tiago Dantas detalhava quais eram esses conflitos intra-blocos: no lado soviético, as relações com a China; enquanto para os Estados Unidos a preocupação estava com a América Latina e o Mercado Comum Europeu (especialmente Reino Unido, França e Alemanha Ocidental).

¹⁰⁶⁷ Entretanto, não é demais lembrar que San Tiago Dantas nunca aceitou o emprego da noção para a Política Externa Independente.

¹⁰⁶⁸ TESE QUINTA. TESES DE POLÍTICA EXTERIOR, p. 4. ARQUIVO SAN TIAGO DANTAS (AP47), Caixa 59, pacotilha 1. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro/ RJ. Interpolações nossas.

deveria se posicionar em sua relação com o Ocidente, chegando a afirmar uma “lealdade ao Ocidente não pelo que é ou pelo que foi, apenas. Afirmamos principalmente pelo que poderá ser” na defesa da paz.¹⁰⁶⁹

Em razão disso, San Tiago Dantas justificava uma necessidade de abrandamento da Política Externa Independente, principalmente em sua relação com os EUA. Parece-nos que a pressão exercida pelo governo de Kennedy ao governo Goulart após a Crise dos Mísseis produziu efeitos concretos: “A política exterior independente não deverá, em consequência, ser centrífuga, hostil aos Estados Unidos e neutralista. Tal tendência centrífuga, hostil e neutralista apresenta graves inconvenientes do ponto de vista da nossa cooperação e da nossa participação”.¹⁰⁷⁰ A busca por uma boa relação com o governo Kennedy – a despeito das reais intenções daquele governo – parecia se sobrepor à independência do país no mundo internacional, chegando-se ao ponto de San Tiago propor a abdicação do nacionalismo enquanto elemento constitutivo da Política Externa Independente: “a hostilidade política, a atitude de desconfiança e ressentimento, observada nos países subdesenvolvidos, à ideia de cooperação internacional nas Nações Unidas e através delas, é alimentada principalmente pelo nacionalismo”.¹⁰⁷¹

Sob a justificativa de que o nacionalismo tinha sua razão de existir em função da divisão internacional do trabalho e que ele se mostrara incapaz de modificar essa divisão, o ministro da Fazenda do governo presidencialista de João Goulart chegava a propor que “a política exterior brasileira deverá vencer essa limitação demonstrando que a solução dos problemas da divisão internacional do trabalho não está na hostilidade latente ou evidente aos órgãos de cooperação internacional”.¹⁰⁷²

Contudo, San Tiago Dantas, na última de suas teses de política exterior, não se desfazia dos princípios de autodeterminação e não-intervenção. Voltando a analisar as consequências da Crise dos Mísseis, afirmava que “o fato novo nas relações internacionais é o revigamento oficial da Doutrina de Monroe pelo governo dos Estados Unidos” que teria ocorrido “como reação americana à entrada de armas soviéticas potencialmente ofensivas em território cubano”. Afirmando que a Crise dos Mísseis

¹⁰⁶⁹ TESE SEXTA. TESES DE POLÍTICA EXTERIOR, p. 5. ARQUIVO SAN TIAGO DANTAS (AP47), Caixa 59, pacotilha 1. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro/ RJ.

¹⁰⁷⁰ Idem.

¹⁰⁷¹ TESE OITAVA. TESES DE POLÍTICA EXTERIOR, p. 7. ARQUIVO SAN TIAGO DANTAS (AP47), Caixa 59, pacotilha 1. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro/ RJ.

¹⁰⁷² Idem.

representou a “perda, pela Revolução Cubana, de seu caráter original, autêntico e independente” tornando aquele país “um Estado a mais no jogo diplomático militar soviético” configurando a “justificativa política para tirar do limbo, onde jazia, a Doutrina de Monroe”.¹⁰⁷³ Isso configurava grande preocupação a San Tiago Dantas:

Dentro do ocidente existem já, ou em perspectiva, governos que se propõe a uma transformação democrática de modelo capitalista. São governos trabalhistas ou socialistas. Realizam suas transformações internas dentro do quadro de poder Ocidental, preservando sua lealdade final aos ideais do mundo ocidental. Será totalmente inaceitável se o mesmo não puder ocorrer no Hemisfério em consequência de uma interpretação absolutista da Doutrina de Monroe revijada pela “guerra fria”.¹⁰⁷⁴

Essa preocupação com o reaparecimento da Doutrina Monroe fazia destoar a argumentação central de suas teses. San Tiago Dantas temia que os EUA pudessem passar a interferir abertamente nos países do subcontinente latino-americano – o que era uma das razões mais prementes da posição do Brasil até então em relação a Cuba e à defesa de tais princípios. Para tentar frear possíveis ímpetus dos EUA na reativação da Doutrina Monroe ele frisava a importância dos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos “a convivência de regimes diferentes, livremente escolhidos dentro dos países do Hemisfério, é o objetivo prático dos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos”.¹⁰⁷⁵

Suas “Teses de Política Exterior” configuravam uma interessante leitura da Crise dos Mísseis. Suas projeções também representavam a argúcia de um grande estrategista da política internacional. Entretanto, quando deixavam de ser uma análise sobre a Crise dos Mísseis e suas consequências no desenvolvimento da Guerra Fria e passavam a se associar com os novos objetivos do governo Goulart – que também estavam relacionados diretamente com as mudanças produzidas pela Crise dos Mísseis na relação com o governo de John Kennedy – se mostravam insuficientes. Tal qual o Plano Trienal – também proposto por San Tiago Dantas em conjunto com Celso Furtado – que pretendia articular medidas econômicas de caráter restritivo com outras de caráter de

¹⁰⁷³ TESE DÉCIMA. TESSES DE POLÍTICA EXTERIOR, p. 9. ARQUIVO SAN TIAGO DANTAS (AP47), Caixa 59, pacotilha 1. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro/ RJ.

¹⁰⁷⁴ Idem.

¹⁰⁷⁵ Idem, *ibidem*.

estímulo a produção e ao desenvolvimento, além de ser uma resposta às pressões do governo Kennedy, e que resultara em fracasso, essa mudança na orientação da PEI não obtivera êxito.

A contradição existente entre o abrandamento da Política Externa Independente – que tanto o presidente Kennedy pressionava após a Crise dos Mísseis – com a defesa de seus princípios fundamentais da autodeterminação e não-intervenção se tornava intransponível. Seu resultado mais aparente foi, senão a inviabilização da PEI, certamente seu esvaziamento. Seu resultado mais profundo ainda deve ser melhor investigado. Mas não me surpreenderia que fosse encontrado pelo dia 01 de abril de 1964.

Considerações finais

Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, o mundo entrava em uma nova fase, na qual havia duas superpotências que detinham a hegemonia sobre as formas de organização da vida econômico-social das nações: esse período ficou conhecido como Guerra Fria. Muitas são as discussões a respeito inclusive dos marcos temporais desse novo período. A respeito de um evento desse período, no entanto, há um relativo consenso na historiografia: a Crise dos Mísseis foi o momento de maior tensão desse novo período da História.

Independente dos resultados que a Crise dos Mísseis tenha produzido no desenvolvimento da Guerra Fria – para nós, ela foi o desencadear de uma nova etapa desse mundo dividido, de maior prudência por parte dos EUA e da URSS – é certo que ela foi, para os seus contemporâneos, a expressão maior da possibilidade do início de um confronto de proporções nucleares, capaz, até mesmo, de exterminar a vida na no planeta terra.

As causas maiores da Crise dos Mísseis estiveram relacionadas com aquilo que ficou conhecido por latino-americanização da Guerra Fria, isto é, o deslocamento do eixo do conflito para o subcontinente latino-americano. A razão desse movimento está intimamente associada a emergência da Revolução Cubana de 1959, que conduziu aquele pequeno país da América Central a uma independência da influência que as potências estrangeiras exerciam sobre o país desde o século XIX.

Calcado em um movimento de fortes elementos nacionalistas, o movimento revolucionário cubano liderado por Fidel Castro, Ernesto Che Guevara, Raul Castro e Camilo Cienfuegos se desenvolveu articulando elementos antiimperialistas e anticapitalistas, o que culminou na declaração, em 16 de abril de 1961 – em meio aos episódios da tentativa de invasão da Baía dos Porcos – do caráter socialista da Revolução.

Ao latino-americanizar a Guerra Fria, o governo dos Estados Unidos da América, sob os auspícios de John Fitzgerald Kennedy, passaria a eleger Cuba como seu maior inimigo. Muito mais pelo que poderia representar frente aos demais países do continente do que por qualquer tipo de ameaça a seu território. Para lidar com a situação, o governo estadunidense modelou uma estratégia baseada em dois pontos: a política (com o projeto da Aliança para o Progresso) e a força militar (com a doutrina da contra-insurgência). É importante destacar que ambas ações aconteciam de forma concomitante, sendo não mais do que uma vã ilusão acreditar que a contra-insurgência só passaria a ser uma tática empregada a partir do fracasso da Aliança para o Progresso.

Em novembro de 1961, o presidente dos Estados Unidos conferiu a seu irmão Robert – que ocupava o cargo de procurador-geral do país – a coordenação de uma operação secreta com fins de retirar o governo revolucionário cubano do poder: a Operação Mangusto. Essa operação se baseava em uma série de atividades ilegais e mantinha estreitos laços com alguns setores da CIA: e não constitui nenhum exagero afirmar que fora responsável por algumas tentativas de eliminação física do primeiro-ministro de Cuba.

Além dessas atividades ilegais, o governo dos EUA, que havia rompido relações diplomáticas com a ilha caribenha em 3 janeiro de 1961 ainda sob o governo de Eisenhower, sob a administração Kennedy procurava excluir o pequeno país do convívio continental. Através do uso de terceiros – nesse caso Peru e Colômbia – o governo dos EUA procurava convocar uma reunião de consulta dos chanceleres dos países que compunham a OEA para aplicarem sanções a Cuba. Em razão da declaração de Fidel Castro afirmando ser marxista-leninista realizada em dezembro de 1961, os países que vinham impedindo a convocação da reunião perderam força política e a reunião fora marcada para o final de janeiro de 1962 no Uruguai.

Um desses países que vinham se opondo a convocação dessa reunião era o Brasil. Naquele ano de 1961, tomara posse um novo governo no Brasil, presidido por Jânio Quadros. Esse político, de viés conservador, juntamente com seu ministro das Relações Exteriores, o também conservador Afonso Arinos, proporcionou uma mudança significativa na política exterior do país. A partir de uma nova orientação, muito influenciada por países como Iugoslávia e Egito, o Brasil passava a assumir uma

política independente ante as questões internacionais, que ficara conhecida como Política Externa Independente.

Subitamente, entretanto, Jânio Quadros renunciava à presidência do Brasil. Após um período de grande instabilidade política, de quase duas semanas, o vice-presidente João Goulart assumia o cargo a que tinha direito. Contudo, para que isso se concretizasse, foi realizada uma solução de compromisso com as forças conservadoras que instituíra, pela primeira vez na História da República no Brasil, o regime de governo parlamentarista. O objetivo dessa medida era manter um certo controle sobre as ações do novo presidente e, para isso, foi formado um primeiro Conselho de Ministros que passou a ser conhecido como gabinete da conciliação nacional.

Essa intenção de exercer uma espécie de freio sobre o governo de João Goulart era uma resposta aos temores que se tinham, nos setores mais conservadores da sociedade, a respeito de suas inclinações políticas. Em consonância com muitos de seu tempo, Goulart acreditava em um projeto nacionalista de governo para levar adiante as políticas executadas por seu mentor, Getúlio Vargas. Contudo, em razão da própria época e das pressões exercidas pelos setores mais progressistas da sociedade, o projeto nacionalista de desenvolvimento perseguido pelo novo presidente tinha um caráter mais avançado que os anteriores, pois estava comprometido com uma série de reformas – as famosas reformas de base – capazes de, no seu entendimento, alavancarem o desenvolvimento do país dentro de uma estratégia distributiva da renda. Nada que pudesse ameaçar o capitalismo, diga-se de passagem. Mas muitos de seus adversários viam nessas medidas reformas socialistas, o que não passava de um latente exagero – ou de uma estratégia política para desgastar o governo.

Nesse primeiro ministério, a pasta das Relações Internacionais foi designada para um membro do partido de Goulart, o advogado Francisco Clementino San Tiago Dantas, que levava adiante a Política Externa Independente, sistematizando-a enquanto doutrina inclusive. Logo depois da posse, passados pouco mais de dois meses, portanto em novembro de 1961, uma medida verdadeiramente impactante foi tomada por esse governo nas suas relações internacionais: o restabelecimento das relações diplomáticas com a URSS. Esse ato causou grande debate político interno, polarizando as opiniões a respeito da política externa e, com isso, radicalizando as posições a respeito do governo Goulart.

Logo em sequência, foi realizada a Reunião de Consulta dos Chanceleres Américas em Punta del Este, Uruguai. Nessa reunião, o governo brasileiro, através do ministro San Tiago Dantas, associando-se a Argentina, Bolívia, Chile, Equador e México acabou entrando em conflito com os EUA, que tinham por objetivo excluir Cuba da organização continental. Mesmo não obtendo sucesso em seu intento e o governo cubano tendo sido excluído da OEA, a posição do Brasil repercutiu de forma muito intensa na vida política interna. De uma hora para outra, San Tiago Dantas ganhara uma projeção que até então nunca tinha desfrutado. E o governo dos Estados Unidos passara a modificar sua orientação a respeito do governo brasileiro.

Para tentar melhorar o relacionamento com o governo estadunidense, Goulart aceitou o convite do presidente John Kennedy para visitar o seu país em abril de 1962. A visita gerou uma série de compromissos, tendo o presidente brasileiro discursado pela segunda vez no Congresso daquele país (já o havia feito antes enquanto vice-presidente no governo Kubistchek). Aparentemente, seu relacionamento com Kennedy fora muito proveitoso, principalmente na política interna do Brasil, pois era uma forma também de aplacar discursos mais radicais provenientes de seus adversários – e mesmo os setores mais progressistas nutriam, em muitas frações, simpatias pelo estadunidense.

Ao mesmo tempo, as relações entre os EUA e Cuba se agravavam. Eram correntes os comentários a respeito de uma invasão da ilha por tropas militares da superpotência. A tal ponto que o primeiro-ministro da União Soviética ofereceu mísseis nucleares para a defesa de Cuba – e também para restabelecer o equilíbrio de poder, pois havia mísseis estacionados na Turquia e na Itália apontados para a URSS. Castro acabou aceitando a proposta de Krushev e o auxílio militar começara a tomar grandes proporções.

O governo brasileiro começara a se interessar mais de perto pela “questão de Cuba”. Através de seus representantes em Havana, Bastian Pinto e Ruiz de Gamboa, passou a acompanhar o que estava acontecendo em Cuba com mais atenção. Os relatos sobre a movimentação de soviéticos passaram a ter maior frequência a partir de julho e agosto. Em setembro, o presidente Kennedy se manifestava publicamente falando da existência de armamento soviético em Cuba mas destacava que se tratava de armas de caráter defensivo. Ao mesmo tempo, o representante de seu país na OEA tratava de estabelecer contatos com a intenção de realizar uma reunião informal dos chanceleres

nos EUA, nos primeiros dias de outubro, para tratar, principalmente, da questão de Cuba.

Ao governo Goulart não interessava nenhuma reunião referente a essa temática naquele momento. Hermes Lima assumia a presidência do Conselho de Ministros ainda de forma interina, e a grande preocupação do governo nesse mês de setembro era a aprovação da emenda parlamentar que antecipava o plebiscito sobre o regime de governo para janeiro de 1963 e as eleições legislativas a para alguns governos estaduais que seria realizada no dia 7 de outubro.

Ao longo do mês de setembro, o governo brasileiro tinha encarregado seu representante na OEA, Ilmar Penna Marinho, de investigar o posicionamento dos países daquele fórum a respeito das posições que defenderiam na reunião. Ao mesmo tempo, Goulart e Hermes Lima tratavam de persuadir Afonso Arinos, que chefiava a missão brasileira na XVII Assembleia Geral da ONU, a representar o país na reunião, haja visto a importância da permanência de Hermes Lima – que além de primeiro-ministro também estava ocupando o Itamaraty – no país em razão das eleições de outubro. Praticamente as vésperas da reunião, João Goulart e Hermes Lima receberam em momentos distintos o famoso repórter do *New York Times*, Herbert Matthews, que publicara no ano anterior um livro bastante simpático à Revolução Cubana. Nessa ocasião, Hermes Lima reafirmou perante a imprensa que a Política Externa Independente não mudaria sua orientação.

Durante os debates da Reunião Informal, que se realizaram em apenas dois dias e com muita atividade, o representante do Brasil tratava de colocar constantemente o Itamaraty a par das discussões que vinham ocorrendo. Através de forte pressão, os EUA conseguiram obter seu intento, que se seja, emitir um comunicado final da reunião para a imprensa, tudo o que o governo brasileiro não queria. E a situação ainda piorara: esse documento não foi aquele negociado entre os representantes dos países durante as discussões. No dizer de Afonso Arinos “a química redacional do departamento de Estado” era muito poderosa.

Passada a reunião, realizaram-se as eleições no Brasil e o governo obteve um bom desempenho. A preocupação de Goulart agora se concentrava no plebiscito de janeiro. Entretanto, no mesmo dia em que fizera um pronunciamento no Itamaraty em

solenidade para os futuros diplomatas brasileiros, recebia a visita do embaixador dos EUA, Lincoln Gordon, que trazia uma comunicação do presidente John Kennedy. Era uma carta impessoal, dirigida para todos os presidentes dos países americanos, na qual Kennedy antecipava o que diria na televisão mais tarde: a descoberta de mísseis nucleares em Cuba. Na mesma carta, o presidente estadunidense solicitava que uma reunião de emergência fosse realizada na OEA e pedia o apoio dos governos a que se dirigia no sentido de aprovarem as resoluções que seriam apresentadas pelos EUA.

O governo brasileiro instruía seu representante na OEA a aceitar a parte da resolução que previa a “quarentena” sobre Cuba – o que não passava de um eufemismo para o bloqueio militar sobre a ilha – mas não aprovar a parte que se referia ao emprego do uso de força armada. Entretanto, o diplomata Ilmar Penna Marinho não seguiu a instrução à risca e, embora não tivesse aprovado a segunda parte da resolução, aprovava o conjunto da resolução, o que não constava da orientação recebida. No dia seguinte, Goulart reunia-se com alguns políticos bastante próximos e discutiam a resposta a ser dada a correspondência enviada por Kennedy. Ao final, San Tiago Dantas escreveu uma carta bastante enfática a respeito da situação, mais dura do que qualquer pronunciamento público realizado por Goulart até então. Ao mesmo tempo, havia grande repercussão na sociedade brasileira a respeito da posição defendida pelo Brasil na OEA. Era uma polêmica bastante grande e para tanto muito contribuiu a forma pela qual a grande imprensa retratou a questão.

Consoante com os princípios fundamentais da Política Externa Independente – a contribuição para a preservação da paz, a autodeterminação e a não-invasão – o presidente Goulart, mesmo que em um processo de constantes avanços e recuos, procurava interferir no desenvolvimento da Crise dos Mísseis. Para esse fim, procurava se aproximar com a relação bastante próxima entre o representante do Brasil em Havana e Fidel Castro, além do prestígio internacional que o país detinha no momento em razão da própria Política Externa Independente.

Desse modo, a partir de informações advindas da embaixada em Washington, o governo nacional-reformista de João Goulart fez saber a Fidel Castro que era esperada uma invasão a Cuba nas próximas 48 horas e apelava para que o governo cubano suspendesse imediatamente a construção das bases para o lançamento dos mísseis, no que não foi atendido por Castro, que, inclusive, se propunha a tomar medidas mais

radicais, como o abatimento de qualquer avião que sobrevoasse a ilha. O que não se sabia naquele momento – nem o governo brasileiro nem o cubano – era que estavam sendo articuladas negociações diretas entre Kennedy e Krushev para por termo a Crise dos Mísseis, pelo menos à sua fase mais crítica.

Além disso, o governo brasileiro tomara outras ações, como o envio de um emissário, o general Albino Silva, chefe da Casa Militar de João Goulart a Cuba, para tratar diretamente com o primeiro-ministro Fidel Castro a respeito de uma solução para a crise. Mesmo não obtendo os resultados esperados, em função da conjuntura internacional, o governo tratou de se capitalizar frente à opinião pública interna maior prestígio para a Política Externa Independente. Ao passo que na Organização das Nações Unidas, Afonso Arinos procurava aprovar o projeto brasileiro a respeito da desnuclearização da América Latina, como uma forma de oferecer uma saída digna para o governo Castro ao mesmo tempo em que objetivava destacar a iniciativa brasileira tanto no plano internacional quanto no plano interno. Entretanto, a Política Externa Independente não obteve êxito nessa ação. Apesar de uma versão construída a *posteriori* por Arinos de que o grande culpado para o fracasso da proposta brasileira tenha sido Cuba, foi possível perceber que havia muitas outras resistências, inclusive do próprio governo estadunidense.

Enquanto essas ações eram desenvolvidas em Cuba e na ONU, no Brasil a Crise dos Mísseis produziu uma intensa radicalização política, maior que até então os episódios mais polêmicos, tais quais o restabelecimento de relações com a URSS e a posição defendida pelo país em Punta del Este. Havia praticamente um confronto entre duas culturas políticas muito distintas: uma de viés nitidamente conservador, e que teve em seu maior canal de expressão o jornal *O Estado de São Paulo*, apregoava a necessidade eminente de o Brasil se aliar integralmente aos Estados Unidos da América, essa era a cultura política ocidentalista. A outra cultura política em questão, que se empenhava fundamentalmente na defesa do princípio da autodeterminação era aquela defendida pelos setores mais progressistas da sociedade e que chamamos de cultura política de pós-guerra.

A posição do governo brasileiro, embora não tenha sido firme no atendimento de nenhuma das aspirações dessas culturas políticas em questão (para os ocidentalistas o governo tinha uma política exterior fraca, ideologizada e descompassada das tradições

brasileiras; para portadores da cultura política de pós-guerra a Política Externa Independente deveria ser claramente favorável a autodeterminação de Cuba não aceitando nenhuma forma de ingerência em sua soberania) acabou gerando mais um desgaste com o governo do presidente John Kennedy. Desde o final de julho, o presidente dos EUA tinha remarcado uma viagem oficial para o Brasil, que estava prevista para 12 de novembro. Entretanto, também desde àquela época, o governo estadunidense vinha patrocinando vários setores de oposição ao governo Goulart, em uma campanha de desestabilização jamais vista até então, atingindo seu ápice nas eleições de outubro com o financiamento de várias candidaturas de oposição tanto ao PTB quanto à própria Política Externa Independente.

A partir da posição do governo brasileiro no episódio, Kennedy adiou novamente sua visita ao país, algo que não interessava em nada a Goulart, que queria se apropriar do prestígio do presidente dos EUA para arrefecer a campanha das oposições a seu governo. Com a Crise dos Mísseis se encaminhando para uma resolução, em 11 de dezembro aconteceu uma reunião do Comitê Executivo do Conselho de Segurança Nacional dos EUA – tendo como pauta exclusiva o Brasil – que acabou se conjugando com a necessidade do presidente Goulart, pós Crise dos Mísseis, de tentar expor seus argumentos a favor de uma aproximação com o governo de Kennedy. Assim, o governo brasileiro realizou o convite para que Robert Kennedy viesse ao país se encontrar com Goulart.

Evidentemente a questão de Cuba esteve presente nessas conversações. Contudo, quem inseriu a questão de Cuba foi o presidente brasileiro, que reconheceu que ela causara dificuldades na relação entre os dois países, mas que essa posição estava se modificando em face das últimas ações de Fidel Castro, que estariam – segundo a justificativa de Goulart – fazendo com que o apoio a Cuba no Brasil perdesse intensidade.

Esse encontro teve momentos de alguma tensão. O objetivo de Robert Kennedy era pressionar o governo Goulart – de acordo com o que tinha sido estabelecido na reunião do ExComm – tanto sobre a política interna brasileira quanto sobre a política externa. Nesse momento, Goulart teria se indisposto com o representante dos EUA e passara a cobrar uma data para a visita de John Kennedy ao Brasil. O encontro causou grande repercussão na imprensa, mas manteve-se o sigilo sobre as questões abordadas.

Logo no início de 1963, a Crise dos Mísseis chegava a uma resolução através de um acordo firmado entre as duas superpotências na ONU em sete de janeiro, um dia após a realização do plebiscito que conferia poderes presidencialistas a João Goulart. Nessa nova conjuntura, o presidente brasileiro sentia-se mais fortalecido; porém, em razão dos problemas econômicos que o país enfrentava, não podia prescindir do apoio dos EUA. Necessitaria de investimentos em moeda estrangeira e renegociar a dívida que se avolumava.

Somava-se a isso a nova conjuntura internacional aberta com a resolução da Crise dos Mísseis. San Tiago Dantas – o grande responsável pela sistematização da Política Externa Independente e nesse momento ministro da Fazenda – produziu uma avaliação sobre o contexto internacional e como o Brasil poderia se colocar nessa nova situação. Surpreendentemente, propunha um abrandamento da Política Externa Independente, em face da nova fase da Guerra Fria que se descortinaria: em sua avaliação, o cenário internacional passaria a ser bastante desfavorável para uma posição independente.

Essa avaliação produzida por um de seus principais conselheiros – tratando-se de política exterior o principal – parecia ser o elemento que faltava para Goulart tomar a sua decisão. Disposto a investir na busca pelas condições da estabilização econômica do país combinada com o crescimento da economia (essa era a tônica do Plano Trienal) para – juntamente com a melhoria das relações com Kennedy – tentar assegurar o apoio financeiro externo, o presidente João Goulart terminaria optando pelo esvaziamento de sua Política Externa Independente.

Locais de pesquisa

ARQUIVO DO SENADO FEDERAL. Senado Federal do Brasil. Brasília/DF.

ARQUIVO HERMES LIMA (HL). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/ RJ

ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (AHMRE). Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

ARQUIVO SAN TIAGO DANTAS (AP47). Arquivo Nacional. Rio de Janeiro/ RJ.

BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL. Senado Federal do Brasil. Brasília/DF.

Referências Bibliográficas

DISSERTAÇÕES E TESES

ALMEIDA, Diego Orgel dal Bosco. **Jango e Brizola: tão perto e tão longe (1961-1964)**. 134 f. Passo Fundo: UPFF, 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2007.

BARRETO, Vicente Costa Pithon. **Política Externa Independente (1961-1964): o Parlamento e o caso do colonialismo português na África**. 105 f. Brasília: UNB, 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BEMVINDO, Vitor. **Os impactos da revolução cubana na política externa brasileira (1958-1961)**. 180 f. Rio de Janeiro: UERJ, 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

BIAZETTO, Bruno Henz. **A insurreição no meu quintal: processo decisório e percepção da diplomacia norte-americana durante a Revolução Cubana (1958-1960)**. 178 f. Porto Alegre: PUCRS, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. **Brasil, Argentina e a Questão Cubana ((1959-1964): quando a independência faz a união**. 241 f. Santa Maria: UFSM, 2009. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-americana) – Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-americana, Centro de Ciências Sociais Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

BRUM, Thiago Pereira Caldas. **Ruptura e continuidade: as correntes historiográficas**

da Política Externa Independente. 162 f. Rio de Janeiro: UERJ, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CORDEIRO, Janaína Martins. **“A Nação que se salvou a si mesma”**: entre Memória e História, a Campanha da Mulher pela Democracia (1962-1974). 165 f. Niterói: UFF, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

LOPEZ, Luiz Roberto. **José Martí**: pensamento e revolução. 98 f. Porto Alegre: UFRGS, 1983. Monografia (Especialização em História da América Latina) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1983.

MIRANDA, Samir Perrone. **Projeto de Desenvolvimento e Encampações no discurso do governo Leonel Brizola**: Rio Grande do Sul (1959-1963). 142 f. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

NOGUEIRA, Marcelo D’Alencourt. **As relações políticas de João Goulart e Leonel Brizola no governo Jango (1961-1964)**. 85 f. Niterói: UFF, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

NOGUEIRA, Maristel Pereira. **O anticomunismo nos jornais**: Correio do Povo, Diário de Notícias e Última Hora, uma perspectiva de análise. 298 f. Porto Alegre: PUCRS, 2009. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ONOFRE, Gabriel da Fonseca. **Em busca da esquerda esquecida**: San Tiago Dantas e a Frente Progressista. 157 f. Rio de Janeiro: FGV, 2012. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.

PEREIRA, Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues. **Criar Ilhas de Sanidade**: os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil (1961-1966). São Paulo: PUCSP, 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

SILVA, Vicente Gil da. **A Aliança para o Progresso no Brasil**: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964). 248 f. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FONTES PUBLICADAS

ALI, Tariq. **Fidel Castro**: as Declarações de Havana. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BRAGA, Kenny; SOUZA, João; DIONI, Cleber; BONES, Elmar. **Leonel Brizola**: perfil, discursos e depoimentos (1922-2004). Porto Alegre: Assembleia legislativa do RS, 2004.

BRASIL. CASA CIVIL. Biblioteca da Presidência da República. João Goulart, Discursos. Disponível em: www.biblioteca.presidencia.gov.br

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **O Brasil em Punta del Este**: Oitava Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas. Rio de Janeiro: Seção de Publicações do MRE, 1962.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Viagem do Presidente João Goulart aos Estados Unidos da América e ao México.** Rio de Janeiro: Seção de Publicações do MRE, 1962.

CASTELLO BRANCO, Carlos. **Introdução à revolução de 1964:** agonia do poder civil. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

CASTAÑARES, Juan Carlos Pereira; LILLO, Pedro Antonio Martínez. **Documentos básicos sobre historia de las relaciones internacionales (1815-1991).** Madri: Complutense, 1995.

CHACON, Vamireh. **História dos Partidos Brasileiros:** discurso e práxis dos seus programas. 2ª ed. ampliada e atualizada. Brasília: UNB, 1985.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. **O Brasil nas Nações Unidas (1946-2011).** 3ª ed. ver. e ampl. Brasília: FUNAG, 2002.

DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

FRANCO, Alvaro da Costa (org.). **Documentos da Política Externa Independente.** Vol. II. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

MARCELINO, Wanielle Brito (org.). **Discursos Seleccionados do Presidente João Goulart.** Brasília: FUNAG, 2009.

REVISTA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE – A crise do Pan-Americanismo. Vol. 1, Nº 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, maio de 1965.

MEMÓRIAS E DEPOIMENTOS

AFFONSO, Almino. **Raízes do Golpe:** da crise da Legalidade ao Parlamentarismo (1961-1963). São Paulo: Marco Zero, 1988.

DEPOIMENTO DE ALMINO AFFONSO a Charles Sidarta Machado Domingos. 27 de agosto de 2013. São Paulo/ SP.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Planalto**: memórias. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1968.

KHRUCHTCHEV, Nikita Sergeievitch. **As fitas da glasnost**: memórias de Khruchtchev. São Paulo: Siciliano, 1991.

LIMA, Hermes. **Travessia**: memórias. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974.

SÁ, Hernane Tavares de. **Nos bastidores da ONU**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1967.

LIVROS E ARTIGOS

ABREU, Alzira Alves de. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ACTON, Lord. Nacionalidade. In: BALAKRISHNAN, Gopal. **Um mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

ALISSON, Graham T. **La esencia de la decisión**: análisis explicativo de la crisis de los misiles em Cuba. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988.

ALMEIDA, Alberto Carlos. **Presidencialismo, parlamentarismo e crise política no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1998.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. **Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

ALTMAN, Werner. **México e Cuba: Revolução, Nacionalismo, Política Externa**. São Leopoldo, UNISINOS, 2001.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARBEX JR, José. **Guerra Fria: Terror de Estado, política e cultura**. São Paulo: Moderna, 1997.

AZEVEDO, Cecília. **Em nome da América: os Corpos da Paz no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2007.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. **História do Século XX (1945-1973): o mundo entre a guerra e a paz**. Vol. 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOMBARDELLI, Maura. A cisão da fração ferrarista (1959-1960). In: **Oficina do Historiador**. Vol. 3, nº 2. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

BUENO, Clodoaldo. Da Agroexportação ao desenvolvimentismo (1889-1964). In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguércio. **Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)**. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2005.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino**: imprensa e ideologia no jornal “O Estao de S. Paulo”. São Paulo: Alfa-ômega, 1980.

CARONE, Edgard. **A Quarta República** (1945-1964). São Paulo: DIFEL, 1980.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CHOMSKY, Noam. Armas Estratégicas, Guerra Fria e Terceiro Mundo. In: THOMPSON, Edward (org.). **Exterminismo e Guerra Fria**. São Paulo: Brasiliense: 1985.

——— **Rumo a uma nova guerra fria**: Política Externa dos EUA, do Vietnã a Reagan. Rio de Janeiro: Record, 2007.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

——— **PTB**: do getulismo ao reformismo (1945-1964). São Paulo: Marco Zero, 1989.

——— Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical** (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DELMAS, Claude. **Armamentos Nucleares e Guerra Fria**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

DIEZ ACOSTA, Tomás. **Octubre de 1962**: a um paso del Holocausto – uma mirada cubana a la crisis de los misiles. Havana: Editora Política, 2002.

DOBBS, Michael. **Um minuto para a meia-noite**. Kennedy, Kruschev e Castro à beira da guerra nuclear. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. Política Externa Independente e Guerra Fria: intrincadas relações de um golpe militar no Brasil. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **Ditaduras Militares na América Latina**. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2004.

——— Será o populismo um conceito operacional? Notas para o debate. In: **AEDOS** - Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Vol. 1, nº 1. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

——— **O Brasil e a URSS na Guerra Fria: a Política Externa Independente na imprensa gaúcha.** Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010.

——— Cultura de pós-guerra: o aspecto nuclear e sua negação. In: **Sociais e Humanas.** Vol. 23, nº 1. Santa Maria: UFSM, 2010.

——— Quando éramos “irreconhecivelmente inteligentes”: o nacionalismo dos primeiros anos 60 no Brasil. In: **Diálogos.** Vol. 18, nº 1. Maringá: UEM, 2014.

FELIZARDO, Joaquim. **A Legalidade: último levante gaúcho.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1988.

FENELON, Déa R. **A guerra fria.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (orgs.). **O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

——— **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular – 1945-1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

——— **João Goulart: uma biografia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

——— Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade.** São Paulo: UNESP, 2012

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **João Goulart**: Entre a Memória e a História. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FICO, Carlos. **O Grande Irmão**: da operação *brother sam* aos anos de chumbo – o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

——— **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas?** 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **A Era Vargas**: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: UNESP, 2012.

FRANCHINI NETO, Hélio. A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 48, n. 2. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005.

FURIATI, Claudia. **Fidel Castro**: uma biografia consentida. 4ª ed. ver. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

GADDIS, John Lewis. **História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

GELLNER, Ernest. **Nações e nacionalismo**. Lisboa: Gradiva, 1983.

GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.) **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

——— Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical**: 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. **Jango: as múltiplas faces**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GONÇALVES, Williams. Relações Internacionais: um balanço teórico-histórico. In: In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **O Século Sombrio: uma História Geral do Século XX**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

GORDON, Lincoln. Capítulo Suplementar: os Estados Unidos e o Governo de João Goulart. In: GORDON, Lincoln. **A Segunda Chance do Brasil: a caminho do Primeiro Mundo**. 2ª ed. São Paulo, SENAC, 2002.

GOTT, Richard. **Cuba: uma nova História**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GREEN, James N.; JONES, Abigail. Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.29, n ° 57, 2009.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **História contemporânea da América Latina: 1960-1990**. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1993.

GUITARD, Odette. **Bandung y el despertar de los pueblos coloniales**. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1962.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2007.

HECKER Alexandre. Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista do pós-guerra. FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HERSH, Seymour. **O lado negro de Camelot**. Porto Alegre: L&PM, 1998.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

——— Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, Gopal. **Um mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000

——— **Nações e nacionalismo desde 1780**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

——— **Era dos Extremos – O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

JUDT, Tony. **Reflexões sobre um século esquecido (1901-2000)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

KAPLAN, Marcos. 50 años de historia argentina (1925-1975): el labirinto de la frustración. In: CASANOVA, Pablo González. **América Latina: historia de médio siglo**. México: Siglo veintiuno, 1995.

KEMPE, Frederic. **Berlim, 1961: Kennedy, Khruschóv e o lugar mais perigoso do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KEYLOR, William R. **El mundo del Siglo XX: la guerra fría entre las superpotências**. Buenos Aires: Editorial Docencia, 1997.

LENIN, Vladimir Ilich Ulianov. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global Editora, 1979.

MALAN, Pedro Sampaio. Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964). In: FAUSTO, Boris (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. 3ª ed. T. III, 4º volume ECONOMIA E CULTURA (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

MAO JÚNIOR, José Rodrigues. **A Revolução Cubana e a Questão Nacional (1868-1963)**. São Paulo: Núcleo de Estudos d'O Capital, 2007.

MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. **1961: Que as armas não falem**. São Paulo: SENAC, 2001.

MARTINI, Maria Luiza Filippozzi. Espetáculo: acontecimento e documento. In: SANTOS, Nadia Weber; ROSSINI, Miriam; PESAVENTO, Sandra (orgs.). **Narrativas, Imagens e Práticas Sociais**. Porto Alegre: Asterisco, 2008.

MELO, Hildete Pereira de; OLIVEIRA, Adílson de; ARAÚJO, João Lizardo de. O sonho nacional: petróleo e eletricidade (1954-1994). In: GOMES, Angela de Castro (org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

MILZA, Pierre. Política externa e política interna. In: RÉMOND, René. (org.) **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O Governo João Goulart** – As lutas sociais no Brasil 1961-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

——— **O Governo João Goulart** – As lutas sociais no Brasil 1961-1964. 7ª ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

MORAES, Denis de. **A Esquerda e o Golpe de 64**: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões. 2ª ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MORGENFIELD, Leandro. Argentina, Estados Unidos y el sistema interamericano durante la crisis de los misiles (1962). In: **História**: debates e tendências. V. 12, nº 2. Passo Fundo: UPF, jul./dez. 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

——— Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Culturas políticas na História**: novos estudos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

MOURA, Gerson. **Sucessos e ilusões**: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

MUNHOZ, Sidnei. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **O Século Sombrio**: uma História Geral do Século XX. Rio de Janeiro: campus, 2004.

MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano de (orgs.). **O Brasil de João Goulart**: um projeto de nação. Rio de Janeiro, Contraponto, 2006.

NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

NOLL, Maria Izabel; GRIJÓ, Luiz Alberto; WASSERMAN, Claudia; BRANDALISE, Carla. **O Movimento da Legalidade**. Assembleia Legislativa e mobilização política. Porto Alegre: Webprint, 2011.

ODÁLIA, Nilo. O Brasil nas relações internacionais (1945-1964). In: MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em perspectiva**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

PALACIOS, Guillermo. **Intimidades, conflitos e reconciliações**: México e Brasil, 1822-1993. São Paulo: Edusp, 2008.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2005.

PÉREZ JUNIOR, Louis A. Cuba, c.1930-1959. In: BETHELL, Leslie. **Historia de America Latina**. Vol. 13 México y el Caribe desde 1930. Barcelona: Crítica, 1998.

POWASKY, Ronald E. **La guerra fría**: Estados Unidos y la Unión Soviética, 1917-1991. Barcelona: Crítica, 2000.

QUINSANI, Rafael Hansen. **A Revolução em Película**: uma reflexão sobre a relação Cinema-História e a Guerra Civil Espanhola. São José dos Pinhas: Estronho, 2014.

QUINTANEIRO, Tânia. **Cuba e Brasil**: da revolução ao golpe (1959-1964): uma interpretação sobre a política externa independente. Belo Horizonte: UFMG, 1988.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.) **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RÉMOND, René. Uma História presente. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RICUPERO, Rubens. O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (coords.). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)**. 2ª ed. Vol. I – Crescimento, Modernização e Política Externa. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

RODEGHERO, Carla Simone. **Capítulos da Guerra Fria**: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964). Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2007.

RODRIGUES, José Honório. Uma política externa própria e independente. In: **Política Externa Independente**. A crise do Pan-Americanismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

——— **Interesse Nacional e Política Externa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

ROMERO, Luis Alberto. **Breve historia contemporánea de la Argentina**. 2ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

SCHLESINGER JR, Arthur. Quatro dias com Fidel (Reavaliando a crise dos mísseis). In: **Política Externa**. Vol. 1, Nº 2. São Paulo, setembro de 1992.

SCHWARTZMAN, Simon. Seleção e introdução. In: SCHWARTZMAN, Simon. **O Pensamento Nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”**. Brasília: UNB, 1979.

SIRINELLI, Jean-François. Elogio da complexidade. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

SMITH, Anthony D. O nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal. **Um mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

SZULC, Tad. **Fidel: um retrato crítico**. 2ª ed. São Paulo: Best Seller, 1987.

TALBOT, David. **Irmãos: a História por trás do assassinato dos Kennedy**. São Paulo: Benvirá, 2013.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o Golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

——— **ISEB: fábrica de ideologias**. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

——— ISEB: ideologia e política na conjuntura do golpe de 1964. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **Intelectuais e política no Brasil**. A experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a Política Externa Independente**. Petrópolis: Vozes, 1995.

——— A Guerra Fria (1947-1987): conflito ou sistema? In: **História**: debates e tendências. Revista do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo, Vol. 6, nº 2, 2006.

——— A Política Externa do Governo JK (1956-61). In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (coords.). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira** (1930-1990). 2ª ed. Vol. I – Crescimento, Modernização e Política Externa. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

WEINER, Tim. **Legado de Cinzas**: uma História da CIA. Rio de Janeiro: Record, 2008.

WROBEL, Paulo S. Aspectos da Política Externa Independente: a questão do desarmamento e o caso de Cuba. In: **Estudos Históricos**. Vol. 6, nº 12. Rio de Janeiro, 1993.